

REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.
Et possint sera posteritate frui.*



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Considerado de utilidade pública:

Estadual: Lei nº 1.068, de 14-9-1966 (*Diário Oficial do Estado*, parte I, de 20-9-1966)

Federal: Decreto nº 61.251, de 30 de agosto de 1967

Av. Augusto Severo, 8, Rio de Janeiro, CEP 20021-040

Fundado em 21-10-1838, em plena Regência, por 27 sócios da prestigiosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB originou-se de proposta anterior do marechal de campo Cunha Matos e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Pedro II logo o tomou sob seus auspícios.

Os objetivos estatutários eram, entre outros: coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos, promover cursos e editar a *Revista Trimestral de História e Geografia* ou o *Jornal do IHGB*.

O Arquivo é hoje um dos melhores do Brasil, graças a sucessivas doações de papéis de estadistas e historiadores, como José Bonifácio, o marquês de Olinda, Varnhagen, Cotegipe, o conde d'Eu, o visconde de Ouro Preto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa, Manuel Barata, Wanderley Pinho, Hélio Viana e Jackson de Figueiredo, entre outros.

A Biblioteca, por compra, doações e permutas, ultrapassa de 500 mil volumes, de grande interesse para os estudos brasileiros.

A Mapoteca dispõe de cerca de 12 mil cartas geográficas, referentes, sobretudo, ao território brasileiro.

O Museu, criado em 1851 para guardar a memória de varões ilustres em máscaras mortuárias, retratos e lembranças pessoais, exhibe hoje peças, como a espada de campanha de Duque de Caxias (modelo dos espadins dos cadetes do nosso Exército) ou a cadeira em que Pedro II, durante 40 anos, presidiu a 508 sessões do Instituto.

A Pinacoteca é rica, abrangendo desde a imensa tela da Coroação de Pedro II, de autoria do sócio Araújo Porto-Alegre, até a impressionante galeria de retratos (e bustos) de monarcas, nobres e personalidades da Colônia à República.

Os sócios, eméritos, titulares, honorários e correspondentes, no país e no estrangeiro, são eleitos vitaliciamente. O corpo social promove conferências, congressos e cursos, anunciados com antecedência, e realiza reuniões acadêmicas, de março a dezembro, todas as quartas-feiras. As atas são publicadas pela Revista no último número do ano.

R IHGB

a. 182

n. 485

jan./abr.

2021

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA – (2020-2021)

Presidente:	Victorino Chermont de Miranda
1º Vice-Presidente:	Jaime Antunes da Silva
2º Vice-Presidente:	Affonso Arinos de Melo Franco
3º Vice-Presidente:	João Maurício de Araújo Pinho
1º Secretária:	Lucia Maria Paschoal Guimarães
2º Secretária:	Maria de Lourdes Viana Lyra
Tesoureiro:	Fernando Tasso Fragoso Pires
Orador:	Alberto da Costa e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos:	Alberto Venâncio Filho, Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Marilda Correia Ciribelli
Membros suplentes:	Marcos Guimarães Sanches, Pedro Carlos da Silva Telles e Roberto Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO CONSULTIVO

Membros nomeados:	Antonio Izaías da Costa Abreu, Armando de Senna Bittencourt, Carlos Wehrs, Célio Borja, Cybelle Moreira de Ipanema, Esther Caldas Bertoletti, Maurício Vicente Ferreira Júnior e Miridan Britto Falci.
-------------------	--

DIRETORIAS ADJUNTAS

Arquivo:	Jaime Antunes da Silva
Biblioteca:	Claudio Aguiar
Cursos:	Antonio Celso Alves Pereira
Iconografia:	Pedro K. Vasquez
Informática e Dissem. da Informação:	Carlos Eduardo de Almeida Barata
Museu:	Vera Lucia Bottrel Tostes
Patrimônio:	Guilherme de Andrea Frota
Projetos Especiais:	Mary del Priore
Relações Externas:	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
Relações Institucionais:	João Mauricio de A. Pinho
Coordenação da CEPHAS:	Maria de Lourdes Viana Lyra e Lucia Maria Paschoal Guimarães (subcoord.)
Editor do Noticiário:	Victorino Chermont de Miranda

COMISSÕES PERMANENTES

ADMISSÃO DE SÓCIOS:	CIÊNCIAS SOCIAIS:	ESTATUTO:
Alberto da Costa e Silva	Antônio Celso Alves Pereira	Alberto Venancio Filho
Alberto Venancio Filho	Cândido Mendes de Almeida	Antonio Celso Alves Pereira
Carlos Wehrs	José Murilo de Carvalho	Célio Borja
Fernando Tasso Fragoso Pires	Maria Cecilia Londres	João Maurício A. Pinho
Lucia Maria Paschoal Guimarães	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Victorino Chermont de Miranda
GEOGRAFIA:	HISTÓRIA:	PATRIMÔNIO:
Armando de Senna Bittencourt	Eduardo Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho
Cybelle Moreira de Ipanema	Guilherme de Andrea Frota	Antonio Izaías da Costa Abreu
José Almino de Alencar	Lucia Maria Paschoal Guimarães	Claudio Moreira Bento
Miridan Britto Falci	Marcos Guimarães Sanches	Fernando Tasso Fragoso Pires
Vera Lúcia Cabana de Andrade	Maria de Lourdes Vianna Lyra	Roberto Cavalcanti de Albuquerque

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.
Et possint sera posteritate frui.*



Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 182, n. 485, 2021.

Indexada por/Indexado by

Ulrich's International Periodicals Directory – Handbook of Latin American Studies (HLAS) – Sumários Correntes Brasileiros – Google Acadêmico – EBSCO

Correspondência:

Rev. IHGB – Av. Augusto Severo, 8-10º andar – Glória – CEP: 20021-040 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Fone/fax. (21) 2509-5107 / 2252-4430 / 2224-7338

e-mail: revista@ihgb.org.br home page: www.ihgb.org.br

© Copyright by IHGB

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Revisora: Carolina Pereira Vicente Silva

Secretária da Revista: Tupiara Machareth



REGISTRO NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO – MOW DA UNESCO
Pensar O Brasil: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-2011

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. - Tomo 1, n. 1 (1839) -

Rio de Janeiro: O Instituto, 1839-

v. : il. ; 23 cm

Quadrimestral

ISSN 0101-4366

Ind.: T. 1 (1839) – n. 399 (1998) em ano 159, n. 400. – Ind.: n. 401 (1998) – 449 (2010) em n. 450 (2011)

1. Brasil – História. 2. História. 3. Geografia. I. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ficha catalográfica preparada pela bibliotecária Maura Macedo Corrêa e Castro – CRB7-1142

CONSELHO EDITORIAL

António Manuel Dias Farinha – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Arno Wehling – Universidade Veiga de Almeida – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Carlos Wehrs – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

José Murilo de Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Manuela Mendonça – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Maria Beatriz Nizza da Silva – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

COMISSÃO DA REVISTA: EDITORES

Eduardo Silva – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Esther Caldas Bertoletti – Ministério da Cultura – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ-Brasil

Maria de Lourdes Viana Lyra – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Mary del Priore – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ – Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Fernando Camargo – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas-RS – Brasil

Geraldo Mártires Coelho – Universidade Federal do Pará – Belém-PA – Brasil

Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ – Brasil

José Marques – Universidade do Porto – Porto – Portugal

Junia Ferreira Furtado – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG – Brasil

Leslie Bethell – Universidade de Oxford – Oxford – Inglaterra

Luis Cláudio Villafaña Gomes Santos – Ministério das Relações Exteriores – Brasília-DF – Brasília

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho – Universidade Federal de Pernambuco – Recife-PE – Brasil

Maria de Fátima Sá e Mello Ferreira – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Lisboa – Portugal

Mariano Cuesta Domingo – Universidad Complutense de Madrid – Madrid – Espanha

Miridan Britto Falci – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Nestor Goulart Reis Filho – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Renato Pinto Venâncio – Universidade Federal de Ouro Preto – Ouro Preto-MG – Brasil

Stuart Schwartz – Universidade de Yale-Connecticut – EUA

Ulpiano Bezerra de Meneses – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Victor Tau Anzoategui – Universidade de Buenos Aires – Buenos Aires – Argentina

SUMÁRIO

SUMMARY

Carta ao Leitor 11

I – ARTIGOS E ENSAIOS

ARTICLES AND ESSAYS

A formação e a consolidação das diretrizes alfandegárias 15
no Brasil Colonial: Rio de Janeiro (séculos XVI-XVIII)
*The formation and consolidation of customs guidelines
in Colonial Brazil: Rio de Janeiro (XVI-XVIII centuries)*
VALTER LENINE FERNANDES

Bemtevis, cabanos e ligueiros: organização e atuação 39
da elite política do Maranhão após a Balaiada (1842-1855)
*Bemtevis, cabanos and ligueiros: organization and role
of the political elite of Maranhão after the Balaiada (1842-1855)*
ARTHUR ROBERTO GERMANO SANTOS

Novos caminhos para o cárcere: Humanismo penitenciário 73
no Brasil oitocentista
*New ways for prisons: prison humanism in Brazil in the
nineteenth century*
CAMILA SIMILHANA OLIVEIRA DE SOUZA

Nos escritórios da rua do Ouvidor: a imprensa e o ofício 111
dos jornalistas na passagem do Segundo Reinado à
Primeira República (1875-1891)
*In the offices on Ouvidor street: the press and the profession
of journalists during the transition time between the
Second Reign and the First Republic (1875-1891)*
GABRIELA NERY

A contribuição de Teófilo Ottoni (1807-1869) 139
à Geografia brasileira do século XIX
*The contribution of Theófilo Ottoni (1807-1869) to
brazilian Geography of the 19th century*
JOÃO EDUARDO DE ALVES PEREIRA

- O Direito Administrativo e a expansão do Estado 165
na Primeira República: notas preliminares a uma história
da doutrina administrativista no Brasil
*The growth of state intervention in the First Republic
and Administrative Law literature: some preliminary notes
on the History of Brazilian Administrative Law*
AIRTON CERQUEIRA-LEITE SEELAENDER
- Cândido Mendes de Almeida, historiador do Direito 203
Cândido Mendes and the legal history
ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY
- Questões de litígio entre o Piauí e o Ceará: embates 225
pela Vila de Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1884)
*Litigation issues between Piauí and Ceará: fighting for
the Amarração Village on the coast of Piauí (1880 – 1884)*
MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA
FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO
ELISABETH MARY DE CARVALHO BAPTISTA
- “Nos braços da horrível situação”: a seca de 1932 e o 253
Governo Provisório no Ceará
*“Plunged in a dire situation”: the 1932 drought and the
Provisional Government in Ceará*
PRISCILLA RÉGIS CUNHA DE QUEIROZ
- O trem e a guerra: as ferrovias baianas e a 283
Segunda Guerra Mundial
Trains and the war: the railroads in Bahia During World War II
ALOÍSIO SANTOS DA CUNHA
- A divulgação científica protagonizada por cientistas 309
e a legitimação da Ciência brasileira: A revista *Ciência e Cultura*
(1949 – 1964) e a sociedade brasileira para
o progresso da Ciência
*The science communication led by scientists and the Justification
of Science in Brazil: The magazine *Ciência e Cultura* (1949 – 1964)
and the brazilian society for the advancement of Science*
GABRIEL AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA DE FARIA
LUIA MEDEIROS MASSARANI
ILDEU DE CASTRO MOREIRA

- Os *ethés* da mãe das gêmeas Farida e Carolinda 343
em *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto
*The Ethes of the mother of the twins Farida and
Carolinda in Mia Couto's Sleepwalking Land*
SHIRLEY MARIA DE JESUS
MÍRIAN SOUSA ALVES

II – COMUNICAÇÕES

NOTIFICATIONS

- A representação do Rio de Janeiro como traço de identidade 361
do Cinema Novo: *Todas as mulheres do mundo* (Domingos de Oli-
veira, 1967)
*The representation of Rio de Janeiro as an identity trait of the
brazilian New Cinema: Domingos de Oliveira's All Women
in the World, 1967*
CARLOS EDUARDO PINTO DE PINTO

- Joaquim Veríssimo Serrão e a História Luso-Brasileira 383
Joaquim Veríssimo Serrão and the Luso-Brazilian History
ARNO WEHLING

III – DOCUMENTOS

DOCUMENTS

- A Capitania de Mato Grosso e a fronteira oeste do Brasil: 391
estudo de um manuscrito setecentista
*The Captaincy of Mato Grosso and the western border of Brazil:
study of an eighteenth-century manuscript*
PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN
MARIANE SOARES TORRES
- Dizem Vilhena e Torrão em 1810: requerimento de abertura 411
de uma casa de educação soteropolitana
*A request by Vilhena and Torrão in 1810 to open a house
of education in Salvador*
LUCIANE CRISTINA SCARATO

VI – RESENHAS

REVIEW ESSAYS

Um olhar sobre a materialidade e os significados dos textos 433

GABRIEL DE ABREU MACHADO GASPAR

O desafio Rio Branco: o Barão por uma nova
perspectiva biográfica 439

ELISABETH SANTOS DE CARVALHO

- Benfeitores da Revista do IHGB 447
- Colaboradores Pareceristas 449
- Normas de publicação 451
Guide for the authors 453

Carta ao Leitor

Mais um ano que se inicia. Parece, no entanto, que o ano de 2020 não se findou. O horizonte de expectativas que se apresenta ainda é sombrio. Tempos de anormalidade, com uma pandemia que atinge um de seus momentos mais violentos, chegando a 3.950 mortos em um dia. Desemprego em alta, crise social, crise humana. Jornais, televisões e redes sociais continuam em seu ritmo intenso com palavras que parecem não nos abandonar: pandemia, depressão, desemprego, isolamento social, máscaras, confinamento, colapso na saúde pública. Mas, alguma esperança surge, quando se propaga um novo calendário de vacinação. Um sopro de vida em meio a um tempo negro e sombrio.

Pode-se dizer que aqueles que tiveram forças para resistir, sobreviveram. Outros partiram e deixaram saudades e famílias destroçadas. Continuar em frente como nada tivesse acontecido, parece impossível. E, nós, historiadores do passado e do tempo presente? Tentamos explicar o inexplicável, acumulamos experiências para outras perspectivas no futuro. Há uma imensa responsabilidade por nossa parte a fim de tentar encontrar caminhos e rumos. E, em algum dia, pensarmos no pesadelo que vivenciamos a fim de obter alguma experiência desse passado sofrido entre crises e críticas. Não para evitarmos os mesmos erros, mas para registrarmos e explicarmos os acontecimentos que se tornarão as histórias de nosso futuro.

Ainda que não se voltem para taltemática, os artigos da *R.IHGB* 485 não a ignoram. Em seus ensaios, textos e discussões apontam para o papel crítico e reflexivo da História, em qualquer tempo ou lugar. De alguma forma, seus colaboradores contribuem para um exercício de se pensar pontos importantes ao longo do passado, que muitos desconhecem, mas que possibilitam compreender esse país fragilizado, abatido e repleto de desigualdades.

A seção “Artigos e Ensaios” é composta por doze textos inéditos, que partem do problema das alfândegas no Rio de Janeiro colonial (sécu-

los XVI-XVIII) indo às dificuldades do Maranhão após a Balaiada (1842-1855) para reestruturar sua elite política. Nesse caminho, deparamos com o Humanismo penitenciário, discutido pelos intelectuais do Velho Mundo nos finais do século XVIII, e suas repercussões nos juristas brasileiros; conhecemos as mudanças que a imprensa passou no Rio de Janeiro do final do XIX, bem como a estruturação do ofício do jornalista; retornamos ao homem público, no caso Teófilo Ottoni, em sua contribuição à geografia brasileira no oitocentos; prosseguimos com dois artigos sobre Direito: um acerca do Direito administrativo e a expansão do Estado na Primeira República e outro sobre a contribuição de Cândido Mendes de Almeida enquanto historiador do Direito; deparamo-nos com problemas de litígio entre o Piauí e o Ceará no final do século XIX, com a questão da Seca de 1932 e com o papel da Segunda Guerra Mundial e o ocaso de ferrovias baianas; apreendemos o papel da divulgação científica e da legitimação da ciência brasileira – aspecto fundamental nos dias de hoje; e, por fim, em uma perspectiva teórico-metodológica, alicerçada nas interfaces entre a Linguística, a Análise do Discurso e a História, travamos conhecimento acerca dos *ethé* presentes no discurso da matriarca, no romance *Terra sonâmbula*, de Mia Couto.

A parte das “Comunicações” traz artigo que foi contribuição da CEPHAS – A representação do Rio de Janeiro como traço de identidade do Cinema Novo – e uma homenagem póstuma ao historiador Joaquim Veríssimo Serrão, analisando seu papel para a história luso-brasileira. Um estudo de um manuscrito setecentista sobre a capitania de Mato Grosso e a fronteira oeste do Brasil e uma transcrição e análise de requerimento de autoria de Luís dos Santos Vilhena para a abertura de um colégio particular em Salvador, Bahia, em 1810, formam a seção “Documentos”. Finalmente, duas resenhas encerram o volume: repensar a materialidade e o significado dos textos e rever a biografia do Barão do Rio Branco por novas perspectivas.

Uma vez mais quero agradecer aos benfeitores da *R.IHGB*, que desde o número passado, com suas contribuições garantiram o financiamento

de mais um volume dessa revista, mostrando a importância e o êxito de nossa campanha de arrecadação “Benfeitoria dos 190 anos da R.IHGB”.

Deixo, então, aos leitores esse conjunto diversificado e instigante de textos para pensarem e repensarem a História do Brasil em seus múltiplos tempos.

Façam bom uso da leitura!

Lucia Maria Bastos P. Neves

Diretora da Revista

I – ARTIGOS E ENSAIOS ARTICLES AND ESSAYS

A FORMAÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DAS DIRETRIZES ALFANDEGÁRIAS NO BRASIL COLONIAL: RIO DE JANEIRO (SÉCULOS XVI-XVIII)

THE FORMATION AND CONSOLIDATION OF CUSTOMS GUIDELINES IN COLONIAL BRAZIL: RIO DE JANEIRO (XVI-XVIII CENTURIES)

VALTER LENINE FERNANDES¹

Resumo:

Este texto pretende analisar como as Alfândegas na América Portuguesa foram criadas no princípio da colonização, juntamente com a instalação do governo-geral e da Administração Fazendária, em 1548. Pretende-se demonstrar que a Alfândega, no Estado do Brasil, apesar de possuir um papel similar à da metrópole, adquiriu especificidades locais, configurando-se em decorrência da necessidade da presença do Estado Português no controle dos grupos mercantis que realizavam o comércio com o reino e, ao mesmo tempo, nos circuitos regionais, com o objetivo de controlar a saída da produção colonial. A Alfândega de Lisboa era o modelo de organização e fiscalização para as demais aduanas metropolitanas e das colônias nos quadros do sistema mercantilista do Império Português. Porém, a estrutura daqui era inicial e modesta, diferenciando-se das aduanas do reino. Esta pesquisa também aponta que, na primeira metade do século XVIII, houve uma tentativa de elaboração de um novo regimento para as Alfândegas do Estado do Brasil. Por fim, verificou-se que a instituição alfandegária no Rio de Janeiro foi essencial para o controle do comércio no Centro-Sul, buscando garantir o comércio exclusivo metropolitano; em outras palavras, era um dos elementos que materializava o sistema colonial.

Palavras-chave: América Portuguesa; Alfândegas; Tributação; Regimento.

Abstract:

The article aims to analyze how customs in Portuguese America were created in the beginning of the colonization process, when the General Government and the Public Treasury Administration were formed in 1548. We show that local Brazilian customs had their own specificities as compared to Portuguese customs, since the Portuguese state had to control mercantile groups carrying out trade regionally and with Lisbon. And this also meant controlling the colonial production output. In terms of organization and inspection, the Lisbon customs were a model for other metropolitan and colonial customs within the mercantilist system of the Portuguese Empire. In Brazil, however, the custom structure was still in an early stage, if compared with the existing structure in mainland Portugal. We show that there was an unsuccessful attempt in the first half of the 18th century to enact a new Customs Code in Brazil. Finally, we point out that the customs institution in Rio de Janeiro was essential for controlling trade in the South-Central region, seeking to the guarantee trade exclusively with the mainland, and, by doing so, to materialize the colonial system.

Keywords: Portuguese America; customs; taxation; code.

1 – Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

As Alfândegas na América Portuguesa foram criadas no princípio da colonização, juntamente com a instalação do governo-geral² e da Administração Fazendária³, em 1548. Através do regimento entregue ao provedor-mor, Antônio Cardoso de Barros, e aos provedores das capitânias, a Coroa determinava a implantação dessas instituições, visando à arrecadação de impostos de entrada e saída de mercadorias. Possuíam um papel similar ao da metrópole, guardadas as especificidades locais⁴.

Seus objetivos eram a visita e o controle semelhantes aos das fronteiras, já que o litoral marítimo se configurava como tal, além de efetuar a cobrança dos direitos aduaneiros, como a dízima da Alfândega e, ainda, a aferição dos navios, as hipotecas marítimas e a verificação dos manifestos de bordo, realizada na chegada e na partida dos navios⁵.

Com o passar do tempo, à medida que a economia colonial foi se consolidando, suas estruturas sofreram modificações e a administração da Alfândega foi tomando feições próprias. Isso demonstra que, paralelamente ao processo de colonização, o caráter institucional da Alfândega ia adquirindo formas, de acordo com os recursos humanos presentes nas terras americanas e as diferentes conjunturas⁶.

(IFSul) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS). E-mail: vlf.valter@gmail.com.

2 – Sobre o governo-geral, ver: COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII)*: ofício, regimentos, governação e trajetórias. São Paulo: Annablume/FAPEMIG, 2009; RICUPERO, Rodrigo. Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de governar*: ideias e práticas políticas no Império Português. São Paulo: Alameda, 2005, p. 119-135.

3 – Acerca da Administração Fazendária, conferir: SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos*: a administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. SANCHES, Marcos Guimarães. A administração fazendária na segunda metade do século XVII: ação estatal e relações de poder. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 432, p. 173-200, 2006.

4 – Em relação à Alfândega do Rio de Janeiro, nos séculos XVI e XVII, ver também: SÁ, Helena de Cassia Trindade de. *A Alfândega do Rio de Janeiro*: da União Ibérica ao fim da Guerra da Restauração (ca. 1580-ca. 1668). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

5 – Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p. 69.

6 – Segundo Laura de Mello e Souza, a administração imperial impõe a perspectiva dia-

No que concerne à sua função fiscal, em oposição aos séculos anteriores, nos quais a cobrança tributária recaía apenas sobre produtos oriundos de algumas regiões, excluindo-se Portugal, o imposto da dízima passou a ser recolhido em espécie, em relação a todas as mercadorias que entravam no porto. Contudo, não houve nenhum tipo de alteração nas normas legais que orientavam o funcionamento dessa instituição, como apontado pelo Marquês de Angeja⁷, vice-rei do Brasil, em 1715.

Nesse sentido, o que se verifica de fato é a inexistência de um regimento atualizado, uma vez que o que estava em vigor era o datado do século XVI, que não possuía as condições requeridas no século XVIII, em virtude das mudanças conjunturais ocorridas na colônia. Dessa forma,

lógica: há perguntas e respostas, mas, entre uma e outra, entre um lado e outro do oceano – ou entre os vários lados dos vários oceanos, a massa líquida que com frequência unia as partes diferentes servia, também, para veicular e transformar, tanto na ida quanto na volta, as práticas, as concepções e os significados que viajavam sobre ela. SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 76.

7 – Segundo Maria Fernanda Bicalho “en 13 de junio de 1714, don Pedro Antonio de Noronha, segundo conde de Vila Verde y primer Marques de Angeja, tomaba posesión del gobierno em Bahía, com el título de virrey y capitán general de mar y tierra. Uno de los fines principales de su gobierno fue establecer el diezmo de la aduana de Salvador y el impuesto sobre los esclavos que se iban a vender em Minas. Don Juan V escogio a don Pedro de Noronha porque había sido miembro del Consejo de Estado, se había distinguido em varias campañas militares y había gobernado la Índia entre 1692 y 1699”. (BICALHO, Maria Fernanda. Governadores y virreys em el Estado de Brasil: ¿Debut de una corte virreinal? In: CARDIM, Pedro; PALOS, Joan Luís (Eds). *El mundo de los virreyes em las monarquías de España y Portugal*. Madrid: Ibero-americana – Vervuert, 2012, p. 397-398.) Para Miguel Dantas Cruz, “a carta patente concedida a D. Pedro de Noronha permitiu-lhe chegar à Bahia com competências reforçadas em vários domínios. O mesmo dispositivo reforçava claramente o poder do principal administrador colonial em matérias fiscais. D. João V, no quadro de uma negociação que decorreu sem o conhecimento do Conselho Ultramarino, será concordado com os pareceres que defendiam o reforço da autoridade de D. Pedro de Noronha. Por exemplo, D. Nuno da Cunha, inquisidor-mor e colega de Angeja no Conselho de Estado, julgava que só o título de vice-rei fazia justiça ao nomeado, defendendo também que este deveria governar com grande liberdade em tudo o que por ele convinha ao serviço de Vossa Majestade. Aos ministros, oficiais da Fazenda, feitores e escrivães ordenava-se que cumprissem ‘tudo o que por ele [vice-rei] lhes for de minha parte mandado [...] acerca da minha Fazenda, gastos e despesas dela, pois para tudo se lhe conferia inteiro poder e superioridade” (CRUZ, Miguel Dantas. *Um Império de conflitos: o Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015, p. 243.)

o Marquês de Angeja exaltava a necessidade de uma nova ordenação para evitar dúvidas “que todas as horas têm os ditos oficiais sobre jurisdição”⁸. Ainda de acordo com o vice-rei, as normas empregadas nas Alfândegas do reino não podiam ser aplicadas nas das conquistas e, por esse motivo, deveria ser encomendado aos Desembargadores da Relação um novo regimento. Entretanto, o pedido foi negado pelo Conselho Ultramarino, sob a alegação de que:

Por quanto não ter sido possível até agora fazer o Regimento expresso para as Alfândegas desta cidade, tanto por expirarem, às ordens de El Rei meu Senhor, quanto por parecer conveniente seja o Regimento comum para todas as alfândegas deste Estado [...]º.

A norma que ainda estava valendo determinava, dentre outras coisas, que toda e qualquer embarcação que saísse da metrópole ou de outras partes do Império Português poderia apenas desembarcar mercadorias nos portos que tivessem Alfândega ou casa de arrecadação. Se o seu mestre fosse interceptado, perderia as mercadorias caso alguma embarcação as descarregasse em um porto em que não houvesse uma aduana. Assim, os responsáveis pelo despacho irregular seriam degradados para São Tomé. Nessa acepção, tal instituição na colônia tinha um caráter fiscalizador e sua função institucional pode ser verificada no próprio dizer do rei:

Por bem mando que todas as naus e navios que de meus Reinos e senhorios ou fora deles forem as ditas terras do Brasil vão diretamente a cada uma das partes onde houver Alfândega e casa de arrecadação de meus direitos para ali serem vistos e descarregarem na dita Alfândega quaisquer mercadorias que levarem sejam tais ou de pessoas ou vão de lugares que delas não tenham de pagar a dízima e ainda que as ditas naus ou navios não levem mercadorias todavia irão diretamente a qualquer porto onde houver a dita casa da Alfândega para ali se saber que navios são e o que vão e serem buscados se levam mercadorias e provando que não tomou outro porto nas ditas terras do Brasil outro

8 – AHU, Cx.10, D.832 – Lisboa, 05 de dezembro de 1715 – Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que informa o vice-rei e governador-geral do Brasil, Marquês de Angeja, D. Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa acerca da forma que deu e mandou observar nos despachos das fazendas que se despacharam na Alfândega da Bahia e os emolumentos que hão de levar os oficiais dela.

9 – *Idem*.

porto que não tenha Alfândega e que alguma da gente descarregou alguma mercadoria do dito navio em terra ou a carregou nele posto a tal terra que o dito capitão do navio perca a mercadoria que carregou ou descarregou e mais cinco anos de degredo para São Tomé¹⁰.

Dessa forma, a Alfândega, no Estado do Brasil, configurava-se em decorrência da necessidade da presença do Estado Português no controle dos grupos mercantis que realizavam o comércio nos circuitos transatlânticos e regionais. Ao mesmo tempo, mantinha o controle da saída da produção colonial. A Coroa exercia através dela a soberania de cobrar os tributos e o poderio de fiscalização do que entrava e saía da sua conquista. A atenção e os cuidados da alta administração com as Alfândegas eram indispensáveis para a Fazenda Régia, já que era delas que o rei buscava uma parte substancial daquilo que tinha de despender para a despesa e defesa do Estado¹¹.

Essa instituição também era relevante para a manutenção do exclusivo comercial¹², peça-chave do sistema colonial, e que foi se desenhando

10 – *Foral da Alfândega da Cidade de Lisboa*. Publicado pela Oficina de Antônio Craesbeeck de Mello. Lisboa, Ano de 1674. Consulta realizada no Arquivo Histórico da Alfândega de Lisboa.

11 – MAGALHÃES, Joaquim Romero. Notas de abertura. In: CARRARA, Angelo Alves; CAVALCANTE, Paulo (Org.). *Alfândegas do Brasil: Rio de Janeiro e Salvador, século XVIII; estudos de administração fazendária*. Juiz de Fora: UFJF, 2016, p. 12.

12 – Cf. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Oitava Edição. São Paulo: Hucitec, 2006.; Ver também estudos recentes sobre o exclusivo comercial metropolitano, de Rodrigo Ricupero. RICUPERO, Rodrigo. O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil. *História* (São Paulo). v. 35, 2016. Segundo Thiago Alves Dias, “a condição colonial da América portuguesa não só reservou aos lucros consideráveis: o exclusivo metropolitano buscava anular toda a possível concorrência que poderia existir entre os negociantes portugueses e demais europeus na rota atlântica (DIAS, Thiago Alves. *Monopólio indireto: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (ca.1710-ca.1780)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017, p. 160). Cabe dizer que nas últimas décadas o conceito de exclusivo metropolitano foi criticado por autores portugueses como Valentim Alexandre. De acordo com o autor, embora os estudos de Novais contribuam para o conhecimento de um dos mais importantes vetores do comércio externo português – o dos tráficos coloniais –, não dá perspectiva suficientemente clara da função na economia portuguesa dos vários fluxos de bens que analisam, não permitindo distinguir com precisão os casos em que a metrópole se limita a desempenhar a função de entreposto daqueles em que é produtora de bens exportados e não propiciando uma avaliação segura da importância do mercado brasileiro

no início da União Ibérica¹³ quando, em decorrência de questões econômicas, e mais ainda, conflitos militares e rivalidades políticas, D. Filipe II (Primeiro de Portugal) vedou, em 1591, a entrada de navios estrangeiros aos portos do reino e seus domínios sem a sua licença. Entretanto, as dificuldades de se imprimir tal medida eram notórias, uma vez que o Brasil era bastante frequentado por embarcações estrangeiras que chegavam nas capitanias com suas mercadorias de interesse dos colonos, trocando-as por açúcares. Assim, esse comércio tanto interessava aos estrangeiros quanto aos súditos portugueses. Como a prática de concessões de licenças pelo monarca abriu brecha para uma gama de fraudes, a resposta encontrada pela Coroa foi o endurecimento dos termos e a proibição total da circulação de navios estrangeiros nas conquistas, determinada pelo rei D. Filipe III (Segundo de Portugal) em 1605¹⁴.

As novas disposições régias, contudo, não foram fielmente aplicadas. Pressões externas e dificuldades financeiras contribuíram para que a própria Coroa adotasse determinadas concessões ao comércio exclusivo. Além disso, as proibições não inibiram o comércio clandestino que, articulando interesses lusitanos e estrangeiros, continuou se mantendo, o que não alterou o mecanismo principal do sistema.

para a produção portuguesa (ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 27). Também vem sendo relida por autores brasileiros, como Luiz Felipe de Alencastro, que afirma que o sistema colonial é atravessado por uma crise refundadora no Seiscentos: na saída da guerra holandesa se estabelece uma cogestão portuguesa e brasílica no espaço econômico do Atlântico Sul. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 354.

13 – A América portuguesa, como o resto dos territórios lusos do ultramar, entrou na órbita da Monarquia dos Habsburgo depois da aclamação de Felipe II de Espanha como I de Portugal nas Cortes de 1581-1582. Esse fato abriu um período, de 1580 a 1640, no qual as duas coroas, hispânica e lusa, estiveram unidas no corpo físico de um só rei, constituindo o que genericamente tem sido conhecido como União Ibérica. MEGIANI, Ana Paula; PÉREZ, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei (Org.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. São Paulo: Humanitas, 2014, p. 7.

14 – Cf. RICUPERO, Rodrigo. O estabelecimento do exclusivo comercial metropolitano e a conformação do Antigo Sistema Colonial. *História* (São Paulo). v. 35, p. 13-15, 2016.

O início

A principal função dessa instituição na primeira fase de colonização era a proteção dos rendimentos da Fazenda Real e da montagem da estrutura de controle dos navios que circulavam nas partes do Brasil. Nos dizeres de Eulália Lobo, ressalta-se que a aduana costeira possibilitava ao Estado Português o domínio da arrecadação fiscal¹⁵ tão importante para a manutenção e defesa do território¹⁶.

Através do regimento de Antônio Cardoso de Barros, verificou-se que o Provedor-mor da Fazenda era o responsável pela escolha das casas para a Alfândega na Bahia, sede do governo, sendo também o funcionário da Coroa Portuguesa com autoridade para determinar a montagem das Alfândegas em regiões que demonstravam ter a necessidade de controle do comércio. Sua primeira atribuição foi visitar as capitânicas e chamar o provedor, almoxarife e os demais oficiais da Fazenda para tomar ciência

15 – LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 19.

16 – A Coroa portuguesa, devido à necessidade latente de promover a ocupação efetiva das terras americanas, recorreu das concessões senhoriais para povoação e colonização daquele novo território. Coube ao súdito beneficiário a responsabilidade pela ordem política, econômica e de defesa e expansão da fé. (Cf. SALDANHA, Antonio Vasconcelos. *As capitânicas do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 200, p. 96). Surgiu nesse período uma estrutura administrativa vinculada à Coroa, responsável pela Fazenda e cobrança de taxas, tributos e fiscalização dos monopólios régios. Essa estrutura compreendia o Provedor da Fazenda, dos feitos, do almoxarife e seus auxiliares, sendo todos indicados pelo rei e pelo menos em tese com autonomia em relação aos donatários. Contudo, o que se verificou, na maior parte das capitânicas, foi um funcionamento muito precário. (Cf. RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. Brasil c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009). A constante preocupação com a garantia da posse da terra fez com que brotasse a necessidade de um representante, braço forte do rei, em terras americanas. Dessa forma, no quarto decênio do Quinhentos, é adotado o governo-geral, tendo os governadores recebido funções que possibilitaram ao monarca, ainda que distante, exercer no Brasil certos poderes, “que não poderiam ser exercidos se para cá não tivessem sido enviados esses oficiais com a gama de poderes que dispunham” (COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores gerais do Estado do Brasil séculos XVI–XVII: ofícios, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2009, p. 69). O governador-geral passou, então, como representante direto do rei na colônia, a exercer um controle real sobre as ações dos diversos agentes coloniais: donatários, funcionários e moradores em geral. Cf. RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. Brasil c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.

das rendas e dos direitos pertencentes à Coroa naquelas partes e obter informações de como estava sendo realizada a arrecadação até então. Deveria, também, enviar documentação referente à arrecadação feita para a Casa de Contos do Reino e dar ciência ao governador das lacunas existentes no quadro de oficiais que desempenhavam funções na Fazenda, a fim de que houvesse provimento. Dessa forma, nesse primeiro momento, todos os demais provedores de capitânias, que juntamente acumulavam a função de juizes da Alfândega, estavam subordinados à autoridade do Provedor-Mor da Fazenda da Bahia¹⁷.

No caso do Rio de Janeiro, a Alfândega foi criada logo após a expulsão dos franceses, em 1566. Sua primeira localização foi ao lado do Forte de São Thiago e, com o crescimento da cidade e o aumento da movimentação comercial, foi transferida para a Praia Dom Manuel, perto da casa do governador, logo no início do século XVII¹⁸. Com uma estrutura modesta, contava com o provedor que exercia cumulativamente a função de juiz, o escrivão e almoxarife, o porteiro, os guardas e o meirinho. A dí-zima era cobrada seletivamente, ficando as mercadorias oriundas do reino isentas do seu pagamento. Tal tributo podia ser cobrado em espécie ou em mercadorias na relação de um para dez e, como não existia uma pauta com os valores atribuídos para a cobrança, cabia aos oficiais aduaneiros, com o auxílio de avaliadores, estabelecerem a cotação dos produtos¹⁹.

Foram acirradas as disputas entre os vassallos, membros da elite colonial, para a ocupação de cargos na Alfândega já que seus ocupantes também se tornavam responsáveis pelo controle do comércio e dos lucros gerados para a Fazenda Real²⁰. O papel que desempenhavam era de suma importância para a manutenção do próprio sistema no qual a aduana es-

17 – Regimento do provedor-mor e dos provedores de Fazenda. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1972, Tomo I, p. 94-95.

18 – Cf. SÁ, Helena Trindade de. A estrutura da Alfândega do Rio de Janeiro no período da União Ibérica. In: SIQUEIRA, Maria Isabel de *et al.* (Org.). Jundiá [SP]: Paco Editorial, 2017, p.143.

19 – *Ib.* p. 147.

20 – *Ib.* p. 156.

tava inserida, pois tais grupos locais exerciam o controle do território e, ainda, serviam como suporte e instrumentalização das orientações e determinações do poder régio, colaborando dessa forma para a consolidação do Estado metropolitano na América²¹.

Com o passar do tempo, algumas alterações tornaram-se necessárias frente às novas conjunturas. A cobrança da dízima das mercadorias vindas do reino e o maior número de mercadorias para o despacho, em razão do grande fluxo de pessoas para a região mineradora, fizeram com que a aduana carioca tivesse que se reestruturar, a fim de agilizar os procedimentos e evitar os descaminhos²². Assim, dentre as alterações sofridas no século XVIII, destacam-se: a criação de novos cargos, a desvinculação da função de Juiz e Ouvidor da Alfândega do cargo de Provedor da Fazenda Real, em razão das muitas ocupações que lhes foram acrescidas com a nova incidência tributária e da oficina do quinto do ouro²³, a utilização de uma pauta para cobrança da dízima e a arrematação do imposto por contratadores.

Nova estrutura

A Alfândega de Lisboa, nos quadros do sistema mercantilista do Império Português, era o modelo de organização e fiscalização para as de-

21 – Cf. COELHO, Rafael da Silva. *A Bahia em suas negociações com a metrópole: tributação, dinheiro e açúcar na segunda metade do século XVII*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 17. Ainda de acordo com Rafael Coelho, tanto a elite local, quanto a Coroa ganhavam no mesmo negócio, nos mesmos tratos comerciais e, por isso, os interesses comuns pautavam as negociações (*Ib.* p. 18)

22 – AHU, Cx.7, D. 762 – RJ Avulsos – Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1702. Carta do governador do Rio de Janeiro, [...] sobre a criação de dois lugares da guarda e mais um escrivão para a Alfândega daquela cidade, não sendo possível evitar os descaminhos da Fazenda Real com poucos oficiais.

23 – AHU, Cx.7, D. 728 – RJ Avulsos – Lisboa, 3 de novembro de 1700. Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta do governador e [capitão geral] do Rio de Janeiro, [Artur de Sá e Menezes] e do Provedor da Fazenda Real da mesma capitania [Luís Lopes Pegado], acerca da conveniência de se criar alguns ofícios na Alfândega daquela cidade, concordando o Conselho com a criação dos mesmos devido ao aumento do trabalho por causa da cobrança da dízima.

mais aduanas metropolitanas e das colônias. No Brasil, contudo, essa instituição possuía uma estrutura modesta em relação às aduanas do reino.

No final do século XVII, a fundação da Colônia de Sacramento exigiria da metrópole um maior aporte de recursos. Para tanto, houve a necessidade de novas fontes de receita, ao que os cidadãos politicamente responsáveis na capitania fluminense responderam com o oferecimento da dízima sobre todas as mercadorias que entrassem na cidade.

A importância estratégica do porto do Rio de Janeiro, do ponto de vista militar, juntou-se à descoberta das minas de ouro na América Meridional, a qual veio agregar as condições para uma completa transformação e repentina valorização do Centro-Sul da colônia, com intenso afluxo de pessoas, oriundas de várias regiões e até mesmo de Portugal.

O porto do Rio passou, então, a ter maior importância estratégica, já que era por ele que circulava o grosso do tráfico para as regiões mineadoras e por onde eram exportados os metais preciosos²⁴. Essa situação contribuiu para um novo desenho na aduana fluminense, gerando aumento do número dos funcionários e reorganização da sua estrutura, posto que passou a ser responsável pela captura econômica de uma vasta região²⁵.

O quadro de oficiais

O Juiz e Ouvidor da Alfândega era a autoridade máxima dentro da instituição. O seu ordenado era de responsabilidade da Provedoria-Mor, que o remetia à Fazenda Real do Rio de Janeiro. Esse oficial possuía emolumentos sobre as fazendas secas e molhadas e, ainda, sobre as lotações

24 – SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993, p. 15.

25 – Sobre as Minas e a relação com a importância do Rio de Janeiro, ver: FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018; PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011; FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

das embarcações ou a cada negro escravizado que entrava nas dependências da Alfândega²⁶.

Provido pelo rei ou pelo governador, em casos excepcionais até a nomeação definitiva pelo monarca, esse oficial tinha jurisdição sobre os litígios que envolviam as mercadorias, pagamentos, fretes e outras questões a ele relacionadas, como, por exemplo, as ações cíveis envolvendo mercadores no que dizia respeito à entrega de mercadorias e os crimes em que fossem réus os oficiais da Alfândega. Exercia também o cargo de Provedor da Fazenda Real em caso de impedimento do seu titular²⁷.

Tal cargo ganhou autonomia e desvinculou-se das atribuições do Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, no mês de abril do ano de 1703, como é possível constatar no trecho do documento abaixo:

Achei por bem fazer mercê ao dito Manoel Correa Vasques da [...] propriedade do dito ofício de juiz e ouvidor da Alfândega da Capitania do Rio de Janeiro que mandei dividir do de Provedor da Fazenda da mesma capitania a que andava anexo²⁸.

Manoel Correa Vasques foi o primeiro a ocupar esse cargo após sua separação da Provedoria, após este ter solicitado carta de propriedade do ofício ao rei e da renúncia de propriedade de seu primo, Francisco Inácio de Souza Correa, em seu favor. Um dos mais importantes senhores de engenho do Rio de Janeiro era também o detentor dos maiores rendimentos com o comércio de fazendas realizado nos arredores do porto desta capitania.

26 – Sobre esse tema, ver também: FERNANDES, Valter Lenine. *Império e colonização: Alfândegas e tributação em Portugal e no Rio de Janeiro (1700 – 1750)*. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2019.

27 – Cf. AHU, Cx.11, D. 1206 – Avulsos - Rio de Janeiro, 24 de julho de 1724 - Carta do Provedor da Fazenda do Rio de Janeiro [no impedimento de Bartolomeu de Siqueira Cordovil], Manoel Correa Vasques, ao Rei [D. João V] sobre ter recebido os seis barris de moedas de cobre para troco e uso popular e ter remetido nos cofres das naus de guerra a importância dos mesmos em moedas de ouro, bem como o valor dos livros em pergaminho para uso da secretaria e para a Alfândega da cidade.

28 – AHU, Cx.13, D. 2716. Coleção Castro Almeida. Lisboa, 02 de abril de 1703 - Carta pela qual se fez mercê a Manuel Corrêa Vasques da propriedade do ofício de Juiz e Ouvidor da Alfândega da Capitania do Rio de Janeiro.

Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Coimbra em 1701²⁹, Correa Vasques serviu no desembargo do Paço³⁰. Filho legítimo de Martim Correa Vasques, mestre de campo na Capitania do Rio de Janeiro e de Dona Maria Guiomar de Brito, natural da cidade de Lisboa, era neto por via paterna de Manoel Correa, natural de Vila Nova de Fafeleão e de sua mulher Dona Maria de Mariz, natural do Rio de Janeiro³¹. Correa Vasques levaria, além do ordenado fixado para o cargo, todos os prós e percalços que diretamente lhe pertenciam. No Quadro 1 há o valor e a função do seu provimento:

Quadro 1 – Ordenado do juiz e ouvidor

Cargo	Remuneração
Juiz e Ouvidor da Alfândega	Quarenta mil Réis (que cobrava na folha secular, que da Provedoria-Mor da Bahia se remetia à Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro). Também tem cento e sessenta Réis de cada marca nova de todas as fazendas secas e molhadas que entravam na Alfândega; metade da lotação de todos os navios, galeras, patachos, iates e bergantins, que despachavam na Alfândega não só para o reino, mas para os mais portos do Brasil ou que iam carregados ou sem carga cujos navios, e mais embarcações que pagavam conforme as toneladas que tinham que se regulavam a cento e sessenta Réis cada um; de cada uma das sumacas da costa tinha de seu despacho oitocentos Réis; de cada lancharia tinha de seu despacho duzentos e quarenta Réis; de entrada de cada um dos navios e sumacas de Pernambuco, Bahia, Rio Grande e Santa Catarina mil duzentos e oitenta Réis; de cada cabeça de escravo que entrava e se despachava, setenta Réis; de propina de cada navio de Lisboa, Porto e Ilhas, oito mil Réis.

Fonte: AHU – Rolo 075, Caixa 079, documento 1831³².

Nessa concepção, os integrantes da elite colonial³³, ou seja, a parcela dos vassallos e seus descendentes, que receberam honras e mercês do rei

29 – ANTT. Leitura de Bacharéis. Habilitações. Maço 7, número 4.

30 – AHU, Cx.13, D. 2716. Coleção Castro Almeida. Lisboa, 02 de abril de 1703 - Carta pela qual se fez mercê a Manuel Correa Vasques da propriedade do ofício de Juiz e Ouvidor da Alfândega da Capitania do Rio de Janeiro.

31 – ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, Doc. 3972.

32 – Ordem régia pela qual se determinou que os oficiais da Alfândega da capitania do Rio de Janeiro levassem os prós e percalços de seus ofícios em que tinham estabelecido os oficiais da Alfândega da Bahia. (Lisboa, vinte e dois de agosto de 1642.) AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida – Rolo 075, caixa 079, documento 1831. Elaboração do autor.

33 – Maria Fernanda Bicalho diz que a conquista ultramarina abriu novo campo de possibilidades de prestação de serviços à monarquia e de remuneração dos mesmos pela Coroa. [...] sobre o Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII. João Fragoso discute a formação

em troca de sua participação na organização e financiamento de expedições de exploração e de combate³⁴ na América Portuguesa, ocupavam alguns dos ofícios que tinham vantajosos ordenados com a entrada e saída de embarcações na Alfândega. A constatação do enriquecimento lícito ou ilícito³⁵ desses agentes demonstra ser um elemento estrutural da administração alfandegária do Rio de Janeiro e comum no Império³⁶.

No século XVII, o mais alto posto aduaneiro carioca esteve nas mãos de importantes famílias da elite fluminense que disputavam entre si a sua ocupação. Essa configuração sofreu alteração na centúria seguinte. Em 1743, Correia Vasques renunciou seu cargo em favor de João Martins Brito, reinol, natural de São João de Brito, arcebispado de Braga³⁷, homem com vários negócios no Rio de Janeiro, tais quais: Procurador do Contrato da Dízima da Alfândega, arrematado por Francisco Luiz Sayão

de suas elites senhoriais a partir da dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder municipal. De acordo com o autor, cerca de 45% das famílias senhoriais proprietárias de engenhos do Rio de Janeiro no século XVII tiveram origem em um oficial ou ministro régio. Tais famílias foram constituídas, em sua grande maioria, entre 1566 e 1620, em meio às lutas contra os franceses e tamoios. Descendiam, portanto, de conquistadores de tempos heroicos de fixação dos primeiros colonos da região. Alguns destes conquistadores vieram do norte de Portugal e das ilhas Atlânticas; outros antes de chegarem ao Rio de Janeiro passaram primeiro por São Vicente. Esses homens se transformaram por intermédio dos serviços prestados ao Rei na conquista e defesa do território, nos principais da terra. (BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Fórum. *Almanaque Braziliense*, n. 2, p. 24, 2005.)

34 – RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial*. Brasil c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009, p. 20-21.

35 – Sobre descaminho, conferir: PIJNING, Ernst. *Controlling contraband: economy and society in Eighteenth century Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Johns Hopkins University. Baltimore, 1997; CAVALCANTE, Paulo. *Negócios de trapaça*. Caminhos e descaminhos na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec, 2008.

36 – Registro das condições com que arrematou Francisco Luís Sayão o contrato da dízima da Alfândega dessa cidade no Conselho Ultramarino por tempo de três anos. ANRJ, Vice-Reinado, caixa 495, pacote 2, folha 12.

37 – AHU, Cx.58, D.13627– Castro e Almeida – Rio de Janeiro, ant. a 28 de abril de 1747- Requerimento de João Martins de Brito, Juiz e Ouvidor da Alfândega do Rio de Janeiro, no qual pede que passe alvará para seu filho Antonio Martins de Brito o poder substituir nos seus impedimentos. AHU, Cx.58, D.13628 – Castro e Almeida – Rio de Janeiro, ant. a 28 de abril de 1747- Certidão de batismo de João Martins Brito, celebrado em 28 de novembro de 1683.

e pelo Procurador do Contrato da Saída dos escravos do Rio de Janeiro para as Minas, sócio de negócios ultramarinos com a importante família Almeida Jordão³⁸.

Exerceu o cargo até 1755, quando foi substituído por seu filho Antônio Martins Brito, natural do Rio de Janeiro, proprietário de várias fazendas e de engenho de açúcar³⁹. Como já visto, no Rio de Janeiro, além da alteração sofrida com o desmembramento dos cargos de Provedor da Fazenda e de Juiz da Alfândega⁴⁰, o número de oficiais aduaneiros também foi incrementado devido ao aumento de trabalho provocado pela cobrança da nova dízima.

Assim, a carta do governador Artur de Sá e Menezes e do provedor Luiz Lopes Pegado ao Conselho Ultramarino fala sobre a conveniência de criar alguns ofícios na Alfândega daquela cidade. Segundo o conteúdo da missiva, com a cobrança das fazendas vindas do reino, o número de

38 – De acordo com João Fragoso, datavam de finais da década de 1720 os elos entre Almeida Jordão e Marins Brito quando foram sócios em negócios ultramarinos (FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, p. 58).

39 – AHU, Cx. 129, D. 10278 - Avulsos. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1787- Carta do Juiz e Ouvidor da Alfândega do Rio de Janeiro, Antônio Martins Brito à rainha, D. Maria I/ AHU, Cx. 127, D. 10178 – Avulsos. Rio de Janeiro, 24 de março de 1786 - Carta do Juiz e Ouvidor da Alfândega do Rio de Janeiro, Antônio Martins Brito à rainha, D. Maria I/ AHU, Cx. 8, D. 829 – Avulsos. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1706 - Certidão do Provedor e Contador da Fazenda Real e Arrecadação dos Quintos e Direitos Reais da cidade do Rio de Janeiro, Manuel Correa Vasques / AHU, Cx. 43, D. 10045 – Requerimento de Henrique Pedro Dauvergne e de seus procuradores João Martins Brito e Ignácio Almeida Jordão em que pedem diversas certidões relativas à execução do contrato de saída dos escravos do Rio de Janeiro para as Minas/AHU, Cx. 41, D. 4202 - Avulsos. Rio de Janeiro, 05 de junho de 1748 - Requerimento do juiz e ouvidor da Alfândega do Rio de Janeiro, João Martins Brito ao Rei D. João V, solicitando alvará para que no seu impedimento o seu filho Antonio Martins Brito possa servir no seu lugar/ AHU, Cx. 53, D. 5321 – Requerimento do juiz e ouvidor da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro, João Martins Brito, ao Rei D. José, solicitando que, no caso de morte do suplicante, possa o seu filho Antonio Martins Brito assumir o referido cargo.

40 – AHU, Cx.13, D.2716. Coleção Castro Almeida. Lisboa, 02 de abril de 1703 - Carta pela qual se fez mercê a Manuel Corrêa Vasques da propriedade do ofício de Juiz e Ouvidor da Alfândega da Capitania do Rio de Janeiro.

oficiais tornou-se insuficiente face ao volume de mercadorias, o que causava prejuízo para a Fazenda Real⁴¹.

A solicitação foi acatada pelo referido Conselho, já que para a boa arrecadação do fisco eram necessárias mais pessoas trabalhando na aduana. Outra consulta ao Conselho Ultramarino, enviada pelo Juiz da Alfândega Manuel Correa Vasques, dá ciência da falta que fazia um tesoureiro para que recebesse os rendimentos da aduana.

Abaixo, no Quadro 2, o conjunto de oficiais que, hierarquicamente, ocupavam as repartições da Alfândega do Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII.

Quadro 2 – Oficiais da Alfândega

Oficiais da Alfândega do Rio de Janeiro	
Mesa Grande	Juiz Ouvidor
	Escrivão
	Tesoureiro
	Meirinho
Mesa de Abertura	Escrivão de Abertura
	Feitor de Abertura
Mesa da Balança	Juiz da Balança
Porta Principal da Entrada	Escrivão da Costa
Porta da Saída	Porteiro
Outros Oficiais	Guindasteiro
	Guarda-Mor
	Selador
	Guardas

Fonte: AHU – Rolo 075, Caixa 079, documento 1831. Elaborado pelo autor.

41 – AHU, Cx. 7, D. 728. Lisboa, 03 de novembro de 1700 – Parecer do Conselho Ultramarino sobre a carta do governador e [capitão geral] do Rio de Janeiro, [Artur de Sá e Menezes] e do provedor da Fazenda Real da mesma capitania [Luís Lopes Pegado], acerca da conveniência de se criar alguns ofícios na Alfândega daquela cidade; concordando o conselho com a criação destes devido ao aumento do trabalho por causa da cobrança da dízima.

Nessa concepção, o Juiz e Ouvidor da Alfândega fiscalizava os demais oficiais régios que, em sua maioria, recebiam ordenados pagos pela Fazenda Real ou pelo movimento das embarcações e das fazendas que davam entrada na Alfândega. Alguns ocuparam o cargo por um período maior do que dez anos, como foi o caso do Escrivão da Mesa Grande, Francisco Rodrigues Silva. Esse escrivão também foi acusado de cobrar um valor superior ao que era determinado de alguns mestres de embarcações. Abaixo, no Quadro 3, estão os rendimentos do segundo melhor ordenado da Alfândega do Rio de Janeiro:

Quadro 3 – Ordenado do escrivão

Cargo	Remuneração
Escrivão da Mesa Grande	Não vencia ordenado algum, e só quando era juntamente Escrivão do Almoxarifado, vencia por um e outro ofício, trinta mil Réis, que cobrava na folha secular, cujos dois ofícios tinham um só proprietário, porém eram servidas por distintas pessoas: tinham de emolumentos cento e sessenta Réis de cada marca nova; da mesma sorte que o juiz e ouvidor da Alfândega, e assim o mesmo das lotações dos navios; sendo que de cada Sumaca e Lancha o mesmo que o Juiz e Ouvidor; de cada cabeça de escravo que entrava na mesma Alfândega, cinquenta Réis; de cada termo de fiança de assinante, quatro mil e oitocentos Réis, de propina de cada navio de Lisboa, Porto e Ilhas, quatro mil Réis; do registro de movimento dos ofícios dos oficiais, seiscentos e quarenta Réis; das cartas de guia, trezentos e vinte Réis; as buscas de cada conhecimento em forma cento e sessenta Réis do termo de fianças dos assinantes e outros quaisquer feito a requerimentos de partes, trezentos e vinte Réis; ficava responsável de registrar as ordens reais; fazer a conferência dos mais livros da Alfândega.

Fonte: AHU – Rolo 075, Caixa 079, documento 1831⁴².

Em relação aos oficiais aduaneiros, destaca-se, aqui, que os seus cargos podiam ser providos pelo rei ou pelo governador em casos emergenciais, geralmente por três anos, podendo ser prorrogado, após pagamento de donativo⁴³ e podiam ser de propriedade ou serventia.

42 – Ordem régia pela qual se determinou que os oficiais da Alfândega da capitania do Rio de Janeiro levassem os prós e percalços de seus ofícios em que tinham estabelecido os oficiais da Alfândega da Bahia. (Lisboa, vinte e dois de agosto de 1642). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida – Rolo 075, caixa 079, documento 1831. Elaborado pelo autor.

43 – Cf. AHU, Cx. 92, D. 7995 – RJ Avulsos – Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1770 – Ofício do Juiz e Ouvidor da Alfândega do Rio de Janeiro, Antonio Martins Brito, ao secretário de Estado, Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, afirmando ter recebido a ordem para se proverem sem delimitação de tempo, donativo ou terça parte pela Fazenda Real, todos os ofícios da repartição daquela Alfândega.

O documento, datado de 1708, demonstra que o cargo de tesoureiro deveria ser exercido por pessoa de toda segurança e satisfação, possuidora de cabedais. Para isso, punham-se editais para o seu provimento por três anos e caberia consulta ao rei para que fosse efetivada a nomeação⁴⁴.

No que dizia respeito ao ofício da guarda, eram também postos editais para que, no prazo de quinze dias, os postulantes apresentassem as certidões necessárias de comprovação dos feitos realizados. No caso de Lourenço Carvalho Chaves, antes de pleitear o referido cargo, havia exercido outras funções na administração, como escrivão e meirinho durante sete anos, e Escrivão da Almotaçaria por mais de nove anos, sem nunca ter sido culpado por nada, tanto nas devassas gerais quanto nas particulares, por erros de ofício. Essas características foram exaltadas no documento apresentado ao Conselho Ultramarino e o suplicante acabou por receber a mercê do rei para o exercício do cargo⁴⁵.

Regimento/Avaliação/Cobrança

Na primeira metade do século XVIII, verifica-se uma tentativa de elaboração de um novo regimento para as Alfândegas do Estado do Brasil, que a princípio deveria ser organizado pelo vice-rei Marquês de Angeja, o que não aconteceu. Segundo o vice-rei eram necessárias largas informações para elaboração de um regimento⁴⁶ e, assim, afirmava:

Por quanto não ter sido possível até agora fazer o Regimento expresso para as Alfândegas desta cidade, tanto por expirarem, as ordens de El

44 – AHU, Cx. 8, D. 837 – Avulsos. Rio de Janeiro, 04 de Janeiro de 1708 – Carta do [governador do Rio de Janeiro] D. Fernando Martins Mascarenhas e Lencastre, ao Rei [D. João V], sobre o cumprimento da ordem para colocar editais para o provimento do cargo de tesoureiro da Alfândega do Rio de Janeiro, contendo todas as especificações que tal cargo exige e o ordenado que será concedido ao nomeado, informando a dificuldade para prover tal cargo.

45 – AHU, Cx. 13, D. 2653-2655 – Castro Almeida. Lisboa, 26 de junho de 1703 – Consulta ao Conselho Ultramarino, sobre o provimento do lugar de guarda da Alfândega do Rio de Janeiro, a quem eram concorrentes Lourenço Carvalho Chaves e José de Lemos.

46 – Esse documento foi citado na dissertação de Mestrado de Hyllo Nader. Ver: SALLES, Hyllo Nader de Araújo. *Negócios e negociantes em uma conjuntura crítica: o porto de Salvador e os impactos da mineração, 1697-1731*. Juiz de Fora: Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

Rei meu Senhor, quanto por parecer conveniente seja o Regimento comum para todas as Alfândegas deste Estado para que se necessite de largas informações e diversos exames o que por força há de levar dilação de tempo e sendo preciso prover de alguns particulares da forma do despacho em que algum modo se faz preciso o alterar o que lhe dão o Foral da Alfândega e Regimento do Porto⁴⁷.

As instruções elaboradas pelo Marquês de Angeja tiveram, por parte do rei Dom João V, a constatação de alguns erros de citação acerca da procedência dos navios que deveriam circular e ser fiscalizados por todas as Alfândegas no Estado do Brasil. Dom João V solicitava o reparo imediato do texto e pedia um regimento que efetivamente explicasse a instituição alfandegária naquele Estado. Assim ele ordenava:

Pareceu ao Conselho que Vossa Majestade deva mandar aguardarem e o Marquês de Angeja, Vice-Rei do Estado do Brasil, providência para dar para o despacho da Alfândega da Bahia enquanto se lhe não formar o Regimento para esta Alfândega e para os mais do Estado do Brasil como a Vossa Majestade se fez presente em consulta deste Conselho de dez de dezembro de mil setecentos e dez, e que Vossa Majestade seja servido ordenar se observe na Bahia somente esta forma que provisionalmente deu o Rei para aquela Alfândega e se representa a Vossa Majestade que se repara muito que nestas instruções que me fez se dê a regra e forma para os despachos dos navios de Portugal e Europa, devendo só falar nos navios deste Reino e seus domínios por serem proibidos admitirem nos portos das conquistas navios estrangeiros⁴⁸.

O trecho do documento demonstra a preocupação e a consciência da Coroa portuguesa com o comércio exclusivo com a América Lusitana. A Alfândega na colônia exercia o papel de controle e de tributação das rela-

47 – AHU, Cx. 10, D. 832 – Lisboa, 05 de dezembro de 1715 – Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei D. João V sobre o que informa o vice-rei e governador-geral do Brasil, Marquês de Angeja, D. Pedro Antônio de Noronha Albuquerque e Sousa acerca da forma que deu e mandou observar nos despachos das fazendas que se despacharam na Alfândega da Bahia e os emolumentos que hão de levar os oficiais dela.

48 – AHU, Cx. 10, D. 832 – Lisboa, 05 de dezembro de 1715 – Consulta ao Conselho Ultramarino ao Rei Dom João V sobre o que informa o vice-rei e governador-geral do Brasil, Marquês de Angeja, Dom Pedro Antonio de Noronha Albuquerque e Sousa acerca da forma que deu e mandou observar nos despachos das Fazendas que se despacharam na Alfândega da Bahia e os emolumentos que hão de levar os oficiais dela.

ções comerciais entre Portugal e Brasil. Essa era a principal função dessa instituição nos trópicos. Nessa perspectiva, o uso da palavra *Europa* para o monarca significava uma abrangência de autorização de embarcações de outras monarquias europeias na costa brasileira. Uma opção de interpretação é que o vice-rei pode ter citado isso pelo fato de apenas copiar os itens do Foral da Alfândega do Porto, sem atentar para a dinâmica do comércio exclusivo que regia as relações comerciais com o Brasil.

Semelhante a Lisboa, essas instruções, escritas pelo Marquês de Angeja, citam a questão dos assinantes nas Alfândegas coloniais. O *assinante* era o termo designado para o homem de negócio e seus fiadores que apresentavam determinada quantia como fiança para pagar os impostos dos despachos das mercadorias. Todo e qualquer homem de negócio poderia se candidatar ao posto de assinante, mas antes era analisado e aprovado pelo Juiz da Alfândega e/ou da Casa de Arrecadação.

A responsabilidade do Juiz da Alfândega de aprovar um assinante colocava em risco os seus bens no caso de falência dos homens de negócio ou de não conseguirem pagar aquilo que foi prometido. Portanto, a recomendação era que a escolha fosse muito bem realizada, como demonstra a instrução em uma legislação de 1784:

Sou servida ordenar que desde o primeiro de Janeiro próximo vindouro de 1785 em diante não seja admitido algum Negociante a assinar e a constituir-se devedor por direitos de qualquer Alfândega ou Casa de Arrecadação deles na conformidade até a quantia determinada por despacho do Meu Erário Régio pela qual quantia tão somente haverá a Minha Real Fazenda de correr risco em todo aquele tempo que decorrer até ao vencimento dos Escritos passados a cargo dos Assinantes com a cominação de que no caso de falência de alguns destes se a sua dívida exceder a quantia taxada do modo referido será excesso responsável pelos seus bens aquele dos ditos Provedor [No caso Juiz e Ouvidor] e Administrador da Alfândega que a seu arbítrio houver feito demasiada confiança a qual não serão obrigados os fiadores dos Assinantes, por se dever entender e declarar no termo da sua obrigação que não afiançaram mais do que a quantia determinada⁴⁹.

49 – SILVA, Antônio Delgado da. *Coleção da Legislação Portuguesa*: desde a última

Existia uma dinâmica de despacho para o grupo de assinantes na Alfândega colonial, ou seja, os livros que registravam esses desembarços eram enviados para a casa do tesoureiro, o qual conferia a quantidade de despachos que foram realizados pelos tais assinantes. Após essa conferência, o tesoureiro emitia um documento declarando os direitos que deveriam ser pagos entre três e no máximo em doze meses e a contabilidade do primeiro pagamento iniciava a partir do mês subsequente ao despacho quando assinavam no livro da Alfândega⁵⁰.

Nas instruções do Marquês de Angeja, verificou-se que os oficiais da Alfândega, após a imposição da cobrança da dízima em forma de dez por cento (a dízima no Brasil é cobrada desde o século XVI, variando o valor da percentagem ao longo do tempo), tinham direito apenas ao ordenado, estipulado pela Fazenda Real, e não mais sobre o valor do imposto que era cobrado; porém, existia uma exceção para o Escrivão da Mesa Grande: *apenas ele podia levar do termo de fiança que era lançado no livro do despacho a pessoa ou as pessoas que eram admitidas para assinantes na Alfândega a quantia de cento e setenta réis*⁵¹.

Em relação aos procedimentos adotados nas Alfândegas em geral, quando a embarcação chegava ao porto colonial, no século XVIII, o Escrivão da Descarga era o responsável por designar guardas a bordo do navio para fiscalizar as mercadorias até a hora do desembarque. Esses guardas eram acompanhados pelo guarda-mor que tinha por obrigação supervisionar os demais guardas e relatar ao juiz tudo o que havia observado⁵². No serviço de abertura, a distribuição do número de oficiais deveria seguir o Foral da Alfândega de Lisboa.

compilação das ordenações, legislação de 1755 a 1790. Lisboa: Typografia Maygrense, 1828, p. 365.

50 – AHU, Cx. 10, D. 832 – Lisboa, 05 de dezembro de 1715 – Consulta ao Conselho Ultramarino ao Rei Dom João V sobre o que informa o vice-rei e governador-geral do Brasil, Marquês de Angeja, Dom Pedro Antonio de Noronha Albuquerque e Sousa acerca da forma que deu e mandou observar nos despachos das Fazendas que se despacharam na Alfândega da Bahia e os emolumentos que hão de levar os oficiais dela.

51 – *Id.*

52 – CARDOSO, Grazielle Cassimiro; CAVALCANTE, Paulo. Estrutura e dinâmica da fiscalização e arrecadação do direito da dízima da Alfândega da cidade do Rio de Janeiro,

Como exemplo, é citada, nas instruções organizadas pelo Marquês de Angeja, a forma que deveria ser registrada dez caixas e pacotes de fazendas, todas da mesma marca e gênero, no livro de assentos. Os oficiais deveriam abrir as caixas contendo o mesmo tipo de mercadoria e conduzi-las para a Mesa Grande, na qual se dava o despacho segundo o valor definido na pauta⁵³. Vale destacar que, no século XVIII, os direitos alfandegários na colônia eram cobrados de acordo com o estabelecido em uma pauta.

A primeira pauta foi elaborada em 1700, no Rio de Janeiro, a mando do provedor por dois avaliadores e dois homens de negócio⁵⁴, possuindo aproximadamente 560 itens. Outra pauta foi elaborada no segundo decênio do Setecentos (1726)⁵⁵, já com um número maior de gêneros e com os valores ajustados para aquela nova realidade. A inclusão de mercadorias na pauta acabava por ser essencial para a boa arrecadação da Fazenda Real. Por isso, o rei D. João V ordenou:

[...] remetais a cópia da pauta com os gêneros que estão taxados e avaliados nesta para pagarem o direito da dízima e também em título à parte uma lista de todos os gêneros que costumam ir à Alfândega que se não acham avaliados nela mandando outrossim de fora das ditas relações uma mui distinta e com toda a clareza do que valem nessa praça cada um dos ditos gêneros vendidos mercantilmente cuja diligência vos hei por muito recomendada⁵⁶.

Os valores da pauta não eram uniformes para todas as Alfândegas do Estado do Brasil, podendo variar regionalmente. Já a administração dos

1700-1725. In: CARRARA, Angelo; CAVALCANTE, Paulo (Org.). *Alfândegas do Brasil*: Rio de Janeiro e Salvador, século XVIII. Estudos de administração fazendária. Juiz de Fora: Ed. Da UFJF, 2016, p. 26.

53 – *Id.*

54 – AHU, Cx. 12, Doc. 2394, 2395 – Castro e Almeida. Rio de Janeiro, 09 de junho de 1700 - Carta do Provedor da Alfândega acerca da cobrança da dízima de todos os gêneros entrados na Alfândega do Rio de Janeiro, cujos rendimentos os moradores dessa cidade haviam oferecido para o custeio da infantaria com que de novo se aumentaria o efetivo da guarnição.

55 – AHU, Cx. 24, D. 5369 a 5380 - Castro e Almeida. Rio de Janeiro, ant. a 04 de fevereiro de 1726 - Pauta das avaliações das fazendas por onde se tira a dízima da Alfândega da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

56 – *Id.*

despachos das fazendas era organizada com base no Foral da Alfândega de Lisboa. Além disso, as fazendas, que não estavam presentes na pauta teriam de passar por uma avaliação e os feitores da Mesa Grande deveriam assistir à abertura e ao despacho das fazendas de acordo com o que era determinado entre os artigos 33 e 37 do Foral de Lisboa.

Em relação a outros oficiais, é possível assegurar que o juiz da balança e seu escrivão deveriam seguir as recomendações da condição 38 do foral, que tratava das suas atribuições e dizia que esses oficiais tinham por obrigação registrar em livro o peso das fazendas que se despachavam por esse modo. O porteiro exercia concomitante as funções de selador e a de feitor da descarga. Era o responsável por abrir as portas da Alfândega no horário determinado para a entrada das fazendas e examinar a saída de todas elas.

Contudo, o que se pode mesmo observar é que embora as regras fossem comuns para todas as Alfândegas do Império Português, entre o final do século XVII e a primeira metade do XVIII, houve uma significativa mudança tanto na estrutura quanto na dinâmica da Alfândega do Rio de Janeiro. A necessidade de se obter mais recursos para a defesa da Região Centro-Sul, associada à descoberta das minas de ouro e à transformação do porto carioca em receptor de mercadorias e escoadouro do ouro para a metrópole fizeram uma verdadeira transformação naquela aduana que outrora foi uma pacata repartição nas longínquas terras do continente americano.

Conclusão

Ao concluir oferecemos um olhar reflexivo das questões que foram apresentadas neste trabalho. Nossa análise permitiu verificar que a fiscalidade teve um papel relevante na formação e na consolidação do Estado português, sendo essencial para a colonização da América Lusa. Através dos recursos, oriundos do sistema tributário, foi possível manter todo o aparato administrativo e a defesa do território no ultramar. Nesse cenário, a Alfândega desponta como a instituição responsável pela cobrança dos

tributos provenientes da circulação de mercadorias, como geradores de uma das principais rendas da Coroa.

Outros fatores evidenciados são as aproximações dos modelos administrativos das Alfândegas de Lisboa e da cidade colonial. Vale lembrar que ambas eram regidas pelo mesmo foral, datado de 1587. Contudo, o cotidiano no além-mar impôs uma dinâmica própria, o que permitiu, ao longo da análise, comprovar algumas diferenças entre os dois lados do Atlântico.

A partir do final do século XVII, um novo traçado começa a ser desenvolvido no Rio de Janeiro. A descoberta das Minas e a fundação da Colônia do Sacramento, cuja manutenção iria exigir de Portugal a alocação de recursos nessa direção, fez com que a capitania fosse a maior beneficiária com essa nova atividade econômica ao se converter no principal escoadouro dos metais e pedras preciosas para a Europa e centro da zona abastecedora da região mineira com o desenvolvimento de um amplo mercado consumidor.

Tudo isso transformou rapidamente a economia fluminense e redefiniu o seu papel no interior do Império Português, provocando uma série de inflexões na economia da região. Nesse contexto, a imposição da cobrança da dízima da Alfândega sobre todas as mercadorias que entravam no porto, inclusive as do reino, ilhas e mesmo de outras capitanias da América Lusa, merece destaque.

Logo na primeira década do Setecentos, o quadro de funcionários da Alfândega do Rio de Janeiro sofreu acréscimos devido ao aumento da movimentação de embarque e desembarque no porto da cidade e à necessidade de controle sobre o comércio, além do contrabando. Uma das principais mudanças foi a desvinculação do cargo de Juiz da Alfândega, o mais importante da hierarquia, com o de Provedor da Fazenda.

O principal objetivo do presente estudo foi demonstrar o quanto a instituição alfandegária foi essencial para o controle do comércio, como

uma tentativa de manutenção do exclusivo metropolitano. Em outras palavras, foi um dos elementos de materialização do sistema colonial.

Texto apresentado em outubro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021

BEMTEVIS, CABANOS E LIGUEIROS: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA ELITE POLÍTICA DO MARANHÃO APÓS A BALAIADA (1842-1855)

BEMTEVIS, CABANOS AND LIGUEIROS: ORGANIZATION AND ROLE OF THE POLITICAL ELITE OF MARANHÃO AFTER THE BALAIADA (1842-1855)

ARTHUR ROBERTO GERMANO SANTOS¹

Resumo:

Este artigo pretende analisar a organização e a atuação da elite política do Maranhão, no século XIX, entre 1842 e 1855, a partir das eleições. Busca compreender a configuração (e as reconfigurações) dos grupos políticos maranhenses nesse período. Os pleitos para os cargos eletivos do governo central certamente eram um momento singular que mobilizava os grupos políticos locais; evidenciavam, ainda, suas ações, identidades e força. Será, portanto, matéria crucial e recorrente deste trabalho. O recorte temporal se justifica por ser o período de (re)constituição dos partidos locais após o fim da Balaiada e a dissolução da Câmara Geral em 1842. Finalizo antes da promulgação da Lei dos Círculos (1855), que alterou as regras da disputa eleitoral. Enfocarei os deputados maranhenses eleitos para a Câmara Geral. Em menor medida, falarei dos senadores e deputados provinciais. Sempre que possível, trarei informações biográficas sobre eles e seus aliados, a partir de diferentes tipos de fontes, para ajudar a compor um quadro mais amplo dessa elite política, bem como de seus laços. Para averiguar as identidades e organização das elites no âmbito provincial, privilegiarei uma fonte específica: os jornais do período. Outro *corpus* documental servirá para confrontar, quando possível, essas caracterizações e identificações com a atuação institucional: os anais da Assembleia Geral e do Senado do Império..

Palavras-chave: Elite política do Maranhão; Deputados; eleições; partidos.

Abstract:

The article aims to analyze the organization and the role of the political elite of Maranhão after the elections in the 19th century, in the period between 1842 and 1855, and also to understand the configuration (and reconfigurations) of political groups in Maranhão at that time. The elections for public offices in the central government were certainly a singular moment that not only mobilized local political groups but also showed their actions, identities and strengths. Therefore, this will be a crucial and recurring point in the paper. The period discussed here represents the period of the (re)constitution of the local parties after the end of the Balaiada and the dissolution of the General Chamber in 1842. It refers, therefore, to the period before the enactment of the Lei dos Círculos (Law of the Circles) in 1855, which changed the rules of the electoral dispute. A special focus is laid on the deputies elected to the General Chamber in Maranhão, and, to a lesser extent, on the senators and provincial deputies. When possible, biographical information from different sources is provided about them and their allies to help understand the broader picture of these political elites and their ties. In order to check the identities and organization of the elites at the provincial level, we used newspapers of the period as source. As additional documentary corpus, we used the Annals of the General Assembly and the Senate of the Empire to confront these characterizations and identifications with their institutional roles.

Keywords: Maranhão's political elite; deputies; elections; parties.

1 – Doutorando em História/UFRRJ. E-mail: arthurgermanosantos@gmail.com.

Introdução

Desde antes da Guerra² da Balaiada (1838/41), os partidos políticos da província do Maranhão se dividiam, em linhas gerais, entre liberais (primeiro marrecos, depois bemtevis) e conservadores (cabanos)³. Dentre os liberais, havia a dissidência dos exaltados. A historiografia observa que, em relação à elite política, a Balaiada ocorreu devido ao alijamento das elites liberais da Assembleia Provincial e dos cargos públicos locais⁴. No nível provincial, isto ocorreu, segundo Mathias Röhrig, porque o presidente liberal em 1837, Antônio Pedro da Costa Ferreira, decidiu não intervir nas eleições. Por outro lado, o presidente conservador nomeado para o suceder em 1838, Vicente Camargo, encampou todos os esforços para privilegiar os conservadores. “Os liberais foram removidos dos postos que ocupavam, tornando-se insignificante a sua influência no Estado⁵”.

Após o fim da Guerra, pode-se dividir a proeminência dos grupos políticos do Maranhão em quatro períodos: 1º – retorno dos liberais ao poder a partir da família Jansen e Sá (1842/46); 2º – domínio da *Liga*

2 – ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral*. São Luís: EDUFMA, 2008. “[No] [...] Brasil regencial, revoltas sociais, como a Balaiada, enfrentaram um Estado imperial que se constituía fundado sobre conexões ambíguas entre as duas esferas [guerra e política], como se o monopólio da violência se fizesse sem separar seu emprego como “meio” e como “fim”. O aparelho repressor, à semelhança de um Estado policial, combinou em si faces da guerra e da política”. SOARES, Flávio José Silva. *No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da Província do Maranhão*. Tese (Doutorado em História) - UFPE. Recife, 2008, p. 330.

3 – CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. *Pela boa ordem da província e pela glória do Império – famílias, estratégias e suas tramas na administração imperial do Maranhão (c.1750-c.1840)*. Tese (Doutorado em História) – UFJF. Juiz de Fora, 2019, p. 285 e *passim*.

4 – ALENCASTRO, Luiz Felipe. “Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães”. *Novos Estudos Cebrap*, n. 23, março, p. 9-10, 1989; SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Editora Ática, 1983, p. 74-77 e SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias, o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 286.

5 – ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Cabanos contra bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão (1820-1841). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio. *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier / Campus, 2004, p. 208.

Liberal Maranhense (1846/48); 3º – aliança entre liberais opositores da Liga (os liberais da *Estrella*) e conservadores (1848/52); 4º - aliança entre membros dos dois partidos, liberais dissidentes e conservadores (1852/54). Falarei com algum vagar de cada um deles.

De acordo com o historiador maranhense Mário Meireles, o Segundo Reinado é a “história da luta política entre os dois partidos, revezando-se no poder⁶”. Para ele, no Maranhão, “a consciência política de um dualismo partidário entre situacionistas e opositoristas, começou⁷” em 1827 e culminou na Setembrada, em 1831⁸. Sua interpretação, ao plasmar a constituição dos grupos locais a partir da Corte, transforma a Liga Liberal Maranhense, formada no final de 1846, na primeira “arregimentação liberal” da província. Ela foi, na verdade, uma conjunção de liberais e conservadores para sustentar a presidência da província do liberal Joaquim Franco de Sá, como veremos a seguir.

Antes de prosseguir, é preciso falar dos critérios de análise. Em relação à definição da composição dos grupos e suas respectivas lideranças, segui as pistas apontadas por seus *órgãos* na imprensa da época. O aparecimento desses nomes, sua frequência e recorrência no decorrer do tempo serão utilizados como indicativo do papel que aquelas figuras representaram nos partidos políticos locais e suas *comissões centrais*. Essas comissões eram formadas por membros dos respectivos partidos políticos. Sua composição era publicada nos jornais da província e normalmente aparecia em forma de circular. Outras vezes, vinha acompanhada da notícia da reunião entre correligionários que a consagrou. Aos membros das comissões, em particular, se atribuía a capacidade de decidir sobre

6 – MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. São Luís: DASP, 1960, p. 269.

7 – *Idem, Ibidem*.

8 – A Setembrada (1831) foi um motim com apoio popular e de batalhões. Marcada pelo antilusitanismo, tinha como uma das suas demandas centrais a retirada dos portugueses e simpatizantes do rei dos cargos públicos da província do Maranhão. Estava ligada com os eventos que levaram à retirada do presidente da província do Pará. Cf. ABRANCHES, Dunshee. *A Setembrada ou a Revolução Liberal de 1831 em Maranhão*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil, 1970 e MACHADO, André Roberto de A. O Fiel da Balança. O papel do Parlamento Brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. *Revista de História*, n. 164, janeiro-junho, 2011.

as candidaturas para os mais diversos cargos. Esses membros podiam ou não ocupar cargos eletivos eles mesmos (ou disputá-los). Observar a composição das comissões e suas indicações a partir dos jornais não significa acreditar que aquelas pessoas eram as únicas responsáveis pelas decisões que diziam respeito aos partidos (afinal, outros tipos de fonte, como cartas, poderiam mostrar articulações diferentes). De todo modo, na disputa político-partidária encampada pelos jornais, esses nomes eram destacados publicamente como responsáveis e fiadores das candidaturas de suas respectivas agremiações, e é a partir desse ponto de vista que os considerarei.

Além das informações colhidas nas fontes, nos trabalhos acadêmicos, almanaques e excertos biográficos, parto de quatro autores centrais, cada um guiado por preocupações específicas na concepção e produção de suas obras: de César Marques e seus escritos, especialmente os do IHGB; de Antônio Henriques Leal⁹ e seu *Panteão Maranhense*; de Jerônimo de Viveiros, no livro sobre Alcântara e sua elite; de Milson Coutinho e os trabalhos sobre os deputados e a nobiliarquia maranhense¹⁰.

9 – Para Henrique Borralho, Antônio Henriques Leal, enquanto membro do Partido Liberal, desempenhou o papel de intelectual orgânico desse grupo, especialmente ao construir um *Pantheon* “repleto de figuras correligionárias do seu partido”. BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – UFF, 2009, p. 18 e *passim*.

10 – Além dos sítios das Academias Maranhense e Brasileira de Letras, CPDOC, Senado e Supremo Tribunal Federal: COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005 e COUTINHO, Milson. *O poder legislativo do Maranhão (1830-1930)*. São Luís: Edição da Assessoria de comunicação social da Assembleia Legislativa do Maranhão, 1981; MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870/ Rio de Janeiro: Fonfon e Seleta, 1970 e MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888.; LEAL, Antônio Henriques. *Pantheon Maranhense*. Ensaio biográfico dos Maranhenses ilustres já falecidos. São Luis, 1873/Rio de Janeiro: Alhambra, 1987. Tomo I. LEAL, Antônio Henriques *Pantheon Maranhense*. Ensaio biográfico dos Maranhenses ilustres já falecidos. São Luis: 1875/Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.; VIVEIROS, Jerônimo de. *Alcântara no seu passado econômico, social e político*. (1950). 4ª ed. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.

Os grupos políticos maranhenses a partir das eleições

Nas eleições gerais de 1842 para a 5ª legislatura, logo após os pleitos classicamente conhecidos na historiografia como “eleições do cacete¹¹”, o grupo de liberais capitaneado pelos Jansens¹² e por Joaquim Franco de Sá¹³ conseguiu se eleger, iniciando um período de domínio e disputa entre os liberais, que perdurou até 1846. Essa foi uma eleição na qual os opositores, notadamente o conservador Cândido Mendes¹⁴, acusaram o presidente da província de ser um “*presidente instrumento*”, operando juntamente à “potência formidável da câmara municipal da capital¹⁵”.

11 – Esse também era o contexto das “revoluções” liberais em São Paulo e Minas. Cf. HÖRNER, Erik. *Até os limites da política: a “Revolução Liberal” de 1842 em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 282 e *passim*. Carvalho fala da abstenção dos liberais nessa eleição e de uma Câmara Geral unanimemente conservadora, mas não é o que se verifica pelos Anais da Câmara, nem a partir de outras fontes sobre esse período no Maranhão. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem; Teatro de Sombras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 407.

12 – Isidoro Jansen Pereira, José Jansen do Paço, Manuel Jansen Ferreira e Manuel Jansen Pereira, este último eleito deputado.

13 – Joaquim Mariano Franco de Sá nasceu em Alcântara, em 1807, casou-se com a filha do Barão de Pindaré (Antônio Pedro da Costa Ferreira), Lucrecia Rosa Costa Ferreira. Iniciou o curso de Direito em Coimbra, e o finalizou em Olinda, em 1832. Fundou o jornal *Americano*, em 1836, dedicado à divulgação dos ideais liberais; também serviu de sustentação à presidência da província do tio, o futuro Barão de Pindaré, juntamente com o *Eco do Norte*, de João Lisboa. Foi secretário da presidência de Costa Ferreira. Em 1837, tornou-se vice-presidente da província do Maranhão. Foi presidente da província da Paraíba em 1844 e deputado geral pelo Maranhão na legislatura de 1845-47. Foi nomeado desembargador da Relação do Maranhão. Cf. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 121-123 e MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 186-189.

14 – Nasceu no município de Brejo, em 14 de outubro de 1818, e formou-se em direito na Faculdade de Olinda. Segundo o “elogio histórico” proferido no IHGB, por ocasião de seu centenário, teve como colegas de ano *Francisco José Furtado*, Carvalho Moreira (Barão de Penedo), *João Pedro Dias Vieira*, seu conterrâneo, até o final, [Bevenuto Augusto] Magalhães Taques; como contemporâneos *Fábio Alexandrino de Carvalho Reis*, também seu conterrâneo; até 1838 A[ntônio] Herculano de Souza Bandeira e nos dois primeiros anos, Teixeira de Freitas. Ainda segundo esta fonte, começou a advogar aos 21 anos em São Luís e, em 1840, se tornou professor do Liceu Maranhense, na cátedra de História e Geografia, onde foi contemporâneo de *Sotero dos Reis*. Foi promotor público entre 1841 e 1842 na capital, quando decidiu se envolver na política local. VIANNA, Manuel Álvaro de Souza Sá. *Comemoração do Centenário natalício do Senador Cândido Mendes de Almeida*. Elogio Histórico lido na sessão do Instituto Histórico Brasileiro em 14 de outubro de 1918. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p. 6-8.

15 – ALMEIDA, Cândido Mendes de. *As eleições da Província do Maranhão em 1842*,

Em relação às eleições de 1842 – ainda segundo Cândido Mendes – foram produzidas votações unânimes e com poucas diferenças entre si, a partir de atas falsas¹⁶. Por essa razão, “triunfou uma facção anárquica e egoísta, apoiada no presidente da província, Dr. Venâncio José Lisboa, e no chefe de polícia, o desembargador José Mariani¹⁷”. A chapa vencedora foi composta pelo então presidente da província Venâncio José Lisboa, o ex-presidente e antecessor João Antônio de Miranda, Joaquim Franco de Sá e Manuel Jansen Pereira.

Essa acusação de partido anárquico encontrou guarida na Câmara Geral. Na sessão de 13 de janeiro de 1843, o conservador Manuel Joaquim Carneiro da Cunha, de Pernambuco, observou que ainda que o Partido Bemtevi tivesse entre suas fileiras pessoas respeitáveis como José Mariani, o deputado eleito pelo Maranhão, João Antônio de Miranda¹⁸, havia de “conceder que no seu partido está Raphael Pereira de Carvalho¹⁹”, que poderia ser muito honrado – como defendia Miranda – “mas as suas opiniões políticas são bem sabidas no Brasil²⁰”. Para o conservador Carneiro da Cunha, a guerra gerada pela lei dos prefeitos (a Balaiada) “foi provocada pelo Partido Bemtevi²¹”. César Marques, médico e historiador maranhense coevo, concordava com essa interpretação. Na sua apreciação da trajetória de Estevão Rafael de Carvalho, famoso redator de *O Bemtevi*, afirmou que o periódico “continuou a espalhar seus

sob a presidência do Dr. Venâncio José Lisboa. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. da Costa, 1843, p. 55.

16 – Aqueles que mais teriam perdido votos: Dr. Padre Antônio Bernardo da Encarnação e Silva, o Desembargador Leocádio Ferreira de Gouvêa Pimentel Belleza e ele próprio. *Idem, Ibidem*.

17 – Advertência. In: MENDES, *op. cit.* José Mariani era cunhado de José Jansen do Paço. Formado em Leis em Coimbra, foi presidente da província do Rio Grande do Sul (1833). Também foi nomeado para a presidência do Pará (1831), mas não assumiu. Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1865. BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=296> Acesso em: 26.07.20.

18 – Presidente da província do Maranhão entre 1841 e 1842.

19 – Acredito que ele se referia a Estevão Rafael de Carvalho, redator de *O Bemtevi*.

20 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 13 de janeiro de 1843, p. 179.

21 – *Idem, Ibidem*, p. 180.

escritos incendiários, e afinal, em 1838, aparecem a *Revolução do balaio*, que também se chamou dos *Bemtevis*, porque os revoltosos assim se intitulavam e davam vivas a esse periódico e a seu partido²²". Ao responder ao desagravo do também liberal D. Francisco Balthasar²³ que, segundo Marques, duvidava da centralidade de Estevão Rafael de Carvalho como redator da folha (também) liberal, utilizou como fonte um ofício redigido por um presidente da província conservador, Eduardo Olímpio Machado. Datado de janeiro de 1853 e, segundo ele, enviado ao chefe do gabinete Joaquim José Rodrigues Torres, narraria que "os liberais ou marrecos, em meados ou pouco antes de 1838, reorganizaram-se com a denominação Bemtevis para, com auxílio de alguns descontentes, hostilizarem com mais força a administração de Vicente Thomaz Pires Figueiredo de Camargo²⁴". Seus chefes seriam João Francisco Lisboa, então redator da *Crônica Maranhense*, e Estevão Rafael de Carvalho, "redator do pequeno periódico *Bemtevi* redigido em estilo violentíssimo e adaptado a desorientar as massas contra o partido dominante, conhecido pelo nome de *cabano*²⁵".

Na avaliação de Marques sobre esse período, a família Jansen "então muito prestigiosa por seus muitos membros em posição elevada, pela fortuna, e pelas muitas relações [...] em toda a província" – sobressaindo-se Isidoro Jansen Pereira – "sustentou a administração do Dr. João

22 – MARQUES, César Augusto. O "Bemtevi", periódico maranhense, e seu redator o senhor Estevão Rafael de Carvalho. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1855). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1886, p. 293. Sobre essa questão, ver ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. "Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador". Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revolutas, Motins, Revoluções: Homens livres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011 e ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *De caboclos a Bem-te-vis – formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)*. São Paulo: Annablume, 2018, p. 358-360 e *passim*.

23 – E deputado geral pelo Maranhão na 9ª legislatura, que iniciou em 1853.

24 – MARQUES, César Augusto. Resposta às Breves Reflexões que o Exm. Conselheiro D. Francisco Balthasar da Silveira fez sobre O Bemtevi e seu redator o Sr. Estevão Rafael de Carvalho. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1886, p. 297.

25 – *Idem, Ibidem*, p. 298.

Antônio Miranda, [...] e por isso teve muita influência na imprensa²⁶”. Segundo ele, em 1842, os Jansens fundaram o jornal *O Unitário*, com três redatores²⁷. Após o seu desaparecimento, deu lugar, ainda naquele ano, ao *Correio Maranhense*, redigido “pelo Dr. Manuel Jansen Pereira²⁸, Manuel Jansen Ferreira²⁹, e outros indivíduos do partido liberal adeptos da família Jansen, tais como o desembargador José Mariani e Dr. Gregório de Tavares [...]”³⁰”. A esse jornal ele atribuiu a sustentação da administração do presidente seguinte: Venâncio José Lisboa. “O outro grupo liberal, contrário ao partido conservador, vendo quão hostil lhe era o novo presidente, publicou *O Dissidente*, redigido pelos Drs. Fernando e Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, João Francisco Lisboa, João Pedro Dias Vieira e outros³¹”.

26 – MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 198-199.

27 – Gregório Tavares Ozorio Maciel da Costa, Casimiro José de Moraes Sarmento e Manuel Jansen Pereira.

28 – Filho de Ana Jansen, bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, juiz municipal e de órfãos de Guimarães (1842), secretário do governo (1844), professor de Retórica e Poética do Liceu Maranhense, contemporâneo de Cândido Mendes, Sotero dos Reis (Professor de Língua Latina e Inspetor Interino de Instrução) e Casimiro José de Moraes Sarmento (Inspetor de Instrução Pública e Diretor do Liceu). MARANHÃO. *Almanak Administrativo do Maranhão*. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) e Academia Maranhense de Letras, 1849, p. 116 e *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 3, 5 de julho de 1842.

29 – Estudou Direito na Faculdade de Olinda, juiz de direito da Comarca de Alcântara, foi Desembargador do Tribunal da Relação do Pará desde 1873, e também seu presidente. Foi removido da Relação do Maranhão para a do Pará, juntamente a Francisco da Serra Carneiro e João Paulo Monteiro Andrade. Compôs a nova relação com João Caetano Lisboa. Marido de Anna Augusta Jansen Ferreira, filha de Ana Jansen, proprietária influente na sociedade maranhense. *O Paiz*. São Luís. Periódicos: Biblioteca Nacional (BN), n. 149, p. 3, 5 de julho de 1878.; MARANHÃO. *Almanak Administrativo do Maranhão*. Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), 1861 e 1874, p. 204 e 473, respectivamente; PARÁ. Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Sobre-o-TJ/39-Historico.xhtml>. Acesso em: 25.08.2020. *A Imprensa*. São Luís. Periódicos (1857-62): Biblioteca Nacional (BN), n. 43, p. 3, 28 de outubro de 1857. Ver ainda JANOTTI, Maria Lourdes Mônaco. Três mulheres da elite maranhense. *Revista Brasileira de História*, v. 16 (31-32), p. 225-248, 1996.

30 – MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 199.

31 – *Idem, Ibidem*. Na lavra de Sotero dos Reis, esse era “o título da nova folha anti-jansenista. [...] Oposição à oligarquia de família que pesa sobre a nossa infeliz província, monopolizando os principais cargos de eleição popular, os postos superiores da guarda

Maria Lourdes Janotti, em seu trabalho sobre João Lisboa, afirma que houve cisão entre os liberais em 1843 e 1845³². A julgar pela descrição anterior, a cisão de 1843 entre os jansenistas e seus opositores foi bem demarcada. Sobre os conservadores, as fontes são escassas, mas persistiram na liça Cândido Mendes de Almeida e Francisco Sotero dos Reis (cabano, foi professor de João Lisboa)³³.

Cândido Mendes foi eleito suplente na contestada 5ª legislatura (1843/44) e ocupou por pouco mais de um ano a vaga de Manuel Jansen Pereira. Em um dos seus discursos na Casa em outubro de 1843, ainda debatendo as questões da eleição do ano anterior, afirmou sempre ter pertencido “a um partido, o da ordem; voto com ele e sempre votei³⁴”. Acusando a oposição de utilizar o recrutamento como arma política unicamente contra seu partido, apresentou requerimento na Câmara Geral indagando sobre o número de recrutas da província. Joaquim Franco de Sá, em seu discurso de defesa, leu na Câmara uma representação da Assembleia Legislativa Provincial que, segundo ele “consta[va] unicamente de nossos aliados políticos³⁵”, e que também era contra o altíssimo número (cerca de 1200) de recrutados para a “guerra do Sul”³⁶. Nos discursos parlamentares, a Assembleia Provincial do Maranhão era vivamente disputada, assim como o legado e a responsabilidade pela Balaiada. Para Cândido Mendes de Almeida, a “folha incendiária” na qual Joaquim Franco de Sá

nacional, e abusando de todos os meios de poder ao seu alcance”. *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), n. 164, p. 4, 10 de janeiro de 1843.

32 – JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador*. São Paulo: Ática, 1977, p. 101.

33 – Janotti menciona ainda Severino Dias Carneiro. Sotero dos Reis mencionava Manuel Gomes da Silva Belfort (*A Revista*, 21/11/1843).

34 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 5 de outubro de 1843, p. 319.

35 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 28 de setembro de 1843, p. 259. A legislatura de 1843/44 possuía parcela significativa de deputados provinciais liberais.

36 – Sobre essa questão, ver RIBEIRO, José Iran. “*De tão longe para sustentar a honra nacional*”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em História) – UFRJ. Rio de Janeiro, 2009, p. 117 e *passim*. Ver também FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 75-83.

seria um dos redatores “foi publicada ao princípio e com o fim de fazer oposição à Assembleia Provincial e ao presidente que então existia, que era o Sr. Camargo”³⁷. Na sua versão dos eventos, devido às leis aprovadas pelo legislativo provincial, à lei dos prefeitos e da guarda nacional, os “facciosos [...] ficariam inibidos de algum dia subir ao poder; por isso lançaram mão de um Raimundo Gomes”³⁸. Nessa apreciação, a rebelião do Maranhão seria tão política quanto a de Minas Gerais e São Paulo. João Antônio de Miranda, nascido no Rio de Janeiro, ex-presidente da província do Maranhão e deputado eleito pela mesma localidade, contemporizou e fez questão de asseverar que foi “mais cabano que bemtevi”³⁹ nos últimos dias de sua administração, pois teria inclusive nomeado o próprio Cândido Mendes como promotor. Para ele, “o partido bemtevi não [era] composto de anarquistas, de malvados, de ímprobos, como os figura o Sr. deputado”⁴⁰. Joaquim Franco de Sá, por sua vez, evitava reivindicar a alcunha *bemtevi*, preferindo situar o surgimento dos partidos maranhenses – e o do seu em particular – na Independência e na “promulgação da lei fundamental do império”. Para ele, “do nosso lado existem as tendências para as fórmulas democráticas temperadas por uma monarquia bem constituída, pelo elemento aristocrático devidamente representado e aquinhoado; existem as simpatias para a liberdade constitucional [...]”⁴¹. Do outro lado estariam representados aqueles que preferiam a “liberdade dos Gracos, ou dos ascetas políticos das antigas repúblicas gregas [...]: do outro lado existem simpatias para a forma de governo absoluto”⁴².

Devido à escassez das fontes, até 1846 é difícil determinar as chapas de todos os grupos em disputa. O exame foi realizado pela via indireta. Em 1844, por exemplo, Sotero dos Reis, cabano e redator de *A Revista*,

37 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 2 de setembro de 1843, p. 278.

38 – *Idem, Ibidem*.

39 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 7 de outubro de 1843, p. 330.

40 – *Idem, Ibidem*, p. 331.

41 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 28 de setembro de 1843, p. 262.

42 – *Idem, Ibidem*.

opositor ferrenho dos Jansens⁴³, narrou a ida do liberal José Thomaz dos Santos e Almeida⁴⁴ para as eleições em Chapada – enquanto era deputado provincial e a Assembleia estava reunida⁴⁵ – para tentar concorrer à vaga de deputado geral na 6^a legislatura. Segundo Reis, “se não volta da sua comissão antes da apuração passava certamente de deputado a suplente”, pois a “oligarquia Jansen” conseguira eleger Isidoro Jansen⁴⁶ suplente “sem que tivesse figurado como candidato”⁴⁷. D. Francisco Balthasar da Silveira⁴⁸, nessa narrativa, outro liberal envolvido nos negócios eleito-

43 – João Francisco Lisboa era seu grande inimigo na imprensa e, em anos anteriores, chegou a sair em defesa dos Jansens contra os ataques de Sotero (antes da exclusão de sua candidatura, da lista do Partido Liberal, por essa família). “Todos sabem o conceito que merece o redator da Revista. Órgão impertérito da calúnia, veículo infame de corrupções e malvadezas, é o periódico redigido pelo Sr. Sotero, e assim quem poderá dar crédito a S. S.?” LISBOA, João Francisco. *Crônica Maranhense*. Periódicos: Biblioteca Nacional (BN), n. 284, p. 1139, 5 de janeiro de 1841.

44 – Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, advogado, juiz municipal e de órfãos da Comarca de Viana (1842), juiz de direito na Comarca de Guimarães, citado pelo jornal do Partido Bemtevi, *O Estandarte* – da fração do Partido Liberal que se opôs à Liga Liberal Maranhense – como “nosso honrado Amigo e Correligionário”. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 22, p. 2, 16 de novembro de 1849 e *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 3, 5 de julho de 1842. Em 1847, o jornal ligueiro *O Progresso* reproduziu uma carta atribuída a José Thomaz, na qual “arvorando-se chefe do partido, [...] e assentando a espada no Sr. Franco de Sá”, demandaria que, em sua ausência, as “influências do interior” se correspondessem com o Sr. (José Cursino) Raposo e Antônio Jansen do Paço. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 110, p. 4, 7 de junho de 1847.

45 – MARANHÃO, Ofício de 18 de junho de 1844. *Correspondência da Assembleia Legislativa à Presidência da Província*. Setor de avulsos, 1841-1857. Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

46 – O coronel Isidoro Jansen Pereira, comandante superior da Guarda Nacional, filho de Ana Jansen e Izidoro Pereira, era proprietário rural.

47 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), p. 4, 7 de dezembro de 1844.

48 – Em 1844, chegou a ser presidente da Assembleia Provincial. Nascido em 20 de junho de 1807 na Bahia, bacharel em Direito na Faculdade de São Paulo em 26 de outubro de 1832, após ter realizado os estudos iniciais de Direito na Universidade de Coimbra. Em 1834, foi nomeado juiz de direito das Comarcas de Assú e Brejo. A partir de 1844, passou a ser juiz na 2^a vara de São Luís. Desembargador da Relação do Maranhão em 1853, presidente da Relação de Pernambuco em 1863 e Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1875. BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=315>. Acesso em: 25.08.20. Caracterizado pelo *O Progresso*, jornal de sustentação da Liga, como um “cavalheiro sem dignidade com pretensões de um nobre”. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional

rais, não teria tido a mesma sorte, pois, “apesar dos relevantes serviços que fez em Guimarães, nem para suplente teve votos⁴⁹”, e continuaria tentando (pela 4ª ou 5ª vez) se eleger. É ainda por Sotero dos Reis que se toma notícia da existência de um partido chamado “Coalição”, que teria “ficado com a maioria relativa sobre o partido contrário” no mesmo pleito de 1844, agora para deputados provinciais, mas que pela apuração da Câmara Municipal, “sem atenção às nulidades e aos vícios de algumas eleições”, reuniria uma “Assembleia ilegalmente eleita⁵⁰”. Essa Assembleia Provincial, novamente, foi composta por número significativo de liberais⁵¹.

Os trabalhos que analisaram as eleições desse período (após a lei de 1842 e antes da lei de 1846) indicam que a vitória de quaisquer dos membros de uma chapa para a Câmara Geral (essa composta por três liberais – Joaquim Franco de Sá, José Thomaz dos Santos e Almeida, José Jansen do Paço – e o então presidente da província, João José de Moura Magalhães) dificilmente ocorreria se não houvesse aliança entre eles⁵².

(BN), n. 141, p. 2, 20 de julho de 1847.

49 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), n. 263, p. 4, 7 de dezembro de 1844.

50 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1842-44): Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), n. 228, p. 2, 6 de abril de 1844.

51 – Francisco Balthazar, Manuel Cerqueira Pinto, Antônio Raimundo Franco de Sá, Francisco Furtado, Ângelo Moniz, Estevão Raphael de Carvalho, Manoel Jansen Ferreira, Gregório Maciel da Costa, Tibúrcio Valeriano e Jorge Gromwell. Das famílias de Alcântara: Adolfo José Ascenço da Costa Ferreira (Promotor da Comarca de Alcântara) e Ezequiel Franco de Sá (chefe de polícia interino em 1848). *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN). 21 de dezembro de 1844, n. 245, p. 3; *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN), p.1, 16 de junho de 1853 e *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 31, p. 4, 2 de fevereiro de 1848. Sobre as famílias Gromwell e Guilhon (de Henrique Brito de Guilhon), cf. MOTA, Antonia da Silva. Família escrava nas *plantations* do Maranhão: demografia, trajetórias e sociabilidades (1780/1820). *Anais XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*: população, governança e bem-estar. São Pedro [SP]: ABEP, 2014.

52 – Entre outros: FLORY, Thomas. *Judge and jury in imperial Brazil, 1808-1871*. Social control and political stability in the new state. Austin, Texas: University of Texas press, 1981, p. 180 e LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, abril de 2014, p. 30-31. Para outra perspectiva, ver MUNARI, Rodrigo Marzano. *Deputados e delegados do poder monárquico*: eleições e dinâmica política na província de São Paulo (1840-1850). Dissertação

Se houver alguma verdade na denúncia publicada três anos depois em *O Progresso* – que José Thomaz dos Santos e Almeida considerava Joaquim Franco de Sá “traidor ao partido que o elevou à posição em que se acha”⁵³ – em conjunto com a posterior supressão de seu nome das listas ligueiras, a conclusão a respeito de um acordo progresso entre eles ganha mais força. Observar-se-ia, assim, mais uma aliança liberal que se esfacelou. Se a acusação reproduzida em um jornal opositor não é em si suficiente, o discurso do próprio deputado José Thomaz, na Câmara Geral, em 1847, após sua chapa liberal ser eleita, certamente contribuirá com esse entendimento. Como afirmei anteriormente, Joaquim Franco de Sá se tornaria presidente da província do Maranhão naquele ano. Nas palavras de José Thomaz, Franco de Sá só se tornou chefe do executivo provincial porque ele – Santos e Almeida – interveio perante os ministros do Império em seu favor. Para dirimir os conflitos políticos que o Maranhão vinha enfrentando, “o sr. Franco de Sá, como que fazendo um sacrifício à província, arriscou a ideia de ser nomeado presidente, logo aceita por mim, que foi repelida pelo Sr. Paço que o conhecia melhor do que eu”⁵⁴. Ainda segundo José Thomaz, após ele próprio convencer José Jansen do Paço, ambos apresentaram a candidatura ao governo, ainda que alguns deles preferissem a permanência do vice-presidente, Ângelo Carlos Moniz⁵⁵. Franco de Sá, nesta notícia, teria prontamente constituído a Liga em 1846, congregando parte dos antigos cabanos e dissidentes, em prejuízo dos bemtevis, pois considerava que suas chances de vitória eleitoral para uma possível

tação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 2017, p. 145-146.

53 – *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 110, p. 4, 7 de junho de 1847.

54 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 7 de outubro de 1843, p. 330. *Idem, Ibidem*, p. 331.

55 – Presidente da Assembleia Provincial em 1847. Sua eleição à presidência da Assembleia foi considerada, pela *A Revista* (05/06/1847), como uma vitória da oposição à Liga Maranhense. Proprietário rural e vice-presidente da província entre 1844 e 1846 (vice-presidente de três presidentes diferentes). Ao avaliar sua presidência da província em 1846, César Marques declarou: “homem de bem, lavrador, porém de ideias muito curtas e sem cultivo algum de inteligência. Foi fácil aos mais espertos de seu partido abusarem da boa-fé dele, e daí originaram-se alguns atos de violência” pelos jornais. MARQUES, César Augusto. *História da Imprensa no Maranhão. Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 197.

eleição para o Senado seriam maiores ao unir esses grupos (na expectativa de que o próximo gabinete, saquarema, seria mais simpático ao seu grupo coligado). Para isso, principiou a fazer demissões⁵⁶, “promovendo ódios” em vez de empregar “uma linguagem conciliadora” em seus jornais. Por fim, José Thomaz asseverou que “o presidente do Maranhão não está conforme com o programa do governo, e por isso este deve ser demitido⁵⁷”. Para ele, as ações de Franco de Sá dividiram a província em três partidos: Cabanos, a Liga e os Bemtevis.

Nas páginas de *A Revista* e *O Observador*, Sotero dos Reis e Cândido Mendes – respectivamente – debateram longamente sobre a organização e identidade dos partidos locais⁵⁸. Para Reis, Cândido Mendes era um “paladino de partidos imaginários, como o Saquarema”⁵⁹, que não existiria na província do Maranhão. No final da década de 40, Mendes dedicou parte de seu esforço na imprensa para prová-lo. Ainda assim, na década de 50, seu jornal já reconhecia que “o antigo partido cabano, o mais numeroso e preponderante que tem havido na província, deixou de existir como tal, não só pela errada política administrativa dos seus chefes, como sobretudo pelas perseguições que sofreram dos gabinetes Saquaremas e de seus delegados⁶⁰”. Sobre esse ponto havia concordância, pois Reis compreendia que, em relação ao Maranhão, “as alianças dos srs. Miranda e Venâncio, delegados de ministérios ordeiros, com o partido bemtevi, e as ligas e fusões dos cabanos com bemtevis em 1842, 1843 e [...] 1847”, demonstravam que associar o Partido Cabano ao Saquarema para ressus-

56 – Na imprensa oposicionista, ganhou o epíteto de “O Metralhador” pelas demissões. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 7, p. 1-4, 18 de maio de 1849.

57 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 30 de julho de 1847, p. 317.

58 – Cf. SANTOS, Arthur Roberto Germano. *Uma história de partidos: organização e atuação políticas da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842/1857)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016, p. 79-94.

59 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 403, p. 3, 14 de agosto de 1847.

60 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 180, p. 2, 7 de dezembro de 1851.

citar o primeiro, era “fazer reviver o *status quo* de 1836⁶¹”. Seja como for, a *história dos partidos* de Reis tinha um interesse específico: legitimar a Liga Liberal Maranhense, organizada no final de 1846 para dar sustentação à presidência de Joaquim Franco de Sá, da qual o próprio Sotero – um cabano – passou a fazer parte. A lista de correligionários do novo partido era extensa⁶², e João Francisco Lisboa era designado como seu presidente⁶³. Na cronologia de César Marques, o jornal *O Progresso* surgiu, em 2 de janeiro de 1847, para apoiar o governo de Franco de Sá, redigido por Fábio Alexandrino de Carvalho Reis⁶⁴, Alexandre Théophile de Carvalho Leal⁶⁵ e Antônio Rego⁶⁶. Na autoimagem da folha ligueira, “a quase tota-

61 – *A Revista*. São Luís. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 401, p. 3, 31 de julho de 1847. Para Cândido Mendes, Joaquim Franco de Sá era o responsável por difundir na Corte “que as lutas dos partidos nesta província se reduziam a meras rivalidades de famílias, [...] o que em máxima parte concorreu poderosamente para não sermos atendidos pelo governo imperial em 1841, 42 e 43”. O “nós”, nesse caso, seria o Partido Saquarema do Maranhão. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 3, 20 de julho de 1847.

62 – O Desembargador Tibúrcio Valeriano, João Pedro Dias Vieira, Manuel Jansen Ferreira, Viriato Bandeira Duarte, Jorge Gromwell, Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, Altino Lellis de Moraes, Carlos Fernando Ribeiro. *A Revista*. São Luís. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 401, p. 4, 31 de julho de 1847.

63 – Faziam parte do partido – além dos citados acima – Coronel Isidoro Jansen Pereira, Sotero dos Reis, Alexandre Théophile de Carvalho, João Duarte Lisboa Serra, Marcolino de Lemos, Desembargador Lobato, Cacio, Macedo; “faltando com causa participada os Srs. Sabino e Machado”. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 203, p. 4, 13 de outubro de 1847.

64 – Nasceu em Itapecuru, em 13 de outubro de 1820. Bacharelou-se em Direito na Faculdade de Olinda, em 1838. Filho de Antônio José Reis e Ana Rosa de Carvalho Reis, iniciou sua carreira como Coletor das Rendas Provinciais, em 1840. No decorrer da sua carreira foi Procurador Fiscal do Tesouro no Maranhão, Inspetor da Alfândega do Pará e vice-presidente daquela província. COUTINHO, Milson. *O poder legislativo do Maranhão (1830-1930)*. São Luís: Edição da Assessoria de comunicação social da Assembleia Legislativa do Maranhão, 1981, p. 93.

65 – Nasceu em São Luís e, segundo Blake, era bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas e proprietário de engenho no Alto-Mearim. No registro da Universidade de Coimbra, aparece matriculado na Faculdade de Filosofia, em Matemática. Era primo de Joaquim Ferreira Valle e de Antônio Henriques Leal. BLAKE, Sacramento. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*, v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1881, p. 49 e COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 363.

66 – Nasceu em São Luís, em 14 de agosto de 1820, formou-se em Medicina em Coimbra. Além de exercer a profissão, enveredou pelo jornalismo político e literário, e organizou os dois primeiros *Almanaks* do Maranhão. Publicou livros de instrução primária e

lidade do antigo partido bemtevi, à frente dos quais está o Sr. [Joaquim] Franco de Sá [...] [juntamente] aos antigos cabanos e dissidentes⁶⁷”, reuniu-se para melhorar a província. Os adversários, “debalde invocares o nome bemtevi, esse nome foi de um partido que aniquilastes, o nome porque todos os conhecem é bem diverso⁶⁸”. Esses “homens do exclusivo”, a oposição Bemtevi à Liga Liberal Maranhense, foram batizados, pela folha da Liga, de Camarilha. Seu órgão era o jornal *O Estandarte* e, segundo Marques, foi criado em 1847, “exclusivamente para combater a administração do Dr. Joaquim Franco de Sá⁶⁹”. O principal redator era José Mariani⁷⁰. A cisão entre os dois grupos se deu, segundo os redatores do *Progresso*, porque os ligueiros não tinham como foco trabalhar pela reeleição de José Jansen do Paço⁷¹, irmão de Antônio Jansen do Paço⁷². O redator d’*O Observador* notava que nesse período houve “a briga entre os Jansen Pereira e os Jansens Paços⁷³”. Na eleição para a Câmara Geral, em 1847, na 7ª legislatura, ninguém de sobrenome Jansen compôs a chapa da

traduções de “Mendigo negro” e “Quilança à meia-noite”, de Paul Féval, e “Os mistérios da Inquisição”, de Fereal. MARANHÃO. Antônio Rego. Academia Maranhense de Letras. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/antonio-rego-medico-e-humanista/>. Acesso em: 28.06.20.

67 – *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 118, p. 3, 18 de junho de 1847.

68 – *Idem, Ibidem*, p. 3-4.

69 – MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 203.

70 – Com José Jansen do Paço, Eduardo de Freitas, Antônio Joaquim Tavares, Pedro Wenescop Cantanhede, Raimundo José de Faria Mattos.

71 – Filho de Manuel Joaquim do Paço (governador da capitania de São José do Rio Negro) e Anna Jansen de Castro Soeiro. Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda, em 1837, primo e cunhado de Isidoro Jansen Pereira, cunhado de João Antônio de Miranda. Contemporâneo de Fernando e Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, Manuel Jansen Pereira e José Thomas dos Santos Almeida (suponho que seja o mesmo José Thomaz dos Santos e Almeida das fontes) na Faculdade de Direito. PERNAMBUCO. *Livro de Certidão de Idade* (1833). Arquivo da Faculdade de Direito de Recife, p. 2. BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 16 de janeiro de 1843, p. 224. Em 1880, o Diário do Maranhão registra que possuía 64 anos de idade. *Diário do Maranhão*. São Luís. Periódicos (1855-1911): Biblioteca Nacional (BN), n. 2004, p. 2, 7 de dezembro de 1880.

72 – Sobre os dois, ver CUTRIM, Luísa Moraes Silva. Negócios além-mar: a Casa comercial de Antônio José Meirelles nas bordas do Atlântico (c. 1820 - c. 1840). *Revista de História da UEG - Porangatu*, v.7, n.2, p. 61-81, jul./dez. 2018.

73 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 180, p. 2, 7 de dezembro de 1851.

Liga. “[H]avendo divergência sobre o quarto [candidato] entre os snrs. [João Duarte] Lisboa Serra, [João Pedro] Dias Vieira, e Viriato [Bandeira Duarte]⁷⁴”, Lisboa Serra foi o escolhido. Ainda assim, a chapa composta por Lisboa Serra, Joaquim Franco de Sá, Fábio Alexandrino de Carvalho e Francisco Furtado não se consagrou sem divergência interna⁷⁵.

As disputas internas da Liga ocorreram *pari passu* às disputas mais amplas entre os liberais. Uma dessas contendas foi discutida diretamente por Antônio Henriques Leal no *Pantheon Maranhense*. Segundo ele, “correram mui disputadas as eleições populares de 1847, renhindo-se os partidos com incrível fúria. Entre os que mais excederam a pleiteá-las em Caxias, distinguiu-se o próprio juiz de direito da Comarca, que se apaixonou a ponto de querer provocar desordens⁷⁶”. O juiz à época – o qual o biógrafo se recusou a nomear – era Gregório Ozorio Maciel da Costa⁷⁷, acusado por ele de planejar uma “sedição militar”. A autoridade policial,

74 – “[S]endo que cada um destes snrs. foi indicado por duas ou três freguesias. Recolhidas as propostas, reuniu-se a Comissão e atendendo ao número de eleitores das freguesias proponentes, e outras vantagens do partido, escolheu ao Snr. Lisboa Serra para o quarto lugar duvidoso”. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 215, p. 2, 2 de novembro de 1847. “Exemplar é a trajetória de Viriato Bandeira Duarte, filho do conselheiro e magistrado Francisco de Paula Pereira Duarte. Formado em Olinda, iniciou a carreira como juiz municipal de São Luís e, em seguida, juiz de direito da Comarca de Cuiabá. Ainda acumulou o encargo com o de chefe de polícia da mesma cidade, além de ter sido eleito para a legislatura de 1853-1856 pelo Mato Grosso”. CIRINO, *op. cit.*, p. 208.

75 – No mesmo número citado na nota anterior, *O Progresso* reproduziu artigo do *Correio Maranhense* – considerado um periódico jansenista – no qual o jornal noticiava que alguns correligionários não poderiam apoiar a chapa porque ela não contemplava nomes importantes como Isidoro Jansen, Desembargador Tibúrcio Valeriano, João Pedro Dias Vieira e Viriato Bandeira Duarte. Os signatários dessa manifestação seriam os próprios Isidoro, Dias Vieira, Jansen Ferreira e Felipe Joaquim Gomes de Macedo. *Idem, Ibidem*.

76 – LEAL, *op. cit.*, p. 327.

77 – Em 1845, no jornal *O Brado de Caxias*, cujo programa era a “oposição ao Governo selvagem que desde 2 de fevereiro de 1844 pesa sobre este desgraçado País” (o primeiro gabinete do chamado “quinquênio liberal”), Gregório Maciel da Costa já era acusado de “violências e insultos”. Na lavra do redator, era um juiz de direito “chefe de um partido [...] liberal, vulgarmente Bemtevi, ou balaio”, que usava a força e as baionetas para garantir a eleição de vereadores e juizes de paz. *O Brado de Caxias*. Caxias. Periódicos (1845-46): Biblioteca Nacional (BN), n. 1, p. 1, 20 de agosto de 1845, e *O Brado de Caxias*. Caxias. Periódicos (1845-46): Biblioteca Nacional (BN), n. 10, p. 3-4, 25 de outubro de 1845.

após parecer de Francisco José Furtado⁷⁸, juiz municipal da mesma cidade, pronunciou Maciel da Costa, determinando sua prisão. Para Leal, os contemporâneos quiseram manchar a decisão de Furtado pelo “espírito de partido⁷⁹”, mas é difícil desconsiderar o fato de que ele estava implicado na prisão (por 15 dias) de seu opositor político direto. Gregório Maciel da Costa estava ele mesmo envolvido na luta entre os liberais pela hegemonia na Assembleia Provincial⁸⁰, bem como pelo cargo de deputado geral na eleição daquele ano⁸¹. Outrossim, Joaquim Franco de Sá, o chefe da Liga, foi acusado de utilizar amplamente o cargo de presidente da província para garantir o resultado das eleições, tanto pelas demissões, como pelo uso da força e intimidação (notadamente o destacamento das tropas e o recrutamento)⁸². No mesmo período, a outra querela foi completamente ignorada por Henriques Leal. Ela dizia respeito a um dos grandes fiadores da administração de Franco de Sá: o senador Antônio Pedro da Costa Ferreira⁸³, barão de Pindaré, sogro e tio de Joaquim Franco de Sá e tio de José Ascenção da Costa Ferreira⁸⁴. O barão foi deputado geral na 2ª legislatura da Câmara Geral (1830-33), presidente da província do Maranhão (1835-37) e senador do Império em 1837.

78 – Nascido em 3 de agosto de 1818, em Oeiras, Piauí. Estudou com João Pedro Dias Vieira e Fábio Alexandrino de Carvalho na Faculdade de Direito Olinda, e terminou o curso em 1838 na Faculdade de São Paulo.

79 – LEAL, *op. cit.*, p. 328.

80 – *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 141, p. 2, 20 de julho de 1847.

81 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), 22 de dezembro de 1847, n. 25, p. 2.

82 – O futuro Barão de Cotegipe discursou longamente contra as ações de Joaquim Franco de Sá na condução das eleições. BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 13 de maio de 1848, p. 72-74. A comissão de poderes da Câmara Geral anulou as eleições primárias de Brejo e Viana, e decidiu que Joaquim Franco de Sá, Isidoro Jansen, Francisco Furtado e Fábio Alexandrino de Carvalho foram os eleitos.

83 – Nasceu em 26 de dezembro de 1778, em Alcântara. Recebeu o grau de bacharel em Leis em 1803 pela Universidade de Coimbra. Retornou ao Maranhão para administrar a fazenda com seu pai.

84 – Nasceu em Alcântara em 10 de fevereiro de 1823, estudou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Olinda. Juiz de direito na Paraíba, desembargador, procurador da Coroa, presidente da Relação do Maranhão e Ministro do Supremo Tribunal Federal. Publicou “Lições de economia política” (1872). VIVEIROS, *op. cit.*, p. 133.

Leal, seu primeiro biógrafo, afirmou que sua indicação para o Senado findou “o ciclo de suas aspirações – despedindo-se da política militante, para poder deliberar sem paixão nem preconceitos⁸⁵”, um requerimento imposto pelo cargo da instituição vitalícia. Uma afirmação decerto laudatória e que, para este exame, interessa menos que sua observação seguinte: “passou a residir na Corte e ninguém o viu subir nas escadas dos ministros para solicitar para si e para os seus⁸⁶”. Opositores⁸⁷ de Costa Ferreira certamente desconfiariam da afirmação de distanciamento das questões políticas locais devido a sua presença no Senado⁸⁸. Se observarmos sua atuação na câmara vitalícia, é difícil não lhes dar razão. Em 1847, no auge da Liga, Costa Ferreira ocupou a tribuna para responder aos

85 – LEAL, *op. cit.*, p. 130.

86 – *Idem, Ibidem*.

87 – “Ontem entrou em primeira discussão a resolução da câmara temporária aumentando o número de deputados da província de Mato Grosso, Maranhão e Rio Grande do Norte. A oposição, movida pelo senador Costa Ferreira, compareceu em peso, e não podendo obstar a passagem da resolução tratou de chicanear [...]. O senador Vergueiro fez-lhe desabrida guerra, porém o senador Costa Ferreira deixou-se ficar mudo, porque não lhe ficava bem falar contra, quando já tem falado a favor em outras ocasiões: hoje o projeto lhe não convém”. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN), p. 4, 9 de março de 1850. Lembro que nesse período a Liga Liberal Maranhense, grupo político de seu genro, já havia perdido força na província. Leal afirma que Feijó o quis como Ministro do Império para depois anunciar sua renúncia da Regência, convite que Costa Ferreira teria negado. Em reunião na casa do senador maranhense, políticos como Paula Sousa, José Custódio Dias e o Padre José Bento, teriam escrito carta pontificando que “era a vontade do partido” sua permanência. Ver LEAL, *op. cit.*, p. 131. Sobre a relação de Feijó e Costa Ferreira, cf. ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Feijó e a primeira metade do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional, 1940, p. 192, p. 543 e *passim*. Ver ainda menção em RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Tese (Doutorado) – Unicamp. Campinas, 1998, p. 18-19 e *passim*. Leal fala ainda de seu papel no grupo da Maioridade (p. 133). Sobre isso ver SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil* – Bernardo Pereira de Vasconcelos, v. III. Brasília: Senado Federal, 2015, p. 206.

88 – Lá, bradava contra a interferência dos ministros nas eleições locais, interpelando Bernardo Pereira de Vasconcelos, Holanda Cavalcanti e, nesta fala, o Conde de Caxias: “Perdoe-me o nobre senador: é como os ministros escrevem – sempre aos amigos! – Pois os senhores pensam que os ministros escrevem de outro modo para as províncias quando querem nomear candidatos? Dizem – mando – por ventura? Não. Dizem: eu peço ao meu amigo do coração que faça eleger fulano, quanto a mim, prometo protegê-lo; esteja certo que seus negócios hão de ser atendidos; seu irmão há de ser despachado, etc. São estas as palavras de que usam. Mas, pergunto eu, é assim que V. Ex.^{as} entendem o voto livre? E assim que se cumpre a promessa feita ao país?” BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 24 de maio de 1848, p. 182.

discursos de José Jansen do Paço e José Thomaz dos Santos e Almeida. Os conflitos políticos aludidos por José Thomaz em seu discurso para pedir a demissão de Franco de Sá diziam respeito a uma série de eventos ocorridos no Maranhão nos quais Isidoro Jansen Pereira esteve envolvido e não foi punido (notadamente o “roubo de africanos de um navio” e uso de “cédulas falsas nas eleições”). Nas palavras do senador, “o Sr. Santos Almeida soltou aquelas palavras [sobre os crimes] nas faces do sr. Jansen, seu primo e seu cunhado, e o sr. Jansen não deu um só “não apoiado”, não deu um aparte, sofreu pacificamente esse insulto que o colega lhe fazia⁸⁹”. Por essa razão, segundo ele, tomou a tribuna para defender Isidoro Jansen e pediu que Jansen do Paço esclarecesse sobre as cédulas falsas. Segundo o Barão de Pindaré, Jansen do Paço de fato se manifestou, mas “voltou-se contra mim, atribuindo-me intenção de infamá-lo, quando dissera que ele sabia do negócio das cédulas⁹⁰”. Essa rusga é repleta de detalhes e minúcias que mereceriam elas mesmas uma exploração mais cuidadosa; importa reter, aqui, o fato de que Costa Ferreira se dizia envolto em “intrigas de família”, quando a acusação inicial que lhe foi dirigida – ele mesmo reconhecia – foi a de pedir o adiamento da apreciação sobre a criação de dois colégios eleitorais na província, e que, portanto, “era preguiçoso para fazer o bem, mas que, para o mal, estava sempre pronto⁹¹”. A interpretação direta era que se a criação desses colégios fosse do interesse de seu grupo político, ele não a obstaria⁹². De seu ponto de vista, ele se

89 – BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 10 de setembro de 1847, p. 150.

90 – *Idem, Ibidem*, p. 151.

91 – *Id., Ibid.*, p. 149.

92 – Nas palavras do senador Bernardo Pereira de Vasconcelos: “o atual presidente do Maranhão, ([oaquim] Franco de Sá, em um ofício pediu ao governo que criasse mais alguns colégios naquela província [...]. Como a lei última determinou que uma vez feita a divisão pelos presidentes de província [...], não podia esta ser alterada senão por lei”, essa informação devia ser levada ao corpo legislativo. Costa Ferreira justificou seu requerimento de adiamento da discussão pela divergência do Ministro do Império (Paula Souza), com quem teria conversado, e que entenderia que “cada comarca conservasse um colégio eleitoral”. BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 25 de agosto de 1847, p. 150, p. 383-384. É importante lembrar que os três senadores estiveram sequencialmente envolvidos em questões eleitorais. Em 1846, a comissão que deu o parecer sobre a reforma eleitoral era composta por Costa Ferreira, Paula Souza e Vergueiro. Bernardo Pereira de Vasconcelos, por sua vez, “ofereceu, como sendo seu, o projeto vindo da Câmara” da reforma desse mesmo ano, permitindo que o gabinete se desenredasse das alterações feitas pelos

manifestava a favor de Isidoro Jansen e do presidente da província “porque se disse que [o último] apadrinhava um partido em que se achavam como proeminentes pessoas implicadas em crimes⁹³”. A acusação se deu de tal modo que jornais circulariam que ele tramava pela demissão do chefe de polícia (Manuel Cerqueira Pinto) responsável pelo caso das cédulas. “Ninguém sabe disso melhor que o sr. José Thomaz, ele veio para o Senado e disse-me: você pediu demissão do chefe de polícia? Eu respondi que não. Pois eu, observou ele, vim da casa do sr. Vergueiro, a quem falei sobre este objeto, e tive resposta que o senhor lhe não falara a este respeito⁹⁴”. Vergueiro era o Ministro da Justiça do gabinete Alves Branco. Uma leitura crédula do discurso de Costa Ferreira poderia cancelar a interpretação de que ele estava fazendo mero desagravo a sua honra e à de sua família. Por outro lado, se havia alguma exatidão em suas palavras, ele foi à tribuna do Senado não apenas para se defender pessoalmente, mas politicamente, inclusive porque, segundo ele, um deputado maranhense se mobilizou para pressioná-lo a partir de um ministro do Império.

Nesse sentido, as eleições de 1847 para a Câmara Geral delinearam a divisão entre ligueiros e a oposição bemtevi (Gregório Maciel da Costa, José Jansen do Paço, José Thomaz Santos e Almeida e José Martins Ferreira). Como se viu, dentre os membros da Liga, também havia grupos distintos: a chapa consagrada pelo presidente da província (Joaquim Franco de Sá, Francisco Furtado, Fábio Alexandrino de Carvalho e João Duarte Lisboa Serra) e o grupo “não contemplado” (João Pedro Dias

liberais da comissão no Senado, o que lhe permitiria granjear o apoio dos conservadores. Em 1848, Paula Souza apresentou um projeto de reforma eleitoral que, apesar de não ser aprovado, serviu de base para as discussões sobre a Lei dos Círculos, em 1855. Cf. FERRAZ, Paula Ribeiro. *O Gabinete da Conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p. 100-101. “Ser membro de uma comissão importante, dava, portanto, ao parlamentar um peso especial entre os pares e um poder de barganha decisivo. Um projeto que recebia um parecer favorável da comissão responsável por sua análise começava seu trajeto pelos escaninhos do parlamento com melhores chances de aprovação”. DANTAS, Monica Duarte; VELLOZO, Júlio César de Oliveira. Debates parlamentares e seus usos pelo historiador. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2018, p. 61.

93 – BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão de 10 de setembro de 1847, p. 153.

94 – *Idem, ibidem*, p. 155.

Vieira, Isidoro Jansen Pereira, Tibúrcio Valeriano e Viriato Bandeira Duarte). O resultado, como se viu, ratificou a maioria do presidente; ainda assim, um membro da “minoria ligueira” (Isidoro Jansen Pereira) também foi confirmado. João Duarte Lisboa Serra ficou na suplência.

Janotti atribuiu à suplência de Lisboa Serra⁹⁵ nessa eleição – o dito “candidato do gabinete”⁹⁶ – a retirada de Franco de Sá da presidência da província do Maranhão, no início de 1848⁹⁷. A eleição para o Senado naquele ano, após a morte de Patrício José de Almeida e Silva, já na administração do presidente seguinte, Antônio Alves do Amaral, marcou uma nova guinada na organização dos grupos políticos locais. Desde o final de 1847 que o redator d’*O Observador* conclamava os Bemtevis “ou ao isolamento, [...] ou fazer causa comum [...] com o partido saquarema”⁹⁸. Em 1848, tanto *O Observador* de Cândido Mendes como *A Revista* de Sotero dos Reis noticiaram uma fusão dos partidos para excluir Franco de Sá da lista tríplice⁹⁹. Esse acordo teria sido costurado pela liderança de José Jansen do Paço (do lado dos bemtevis) e pelos “ele-

95 – Nascido em Itapeturu, em 31 de maio de 1818, bacharelou-se em Ciências Matemáticas e Ciências Naturais em 1841, em Coimbra, inspetor de finanças do Rio de Janeiro, tesoureiro-geral do Tesouro Nacional, primeiro presidente do novo Banco do Brasil, presidente da província da Bahia e Conselheiro do Império. Cf. BORRALHO, *op. cit.*, p. 136. Segundo seu biógrafo, sua carreira contava com as boas graças de Alves Branco, Paula Sousa e do Visconde de Itaboraí; teria, inclusive, recusado convite do Marquês de Paraná para um ministério. Cf. LEAL, *op. cit.*, p. 280-281. O Visconde de Mauá seria íntimo dele. Cf. MARCHANT, Anyda. *Viscount Mauá and the Empire of Brazil: A Biography of Irineu Evangelista de Sousa (1813–1889)*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1965, p. 120-121.

96 – Na eleição de 1847 sua candidatura era considerada – pela oposição – uma “imposição” destinada a “acomodar o ministro Alves Branco”. Sua boa conexão com o ministério não deve ser subestimada, tendo em vista sua nomeação para a presidência do Banco do Brasil em 1854. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN), p. 4, 20 de outubro de 1847 e SUMMERHILL, William. *Inglorious Revolution: political institutions, sovereign debt, and financial underdevelopment in Imperial Brazil*. New Haven: Yale University Press, 2015, p. 202 e *passim*.

97 – JANOTTI, 1977, p. 107.

98 – *O Observador*. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 16-17, p. 8, 3 de novembro de 1847.

99 – *A Revista*. Periódicos (1843-50): Biblioteca Nacional (BN), n. 440, p. 4, 30 de abril de 1848.

mentos discordantes da liga¹⁰⁰”, João Pedro Dias Vieira¹⁰¹, Manuel Jansen Ferreira e Felipe Joaquim Gomes Macedo (secundados pelos esforços da Comissão Central do Partido Bemtevi, notadamente de José Maria Barreto¹⁰²). O resultado seria dividir os colégios eleitorais da capital, ficando metade sob o controle de cada grupo, o que garantiria o sucesso do esforço eleitoral. Não obstante a manobra, envolta na recorrente notícia de conflitos e sanguinolência, Joaquim Franco de Sá acabou eleito num pleito em que Paulino José Soares Sousa, o futuro Visconde do Uruguai, foi candidato pela província do Maranhão. Segundo carta atribuída, pelos opositores, ao próprio Sá, essa foi uma candidatura apoiada pela “Camarilha do Maranhão¹⁰³”. Na circular creditada ao ex-presidente da província, ele agradecia à “Camarilha o precioso e transcendente benefício que fez à Liga com adotar essa candidatura, que veio *desmascarar-lhe* a impostura do nome Bemtevi” ao favorecer o “*chefe mais ferrenho* dos Saquaremas¹⁰⁴”. Após a eleição de Franco de Sá para o Senado, confirmada em 1849¹⁰⁵, a Liga perdeu força e deu lugar a essa aliança forjada

100 – *O Observador*. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 43-44, p. 2, 28 de abril de 1848.

101 – O futuro senador João Pedro Dias Vieira nasceu em Guimarães, em 30 de março de 1820. Iniciou o curso de Direito na Faculdade de Olinda, mas, segundo Henriques Leal, foi perseguido pelos lentes por sua participação no *Argos Olidense*, “órgão de doutrinas liberais”, onde redigia com Fábio Alexandrino de Carvalho, Francisco Furtado, Antônio Borges Leal Castelo Branco, Vilhena, e o futuro Barão de Penedo. “[N]ão quiseram Furtado e Carvalho Moreira expor-se à mesma sorte, e foram para São Paulo, e com eles João Pedro Dias Vieira”. Lá teria finalizado o curso, em 1841. LEAL, *op. cit.*, p. 232-233.

102 – Nascido no Rio de Janeiro em 1818, filho do cirurgião-mor de mesmo nome, se tornou médico-cirúrgico em 1839 em Lisboa e Doutor em Medicina em Louvain, França, no mesmo ano. Vereador, deputado provincial e geral. Cavaleiro da Ordem de Cristo e Tenente do 2º Batalhão da Guarda Nacional em 1852, um dos maiores proprietários rurais do Maranhão. COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 395-399.

103 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 49, p. 4, 24 de maio de 1848.

104 – *Idem, Ibidem*.

105 – “Sem dúvida houve nesta eleição grande agitação e tumulto, especialmente nos círculos eleitorais de Caxias e Alcântara, resultando duplicata de eleitores e colégios eleitorais.” Após exame no Conselho de Estado, “à vista das representações que impugnaram a apuração, nada encontrou esta a notar” e, portanto, recomendava que Franco de Sá tomasse assento. BRASIL. *Anais do Senado*. (1850). Terceira sessão preparatória em 29 de dezembro de 1849, p. 8. O outro eleito foi Joaquim Vieira da Silva.

entre os liberais que se opunham à Liga (considerados exaltados, ou da Estrela, porque sua tipografia seria instalada na Rua da Estrela, ou ainda da Camarilha) e conservadores, notadamente Cândido Mendes.

A dissolução da Assembleia Geral em 1849 abriu espaço para uma renovação da representação legislativa maranhense no Rio de Janeiro. Os bemtevis do *Estandarte* proclamaram uma aliança com o presidente da província de então, Herculano Ferreira Penna¹⁰⁶, “um ato de sua muito livre vontade¹⁰⁷”, a ponto de indicá-lo na chapa geral do partido¹⁰⁸ para a vaga de deputado. A chapa opositora (segundo o testemunho de um adversário, note-se) teria sido composta pelos ligueiros de outrora¹⁰⁹. A principal representação contra o resultado desta eleição, para além das alegações usuais de uso da força e coação, veio do presidente da Câmara Municipal de São Luís: Isidoro Jansen Pereira. Ele “verificou que existiam atas em duplicata em 8 colégios, exceto o de Alcântara, sendo a metade delas apresentada pelo próprio presidente¹¹⁰”. Como a maioria da Câmara Municipal rejeitou seus requerimentos em relação às sobreditas fraudes (1º: de apurar as atas que ele apresentou; 2º: de incluir como parte do seu voto um relatório que já continha a apuração delas; e finalmente: suspender a sessão), o restante dos vereadores finalizou a apuração das

106 – “Enquanto Luzias e Saquaremas ocupavam o poder central, Herculano servia a todos”. NOGUEIRA, Vera Lúcia e PAULA, Dalví Greiner de. De professor público a presidente de província: anotações sobre a trajetória política de Herculano Ferreira Penna (1811-1867). *II Encontro Internacional da Sociedade Brasileira do Oitocentos*. Niterói, 2016, p. 5.

107 – *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 22, p. 2, 16 de novembro de 1849.

108 – Herculano Penna, José Jansen do Paço, Cândido Mendes, Tenente-Coronel Joaquim Mariano Franco de Sá. Na suplência: José Thomaz dos Santos e Almeida, Gregório Tavares Maciel da Costa e Antônio Jansen do Paço. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 21, p. 2, 9 de novembro de 1849. Todos foram eleitos, porém Herculano Penna assumiu a vaga por outra província, e José Thomaz assumiu em seu lugar.

109 – Dois seriam do “grupo Sá” (Fábio Alexandrino de Carvalho e Carlos Fernando Ribeiro) e os outros dois do grupo jansenista (Manuel Jansen Pereira e João Pedro Dias Vieira). *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 110, p. 4, 19 de julho de 1849.

110 – BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sétima Sessão Preparatória em 22 de dezembro de 1849, p. 22.

atas que consideravam autênticas e expediu os diplomas dos deputados. A comissão de poderes da Câmara Geral considerou que poderia simplesmente aprovar os atos do Legislativo Municipal (como o fez), mas ainda se ocupou de prestar os devidos esclarecimentos. É digno de nota que, numa Câmara Geral quase unanimemente conservadora¹¹¹, a província do Maranhão tenha eleito, ao mesmo tempo, uma bancada quase unanimemente liberal. Outra questão importante é que dentre os eleitos, três deles retornavam à Assembleia Geral: José Jansen do Paço, Cândido Mendes e José Thomaz. Com o aumento do número de deputados em 1850, mais dois liberais da Estrella tomaram assento¹¹². Por um lado, é difícil não associar essa alternância dos grupos no poder com as alianças que fizeram com os respectivos presidentes de província (tanto Joaquim Franco de Sá como Herculano Ferreira Penna). Por outro, como as próprias comissões de poderes da Câmara Geral enfatizavam, é igualmente difícil discernir a acusação de coação e uso da força em relação à necessidade de manutenção da ordem nas eleições. De todo modo, o aumento do número de vagas também contemplou o Senado, e a comissão central do Partido Bemtevi¹¹³ ratificou em sua chapa o desembargador José Mariani, o comendador Ângelo Carlos Moniz e o deputado geral e tenente-coronel

111 – Francisco Iglésias afirma que a única exceção liberal entre os representados na Câmara Geral em 1850 era Bernardo de Sousa Franco. IGLÉSIAS, Francisco. *Vida Política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: o Brasil monárquico. v. 5: Reações e Transações. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, p. 25.

112 – Gregório Tavares Maciel da Costa e Antônio de Barros e Vasconcellos, ambos eleitos, segundo *O Observador* e o *Estandarte*, com as boas graças do presidente da província seguinte, Honório Pereira de Azeredo Coutinho. O suplente foi José Martins Ferreira, como “havia muito antecipadamente providenciado a comissão central”. Os outros dois concorrentes eram Frederico José Corrêa (agora redator d’*O Observador* após a eleição de Cândido Mendes) e Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 150, p. 4, 18 de março de 1848.

113 – *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 87, p. 4, 6 de fevereiro de 1851.

Joaquim Mariano Franco de Sá¹¹⁴. Moniz foi o escolhido pelo imperador¹¹⁵.

A despeito do amplo domínio das frações liberais no Maranhão entre 1842 e 1852, o periódico liberal *A Imprensa*, ao lançar um olhar retrospectivo sobre a vida pública local, sustentou que desde 1848, “[...] durante esses anos do domínio saquarema [...], temos vivido em oposição¹¹⁶”, notadamente nas administrações de Eduardo Olímpio Machado (1851/1855) e Antônio da Cruz Machado (1855/1857), ambos conservadores. Seu redator era Carlos Fernando Ribeiro¹¹⁷. Com a morte de Joaquim Franco de Sá em 1851, abriu-se nova vaga para o Senado, e a comissão central do Partido Bemtevi (ou a “oligarquia dos três Josés¹¹⁸”) organizou outra chapa para disputar a senatoria. Nesse período, segundo

114 – O tenente-coronel Joaquim Mariano Franco de Sá, filho de Antônio Raimundo Franco de Sá, cursou Matemática na Universidade de Coimbra. Primo do ex-presidente da província e seu homônimo, “o sr. Joaquim Mariano tem sido o alvo dos tiros do despeitado recrutador Onofre [irmão de Carlos Fernando Ribeiro] e dos seus primos – presidente [Joaquim Franco de Sá] e vice-presidente [Carlos Fernando]”. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 27, p. 2, 5 de janeiro de 1848 e PINHEIRO, Luiz Antonio. *A modernização dos serviços urbanos de abastecimento d'água na São Luís Oitocentista, advinda das viagens de estudos de jovens maranhenses para a Europa: o caso da Companhia Anil*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017, p. 112.

115 – Numa eleição, segundo a apreciação no Senado, com poucas irregularidades. BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão em 6 de dezembro de 1852, p. 13. Os mais votados, segundo apuração reproduzida no *Publicador Maranhense*, foram José Mariani (482), Joaquim Mariano (442) e Ângelo Carlos Moniz (397). *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1141, p. 3, 31 de julho de 1851.

116 – *A Imprensa*. São Luís. Periódicos (1857-62): Biblioteca Nacional (BN), n. 14, p. 1, 18 de julho de 1857.

117 – Durante a administração de Franco de Sá – seu primo, segundo os jornais da oposição – tornou-se vice-presidente da província e, de acordo com Cândido Mendes, “sua sombra”. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), n. 27, p. 3, 5 de janeiro de 1848. Seus opositores n’*O Estandarte* foram mais longe e afirmaram que, no ano seguinte, ao escrever seus artigos n’*O Progresso*, “talvez supunha-se com privilégios por ser o herdeiro presuntivo do Feudo do Metralhador!”. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 12, p. 4, 3 de agosto de 1849. Nascido em 30 de outubro de 1815 em Alcântara, formou-se em Direito (Olinda), Medicina (Filadélfia) e Agronomia (Yale College) e foi dono do engenho Jirijó. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 127.

118 – José Jansen do Paço, José Mariani e José da Silva Maia. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 188, p. 1, 18 de fevereiro de 1852.

o redator d’*O Observador*, “ninguém tem advogado melhor a causa [do partido Bemtevi] do que nós¹¹⁹”. Por isso, criticava a alegada exclusão, pela comissão, de José Thomaz dos Santos e Almeida, para a formação de uma lista tríplice¹²⁰ com José Mariani, João Caetano Lisboa¹²¹ e Jerônimo José Viveiros¹²². Viveiros¹²³ foi eleito deputado provincial em 1840, em 1852 e assumiu a vaga de Senador em 1853¹²⁴.

A eleição para o Senado em 1852 foi a última incursão eleitoral bem-sucedida do Partido Bemtevi capitaneado por José Jansen do Paço (apesar da escolha de Viveiros ter sido considerada uma derrota para os Estrellados, que preferiam José Mariani¹²⁵). Na *história dos partidos*, dessa vez urdida por Luiz Antônio Vieira da Silva já em 1860¹²⁶, figura im-

119 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 185, p. 2, 20 de janeiro de 1852.

120 – A lista tríplice *saquarema* seria composta pelo Conselheiro Joaquim Vieira da Silva, comendador Honorato Alves de Souza e Herculano Ferreira Penna. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 196, p. 2, 5 de maio de 1852.

121 – Juiz de direito de Caxias. *Idem, Ibidem*, p. 1.

122 – Ainda em 1852 o redator d’*O Observador* afirmava romper com o Partido Bemtevi, apesar de ter manifestado lealdade a Jerônimo José Viveiros. Viveiros, segundo o próprio jornal, se dizia *saquarema*. Nas suas páginas, se tratava – na verdade – de “um saquarema camarilheiro”, que sonhava com a “baronia” e com o Senado. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 189, p. 1, 28 de fevereiro de 1852.

123 – Jerônimo José Viveiros é considerado, por Jerônimo de Viveiros (seu bisneto), chefe do “Partido Cabano alcantareense”. Nascido em São Luís em 1784, era lavrador e criador em Alcântara, casado com Ana Rosa Mendes Viveiros. Pai de Francisco Mariano Viveiros Sobrinho, o Barão de São Bento, deputado provincial e deputado geral em 1857. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 119.

124 – BRASIL. *Anais do Senado*. Sessão em 6 de maio de 1853, p. 9. Segundo a apuração publicada n’*Observador*, os mais votados foram: José Mariani (429), João Caetano Lisboa (419), Jerônimo José de Viveiros (388). *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 200, p. 2, 24 de junho de 1852.

125 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1843-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 216, p. 1, 1 de dezembro de 1852.

126 – O futuro Visconde de Vieira da Silva foi advogado, poeta, jornalista, escritor, deputado provincial (1860), deputado geral (1861-63, 1867-73) e senador do Império de 1871 até o fim da vida, em 1889. Conservador, formado em leis e cânones pela Universidade de Heidelberg, em 1849. Entre 1852 e 1857, foi secretário de governo de Antônio da Cruz Machado, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort e Manoel Gomes da Silva Belfort. Ver respectivamente LEAL, *op. cit.*, p. 239 e COUTINHO, *op. cit.*, p. 426-428

portante nas disputas políticas de meados da década de 50 no Maranhão, os desenvolvimentos posteriores a essa eleição levaram à formação de um

novos partido, que então não tomou designação alguma, mas onde já preponderava o elemento conservador, organizou-se com os membros dissidentes da Estrela, o senador Viveiros e seus filhos, os Lima de Itapeturu, e o deputado José Thomaz dos Santos e Almeida, influente nas comarcas de Guimarães e Viana; os chefes da liga Drs. Furtado, Fábio, João Pedro e Carlos Ribeiro, sendo este último redator em chefe do periódico – o Progresso – o qual substituiu depois – A Imprensa – os chefes dos saquaremas puros Drs. Cândido Mendes, [Frederico José] Corrêa, e os membros do antigo partido cabano, barão do Coroatá, comendador Belfort, Dr. Viriato e Sr. Francisco Sotero dos Reis, redator de O Constitucional¹²⁷.

Seu objetivo declarado ao realizar essa descrição era assentar que o Partido Conservador do Maranhão, “que desde 1840 havia sido completamente desmontado e esquecido, reaparecia, apoiado em uma parcialidade liberal¹²⁸”. Escrevendo também na década de 60, o redator do *Observador* registrou que os candidatos dessa nova liga, do final de 1852, eram Francisco Balthazar da Silveira, José Thomaz dos Santos e Almeida, José Ascenço da Costa Ferreira (dissidentes do Partido Bemtevi), Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort¹²⁹, Cândido Mendes e João Duarte Lisboa Serra¹³⁰, todos eleitos¹³¹. Para as eleições municipais daquele ano,

127 – *O Século*. São Luís. Periódicos (1858-59): Biblioteca Nacional (BN), n. 90, p. 3, 5 de outubro de 1860.

128 – *dem*, *Ibidem*.

129 – Futuro Barão do Gurupi, membro da poderosa parentela Belfort, nasceu em São Luís, em 1818, bacharel em Direito, magistrado. Seu sogro era o pai de Viriato Duarte, o presidente do Supremo Tribunal (1849-51) Francisco de Paula Pereira Duarte. Coutinho afirma que esse laço lhe abriu a Corte para pleitear o baronato. COUTINHO, Fidalgos e Barões..., *op. cit.*, p. 282-284.

130 – *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-61): Biblioteca Nacional (BN), n. 686, p. 1, 26 de janeiro de 1861.

131 – Os candidatos Bemtevi ficaram na suplência (José Jansen do Paço, Manoel Cerqueira Pinto e José Martins Ferreira). O outro suplente foi Antônio Marcelino Nunes Gonçalves. O parecer da eleição do Maranhão foi aprovado sem debate. Os liberais interessados do *Progresso*, inclusive, asseveraram a tranquilidade desse pleito. BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Sétima Sessão Preparatória em 27 de abril de 1853, p. 71. *O Progresso*. São Luís. Periódicos (1847-57): Biblioteca Nacional (BN), n. 72, p. 1, 11 de setembro de 1853.

a chapa do Partido Liberal foi radicalmente diferente, reunindo-se, segundo notícia do *Publicador Maranhense*, na casa de Carlos Fernando Ribeiro e João Pedro Dias Vieira para celebrar os candidatos aos cargos de vereador¹³². Sua composição denotava, novamente, o princípio ligueiro que retornaria no final da década de 50, e que foge ao escopo desta empreitada. Ainda segundo Vieira da Silva, as “rivalidades entre as famílias Sá e Viveiros de Alcântara”¹³³ levaram ao rompimento dessa liga e à saída de Carlos Fernando Ribeiro e José Joaquim Ferreira Valle¹³⁴. O próprio *Estandarte* deu notícia dessa cisão. Ambos foram acolhidos pelos Bemtevis em 1855, reagrupando os liberais após a dita traição dos Viveiros e José Thomaz que, na versão estrellada dos fatos, teriam sido “comprados” pelo então presidente Eduardo Olímpio Machado¹³⁵.

Considerações finais

Para finalizar este quadro da elite política do Maranhão, construí duas tabelas que sistematizam os atores e grupos políticos que figuraram neste trabalho. É importante notar que elas representam as disputas para as legislaturas da Câmara Geral e do Senado. Nesse sentido, elas não são exaustivas em relação aos membros da elite política do Maranhão e certamente contariam com mais nomes se também enfocassem a Assembleia Legislativa Provincial e as Câmaras Municipais. De qualquer maneira,

132 – Os candidatos: Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, José Vieira da Silva, João Pedro Dias Vieira, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, Raimundo Teixeira Mendes, Carlos Fernando Ribeiro, Manoel Gonçalves Ferreira Nina, Alexandre Theóphilo de Carvalho Leal e Hermenegildo Antônio da Encarnação e Silva. *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1856-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 1441, p. 3, 3 de setembro de 1853.

133 – *O Século*. São Luís. Periódicos (1858-59): Biblioteca Nacional (BN), n. 90, p. 3, 5 de outubro de 1860.

134 – Futuro Visconde do Desterro, escreveu em *O Progresso*, a *Moderação* e fundou *A Imprensa* com Carlos Fernando Ribeiro. COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005, p. 362-368 e MARQUES, César Augusto. História da Imprensa no Maranhão. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* (1878). Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1888, p. 209.

135 – Fusão recebida pela nova comissão central do Partido Bemtevi: Ângelo Carlos Moniz, José da Silva Maia, Joaquim Antônio Cantanhede, João Bernardino Jorge Junior e Joaquim da Costa Barradas. *O Estandarte*. São Luís. Periódicos (1849-56): Biblioteca Nacional (BN), n. 42, p. 4, 6 de julho de 1855.

elas permitem uma observação mais ampla da organização política no período das eleições; de maneira mais específica, permite uma observação direta da identidade política dos deputados maranhenses eleitos. Para construí-las, utilizei uma distinção analítica com o objetivo de classificar a elite maranhense. Defini que os membros mais proeminentes da elite maranhense – a *elite política maranhense* – buscavam aglutinar a influência política e conseguiam ocupar regularmente¹³⁶ os cargos mais importantes da província. Dessa forma, a elite política maranhense é aquela que se elegia, sequencialmente, para os cargos do governo central (deputados e senadores do Império). A *elite política provincial*, por outro lado, ocupava os cargos do Executivo e Legislativos da província (ainda que eventualmente se tornassem deputados gerais, mas sem lograr reeleição).

Na interpretação clássica sobre o Maranhão desse período, fala-se de fragmentação dos cabanos e bemtevis após a Balaiada e do domínio de facções reunidas em torno das famílias com grande poder econômico¹³⁷. Conquanto esse seja um aspecto da questão, ele não explica, por exemplo, a força eleitoral de figuras como José Thomaz dos Santos e Almeida e de José Jansen do Paço após a cisão com Joaquim Franco de Sá e os Jansen Pereira (membros de famílias ricas e influentes politicamente). Além disso, antes de serem eleitos para os respectivos cargos de expressão nacional¹³⁸, a maioria dos membros do Partido Liberal¹³⁹ já possuía curso superior – 12 dos 15 (80%) – bem como tinha ocupado pelo menos um cargo público (também 12 dos 15, ou 80%). Logo, é possível falar, nesse período, pelo menos entre os liberais, em um padrão de carreira política, ao contrário do que Flávio Reis havia estabelecido anteriormente em sua obra. Dois exemplos podem qualificar esse ponto. Ângelo Carlos Moniz

136 – Em relação ao cargo de deputado geral, isso significa se eleger pelo menos duas vezes por década (metade das legislaturas num espaço médio de 12 anos). A partir de 1843 até o final do Império, a cada dez anos tinha lugar, em média, quatro legislaturas (15 legislaturas em 46 anos, com um tempo médio de 3 anos por legislatura, sem levar em consideração as dissoluções da Câmara Geral).

137 – REIS, Flávio. *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*. São Luís: Unigraf, 2007, p. 53-58.

138 – Deputado geral e senador.

139 – Da elite política maranhense e da elite política provincial.

não possuía curso superior, porém participou da condução dos negócios públicos da província desde os tempos do Conselho da Presidência¹⁴⁰ (que deixou de funcionar em 1834), órgão que, juntamente aos Conselhos Gerais de Província, precedeu as Assembleias Provinciais. José Jansen do Paço, por sua vez, até onde pude verificar, não ocupou nenhum cargo público antes de sua eleição para a Câmara Geral. Por outro lado, seu nome já figurava nas disputas eleitorais no início dos anos 40¹⁴¹, e na disputa por uma vaga na Assembleia Legislativa Provincial em 1843¹⁴². Logo, se controlássemos pela variável “participação política”, os números possivelmente seriam superiores. O que isso significa é que já havia, sim, grupos políticos organizados na província do Maranhão nessa época (em vez de somente “facções familiares”). O sucesso eleitoral alcançado pelas frações liberais, entre 1842 e 1852, é um sinal inequívoco dessa organização.

140 – Cf. CIRINO, *op. cit.*

141 – *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 24, p. 3, 5 de outubro de 1842.

142 – *O Publicador Maranhense*. São Luís. Periódicos (1842-85): Biblioteca Nacional (BN), n. 72, p. 3, 1 de abril de 1843.

TABELA 1 – ATORES E GRUPOS DO PARTIDO LIBERAL MARANHENSE (1842/1854)

Elite política maranhense	Elite política provincial	Figuras importantes/Correligionários
Antônio Pedro da Costa Ferreira, Barão do Pindaré (senador do Império, 1837-1860).	Francisco José Furtado (deputado geral, 1848-1849)	João Francisco Lisboa (considerado chefe da Liga Liberal Maranhense, Redator d'O Publicador Maranhense, deputado provincial).
	Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, (deputado geral, 1848-1849).	
José Thomaz dos Santos e Almeida (deputado geral, 1845-1847, 1850-1856).	D. Francisco Balthasar da Silveira (deputado geral, 1853-1856).	Antônio Raimundo Franco de Sá (Diretor Geral dos Índios, deputado provincial 1841-1846) ¹ .
Joaquim Franco de Sá (deputado geral 1843-1849, presidente da província 1846-1848, senador do Império 1850-1851).	José Ascenço da Costa Ferreira (deputado geral, 1853-1856).	Carlos Fernando Ribeiro.
	João Duarte Lisboa Serra (deputado geral, 1853-1856).	Altino Lellis de Moraes Rego ² .
	Isidoro Jansen Pereira (presidente da Câmara Municipal 1847, deputado geral 1848-1849).	João Pedro Dias Vieira. Alexandre Theóphilo de Carvalho Leal
	Antônio de Barros e Vasconcelos (deputado geral 1850-1852) ³ .	José Maria Barreto Jr. Antônio Rego
Ângelo Carlos Moniz (senador do Império, 1852-1863).	Gregório Tavares Ozorio Maciel da Costa (deputado geral 1850-1852) ⁴ .	José Martins Ferreira ⁵ .
		Tibúrcio da Silva Tavares ⁶ .
		Manuel Cerqueira Pinto ⁷ .
José Jansen do Paço (deputado geral, 1845-1847, 1850-1852).	Ten. Cel. Joaquim Mariano Franco de Sá (deputado geral, 1850-1852).	Manuel Jansen Ferreira (deputado provincial 1843-1848). José Mariani.
	Manuel Jansen Pereira (Deputado geral 1843-1844, deputado provincial 1846-1849).	José da Silva Maia ⁸ . Tenente Coronel Antônio Jansen do Paço (deputado provincial 1841-1842).

1 – Presidente da Assembleia em 1845 e 1846. Sabe-se, por Jerônimo Viveiros, que Antônio Raimundo fez parte dos maranhenses oriundos de Alcântara que estudaram em Coimbra. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 62-63 e BORRALHO, 2009, p. 131-134. Primo de Joaquim Franco de Sá.

2 – Tenente-coronel da Guarda Nacional, deputado provincial em 1849, apresentou à Assembleia Provincial um requerimento de anistia dos envolvidos na Revolução Praieira, diretor interino da Colônia Militar de São Pedro de Alcântara do Gurupi, entre 1859 e 1866.

3 – Nascido em São Luís, em 1805, bacharelou-se em Direito em Coimbra, em 1825. Juiz municipal, juiz de direito e chefe de polícia em diferentes anos (1848, 51, 52 e 53). Pai do Barão de Penalva; COUTINHO, *op. cit.*, p. 261.

4 – Liberal opositor da Liga. Deputado provincial eleito em 1844, para a legislatura de 45/46. Juiz de direito desde 1842, foi para a Comarca de Brejo (1849), anteriormente da Comarca de Estancia, Sergipe. Liberal de Caxias. Falecido em 30 de novembro de 1851. Faculdade de Direito, São Paulo. Bacharéis formados pela Faculdade de Direito de S. Paulo, desde a sua fundação, que teve lugar em 1828. In: MARQUES, Joaquim Roberto de Azevedo. *Memorial paulistano para o anno de 1863*. São Paulo: Typ. Imparcial, de J. R. de A. Marques, 1862, p. 48.

5 – Juiz municipal e de órfãos, Comarca de Chapada (1849). *O Progresso* (01/03/1847) o situa no campo de interesse oposto ao da Liga Maranhense.

6 – Desembargador, presidente da Assembleia Legislativa Provincial, em 1849. Membro da Liga, em 1847, é apoiado pelo *O Estandarte* (24/10/1849), jornal do Partido Bemtevi (liberal) e opositor da Liga na legislatura seguinte.

7 – Bacharel em Direito, deputado provincial eleito em 1844. Não compareceu às sessões preparatórias e de abertura da legislatura de 49/50. Mandou seu diploma para a Assembleia para que tivesse o destino mandado no artigo 5º do regimento. MARANHÃO. Ata de 4 de setembro da sessão preparatória da Assembleia Legislativa Provincial. *O Publicador Maranhense* (17/09/1850). Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL). Chefe de polícia em 1847, opositor da Liga, era juiz de direito da Comarca de Viana. *Gazeta dos Tribunaes* (14/02/1845). Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional (BN).

8 – Médico formado em Paris, em 1838, nascido em Alcântara em 1811. Vereador (e presidente) na Câmara Municipal de São Luís entre 1853/60 e deputado provincial. Futura liderança do Partido Conservador a partir de meados da década de 60. *O Observador*. São Luís. Periódicos (1847-53): Biblioteca Nacional (BN), p. 4, 19 de abril de 1857 e VIVEIROS, *op. cit.*, p. 123-124.

TABELA 2 – ATORES E GRUPOS DO PARTIDO CONSERVADOR MARANHENSE (1842/1854)

Elite política maranhense	Elite política provincial	Figuras importantes
Jerônimo José de Viveiros (senador do Império, 1853-1857)	Antônio Raimundo Teixeira Vieira Belfort (deputado geral, 1853-1856)	Joaquim Vieira da Silva e Souza ¹ .
	Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (deputado provincial, 1850-1855) ² .	
Cândido Mendes (deputado geral, 1850-1860, redator de <i>O Observador</i>).	Francisco Mariano de Viveiros Sobrinho (deputado provincial em 1844, 1856-1857) ³ .	Luís Antônio Vieira da Silva (secretário de governo 1852-1857).
	Frederico José Corrêa ⁴ (deputado provincial, 1848-1850 e 1854-1855, redator de <i>O Observador</i>).	Manuel Gomes da Silva Belfort (chefe da Tesouraria de Fazenda)
		Francisco Sotero dos Reis (redator de <i>A Revista</i> , deputado provincial).

1 – Político conservador, teve uma carreira política no governo central até a década de 40, inclusive conselheiro e ministro do Império, quando retornou ao Maranhão. Foi chamado como suplente na legislatura de 1844 da Assembleia Provincial do Maranhão. Segundo Henriques Leal, era “arredio dos partidos que se digladiavam na província”. LEAL, *op. cit.*, p. 226. Nesse período, disputou eleições para senador e ocupou assento na Câmara Municipal de São Luís.

2 – Futuro Visconde de São Luís, nascido em Rosário em 1823, formou-se em Leis, em Olinda, em 1845. Após finalizar seus estudos, assumiu o cargo de juiz municipal em Codó e Coroatá. Em 1848, Coutinho afirma que ele costurou alianças com o Partido Conservador e, com o apoio de sua família (Belfort), foi eleito para a Assembleia Provincial. Saiu do Legislativo maranhense para carreira política nacional, primeiro como deputado geral suplente em 1855, pelo Maranhão. Cf. COUTINHO, Fidalgos e barões..., *op. cit.*, p. 267-271.

3 – Nasceu em Alcântara em 1819 e morreu na mesma cidade, em 1860. Bacharel em matemática em 1839, pela Universidade de Coimbra. VIVEIROS, *op. cit.*, p. 129-131.

4 – Nascido em Caxias, em 18 de dezembro de 1817, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito em Olinda. Autor de *Um livro de crítica* (1878), uma diatribe contra o *Pantheon* de Antônio Henriques Leal. MARANHÃO. Frederico José Corrêa. Academia Maranhense de Letras. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/frederico-jose-correa/>. Acesso em: 08.09.20.

Texto apresentado em setembro de 2020. Aprovado para publicação em dezembro de 2020.

NOVOS CAMINHOS PARA O CÁRCERE: HUMANISMO PENITENCIÁRIO NO BRASIL OITOCENTISTA

NEW WAYS FOR PRISONS: PRISON HUMANISM IN BRAZIL IN THE NINETEENTH CENTURY

CAMILA SIMILHANA OLIVEIRA DE SOUZA¹

Abstract:

O artigo a seguir investiga o Humanismo Penitenciário no nascedouro europeu ocidental, isto é, tal como era discutido pelos intelectuais do Velho Mundo a partir de fins do século XVIII. Para tanto, foram analisadas sob um prisma discursivo as obras clássicas (*Dos delitos e das penas* e *The state of the prisons in England and Wales*) de dois grandes nomes daquele universo: Cesare Beccaria (organizou as bases para pensar novas engrenagens de um sistema punitivo que fosse marcado pela racionalidade) e John Howard (pioneiro em pensar a respeito de condições prisionais humanizadas). Em seguida, buscou-se debater como esse ideário foi interpretado e rearticulado pelos juristas brasileiros, bem como os meios mediante os quais esses últimos converteram a temática descrita em reflexões visando possíveis alterações junto à realidade prisional do país.

Palavras-chave: *Primeira República; Prisões; Humanização.*

Resumo:

*The following article is part of the doctoral thesis defended by the author at the Postgraduate History Program at UFMG. Before discussing the topic, it was necessary to investigate how intellectuals in the European old world understood and discussed prison humanism at the end of the 18th century. For this purpose, we analyzed the classical works of two authors who are references in the area, namely Cesare Beccaria and John Howard. The former laid in his book *Crime and Punishment* the basis for a new penal system that was marked by rationality; and the latter was a pioneer in advocating for humane prison conditions in his book *The State of the Prisons in England and Wales*. We then discuss how their ideas were interpreted and discussed by Brazilian lawyers as well as the thoughts and reflections they had aiming at eventual changes in the country's prison reality.*

Keywords: First Republic; Prisons; Humanization.

O processo de laicização do Direito, a emergência e a expansão do Humanismo Penitenciário

Visando à configuração de um comparativo entre Beccaria e Howard tendo em vista a demonstração de como essas matrizes discursivas do Direito foram centrais para pensar o Humanismo Penitenciário no Brasil, partiremos do processo de laicização do Direito. Para que esse objetivo se concretize, é necessário recuarmos ao jusnaturalismo setecentista, que compreendia a razão orientada pela lógica como fonte de todos os direitos, deveres e convenções necessárias à regência da humanidade. Isso implicava em deslocar, assim, o objeto da experiência jurídica para

1 – Pesquisadora independente. Email: simelliana@gmail.com.

o homem, característica essa própria da emergência do Estado moderno. Tal cenário foi facilitado pela separação entre Direito e Teologia após a Reforma Protestante, quando passou a se pensar o Direito por meio de fundamentos laicos e autônomos capazes de apartá-lo do discurso canônico e aproximá-lo da ação humana. Com base nesse raciocínio, surgiram conceitos como

[...] direitos inatos, estado de natureza e contrato social [...] que embora utilizados com acepções variadas, permitiram a elaboração de uma doutrina do Direito e do Estado a partir da concepção individualista da sociedade e da história, que marca o aparecimento do mundo moderno. São estes os conceitos que caracterizam o jusnaturalismo dos séculos XVII e XVIII, que encontrou seu apogeu na Ilustração².

O processo até aqui descrito ganhou eco na Ilustração franco-inglesa que, por sua vez, foi impulsionada por diferentes fontes de saber, pelo fomento de um ideal de educação e pela disseminação de um ideal de cultura, aspectos então considerados necessários pelas elites intelectuais para que as sociedades se reconfigurassem e pudessem ser movidas pela razão e pelo progresso³.

Diante do quadro exposto, o homem deixou de configurar um ser cuja justiça se fazia por meio de Deus e tendia a se tornar alguém que buscava confrontar a realidade de modo cada vez mais autônomo frente à perspectiva religiosa. Em meio a esses questionamentos, a razão se converteu paulatinamente em uma característica determinante para um sistema que buscava estabilidade para a devida aplicação das leis. Desse modo, o Direito passou a ser buscado cada vez mais segundo a racionalidade articulada pelo legislador, buscando deixar de lado juízos de valor em relação ao que estivesse posto em termos legais. Assim, era estimulada a crescente positivação do Direito pelo Estado, uma das características singulares do mundo jurídico instaurado com o despontar da modernidade, que “deixou de limitar-se à exegese e à interpretação prudencial de

2 – LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 1ª reimpressão, p. 38.

3 – *Op. Cit.*, p. 38.

textos singulares e passou a ter características de uma estrutura lógico-demonstrativa⁴”.

Junto ao cenário apresentado, o discurso jurídico visto como ideal buscava dialogar com conhecimentos verificáveis, que colaborassem para o acúmulo de certezas e desestimulassem o “relativismo contraditório do saber jurídico-filosófico, inverificável e não conclusivo⁵”. Tal caminho, se supunha, permitiria a ação orientada pela lógica, e, portanto, com o devido conhecimento e previsibilidade. Frente a esse raciocínio, a codificação de leis era vista como um meio de simplificação e de racionalização formal que poderia garantir a intervenção de forma eficaz na vida social, levando à estabilidade imprescindível ao almejado caminho para o progresso econômico e tecnológico.

Em meio ao processo apontado, questões referentes ao âmbito punitivo passaram a ser discutidas por círculos cada vez mais amplos, o que colaborava para que o conceito de autoridade passasse a ser cada vez mais confrontado a uma nova perspectiva, entendida então como algo que fosse além de um poder repressivo que pretendia constranger ao silêncio⁶. Paralela à discussão da questão da autoridade, decorria a reflexão em torno do arcabouço punitivo vigente, visto então como um elemento que ia contra o entendimento do caminho de progresso que se buscava trilhar. Considerando tal premissa, a prática de suplícios era tida por muitos juristas, filósofos e teóricos do Direito, magistrados, parlamentares e legisladores das assembleias franco-inglesas do século XVIII como um espetáculo de vingança do governante frente aos governados. Entendimento semelhante também vigia entre o povo, que criticava a tirania, o excesso e a perversidade explorada pelas condenações públicas, as quais constran-

4 – *Op. cit.*, p. 39.

5 – *Op. cit.*, p. 43.

6 – ITUASSU, Arthur. Rousseau, Sturm und Drang, civilização e barbárie: representação do embate entre culturas e a atualidade das discussões acerca do Iluminismo francês. *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*, v.2, n.4, p. 183, jan./jun. 2002. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n4_Ituassu.pdf. Acesso em: 17.02.16.

giam as vítimas de tal forma que os estigmas da condenação acabavam também se estendendo aos descendentes⁷.

Para os atores sociais listados, o poder legítimo não poderia se pautar pelos excessos, ainda que estivesse lidando com um infrator das leis, o que ajudou a montar um cenário em que a punição pouco a pouco deixou de ser uma cena com requintes de selvageria para se converter em uma parte mais velada do processo penal centrada cada vez mais em situações que colocavam o corpo em um sistema de coação e privação de liberdade, a exemplo da pena de reclusão, da interdição em domicílio ou da deportação⁸.

Da década de 1760 em diante, diferentes tipos de manifestações foram realizados com o objetivo de humanizar as punições, incluindo o fim das práticas correlatas à detenção, como a tortura. Entre os pensadores franceses, Voltaire denunciou a tortura judicial pela primeira vez em 1766 e escreveu a respeito do assunto em um artigo que integrava uma de suas obras, denominada *Dicionário Filosófico* (publicado pela primeira vez em 1764), quando elevou a tortura a uma prática incivilizada para a extração da confissão de culpa que deveria ser abolida pelas autoridades francesas. Nesse âmbito, ganhou força a noção de que a condenação deveria deixar de ser uma expiação marcada por violência de todas as espécies para se converter em uma dívida a ser paga racionalmente à sociedade. Por conta disso, defendia-se que o indivíduo não fosse brutalizado no cumprimento da punição a ele comutada, mas tivesse a oportunidade de se arrepender e de se transformar, evitando novos delitos e com isso a consequente contribuição para o agravamento dos problemas sociais⁹.

A partir da mudança assinalada, filósofos e juristas anglo-franceses inovaram não só ao discutir a humanização das penas, mas também de pensar formas de reintegrar socialmente o prisioneiro após ser liberado

7 – LOPES, Marcos Antônio. *A peste das almas: histórias de fanatismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 19-20.

8 – HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

9 – *Op. cit.*

do cárcere sem que continuasse a ser condenado por estigmas. Essa perspectiva colaborou, por exemplo, com a abolição de marcas feitas com ferro em brasa na pele dos detidos, prática essa anteriormente empregada para o reconhecimento de criminosos que tivessem sido condenados pela justiça.

Buscava-se assim fazer com que a punição pudesse ter o efeito de dissuadir os delinquentes e seus semelhantes a trilharem o caminho do crime, sem, entretanto, degradá-los ao ponto de impedirem sua reinserção social, acabando assim com o “colorido religioso da punição [...] e eliminando o ato formal da penitência em que o condenado [...] ia até a porta de uma igreja e implorava o perdão de Deus, do rei e da justiça. [...] Em lugar disso, passou a ser exposto ao público por duas horas [...] com seu nome, o seu crime e seu julgamento escritos num cartaz abaixo da sua cabeça¹⁰”. Tratava-se, desse modo, de uma tentativa por parte dos filósofos e dos profissionais da justiça franco-inglesa de tornar as engrenagens do sistema punitivo menos cruéis.

A elite culta, porém, bem como muitos dos principais reformadores anglo-franceses não assimilaram de forma imediata a conexão entre a linguagem nascente dos direitos e a desarticulação da crueldade junto ao sistema punitivo, tendo essa mudança de pensamento efetivamente se confirmado ao longo de incontáveis décadas. Para tanto, o corpo se tornou um elemento sagrado não apenas dentro da moral religiosa, mas também no que se refere à capacidade de exercer a autonomia frente a direitos que circunstância alguma poderia ameaçar¹¹.

A rejeição aos excessos punitivos por parte dos profissionais franco-ingleses ligados à redação e à aplicação de um novo arcabouço de leis punitivas se deu não somente em razão do contexto racional e humanista propiciado pela influência da Ilustração, mas em virtude da busca por um Estado¹² cada vez mais preocupado em controlar e enquadrar “a existên-

10 – *Op. cit.*, p. 141.

11 – *Op. cit.*

12 – FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987, p. 9-109.

cia dos indivíduos [...] por meio de instrumentos que se encarregassem de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas [...] possibilitando uma justiça mais inteligente para uma vigilância penal mais atenta do corpo social¹³.” Isso significa que estava em jogo punir *melhor* e não punir *mais*, tornar a repressão algo frequente e não um evento teatralizado, diminuindo assim a severidade para punir de forma constante e universal, disseminando a importância de seguir as leis.

Foucault vê nesse cenário não a emergência de uma nova sensibilidade, mas uma política de impacto que surtiria efeito em longo prazo por meio da atuação diferenciada em relação às ilegalidades:

Deslocar o objetivo e mudar sua escala. Definir novas táticas para atingir um alvo que agora é mais tênue, mas também mais largamente difuso no corpo social. [...] Colocar novos princípios para regularizar, afinar, regularizar e universalizar a arte de castigar. Diminuir seu custo econômico e político aumentando sua eficácia¹⁴.

A análise foucaultiana acerca das transformações do sistema punitivo que ganharam força no século XVIII é útil à medida que vai além da postura em torno da humanização das penas, enfatizando a necessidade de o Estado desenvolver no período meios de controlar potenciais criminosos e não apenas puni-los, mas também corrigi-los e submeter os infratores a um tratamento moral. Foucault traz à tona a punibilidade como um cálculo importante para pensar os dispositivos de controle capazes de aumentar a vigilância e desestimular a ocorrência continuada de infrações¹⁵.

Assim sendo, o crime deixou de ser um ato contra o soberano e se converteu em uma ameaça contra a sociedade que, movida pelo senso de autopreservação, se via no direito de punir o infrator com base na moderação e no cálculo necessário para submetê-lo ao castigo adequa-

13 – *Op. cit.*, p. 72.

14 – *Op. cit.*, p. 76.

15 – CUNHA, Manuela Pereira. Disciplina, controlo, segurança: no rasto contemporâneo de Foucault. In: *A sociedade vigilante: ensaios sobre privacidade, identificação e vigilância*, ed. Frois, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 67 - 81. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8374/3/DisciplinaFouc.pdf>. Acesso em: 09.02.21.

do. Faz-se necessário, assim, estabelecer um parâmetro frente ao nível de prejuízo que um crime traz ao corpo social, a partir do qual o castigo deve ter como objetivo evitar diferentes graus de desordem. Frente a essa lógica, o castigo passa a ser visto como uma retribuição com base no grau de ameaça em relação ao corpo social e tendo em vista a articulação necessária para evitar possível repetição. O exemplo deixa, portanto, de estar atrelado a um espetáculo de grandes proporções e passa a indicar a intervenção do poder vigente, convertendo-se em um sinal constante de obstáculos que não devem ser ultrapassados.

Para que o raciocínio descrito pudesse ter sentido, era necessário que a lei, o delito, o julgamento e a punição integrassem uma equação racional, passível de ser demonstrada matematicamente, levando a um cálculo justo dos critérios processuais e punitivos. Para tanto, o inquérito deixou de ser um trâmite subjetivo e se converteu em um procedimento perpassado pela razão e por procedimentos previamente estabelecidos, enfatizando a necessidade de códigos regidos por leis precisas, rigidamente classificadas e reunidas em espécies claras que comprovassem os requisitos necessários para acusar, processar e condenar alguém¹⁶.

Após compreender de que forma a laicização do Direito abriu caminho para estreitar a relação entre o Iluminismo franco-inglês e a reflexão em torno de novas perspectivas punitivas, as seções seguintes se dedicam a esclarecer como o processo até aqui pormenorizado permitiu que o Humanismo Penitenciário tomasse forma, a partir da investigação do que escreveram a respeito Cesare Beccaria e John Howard, nomes que se destacaram em meio à reflexão sobre novas perspectivas punitivas no Ocidente.

16 – FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987, p. 9-109. HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Cesare Beccaria (1738-1794) e a articulação das bases do direito punitivo

Se considerarmos a perspectiva histórica, as punições não contavam com um grau acurado de legitimação jurídico-filosófica até fins da Idade Média, quando o pensamento europeu ocidental começou a esboçar caminhos para se desvencilhar dessa lacuna, percurso esse que ganhou força e consistência à medida que foi abarcado pelo Iluminismo franco-inglês. Assim sendo, até o período situado entre fins do medievo e início da Idade Moderna o mais comum era associar a punição à verdade imputada por um ser superior reconhecidamente sagrado em nome da preservação da ordem estabelecida.

Até o pleno desenvolvimento da filosofia iluminista franco-inglesa, portanto, não existia uma base sólida capaz de orientar a legislação punitiva, incompletude essa que começou a ser preenchida com a obra de Cesare Beccaria – economista e jurista italiano, assíduo leitor dos enciclopedistas – por meio da obra *Dos delitos e das penas*, publicada em 1764, quando Beccaria tinha somente vinte e seis anos. Nessa obra, Beccaria demonstrou admirável capacidade para arregimentar o pensamento de outros filósofos iluministas, apresentá-los de forma clara, combiná-los de modo racional e com isso articular a lógica necessária para estabelecer novas diretrizes para o universo jurídico-punitivo. A relevância da obra de Beccaria pode ser percebida por meio da atenção que as publicações daquele autor ganharam nos círculos intelectuais liderados por Diderot, o que a fez ser rapidamente traduzida para o francês e para o inglês. Em linhas gerais, *Dos delitos e das penas* refletia a rejeição da justiça penal italiana em relação à tortura, ao castigo cruel e à pena de morte, o que configurava um avanço para o período¹⁷.

Beccaria começa por defender seu ideário dissertando a respeito da compreensão em torno dos preceitos jurídicos considerados então básicos para sustentar a ordem social: as leis, os delitos, a justiça e as penas. Em

17 – HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

relação às leis, o autor as define como “condições sob as quais independentes e isolados se uniram em sociedade, cansados de viver em contínuo estado de guerra e de desfrutar uma liberdade inútil pela incerteza de conservá-la. Parte dessa liberdade foi por eles sacrificada para poder gozar de segurança e de tranquilidade suficientes para induzir os outros a defendê-las¹⁸”. A porção de liberdade perdida por cada um em nome do bem comum seria confiada e administrada por um soberano, cuja legitimidade estaria assentada na capacidade daquele de manter a paz e a liberdade, aspectos esses vistos como essenciais à manutenção da soberania de uma nação¹⁹.

Confrontando essas reflexões iniciais de Beccaria à produção escrita dos juristas brasileiros da segunda metade do século XIX de modo a detectar sinais da influência do que ele escreveu, encontramos ecos junto ao que escreve o jurista brasileiro Thomaz Alves Júnior, quando esse aborda os pressupostos que regeram o Código Criminal brasileiro de 1830:

A lei é o laço que prende as relações dos homens entre si; essas relações oferecem dous pontos que se correspondem reciprocamente; são os direitos de uns e os deveres correlativos de outros. Para que o laço das relações se una é preciso a sanção, que dê força ao direito e torne obrigatorio o dever; aquelle que deixa de cumprir o dever em relação ao direito viola o direito e incorre na sanção. Esta sanção se traduz em uma pena, [...] um mal em consequencia de outro mal, mas com o fim de produzir um bem. Logo, aquelle que incorre na sanção da lei sujeita-se a soffrer um mal, que é a pena, porque fez um mal, que é a violação do direito²⁰.

Nota-se o eco de Beccaria quando Thomaz Alves Júnior coloca que era preciso estabelecer as condutas que seriam rechaçadas em nome da preservação do corpo social, surgindo assim uma escala de condutas con-

18 – BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1793. *Dos delitos e das penas / Cesare Beccaria*; tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. - 2. ed. rev., 2. tir. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 27-29.

19 – *Op. cit.*, p. 35-37.

20 – ALVES Jr., Thomaz. *Anotações theoreticas e praticas ao codigo criminal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto, 1864, p. 83. Foi preservada a grafia vigente da época da transcrição.

sideradas ameaçadoras²¹, “[...] entre as quais o primeiro grau consistia naquelas [capazes de destruir] imediatamente a sociedade, e, o último [grau], na *minima[sic]* injustiça possível feita a seus membros privados. Entre esses dois extremos encontram-se todas as ações opostas ao bem comum, chamados delitos, que vão decrescendo do mais grave ao mais leve²²”.

Os atos que não estivessem descritos entre a ameaça à organização social como um todo e a injustiça direcionada aos elementos que a integravam não poderiam ser alçados à categoria de delitos nem punidos como tais. De modo semelhante, Thomaz Alves Júnior²³ concebe que a lei brasileira criminal acertou por meio da codificação criminal de 1830 ao abranger uma multiplicidade de pontos considerados ameaçadores pelo corpo sócio-político de um dado período e com isso garantir a conservação da ordem vigente, definida então como “o fim do direito penal em sua expressão mais geral²⁴”.

Outros dois juristas brasileiros de destaque na segunda metade do século XIX, mais precisamente José Maria Frederico de Sousa Pinto e Bernardes Augusti Nascentes Azambuja²⁵, ao comentarem as leis criminais do Código de 1830, consideravam que a garantia da tranquilidade dos cidadãos consistia na principal finalidade do pacto social, mas para que isso se concretizasse era necessário “lançar mão de algumas medidas para inutilizar os esforços d’aquelles que tentassem perturballa²⁶”. Segundo esses autores, a manutenção da sociedade está diretamente relacionada ao exercício do poder coercitivo, os quais “por meio de castigos

21 – BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1793. *Dos delitos e das penas* / Cesare Beccaria: tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. - 2. ed. rev., 2. tir. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 35-37.

22 – *Op. cit.*, p. 37.

23 – ALVES Jr., Thomaz. *Anotações theoricas e praticas ao codigo criminal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto, 1864, p. 9-11; p. 76-133.

24 – *Op. cit.*, p. 82.

25 – PINTO, José Maria Frederico de Sousa; AZAMBUJA, Bernardes Augusto. *O código criminal explicado ou analyse juridica e philosophica da carta de lei de 16 de dezembro de 1830*. Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia De Guettler, 1832.

26 – *Op. cit.*, p. 9

exemplares intimida os maus, diminui o atractivo do prazer, e reprime a força das paixões²⁷”.

Partindo do pressuposto de que os delitos tinham como principal referência o dano à sociedade, Cesare Beccaria²⁸ os separou em duas grandes categorias: aqueles que destruíam imediatamente o corpo social ou o soberano que o representava (Beccaria considerava esse último delito de periculosidade máxima e o denominava *lesa-majestade*) e aqueles que confrontavam os cidadãos na vida privada, na honra e nos bens, atacando o contrato social vigente (por meio de ações morais e físicas, sobretudo aquelas que violavam o direito de segurança do cidadão: “Atentados contra a segurança e a liberdade dos cidadãos constituem, pois, um dos maiores crimes e, nessa classe, incluem-se não só apenas os assassinatos e os furtos dos plebeus, mas também os dos grandes e os dos magistrados, cuja influência age a maior distância e com maior vigor²⁹”. Para reprimir ambos os conjuntos de crimes, era necessário estabelecer o direito de punir, que não necessariamente deveria ser tirânico, mas sim recair sobre a indispensável salvação pública frente às possíveis usurpações particulares e demais ocorrências de delitos: “Observemos que a palavra direito não se opõe à palavra força, mas a primeira é antes uma modificação da segunda, isto é, a modificação mais útil para a maioria³⁰”.

O que fosse além do acordado como indispensável para grande parte da sociedade estava, portanto, fora do âmbito que Beccaria considerava como justiça pois não manteriam unidos os vínculos dos interesses particulares, mas estimularia a dissolução do *status quo* em prol do retorno ao antigo estado de insociabilidade. Observa-se, desse modo, que para Beccaria³¹ tanto a delimitação da lei penal quanto a aplicação dessa de-

27 – *Op. cit.*

28 – BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1793. *Dos delitos e das penas* / Cesare Beccaria: tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. - 2. ed. rev., 2. tir. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

29 – *Op. cit.*, p. 42-43.

30 – *Op. cit.*, p. 28-29.

31 – BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1793. *Dos delitos e das penas* / Cesare Beccaria: tradução J. Cretella Jr e Agnes Cretella. - 2. ed. rev., 2. tir. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

veriam ser orquestradas por uma distribuição harmoniosa situada entre o grau de periculosidade do delito e a exata distribuição do poder e da repressão cabível, aspectos esses que o autor considerava como sendo as forças motrizes do ser. Caso tais interferências não fossem observadas, corria-se o risco de que “uma pena igual fosse cominada a dois delitos que desigualmente ofendem a sociedade, [desencorajando a obediência] a um obstáculo mais forte para cometer um delito maior³²”.

A perspectiva anterior defendida por Beccaria faz conexão com o que escreveram Pinto e Azambuja³³ nos comentários de uma das publicações do Código Criminal de 1830, quando os autores descritos definiram as leis penais como uma complexa articulação que servia à sanção das infrações cometidas em prejuízo dos particulares ou do Estado e nada além disso, para que desse modo fosse referendado o pacto democrático e não a tirania. Aureliano Leal³⁴, por sua vez, em uma de suas publicações acerca da questão criminológica no Brasil, coloca que a articulação das leis punitivas deveria se basear exatamente na medida necessária para que se dedique precisamente aos “delictos contra as pessoas ou contra a propriedade”, diminuindo o risco de possíveis excessos. José Anastacio Falcão³⁵, jurista português, na publicação intitulada *Analyse do codigo criminal do Imperio do Brasil*, ao tecer comentários em torno do Código Criminal de 1830 afirmou de modo semelhante que se a sociedade se pre-dispõe à submissão de leis pensadas com o objetivo de conter o descontrolo das paixões dos cidadãos que a compõem, tem o corpo social direito pleno direito de exigir que as leis punitivas sejam justas e adaptadas aos costumes da sociedade para a qual se dirija. Percebe-se, dessa forma, que pelo menos em tese, havia um reconhecido esforço por parte dos juristas de que o raciocínio em torno dos procedimentos que regiam as punições

32 – *Op. cit.*, p. 39.

33 – PINTO, José Maria Frederico de Sousa; AZAMBUJA, Bernardes Augusto. *O código criminal explicado ou analyse juridica e philosophica da carta de lei de 16 de dezembro de 1830*. Parte primeira. Rio de Janeiro: Typographia De Guettler, 1832.

34 – LEAL, Aureliano. *Germens do crime*. Bahia: Livraria Magalhães, 1896, p. 16-26 Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227367>. Acesso em: 26.07.16.

35 – FALCÃO, José Anastacio. *Analyse do codigo criminal do Imperio do Brasil*. 1831, Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de É. Seignot-Plancher, 1831, p. 24-26.

no Brasil fosse pautado pela racionalidade, isto é, fosse direcionado por um cálculo racional capaz de iluminar as especificidades das condutas consideradas delituosas:

hum Codigo não he mais do que huma Ley fundamental pela qual todos os Cidadãos de hum Estado se devem reger, e dirigir; parece indispensavel que esta Ley fundamental, ou este Codigo seja redigido, e coordenado de maneira que todos o comprehendão á primeira vista, e que estando em harmonia com todas as outras Leys, e com os usos, e costumes dos Povos que a devem observar guarde hum perfeito equilibrio, e proporção na distribuição das penas para que não haja impunidade nos delitos, nem disproporção nos Castigos.³⁶

Tais princípios foram considerados pela legislação criminal brasileira já na codificação de 1830, quando Thomaz Alves Júnior³⁷ destaca o cuidado que se dedicou para que a pena fosse regida por dois pontos principais: o exemplo e a correção moral, os quais se imaginava que fossem essenciais para desestimular a contínua adesão ao mundo do crime. Procurava-se garantir, assim, que os penalizados pelo direito criminal tivessem oportunidade de se reestabelecer moralmente e ainda que fossem afastados da possibilidade de reincidirem na prática delituosa. Para que isso fosse possível na prática, era necessário pensar na pena como algo proporcional ao grau de gravidade do delito cometido, de modo a focar na força do exemplo e não propriamente nas vicissitudes do castigo excessivo.

Conforme foi colocado anteriormente, Beccaria³⁸ condenava as punições pautadas pela arbitrariedade de magistrados tirânicos, vistos pelo autor como produto de constituições frágeis e de governos desorganizados. Por conta disso, sugeria que os delitos mais graves não fossem necessariamente punidos com os suplícios e com a morte, já que os considerava

36 – FALCÃO, José Anastacio. *Analyse do codigo criminal do Imperio do Brasil*. 1831, p. 24-26, p. 2-3.

37 – ALVES Jr., Thomaz. *Anotações theoricas e praticas ao codigo criminal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto, 1864, p. 9-11; p. 76-133.

38 – BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1793. *Dos delitos e das penas / Cesare Beccaria*: tradução J. Cretella Jr e Agnes Cretella. - 2. ed. rev., 2. tir. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

desnecessários, injustos e inúteis, pois não atendiam à prevenção de crimes, mas revelavam a tirania do soberano: “Que espécie de governo seria esse em que o regente pretende ver em cada súdito um inimigo e, para assegurar o sossego público, é obrigado a tirar o sossego de cada um?”³⁹”.

Beccaria⁴⁰ afirmava que a pena de morte não tornava os homens melhores, ainda que sob a justificativa de manter as leis e a soberania. A rejeição de Beccaria à pena de morte ecoava no Brasil, já que, mesmo sendo mantida pelo Código Criminal de 1830 e apenas abolida junto ao Código Penal de 1890, aquela forma de punição já recebia críticas de juristas como Thomaz Alves Júnior, que em 1864 a considerava desnecessária e visceralmente oposta ao que se compreendia então como a ideia de progresso, diretriz que parte das elites brasileiras consideravam que deveria pautar, pelo menos em tese, as leis do país. Alves Júnior⁴¹ via a pena de morte como uma punição que atacava o corpo, a moral e os direitos do delinquente e deixava de lado a principal razão de ser da punição em fins do século XIX, isto é, a correção moral do indivíduo. Alves Júnior sintetiza esse ponto de vista ao definir a pena de morte como “um remédio extremo de que a sociedade lança mão para livrar-se do indivíduo que julga incorrigível: é um meio violento [...] para reprimir actos que a natureza humana custa a abraçar como praticados pelo homem”⁴²”. Seria, portanto, de muito maior valor permitir que o erro fosse pago devidamente possibilitando a recuperação do condenado.

Para Beccaria⁴³, a pena de morte configurava a guerra da nação contra o cidadão compreendido dentro do entendimento daquele que as leis e os magistrados julgassem útil ou necessário matar. Tal perspectiva, para o mesmo autor, não se justificava, já que o poder constituído havia sido

39 – *Op. cit.*, p. 60.

40 – *Op. cit.*

41 – ALVES Jr., Thomaz. *Anotações theoricas e praticas ao codigo criminal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto, 1864, p. 9-11; p. 76-133.

42 – *Op. cit.*, p. 93.

43 – BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1793. *Dos delitos e das penas* / Cesare Beccaria: tradução J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. - 2. ed. rev., 2. tir. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

elevado como pré-condição da defesa daqueles que abriram mão de parte das suas liberdades e não como um determinante que decide quem vive ou quem morre. Beccaria apenas considerava a morte de um cidadão necessária sob duas condições: “a primeira, quando também privado de liberdade, ele [o condenado] ainda tenha relações e poder tais que possam afetar a segurança da nação; a segunda, quando da sua existência possa produzir perigosa revolução para a forma de governo estabelecida⁴⁴”. Nesse caso, o autor citado compreende a pena de morte como requisito indispensável, já que se encontra em jogo a perda da liberdade de terceiros, a desordem no lugar das leis e a consequente anarquia.

O jurista Thomaz Alves Júnior⁴⁵, que por sua vez rechaçava a pena de morte e lamentava a presença desse tipo de punição no Código Criminal de 1830, discorda de Beccaria quanto à associação daquele tipo de punição às ocorrências de crime político: “[...] Ainda bem que o parlamento commissionando membros seus para elaborarem esse Codigo deliberou logo que a pena de morte não tinha lugar em seus crimes políticos. Ao menos o nosso Codigo bem compreendeu que a morte em crimes políticos era o assassinato pela lei⁴⁶”. Depreende-se, assim, que ao contrário do que muitos julgam, os juristas brasileiros não eram meros receptáculos do ideário europeu e tampouco prisioneiros das discussões europeias, mas iam além, articulando formas de pensar diferenciadas em relação aos posicionamentos de natureza europeia, mesmo em se tratando de nomes profundamente respeitados, como Cesare Beccaria.

Beccaria colocava que no lugar das penas cruéis era preferível a legislação branda, porém corroborada por uma vigilância constante e efetiva, que fosse aplicada de forma inexorável por uma magistratura eficiente, já que supunha que “a certeza de um castigo, mesmo moderado, sempre causará mais intensa impressão do que o outro modo mais severo⁴⁷”. A

44 – *Op. cit.*, p. 90-91.

45 – ALVES Jr., Thomaz. *Anotações theoricas e praticas ao codigo criminal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto, 1864, p. 9-11; p. 76-133. Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, notação 12, caixas 01-37 (1890-1918).

46 – *Op. cit.*, p. 95.

47 – BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di, 1738-1793. *Dos delitos e das penas /*

repetição de males moderados, mas com alto grau de certeza para aqueles que porventura perturbassem as regras sociais, eram vistos por Beccaria com uma eficiência muito maior do que os espetáculos de crueldade, conforme sintetizado pelo mesmo autor nas palavras a seguir:

Não é o grau intenso da pena que produz maior impressão sobre o espírito humano, mas sim sua extensão, pois a sensibilidade humana é mais facilmente [...] por impressões mínimas, porém renovadas, do que por abalo intenso, efêmero. [...] Não é o terrível, mas passageiro, espetáculo da morte de um criminoso, mas sim o longo e sofrido exemplo de um homem, privado de liberdade, e que, convertido em animal recompense com a fadiga a sociedade que ofendeu, é que constitui o freio mais forte contra os delitos⁴⁸.

O teatro público das torturas, portanto, surpreendia e aterrorizava a quem o assistia, mas para Beccaria não era o suficiente para manter o respeito às leis, o que somente ocorreria com legislação moderada e penas justas de caráter contínuo, pois um único delito demonstraria o poder das leis mediante práticas semelhantes, já que “intimida mais quem a vê do que quem a sofre, pois o primeiro analisa a soma de todos os momentos infelizes, enquanto o segundo se abstrai da infelicidade presente⁴⁹”.

Debruçando-se sobre conceitos jurídicos essenciais para a convivência em sociedade (lei, delito, justiça e pena), Beccaria procurava demonstrar que o contrato responsável por reger os corpos sociais deveria ser orientado por leis condicionadas pela lógica capaz de tornar determinadas obrigações válidas para todos os seus membros, desde os que “descem do trono até a choupana [ligando] igualmente o mais poderoso ao mais desgraçado dos homens⁵⁰”, raciocínio esse que deveria orientar especialmente a legislação de natureza punitiva. Para tanto, o juiz (definido por Beccaria como uma terceira pessoa situada entre o soberano e os súditos) era um elemento determinante para saber se articular frente a um método capaz de encontrar o equilíbrio descrito, entendimento esse visto como

Cesare Beccaria: tradução J. Cretella Jr e Agnes Cretella. - 2. ed. rev., 2. tir. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 87.

48 – *Op. Cit.*, p. 91-92.

49 – *Op. cit.*, p. 93.

50 – *Op. cit.*, p. 30.

capaz de equacionar o fato cometido ao espírito da lei, evitando assim a desordem decorrente da inobservância da lei penal e de possíveis arbitrariedades. Exemplo disso residia no fato de que Beccaria considerava que ao magistrado deveria ser vedada a aplicação de pena superior ao limite fixado pelas leis, já que a pena deveria ser justa (quanto ao exato tempo de permanência de privação de liberdade para impedir fugas, para ocultar provas ou para atender à sentença comutada pela rigorosa observância das leis) e útil (no sentido de atender à escala de gravidade do crime cometido, poupando o réu de sofrimentos e crueldades inúteis)⁵¹.

Deveria valer-se, portanto, essencialmente do que é previsto em lei, dos adequados procedimentos penais e da devida comutação da pena para a adequada subordinação à pena privativa de liberdade necessária para que o condenado pudesse quitar sua dívida com a lei. É preciso destacar, porém, que apesar de Beccaria e de muitos dos juristas brasileiros situados no último triênio do século XIX concordarem, pelo menos em tese, no tocante à estrita observância da legislação penal e à humanização das formas de condenar a um determinado crime, existia discordância em dois pontos: a manutenção da pena de morte para uma parte de delitos então considerados inaceitáveis e a elevação da pena privativa de liberdade como principal forma de punição.

Embora Beccaria⁵² tenha dado uma contribuição de grande relevância para a edificação de um arcabouço jurídico-filosófico em torno da questão punitiva, traçando a relevância de penas orquestradas por leis racionais, justas e eficazes, ele não fez da prisão sua atenção principal, mas apontou a pluralidade de possibilidades que pudessem permitir a repressão às condutas indevidas sem necessariamente fazer uso de violentos excessos. Beccaria⁵³ não é uma exceção, pois o desenrolar do Humanismo Penitenciário em meio ao Iluminismo franco-inglês nem sempre trata a pena de prisão com a devida centralidade. Esse é um ponto que vai ganhar prestígio muito lentamente, tanto que o Código Criminal de 1830, confor-

51 – *Op. cit.*

52 – *Op. cit.*

53 – *Op. cit.*

me defendia Beccaria, adotou uma grande variedade de punições, entre as quais a reclusão era apenas uma entre tantas outras (a exemplo das galés e do degredo), situação radicalmente alterada no Código de 1890, quando a pena privativa de liberdade tornou-se central em oposição a outras possibilidades punitivas, aspecto esse que não foi poupado de críticas mesmo após a aprovação da codificação penal mencionada.

John Howard (1726-1790): inspeção, denúncia e um novo olhar sobre o caráter regenerador da pena privativa de liberdade

Ao longo do intervalo entre os séculos XIV-XVI, com o renascimento comercial e urbano e ao longo da emergência capitalista, observou-se a expansão da mendicância, vista então como a condição daquele que se recusava a exercer qualquer função laboral. O combate a esse cenário se deu, entre outras práticas, por meio das leis contra os pobres, sobretudo na Inglaterra, na França e nos Países Baixos, quando tipos como esses eram recolhidos em propriedades onde eram submetidos aos trabalhos forçados. Isso permitia, de um lado, a domesticação dos indivíduos, e de outro lado, atendia à demanda de mão de obra para a reprodução do capital em um contexto de baixa densidade demográfica⁵⁴.

Considerando as transformações urbanas trazidas pela Revolução Industrial, incluindo o crescimento da pobreza e da criminalidade, aqueles que não estavam inseridos no processo produtivo e que apresentassem comportamentos que ameaçassem a ordem vigente passaram a ser concebidos como inimigos públicos, aprofundando as contradições entre as classes. Inicialmente a vadiagem, a mendicância e, de forma secundária, os delitos de menor importância, eram acolhidos em casas paroquiais (*poor houses*) inicialmente pensadas para a regeneração de vagabundos, desempregados e ladrões de baixa periculosidade por meio do trabalho. À medida que as contradições urbanas expandiam, assim como a crimi-

54 – GÓES, Weber Lopes. O encarceramento enquanto mecanismo de eugenia contemporânea no Brasil. *3º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão*. UFPE, Recife, p. 10-12, set./2017. Disponível em: <https://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2019/03/O-encarceramento-enquanto-mecanismo-de-eugenia-contempor%C3%A2nea-no-Brasil-completo.pdf>. Acesso em: 15.11.20.

nalidade nas cidades, esses espaços se convertem paulatinamente em casas correcionais, abrindo caminho para a punição do público descrito por meio de internação e de açoites⁵⁵.

Em meio ao cenário traçado, direitos hoje considerados básicos aos que são detidos provisoriamente ou em razão de alguma sentença como alimentação, água, vestuário e higiene estavam presentes de forma precária nos cárceres até boa parte do Oitocentos. Aos olhos dos demais tal situação parecia algo comum, pois se imaginava então que o autor de um delito não merecia clemência em nenhum grau, devendo perder todo e qualquer direito. Diferente de muitos no século XVIII, John Howard enxergava esse cenário como um abuso. Considerava as restrições descritas penalidades que iam além daquelas já oficializadas pela justiça por meio da comutação de pena, constituindo por isso um dos pioneiros frente à melhoria das condições carcerárias. Enquanto Beccaria se debruçou sobre o punitivismo humanitário em âmbito filosófico, Howard tentou trazer perspectiva semelhante para a realidade, tirando-a dos gabinetes onde era idealizada e buscando torná-la concreta⁵⁶.

Para além da análise do que escreveu Howard, faz-se necessário ressaltar os principais pontos defendidos por ele, já que se trata de um marco relevante a partir do qual foram pensadas as reformas prisionais, especialmente aquelas articuladas no decorrer do século XIX. Para tanto, procurou-se nessa seção analisar os pontos principais defendidos por Howard em relação às possibilidades de reforma prisional no decorrer do século XVIII.

Além de reverberar em solo europeu, o ideário de Howard ecoou em outras fronteiras, estando presente também junto à administração pública brasileira em fins do século XIX enquanto aquela tentava solucionar os problemas prisionais (inclusive daqueles que aguardavam julgamento nas

55 – *Op. cit.*

56 – HOWARD, John. *The state of the prisons in England and Wales: with preliminary observations, and an account of some foreign prisons.* Warrington: William Eyres, 1780, p. 167-339. Disponível em: <https://ia700403.us.archive.org/35/items/stateofprison-sin00howa/stateofprison-sin00howa.pdf>. Acesso em: 17.02.16.

cadeias locais), quando se buscava garantir de algum modo os recursos básicos aos encarcerados (ainda que nem sempre esses fossem efetivamente cumpridos na prática), a exemplo da disponibilidade de uma alimentação minimamente digna, da água, do vestuário, de um ambiente carcerário limpo, da devida separação entre presos doentes – fisicamente e mentalmente – frente aos internos saudáveis.

Outro eco do pensamento *howardiano* está na preocupação dos juristas brasileiros que escreveram sobre a questão prisional entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando se procurava articular um sistema punitivo que permitisse também regenerar o preso, até para que, inspirados nesse ponto por Beccaria, a criminalidade não se generalizasse de modo a tornar-se endêmica e com isso ameaçasse a vigência do corpo social. Tais questões se mostraram presentes de forma contundente nas publicações dos juristas que se dedicaram à abordagem carcerária, ainda que na prática a concretização desses ideais tenha sido permeada por obstáculos, conforme comprovam as correspondências emitidas pelos delegados locais das cidades mineiras, já que sequer obtinha-se o mínimo desejado para os detidos que aguardavam julgamento, menos ainda se poderia esperar em relação aos condenados. Esses apontamentos revelam a influência de grandes precursores do Humanismo Penitenciário não apenas em âmbito filosóficos, como Beccaria, mas também daqueles que tentaram aproximar o mundo das ideias às concretizações dos ideais, tal como Howard, foco da presente seção.

John Howard nasceu no ano de 1726, em Enfield, Middlesex, Inglaterra, filho de um comerciante. Pouco antes dos vinte anos foi contemplado com uma apreciável herança após a morte do pai, período esse em que se dedicou a diferentes viagens. Em uma dessas foi feito prisioneiro por piratas franceses quando esses atacaram o navio em que, após ter enviuvado da primeira esposa, viajava para auxiliar as vítimas do terremoto português de 1755. No decorrer dessa ocasião Howard foi mantido em uma prisão que misturava homens, mulheres, loucos e crianças junto a um espaço exíguo onde todo tipo de vicissitude era vivenciada.

Howard relatou posteriormente que aqueles que apresentavam fragilidade física ou mental serviam de “diversão” aos demais, bem como não havia garantia de integridade a nenhum dos que tiveram a liberdade privada. Esse episódio marcou profundamente Howard, fazendo com que ele posteriormente se dedicasse à reflexão das condições impostas aos detidos no Setecentos.

De volta à Inglaterra, Howard casou-se pela segunda vez, mas após alguns anos enviuvou uma vez mais e lançou-se em nova viagem pela Holanda e pela Itália, territórios que naquele período se destacavam na discussão sobre o sistema prisional, percurso esse feito ao longo de oito anos. Novamente em solo inglês no ano de 1773, Howard foi indicado para atuar como xerife na cidade de Bedfordshire, cargo que permitiu a ele visitar as prisões locais (inspeção pouco comum no período) e entrar em contato com estabelecimentos prisionais marcados pela insalubridade, pela completa desorganização na acomodação dos presos (sem distinção de sexo, de idade ou de situação processual), pela corrupção e diferentes problemas que pareciam corroborar a noção de que ao criminoso não restava compaixão ou ajuda e cuja morte era o melhor que a sociedade poderia esperar para evitar o agravamento dos problemas sociais.

Durante as visitas relatadas, Howard encontrou prisioneiros que mesmo declarados inocentes eram mantidos em cárcere por não pagarem o suborno devido aos guardas e carcereiros, outros que permaneciam nas prisões mesmo sem evidências legais dos crimes aos quais eram supostamente acusados e uma terceira parcela visivelmente subornava os carcereiros para ter direito a pequenas mordomias que na verdade deveriam constituir o básico a ser oferecido (água e alimentação, por exemplo). Todo o cenário presenciado por Howard foi levado à Câmara dos Comuns na Inglaterra sob a forma de um depoimento responsável por iniciar um processo a partir do qual foram desencadeados projetos de lei para a melhoria da situação prisional inglesa como uma rotina prisional responsável que agregasse, entre outras coisas, o pagamento regular dos carcereiros, evitando assim que esses profissionais extorquissem os detidos de distintos modos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido em Bedfordshire, Howard passou a estender suas viagens voltadas para inspeção de prisões por toda a Europa, abarcando então as detenções prussianas, austríacas, italianas, holandesas, dinamarquesas, suecas, russas, portuguesas, espanholas e francesas entre 1778 e 1783. Alguns desses locais eram visitados mais de uma vez por Howard em um espaço de três anos visando à percepção de possíveis mudanças em benefícios dos encarcerados⁵⁷.

A postura adotada por Howard de buscar intercâmbio entre as instituições prisionais de diferentes nações para aperfeiçoar o modelo prisional do país de origem influenciou diferentes gerações, a exemplo de conselheiros e ministros portugueses e emissários brasileiros que ao longo da segunda metade do século XIX se dedicaram a estruturar possíveis reformas carcerárias. Tal iniciativa ajudou a impulsionar o debate sobre a questão carcerária no Oitocentos, tornando essa discussão parte de um diálogo internacional que abarcava congressos internacionais a respeito da temática.

Em 1777, John Howard publicou na Inglaterra sua obra mais conhecida, *The state of prisons in England and Wales*, definida por Michelle Perrot (1977) como um clássico da literatura carcerária, responsável por condensar em algumas centenas de páginas as observações realizadas por Howard ao longo das suas visitas às prisões inglesas e demais territórios em que esteve. Em linhas gerais, Howard aborda na obra citada questões como infraestrutura, saúde, higiene, nutrição, gestão, segurança e a aplicação da pena comutada pela justiça como elementos de difícil aplicação nas prisões por ele visitadas⁵⁸.

57 – SIMON, Jonathan. Punição e as tecnologias políticas do corpo. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 228, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revista-seletronica.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/15418>. Acesso em: 15.03.15.

58 – GONÇALVES, Pedro Correia. A era do humanitarismo penitenciário: as obras de John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham. *R. Fac. Dir. UFG*, v. 33, n. 1, p. 9 -17, jan. / jun. 2009. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php/revfd/article/download/9792/6687+&cd=2&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 15.03.15.

HOWARD, John. *The state of the prisons in England and Wales: with preliminary observations, and an account of some foreign prisons*. Warrington: William Eyres, 1780, p.

Howard atribuía grande relevância à articulação de regras de conduta a serem seguidas nas instituições prisionais tanto pelos detentos quanto pelos carcereiros, o que não era comum no período. Em razão disso, defendia que os carcereiros tivessem deveres em relação ao tratamento dedicado aos presos, que por sua vez deveriam passar a ser detentores conscientes dos direitos a eles atribuídos, evitando, assim, a reincidência de abusos⁵⁹. John Howard também criticava os estabelecimentos prisionais no sentido de serem construções improvisadas a partir de edificações outrora articuladas para outros usos e improvisadas para o recebimento de detentos, o que as tornava despreparadas para abrigá-los e colaborava para a superpopulação e/ou inadequação dos espaços, em grande parte sujos e mal ventilados⁶⁰.

Segundo as críticas de Howard, não havia, portanto, diretrizes específicas para os estabelecimentos prisionais e os edifícios então usados para tal não tinham qualquer tipo de divisão, misturando homens, mulheres, jovens, velhos, crianças, devedores, ladrões, indivíduos sem culpabilidade comprovada e condenados. Para Howard, essa convivência não era benéfica e poderia alargar a perpetuação no mundo do crime mesmo daqueles que não estavam inicialmente inclinados a ele. Tratava-se, desse

167-339. Disponível em: <https://ia700403.us.archive.org/35/items/stateofprisonsin00howa/stateofprisonsin00howa.pdf>. Acesso em: 17.02.16.

POZO, Felipe Caro. John Howard y su influencia en la reforma penitenciaria europea de finales del siglo XVIII. *Eguzkilore: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología*, n. 27, p. 151-160, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/2584/A/2013>. Acesso em: 17.02.16.

59 – PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. *Le Panoptique*, Paris: P. Belfond, 1977. In: TADEU, Tomaz. *Jeremy Bentham: O panóptico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. POZO, Felipe Caro. John Howard y su influencia en la reforma penitenciaria europea de finales del siglo XVIII. *Eguzkilore: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología*, n. 27, p. 151-160, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/2584/A/2013>. Acesso em: 17.02.16.

60 – HOWARD, John. *The state of the prisons in England and Wales: with preliminary observations, and an account of some foreign prisons*. Warrington: William Eyres, 1780, p. 167-339. Disponível em: <https://ia700403.us.archive.org/35/items/stateofprisonsin00howa/stateofprisonsin00howa.pdf>. Acesso em: 17.02.16. POZO, Felipe Caro. John Howard y su influencia en la reforma penitenciaria europea de finales del siglo XVIII. *Eguzkilore: Cuaderno del Instituto Vasco de Criminología*, n. 27, p. 151-160, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/revista/2584/A/2013>. Acesso em: 17.02.16.

modo, de uma atmosfera que favorecia o vício, onde vigorava o suborno, a extorsão e a conversão de pessoas jovens que acabavam, conforme a perspectiva de alguns autores, corrompidas a uma ociosidade entorpecida. Além disso, os cárceres eram descritos como ambientes com pouca segurança e muitas evasões, situação essa que desencadeava “soluções” extremas, tal como o acorrentamento de detidos⁶¹.

A contribuição de Jeremy Bentham

Frente ao planejamento de espaços correccionais mais humanizados, é necessário destacar a atuação de Jeremy Bentham, conhecido liberal inglês de viés utilitarista. Diante do universo questionado por Beccaria e denunciado por Howard, Jeremy Bentham entra em cena como o articulador de mudanças concretas. Nascido em 1748, filho de um procurador judicial viúvo e tirano, Bentham formou-se em Direito pelo Queen’s College, de Oxford, mas largou a prática do ofício – que realizava apenas ocasionalmente – para atuar na teorização jurídica, o que foi considerado pela figura paterna um grande desgosto. Desde então Jeremy Bentham foi reiteradas vezes hostilizado em virtude do que o pai considerava ser uma carreira sem brilho, confusa, permeada por projetos insensatos e sem resultado.

Como muitos de seus contemporâneos, ele procurou mudar os locais de detenção para locais higiênicos e ordenados, dentro de uma configuração especializada para o ambiente prisional e em consonância com os princípios do Humanismo Penitenciário. Para Jeremy Bentham, a lei penal era um mal necessário. Inspirado por Beccaria, considerava que as punições deveriam seguir uma gradação de acordo com a gravidade do crime. Outro aspecto ressaltado pelo autor era o de que as mesmas leis que devem estabelecer a salubridade das prisões, devem estimular a regeneração dos internos⁶².

61 – *Op. cit.*

62 – PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. *Le Panoptique*, Paris: P. Belfond, 1977. In: TADEU, Tomaz. *Jeremy Bentham: O panóptico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 143.

Entre muitas de suas contribuições para o debate punitivo, Bentham defendia a preocupação com um edifício penitenciário de caráter funcional, o que para ele significava o uso abundante de ferro e de vidro, bem como a presença de um sistema de ventilação, de calefação, de liberação da água da chuva e de vapores absorvidos. Embora influenciado pelas *workhouses*, a forma como Bentham idealizou o ambiente prisional buscava libertar “os lugares fechados da detenção medieval, os escuros calabouços dos antigos espaços penitenciários aos elementos naturais⁶³”, tornando o ar saudável o suficiente para fortificar o corpo e a alma. Considerava Bentham que dessa forma, “o vício será afugentado, assim como a enfermidade⁶⁴”.

Entre 1785 e 1788, Bentham se deslocou até a Rússia para encontrar o irmão mais novo, Samuel Bentham, que prestava serviços de engenharia para a monarquia russa. Foi durante essa estada, mais especificamente no decorrer do ano de 1786, que Bentham escreveu uma de suas obras mais conhecidas, *O panóptico*, que emergiu em decorrência de um projeto tocado pelo irmão a pedido do marechal Gregório Potemkine, que havia solicitado um projeto de construção de uma fábrica no território russo, o qual deveria articular gastos mínimos para alojar e controlar trabalhadores.

Ao observar a simplicidade e a economia do planejamento traçado pelo irmão, Bentham viu então a oportunidade de pensar uma nova possibilidade de encarceramento que aproveitasse ao máximo o espaço dedicado ao cárcere e ainda permitir que um grande número de pessoas permanecesse vigiada constantemente por um número pequeno de funcionários. Sob esse prisma, Jeremy Bentham torna a montagem da arquitetura prisional algo metódico e marcado pela utilidade, pela ordem e pela hierarquia, rompendo com adaptações grosseiras de imóveis articulados ao acaso para abrigar supostos delinquentes, como era comum no período⁶⁵. Tratava-se de uma estrutura física pensada com base no que

63 – *Op. cit.*

64 – *Op. cit.*

65 – *Op. cit.*, p. 120.

Bentham supunha ser o poder da educação e da disciplina sobre as ações e sobre as circunstâncias de vida daqueles que a ordem vigente buscava “endireitar”.

O panóptico pensado por Jeremy Bentham muitas vezes é erroneamente associado somente à prisão, mas se trata de um princípio geral de construção que permite estabelecer de forma polivalente a vigilância daqueles que permanecerão detidos. Por vontade expressa de Bentham, é também um plano para instituições educacionais, de assistência e de trabalho, além de uma solução econômica para o encarceramento e o esboço geométrico de uma sociedade racional. Jacques-Alain Miller assim descreve o panóptico:

O dispositivo é um edifício [...] circular. Sobre a circunferência, em cada andar, as celas, separadas entre si e os prisioneiros de forma a impedir qualquer comunicação por partições que saem da circunferência em direção ao centro. No centro, a torre. Entre o centro e a circunferência, uma zona intermediária que deverá ser um espaço vazio. [...] no centro a torre do governador. Os apartamentos são construídos, nessa torre, de forma alternada [...] e em número menor que o de celas do anel periférico. Quatro ou seis andares de celas que podem ser vistas desde a torre central. Cada cela volta para o exterior uma janela feita de modo a deixar penetrar o ar e a luz, ao mesmo tempo que impedindo ver o exterior – e para o interior, uma porta, inteiramente gradeada, de tal modo que o ar e a luz cheguem até o centro. Em contraposição, anteparos proíbem ver as lojas desde as celas. O cinturão de um muro cerca o edifício. Entre os dois, um caminho de guarda. Para entrar e sair do edifício, para atravessar o muro do cerco, só uma via é disponível. O edifício é fechado, sem profundidade, planificado, [sob a fiscalização] de um olho único, solitário e central. [...] A vigilância confisca o olhar à sua fruição, apropria-se do poder de ver e a ele submete o recluso⁶⁶.

Entre os méritos da pretensa construção do panóptico estão o fato de assegurar a segregação do espaço de detenção e o restante do ambiente externo – o que conferia ao interno alguma privacidade e proteção. Isso se

66 – MILLER, Jacques-Alain. *A máquina panóptica de Jeremy Bentham*. Revista Lugar, n. 8, 1976. In: BENTHAM, Jeremy et. al [organização de Tomaz Tadeu]. *O Panóptico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 89-90.

dá pelo fato de toda a estrutura citada se dar de forma visível sob a perspectiva de quem a vigia, isto é, sem ocultar determinados setores do edifício e ao mesmo tempo sem permitir que aquele que se encontra dentro das celas olhe para fora, se comunique com o ponto vizinho ou estabeleça diálogo com o ponto central. Bentham considera, portanto, que a racionalidade do panóptico seria útil para abolir as práticas de tortura dentro das prisões, bem como o uso de artefatos que gerassem sofrimento ao interno, a exemplo dos ferros. Nesse caso, a tortura seria substituída pela certeza de que a vigilância é contínua e a punição pelo menor deslize é certa.

Como pode ser observado, a construção panóptica é perpassada por dois princípios fundamentais: a posição central da vigilância – instalada no centro da construção circular, o que a torna eficiente para fiscalizar todo o prédio com o auxílio de poucos profissionais, mais precisamente um inspetor por andar – e a invisibilidade – que possibilita aos inspetores uma visão perfeita do que ocorre aos internos, sem que esses necessariamente possam se esquivar desse controle, conforme sintetiza Miller:

Que o olho veja, sem ser visto – aí está o maior ardil do Panóptico. Se posso discernir o olhar que me espia, domino a vigilância. [...] Se o Olho está escondido, ele me olha, ainda quando não me esteja vendo. Ao se esconder na sombra, o Olho intensifica todos os seus poderes – e a economia ainda conta com isso, pois o número dos que suportam a função de vigilância pode ser reduzido na medida dessa intensificação. Assim, a aparente onipresença do inspetor se combina com a extrema facilidade da sua presença real⁶⁷.

O panóptico é descrito como o templo da razão em virtude do domínio totalitário do ambiente. Tudo no panóptico é pensado para atingir um resultado, toda atividade é pensada como um movimento e todo movimento deve ser produtivo que constitui uma despesa. É como se todos fossem parte de uma grande máquina cujo esforço permitirá a regeneração, o que abrangia não só os presos, mas aqueles que os visitassem, inserindo todos eles em um grande projeto pedagógico. Sob o ponto de vista benthamiano, a punição dos condenados encarcerados no panópti-

67 – *Op. cit.*, p. 91.

co tornaria a regeneração moral uma tarefa mais fácil e mais eficiente, já que propiciaria a necessária coerção para ensinar a um delinquente a existência de um poder maior, capaz de controlar, subordinar e dificultar qualquer tipo de fuga. A influência do projeto benthamiano, porém, foi mais indireta do que literal. No sentido estrito, o projeto de Bentham nunca chegou a ser totalmente construído, mas inspirou outros espaços⁶⁸.

Humanismo Penitenciário no Brasil

Em solo brasileiro, os juristas do Império valorizavam a excelência da pena de prisão, especialmente da prisão com trabalho, esse último visto como elemento “regenerador” e de grande potencial corretivo. “Evidentemente, os juristas não desconheciam as mazelas dos cárceres brasileiros, mas parece imperar um otimismo acerca da possibilidade de reformá-los⁶⁹”. Soa contraditório, contudo, que a discussão da pena de prisão com trabalho ocorra em meio a um contexto escravocrata em que aquele é visto como atributo dos cativos. Assim sendo, como ficaria a capacidade de regenerar se o trabalho é considerado um ofício dos escravos? Face a essa antítese emerge o Humanismo Penitenciário no Brasil.

Em meio ao cenário apresentado, é preciso dar destaque aos escritos de Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho, um dos poucos juristas a olhar de forma crítica e consistente para o universo carcerário brasileiro em meio às últimas décadas do século XIX e início do século XX. Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho denotava uma percepção que hoje entendemos como interdisciplinar a respeito da questão prisional, já que afirmava em fins do século XIX que a temática carcerária carecia da articulação de diferentes saberes em razão do nível de complexidade que congregava para levar solução a problemas de difícil tratamento.

68 – MILLER, Jacques-Alain. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. *Revista Lugar*, n. 8, 1976. In: BENTHAM, Jeremy *et. al.* [organização de Tomaz Tadeu]. *O panóptico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 89-96.

69 – SONTAG, Ricardo. Curar todas as moléstias com um único medicamento: os juristas e a pena de prisão no Brasil (1830-1890), *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177 (471), p. 56, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-471/item/108296-curar-todas-as-molestias-com-um-unico-medicamento-os-juristas-e-a-pena-de-prisao-no-brasil-1830-1890.html>. Acesso em: 15.11.20.

Seguindo os passos de Howard, o jurista defendia o argumento de que o Brasil deveria inspirar-se em experiências praticadas nos outros países, sobretudo os europeus, que para Bandeira Filho eram centros irradiadores de reflexões a respeito de formas mais humanas de punição. Para tanto, julgava que as experiências estrangeiras bem-sucedidas se aproveitaram “do que oferecem de bom o isolamento, o trabalho das oficinas e a vida em *commum*, sem os inevitáveis inconvenientes da adoção de qualquer desses elementos⁷⁰”.

Thomaz Alves Júnior⁷¹ – outro grande jurista brasileiro do Oitocentos que se dedicou a refletir sobre a perspectiva prisional de forma diferenciada –, também na esteira de Howard, corroborava a necessidade apontada por Bandeira Filho de se valer das experiências e das reflexões punitivas advindas dos outros países para pensar a questão punitiva brasileira, pois para ele “[...] entre nós alguma coisa se fazia necessária [...]: as anotações que têm sido feitas por eminentes juristas do nosso país não satisfaziam o estudo, que constantemente é preciso fazer-se, da ciência do Direito Criminal”. A afirmativa de Thomaz Alves Júnior aponta para o fato de que fora do país havia uma integração maior para discutir a temática citada, incluindo a colaboração entre países próximos, iniciativa essa que na América Latina pareceu ter ficado dentro dos territórios nacionais e não entre esses. Essa ausência ajuda a explicar a pouca produção ao longo do século XIX especificamente em relação ao aspecto prisional, o que estimulava a busca por experiências e congressos em torno da temática no estrangeiro.

Frente ao universo de debates apresentado, o conselheiro imperial José de Alencar traçou reflexões similares ao escrever em 1869 sobre as limitações da questão penitenciária brasileira, ressaltando a relevância da estrutura física e disciplinar das instituições que abrigavam os encarcerados, mais precisamente “a parte material ou construção de cadeias e estabelecimento de penas, e a parte moral ou o regulamento disciplinar

70 – *Op. cit.*, p. 28.

71 – ALVES Jr., Thomaz. *Anotações theoricas e praticas ao codigo criminal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto, 1864, p. 10.

e economico para execução da sentença e correcção do delinquente⁷²”. De modo semelhante, o jurista brasileiro Thomaz Alves Júnior, enfatizava que as condições dessa última deveriam ser suficientemente benéficas para promover, por meio da detenção, a regeneração moral daquele que delinquia:

[...] o primeiro passo a conseguir-se é a correcção moral, a regeneração do homem. Logo que por meio da pena se possa conseguir a correcção do homem, a sua regeneração, temos alcançado melhor a conservação e o bem estar social, – por que nesse homem regenerado tem o estado melhor do que naquelle, que ora se tornará cobarde pelo exemplo, mas que outra vez não deixará de ser audaz, logo que o exemplo não puder vencer a ideia depravada, o sentimento desvairado. Os factos quasi quotidianamente protestão contra estas idéas, e, embora empreguem-se as mais afflitivas penas, essa dôr, por maior que seja, não o suspende do caminho trilhado; se, porém, o homem estiver regenerado, se estiver corrigido moralmente, é natural que deixe de ser reincidente, – porque elle já não é o homem dos instinctos, dos sentimentos, das idéas, que antes o levavão até mesmo á condemnação.⁷³

Ao modo de Howard, Thomaz Alves Júnior (1864) deixa claro que a pena de prisão, sozinha, não constituirá remédio contra a reprodução de crimes se não for capaz de produzir a partir da limitação da capacidade de ir e vir uma pessoa diferente daquela que encarcerada foi até a detenção. Para que isso fosse possível, a instituição prisional deveria zelar pelo cumprimento desse objetivo em diferentes aspectos, não apenas em termos punitivos, mas considerando que “a regeneração do homem deve ser o maior cuidado do legislador na applicação da lei penal⁷⁴”.

O problema, tal como bem define Bandeira Filho, era que boa parte do que se discutia sobre reforma prisional acumulava “paginas cheias de ideas acertadas, mas muito geraes e pouco definidas para poderem melhorar o estado das cousas [na prática]”. Assim sendo, Bandeira Filho se

72 – BANDEIRA FILHO, António Herculano de Souza. A questão penitenciária no Brazil. *Direito: revista mensal de doutrina, legislação e jurisprudência*, p. 169, maio-ago 1881.

73 – ALVES Jr., Thomaz. *Anotações theoreticas e praticas ao codigo criminal*. Tomo I. Rio de Janeiro: Francisco Luiz Pinto, 1864, p. 84.

74 – *Op. cit.*, p. 113.

coloca de forma crítica frente à questão no Brasil, valorizava o intercâmbio com as experiências prisionais de outros países, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos, considerava que aplicá-las como inspiração para a realidade brasileira se trata de algo muito mais complexo do que então se imaginava⁷⁵. Não bastava apenas se basear no que faziam aqueles que à época eram tidos como civilizados, mas sim corrigir pontos fulcrais que se repetiam indefinidamente com evidente prejuízo, a exemplo do que ele descreve com a constante “[...] reforma da legislação, a ponto de já compor uma collecção enorme, que desperta inquietações quanto ao futuro: o Brazil não tem uma lei penal de acôrdo com seu estado intellectual e moral, e, o que é mais grave, os indivíduos condemnados são na maior parte amontoados indistinctamente em miseraveis prisões, sem regimen regular e na completa ausência de medidas moralizadoras⁷⁶”.

Bandeira Filho reclama, assim, da ausência de uma diretriz mais efetiva consolidada por uma legislação devotada a sanar as mazelas das prisões brasileiras em lugar de um punhado de leis pouco efetivas que nada resolviam na prática, tal como se dava com o Código Criminal de 1830. Aos olhos desse jurista não bastava, desse modo, buscar referências mundo afora sem a devida dedicação para torná-las concretas sob a perspectiva legal e material. Bandeira Filho, que entre os juristas analisados que se debruçaram sobre a temática carcerária parece o mais crítico, detalha seu ponto de vista ao afirmar que

Nenhum progresso consideravel se tem feito desde 1824, ou, para mais me aproximar da verdade tem-se andado para trás. Naquelle tempo, a Constituição Politica, rasgando o codigo barbaro das leis portuguezas, falou em idéas moralizadoras, em regimen penitenciario, em prisões hygienicas; o Codigo Criminal, seis annos depois (1830), esqueceu parte dessas promessas, e fez uma classificação viciosa, sem se importar com a execução das penas, aliás o ponto mais consideravel e importante [...] Já era tempo de deixar tão lastimável situação. Si não ha prisões preparadas para proporcionar aos criminosos a educação

75 – BANDEIRA FILHO, Antônio Herculano de Souza. A questão penitenciária no Brazil. *Direito: revista mensal de doutrina, legislação e jurisprudência*, n. 25, mai-ago 1881, p. 5-43; p. 161-201.

76 – *Op. cit.*, p. 190.

exigida pela decadencia de sua moralidade, si não ha recursos para procurar a regeneração delles, é inutil manter esses ridiculos tribunaes que decretam penas para não serem cumpridas, ou que agravam o mal recolhendo a fôcos de vicios, a escolas de perdição, individuos não de todos corrompidos, e que se vão embrutecer, voltando para a sociedade de corruptos e irreconciliaveis⁷⁷.

A fala anterior ajuda a demonstrar como Bandeira Filho reúne muito do pensamento de John Howard a respeito de como cuidar dos ambientes prisionais de forma que eles permitissem a efetiva regeneração daquele que cometeu um delito, sem que o encarceramento se converta em uma experiência capaz de empurrar ainda mais o interno no mundo do crime⁷⁸. Bandeira Filho, portanto, não se vale apenas das discussões teóricas estrangeiras para fomentar o debate da questão carcerária, mas aponta intervenções para que tal questão saia do plano das ideias e chegue à prática, não apenas passando pelo que considera ser a base do problema, isto é, uma legislação criminal capaz de efetivar o regime penitenciário como um instrumento regenerador e moralizador, como também vincula esse movimento com a instrução da população carcerária, algo pouco comum no período, já que a ideia então vigente era a de que a prisão com trabalho fosse o melhor caminho para recuperar um preso⁷⁹, especialmente em se tratando de pessoas jovens:

O Estado tem obrigação de fornecer os meios para melhorar o estado mental da população, de pôr ao seu alcance os instrumentos necessarios, e nessa obrigação não se comprehende só a abertura das escolas e o ensino obrigatorio, entra como elemento integrante o estabelecimento de instituições onde se ministre aos menores desvalidos, viciosos e desvalidos, viciosos e vagabundos, educação previdente para arredal-os do caminho do crime, que aquelas qualidades com certeza lhes ensinarão. Em nosso paiz tal necessidade se impõe; nas grandes cidades ha uma quantidade assombrosa de crianças, que vivem ociosas, sem direcção nenhuma ou descuidadas pelos paes. De que serve

77 – BANDEIRA FILHO, Ant3nio Herculano de Souza. A quest3o penitenci3ria no Brazil. *Direito: revista mensal de doutrina, legislaç3o e jurisprud3ncia*, n.25, mai-ago 1881, p. 190-191.

78 – *Op. cit.*, p. 5-43; p. 161-201.

79 – *Op. cit.*

obrigal-as a frequentar a escola, com a instrução não se lhes incuti-rem os habitos do trabalho e o amor a virtude?⁸⁰

Observa-se que para Bandeira Filho a questão prisional tinha um aspecto diferenciado se comparado às vozes dos juristas da época em que viveu, mais preocupados com a legislação punitiva do que com um panorama mais amplo que pudesse assimilar a lei penal a uma estratégia de recuperação por meio da qual o infrator desfrutasse de uma experiência mais consistente, focando não apenas a condenação, mas também a reintegração social⁸¹. Assim sendo, o espaço prisional poderia se converter em um local perpassado não apenas pelo viés punitivo, mas também, conforme relatado por Bandeira Filho, em um ambiente de novas oportunidades, com a presença não apenas do acesso ao ensino obrigatório de caráter instrucional, mas também pelo que o mesmo autor compreende como sendo “habitos do trabalho e o amor a virtude⁸²”.

Considerações finais

A literatura especializada brasileira em torno da questão prisional entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX se mostrava insuficiente para aprofundar a discussão sobre a renovação da política carcerária nos moldes preconizados por Howard, mesmo que as leis, em tese, buscassem seguir as trilhas abertas por Beccaria. Assim sendo, o fomento de espaços prisionais em consonância com o ideal humanista, permitindo a regeneração do infrator e a devida reinserção daquele junto à sociedade, estava presente no mundo jurídico, mas aparentemente não desfrutava do espaço e da relevância necessárias para sair dali.

A questão carcerária raramente era evocada, estando presente, em geral, junto às fundamentações teórico-filosóficas que antecediam as diferentes edições dos códigos de 1830 e de 1890. Esses últimos, por sua vez, se dedicaram a discutir as possibilidades de adoção da pena privativa de liberdade (Código Criminal de 1830) ou a centralidade dessa (Código

80 – *Op. cit.*, p. 192.

81 – *Op. cit.*

82 – *Op. cit.*

Penal de 1890). Visto na época como uma compilação à frente do seu tempo, o Código Criminal de 1830 foi a primeira codificação autônoma da América Latina e tornou-se referência nesse sentido para a legislação penal latino-americana. Serviu ainda de inspiração para o Código Penal espanhol de 1848, para o Código Penal português de 1852 e para o Código Penal russo de 1855⁸³.

Apesar de colecionar elogios no período, o Código Criminal de 1830 foi cruel para com os escravizados, tendo em vista a manutenção de castigos corporais, penas de morte e galés voltados para o castigo dos cativos (Código Criminal de 1830, artigo 60), o que contrariava o inciso XIII, que afirmava ser a lei igual para todos, “quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um”. Além disso, deixou de lado questões urgentes que assolavam o ambiente prisional a exemplo da ausência de higiene, água, alimentação adequada, vestuário, assistência médica e outros aspectos básicos tanto que os presos temporários aguardassem julgamento nas cadeias locais quanto para os condenados cumprirem adequadamente as penas a eles direcionadas. Outra incoerência da codificação de 1830 se dava em relação à imprecisão da orientação quanto ao funcionamento e aos regulamentos que organizariam os estabelecimentos prisionais⁸⁴.

Os legisladores que se dedicaram a articular o Código Criminal de 1830 aparentemente procuraram se inspirar nas questões humanitárias trazidas à tona pela Revolução Francesa, mas não conseguiram fugir das incoerências que marcavam a sociedade brasileira do período. Exemplo disso estava na extinção da pena de morte (exceto para homicídio, latrocínio e rebelião de escravizados), mas a manutenção da pena de açoite, o

83 – SOUTO, Caroline Azevedo; SOUZA FILLHO, Argemiro Ribeiro de. A pertinência da Câmara dos Deputados do Brasil para a elaboração do Código Criminal de 1830. *XI Colóquio do Museu Pedagógico*, p. 80-90, out./2015. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/4899/4695>. Acesso em: 21.02.18.

84 – SOUTO, Caroline Azevedo; SOUZA FILLHO, Argemiro Ribeiro de. A pertinência da Câmara dos Deputados do Brasil para a elaboração do Código Criminal de 1830. *XI Colóquio do Museu Pedagógico*, p. 80-90, out./2015. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/4899/4695>. Acesso em: 21.02.18.

que não era pouco, tendo em vista o grau de sofrimento que poderia impor, levando muitas vezes à morte. Trata-se, portanto, da retirada da pena de morte explícita e desmedida para uma punição que também poderia levar à morte, porém de forma indireta. A manutenção da pena de morte⁸⁵ no Código de 1830 voltada especificamente ao segmento escravo era uma afirmação de poder pensada sob violentas estratégias de controle, mas também carregava uma justificativa econômica, já que manter um cativo preso por meses ou anos poderia trazer prejuízos incalculáveis ao país e ao senhorio.

O discurso presente no Código Criminal de 1830 procura legar a noção de que a partir da aprovação daquela codificação as condenações passariam a ocorrer de forma mais ponderada, excluindo espetáculos de mutilação ou exposição de cadáveres; mas, se a pena de morte viesse a ocorrer nos poucos casos previstos em lei, continuava a ser uma seção pública violenta e humilhante⁸⁶. A presença da pena de morte e de castigos degradantes para os cativos não eram as únicas incoerências de um código criminal em meio ao nascente Humanismo Penitenciário brasileiro, que parecia não levar esse horizonte exatamente a sério, pois permanecia a convivência com as penas degradantes descritas, conforme reiterado por Bandeira Filho e por Thomaz Alves Júnior⁸⁷.

Já no decorrer da Primeira República, a elaboração de um novo código penal atendeu a uma necessidade de substituição exigida pelo menos desde a década de 1870, quando se deram profundas transformações no

85 – CRUZ, Rogério Schietti Machado. *A punição no Brasil Imperial. Conteúdo Jurídico*, Brasília: 08 maio 2009. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.23944&seo=1>. Acesso em: 04.03.18.

86 – CARVALHO, Luis Francisco Filho. Impunidade no Brasil – Colônia e Império. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 181-194, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200011&script=sci_arttext. Acesso em: 18.07.13.

87 – SONTAG, Ricardo. Curar todas as moléstias com um único medicamento: os juristas e a pena de prisão no Brasil (1830-1890). *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 177 (471), p. 56, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-471/item/108296-curar-todas-as-molestias-com-um-unico-medicamento-os-juristas-e-a-pena-de-prisao-no-brasil-1830-1890.html>. Acesso em: 15.11.20.

domínio do direito repressivo. Os críticos do Código Criminal de 1830 sugeriam que uma nova codificação fosse aprovada de modo a acompanhar essas transformações, já que a simples reforma do Código Criminal de 1830 não seria suficiente, tamanho o atraso com que era visto.

A ideia de que o Código Criminal de 1830, ao adotar a pena de prisão (mesmo com variações que abarcavam a possibilidade de serem executadas com ou sem trabalho, sendo a primeira bem pouco efetivada), apresentou uma nova concepção em termos de punição que apesar de representar algum avanço não deixou de lado penas que no período já eram consideradas arcaicas, como a pena de morte, as galés, a prisão perpétua e os castigos corporais, ainda que destinadas apenas aos escravizados. Da década de 1870 em diante ganharam força propostas que defendiam a adoção de um novo código penal que permitisse reorganizar a justiça criminal brasileira, revogar efetivamente as penas degradantes e rearticular as instituições prisionais, aspectos esses frente aos quais o Código Criminal do Império se mostrava bastante omissivo⁸⁸.

Em linhas gerais, face às expectativas elencadas anteriormente, o Código Penal de 1890 aboliu a pena de morte e, inspirado pelo Código Penal francês de 1810, revogou as penas perpétuas, as galés e os açoites, prevendo quatro tipos de prisão: prisão celular, reclusão para criminosos políticos em “fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares”, prisão a ser cumprida com trabalho “em penitenciárias agrícolas, para esse fim destinadas, ou em presídios militares” e prisão disciplinar, cumprida em estabelecimentos especiais para menores de 21 anos⁸⁹. Continuava a não detalhar, contudo, questões como os impostos responsáveis por sustentar as instituições prisionais, a orientação para contratos de alimentação dos internos ou o comportamento a ser adotado pelo guardas. Uma das explicações está no fato de que o sistema penitenciário brasileiro não era administrado de forma unificada, mas ficava à mercê dos desígnios

88 – ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; SOUZA, Luís Antônio F. A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 3, n.6, p. 13-14, 2003. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/66122>. Acesso em: 11.04.18.

89 – *Op. Cit.*

das províncias, que gozavam de ampla liberdade para definir esses aspectos. Na prática, tamanha autonomia levava a um quadro de poucas instituições prisionais e cadeias locais.

Com relação especificamente às penas de prisão, o Código Penal de 1890 privilegiou a pena privativa de liberdade como um meio de atender às constantes críticas dos juristas a partir de 1870, que viam na multiplicidade de penas existentes junto ao Código de 1830 (galés, açoites, pena de morte, prisão com trabalho, prisão simples, degredo, multas etc.) um sinal de anacronismo e ineficácia, que em nada colaborava para a correção e a regeneração dos criminosos. Para tanto, converteu as penas privativas de liberdade em molas mestras do arcabouço punitivo, dividindo-a em três tipos: a reclusão, a prisão com trabalho obrigatório e a prisão disciplinar.

Ainda que com as limitações expostas, é inegável que a produção escrita dos juristas ao longo da segunda metade do Oitocentos configurou importantes reflexões e análises sobre a trajetória política e legislativa sobre o viés punitivo do Direito brasileiro. Partindo das graves desigualdades que grassavam a sociedade do Império e da Primeira República, abrir espaços de discussão, ainda que pequenos, para abordar as mazelas dos cárceres parecia melhor do que calar-se, mesmo sendo minoria aqueles que se dedicavam à temática.

Com base no que foi elencado, observa-se que se Beccaria é uma importante matriz filosófica que, em tese, ajudou a orientar a renovação punitiva buscada por parte dos juristas desde a negociação da independência brasileira. Nota-se essa influência nas diferentes publicações daqueles e sobretudo junto aos comentários e prefácios que os mesmos escreviam junto às diferentes publicações tanto do Código Criminal de 1830 quanto do Código Penal de 1890.

A presença do ideário de John Howard, embora mais tímida, é claramente relevante para dar corpo à busca por um sistema que punisse de forma a corrigir e a regenerar. Ainda que a realidade fosse distante do que idealizavam os juristas brasileiros, Beccaria e Howard constituem vozes

importantes para aqueles que se dedicavam a pensar soluções voltadas para a situação prisional no país. Assim sendo, se pudesse ser feita uma analogia, seria possível dizer que o pensamento de Beccaria abriu caminho para estimular a reflexão do sistema punitivo no Brasil, de forma a romper com o que se entendia ser a barbárie refletida pelas Ordenações Portuguesas, e o pensamento de Howard permitiu vislumbrar as possibilidades práticas para que uma nova realidade carcerária fosse edificada.

Texto apresentado em setembro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021

**NOS ESCRITÓRIOS DA RUA DO OUVIDOR:
A IMPRENSA E O OFÍCIO DOS JORNALISTAS NA
PASSAGEM DO SEGUNDO REINADO À PRIMEIRA
REPÚBLICA (1875-1891)¹**

IN THE OFFICES ON OUVIDOR STREET: THE PRESS
AND THE PROFESSION OF JOURNALISTS DURING THE
TRANSITION TIME BETWEEN THE SECOND REIGN AND
THE FIRST REPUBLIC (1875-1891)

GABRIELA NERY²

Resumo:

Esse artigo investiga as mudanças pelas quais passou a imprensa na cidade do Rio de Janeiro durante o último quartel do século XIX. Analisando sobretudo a trajetória da *Gazeta de Notícias* em compasso com outros periódicos, tem-se um processo coletivo de mudanças nas configurações dos grandes jornais, em vias de constituírem-se como verdadeiras empresas jornalísticas. Essas alterações impactaram centralmente o ofício daqueles que trabalhavam para as folhas, em especial, os jornalistas, o que pode ser percebido nos próprios usos dessa categoria para designar determinados intelectuais, especialmente a partir da década de 1890. A cidade do Rio de Janeiro e a região da rua do Ouvidor são parte integrante do trabalho, que se serve do espaço circunscrito no qual circulavam os homens de letras do período. Para tanto, serão analisados estatutos de jornais, de associações beneficentes, bem como a imprensa do período, com destaque para a *Gazeta de Notícias* e o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, conhecido também como *Almanak Laemmert*.

Palavras-chave: Imprensa; Jornalistas; Segundo Reinado; Rio de Janeiro.

Abstract:

*The article investigates the changes that the press underwent in the city of Rio de Janeiro during the last quarter of the 19th century. When analyzing mainly the trajectory of the *Gazeta de Notícias*, in step with other periodicals, one notices a collective process of changes in the configuration of the major newspapers that were then about to become real newspaper companies. These changes had a central impact on the profession of those working for newspapers, especially on journalists. This may be noticed in the very use of this category to designate certain intellectuals, especially from the 1890s onwards. The city of Rio de Janeiro and the area around the Ouvidor Street were a key part of their work. It is a circumscribed space in which men of letters clustered during that period. In this context, we will analyze statutes of newspapers and charitable associations as well as the press of the period, with focus mainly on the *Gazeta de Notícias* and the *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, also known as *Almanak Laemmert*.*

Keywords: press; journalists; Brazilian Second Reign; Rio de Janeiro.

1 – Esse artigo é parte integrante da minha pesquisa de doutorado em curso, que trata do ofício e do processo de profissionalização dos jornalistas no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e primeira metade do século XX.

2 – Doutoranda em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: gabriela_nery@yahoo.com.



Figura 1: FERREZ, Marc. “Praça XV de Novembro, à esquerda o Paço Imperial, à direita o Arco do Teles e em frente a catedral da Sé, atual Igreja do Carmo”, 1903. Coleção Gilberto Ferrez – Instituto Moreira Salles.

Essa é a Praça XV de Novembro nos primeiros anos do século XX, localizada na freguesia da Candelária, região central do Rio de Janeiro. O registro foi feito por Marc Ferrez, um prestigioso fotógrafo carioca nascido no começo do Segundo Reinado, que percorreu ruas, rios, morros e praças da cidade feito um cronista visual, produzindo um extenso acervo imagético³. Era manhã quando a foto foi feita, o que pode ser notado pelas sombras das árvores em primeiro plano, apontando para a praça, ou mais facilmente constatado no relógio da torre da Capela Imperial, à esquina da rua Sete de Setembro, centralizada na imagem⁴. A capela era contígua à Igreja da Terceira Ordem do Carmo, a Antiga Sé, e marcava-se 9h35 da manhã. Às costas do fotógrafo não estava apenas o Sol nascente na região

3 – Grande parte de sua obra está em posse do Instituto Moreira Salles e pode ser consultada *online*. Disponível em: http://201.73.128.131:8080/portals/#/search?collection=Marc_Ferrez. Acesso em: 09.09.20.

4 – É possível fazer a aproximação necessária na fotografia em: <https://library.artstor.org/#/asset/27640083>. Acesso em 09.09.20

truído pelo juiz português Antônio Teles Barreto de Menezes – aproveitando a então valorização da região no início do Setecentos. O Beco do Arco do Teles, como ficou conhecida a travessa, dava nos primeiros quarteirões da rua do Ouvidor, que percorria toda a freguesia da Candelária e parte da freguesia do Santíssimo Sacramento. Ele funcionava como um verdadeiro centro nevrálgico da cultura do Rio de Janeiro no século XIX, desembocando no Largo de São Francisco de Paula. Contínuo ao largo, em seu lado esquerdo e em direção à rua do Hospício, encontrava-se o famoso Magazine Au Parc Royal. Dali a duas quadras, descendo pela rua Lampadoza até ultrapassar a rua da Conceição, encontrava-se o Gabinete Português de Leitura – que se tornou “Real” apenas em 1906 – quase defronte para o Teatro São Pedro de Alcântara, hoje Teatro João Caetano.

Foi nessa região relativamente circunscrita do Rio de Janeiro que se consolidou um vigoroso mercado das letras e da informação, no último quartel do século XIX. Ele era constituído pelos escritórios dos periódicos, livrarias, tipografias e editoras – além dos cafês, confeitarias, teatros, associações – e todos os locais de sociabilidade fundamentais às redes tecidas nesse meio. Foi dentre essas ruas, especificamente no número 70 da rua do Ouvidor, que se deu a fundação, em 1875, do jornal *Gazeta de Notícias*, um verdadeiro ponto de inflexão nos modos de se fazer jornalismo no Brasil. A longevidade e a prosperidade do jornal fizeram com que seus escritórios, tão bem localizados, permanecessem os mesmos até a primeira metade do século XX, abrigando, inclusive, a assembleia que transformou o conhecido diário em uma verdadeira empresa jornalística, a Sociedade Anônima Gazeta de Notícias.

Essa assembleia ocorreu no dia 21 de janeiro de 1891, ao meio-dia. O local ficava quase na esquina com a rua de Trás do Carmo e estavam presentes os nove acionistas que tomariam parte no negócio. Para além da aprovação formal de um novo estatuto, que mantinha a folha como publicação diária e autorizava o comércio de materiais avulsos produzidos em sua tipografia, definiram-se uma série de questões sobre a organização do capital da nascente sociedade anônima. Naquele momento os bens da *Gazeta de Notícias* eram avaliados no montante de 2.000:000\$000 (dois

mil contos de réis), “em bens e efeitos⁵”, o que incluía a propriedade do imóvel em que se reuniam, o imóvel contíguo ao número 72 da rua do Ouvidor, e todo o aparato da tipografia do jornal, instalada a alguns quarteirões dali, no número 72 da rua Sete de Setembro. A oficina ficava num edifício quase no cruzamento com a rua dos Latoeiros, que à época já havia sido rebatizada de rua Gonçalves Dias. Ali, desde 1894, funcionou a Confeitaria Colombo, local de encontro dos mais diversos jornalistas e literatos.

Assim, nesse processo de transformação, foram dispostas 10 mil ações no valor de 200\$000 (duzentos mil réis) cada, que cumpriam todo o valor de mercado do jornal, totalizando os 2 mil contos de réis a serem pagos aos dois sócios da Araújo, Mendes & C., que juridicamente era proprietária da folha. Na divisão das importâncias, coube ao médico José Ferreira de Souza Araújo 1.750:000\$000 (mil setecentos e cinquenta contos de réis) e ao guarda-livros Elysio Gonçalves Mendes 250:000\$000 (duzentos e cinquenta contos de réis) – com esse último se retirando da sociedade. Já Ferreira de Araújo comprou 8.500 das 10 mil ações, se tornando o sócio majoritário da empresa. O segundo maior acionista seria Henrique Chaves, jornalista veterano e redator da folha por diversos anos. Ele compraria 650 ações⁶.

Diante desses números, talvez caiba apontar aqui, para que os valores não fiquem demasiadamente abstratos diante de cifras tão distantes que, em 1884, Machado de Assis recebia 10\$000 (dez mil réis) para cada uma de suas célebres *Balas de estalo* – crônicas publicadas em série na própria *Gazeta de Notícias* –, ou que o valor de um quarto de solteiro, em uma pensão no bairro aristocrático de Botafogo, custava 60\$000 (sessenta mil réis) mensais⁷. Diante disso, é possível obter dimensão concreta de como parte da atividade jornalística no Brasil havia se tornado um

5 – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo da Junta Comercial do RJ, “Sociedade Anônima ‘Gazeta de Notícias’”, Livro 49, Registro 1200, 1891.

6 – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Fundo da Junta Comercial do RJ, “Sociedade Anônima ‘Gazeta de Notícias’”, Livro 49, Registro 1200, 1891.

7 – “Gazeta de Notícias”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1917, p. 1 [autor ilegível].

negócio lucrativo, entre o final do Império e início da República. Assim, a Sociedade Anônima Gazeta de Notícias, então com 16 anos de existência e conhecida comumente como o jornal de Ferreira de Araújo, era um exemplo destacável.

Dr. José Ferreira de Souza Araújo. Era assim que o médico⁸ aparecia nominalmente na imprensa da capital do Império, no ano de 1869, como médico adjunto da Santa Casa de Misericórdia. Ele então residia na rua Sete de Setembro, número 121, e pelo que indicam os registros de sua atividade na cidade do Rio de Janeiro seus esforços estavam voltados para se firmar no ofício da medicina. Em 1872, além de conservar aquela ocupação, ele aparecia em outro local de atendimento, como um dos médicos da Caixa de Socorros Mútuos de D. Pedro V⁹, associação beneficente exclusiva a cidadãos portugueses, que prestava socorro aos que estivessem em situação de fragilidade social. O atendimento em mutuais parece ter sido um lugar promissor para Ferreira de Araújo, visto que em 1876, já fundada a *Gazeta de Notícias*, ele também constava como médico na Associação de Seguros Mútuos Garantia e Proteção¹⁰, além de ocupar o posto de conselheiro na Companhia de Benefícios Mútuos Fraternidade Brasileira¹¹.

Nesse meio tempo, o médico também começaria a demonstrar interesse mais direto pela vida pública e política da Corte, integrando a lista dos 40 eleitores da freguesia do Santíssimo Sacramento para o período entre 1872 e 1875¹². Dessa forma, além de médico atuante, Ferreira de

8 – Em artigo de 2014, César Braga-Pinto referencia Ferreira de Araújo como sendo alguém “*mixed-race*”, levantando a possibilidade de o médico ser reconhecido em seu tempo como não branco. Ver: BRAGA-PINTO, César. Journalists, Capoeiras, and the Duel in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. *Hispanic American Historical Review*, 94: 4, Duke University Press, 2014.

9 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 29º Ano, 1872, p. 405.

10 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 33º Ano, 1876, p. 590.

11 – *Idem*, p. 542.

12 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 30º Ano, 1873, p. 19. Sobre a centralidade do processo de qualificação e registro de eleitores, ver LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude

Araújo aparentava interessar-se por questões que extrapolavam o exercício da medicina, ainda que seja difícil captar seu engajamento no local mais consagrado àqueles que incidiam sobre o debate público: a imprensa. De todo modo, dificuldade não significa ausência, e desde 1872 era possível encontrar nas páginas de um popular semanário ilustrado, *O Mosquito*, as poesias e textos de Lulú Senior, pseudônimo por ele usado durante toda sua atuação na imprensa¹³. Porém, quando aparecia como Dr. Ferreira de Araújo, era mais fácil encontrá-lo como partícipe de bancas de júri ou em notas sobre atendimentos realizados nas mutuais.

Elyσιο Gonçalves Mendes, a outra ponta da sociedade Araújo, Mendes & C., atuava no início da década de 1870 como o guarda-livros chefe do Banco Comercial do Rio de Janeiro. Tido como exímio contador e conhecedor profundo do mundo das finanças, ele assinava os balancetes do banco que eram publicados nos mais diversos jornais, junto aos dirigentes da instituição financeira¹⁴. Além disso, Mendes aparecia entre 1874 e 1876 como o responsável pelas finanças da Sociedade Brasileira de Seguros Mútuos Sobre a Vida, anexa ao Banco Comercial, permanecendo na função depois de já fundada a *Gazeta de Notícias*¹⁵. Entretanto, apesar do ofício imerso em cifras e cálculos, já havia no guarda-livros uma inclinação às letras que o fazia transitar pelos periódicos da época.

Entre as primeiras experiências mais formais de Elyσιο Mendes nesse universo, estava o cargo de redator em um jornal, o *X*, órgão de um clube carnavalesco da Corte. Sabe-se também que, ao menos entre 1862 e 1863, ele fez parte do Retiro Literário Português, como 2º secretário, o que é uma informação bastante relevante para acompanhar sua trajetória¹⁶. Isso porque, como o nome sugere, a associação era exclusiva para cidadãos portugueses, restrição expressa tanto nos estatutos de funda-

e violência. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, p.13-51, 2014.

13 – *O Mosquito*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1872, p. 3.

14 – *Rio Commercial Journal*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 5 jan. 1871, p. 3.

15 – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 20 nov. 1874, p. 4.

16 – *Diário do Rio de Janeiro*, terça-feira, 16 set. 1862, p. 3.

ção de 1839¹⁷, quanto no seu estatuto reformado, de 1870¹⁸. Por fim, do que mais vale elencar por hora, Mendes também era colaborador d’*O Mosquito*, atividade que o colocou em contato direto com personagens importantes. Entre eles, Ferreira de Araújo e Manoel Carneiro, também fundadores da *Gazeta de Notícias*.

Em 1876, Carneiro aparecia como redator dos dois periódicos, mas não é possível afirmar com exatidão se ocupava essa posição n’*O Mosquito*, no início da década de 1870, ou se teria colocação ainda mais importante. Essa segunda possibilidade é aventada porque o endereço do escritório do semanário, até junho de 1875, era o da rua do Ourives, número 45¹⁹. Em julho, um mês antes de sair o primeiro número da *Gazeta de Notícias*, *O Mosquito* já constava na rua do Ouvidor, número 70²⁰, endereço que também apareceria, permanentemente, como dos escritórios da *Gazeta* a partir de agosto daquele ano. É possível que Carneiro fosse, pelo menos nos meados da década, proprietário do semanário ilustrado e uma pequena nota publicada n’*O Globo*, no ano de 1876, apontava as funções desempenhadas por ele. O escrito é um tanto ambíguo, deixando mais certa a sua posição de redator do que de dono, mas vale ser visto:

Hóspede distinto

Lemos na *Província de S. Paulo*:

Acha-se entre nós o senhor Manoel Carneiro, um dos redatores e proprietários da *Gazeta de Notícias* e d’*O Mosquito*, da Corte.

Se à frente daquele conceituado e florescente diário fluminense tem-se revelado hábil, ativo e consciencioso jornalista, como redator d’*O Mosquito* tem o senhor Carneiro firmado créditos de humorista fecundo e cintilante.

Cumprimentamos o digno colega de imprensa, estimável por tantos títulos²¹.

17 – Estatutos do Retiro Literário Português no Rio de Janeiro, fundado em 30 de junho de 1839. In: BRASIL, *Coleção de Leis do Império*, 1861, Parte II, Tomo XXIV, p. 498.

18 – Estatutos do Retiro Literário Português – no Rio de Janeiro. In: BRASIL, *Coleção de Leis do Império*, 1870, Parte II, Tomo XXXIII, p. 32.

19 – *O Mosquito*, Rio de Janeiro, 19 jun. 1875.

20 – *O Mosquito*, Rio de Janeiro, 10 jul. 1875.

21 – “Hóspede distinto”, *O Globo*, Rio de Janeiro, sábado, 8 jul. 1876, p. 3.

Quanto a Elysio Mendes, para além de um entusiasta do mundo das letras e guarda-livros reconhecido, ele já nutria aspirações de fundar uma folha diária no início da década de 1870. Ao menos, é o que sugeria o artigo escrito na *Gazeta de Notícias*, num pequeno balanço de sua trajetória, prestando homenagens após a sua saída do jornal, em 1891:

Esse *Mosquito* foi o ninho de que saiu a *Gazeta*; todos nós, mais ou menos temos um pouco de *Mosquito* na consciência; foi aí que começamos a atar rabos de papel ao manto imperial e a fazer troça às traquitanas de S. Cristóvão.

Quando foi fundado o primeiro *Diário de Notícias*, o Elysio esteve a ponto de perder o sono e o apetite; ia para lá espiolhar tudo, o que não lhe dava muito trabalho, por que o *Diário* era feito a *la diable*, sem organização alguma.

Quando o *Diário* deu à casca, apesar do sucesso do Juca Rosa, o Elysio pôs-se em campo, e pouco depois, ele, Manoel Carneiro e Araújo, com o auxílio de alguns amigos que tomaram quinhões comanditários, puseram na rua a *Gazeta*²².

O *Diário de Notícias*, de propriedade de A. Clímaco dos Reis, começou a circular exatamente no ano 1870 e seu último número foi publicado em 1872, numa primeira curta existência. Como se vê, os planos de Mendes pareciam ter sido atrapalhados pela iniciativa, que ao menos serviu de objeto para seu escrutínio, ainda que por pouco tempo. Por fim, 3 anos depois, ele fundaria um novo jornal junto a Manoel Carneiro e Ferreira de Araújo, e ainda que o nome de Carneiro seja frequentemente preterido nessa história, ele tomaria para si funções bastante centrais na organização inicial do jornal, evidenciando ser o mais experiente no ramo: ele foi o primeiro redator-chefe da *Gazeta de Notícias*²³. É interessante pensar sobre como três sujeitos de áreas bastante diversas – um médico, um guarda-livros e um jornalista – foram capazes de fundar um periódico que revolucionaria a imprensa no Império, já bastante desenvolvida na década de 1870. De acordo com um levantamento feito pelo *Diário de Notícias*, no ano do encerramento de suas atividades, havia 253

22 – “Elysio Mendes”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, segunda-feira, 23 jan. 1891, p. 1.

23 – *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1881-1882, Volume IX, I, p. 382.

folhas diárias em circulação em todo o Brasil²⁴, mas nenhuma havia assumido os moldes de funcionamento que tomaria a *Gazeta*.

O jornal foi finalmente fundado em 1875. Seu primeiro número estava programado para sair no dia 1º de agosto, mas a velha prensa Alauzet jogou contra os impressores e só foi funcionar pela madrugada do dia 2, trazendo, enfim, o número inaugural. Artur José Renda Vitorino afirma que a tiragem inicial era de 6 mil exemplares, o que seria um patamar elevado para o período²⁵. Entretanto, esse parâmetro já tinha sido estabelecido por outros jornais, como foi o caso do próprio *Diário de Notícias*. Considerando que Elysio Mendes parece ter se atentado bastante para organização daquele periódico, talvez essa tiragem tenha sido estabelecida inclusive tomando-o como exemplo. De todo modo, Vitorino afirma que após a saída de Manoel Carneiro do jornal – vendendo sua parte aos dois colegas – as tiragens aumentaram rapidamente para 13.500 exemplares²⁶. O autor cita ainda um relato de Manoel da Rocha²⁷, afirmando que esse processo havia se dado “depois que o sr. Dr. Ferreira de Araújo assumiu a direção da redação”. Em uma crescente, as tiragens chegaram a 24 mil exemplares em 1884, alcançando o número de 28 mil nas edições de domingo²⁸.

Diante disso, é importante enfatizar cronologicamente quando se deu esse ponto de inflexão importante na história da jovem folha. Em 1877 Carneiro já constava como um dos redatores do jornal *Diário Popular*²⁹ e

24 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 29º Ano, 1872, p. 760.

25 – VITORINO, Artur José Renda. *Operários e máquinas: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro 1859-1929). São Paulo: Annablume, 2000.

26 – *Idem*. Para um levantamento mais amplo e sistematizado das tiragens, ver ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1895)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015, p. 32.

27 – Jornalista que colaborou em diversos jornais da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX, incluindo na *Gazeta de Notícias*, onde assumiria cargos diretivos após a morte de Ferreira de Araújo.

28 – VITORINO, Artur José Renda, *op. cit.*, p. 41; ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de, *op. cit.*

29 – *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1881-1882, Volume IX, I, p. 377.

em 1878 a Araújo, Mendes & C. aparecia pela primeira vez no *Almanak Laemmert*, com seus únicos dois sócios e como proprietária da *Gazeta de Notícias*³⁰. A participação de Carneiro na *Gazeta*, portanto, durou menos de dois anos e sua saída também trouxe mais informações sobre as funções do jornalista n.º *O Mosquito*. No final do ano de 1876, quando deixava o diário, a sede do periódico humorístico mudou-se junto com ele, passando da rua do Ouvidor, número 70, para a rua dos Ourives, número 35.

Com essa reconfiguração, Ferreira de Araújo e Elysio Mendes parecem ter imprimido um novo tino ao jornal, promovendo uma expansão vigorosa. Que ela tenha acontecido somente após a saída do então redator-chefe mostra que havia divergências irreconciliáveis entre os caminhos defendidos por ele e os que se seguiriam após 1877. Quem sabe Carneiro fosse mais afeito ao jornalismo tradicional que se praticava na época e divergisse do ponto de vista de Ferreira de Araújo. Ou ainda, que as divergências pudessem estar no campo da administração da folha, e então os embates se direcionariam mais centralmente a Elysio Mendes. Porém, é mais orgânico e plausível que a totalidade do projeto da *Gazeta de Notícias* só poderia avançar no compasso afinado entre redação e administração, sendo Carneiro voto divergente. De qualquer forma, seja qual fosse o caminho, é possível torná-lo mais inteligível trazendo a atuação dos que permaneceram, os sócios da Araújo, Mendes & C.

Quando se trata de Elysio Mendes, tinha-se que devotava seus esforços quase inteiramente para as finanças da *Gazeta*, raramente se aventurando em publicar textos, e quando o fazia, procurava tratar do mundo dos negócios. Foi ele, inclusive, que visitando a Exposição Universal de Paris, em 1878, resolveu adquirir a máquina rotativa Marinoni que estava em exposição, o modelo mais avançado produzido por Hippolyte Marinoni³¹. Assim, sua experiência de anos como guarda-livros numa das

30 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 35º Ano, 1878, p. 933.

31 – ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de, *op. cit.*, p. 41. Hippolyte Auguste Marinoni nasceu em Paris em 1823 e desde jovem trabalhou no ramo de maquinários para impressão. Foi o inventor das modernas impressoras rotativas em versões diversas, e teve como uma de suas grandes elaborações a rotativa que imprimia nos dois lados da folha e fazia o

principais instituições financeiras da Corte dava indícios dos tipos de racionalidade que poderia empregar ao periódico, do ponto de vista de sua gestão³². Para arrematar, é curiosa sua “biografia instantânea” publicada em 1877, revelando sobre o tom de sua fama:

ELYSIO MENDES

O rosto é cor de cera; onde vai leva o leque;

Bigode negro tem, que um touro já lambeu;

Leonardo-mirim, da *Gazeta* é o espeque,

E em nadar e poupar ninguém nunca o venceu.

Mirecourt Junior³³

Os efeitos de tê-lo, “Leonardo-mirim”, como responsável pela administração financeira do jornal podem ter se expressado de forma decisiva, especialmente porque parte das mudanças que atravessaram a imprensa do Rio de Janeiro foi, em certa medida, capitaneada por conta da capacidade material de expansão e circulação da *Gazeta*. Mais do que isso, essas inovações materiais também alimentavam o imaginário de modernização e desenvolvimento pretensamente civilizacional que atravessava o Brasil no período, imaginário esse que reservava espaço importante para os setores do transporte e das comunicações³⁴.

processo de dobra e corte dos jornais. Ele também se tornou dono de uma série de periódicos na França como *Le Petit Journal*, em parceria com Émile de Girardin, proprietário do popular *La Presse*.

32 – “Gazeta de Notícias”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1917, p. 1. [autor ilegível].

33 – *O Mosquito*, Rio de Janeiro, 26 mai. 1877, p. 6.

34 – ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de, *op. cit.* Para uma análise das mudanças ocorridas no universo das revistas periódicas e seu processo de transformação técnico e empresarial, no início do século XX, ver GONÇALVES, Roberta Ferreira. O Malho, a imprensa empresarial e a criação da revista Tico-Tico. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 9, n.1, p. 259-277, 2020. Já para o caso dos transportes, especialmente o transporte marítimo, cf. SILVA, Antonio Carlos Higino da. *Portos de Comércio: Tecnologia, Associacionismo e Redes de Sociabilidade: os desafios e as propostas modernizadoras de André Pinto Rebouças para o Brasil do Segundo Reinado (1850-1890)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. O trabalho de Silva é especialmente interessante porque trata da modernização dos portos em Nova York, Marselha, Londres e Rio de Janeiro em perspectiva comparada, e ressalta como os avanços tecnológicos se davam em movimento atrelado a questões sociais, políticas e econômicas que conferiam valor positivo ou obstáculos significativos às mudanças trazidas

A rotativa Marinoni por ele adquirida, com capacidade de impressão de até 10 mil exemplares por hora³⁵, foi um salto importante no processo produtivo do jornal, ainda que as tiragens dos periódicos nacionais fossem muito abaixo da capacidade total do maquinário. Foi também a *Gazeta* a primeira a sustentar de forma permanente o preço do número avulso a 40rs (quarenta réis), desde a sua fundação, enquanto a maioria das folhas sequer operava nessa modalidade de venda. Outra inovação central estava na contratação de jornaleiros, vendedores de rua fundamentais não apenas para expandir o alcance geográfico da folha, mas também para o aumento das vendas, com suas técnicas de exposição oral e suas hábeis percepções de propaganda. Os jornaleiros eram capazes de equacionar o interesse de determinado público com as notícias específicas que lhe despertasse interesse, então cantando-as em voz alta nos pontos de maior circulação da cidade³⁶. Era possível, assim, ouvir e encontrar exemplares da *Gazeta* por diversos lugares do Rio de Janeiro, nas estações de bonde, quiosques, barcas, em todas as estações da Estrada de Ferro Pedro II, ou em qualquer esquina movimentada com a presença dos vendedores, não sendo mais necessário comparecer aos balcões da redação ou a uma livraria para o número avulso³⁷. Sobre tais mudanças, Machado de Assis, em trecho já célebre com suas avaliações sobre a atuação da *Gazeta*, afirmava que

Antigamente as folhas eram só assinadas; poucos números avulsos se vendiam e, ainda assim, era preciso ir comprá-los ao balcão, e caro. Quem não podia assinar o *Jornal do Commercio*, mandava pedir emprestado, como se faz ainda hoje com os livros, – com esta diferença que o jornal era restituído – e com essa semelhança: voltava mais ou menos enxovalhado. [...].

por novos instrumentos e teorias. Tais questões ecoavam dentro das disputas pelo domínio do espaço urbano dessas cidades, na segunda metade do século XIX, e no estabelecimento de projetos monopolistas. Ver especialmente o capítulo 2 “O Associacionismo: corporações, negociantes e associações na disputa pelo uso do espaço urbano”.

35 – “A inauguração da nossa máquina”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 22 ago. 1879, p. 1.

36 – Sobre o papel da oralidade e leituras coletivas no cotidiano das notícias e dos jornais durante o século XIX, ver BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

37 – Prospecto da *Gazeta de Notícias*, 1875.

O bonde foi posto em ação, e a *Gazeta* veio no encalço. Tudo mudou. Os meninos, com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos. A folha era pequena; a mocidade do texto é que era infinita. A gente grave, que, quando não é excessivamente grave, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as coisas sem retesar os colarinhos. A leitura impôs-se, a folha cresceu, barbou, fez-se homem, pôs casa: toda a imprensa mudou de jeito e de aspecto³⁸.

Como consequência dessas ações que se generalizaram, a venda de exemplares avulsos se popularizou de tal forma que era possível ver, durante a década de 1880, os grandes jornais da cidade comercializarem seus exemplares nos mesmos moldes da *Gazeta de Notícias*, com exceção do *Jornal do Commercio*, que até aqueles anos manteve seu formato por assinatura. Assim, o jornal da Araújo, Mendes & C., fiando-se nessas inovações, chegou ao lucro líquido anual da ordem de 60:000\$000 (sessenta contos de réis) no ano de 1884, configurando-se como um negócio rentável³⁹. Não é negligenciável, por fim, o fato da comunidade portuguesa maciçamente anunciar nas páginas da *Gazeta*, estabelecendo-se como uma fonte de renda muito importante, o que ecoava possíveis articulações de Elysio Mendes. Para além dele, parte dos redatores também era de portugueses e a já mencionada atuação de Ferreira de Araújo como médico em mutuais não deixou de fortalecer esses vínculos, dando a dimensão concreta de como os laços entre a comunidade lusa e o jornal eram estreitos e geravam lucros⁴⁰.

Rodrigo Cardoso Soares de Araújo, em um trabalho de fôlego sobre a imprensa e os processos comunicativos que tomaram parte no Brasil, entre 1875 e 1891, se debruçou sobre muitas das questões apontadas até aqui. Especialmente no que se refere aos lucros das empresas jornalísti-

38 – ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*, 6 ago. 1893, p. 1.

39 – “Gazeta de Notícias”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1917, p. 1. [autor ilegível].

40 – RODRIGUES, Rita de Cássia. *Gazeta de Notícias: jornal fomentador da cultura e da literatura portuguesa no Rio de Janeiro. Letras Escreve*, v. 8, n. 1, p. 193-217, 2018.

cas, o autor analisa como as receitas dos jornais eram calculadas nas publicidades que veiculavam em suas páginas, bem como nas publicações pagas da seção “a pedidos”. Esses dois expedientes eram tão centrais para as folhas que, Quintino Bocaiúva, em apuros financeiros na direção d’*O Globo*, reclamava que parte das dificuldades do jornal advinha do fato de não aceitarem testas de ferro na publicação “a pedidos”, o que limitava os ganhos⁴¹. Esse filtro, estabelecido pelo próprio diretor, impedia que fossem publicados textos em nome de pessoas que não os escreveram, como a expressão popularmente sugere. Esses sujeitos, que emprestavam suas assinaturas, recebiam por esse expediente sob a responsabilidade de arcar com as eventuais repercussões que as peças provocassem, inclusive processos. Pelas reclamações de Bocaiúva, essa regra lhe custava caro. Não é difícil presumir que, ao restringir aquela seção, muitos dos sujeitos que a procurariam se dirigiam para outros periódicos e, assim, o jornal perdia receita direta e visibilidade, afetando inclusive os anúncios publicitários.

Se por um lado a administração financeira do jornal era importante, por outro a direção inovadora de Ferreira de Araújo revelou-se o carro-chefe que tornou possível a expansão do diário. Isso implica dizer que o médico conseguiu imprimir um sentido à redação do periódico que ia além dos momentos em que exerceu efetivamente o cargo de redator-chefe. Contando com a presença do taquígrafo Henrique Chaves e do engenheiro e dramaturgo Lino de Assumpção como redatores, ao menos a partir de 1877, Ferreira de Araújo insistiu por um arranjo que trouxe às páginas do jornal uma linguagem direta, simples, leve, capaz de comunicar aos diversos extratos sociais de leitores que a *Gazeta* finalmente pretendia alcançar⁴². Vários elementos do diário compunham essa arrumação. Estavam entre eles a escolha dos folhetins para os rodapés da primeira página e o cuidado com as análises e temas dos artigos de fundo, vetores que

41 – ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de, *op. cit.*, p. 188.

42 – Ver RAMOS, Ana Flávia Cernic. “Balas de estalo” de Machado de Assis: humor e política no Segundo Reinado. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 48, n. 2, p.151-170, jul./dez. 2008; MENDES, Leonardo. Biblioteca Galante: a Gazeta de Notícias e a popularização da pornografia no Brasil pós-1870. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 9, n.1, p. 239-258, 2020.

deixavam às vistas parte das diretrizes editoriais do jornal. Eles poderiam ser escritos tanto pelos redatores quanto por colaboradores, assim como as crônicas, que não raro ocupavam o espaço do folhetim. Sobre elas, é importante destacar como são material privilegiado para acompanhar o periódico em sua relação direta com os acontecimentos mais imediatos que o cercavam, visto que tinham como característica central manipular o cotidiano apresentado nas páginas do próprio diário, como matéria-prima dos textos⁴³. Ainda nessa esteira, o jornal procurou sofisticar as formas de organização dos anúncios publicitários, colocando-os inclusive em meio ao noticiário, proporcionando destaques – e de quem se cobrava mais por esses expedientes –, além de ter sido pioneiro em inserir em suas páginas as chamadas *portraits-charges* de figuras públicas, feitas por Julião Machado já na década de 1890.

Diante desse cenário de constante mudança, não seria possível considerar que ele se fizesse de forma apartada das concepções políticas dos redatores e colaboradores, e que deixassem, de alguma forma, de incidir sobre as expectativas de atuação do diário na esfera pública da Corte. É o que demonstra Ana Flávia Cernic Ramos ao analisar a escolha da *Gazeta* de trazer em seu folhetim a tradução d’*O livro verde*, do escritor húngaro Mór Jokai⁴⁴. O contexto de sua publicação no jornal era imediatamente posterior à Revolta do Vintém, que abalou a cidade do Rio de Janeiro entre o final de 1879 e início do ano seguinte – e teve cobertura intensa da imprensa do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, ainda que a obra de Jokai tratasse de acontecimentos da Rússia czarista, do início do século XIX, aos olhos dos leitores brasileiros ela se conectava diretamente à atmosfera de efervescência política e social local, ainda atravessada pelos

43 – Cf. RAMOS, Ana Flávia Cernic. Das batalhas literárias e sociais surge o “método”: escravidão, trabalho livre e migração nas crônicas de Machado de Assis. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 11, n. 23, jan./abr. 2018. SOUZA, Ana Paula Cardozo de. The misadventures of a narrator and his servant: Machado de Assis and the characters of “A Semana”. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 4, n. 2, p. 606-628.

44 – RAMOS, Ana Flávia Cernic. Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na *Gazeta de Notícias* (1880). *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-33, 2020.

ecos das conflagrações populares iniciadas por conta do imposto do vin-tém sobre os bilhetes de bonde.

O alcance do livro, dessa forma, extravasava em muito as fronteiras de sua história e a escolha da *Gazeta de Notícias* residia justamente nessa aposta de interlocução, que saltaria aos olhos dos leitores do Império, trazendo à baila temas caros sobre participação política e questionamentos ao funcionamento da monarquia. Nos meandros da análise, Ramos expande seu olhar para também acompanhar as idas e vindas na condução dos argumentos da folha durante aqueles meses de efervescência, que podiam ser vistos tanto através dos editoriais escritos por Ferreira de Araújo, na seção *Assuntos Diários*, como na publicação d’*O livro verde*. Assim, a autora põe em perspectiva esse afinamento do conteúdo do folhetim com as próprias diretrizes do jornal, e a maneira como ele seria lido de forma concatenada à conjuntura e à narrativa tecida nas páginas da *Gazeta de Notícias*. Dessa maneira, seria impossível desconsiderá-las como própria matéria formadora do jornal em suas muitas instâncias, inclusive para os folhetins.

A partir dos elementos apontados até aqui, pode-se afirmar que a *Gazeta de Notícias* se constituía, na década de 1880, como uma estrutura de veiculação de informação, literatura, publicidade e de produção de impressos em plena expansão. Observá-la, portanto, é um meio de se imiscuir no universo das empresas jornalísticas em ascensão, para alcançar também seus diversos trabalhadores – jornalistas ou jornaleiros. Não por acaso, foram os empregados da *Gazeta* os primeiros a organizar uma sociedade beneficente de um veículo de imprensa, exatamente no ano de 1880. A mutual tinha por fim atender a todo empregado ou ex-empregado, que continuasse com suas obrigações de sócio em dia, em caso de enfermidade momentânea, acidentes, doenças crônicas, necessidade de auxílio-funerário e consequente estabelecimento de pensão para cada uma das demandas. Diante dessa sociedade, é um desafio delimitar quais funções ocupavam os “empregados da *Gazeta de Notícias*”, como enunciava genericamente o estatuto aprovado na sessão do Conselho de

Estado do Império⁴⁵. Entretanto, de acordo com os valores pagos em benefícios aos seus sócios, pode-se ao menos vislumbrar quais seriam as classes sociais atendidas, que concluíssem valer a pena a relação entre os custos e os serviços prestados pela sociedade, ou vislumbrassem uma organização favorável por outros motivos, inclusive de organização de classe.

Os seus estatutos determinavam que, quando se atingisse o capital acumulado de 6:000\$000 (seis contos de réis) – seu nível ótimo do ponto de vista financeiro – a pensão às viúvas alcançaria o valor máximo de 10\$000 (dez mil réis). Em caso de enfermidade crônica que impossibilitasse o sócio ao trabalho, o valor da pensão chegaria a 30\$000 (trinta mil réis). Que esses valores não tenham sido pensados com base em um salário médio dos trabalhadores da *Gazeta* parece evidente. *O Repórter*, no ano de 1879, anunciava que pagava 30\$000 (trinta mil réis) mensais aos seus jornalheiros, “fossem, meninos, moleques, livres ou escravos”, e tal valor atraía justamente esses trabalhadores porque eram considerados muito baixos para a atividade de pessoas adultas, como demonstra Rodrigo Araújo⁴⁶. Entretanto, é razoável supor que, ao menos, tal valor tenha sido estabelecido pensando em oferecer condições mínimas de subsistência a esses trabalhadores e seus familiares em caso de necessidade, o que deveria cobrir despesas basilares.

Assim, é possível arriscar que os empregados que tomavam parte na sociedade seriam, *grosso modo*, aqueles que se empregavam nas funções básicas como contínuos nos escritórios, trabalhadores da distribuição, da revisão, das oficinas tipográficas, vendedores. Portanto, eles encontravam-se apartados do núcleo diretor do jornal, a redação propriamente dita, que no ano de 1881 contava com Ferreira de Araújo como editor-chefe, Henrique Chaves, Demerval da Fonseca, João Chaves, Maximino Serzedello, Alfredo Gonçalves, Oliveira Montauray Campello e Elysio

45 – Estatutos da Sociedade Beneficente dos Empregados da ‘Gazeta de Notícias’. In: BRASIL, *Coleção de Leis do Império*, 1880, Parte I, Tomo XXVII, p. 444-448.

46 – ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de, *op. cit.*, p. 211.

Mendes⁴⁷. Nota-se que Lino Assumpção já não compunha os quadros da *Gazeta* nesse ano e vale ressaltar que não deveriam ser considerados empregados os inúmeros colaboradores esporádicos da folha.

Foi sob essa configuração que a *Gazeta de Notícias* alcançou o capital de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis) em 1889⁴⁸. Em 1891, quando se transformou em sociedade anônima, ela já havia se valorizado 400% em relação a esse valor e mais de 6500% em relação aos 30:000\$000 (trinta contos de réis) investidos inicialmente, nos idos de 1875. É um exemplo vigoroso das transformações pelas quais passou a imprensa entre a década de 1870 e o começo da República, mesmo que houvesse variações de periódico para periódico, sendo mais ou menos exitosas a depender das especificidades de cada folha. É importante assinalar que essa tendência de estruturação, sobretudo dos jornais diários, se afastava cada vez mais de um modelo de imprensa corrente durante o século XIX, jornais que em grande medida resultavam da iniciativa individual de determinado grupo ou sujeito, com objetivos circunscritos de promoção de determinada campanha, e que muitas vezes findavam com o esgotamento do projeto inicial⁴⁹. Assim, cada vez mais estruturava-se um modelo mercantilizado e multifacetado das empresas do mercado da informação, das letras e dos impressos⁵⁰.

47 – “Gazeta de Notícias”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 ago. 1917, p. 1. [autor ilegível].

48 – “Contratos Comerciais”, *Diário do Comércio*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 30 maio 1889.

49 – Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1990, 4ª edição; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900, op. cit.*

50 – Para uma análise do desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos, ver MOODY, Kim. A Gilded-Age Social Media: John Swinton, Joseph Buchanan, and Late Nineteenth-Century Labor Press. *Labor: Studies in Working-Class History*, v. 15, n. 1, 2018. Entre diversos aspectos, é interessante observar o destaque para o impacto da reorganização do sistema de Correios e desenvolvimento da malha ferroviária ocorridas após a Guerra de Secessão, ambos vitais para a circulação de informações entre veículos de imprensa, especialmente aqueles produzidos pela e para a classe trabalhadora. Já para o caso das grandes empresas jornalísticas, destaca-se ainda o papel transformador das agências de notícias, a partir do uso de telégrafos, um serviço caro e de acesso restrito.

Esse movimento não significava, porém, que outras formas de personalismos estivessem ausentes das empresas jornalísticas, ainda que boa parte de sua nova roupagem tivesse por base o discurso da neutralidade – resultado sobretudo da ascensão do jornalismo noticioso e da emergência das agências de notícias. Nesse cenário, o advento do telégrafo e seu uso cada vez mais acentuado pelos principais diários do Rio de Janeiro precisa ser destacado, por imprimir não apenas um novo ritmo possível à circulação da informação, mas também uma nova maneira de encarar e consumir a notícia, permeada pela retórica da precisão, atualidade, rapidez e, mais uma vez, neutralidade. Retórica essa que se batia, muitas vezes, contra a própria prática cotidiana inscrita nas páginas das folhas⁵¹. Da mesma forma, é preciso ressaltar que esse processo não decretou o fim dos pasquins, panfletos ou pequenos jornais. Tais expedientes permaneceriam ocupando a imprensa da Corte, e seriam especialmente presentes nas províncias, atravessando as primeiras décadas do século XX como características da imprensa nacional. A ambivalência desse período de transformação comportava, dentro de si, modos diversos e coexistentes de produção e organização da imprensa.

É fundamental destacar, assim, que a *Gazeta de Notícias* não estava sozinha nesse movimento tanto de reestruturação em sociedades mais amplas quanto de expressiva expansão de capital: o jornal *O País*, que desde o primeiro ano da década de 1890 sustentava em seu cabeçalho ser “a folha de maior tiragem e de maior circulação na América do Sul”, converteu-se em sociedade anônima em novembro de 1891; em 1890 o tradicional *Jornal do Commercio* foi vendido a José Carlos Rodrigues por 3.500:000\$000 (três mil e quinhentos contos de réis) e por ele transformado em uma sociedade de comandita, a partir de cotas para 28 acionistas; a *Cidade do Rio*, fundada por José do Patrocínio, aparecia num relatório do Ministério da Fazenda referente ao ano de 1894 com ações negociadas na

51 – Sobre o impacto dos telégrafos e das agências de notícias sobre o jornalismo diário no Rio de Janeiro, ver MATHEUS, Letícia Cantarela. Questões sobre o marco histórico do telégrafo no jornalismo do século XIX (1870-1900). *Revista Brasileira de História da Midia*, v.1, n.1, p. 41-51, 2012.

bolsa de valores a \$700 (setecentos réis)⁵²; a *Gazeta da Tarde*, que no início dos anos de 1890 constava como de propriedade de Luiz Ferreira de Moura Brito, em 1897 passou para propriedade do Coronel José Gentil de Castro e, já no dia 5 de janeiro do mesmo ano, aparecia como propriedade da Castro & Comp., sugerindo processo parecido com o que se passou ao *Jornal do Commercio*. Os exemplos são suficientes para apresentar o ponto, e a enumeração está no limite do enfadonho. O que convém destacar de novo é que, no bojo dessas transformações, verdadeiras empresas jornalísticas se consolidavam em retroalimentação com a reformulação de um mercado, e o ofício do jornalista consequentemente também se modificaria.

Érik Neveu, em um livro clássico sobre a sociologia do jornalismo, traz alguns apontamentos que captam justamente esse movimento, numa reflexão mais abrangente entre os modos de se fazer da imprensa. Ele trata dos contextos anglo-saxão e francês, mas suas colocações, com mediações necessárias, são valiosas para refletir sobre o Brasil oitocentista. O primeiro apontamento mira a lógica empresarial que tomou a imprensa da segunda metade do século XIX, e como tal dinâmica trouxe ao ofício do jornalista uma profissionalização quase forçada, especialmente nos Estados Unidos. O autor enfatiza que os barões da imprensa no período configuravam-se como verdadeiros capitalistas e que isso impunha ao contexto estadunidense racionalizações, técnicas, escritas normatizadas, capacidade de investigação que, lá, redundaria inclusive na criação de cursos de jornalismo nas universidades, ainda no final daquele século. Com uma dinâmica bastante diversa, Neveu também analisa o jornalismo na França e afirma que

Até o nascimento da imprensa popular na Belle Époque os jornais são feitos sem jornalistas: os artigos são redigidos por colaboradores. Mas eles não praticam essa atividade como um trabalho à parte, com suas próprias habilidades, sua lógica de carreira. Trabalhar para um jornal é uma posição de expectativa pelas verdadeiras carreiras da literatura e da política. Balzac descreve esse fenômeno em *Ilusões Perdidas* e,

52 – *Relatórios do Ministério da Fazenda*: anexos ao relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil, 1895, 7º Ano da República, p. 166.

ainda mais, em sua *Monografia da imprensa parisiense* (1843), que desenvolve uma tipologia de seus colaboradores de imprensa⁵³.

Os dois cenários oferecem pistas para análise do caso brasileiro, patentemente mais tardio. Se, por um lado, viu-se que os principais jornais da cidade do Rio de Janeiro se transformaram estruturalmente, por outro é bastante complexo captar como isso atravessou àqueles que de fato trabalhavam nas folhas, em suas muitas funções. Isso inclui pôr em perspectiva a diferença entre estes trabalhadores cotidianos e aqueles que trabalhavam em regime de colaboração, como indicou Neveu para o caso francês e que também se aplicava, a seu modo, para o caso brasileiro. É necessário escrutinar o ofício dos jornalistas.

Em dado levantado pelo *Diário de Notícias* em 1872 e já mencionado aqui, havia 253 folhas diárias e periódicas em atividade no Brasil, e ao se acompanhar a dinamização do mercado editorial do último quartel do século, esse número era ainda maior na década de 1890⁵⁴. De posse dessas informações, ao se recorrer ao *Almanak Laemmert*, que conjugava dados sobre a vida mercantil, industrial e administrativa, principalmente do Rio de Janeiro, encontram-se, para todo o período anterior a 1889, apenas três jornalistas em suas páginas. O primeiro é identificado na edição de 1874, como “escritor e jornalista” Félix Pacheco, na seção *Escritórios de redação, tradução e agência*⁵⁵. A segunda referência é de 1876. Nela, Carneiro de Campos aparecia como jornalista na seção permanente do periódico intitulada *Indicador*, que trazia a longa lista dos habitantes do Rio de Janeiro e de Niterói com nome, profissão e endereço⁵⁶. A terceira menção era de 1883, da província de Minas Gerais, que trazia “Manoel de Oliveira Andrade, Jornalista, Campanha da Princesa”⁵⁷.

53 – NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 27.

54 – BARBOSA, Marialva, *op. cit.* Ver especialmente o capítulo IV – Jornais em tempo de mudança, p.117-123.

55 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 31º Ano, 1874, p. 565.

56 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 33º Ano, 1876, p. 36.

57 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 40º Ano, 1883, p. 158.

Após 1890 já não era mais possível contar com tanta facilidade a quantidade de sujeitos identificados como jornalistas, nas diversas seções da publicação, o que sugere uma franca mudança no entendimento do ofício. Ao reconhecerem-se jornalistas, ou serem reconhecidos como tal em um periódico que tinha entre seus intuitos colocar às vistas os profissionais diversos da Corte e arredores, uma nova percepção social parecia ter se forjado, com um conjunto de atribuições mais ou menos reconhecido, coletivamente, do que se tratava o ofício do jornalista, como uma profissão. Um exemplo patente dessa mudança aparece na alteração dos registros de Ferreira de Araújo. Apesar de o médico tomar parte na redação da *Gazeta de Notícias* desde a década de 1870, de ter se engajado de forma visceral na condução daquela folha, ele nunca figurou no *Almanak Laemmert* como outra coisa que não “Dr.”. Sua profissão reconhecida era a de médico. Vez ou outra aparecia referenciado por sua função nos escritórios da redação da *Gazeta de Notícias*, como redator ou redator-chefe, ou ainda como proprietário, mas nunca jornalista. Foi apenas em 1891, pela primeira vez, que ele apareceu na seção *Indicador* do *Almanak Laemmert* da seguinte maneira: “Ferreira de Araújo, Dr., jornalista, ausente, Europa, reside r. D. Luiza I (686, 2126, 2428)⁵⁸” [Grifo meu].

Outros exemplos importantes merecem ser trazidos e um deles é o do advogado negro Ferreira de Menezes, que aparecia entre os anos de 1877 e 1880 sob o registro “Dr. José Ferreira de Menezes, r. do Rosário, 68⁵⁹”, justamente na seção *Advogados*. Bastante ativo na imprensa e atuante como poeta e escritor, além de notório abolicionista⁶⁰, ele nunca fora identificado por jornalista pelo *Almanak*, nem mesmo após fundar a *Gazeta da Tarde* em 1880. Falecido em 1881, quem assumiu a propriedade e direção da folha foi José do Patrocínio, que até encarregar-se dessa função aparecia nas páginas do *Almanak* somente por sua atuação como

58 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 48º Ano, 1891, p. 162.

59 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 45º Ano, 1880, p. 666.

60 – Para um estudo detalhado sobre Ferreira de Menezes e José do Patrocínio, ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas [SP]: Ed. Unicamp, 2018.

abolicionista. Em 1882, enfim, Patrocínio apareceria, pela primeira vez, relacionado à sua atividade jornalística, na seção *Jornais, revistas, etc.* da seguinte forma: “Gazeta da Tarde, propriedade de José do Patrocínio & C., redação e oficina r. Uruguaiana, 45. Comunicação telefônica 71⁶¹”. Nos anos seguintes, foi acrescentado que ele seria o redator-chefe e proprietário do periódico até, enfim, passar a propriedade total a seu sócio, em agosto de 1887. Com isso, Patrocínio seguiu para uma nova empreitada e fundou no mesmo ano o jornal *Cidade do Rio*, que só foi aparecer nas páginas do *Almanak* em 1893, como um órgão de propriedade da Empresa Jornalística Cidade do Rio. Já seu fundador esteve ausente dos registros até 1891, quando finalmente apareceu na seção *Indicador* dessa maneira: “José do Patrocínio, *jornalista*, Ouvidor, 74 e Europa (669, 685, 866)⁶²” [Grifo meu].

Esse pequeno conjunto de indicações vem para alicerçar a hipótese de que a década de 1890 é uma primeira culminância do longo processo de configuração do ofício do jornalista no Brasil, cada vez mais entendido a partir de determinações, e que assentia cada vez menos com uso vulgarizado do nome, enfileirado junto a muitas outras atribuições comuns aos polígrafos homens de letras, durante quase todo o século XIX. Era o que antes se via e pode ser evidenciado nessa descrição de uma figura renomada do Império, em 1881:

Necrológio das casas titulares

Visconde do Rio-Branco, José Maria da Silva Paranhos, Senador do Império, Conselheiro de estado, lente jubilado da escola Politécnica, Major honorário, dignitário da Imperial ordem do Cruzeiro, Comendador da Rosa, Grão-Cruz da legião de honra e diversas outras ordens estrangeiras. Jornalista distinto quanto distinto diplomata e consumado político, como deputado ao corpo legislativo, como senador e como ministro de estado e presidente do conselho de ministros

61 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 39º Ano, 1882, p. 399.

62 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 48º Ano, 1891, p. 275.

por várias vezes, a sua existência foi uma continuada luta patriótica, e nenhum varão soube elevar-se tanto ainda⁶³.

Percebida a composição de um novo quadro, ainda um tanto impreciso e com margens bastante permeáveis, tem-se que, apenas para a década de 1890, trabalharam na *Gazeta de Notícias* os jornalistas, registrados expressamente como tal no *Almanak Laemmert*, Olavo Bilac, Pedro Rabello, Henrique Chaves, Fernando de Castro, José de Castro Vianna e Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Em outros jornais, como *O País*, estavam figuras como Quintino Bocaiúva e Arthur Azevedo⁶⁴, e o registro desse último é importante porque, pela primeira vez, conjugou-se em um mesmo indivíduo a função de literato e jornalista em seu *Indicador*⁶⁵.

Havia ainda, no próprio *Almanak*, uma segunda forma de perceber esse processo de expansão do mundo das letras e da imprensa nas últimas décadas do Império – bem como seu impacto na própria conformação do ofício do jornalista. A partir de 1882 iniciou-se uma nova seção chamada *Literatos, jornalistas e escritores de ciência e política*. Nela, aparentemente compilava-se de forma mais generalista os sujeitos que atuavam dentro dessa grande área, e não era possível saber quem, de fato, desempenhava uma ou outra das atividades do título da seção. De todo modo, no ano em que ela se iniciou, havia apenas nove indivíduos listados. Destes, cinco não traziam qualquer especificação, enquanto excepcionalmente os outros quatro eram todos identificados como redatores do *Cruzeiro*⁶⁶. No ano seguinte, em 1883, foram listadas 59 pessoas, algumas delas acompanhadas de especificações como botânico ou químico, muitas outras sem qualquer indício que pudesse identificá-las profissionalmente, e diversos nomes acompanhados dos periódicos em que atuavam. A

63 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 38º Ano, 1881, p. 71.

64 – Foi escritor que produziu como dramaturgo, poeta, contista, prosador, crítico literário e jornalista. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e irmão do também escritor Aluísio de Azevedo.

65 – *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 56º Ano, 1899, p. 1.258.

66 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 39º Ano, 1882, p. 408.

Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio, O País, Mequetrefe, Cruzeiro, Gazeta da Tarde, Globo, Revista de Engenharia, União Médica, Revue Commerciale, Financière, Messager du Brésil, Jornal dos Economistas, Família Maçônica, The Rio News, Brasil Católico, A Folha Nova e Revista Marítima Brasileira eram os que constavam devidamente associados aos sujeitos listados, mas não era possível saber, em nenhum dos casos, qual era a função desempenhada por eles⁶⁷. Mesmo Ferreira de Araújo, José do Patrocínio e Quintino Bocaiúva, acompanhados em maior ou menor grau aqui, estavam apenas justapostos às folhas que tomavam parte.

Apenas para seguir a progressão do quadro, em 1891, ano em que a *Gazeta de Notícias* se converteu em sociedade anônima, a lista contava com 75 nomes e novos periódicos listados. Chama a atenção que alguns deles existiam já de longa data e não constavam nas primeiras listagens, como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, que apareceria secundando o nome do Conselheiro Tristão Alencar de Araripe.

Não há dúvidas, aqui, da incompletude dos registros apresentados nas páginas do *Almanak Laemmert* e não há qualquer pretensão de totalidade nas análises estabelecidas. Muitas ausências foram percebidas na composição do quadro de homens de letras do período e os motivos dessas faltas ou descontinuidades podem ser inúmeros. Entretanto, o trabalho de pesquisa nos registros apresentados funciona como um instrumento de mensuração, capaz de apontar mudanças na conformação da imprensa nos fins do Império e início da República. Sobretudo, esse movimento foi feito acompanhando a fundação da *Gazeta de Notícias* por meio de seus principais personagens, Ferreira de Araújo, Elysio Mendes e Manoel Carneiro, mas da experiência da *Gazeta* pôde-se extrapolar e concatenar outros sujeitos e periódicos, para desvelar alguns funcionamentos mais amplos. É importante encaminhar, sinteticamente, que os principais diários durante o último quartel do século XIX orientaram-se para a constituição de empresas que movimentavam cifras consideráveis, engendravam poder político por conta de sua capacidade de incidir sobre

67 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 40º Ano, 1883, p. 662.

a esfera pública e possuíam, ainda, grande alcance literário. Como parte desse movimento, eles fixaram-se sobre bases cada vez mais sólidas e estruturadas, o que impactou diretamente aqueles que trabalhavam na sua produção material, bem como aqueles que tinham por ofício a escrita.

Nesse contexto, a profissão do jornalista parecia estar em processo relativamente inicial de definição de seus contornos mais explícitos e específicos, cada vez mais conectados com aqueles que ocupavam as redações das empresas jornalísticas de forma diretiva e criativa, em graus variados, mas cotidianos. É necessário reafirmar, assim, o aumento exponencial do uso da própria palavra “jornalista” para identificar os indivíduos que desempenhavam funções determinadas, sobretudo a partir da década de 1890. Se durante o transcorrer de todo o século XIX era comum atribuir-se o título de jornalista àqueles que escreviam esporadicamente para algum veículo de imprensa, aos estudantes que escreviam para periódicos acadêmicos, ou ainda aos sujeitos que tomavam parte em jornais efêmeros e de alcance limitado – práticas que de fato permaneceram século XX adentro – havia mudanças em curso. É simbólico que, em 1884, o então redator-chefe d’*O País*, Quintino Bocaiúva, tenha proposto a criação do Club dos Jornalistas, a fim de estabelecer condutas e moralidades que considerava pertinentes ao ofício – e com o intuito claro de limitar a atividade dos pasquineiros, que não raro tinham origem nas oficinas tipográficas dos grandes veículos de imprensa⁶⁸.

Um último exemplo que vale ser citado é o de Olavo Bilac. O autor figurava na imprensa com destaque desde muito jovem, ao menos de meados da década de 1880, período que incluiu suas contribuições n’*A Semana*, da *Gazeta de Notícias*. Ele também havia sido acolhido por José do Patrocínio na *Cidade do Rio* onde não só publicou seus trabalhos literários, como se tornou correspondente da folha ao embarcar para a Europa em 1890⁶⁹, até finalmente ocupar o cargo de redator-secretário, em 1893, como evidenciava o cabeçalho do jornal. Foi apenas nesse ano, consequentemente, que ele figuraria pela primeira vez como jornalista no

68 – ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de, *op. cit.*, p. 169-170.

69 – *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, terça-feira, 24 set. 1889.

*Almanak Laemmert*⁷⁰, mais uma vez indicando que o ofício adquiria contornos profissionalizados, identificáveis e profundamente atrelados aos grandes jornais que se reestruturavam e que não dispensavam o trabalho nas redações. A passagem do Império para a República parece, dessa maneira, ter sido o ponto de mudança fundamental para a conformação do ofício dos jornalistas no Brasil.

Texto apresentado em outubro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

70 – *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* (RJ), 50º Ano, 1893, p. 316.

A CONTRIBUIÇÃO DE TEÓFILO OTTONI (1807-1869) À GEOGRAFIA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

THE CONTRIBUTION OF THEÓFILO OTTONI (1807-1869) TO BRAZILIAN GEOGRAPHY OF THE 19TH CENTURY

JOÃO EDUARDO DE ALVES PEREIRA¹

Resumo:

Este artigo pretende discutir tema não amplamente enfatizado pelos biógrafos do político mineiro Teófilo Ottoni (1807-1869): sua contribuição à Geografia brasileira no século XIX, embora ele não se apresentasse ou fosse formalmente um geógrafo. Sua visão espacial pode ser comprovada por sua participação em debates que ocorreram no Parlamento e na imprensa do Império sobre a definição de traçado para a ligação do Rio de Janeiro ao Vale do Rio São Francisco pela Estrada de Ferro de D. Pedro II. Ottoni apontava a importância dessa ferrovia e da navegação fluvial para a integração territorial e econômica do Brasil, assim como o significado estratégico do São Francisco e de sua gente, além da defesa de uma perspectiva industrial para o Brasil. A Geografia de Ottoni projetava ainda a recuperação da posição central na política e no Estado brasileiro que Minas Gerais ocupava até o esgotamento do ciclo do ouro no final do século XVIII. Essa perspectiva iria influenciar diretamente a atuação de lideranças regionais no século XX, a exemplo de João Pinheiro e Juscelino Kubistchek.

Palavras-chave: Geografia brasileira; Minas Gerais; Ferrovias; Vale do Rio São Francisco; integração nacional.

Abstract:

The article aims to discuss a topic which hasn't been explored in much depth by biographers of Teófilo Ottoni (1807-1869), a politician from the state of Minas Gerais, namely his contribution to Brazilian Geography in the 19th century. Although he was not a geographer and did not present himself as such, his spatial vision was remarkable, as evidenced by his participation in debates that took place in parliament and in the Brazilian press about the layout of the D. Pedro II railway linking Rio de Janeiro to the São Francisco Valley. Ottoni pointed out the importance of this railway and river navigation for the territorial and economic integration of Brazil, underlining the strategic significance of the São Francisco River and its population, in addition to defending an industrial perspective for Brazil. Ottoni also projected the geographical recovery of the key position that the state of Minas Gerais had in politics and in the Brazilian State until the end of the gold cycle at the end of the 18th century. This perspective would directly influence the performance of regional political leaders in the 20th century such as João Pinheiro and Juscelino Kubistchek.

Keywords: Brazilian geography; Minas Gerais state; railways; São Francisco river valley; national integration.

Introdução

Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869) foi um dos mais notáveis e populares homens públicos da história política, econômico-financeira e cultural do Segundo Reinado².

1 – Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Geógrafo. Licenciado e Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da UFRJ. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Centro Universitário de Valença, RJ - UNIFAA. Email: je.alvespereira@gmail.com.

2 – Comunicação apresentada pelo autor à Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas

“Filho querido do povo e sacerdote da liberdade”, segundo Machado de Assis³, Teófilo Ottoni foi deputado provincial e geral em várias legislaturas e um dos líderes da Revolução Liberal de 1842, em Minas Gerais⁴. Foi, ainda, senador do Império, empresário, diretor do Banco do Brasil, jornalista e desbravador do Vale do Rio Mucuri, nordeste de Minas Gerais, onde fundou, em 1853, Filadélfia, hoje Teófilo Ottoni, cidade assim nominada pela Lei Provincial nº 2.486, de 09 de novembro de 1878 – ao ser desmembrada do município de Minas Novas (MG). Ainda outras vilas e cidades, de importância local/regional, a exemplo de Carlos Chagas (MG) e Nanuque (MG), surgiram em decorrência da colonização iniciada por Ottoni.

Biógrafos e historiadores vêm destacando, desde o século XIX, os vários e relevantes aspectos e acontecimentos da vida e do legado de Teófilo Ottoni para a sociedade brasileira, especialmente quanto à sua influência na vida política mineira e nacional. Ottoni, entre outras contribuições, construiu, por meio de suas atividades empresariais e políticas, bases e fundamentos de um projeto de modernização econômica e de integração territorial do país, iniciativas que inspirariam, no século XX, a ação político-administrativa de líderes como João Pinheiro e Juscelino Kubitschek, entre outros.

Porém, se há produção consistente sobre os aspectos da vida, atuação política e sobre outras atividades em que Ottoni se empenhara ao

– CEPHAS – do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão em homenagem a Teófilo Ottoni, realizada no dia 13 de novembro de 2019, ao ensejo do sesquicentenário de sua morte.

3 – A afirmação de Machado de Assis consta de seu artigo publicado na *Semana Ilustrada*, edição de 31 de outubro de 1869. Ver em CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni – Ministro do Povo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956, p. 611.

4 – O líder supremo da Revolução Liberal de 1842, em Minas, era José Feliciano Pinto Coelho, futuro Barão de Cocais. Entretanto, na véspera da batalha decisiva, ele abandonou o acampamento, em Santa Luzia, MG. Teófilo Ottoni, que era um dos principais líderes do exército liberal mineiro, assumiu o comando do movimento e das tropas que enfrentaram o então Barão de Caxias, em Santa Luzia, no dia 20 de agosto de 1842. Para conhecimento aprofundado da revolta em Minas, ver MARINHO, José Antônio. *História da Revolução Liberal de 1842*. Belo Horizonte: edição da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2015.

longo dos seus sessenta e dois anos de existência, há, contudo, um tema, não amplamente enfatizado por seus biógrafos, que merece estudos e análises: o seu legado à Geografia brasileira no século XIX.

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar aspectos do conhecimento de Geografia Física e Política do território brasileiro presentes em estudos, artigos e discursos parlamentares de Teófilo Ottoni, embora ele jamais se tenha apresentado, informal ou formalmente, como geógrafo. A Geografia brasileira no século XIX, contudo, recebeu importantes contribuições de Ottoni, a exemplo do longo texto por ele publicado, em capítulos, no jornal carioca *Correio Mercantil*, ligado ao Partido Liberal, entre abril e junho de 1865.

O texto em tela se referia aos debates que ocorriam na imprensa, na sociedade e no Parlamento quanto à definição do trajeto que seria adotado, para que a Estrada de Ferro de D. Pedro II, EFDP II⁵, se estendesse de Barra do Piraí (RJ) aos planaltos da Região Central mineira. Os trilhos haviam chegado a Barra do Piraí, em 1864, após superar a Serra do Mar e uma série de desafios técnicos – vencidos com pioneirismo pela Engenharia brasileira. A questão passava a ser como atingir com economicidade o centro de Minas Gerais, superando altitudes e escarpas íngremes na Serra da Mantiqueira e acessando divisores dos Vales do Grande e do São Francisco. A propósito, o texto tinha como título: *Considerações sobre uma rede de vias de comunicação fluviais, e férreas, tendo como tronco principal a Estrada de Ferro de D. Pedro II e o Rio de São Francisco com os seus afluentes navegáveis, e sobre diversos ramais a decretar pela Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais - acompanhadas de um estudo especial sobre o modo de ligar a Estrada de Ferro de D. Pedro II, aos Vales do Rio Verde e Sapucaí*⁶.

Vale lembrar que a estrutura econômico-territorial brasileira, até meados do século XX, era caracterizada por regiões isoladas ou “ilhas

5 – Posteriormente, na República, seria denominada Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).

6 – OTTONI, Teófilo B. *Correio Mercantil*, 1865, nº 117, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 130, 150, 154.

econômicas” ligadas diretamente a portos no litoral, sendo insuficientes as redes de transportes que as interconectassem pelo continente. As conexões entre as regiões do país eram feitas pelo litoral, por navegação de cabotagem.

Assim, para melhor encaminhar a discussão, dividimos o presente artigo em três partes. A primeira abordará relações entre a trajetória de Teófilo Ottoni e aspectos da Geografia brasileira do século XX. Elencará ainda motivos de ordem pessoal que o levaram, a partir de 1860, a analisar a perspectiva estratégica da chegada da EFDP II ao Vale do São Francisco. A segunda parte estará voltada à análise de tópicos do artigo acima referido, publicado pelo *Correio Mercantil*, cujo conteúdo projeta a visão geográfica e estratégica de Teófilo Ottoni sobre a integração territorial brasileira, a partir do São Francisco – e também do Rio Grande. Trará ainda elementos do debate no Parlamento sobre a definição do trajeto dessa ferrovia em direção ao território mineiro. Na terceira parte, serão apresentadas as considerações finais.

Teófilo Ottoni e a Geografia brasileira no século XIX: a *Circular de 1860* e o Rio São Francisco

Homem de ação e, ao mesmo tempo, intelectual com sólida formação humanista, Teófilo Ottoni foi notável orador parlamentar. Sua vida foi marcada pela coerência ideológica, ou seja, sempre liberal, ao contrário de amigos e companheiros de lutas liberais no Primeiro Reinado e nos anos iniciais da Regência, como Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) e Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), Visconde de Itaboraí (1854). Estes, na segunda metade da década 1830-1840, tornaram-se membros fundadores do Partido Conservador.

Concluídos os estudos em sua cidade natal, Serro, Minas Gerais, Teófilo Ottoni, em 1827, foi enviado pelo pai, Jorge Benedito Ottoni, para o Rio de Janeiro. Aos vinte anos, matriculou-se na Academia da Marinha, hoje Escola Naval. Em 1828, formou-se com destaque como guarda-marinha. Em 1830, desligou-se da Marinha e retornou à sua cidade natal.

Entretanto, entre 1827 e 1830, militando ativamente nas hostes liberais, incentivado por Rodrigues Torres, então professor da Academia Militar, participava das reuniões e discussões políticas na Biblioteca de Evaristo da Veiga (1799-1837), principalmente sobre os filósofos e liberais ingleses e a doutrina da Revolução Americana. Formou-se aí a espinha dorsal do pensamento político-liberal de Teófilo Ottoni⁷, que se caracterizou pela defesa da democracia, dos valores republicanos e da liberdade.

Em 1860, em campanha para retornar à Câmara dos Deputados, Teófilo Ottoni lançaria um documento importante, uma espécie de autobiografia: a *Circular aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no Quadriênio Atual e especialmente dirigida aos eleitores de Deputados pelo 2º Distrito Eleitoral de nossa Província para a Próxima Legislatura* – doravante designada como *Circular de 1860*. Como assinala Lynch, era comum, por ocasião das campanhas eleitorais no século XIX, que candidatos ao Parlamento do Império enviassem aos eleitores cartas ou circulares apresentando suas plataformas de ação parlamentar⁸. Entre os compromissos assumidos na *Circular* com os eleitores por Ottoni, estava o de implantar uma rede de transportes articulando caminhos de tropeiros existentes, estradas de ferro a serem construídas e a ampliação da navegação do Rio São Francisco e de seus afluentes, até então feita em dimensões acanhadas e rudimentares.

A *Circular de 1860* foi escrita em uma fase da vida pessoal de Ottoni em que ele reagia, politicamente, à intervenção e à encampação pelo go-

7 – CHAGAS, *op. cit.*, p. 65.

8 – OTTONI, Teófilo. *Circular aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais no Quadriênio Atual e especialmente dirigida aos eleitores de Deputados pelo 2º Distrito Eleitoral de nossa Província para a Próxima Legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Otaviano, rua da Quitanda, 55. Rio de Janeiro, 1860. Este documento pode também ser consultado em: OTTONI, Teófilo. *Circular aos Srs. Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais – 1860*. Prefácio de Basílio Magalhães. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVIII, 2ª parte, Imprensa Nacional, p. 200, 1916. É de suma importância como fonte e conhecimento da vida de Teófilo Ottoni. Uma excelente análise da *Circular* está em: LYNCH, Christian Edward Cyril. A Circular de Teófilo Ottoni: A democracia luzia da gravata lavada. In: *Revista Estudos Políticos*, v. 5, n. 2, p. 710-715, 2014. Sobre a citação acima, ver p. 410.

verno imperial da *Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri*⁹, por ele fundada no nordeste mineiro, em 1847. O fim da Companhia do Mucuri estava relacionado ao esgotamento do período conhecido como o da *Política da Conciliação* entre *Luzias e Saquaremas* (1853-1858), o qual fora marcado por um significativo desenvolvimento de atividades empresariais e financeiras. O início dos anos 1860 seria marcado por uma forte polarização política. Neste contexto, Ottoni alegava que a intervenção do gabinete conservador no seu empreendimento colonizador tinha caráter pessoal e de perseguição política. Para se defender, ele precisaria voltar à vida parlamentar, deixada em segundo plano, desde 1848. A história de vida, a ação política e as atividades de Teófilo Ottoni como empresário e desbravador no Vale do Mucuri vêm sendo descritas por seus biógrafos¹⁰, assim como analisadas em várias teses de doutorado e dissertações de mestrado apresentadas em importantes programas de pós-graduação do país. São, entretanto, escassos os estudos específicos sobre o amplo conhecimento geográfico de Teófilo Ottoni e sua contribuição à produção de dados e levantamentos cartográficos, estatísticas, informações demográficas, além de textos sobre economia, transportes terrestres, navegação fluvial e marítima e paisagens naturais do Brasil.

Os trabalhos de natureza espacial de Ottoni podem, portanto, ser incluídos na história da Geografia brasileira do século XIX. Cumpre observar que a Geografia brasileira acompanhava, naquele momento, o processo de institucionalização desse campo de conhecimento como saber científico, que ocorria na Europa e nos EUA¹¹. Além da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, em 1838, a importân-

9 – Doravante, denominada Companhia do Mucuri.

10 – Especialmente CHAGAS, *op. cit.* e OTTONI, Christiano. *Biografia de Teófilo Ottoni*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870.

11 – Sérgio Nunes Pereira assevera que [...] “A institucionalização efetiva da Geografia, na década de 1870, ocorreria antes mesmo de esta ter à mão novos paradigmas que lhe conferissem coerência e legitimidade científicas (tarefa a ser cumprida pelos formadores da nova disciplina, como Ratzel, Davis e Vidal)”. Enquanto tal empreitada não se completava, antigos modelos ainda em voga mantinham sua utilidade, imprimindo o tom do ensino e das publicações. PEREIRA, Sérgio N. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In: HAESBAERT, R. *et alii*. (Orgs.) *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 342.

cia da Geografia no país era atestada ainda por meio de sua instituição como disciplina escolar, a partir de sua inserção no currículo do Imperial Colégio Pedro II, fundado um ano antes. O primeiro *Atlas Geográfico do Brasil* seria, aliás, organizado pelo Senador maranhense Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), e editado, em 1868, pelo Colégio Pedro II¹².

Teófilo Ottoni pode ser considerado, sem maiores receios, como um geógrafo autodidata. Christiano Ottoni (1811-1896), oficial da Marinha e Engenheiro Militar, em sua *Biografia de Teófilo Ottoni*, salienta o conhecimento geográfico de seu irmão mais velho, com o seguinte registro: “Ninguém melhor, ninguém tanto como T. Ottoni conhecia a geografia física e política do interior do Brasil, os sistemas de cordilheiras, os vales dos grandes rios, a natureza das produções, a distribuição da população¹³”.

Entretanto, em tudo que Teófilo Ottoni escreveu sobre o assunto, não há, como já foi dito, registros de que ele tivesse se definido como um geógrafo. Nem seus biógrafos relatam manifestação sua nesse sentido. Contudo, apontaram o raciocínio espacial de Ottoni expresso nos seus discursos parlamentares e, em especial, no desbravamento do Vale do Mucuri. A propósito, vale lembrar que Ottoni fundou, em 07 de setembro de 1853, a primeira cidade projetada do Brasil: Filadélfia, como centro de seu projeto de colonização do Mucuri. Além disso: construiu mais de 150 km de estradas carroçáveis e logística necessária para armazenagem de

12 – Essa relação entre a produção de conhecimento geográfico e da institucionalização escolar estava, aliás, prevista nos objetivos da fundação do IHGB, conforme se lê, no art. 1º de seu Estatuto:

1º Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem.

2º Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.

3º Ramificar-se nas províncias do Império, para mais fácil desempenho dos fins a que se propunha.

4º Publicar a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

5º Promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que seu cofre proporcionar esta despesa.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Histórico/Objeto Social. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico/socios-fundadores.html>. Acesso em: 15.08.20.

13 – OTTONI, Christiano, *op. cit.*, p. 14.

insumos e de produção agrícola; fez estudos sobre a navegação no mesmo rio entre a Cachoeira de Santa Clara (na atual cidade de Nanuque) e a foz no litoral baiano (São José do Alegre, atual município de Mucuri); e difundiu informações sobre a diversidade e a necessidade de proteção das populações indígenas nativas do nordeste mineiro¹⁴.

O fato é que Ottoni parecia reconhecer o significado do conhecimento geográfico para um país tão vasto – e que poderia ter se desintegrado territorialmente no período das Regências. Talvez, por isso, tenha ingressado como sócio do IHGB (admitido em 24 de setembro de 1838), mesmo sem ser um Engenheiro Geógrafo. Cabe destacar que, à época, geógrafos e topógrafos eram diplomados e habilitados pelas academias militares, e Ottoni havia pedido baixa da Marinha antes de terminar sua formação como oficial, com a alegação de perseguição pessoal e política por parte do então Ministro da Guerra, General Joaquim de Oliveira Álvares (1776-1835). Na *Circular de 1860*, Ottoni expressou quão marcante fora para sua vida a saída precoce da carreira militar.

O caráter militar e de engenharia na formação de geógrafos no Brasil se manteria até a criação dos cursos universitários no século XX¹⁵. A Engenharia brasileira, aliás, traz ainda hoje a marca de sua relação original com o meio militar, afinal a conclusão dos cursos em instituições de ensino militares habilitava o formando à carreira como oficial e engenheiro militar, sendo a atuação estendida a campos civis da engenharia.

14 – OTTONI, Teófilo Benedito. *Notícia Sobre os Selvagens do Mucuri*. Organização: Regina Horta Duarte. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. A propósito, Weder da Silva informa que esse estudo foi realizado a pedido do médico, jornalista, romancista e professor de História e Geografia do Brasil no Colégio Pedro II, Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), secretário do IHGB, à época. SILVA, Weder F. da. *Colonização, política e negócios: Teófilo Benedito Ottoni e a trajetória da Companhia do Mucuri (1847-1863)*. Mariana [MG]: Universidade Federal de Ouro Preto, 2009, p. 80.

15 – A fundação dos primeiros cursos universitários de Geografia no Brasil ocorreria a partir da década de 1930, no Rio de Janeiro (Universidade do Distrito Federal, UDF) e em São Paulo (Universidade de São Paulo, USP). A esse respeito, ver: ARANHA, Patrícia. O IBGE e a consolidação da Geografia universitária brasileira. In: *Terra Brasilis – Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e de Geografia Histórica*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), n. 3, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/971?lang=en>. Acesso em: 29.08.20.

O crescimento da economia do país e as correspondentes demandas por infraestruturas diversas, ao longo do século XIX¹⁶, levariam, todavia, à separação das formações militar e de engenharia civil.

A presença de Teófilo Ottoni na Geografia brasileira do século XIX residiria, mais precisamente, em sua visão espacial pioneira sobre a integração do território do país, sobre sua economia e sobre sua população, além de um conhecimento prático adquirido sobre a Geografia Física de extensões dos sertões de Minas, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso, a partir de suas atividades como comerciante no porto do Rio de Janeiro que trabalhava também com transportes por tropas de burros.

Nos trabalhos a que tivemos acesso, verifica-se que, inicialmente, sua produção tinha como foco o território e as demandas políticas mineiras, com prioridade à integração entre as próprias regiões da província e, destas, com o litoral brasileiro em seus trechos fluminense, capixaba e baiano. Com relação à cidade do Rio de Janeiro, Ottoni, ao mesmo tempo que descrevia e enaltecia a posição política como capital do Império e ainda como maior cidade, porto e mercado do país, buscava alternativas para que os produtos exportados e importados por Minas Gerais tivessem outra alfândega que não a carioca. O ápice dessa fase inicial foi a colonização do Vale do Mucuri entre 1847 e 1860. Nesse sentido, seu projeto de colonização previa a construção de um porto na localidade baiana de Caravelas, a ser ligado por uma ferrovia à cidade de Araçuaí (MG), no Alto Jequitinhonha, passando por Filadélfia.

Após o fracasso da Companhia do Mucuri, e com os compromissos expressos e assumidos na *Circular de 1860*, Ottoni passaria a priorizar as perspectivas da integração das regiões que compõem o território brasileiro por vias continentais, articulando navegação fluvial a ferrovias.

16 – Acerca da Real Academia dos Guardas-Marinhas e de sua participação na evolução da Geografia e das Engenharias militar e civil, no Brasil do século XIX, ver: ALMEIDA, F. e ALVES, S. P. Academia Imperial Militar. Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/244-academia-imperial-militar>. Acesso em: 26.08.20.

Mudaria para a escala nacional, sem deixar a base mineira. O centro da articulação de uma nova rede de transportes buscaria valorizar a posição estratégica de Minas Gerais entre o Rio de Janeiro e as demais províncias do Império. A transferência da capital do Império do Rio de Janeiro para o interior também era por ele aventada e, para tanto, sugeria sua localização nas proximidades de Pirapora, em Minas Gerais, de onde se poderia navegar por mais de mil quilômetros pelo Rio São Francisco até Sobradinho, na Bahia.

Vale lembrar que Teófilo Ottoni nasceu, em 1807, na Vila do Príncipe, atual município do Serro, no Alto Jequitinhonha, região central de Minas. Sede da Comarca em que também estavam Diamantina e Minas Novas, à época¹⁷, o Serro formava com as mesmas os distritos eleitorais principais para Ottoni. Mudanças efetuadas na legislação eleitoral, em 1860, sob o patrocínio do gabinete chefiado pelo conservador Ângelo Muniz da Silva Ferraz (1812-1867), o Barão de Uruguaiana, porém, interferiram diretamente naqueles distritos.

Ferraz trabalhara então no Parlamento para alterar a legislação eleitoral, em vigência desde 1855, ao tempo de Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), o Marquês do Paraná, como Presidente do Conselho de Ministros. Em setembro de 1860, a nova lei eleitoral seria promulgada e modificaria a composição de distritos e o número de deputados gerais e provinciais eleitos por cada um deles, em todo o país¹⁸. Do modo como ficou a nova legislação, Teófilo Ottoni avaliou que não teria como se eleger deputado geral pelo Alto Jequitinhonha. Porém, ele precisava retomar a vida parlamentar, para reagir ao desgaste provocado pela encampação da Companhia do Mucuri. Contudo, calculava que teria viabilidade eleitoral, se fosse candidato por outro Distrito, qual seja, pelo 2º Distrito eleitoral

17 – Sobre a evolução da divisão do território mineiro em comarcas ao longo do século XIX, ver: COSTA, Hélio. Nota Histórica. *Jurisprudência Mineira*, Belo Horizonte, a. 61, n. 195, p. 13-20, out./dez. 2010.

18 – Sobre a alteração da legislação eleitoral, Minas Gerais, no século XIX, ver: FARRIA, Vanessa S. de. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil Império: Juiz de Fora, 1853-1889*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana (MG), 2017, 276 p.

mineiro, sediado em Sabará, no Vale do Rio das Velhas, afluente do São Francisco.

Nesse contexto, compreende-se a edição da *Circular de 1860*, com a assunção de novos compromissos, em relação aos que defendera até então para o Alto Jequitinhonha e para o Mucuri. Entre os compromissos, estava a valorização do potencial do Vale do Rio São Francisco como via de integração territorial, o que seria viabilizado pela chegada dos trilhos da EFDP II associada à navegação fluvial, conforme se lê, no seu texto:

[...] os eleitores podem melhor avaliar se o empresário da Companhia do Mucuri é um especulador ou um patriota. E até onde vai a magnitude dos sacrifícios a que se sujeitou para dar ao norte de Minas um porto de mar. Lá, no Serro, em Minas Novas, na Conceição e na Diamantina, minha candidatura estava apadrinhada pelas recordações do campanário. Mas o decreto n. 2.636, de 5 do mês corrente (setembro), reuniu Minas Novas e Serro com Diamantina, mutilou estes dois últimos distritos.

O 2º Distrito eleitoral de Minas tem necessidades especiais. Do lado do poente, o rio de S. Francisco está reclamando a navegação a vapor, que facilite o comércio das comarcas de Pitanguy e Sabará com as comarcas contíguas e com a província da Bahia. E, hoje, que a Estrada de Ferro de D. Pedro II passou do domínio das utopias para o dos fatos, hoje que todos os espíritos positivos já admitem que o cavalo dinâmico nestes três anos terá de desalterar-se nas águas do Paraíba, é tempo de investigar que partido tirar das incalculáveis riquezas do Vale do Rio São Francisco. O 2º Distrito eleitoral de Minas, alongando-se na linha leste-oeste da cachoeira das Escadinhas, no Rio Doce, até as contravertentes do Paranaíba, tem de ser envolvido em doce amplexo pelos dois braços que a razão indica para a Estrada de Ferro de D. Pedro II. [...] Portanto, se entenderdes que com as ideias que expendi, eu possa, na Câmara dos Deputados, ser de alguma utilidade à nossa pátria; E, se em vosso espírito ainda não está fixado irrevogavelmente o voto que tendes de levar às urnas: Aceitarei agradecido um lugar entre os mandatários do 2º Distrito eleitoral de Minas Gerais¹⁹.

19 – OTTONI, Teófilo B., *op.cit.*, p.158/160, 1860.

O Vale do São Francisco e a Recuperação por Minas Gerais da condição de “nó” do território brasileiro: a Geografia política de Teófilo Ottoni no *Correio Mercantil*

Entre a divulgação da *Circular de 1860* e a publicação do artigo no *Correio Mercantil*, em 1865, Ottoni seria eleito pelo Distrito de Sabará e exerceria o mandato de deputado geral entre 1861 e 1863. Neste mesmo ano, seria eleito senador do Império, sendo nomeado, em 1864, por D. Pedro II. Em 1865, com o início da guerra com o Paraguai, o caráter estratégico e geopolítico da EFDP II se tornaria ainda mais evidente e urgente para o país, provocando discussões e debates na imprensa, na sociedade e no Parlamento.

Com relação à EFDP II, é importante mencionar que a empresa foi fundada como concessão, pela Lei Imperial nº 641/1852, a um conjunto de grandes capitalistas, empresários e fazendeiros. Entretanto, o Tesouro Imperial era o maior acionista, o que lhe dava poder de intervenção na administração da companhia. Sendo uma concessão, a empresa recebia influências do que ocorria no Legislativo, afinal o sistema político era parlamentarista. Em razão disso, a expansão das linhas, ou seja, a construção de novos trechos dependia da análise e da aprovação do Parlamento. Tal realidade colocava interesses diversos em jogo, numa fase em que as relações entre liberais e conservadores não mais se pautavam pela *Política da Conciliação (1853-1858)*.

As disputas entre projetos de estradas carroçáveis, companhias de navegação e novas ferrovias ou ramais ferroviários, envolvendo grupos diferentes da nobreza e do empresariado, poderiam criar um sistema de transportes antieconômico e sem conexões. No caso das estradas de ferro, um dos efeitos da desconexão seria, por exemplo, o uso de diferentes bitolas e equipamentos de fornecedores de nacionalidades distintas. Por isso, era preciso que se concebessem regras gerais e que se esboçasse um plano nacional de viação. A propósito, em sua autobiografia, Christiano Ottoni, diretor e presidente da EFDP II entre 1855 e 1865, demonstrou em detalhes como isso era difícil, dados os interesses de quem estava na

arena da definição do trajeto da EFDP II²⁰. Por isso, o artigo de Teófilo Ottoni no *Correio Mercantil* buscava apresentar argumentos técnicos que embasassem decisões eficientes. É possível que essa dificuldade de conciliar interesses político-econômicos e disputas de bastidores, que poderiam paralisar ou atrasar as obras da expansão da ferrovia, tenha sido a causa da encampação da EFDP II, pelo imperador, em 10 de julho de 1865 – um mês apenas após a publicação do último capítulo do artigo de Teófilo Ottoni sobre o assunto no *Correio Mercantil*.

Nessa direção, Ottoni reconhecia que um dos objetivos da construção da EFDP II seria atuar como linha tronco para receber o movimento de cargas e de passageiros oriundos de futuras ferrovias tributárias, assim como da navegação fluvial e, mesmo, do transporte feito por tropas de burros. Se bem administrada, a empresa, certamente, seria muito forte. Um dos impactos previsíveis, porém, seriam os trens substituindo milhares de tropeiros, comerciantes, criadores de animais de carga, etc. Os trilhos tornariam antigos caminhos e picadas entre o interior e o litoral sem movimento ou de significado menor. Comarcas, cidades, freguesias e vilas, portos perderiam ou reduziriam suas centralidades econômicas, políticas e/ou eleitorais. Portanto, isso gerava resistências, conforme argumentava Ottoni:

[...] Os progressos, que tem alcançado o nosso país, lentos e acanhados como são, não comportam mais a continuação da besta de canga-lha no lugar que devem ocupar senão a locomotiva, ao menos o carro de estrada de rodagem ou *tramroad*²¹.

Um discurso voltado ao público mineiro também foi estruturado. Ottoni sustentava no artigo que o movimento econômico das novas ferrovias poderia reverter fluxos de populações mineiras que buscavam o Vale do Paraíba Fluminense, o norte de São Paulo ou a cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, Ottoni vislumbrava o surgimento de novas atividades e negócios aproveitando condições naturais, como as estâncias de fontes hidrominerais do sul da província, conforme se lê no trecho abaixo:

20 – OTTONI, Christiano B., *op. cit.*, p. 86, 2014.

21 – OTTONI, Teófilo B., *op. cit.*, nº 150, 1865.

[...] falo das fontes medicinais a que já me referi, e que existem nos municípios de Baependi, Campanha e Caldas, a saber: as do Picu, do Caxambu, Carmo, Contendas, Lambari e Caldas. Esta fonte do Caxambu foi este ano visitada e aproveitada por apenas 46 doentes [...]. Os doentes trouxeram consigo numeroso séquito e bagagens. Só um, cuja família, aliás, continha mais de cinco ou seis pessoas, trouxe ocupadas como cavalgadas e de cargas mais de 100 bestas, o que em grande parte se pode explicar pelo receio de falta de recursos aqui. E é, sem dúvida, por esse motivo que não vem usar destas águas milagrosas um número de doentes muito maior. Para não viajar a cavalo, e não conduzir pesadas bagagens muitas famílias preferem ir do Rio a Europa pedir socorro a fontes medicinais, que, talvez, não tenham tantas virtudes como as nossas, ao demais auxiliadas por este ameníssimo clima, que não tem igual no universo. Venha a estrada de ferro ao Picu, e então certos de que não distam do Rio de Janeiro mais de seis ou oito horas de viagem, a maior parte dos doentes que ora vão pedir saúde à Alemanha, apesar da distância e da aspereza do clima, virão a Minas refazer-se de forças. Muitos chefes de famílias adoentadas cuidarão de seus negócios durante a semana na praça do Rio de Janeiro, e ao sábado farão viagem pela estrada de ferro, e virão passar o domingo em Baependi em companhia dos seus doentes, certos de que assim não interrompem o curso ordinário dos seus negócios, porque na segunda-feira poderão, antes do meio-dia, acharem-se de volta nos seus escritórios [...] a viagem da Corte a Petrópolis [...] consome com bastante incômodo 3 horas e meia, e a estrada de ferro Pedro II não nos tomará mais do que 6 ou 7 horas divertidíssimas²².

Do ponto de vista econômico, os trilhos da EFDP II fortaleceriam também a posição da agricultura mineira com relação ao abastecimento de alimentos da cidade do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba. Seria também uma oportunidade para ampliar os cultivos de algodão e a produção de tecidos, já realizada, aliás, em âmbito familiar e em pequenas manufaturas, em Minas Gerais. Essas manufaturas de tecidos existiam, segundo o próprio Ottoni, desde o século anterior, mas teriam sido alvo da Coroa Portuguesa, sendo sua proibição um dos fatores que levaram à

22 – Na edição nº 150, dia 06/05/1865, Ottoni publicou no *Correio Mercantil* a parte do artigo que trata das *Águas Virtuosas*.

Inconfidência²³. A produção de tabaco e de cigarros também era feita em ambientes familiares²⁴. Com melhores transportes, Ottoni previa pioneiramente o fortalecimento em terras mineiras do que se define hoje como empreendedorismo.

Com as ferrovias e o aproveitamento de trechos navegáveis dos rios, a exemplo do São Francisco e do Grande, a economia mineira poderia interligar o seu próprio mercado provincial. Teria acesso ainda ao algodão dos sertões da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão. Do Rio Grande do Sul, viria a lã. E Minas poderia, com isso, tornar-se abastecedora dos mercados de tecidos de outras províncias do país.

Nessa parte do artigo, publicada na edição dos dias 29 e 30 de abril de 1865, o regionalismo ganhava o ar nacionalista ou patriótico do *Luzia* de 1842, em favor da manufatura têxtil brasileira:

É doloroso ver que Minas Novas e Pitangui mandem ao Rio de Janeiro vender algodão, que, exportado para a Inglaterra, com o ônus de 7% de direitos de exportação, além do frete, e convertido em tecidos nas manufaturas inglesas, e voltando ainda acrescido com o seu custo com o preço da mão de obra, frete de retorno, 25% de direitos de importa-

23 – OTTONI, Teófilo B., *op. cit.*, nº 150, 1865.

24 – Destaca-se que a produção de tecidos em Minas Gerais no século XVIII é uma comprovação da diversificação de atividades econômicas (comércio, manufaturas, agricultura e pecuária com fins comerciais e não apenas para subsistência) que a sociedade do ouro e das pedras preciosas desenvolveu, especialmente, em seu auge. A economia mineira, contudo, manteria muitas dessas atividades tanto voltadas a mercados locais/regionais quanto a segmentos voltados à exportação – e ainda ao abastecimento da cidade Rio de Janeiro. A trajetória de Teófilo Ottoni e sua defesa pela construção de caminhos, estradas e portos eficientes se inserem perfeitamente naquele contexto em que Minas Gerais acusou o golpe da retração da mineração, mas não teria se estagnado. A propósito, a estagnação ou decadentismo da economia mineira foi uma perspectiva sustentada por importantes autores no século XIX e em boa parte do século XX, a exemplo de Roberto Simonsen e Celso Furtado, conforme assevera Roberto Borges Martins. Contudo, nas últimas décadas do século XX, pesquisas e trabalhos acadêmicos novos passaram a defender que a economia de Minas no final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX demonstrava dinamismo e capacidade de crescimento. A esse respeito, ver: MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM/ ABPHE, 2018, 632 p.; e SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 18, n. 3, p. 449-495, set. dez. 1988.

ção, e mais 20% de carroto para o interior, tenha de ser vendido com lucro do negociante ao próprio agricultor que o plantou, beneficiou, colheu, descarçou, imprensou e exportou!! É sabido que em 1812 os fabricantes americanos se opunham à guerra chamada do entre curso, proclamando na imprensa e na tribuna, que as verdadeiras hostilidades contra a Inglaterra deviam ser de outra espécie que não pólvora e bala. [...] Convidados para se empenharem na luta contra ingleses, diz o Sr. Michel Chevalier que os Yankees responderam assim: ‘A melhor guerra que se pode fazer aos ingleses é aquela que atacar as fontes de sua prosperidade. Qual a maior riqueza da Grã-Bretanha? São as manufaturas. Entre as manufaturas inglesas quais são as mais produtivas? Incontestavelmente, as de algodão. Pois estabeleçamos nós também filatórios e teares, e seja esta a nossa guerra contra os ingleses’.

Em termos financeiros, para o Tesouro provincial mineiro nada melhor do que o governo central provendo recursos para a implantação de infraestrutura de transportes. Na década de 1950, aliás, o Presidente da República Juscelino Kubitschek (1902-1976), nascido também no Alto Jequitinhonha, em Diamantina, modernizaria boa parte da rede rodoviária do Estado de Minas Gerais. Com verbas da União, foram construídas, reformadas ou estendidas estradas de rodagem federais que cortam sertões mineiros, vindas de várias partes do país, com destino ao Planalto Central e à nova capital, Brasília. Tratava-se, assim, da implantação da estrutura territorial do projeto de substituição de importações, de formação de um mercado interno integrado pela estrutura de transportes, algo que Ottoni vislumbrara em 1865:

[...] o comércio interno vale mais. Nenhuma nação tem comércio externo tão gigantesco, como é o da Grã-Bretanha. No entanto, li no tratado ‘Força Comercial Grã-Bretanha’, escrito há mais de trinta anos por Charles Dupin, que o comércio interior da Inglaterra era então trinta e duas vezes maior do que seu comércio externo. E se em geral o comércio interno deve merecer mais atenção do que o externo, tal doutrina é especialmente verdadeira em um país que, como diz Saint Hilaire, tudo produz²⁵.

25 – *Ibid.*, nº 117.

Ou seja, Ottoni e Kubitschek, de certo modo, conceberam intervenções políticas e espaciais, a partir de meios tecnológicos disponíveis em seus tempos, visando recolocar Minas Gerais na condição de “nó” do território brasileiro numa perspectiva de viabilização do potencial do mercado interno. Ottoni, na primeira metade do século XIX, buscava um projeto que restituísse a incipiente condição de centro da Colônia exercida por Minas durante o apogeu da economia do ouro e das pedras preciosas dos séculos XVII e XVIII, conforme asseverou Darcy Ribeiro:

[...] O Rio de Janeiro nasce e cresce como porto das Minas. O Rio Grande do Sul e até a Argentina, provedores de mulas, se atam a Minas, bem como o patronato e boa parte da escravaria do Nordeste. Tudo isso fez de Minas o nó que atou o Brasil e fez dele uma coisa só²⁶.

A chegada da EFDP II a Minas, portanto, era fundamental não só para a integração econômica das regiões da província. Havia a questão da união das elites locais na política mineira, o que poderia trazer mais força diante do governo central e das elites de outras partes do país. Vale lembrar que a posterior fundação, em 1896, de Belo Horizonte teve como um de seus objetivos ser um marco espacial da união dos mineiros, nos primeiros anos da República, quando o Estado de São Paulo assumia posição de liderança na estrutura federativa.

Voltando mais precisamente à definição do trajeto da EFDP II para o Rio São Francisco, Ottoni apresentou três itinerários e referências de custos de construção, altitudes e distâncias, além de chamar atenção para os potenciais, em termos de movimento de cargas e passageiros e de cobrança de tributos. O desafio em termos de projeto de engenharia passava, em 1865, pela superação da Serra da Mantiqueira por uma de suas bocainas, que fosse menos íngreme e de menor altitude. Mas, qual? Depois de superada a Mantiqueira, seria preciso definir um ponto na planáltica região central de Minas Gerais, a partir do qual se faria o melhor acesso aos altos vales dos Rios Doce, Grande e São Francisco.

26 – RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.153.

A leitura do artigo de Ottoni informa que, em 1865, haveria três possibilidades de entrada no território mineiro, a partir de Barra do Piraí (RJ), localidade às margens do Paraíba do Sul. Os trilhos ali haviam chegado um ano antes, após terem superado a Serra do Mar no trecho entre os atuais municípios de Paracambi (RJ) e Mendes (RJ)²⁷.

Um desses trajetos buscava a Mantiqueira diretamente de Barra do Piraí pela localidade de Bom Jardim de Minas (MG), no alto da Mantiqueira, a cerca de 1.100m. de altitude. Não havia, ainda, interesses concorrentes consolidados a favor ou contra esse trajeto, o qual passaria por Conservatória (RJ), entraria em Minas Gerais por Santa Rita de Jacutinga (MG) e subiria a Mantiqueira pelo caminho do Boqueirão da Mina. O inconveniente desse caminho é que Bom Jardim de Minas está no alto vale do Rio Grande. Seria necessário definir por onde acessar as nascentes do Rio São Francisco, por qual divisor passar. Haveria duas variantes, de acordo com Ottoni, entre os Vales do São Francisco e do Rio Grande:

Ou se há de subir pelo Carandaí e, aproveitando a depressão da Lagoa Dourada, passar para o Paraopeba (afluente do São Francisco) nas pegadas dos Engenheiros da União Indústria; ou de São João Del

27 – A 1ª Seção da ferrovia foi construída entre a parte central do Rio de Janeiro e a localidade de Belém, atual município de Japeri (RJ), Baixada Fluminense, entre 1855 e 1858, por engenheiros britânicos. Foi uma obra de qualidade ruim. A 2ª Seção, de Japeri a Barra do Piraí, entre 1858 e 1864, superaria um desnível de 500 m de altitude num trecho rebaixado da Serra do Mar. Foi algo que muitos na Corte duvidavam ser tecnicamente viável para a Engenharia brasileira da época. O projeto, todavia, foi inovador diante dos gradientes fortes das escarpas e do desafio da drenagem das chuvas constantes e volumosas da Serra do Mar. Contou com a assessoria técnica e participação na execução de engenheiros norte-americanos, o que provocou reações em segmentos da nobreza brasileira ligados a interesses britânicos. Christiano Ottoni registrou em sua autobiografia que não foi pacífica a escolha de Barra do Piraí (RJ) como ponto de bifurcação no “barranco do Paraíba”. A influente família Teixeira Leite, do Barão de Vassouras, pretendia que, vencida a Serra do Mar, os trilhos se dirigissem diretamente para Vassouras (RJ). Mas, outra família também de poder, os Faro, do Barão do Rio Bonito, tinha interesses que a estrada se dirigisse à foz do Piraí, no limite do atual município de mesmo nome com o de Valença (RJ). A decisão ficou por conta da economia que o trecho por Barra do Piraí trazia de cerca de 60 contos de réis. Os trilhos passariam, contudo, pelo Distrito de Barão de Vassouras (RJ), ligando por um ramal de aproximadamente 7 km a EFDP II à sede do município de Vassouras. Barra do Piraí (RJ) tornou-se, desde então, a mais importante bifurcação ferroviária do país. A esse respeito, ver: OTTONI, Christiano B., *op. cit.*, 2014.

Rei, seguindo estradas de carro que há muitos anos servem ao comércio daquela cidade, e subindo pelo Rio da Glória, confluyente do Rio Grande, ao lado direito se passará pelas capelas de Santa Rita, Laje e Desterro, estando esta última já no Vale do Pará, grande confluyente do São Francisco, e se descerá por este até o ponto onde se começou a ser navegável, nas vizinhanças da cidade do Pitanguí (MG)²⁸.

Este caminho ferroviário não tinha problemas com interesses políticos nem concessões feitas pelas províncias fluminense e mineira. Mas, não foi o escolhido pelo governo imperial para o trajeto da EFDP II²⁹. Isso porque já se tinha definido que seria construído um novo trecho, denominado 3ª Seção, com 154 km à jusante de Barra do Piraí, com destino à localidade de Além Paraíba (MG)³⁰.

Contudo, levar os trilhos da EFDP II pela 3ª Seção significava entrar em concorrência com interesses de outros grupos de fazendeiros, cafeicultores, políticos e empresários que fundaram companhias ferroviárias no Vale do Paraíba, tanto do lado fluminense quanto do mineiro. No caso fluminense, havia a Estrada de Ferro Cantagalo, sociedade organizada, em 1857, pelo Visconde de Nova Friburgo, Bernardo Clemente Pinto Sobrinho (1835-1914). De concessão da província do Rio de Janeiro, seu trajeto ligou inicialmente o Porto das Caixas, atual município de Itaboraí (RJ), no fundo da Baía da Guanabara, a Nova Friburgo (RJ), superando a Serra do Mar, em 1873. No caso mineiro, em 1865, já se falava em concessão provincial para a implantação de trilhos de Além Paraíba

28 – OTTONI, Teófilo B., *op. cit.*, nº 122, 1865.

29 – Esse trajeto não seria deixado de lado na história das estradas de ferro brasileiras. Ao longo das décadas seguintes, empresas privadas foram organizadas e a construiriam. Posteriormente, essas empresas seriam encampadas pelo governo federal, em 1910, formando a Rede Sul Mineira. Em 1931, esta seria arrendada ao governo de Minas Gerais, incorporada à Rede Mineira de Viação. Esta, por sua vez, agregara, em 1928, a Estrada de Ferro Oeste de Minas, responsável pela construção do ramal entre Barra Mansa (RJ) e o porto de Angra dos Reis (RJ) – fundamental para a decisão locacional da administração de Getúlio Vargas (1930-1945) quanto ao ponto estratégico de implantação da Cia. Siderúrgica Nacional, ou seja, em Volta Redonda (RJ).

30 – Além Paraíba fica na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, em território mineiro. Na outra margem, fica a localidade de Porto Novo do Cunha, em território fluminense.

(MG) a Leopoldina (MG). Isso se concretizaria, em 1871, dando origem à Companhia Estrada de Ferro Leopoldina³¹.

Otoni registra em seu artigo que seria possível alcançar a região central de Minas por Além Paraíba. Ou seja, seria a segunda alternativa. O acesso se faria por um caminho que passa pela localidade de Mar de Espanha (MG). Dali, a superação da Mantiqueira se faria aproveitando os altos vales dos rios Pomba e Piranga, afluentes do Paraíba do Sul e do Doce, respectivamente. Após passar por esse trecho de altitudes superiores a 1.200 m, a ferrovia procuraria um ponto estratégico para bifurcação em direção aos altos vales dos Rios Grande e São Francisco, alcançando ainda a capital mineira, Ouro Preto.

Esse trajeto teria como ponto desfavorável o fato de Barra do Piraí ter altitude de 363 m, e Além Paraíba, por sua vez, 143 m. Ou seja, para subir os mais de 1.200 m de altitude naquele trecho da Mantiqueira, uma composição vinda do Rio de Janeiro desceria antes 220 m de Barra do Piraí a Além Paraíba. Como aspecto favorável, Otoni chamava a atenção para o potencial econômico da expansão da cafeeicultura na Zona da Mata mineira, mais precisamente no atual município de Leopoldina (MG), e ainda para a ligação ferroviária com a província do Espírito Santo. Mas, aí havia os interesses que levariam à fundação da Companhia Leopoldina, conforme falamos acima.

A terceira das alternativas seria escolhida ao final dos debates, sobre o assunto, no Parlamento do Império. Ocorre, porém, que era concorrente e em muitos trechos coincidente ao traçado da Estrada de Rodagem União-Indústria e ao Caminho Novo da Estrada Real. O trajeto partiria da estação de Entre Rios, atual município de Três Rios (RJ), a 67 km à jusante de Barra do Piraí, antes, portanto, de se chegar a Além Paraíba. A altitude de Três Rios é de 275 m. Dali seguia-se para Juiz de Fora (MG) e, então, para a Bocaina de João Ayres, no atual município de Antonio

31 – FINGER, Anna Eliza. *Um século de estradas de ferro* – Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília (Unb). Brasília, 2013, 466 p.

Carlos (MG), a 1.110 m de altitude, na Mantiqueira. Já no alto Serra da Mantiqueira, nas proximidades de Barbacena (MG), município cujas lideranças políticas eram muito influentes em Ouro Preto e na Corte, tinha-se acesso à Serra das Vertentes, descrita assim por Ottoni:

A Serra das Vertentes é um contraforte da Mantiqueira que, levantando-se perpendicularmente sobre esta cordilheira entre Barbacena e o Paraopeba, encaminha-se no rumo geral do poente e vai dividindo na província de Minas as águas do S. Francisco das do Rio Grande. A Serra das Vertentes com as suas vastas e numerosas explanadas está para com o Rio Grande e São Francisco como a grande bacia central dos Estados Unidos com o seu sistema de lagos que alimentam simultaneamente e em uma fonte comum o Mississipi e o São Lourenço. É certo que a bacia americana está a uma altura de menos de 200 metros sobre o nível do mar, e em todo terreno que circulam os seus dois poderosos tributários desde Nova Orleans até Québec, como observa o Sr. Chevalier, um só pico não reparte o solo entre as duas regiões. Ao contrário, o manancial dos nossos dois grandes rios mencionados a uma altura de mais de mil metros domina acidentemente repetidos, e consideráveis ondulações do terreno que põem em dificuldade a engenharia. No entanto, o curso das águas mais volumosas, com o sói acontecer, encaminha os instrumentos. Por onde passa um rio, passa uma estrada³².

Havia um empecilho, ou seja, a concorrência com a Estrada de Ferro Mauá e com a Cia. União e Indústria³³. Esta última companhia fora fundada no mesmo ano da criação da EFDPII, em 1852. Entre os seus objetivos estava, justamente, chegar ao São Francisco por estradas de rodagens. Assim como o liberal Ottoni no Mucuri, o conservador Mariano Procópio Ferreira Laje (1821-1872) teria como cláusulas do contrato de concessão a construção de moderna estrada de rodagem e proceder à colonização com imigrantes europeus entre os atuais municípios de Petrópolis (RJ) e Juiz de Fora (MG) – um trajeto de 140 km, aproximadamente. A via foi construída entre 1856 e 1861, sendo que, em virtude de problemas

32 – OTTONI, Teófilo B., *op. cit.*, n° 121, 1865.

33 – A respeito da Cia. União e Indústria, ver: ESTEVES, Albino. O Centenário de Mariano Procópio. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, v. 19, p. 127-141, 1921. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=646>. Acesso em 15.08.20.

financeiros, seria alvo da intervenção do governo imperial, já em 1864. A construção da 3ª Seção da EFDP II passaria a drenar o movimento, antes tributário, à companhia de Mariano Procópio e também à ferrovia de Mauá no trecho entre a Raiz da Serra e a Baía da Guanabara.

A solução foi política: a EFDP II seria encampada, em julho de 1865, e a alternativa de vencer a Mantiqueira pela Bocaina de João Ayres, de certa forma, se impôs. A União e Indústria seria também encampada, em 1869. Com isso, esboçava-se um incipiente processo de integração do arquipélago territorial brasileiro. Do Rio a Pirapora por trem³⁴ e, depois, viajando 239 léguas em vapores até Sobradinho (BA). Em Juazeiro (BA), também às margens do Velho Chico, no Sertão baiano, previa-se a chegada dos trilhos de duas outras ferrovias vindas de Recife (PE) e de Salvador (BA), cujas construções já tinham sido iniciadas à época. Assim, seria possível ligar, por terra, a capital do Império àqueles dois importantes centros de poder econômico e político do Nordeste brasileiro.

O acesso por trilhos, e ainda por navegação, significava a possibilidade de ligar por terra o Rio de Janeiro às províncias do Sul, do Centro, do Nordeste e do Norte do país, numa fase em que o Brasil entrara em guerra com o Paraguai (1865-1870), sem contar questões sobre a navegação internacional no Amazonas³⁵. Ademais, colocava no horizonte, mesmo que em futuro distante, também a efetivação da mencionada transferência da capital, do litoral para o interior. Ottoni fez essa proposição com o cuidado de marcar a centralidade do Rio de Janeiro naquele momento, afinal o potencial de intrigas na Corte era altíssimo. Escreve Ottoni:

[...] este magnífico porto do Rio de Janeiro é o mercado mais vasto. Na América Meridional, com sua vantajosa situação, com as correntes de comércio interprovincial que nele convergem, com a sua população

34 – Os trilhos da Central do Brasil chegariam a Sabará, no Rio das Velhas, em 1890. Em Pirapora, apenas, em 1910.

35 – O governo imperial, em 1866 e 1867, pelos decretos 3.749, de 07 de dezembro de 1866 e 3.920, de 31 de julho de 1867, respectivamente, tornou livre à todas as nações a navegação dos rios Amazonas até Tabatinga; do Tocantins até Cameté, bem como do Tapajós até Santarém e do Madeira até a Vila do Borba. Da mesma forma, a navegação do Rio Madeira até o porto de Santo Antônio foi também aberta aos barcos estrangeiros por decreto imperial de 1873.

maior de 400.000 almas, com a sua proeminência de grande empório deste continente, logo que, por uma estrada de ferro contínua ou intermediada pela navegação a vapor dos rios interiores, se lhe aproximem essas morigeradas populações de Minas Gerais, que herdaram de seus maiores os hábitos de trabalho e economia, há de operar ao futuro político, industrial do Brasil uma transformação maravilhosa³⁶.

Otoni previa ainda a implantação de ramais ferroviários e/ou o aproveitamento do potencial de navegação de rios com nascentes que têm divisores com o Velho Chico, a exemplo do Tocantins. Com isso, se teria acesso às províncias do Centro e do Norte do país, a exemplo de Goiás, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. Ou seja, pelo continente, o Rio de Janeiro teria também acesso a Belém do Pará, ou seja, da Guanabara à foz do Amazonas.

No artigo de Otoni, há uma descrição ufanista do potencial dos produtos do São Francisco, como sal, couros, charque, peixe seco e o algodão nativo, sem contar a riqueza mineral como o garimpo de diamantes no interior da Bahia. Mas, o que mais chama a atenção é a sua perspectiva diante da população sertaneja, no contexto de sua integração a um potencial futuro mercado de trabalho de escala nacional:

A população do Rio São Francisco podia viver com seus próprios recursos, no todo independente do estrangeiro. Hoje, exportando somente algum gado, couros, salitre, ouro, pedras preciosas, excepcionalmente algum algodão, mal tem pelo isolamento em que existe por falta de vias de comunicação, com que pagar o retorno de sua pequena importação. Tem se gasto rios de dinheiro para importar colonos europeus cuja passagem e estabelecimento no país custam mais de 200\$000 réis por cabeça. E temos um milhão de colonos abandonados às margens do São Francisco, e que só pedem que transportemos para os mercados de beira-mar os frutos com que a natureza ali retribui literalmente o trabalho do homem. Um milhão de sertanejos do Rio São Francisco estaria contribuindo para a riqueza pública muito mais vantajosamente do que os colonos europeus, logo que se empregasse em trilhos com direção ao grande rio 20.000 ou 30.000 contos de réis. Alguns aconselham que se procure atrair para a Corte esta população

36 – OTTONI, Teófilo B., *op. cit.*, nº 119, 1865.

inútil que vegeta no interior, mas o sertanejo que tem forte a família, plantando algumas covas de mandioca e uma touceira de cana à beira do rio, onde o surubim ou o dourado está no curral cevado perpetuamente e acode ao anzolinho na maior sofreguidão, não se desloca facilmente do Eldorado em que vive³⁷.

Não há, contudo, como não considerar curioso que seria fundamentalmente uma mão de obra de sertanejos a legião de candangos que viabilizaram a construção de Brasília (DF) e das rodovias por Juscelino Kubitschek rumo ao Centro-Oeste e à Amazônia, concretizando, de certa forma, décadas depois, o projeto de Geografia Política de Teófilo Ottoni, o qual visava, pela expansão EFDP II ao Grande e ao São Francisco, fazer permanecer em Minas o “nó que atou o Brasil”.

Considerações finais

A Geografia brasileira do século XIX teve em Teófilo Ottoni um de seus grandes produtores de conhecimento geográfico sobre o território, sobre a população e o desenvolvimento e a integração do país. Como já antes referido, embora ele nunca tenha se apresentado como geógrafo – afinal, sequer concluiu a formação militar-naval e de Engenharia – seu conhecimento, contudo, estava associado à condição de uma pessoa de seu tempo, com as limitações da cultura política, com os traços de uma sociedade escravista e hierarquizada. Pelo que produziu, ele pode, contudo, ser considerado geógrafo autodidata brasileiro do século XIX.

Sua influência no imaginário político das gerações mineiras posteriores foi inegável. Sua trajetória política e seu conhecimento do território nacional permitiram-lhe propor incipientes bases de uma Geografia Política de integração nacional e de formação de um mercado interno no século XIX, buscando manter Minas no centro da política brasileira.

Teófilo Ottoni, mais do que descrever brilhantemente vastidões dos sertões do Brasil, contribuiu para a produção de lugares pelos quais a vida de muitas pessoas fluiu, flui e fluirá.

37 – *Ibid.*

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em fevereiro de 2021.

O DIREITO ADMINISTRATIVO E A EXPANSÃO DO ESTADO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: NOTAS PRELIMINARES A UMA HISTÓRIA DA DOUTRINA ADMINISTRATIVISTA NO BRASIL¹

THE GROWTH OF STATE INTERVENTION IN THE FIRST REPUBLIC AND ADMINISTRATIVE LAW LITERATURE: SOME PRELIMINARY NOTES ON THE HISTORY OF BRAZILIAN ADMINISTRATIVE LAW

AIRTON CERQUEIRA-LEITE SEELAENDER²

Resumo:

Mesmo no campo ainda pouco consolidado do Direito Administrativo, não faltaram juristas, na Primeira República, preocupados com a crescente intervenção estatal. Concentrando-se de início em algumas áreas específicas, como a saúde pública e a gestão urbana, a ação administrativa intensificou-se e ganhou, por vezes, novas feições e canais. Tão óbvias após 1930, as tensões daí geradas já se refletiam anteriormente no meio jurídico: isso se evidenciava não só em discursos e processos, mas também na própria doutrina juspublicista. Não obstante, alguns eventos e fenômenos – a Revolta da Vacina, o relativo êxito da “ditadura sanitária” e sobretudo a crescente centralidade da “Questão Social” após 1917-1918 – parecem ter levado nossos teóricos do Direito Administrativo a uma postura mais aberta face à intervenção estatal.

Palavras-chave: Intervenção estatal; Vacinação compulsória; Urbanismo segregador; Viveiros de Castro; Aarão Reis; Direito Administrativo brasileiro.


Abstract:

During the First Republic (1889-1930) and in the following years, some Brazilian legal thinkers saw state intervention as a serious risk to constitutional liberties. Initially affecting fields such as public health and urban planning, new (or just harsher) state measures were then expanding administrative action, challenging liberal orthodoxy and causing jurists to angrily react by means of lawsuits, public speeches and critical public law books. Nevertheless, new facts such as the “Vaccine Revolt”, the positive results of the so-called “sanitary dictatorship” and, particularly, the development of new attitudes towards the “Social Question” after 1917/1918 apparently led the Brazilian Administrative Law literature to become more open to state intervention as a whole.

Keywords: state intervention; compulsory vaccination; segregating urban planning; Viveiros de Castro; Aarão Reis; Brazilian administrative law.

1. Efeito colateral do advento do constitucionalismo e da cisão por este gerada no *ius publicum* do Antigo Regime, o Direito Administrativo do século XIX construiu-se sobre um amontoado um tanto desconexo

1 – Apresentando dados oriundos de pesquisa apoiada pelo CNPq, o trabalho também retoma questões levantadas em anteriores palestras ao IBHD e à Rede de História do Direito.

2 – Professor de História do Direito e Direito Público da UNB. Bolsista do CNPQ. E-mail 1793.See@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0003-4597-4960>.

de sobras daquele vasto campo jurídico³. Como objeto de estudo, não parecia ter, então, nem o charme engajado nem a relevância política de seu primo militante – o Direito Constitucional⁴. Nem de longe gozava, tampouco, do prestígio intelectual dos ramos mais sofisticados da ciência jurídica da época, como a História do Direito e o Direito Civil. Virar professor de Direito Administrativo podia ser um deprimente prêmio de consolação para jovens juristas brilhantes, com formação em áreas menos chiffrins. E, não raro, foram justamente estes pés-frios que acabaram desenvolvendo mais a área – que extraordinárias limonadas não fizeram Hauriou e Duguit dos secos e azedos limões de seus inícios de carreira!⁵.

Muito embora ainda sobrassem, no Ocidente, várias cabeças governamentais “guiando a mão invisível” na suposta *Era do Laissez-Faire*⁶, tanto

3 – Para uma descrição do *ius publicum* dos séculos XVII e XVIII, cf., e.g., MESTRE, J. L. *Introduction historique au droit administratif français*. Paris: PUF, 1985; SEELAENDER, Airton C. L. O contexto do texto. In: *Sequência*. Florianópolis, n. 55, p. 253-286, dez. 2007 e – com numerosas traduções – STOLLEIS, Michael. *Geschichte des Öffentlichen Rechts in Deutschland*. München: Beck, 1988, v.1.

4 – Na França, o peso político do curso de Direito Constitucional era claramente notado e gerava preocupações: à queda de Carlos X seguiu-se, na Universidade de Paris, a instituição da cátedra, que o regime autoritário de Luís Napoleão se preocuparia, em 1852, em suprimir (cf. LEGENDRE, Pierre. *Trésor historique de l'État en France*. Paris: Fayard, 1992, p. 29, e HOLTHÖFER, E. Rossi. Pellegrino. In: STOLLEIS, M. (Org.) *Juristen*. München: Beck, 2001, p. 540-2). Já o Direito Administrativo, com pontuais exceções antes de Laferrière, tendia a ser uma matéria de mediocres presos a um descritivismo conformista – como Tocqueville, com toda a sua polidez, teve a coragem de insinuar (cf. TOCQUEVILLE, Alexis de. *Rapport fait à l'Académie des Sciences Morales et Politiques sur le livre de M. Macarel*. In: *Oeuvres complètes d'Alexis de Tocqueville*. Paris: M. Lévy, 1866, T. IX, p. 60-75).

5 – Sobre o “lugar marginal” do Direito Administrativo “como saber jurídico”, o desprestígio da cátedra e sua condição de prêmio de consolação até as décadas finais do século XIX, cf. a útil síntese de RICHARD, Guillaume. *Le droit administratif dans les réformes de l'enseignement du droit à la fin du XIXe siècle*. *Congrès AFSP 2011*. Strasbourg, p. f1-11, esp. p. 2 e 10, 2011. Para uma breve descrição da carreira de Hauriou e Duguit, cf. MOTTE, O. Duguit, Léon, e MOTTE, O. Hauriou, Maurice. In: STOLLEIS, M. (Org.) *Juristen...*, p. 187-8 e 283-4, e RIVERO, Jean. *Curso de direito administrativo comparado*. São Paulo: RT, 2004, p. 121. Para uma boa análise geral da história do direito administrativo europeu no século XIX, cf. – além de Stolleis e das coletâneas de Heyen – MANNORI, Luca e SORDI, Bernardo. *Storia del diritto amministrativo*. Milano: Laterza, 2006.

6 – Como observou HESPANHA, António. *Guiando a mão invisível*. Coimbra: Almedina, 2004. Destroçando o tosco mito de um *laissez-faire* quase consensual, cf. também

o peso do discurso liberal quanto o volume de atividade estatal seguiram possibilitando, durante todo o século XIX, que o Direito Administrativo permanecesse à margem do palco. Tal fenômeno era particularmente viável em países como os Estados Unidos⁷, onde era comum conceber a contenção da interferência pública como o caminho natural da defesa da liberdade humana. Se era mesmo possível que um cidadão comum, em 1849, só encontrasse “esse governo americano [...] uma vez por ano [...] na pessoa do coletor de impostos⁸”, como então estranhar, em Thoreau, que radicalizasse aquele desconforto com a ingerência estatal já observado no passado recente da Nova Inglaterra? Nela, um pequeno fazendeiro contemporâneo de Jefferson pouco ou nada dependia do Estado, em sua vida diária: se precisava de água, tirava-a de seu poço; se precisava de transporte, pegava seu cavalo; se precisava de calor, coletava lenha – ou mandava alguém fazê-lo⁹.

VON MOHL, Robert. *Die Polizei-Wissenschaft nach den Grundsätzen des Rechtsstaaten*. 3. ed. Tübingen: Laupp, 1866, p. 5, n. 1.

7 – Asseverando que “o desenvolvimento de um distinto ramo do direito” já estaria então “em curso”, foi só na década de 1920 que Landis e Frankfurter ousaram anunciar a boa nova: o “Direito Administrativo” havia, enfim, deixado de ser a descrição de um objeto exótico (FRANKFURTER, Felix; LANDIS, James. *The Business of the Supreme Court*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007, p.184). Vestígios de certa dificuldade de assimilar a própria ideia de direito administrativo ainda viriam à tona, nos Anos 30, na polêmica entre Landis e Roscoe Pound (cf. HORWITZ, Morton. *The Transformation of American Law 1870-1960*. New York: Oxford University Press, 1992, p. 221).

Posto que capaz de gerar ecos tão tardios, o *desprestígio oitocentista da reflexão jurídica sobre a atividade administrativa* não varreu dos EUA todas as práticas de “police power” herdadas do passado. Por sinal, nas últimas décadas do século XIX a atuação pública passaria mesmo a fluir, nesse país, por canais novos ou alargados, sobretudo naquelas áreas da vida coletiva mais afetadas pela maré higienista, pelos oligopólios e pelos projetos moralistas de disciplinamento social (cf. SKOWRONEK, Stephen. *Building a New American State*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1997; NOVAK, William. *The People's Welfare*. Chapel Hill, London: University of North Carolina Press, 1996, e WIEBE, Robert. *The Search for Order*. New York: Hill and Wang, 1999, esp. p. 164ss).

8 – THOREAU, Henry. *Civil Disobedience and Other Essays*. New York: Dover, 1993, p.7.

9 – Em uma fazenda escravista da Virgínia ou da Geórgia o problema poderia parecer mais complexo. É importante perceber, contudo, que o discurso jurídico e político das elites sulistas, mantendo a estrutura básica de argumentação liberal, tendia a apresentar o senhor de escravos como um *indivíduo-padrão livre e igual aos demais*, logo digno, como cidadão concreto, de ser protegido contra toda *opressão estatal*. Neste conceito se enquadraria toda e qualquer abolição imposta pela União Federal, ao arripio do “modo de

Talvez já um tanto idealizada nessa época, essa condição de relativa autonomia individual viria na prática a desmoronar – como frisaram Jaspers e Forsthoff – no mundo gerado pela Revolução Industrial¹⁰. Isso não ocorreu só porque – em diversos países desde o século XIX – o Estado se ampliou e ramificou consideravelmente, para proteger a economia interna, regular seu funcionamento, administrar a luta de classes e exercer controle social. Isso se deu, também, em virtude do próprio fenômeno da urbanização, que deixou o indivíduo numa situação de profunda fragilidade e dependência em relação ao Estado e às empresas fornecedoras de água, iluminação, energia, transporte e comunicação.

Demandando uma enorme massa de novas normas, todas essas mudanças da vida social impulsionaram uma refuncionalização e uma expansão do Direito Administrativo vigente, alterando-o para servir a um Estado Interventor cada vez mais presente e visível¹¹. Não por acaso,

viver do Sul”, da “maioria concorrente” (*sic*) neste produzida, da autonomia estadual, dos direitos adquiridos de propriedade, da cláusula do “due process” etc. (cf., e.g., tanto as alegações de CALHOUN, John C. *A Disquisition on Government and Selections from the Discourse*. Indianapolis: Hackett, 1995, quanto as teses – em última análise favoráveis à elite escravocrata do Sul – acolhidas pela Suprema Corte em *Dred Scott v. Sandford*. In: UROFSKY, M.; FINKELMAN, Paul (Org.). *Documents of American Constitutional and Legal History*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2008, p. 399-409).

10 – A incorporação do diagnóstico de Jaspers e a reflexão fundamental sobre seus impactos para o direito público devem-se a Ernst Forsthoff e à sua “Teoria do *Daseinsvorsorge*” (*Die Verwaltung als Leistungsträger*, 1938). Sobre o tema, cf. HERRMANN, F. Forsthoff, Ernst. In: STOLLEIS, M. (Org.) *Juristen*. München, 2001, p. 219-220; STOLLEIS, M. *Geschichte des Öffentlichen Rechts in Deutschland. Weimarer Republik und Nationalsozialismus*. München: Beck, 2002; STOLLEIS, M. *Recht im Unrecht*. Frankfurt, 1994, p. 367, 160-1, 175 e 188; STOLLEIS, M. *Verwaltungsrechtswissenschaft in der Bundesrepublik...*, p. 235-6; RONELLENFITSCH, Michael. *Daseinsvorsorge als Rechtsbegriff*. In: BLÜMEL, W. (Org.) *Ernst Forsthoff*. Berlin: Duncker & Humblot, 2003, p. 53-114.

Tal situação não se confunde, mas sem dúvida se conecta, com o problema – com clássica análise em Marx – do brusco reduzir, na transição para o sistema fabril mais moderno, das margens de autonomia dos antigos artesãos.

11 – O fenômeno também teve impacto considerável em outras áreas do direito, havendo vasta literatura a respeito – no Brasil, além dos estudos histórico-jurídicos de A. Venâncio e G. Bercovici, o pesquisador não teria como ignorar, aqui, os escritos de Francisco Campos, Oliveira Vianna, Hermes Lima, V. N. Leal, S. Dantas e Orlando Gomes. Sobre os efeitos no campo do direito administrativo, a melhor síntese segue sendo a de STOLLEIS, M. *Die Entstehung des Interventionsstaates*. In: STOLLEIS, M. *Konstitution und*

ao lado da ampliação da burocracia, da ascensão dos *técnicos* nas instituições públicas¹², do fortalecimento do Executivo e da centralização política, o avolumar de dispositivos de Direito Administrativo e o florescer de seu estudo doutrinário constituem, até hoje, típicos indícios de crescimento da intervenção estatal. Quanto mais o direito administrativo impacta na sociedade e afeta patrimônios e negócios, mais se tende a estimular o debate doutrinário e jurisprudencial sobre a atuação do Estado e seus limites.

Essas considerações iniciais refletem visões mais ou menos consolidadas sobre a história do direito público nos países ocidentais mais desenvolvidos. Aplicar-se-iam também ao caso brasileiro? Em que medida se teriam verificado ou não, por aqui, padrões assemelhados de resistência à expansão da atividade estatal? Ou análogas tensões, dentro da literatura juspublicista, entre o intervencionismo e inclinações liberais em certo grau estimuladas pelo ensino jurídico e pelo texto constitucional?

Nossa proposta aqui é verificar – a partir de alguns exemplos – como o debate jurídico da Primeira República veio a abordar certos aspectos da intervenção estatal e a refletir as tensões decorrentes de tal fenômeno. Isso demanda, em primeiro lugar, contestar certos marcos temporais usualmente fixados pelos estudiosos de nosso Direito Público e mesmo por alguns historiadores. Exige, além disso, certo recorte de autores¹³ e temas. E nos convida, de certo modo, a tentar compreender não só o “discurso

Intervention. Frankfurt: Suhrkamp, 2001, p. 253-282.

12 – Embora com precedentes no Império, tal tendência ganha vulto entre nós, na Primeira República, com a *ascensão dos engenheiros* – tema que não se confunde, ainda que guarde relação, com o fenômeno mais antigo e amplo da *ascensão dos bacharéis* (sobre esta, cf. as clássicas intuições de FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, p. 573ss, e *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.157 e 502-3). Para exemplos de exaltação do engenheiro nacional, comparando-o direta ou indiretamente aos advogados e médicos, cf. REIS, Aarão. *Direito administrativo brasileiro – com aplicação especial à engenharia (sic)*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics Villas-Boas, 1923, p. 410 e 560. Destacando o protagonismo dos engenheiros nas novas atividades e serviços públicos, REIS, A., *op.cit.*, p. 565. Para uma boa análise do tema, COELHO, Edmundo Campos; *As profissões imperiais*. São Paulo: Record, 1999, p. 213ss.

13 – Não aprofundaremos aqui, e.g., a análise de Alberto Torres, autor sobre o qual já produzimos extenso estudo específico.

vencedor”, imposto como ortodoxia interpretativa após os Anos 30 – mas também as angústias dos que optaram por remar contra as fortes correntes que começavam a surgir, então, a partir das primeiras ilhas de intervenção republicano.

Em tal empreitada, não nos caberá exaltar tais autores como “nobres predecessores” de quem quer que seja. Mas tampouco os descreveremos, caricaturalmente, como uma horda de sonâmbulos – ou como um patético coro de insensatos sermonistas, que delirando veriam, no fluir esperado dos rios, o afogamento geral em sombrios abismos oceânicos.

2. Como já alertávamos em 2005 em conferência no IBHD, se há algo que não falte ao Brasil, isso são autodeclarados *pais* ou *pioneiros* da ciência do Direito Administrativo. Tivemos pelo menos três candidatos a tal posição: o Visconde de Uruguai, no terceiro quartel do século XIX; Viveiros de Castro, no início do século XX; e Themistocles Cavalcanti, décadas depois¹⁴. Discutir qual deles tinha razão, aqui, importa pouco. Mas o simples fato de que tanta gente tenha reivindicado o mesmo título

14 – Mal ocultando seu desdém pelas preexistentes obras de Pereira do Rego e Veiga Cabral, o Visconde de Uruguai (1807-1866) apresentava-se como o primeiro autor brasileiro que teria combinado com um profundo conhecimento da doutrina administrativista estrangeira a experiência do homem de Estado e a capacidade de encontrar, classificar e analisar a legislação administrativa especificamente nacional (SOUSA, P.J.S., Visconde de Uruguai. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: 1960, p. 7-10, 13 e 447).

No princípio do século XX seria Viveiros de Castro (1867-1927) quem se descreveria como o pioneiro nacional da ciência do Direito Administrativo (VIVEIROS DE CASTRO, Augusto Olympio. *Tratado de ciencia da administração e direito administrativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: J. dos Santos, 1914, p. XIX). Dando a impressão de negar real relevância às obras anteriores à de Uruguai, advertia que o *Ensaio* deste pertencia, contudo, de certo modo mais ao campo do Direito Constitucional do que ao do Direito Administrativo (VIVEIROS DE CASTRO, A. O., *op. cit.*, p. XIV).

Nenhuma dessas autodeclarações impediria a posterior, feita por Themistocles Cavalcanti (1899-1980) no contexto já menos controlável de uma entrevista semiconfessional: “Não existe Direito Administrativo no Brasil. Então, eu planejei o Direito Administrativo de 30, o novo Direito Administrativo” (cf. a entrevista transcrita em MESURINI, M. *O Estado Interventor no Brasil [...] Themistocles Cavalcanti e sua contribuição doutrinária*. Tese – UFSC, 2016, p. 324).

exclusivo sem gerar maior escândalo já parece evidenciar, indiretamente, o subdesenvolvimento da área em um período bastante largo¹⁵.

Vários fatores desestimulavam, entre nós, o fortalecimento desse ramo jurídico, no que tange tanto à quantidade da literatura produzida quanto ao seu nível interno de exigência, em sofisticação, complexidade e limpidez conceitual. Por muito tempo, o volume das medidas concretas oriundas de uma estrutura estatal raquítica e pouco capilarizada¹⁶ não se mostrou suficiente para criar um amplo mercado específico para advogados especializados¹⁷. Mais do que gerenciado por administradores *stricto sensu* em burocracias ministeriais, o Império tinha de usar juízes para atar os ossos de seu extenso esqueleto¹⁸ – o que também indicava, aliás, cer-

15 – Reconhecer esse desenvolvimento limitado não implica atribuir ao direito administrativo o caráter de “espécie invasora”, como sugere – em texto bem mais sério do que seu bombástico título – Walter Guandalini (GUANDALINI JR., W. Espécie invasora. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, v. 268, p. 213-247, jan./abril 2015). Visto a maior distância e na metragem dos séculos, o direito luso-brasileiro compartilhou por muito tempo textos de referência do *ius publicum* da França e de outras partes do continente europeu, o que facilitou a recepção da doutrina juspublicista estrangeira também durante a crise do Antigo Regime e nas décadas posteriores. Como ocorria em Portugal, no Brasil o meio jurídico letrado já demonstrava em certa medida, no século XIX, uma capacidade “local” de buscar, reler, digerir, usar seletivamente e aplicar à sua maneira a literatura francesa de Direito Público.

16 – Lastreável em comparações com a situação brasileira pós-1930 ou com as estruturas administrativas de diversos estados europeus no século XIX, tal adjetivação teria de ser revista, porém, se usássemos como padrão de referência o nosso período colonial ou mesmo o Antigo Regime lusitano.

17 – cf. SEELAENDER, Airtón C. L. Francisco Campos (1891-1968) – uma releitura. In: FONSECA, R. (Org.). *As formas do direito*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 491-526, p. 502.

18 – Da vasta literatura a respeito vejam-se, e.g., FLORY, T. *El juez de paz y el Jurado en el Brasil imperial*. Mexico: Fondo de C. Económica, 1986; CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006; e – destacando a tensão com os poderes locais – KOERNER, Andrei. *Judiciário e cidadania*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 39ss e 50ss.

Sobre o longo e tumultuado processo de separação entre Justiça e Administração já dispomos, além de vasta bibliografia estrangeira, de extensos estudos específicos para a história das nossas instituições (cf., entre outros, SEELAENDER, A.C.L. *Polizei, Ökonomie und Gesetzgebungslehre*. Frankfurt/M.: V. Klostermann, 2003, e – absolutamente essencial e incontornável – WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2004). Para a análise do fenômeno em períodos mais circunscritos do século XIX, cf. também, entre outros NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá a mercê*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997; LOPES, José R. de L. *História da Justiça e do processo no Brasil do século XIX*. Curitiba: Juruá, 2017, e

ta dificuldade de fazer a passagem de um *Estado Jurisdicional* para um *Estado Administrativo*¹⁹; Tratava-se de uma sociedade em que se arrastariam ainda, por mais de um século, os processos de “estatização da advocacia pública” e de profissionalização do serviço público como um todo²⁰.

Na Primeira República (1889-1930), o empreguismo dos antigos partidos de âmbito nacional foi sucedido, em grande parte, pelo das agremiações estaduais – com óbvios reflexos no campo federal. Como veremos, tampouco faltava, à época, quem enxergasse no expandir e no modernizar da Administração Pública uma anomalia, como se o país estivesse submergindo em um Despotismo Oriental²¹. Mesmo bem mais tarde, quando se implementou uma ampla reorganização do serviço público federal inspirada em padrões mais modernos²², um jurista e historiador brasileiro não hesitaria em comparar as novas normas reguladoras da Administração às tendências standardizadoras de uma “bolchevização” no estilo “leninista²³”.

Soando-nos hoje como despropósitos ou apelativos exageros retóricos, associações desse gênero não foram incomuns nem nos Anos 30 nem na Primeira República. Nesta, as emergentes “ilhas de intervenção” não apenas esvaziavam uma Separação de Poderes na prática já um tanto

CARVALHO, J. M., *op.cit.*

19 – Estamos utilizando, aqui, *tipos ideais* hoje correntes na Teoria do Estado. Ninguém está afirmando, pois, que desapareça a jurisdição quando o Estado, concentrando-se cada vez mais em atividades administrativas, passe por profundas transformações funcionais e estruturais.

20 – Sobre a lenta progressão – mesmo após o surgimento do DASP – do percentual dos “servidores de carreira” concursados dentro da administração federal, cf. LAFER, Celso. *JK e o programa de metas*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 70ss.

21 – Para um exemplo do uso local desse secular *tópos* do pensamento político europeu, cf. VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado...*, p. 864.

22 – Sobre a influência dos EUA de Roosevelt na criação do DASP nos Anos 30, cf., entre outros, LAUERHASS JR., L. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1986, p. 144-5. É notória, porém, a influência de modelos europeus na modernização da Administração Federal americana, pelo menos desde os debates que dariam lastro ao “Pendleton Civil Service Act” de 1883.

23 – “Para definir o estatismo a que se reduz a bolchevização tcheca, lembrei-me do DASP, se o autorizassem a uniformizar o mercado, [...] em nome do proletariado... leninista” (CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 420).

tropega, fortalecendo o Executivo à expensa dos tribunais e parlamentares – colidindo com interesses de vários segmentos sociais, podiam pôr em xeque hábitos populares e negócios lucrativos, afetando direitos que tinham um papel central na ordem jurídica da época, tais como o de propriedade e o de livre contrato. Dentro desse quadro, uma atuação estatal muito expandida ou concentradamente intensificada acoplava-se só com muita dificuldade ao pensamento jurídico herdado do século XIX – mesmo quando embalada em velhos institutos e terminologias, acabava parecendo a muitos um fator de desarranjo ou um cavalo de Tróia nas entranhas do sistema jurídico.

Ainda que a matéria “Direito Administrativo” tenha sido introduzida no país em 1854²⁴, o fato é que – até a Reforma Francisco Campos (1931) e mesmo depois dela²⁵ – os bacharéis brasileiros seguiram sendo bem menos treinados a lidar com os novos desafios da administração pública do que com um direito civil atado à liberdade de contrato e ao direito de propriedade. Para certa sacralização deste, contribuía não só as remissões a uma antiquíssima propriedade romana, mas também o seu apresentar como consequência da própria Razão – fosse como um direito subjetivo dentro de uma ordem “natural”, fosse como um imprescindível “conceito” ou “instituto” dentro de um sistema científico²⁶.

24 – Para uma síntese do assunto – sem o comovente amadorismo da maioria dos velhos textos nacionais sobre a história da matéria – cf. GUANDALINI, Walter. *Gênese do direito administrativo brasileiro*. Tese (Doutorado em Direito) – UFPR. Curitiba, 2011, p. 157ss, e VENÂNCIO FILHO, A. *Das Arcadas ao bacharelismo*. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 30 e 65-6. Sobre o persistente uso nesse campo, tanto no Brasil quanto em Portugal, da literatura do Antigo Regime, cf. MARQUES, Mário Reis. *Références françaises et allemandes dans la formation du droit administratif portugais*. In: HEYEN, Erk (Org.). *Konfrontation und Assimilation nationalen Verwaltungsrechts in Europa*. Baden-Baden, Nomos, 1990, p. 235-255, esp. p. 248; e SEELAENDER, A.C.L. *Polizei...*, p. 110 e 123, n. 60, bem como a vasta bibliografia ali citada.

25 – Como já se notava no século XVIII (cf. ARAGÃO, António Barnabé de Elescano B. e. *Demetrio moderno*. Lisboa: Officina de Lino da Silva Godinho, 1781), é ingênuo supor que uma reforma do ensino jurídico possa ter um *impacto imediato e total* na mentalidade dos juristas. Tal obviedade decerto será mais percebida, quando a história de nossas faculdades não for mais jogada às monótonas planícies da “teoria do ensino jurídico”.

26 – A despeito dos milhares de páginas escritos sobre o relevo da propriedade em nosso ensino jurídico e sobre o que seria supostamente o passado deste, a melhor obra de referência sobre isso segue sendo, ainda, a de Alberto Venâncio Filho (*Das Arcadas ao*

Nesse contexto não surpreende que, onde quer que viesse a ocasionar restrições à propriedade e à liberdade dos contratantes, a intervenção estatal pudesse ser tratada como uma novidade indesejável ou uma vanguarda do despotismo. Era forte a tentação de ligá-la a outros inimigos da ortodoxia liberal, como o absolutismo, o comunismo e, mais tarde, o fascismo. Algo dessa atmosfera nos chega até hoje, no ignorante pontificar dos que repetem, maquinal e descuidadamente, o mito de que a CLT seria uma mera reprodução da *Carta del Lavoro* de Mussolini²⁷.

Mesmo depois da Primeira República não faltaram juristas que destacassem o “caráter fascista” do novo modelo de Justiça do Trabalho, o qual supostamente colidiria até com a Constituição de 1934, bem mais aberta do que a anterior à atuação estatal²⁸. Daí o sistemático esforço de Oliveira Vianna para demonstrar ora a brasilidade, ora o “pedigree” democrático do projeto governamental, esforçando-se para desvinculá-lo da Itália do *Duce* e para compará-lo às experiências do “New Deal”, da Nova Zelândia e de países escandinavos. A pedra de escândalo – a força normativa dos acordos coletivos feitos pelo patronato e pelos sindicatos sob pressão dos Tribunais do Trabalho – veio a ser apresentada, assim, como um *novo modo racional de solução de conflitos*, parcialmente inspirado em experiências de nossa própria Nação e de democracias estrangeiras,

bacharelismo. São Paulo: Perspectiva, 1982).

27 – Destroçando esse persistente mito, tão invocado pelos que acham excessivos os direitos trabalhistas catalogados na consolidação getulista, cf. BERCOVICI, Gilberto. Tentativa de instituição da democracia de massas no Brasil. In: SEELAENDER, A.C.L.; FONSECA, R. (Org.). *História do direito em perspectiva*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 375-414, e BIAVASCHI, Magda. *O direito do trabalho no Brasil-1930/1942*. Tese (Doutorado em Economia) –UNICAMP. Campinas, 2005, p. 5-6, 77-8, 127, 129ss, 179 e 309-310.

28 – Sobre essa crítica de Waldemar Ferreira e o debate em que se inseria, cf. OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. *Problemas de direito corporativo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938; COSTA, V.M.R. Corporativismo e justiça social e CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna, ambos em: BASTOS, E.R.; MORAES, J.Q. de (Org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas[SP]: Unicamp, 1993 (p.13-42 e 131-143). Cf. também FARIA, L. de C. *Oliveira Vianna*. Rio de Janeiro: Dumará, 2002. É vasta a literatura sobre as origens e as orientações da Constituição de 1934 – uma análise atualizada encontra-se em HOCHHEIM, Bruno A. *Federalismo, centralização e intervenção estatal*. Dissertação (Mestrado em Direito) – UNB. Brasília, 2017.

como a República de Weimar, a Austrália, a Dinamarca, a Noruega, a França e a Nova Zelândia²⁹.

A desconfiança dos nossos juristas diante do Estado Interventor se revelaria, ainda, nas polêmicas dos Anos 30 em torno da nova legislação de águas, minas e energia³⁰. E talvez nos ajudasse a entender – em certa medida – por que até Francisco Campos podia por vezes, ao sabor das circunstâncias e conveniências, apostar todas as suas fichas em um discurso antiestatista que contradizia algumas de suas próprias reflexões no campo da Teoria do Estado.

A costumeira descrição de Campos como um *Carl Schmitt brasileiro* não padece apenas das inevitáveis imprecisões de todas as analogias desse tipo – ela apaga a complexidade do autor, ignorando seus vínculos com o seu próprio contexto e a extrema variação de suas manifestações sobre o papel do Estado³¹. Conhecendo bem a literatura jurídica de Weimar e os debates norte-americanos sobre o controle público da concentração econômica e dos serviços-chave na vida social contemporânea³², o jurisconsulto mineiro defendia brilhantemente o intervencionismo quando estava no governo; poucos meses mais tarde, advogando para um cliente privado, despejava citações de decisões estrangeiras defendendo a posi-

29 – Segundo O. Vianna, só um mal-entendido poderia levar um jurista a interpretar a nova legislação brasileira recorrendo a referências do fascismo italiano (cf. OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. Gênese da legislação trabalhista brasileira e Razões da originalidade do sistema sindical brasileiro, ambos em: OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. *Escritos inéditos*. Campinas[RJ]: Unicamp, 1991, p. 277-281 e 283-6).

30 – V., por exemplo, MORATO, Francisco. A inconstitucionalidade do Código de Águas. *Revista dos Tribunais*, n. 109, p. 3-6, 1937. BARRETO, Plínio. Código de Minas. *Revista Forense*, n. 399, p. 81-5, 1936, e SILVA, Luciano Pereira da. A legislação sobre minas e jazidas minerais e seus aspectos constitucionais. *Revista de Direito Administrativo*, n. 3, p. 23-43, 1946. Para uma análise mais detida dessas polêmicas e suas implicações, cf. VENANCIO FILHO, Alberto. *A intervenção do estado no domínio econômico*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998; BERCOVICI, Gilberto. *Direito econômico do petróleo*. São Paulo: Quartier Latin, 2011, e SEELAENDER, A.C.L. *Zwischen Gesetzeskraft und Verfassungswidrigkeit. Beiträge zur Rechtsgeschichte Österreichs*, n. 2/2018, p. 452-461, 2018.

31 – SEELAENDER, A.C.L. Francisco Campos (1891-1968) – Uma releitura. In: FONSECA, R. (Org.). *As formas do direito*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 491ss, 496ss, 502-3 e 520-1.

32 – *Idem, ibidem*, esp. p. 501 e 514-520.

ção oposta³³. O mesmo Campos que teria caçoado de Plínio Salgado por supostamente ter ainda traços de liberalismo³⁴ denunciaria, poucos anos depois, a interferência governamental nas cobranças da *Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro* como uma medida ditatorial e um inválido confisco de propriedade³⁵. O autor chegaria a afirmar que o direito de propriedade de uma prestadora de serviços públicos a habilitaria, ao término de seu contrato, a cavar nas ruas para recuperar todos os materiais que usara³⁶.

As idas e vindas de Francisco Campos explicam-se tanto por seu vasto repertório intelectual quanto por sua extrema adaptabilidade face às mudanças do jogo político, às conveniências da carreira e às demandas da vida profissional. Se suas ocasionais investidas contra a intervenção estatal veiculavam aqui e ali um tal *ultraliberalismo de parecerista*, isso só fazia sentido, provavelmente, porque ainda havia então, no meio jurídico, quem pudesse ser seduzido por esse matreiro radicalismo de encomenda.

3. Essas breves referências ao período 1930-1954 não nos devem fazer identificar, de modo automático, toda intervenção estatal com Getúlio ou com o projeto varguista de integração da classe trabalhadora. Muito menos caberia aqui atribuir o pioneirismo, nessa matéria, ao Estado Novo. Por sinal, supor o protagonismo deste ou das duas constituições dos Anos 30 no processo de criação de nosso Estado Interventor já seria atitude contestável, tanto mais em virtude da própria atuação decisiva que teve, nessa esfera, o anterior Governo Provisório (1930-1934)³⁷.

A intervenção estatal é bem mais velha entre nós do que o getulismo. Mesmo quem hesitasse em incluir aqui, como um bloco, toda a longa e complexa história das políticas de imigração já facilmente encontraria, antes de 1930, tentativas de guiar e regular setores-chave da economia,

33 – *Idem, ibidem*, esp. p. 510, 514ss e 520.

34 – cf. REALE, Miguel. *Memórias. Destinos cruzados*. São Paulo: Saraiva, 1987, p.121 e CARONE, E. *A terceira república*. São Paulo: Difel, 1982, p.19.

35 – CAMPOS, Francisco. Concessão de serviço público. *Revista Forense*, v.132, n. 570, p. 371, 379 e 382, 1950.

36 – CAMPOS, Francisco. *Pareceres*. Rio de Janeiro: J. do Commercio, 1934, p.141.

37 – Cf., e.g., BERCOVICI, Gilberto. *Tentativa...*, p. 375-414.

no âmbito estadual. Além disso, não faltaram à Primeira República, nas três esferas da Federação, governos extremamente atuantes no que tange ao saneamento urbano e à saúde pública em geral. O regime empenhou-se, de modo concreto, no combate a epidemias que não apenas ceifavam vidas em todas as classes, mas também afetavam atividades portuárias financeiramente relevantes e desencorajavam a imigração alimentadora dos cafezais³⁸.

O mito da origem getulista da intervenção estatal também peca por reduzir a história a um teatro de grandes indivíduos. Não é preciso, contudo, fechar os olhos à influência pessoal de ninguém para se reconhecer o óbvio fato de que o Estado Interventor costuma aflorar em sociedades com características tendencialmente típicas. Tanto em países europeus de liberalismo epidérmico quanto naqueles em que a tradição política e as predisposições culturais eram menos favoráveis à expansão do agir estatal, esta foi justificada ou estimulada por tensões entre produtores locais e externos, radicalizações dos conflitos de classe, embates em torno de oligopólios e problemas decorrentes do próprio crescimento das cidades.

Mesmo nos países agrários e economicamente periféricos da América Latina, a urbanização podia gerar e gerou uma intensa demanda por regulação, planejamento e atuação direta dos entes públicos³⁹. Em 1920 a

38 – Sobre a relação entre o mercado do café e a intervenção estatal cf., entre outros, PERISSINOTTO, Renato. *Estado e capital cafeeiro em S. Paulo*. Campinas[SP]: Unicamp, 1999. Sobre as origens do urbanismo e do sanitarismo republicanos cf., e.g., CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987; TELAROLLI JR., R. *Poder e saúde*. São Paulo: Unesp, 1996; CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001; SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 2001; SEVCENKO, N. *Literatura como missão*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003; BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Org.) *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 231ss; e SEELAENDER, A.C.L. Pondo os pobres no seu lugar. In: COUTINHO, J.; LIMA, Martônio (Org.). *Diálogos constitucionais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 1ss.

39 – Com 187.100 habitantes em 1869, Buenos Aires passou a ter 1.575.800 em 1914. A eletrificação veio a se acelerar já em 1902; em 1910 já contavam com água corrente 53% das residências. Tal desenvolvimento urbano, todavia, afetava de forma muito distinta os segmentos sociais: em 1917, 88,4% das famílias operárias viviam em um único cômodo (cf. LIERNUR, Jorge Francisco. La construcción del país urbano. In: LOBATO, Mirta Zaida (Org.). *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires:

população de São Paulo era dezoito vezes maior que a de 1872⁴⁰. Para tornar as cidades minimamente funcionais, a Administração Pública precisava expandir-se e organizar um sistema básico de “Daseinsvorsorge⁴¹” – disponibilizando em larga escala, ao menos em parte da área urbana, serviços contínuos de água, esgoto, iluminação, energia e transporte.

Disso também se depreende como é precipitado definir a intervenção estatal como um instrumento essencialmente destinado a reduzir as tensões entre as classes. A rigor, há casos em que ela não as atenua nem se destina a reforçar a integração social. Por vezes o Estado Interventor pode até ampliar as desigualdades preexistentes, dificultando a vida de amplos segmentos das classes não proprietárias.

Que uma *intervenção segregadora* não deixa de ser *intervenção*, prova-o à saciedade a Primeira República. Em seu regime formalmente democrático, coroado pelo princípio constitucional da igualdade, a desigualdade se reproduzia não só nas eleições do coronelismo, mas também em atividades estatais novas ou intensificadas. Destinados, em tese, a todos como indivíduos abstratos, novos regramentos do espaço urbano converteram-se em mecanismos de segregação espacial de classes e de acirramento de tensões sociais⁴².

Sudamericana, 2010, p. 409-461, esp. p. 412, 417, 432 e 434).

Em 1887, quando se quis, mediante uma companhia privada, prover Buenos Aires de um moderno serviço de águas, não faltaram políticos que expressassem sua crença na incapacidade administrativa dos governos em geral; já no início do século XX, ganharia vulto, na Argentina, uma campanha pela nacionalização das ferrovias e dos serviços de telefonia e eletricidade (cf. ZIMMERMANN, Eduardo A. *Los liberals reformistas*. Buenos Aires: Sudamericana; Universidad de San Andrés, 1995, p. 47-8).

40 – BERTOLLI FILHO, C. *A gripe espanhola em São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.35; ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo: Nobel, 1997, p.19.

41 – Sobre esse fator específico, cf., e.g., SEELAENDER, A.C.L. *Pondo os pobres...*, p. 14ss.

42 – Sobre os efeitos sociais concretos do sanitarismo e urbanismo republicanos confiaram-se não apenas os estudos sobre o levante de 1904 (como os de Sevcenko e J. M. de Carvalho), como ainda BENCHIMOL, Jaime. *Reforma urbana...*, p.263ss, e PAMPLONA, Marcos. *Revoltas, repúblicas e cidadanias*. Rio de Janeiro: Record, 2003. Para um detido exame do impacto desses fenômenos sobre a distribuição espacial das classes, cf. ROLNIK, R., *op. cit.*; e BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo, 1998, p. 19ss e 27-42. Para a aplicação, em nossa literatura histórico-jurídica, da ideia de intervenção segregadora, cf. SEELAENDER, *Pondo os pobres...* e – com uma interpreta-

O mito – hoje tão difundido – de que a história do direito possa viver só de autos judiciais tem ocultado a muitos autores a real dimensão, ou mesmo a existência, das ilhas de intervenção na Primeira República. Seria ingênuo, contudo, buscar toneladas de processos questionando as bases legais da política de valorização do café – beneficiando justamente os setores mais capazes de defender seus interesses, ela tinha seu alto custo suavemente socializado por vias indiretas, de difícil contestação no Judiciário⁴³. Já quanto à *intervenção segregadora*, tampouco poderíamos ignorá-la, ainda que a posição social das populações prejudicadas dificultasse sua chegada à Justiça e não as tornasse o “centro do mundo” para a elite da advocacia e da doutrina. Um jurisconsulto dificilmente iria a juízo representando pobres que houvessem sido, pelas normas urbanísticas da época, proibidos de criar porcos, vender comida em praças ou lavar roupas alheias nas fontes públicas⁴⁴.

Onde e quando seria, então, mais provável que encontrássemos um bom número de advogados, juízes e jurisconsultos resistindo à intervenção estatal, antes da Era Vargas? Em que situações as “ilhas de intervenção” da Primeira República teriam despertado maiores reações do nosso meio jurídico letrado?

O melhor lugar para observar tal resistência é o Rio de Janeiro, por ocasião da sua reforma urbana e do triunfo do sanitarismo republicano.

Em nome da saúde pública, da ordem social e dos ideais estéticos da *Belle Époque*, deu-se à época uma destruição sistemática de cortiços, expelindo-se do centro da cidade numerosos moradores pobres⁴⁵. Assim

ção parcialmente divergente e muito original – CANTISANO, Pedro J. *Rio de Janeiro on Trial*. Tese (Doutorado em História) – University of Michigan, 2018.

43 – PERISSINOTTO, *Estado e capital...*, v. 2, p. 59ss. Quando um ente público continha a queda do preço do café adquirindo a produção excedente, os contribuintes mal tinham, a rigor, como reagir eficazmente por via judicial. Ao que parece, o esquema, no seu todo, teria sido raramente contestado em juízo, não se logrando inviabilizá-lo sob alegações de inconstitucionalidade.

44 – Cf. aqui – além das supracitadas obras de Rolnik, Bonduki e Chalhoub – a concisa descrição de SEVCENKO, *A Revolta...*, p. 59-62.

45 – Sobre tal assunto, cf. os livros constantes da nota 41.

como S. Paulo, a capital do país vivenciou após 1850, com o êxodo rural e a imigração, um súbito aumento populacional, que incentivou a aglomeração de pessoas em cortiços. Tal situação não apenas desgostava quem via a Paris pós-Haussmann como modelo a imitar, mas também amedrontava, mesmo porque não era incomum que os pobres e seus hábitos fossem responsabilizados pelo alastrar de doenças no meio urbano⁴⁶.

Implícita ou escancarada, essa associação da pobreza à sujeira e às epidemias teve enorme relevo para o direito da época. Lançando os fundamentos para um intervencionismo segregador, o conceito de “hygiene” era *geral* o suficiente para ser conectado ao *tópos* do “interesse público” e *ambíguo* o suficiente para conseguir justificar um amplo leque de medidas discriminatórias.

Segundo um documento oficial paulista de 1894, “basta [...] penetrar na habitação aglomerada de italianos para se depreender desde logo que o menor preceito de higiene e de moral [...] ali não existe⁴⁷”. Sendo “o berço do vício e do crime”, as “casas imundas” poderiam levar as pessoas até a um “socialismo destruidor”. Vivendo “na miséria” em “cubículos escuros” e “respirando gases mefíticos” exalados “de seus próprios corpos não asseados”, os moradores dessas “casas imundas” acabariam por perder de vez “os princípios da moral” e por se atirar “cegos ao crime [...]”⁴⁸.

Pobreza, imoralidade, “miasmas”: sua corriqueira associação no discurso das elites legitimava a intervenção segregadora, fazendo-a parecer uma arma defensiva do interesse público contra o crime e as epidemias. Ainda no tempo da crença nos “miasmas”, não faltou mesmo quem, diretamente, os visse brotando dos cortiços, denunciados como uma constante ameaça aos moradores da vizinhança⁴⁹.

46 – Nesse ponto cf., entre outros, SEVCENKO, *Literatura...*, p. 35ss.

47 – Uma transcrição parcial encontra-se em TELAROLLI JR., *op. cit.*, p.141-2.

48 – *Idem, ibidem*.

49 – cf. CHALHOUB, *op. cit.*, p. 53. Sobre o mesmo tema, cf. também BONDUKI, *op. cit.*, p. 21.

A prioridade estatal parecia ser a proteção de tal vizinhança, não a dos próprios corticeiros. Em Santos despejaram-se mais de 500 pessoas em 1894, após terem sido reportados dez casos de febre amarela⁵⁰. Essas opções do higienismo combinavam-se, sem maior dificuldade, com o desejo de embelezar as cidades-vitrine do “progresso nacional”: em São Paulo demoliam-se cortiços no centro; no Rio, tal procedimento seria feito em muito maior escala, vindo a ser desalojados milhares de pessoas⁵¹.

Um decreto federal de 1890 definia os “cortiços” como habitações de gente pobre, facultando a sua inspeção e o despejo de seus moradores⁵². Com o Código Sanitário paulista de 1894 fez-se uma tentativa de extirpá-los, facilitando-se o interditar e demolir de construções dessa natureza⁵³. Orientação semelhante teria, também, o decreto reorganizador da administração federal na área da saúde pública.

De acordo com o “Regulamento do Serviço de Prophylaxia” aprovado pelo Decreto 5157/1904, os “amarellentos” que não estivessem em condições de se proporcionar um “isolamento em domicílio” poderiam ser compulsoriamente removidos pela “brigada contra o mosquito⁵⁴”. Nem as remoções desse jaez nem as internações hospitalares forçadas ocultavam, à época, o seu verdadeiro alvo social: eram prescritas para os “indigentes” e os “necessitados”, bem como para “os enfermos encontrados em habitações collectivas nas quaes não” pudessem “ser convenientemente isolados⁵⁵”.

O caráter segregador da intervenção republicana se revelava, não raro, de forma bem mais sutil. Elevando custos no mercado habitacional, novas regras impunham às construções maiores recuos em relação às

50 – TELAROLLI JR., *op. cit.*, p.140.

51 – ROLNIK, *op. cit.*, p.106; CHALHOUB, *op. cit.*, p.15.

52 – cf. Decreto n.169, arts. 9-VII, 19-V, 83-III, IV, V e 94-par. 3. A mesma terminologia era empregada pelo *Estado de S. Paulo* (cf. TELAROLLI JR., *op. cit.*, p.139, bem como o art.138 e o título dado ao Capítulo V no “Código Sanitário” instituído pelo Decreto n. 233/1894).

53 – Cf., em tal diploma, os arts.104, 138, 139, 140 e 148.

54 – Regulamento..., art. 2, “caput” e alínea b.

55 – Decreto n. 4464, art.1-b.

ruas, números máximos de residentes, áreas e “cubagens de ar” mínimas. Veiculado pelo direito, esse elevar de padrões e exigências ajudou as elites e a classe média a tomarem ou reocuparem as áreas mais atingidas pelo novo urbanismo, enquanto destas se escorraçavam imigrantes pobres, ex-escravos e seus familiares⁵⁶.

A combinação do rigor urbanístico com a introdução de serviços públicos por vezes caros para o trabalhador médio erigiu invisíveis muros ao redor de distritos modernos como Higienópolis e Copacabana. Ao mesmo tempo, tangida das regiões centrais das cidades, a população mais pobre deslocou-se para morros, vales alagáveis, mangues e áreas de ferrovia⁵⁷. O custo social desse fenômeno tem sido bem estudado entre nós, sobretudo por conta dos conexos levantes populares⁵⁸.

Alugar cômodos em cortiços era um negócio compensador e extremamente lucrativo⁵⁹. Muito mais do que seus inquilinos⁶⁰, os donos dos imóveis podiam contratar bons advogados para questionar a validade dos novos regramentos urbanos, acusando a Administração Pública de estar minando direitos e garantias constitucionais. Da propriedade à liberdade contratual, da inviolabilidade domiciliar ao devido processo, não

56 – Para uma boa descrição de tal processo e de seu vínculo com as regras citadas, cf. ROLNIK, *op. cit.*, p.67, 106, 135-6 etc. e BONDUKI, *op. cit.*, p. 11ss, 27ss e 38ss.

57 – *Idem, ibidem*. Cedo se registraria, porém, a invasão de Copacabana – “bairro aristocrático ou antes plutocrático” — por “casas feitas de latas de kerosene” (VIVEIROS DE CASTRO, Augusto Olympio. *A questão social*. Rio de Janeiro: 1920, p. 276).

58 – Sobre o de maiores proporções, ocorrido no Rio em 1904, cf. BENCHIMOL, Jaime. *Reforma urbana*, p.273ss; CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados...*; SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina...*, e – comparando Rio e Nova Iorque – PAMPLONA, *op. cit.* Para um balanço crítico da literatura sobre o movimento, cf. CHALHOUB, *op. cit.*, p. 97ss.

59 – Cf., entre outros, CHALHOUB, *op. cit.*, p. 52ss. A resistência dos proprietários já se fazia sentir no século XIX (cf. CHALHOUB, *op. cit.*, p. 45, 48-9, 189-190 e 192).

60 – Na tese já citada e em um novo trabalho sobre o sanitarismo e as reformas urbanas no Rio do início do século XX, Pedro Cantisano logrou demonstrar, todavia, que a falta de acesso à Justiça, por parte dos pobres atingidos, não chegou a ser total (cf. CANTISANO, Pedro J. Políticas urbanas, conflitos sociais e direito de propriedade no Brasil da virada do século XX. In: UNGARETTI, D.; COUTINHO, D. (Org.) *Propriedades em transformação*. São Paulo: Blucher, 2018, p.1-40, p. 35).

faltavam argumentos jurídicos contra a expansão e a intensificação dos controles e poderes estatais nas grandes cidades⁶¹.

O intervencionismo segregador, posto que conectado ao conflito de classes, não poderia, como vemos, ser reduzido a ele. Despertava resistências consideráveis dentro do próprio *establishment*. E encontrou, para vocalizá-las, destacados juristas que ninguém sério classificaria como inflexíveis conservadores ou reacionários: ao menos por algum tempo, tanto Ruy Barbosa quanto Pedro Lessa antipatizaram, mesmo em matéria de saúde pública, com o crescente intervencionismo republicano⁶².

Em circunstâncias como essas, o risco de bloqueios judiciais à atuação administrativa não podia ser reputado insignificante. Para reduzi-lo, criou-se no Distrito Federal toda uma nova e paralela estrutura de Justiça, à qual seriam atribuídas causas direta ou indiretamente relativas à saúde pública. Acrescentando-se prudência à engenhosidade, dispôs-se que seu primeiro magistrado seria livremente escolhido pelo Presidente dentre todos os cidadãos diplomados em Direito e com 4 anos de prática profissional⁶³. Surgia assim um “Juízo dos Feitos da Saúde Pública” potencialmente mais afinado com o Executivo – e dotado de competência privativa para decidir, em primeira instância, sobre todos os “crimes e contravenções de hygiene e salubridade publicas”. Além de “qualquer acção em que a saúde publica” pudesse “ser interessada”, cabiam-lhe os casos atinentes a “despejo, demolição, interdição, desapropriação” e “obras” em geral⁶⁴.

61 – Já tendo chamado a atenção de Leda Boechat Rodrigues (cf. RODRIGUES, Leda B. *História do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, p. 69ss), o assunto tem sido aprofundado em estudos recentes (sobre a argumentação dos defensores dos proprietários afetados, v. CANTISANO, P. J. *Políticas urbanas...*, p. 26).

62 – Para um primeiro contato com o pensamento de Lessa, cf., e.g., LESSA, Pedro. *Estudos de filosofia do direito*. Campinas[SP]: Bookseller, 2000.

63 – Decreto n.1151, art.1, parágrafos 10, 11, 12 e 13. O procurador também era escolhido pelo Presidente da República – mecanismo notoriamente inapto, até os dias de hoje, para garantir a seleção dos profissionais mais isentos e independentes.

64 – *Idem, ibidem*.

Como vemos, apesar de todas as inclinações da Constituição de 1891 para a separação de poderes e para uma ortodoxia liberal, foram surgindo na Primeira República decretos e regulamentos destinados a contornar ou esvaziar a Justiça ordinária, minando seu poder de bloqueio. Mais do que preocupações com direitos preexistentes, tradições processuais ou poderes domésticos enraizados no imaginário social⁶⁵, o que se priorizava aqui era a eficácia das novas políticas estatais. Cabia imunizá-las contra as resistências decorrentes de estranhamentos, aversões, ortodoxias ideológicas ou rigorismos interpretativos no âmbito judicial.

4. Na Primeira República, a literatura brasileira de Direito Administrativo registrava a intensificação da atividade estatal como uma prova da relevância – nem sempre reconhecida – da própria área. Enquanto figuras cimeiras do Direito Constitucional expressavam aberto descontentamento com a chamada “ditadura sanitária”, os administrativistas destacavam a inevitabilidade da intervenção do Estado no campo da “Higiene⁶⁶”.

65 – Como demonstramos anteriormente, as tensões entre o intervencionismo da Primeira República e o poder doméstico afloravam até mesmo em obras de estudiosos do Direito Civil – as novas formas de atuação estatal não indignavam menos Coelho Rodrigues do que a “intrusão arbitrária do Governo” nos direitos do pai como chefe da unidade familiar (cf. SEELAENDER, A.C.L. A longa sombra da casa. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, n. 473, p. 327-424, p. 397, jan/mar. 2017.).

J. M. de Carvalho já intuía a possibilidade da Revolta da Vacina ter sido favorecida pelo desconforto de homens do povo face à perspectiva de verem as suas habitações e os corpos de suas companheiras e filhas de algum modo *invadidos* por agentes da saúde (cf. CARVALHO, J. M. *Os bestializados...*, p.130-1 e 136). Em charges da época, aliás, não faltavam associações entre o vacinar de mulheres e sua penetração sexual (cf., e.g., as caricaturas reproduzidas em FERNANDES, Tania. *Vacina antivariólica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 58-9).

Por mais pertinente que seja a crítica de Sidney Chalhoub às fontes aqui usadas por Carvalho, o abandono dessa hipótese talvez seja, ao menos por ora, uma opção precipitada. O simples fato de existirem outros fatores para um evento não exclui a presença de uma concausa. Além disso, o argumento de que “o tipo burguês de obsessão com [...] a honra feminina” não seria compartilhado por toda sociedade tampouco exclui, do ponto de vista lógico, a (verossímil) existência de *formas populares – tão ou mais intensas do que a “burguesa” – de “obsessão com a honra feminina”* (para um exame das alegações aqui questionadas, cf. CHALHOUB, *op. cit.*, p.100ss).

66 – Para um típico exemplo dessa postura, cf. VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado de Ciencia...*, p.155, 166 e 172.

Apesar disso, também se fazia notar um tom crítico naquele que veio a se tornar, nesse período, o mais destacado dos tratadistas desse ramo jurídico: o segundo dos autoproclamados “pioneiros” do Direito Administrativo brasileiro, Augusto Olympio Viveiros de Castro (1867-1927). Ainda parcialmente inspirado em ideais spencerianos⁶⁷, seu “Tratado de Sciencia da Administração e Direito Administrativo” tendia a defender o indivíduo contra o Estado naqueles espaços em que este mais avançava⁶⁸.

Tanto antipatizava esse futuro ministro do STF com a intervenção estatal que a via com maus olhos até mesmo no setor ferroviário. Ela poria a sociedade à mercê do “desperdício”, da “lentidão desesperadora” e das “loucuras” recorrentes na “execução das obras públicas⁶⁹”. Em contrapartida, a “solidariedade universal dos capitais” e sua “extrema mobilidade” internacional já permitiriam que “países pobres, pouco dotados do espírito empreendedor”, pudessem agora “gozar do benefício das estradas ferro, sem intervenção alguma do Estado”. A “iniciativa privada” – mes-

67 – Extraído de W. Wilson, o elenco das funções necessárias do Estado era, aqui, avaliado a partir dos “princípios de Spencer”, ponto de referência básico com o qual se confrontavam, também, as novidades da “escola socialista” lastreadora da “theoria do Estado-Providencia” (VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado...*, p. 42 e 645). Transparecendo ao longo da obra, certo fundo spenceriano pode escapar ao leitor atual, em virtude da incessante tentativa de Viveiros de apresentar-se como jurista culto e atualizado, fazendo concessões ou aderindo às opiniões dos “mais modernos escriptores” de países com tradição interventiva (O. Mayer) ou cada vez mais dependentes de iniciativa estatal para reduzir desequilíbrios regionais de desenvolvimento (Orlando, Posada).

Radicalizando, em matéria econômica, o discurso liberal ortodoxo oitocentista e vendo em toda parte sinais de um crescente “Socialismo de Estado” atrelado à “escravidão” geral, Herbert Spencer (1820-1903) exasperava-se com a tendência, já perceptível em partes da Europa, para a “apropriação estatal das ferrovias” e para a assunção, por municipalidades, dos serviços de água, gás e transporte (v. SPENCER, H. *The Man versus The State*. In: *Political Writings*. Cambridge, 1994, p. 95ss, 100, 102 etc.). As “mudanças feitas, as mudanças em curso e as mudanças (politicamente) demandadas” estariam conduzindo a uma temível “usurpação estatal de todas as indústrias” (*Idem, ibidem*, p.100-1).

68 – Partindo de um outro quadro de fontes para chegar a Viveiros de Castro e apreciando o conjunto de sua obra, Pedro Cantisano diverge dessa *forma de ver* o autor – e também da análise, que faremos a seguir, da orientação ideológica da segunda edição do “Tratado” (cf. CANTISANO, *Políticas...*, p. 30ss).

69 – VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado...*, p. 253-4.

mo a estrangeira – proveria “as diferentes necessidades nacionais com muito mais ordem” do que o Estado, “seguindo a hierarquia natural⁷⁰”.

Viveiros não hesitou em denunciar as autoridades sanitárias do Distrito Federal como um grupo de “novos inquisidores”, cujo poder desmedido estaria levando a capital a um “perpétuo *estado de sítio*”⁷¹. Na sua opinião, somente uma deplorável “desvirilidade” poderia explicar o acatamento dos novos regulamentos na esfera da saúde pública⁷². Os cidadãos já estariam vivendo sob um insuportável *despotismo oriental*: não se portavam algumas autoridades públicas, às escâncaras, como opressores otomanos sem respeito algum pelos direitos fundamentais?⁷³

Nessa defesa do indivíduo contra o novo sanitarismo republicano e contra o Estado em expansão, o entusiasmo de Viveiros de Castro podia, contudo, minguar ocasionalmente – sobretudo quando os problemas concretos pareciam mais restritos à base da pirâmide social. No que tange especificamente à população de classe baixa, o *Tratado* parecia expressar menor desgosto com o seu controle administrativo do que com novas políticas de apoio social. Criar um órgão público de assistência não era, dizia a obra, só um desperdício de dinheiro do contribuinte: a assistência pública aos menos afortunados levaria moças pobres à “devassidão” e multiplicaria as “famílias degradadas” e “sem energia” que se compraziam “na vagabundagem⁷⁴”. Por outro lado, a intensificação do controle estatal sobre os indivíduos não parecia tão ruim, quando não atingia os cidadãos mais respeitáveis: tanto assim, que Viveiros não hesitava em recomendar medidas mais duras contra prostitutas e um rígida fiscalização

70 – *Idem, ibidem*.

71 – VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado...*, p. 172.

72 – *Idem, ibidem*.

73 – VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado...*, p. 864. Tal caricatura talvez surpreendesse um dos principais alvos do autor, o prefeito do Rio de Janeiro. Longe de se identificar com as autoridades turcas, Pereira Passos tendia exatamente ao contrário: sua descrição do sultão, que conhecera pessoalmente, pouco tinha de positiva (cf. suas cartas em PASSOS, Francisco Pereira. *Notas de viagens*. Rio de Janeiro: 2000, p. 119-120).

74 – VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado...*, p. 185, 187 e 192-3.

dos navios com imigrantes, destacando a suposta “falta de asseio pessoal” de seus passageiros⁷⁵.

Mais tarde, sob o impacto dos movimentos anarquistas e da rediscussão do papel do Estado ocasionada pela Primeira Guerra, pelo Tratado de Versalhes e pelos eventos recentes na Alemanha e na Rússia, Viveiros de Castro passou a dedicar crescente atenção à chamada *questão social*. Em obra com este título⁷⁶, veio a sustentar que “Todos os conflitos entre o capital e o trabalho” poderiam “ser juridicamente solucionados⁷⁷”, no âmbito nacional⁷⁸. Para se atingir tal meta, não haveria sequer a “necessidade de alterar fundamentalmente a estrutura social⁷⁹”.

Se antes o Estado “era tyranno” e “mettia medo”, agora, destacava Viveiros, era “democrata” e “electivo”; jungido como fora às “normas do Direito”, podia ser acionado com uma confiança maior do que havia despertado no alvorecer do liberalismo⁸⁰. Nada mais impedia, por isso mesmo, que isenções tributárias, subvenções estatais e “saldos das Caixas Economicas” passassem a financiar “sociedades cooperativas” voltadas à construção de “villas operarias⁸¹”. Nada mais obstava, tampouco, que o Estado, combatendo a hiperexploração e outros abusos patronais, viesse a estimular a humanização das relações de trabalho – mediante novas nor-

75 – VIVEIROS DE CASTRO, *Tratado...*, p. 177.

76 – VIVEIROS DE CASTRO, A.O. *A questão social*. Rio de Janeiro, 1920. Essa denominação era, no ver do próprio autor, imprecisa: tratava-se, a rigor, de obra sobre a “*Questão operária*” (cf. p. 48).

A preocupação do autor com o anarquismo e com o “socialismo militante”, agravada pelos riscos que poderiam advir de um “*operariado revolucionario*”, permeava toda a obra, desde o seu início (cf., e.g., p. 6ss e 34). Sendo à época “o pesadelo da humanidade” e o “expoente maximo da desorganização social”, o bolchevismo e sua “funestissima propaganda” mereceriam pronta resposta – não se estavam livrando os EUA, afinal, com uma prudente “expulsão em massa dos agitadores estrangeiros”, do “pernicioso contagio” do “virus comunista”? (*Idem*, p. 13,15-6 e 18).

77 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão social...*, p. 7.

78 – Sem atacar o Tratado de Versalhes por suas disposições sobre a organização do trabalho, o autor se opunha à extensão, ao Brasil, de “regulamentos” de países mais industrializados, vendo nisso um obstáculo ao nosso desenvolvimento industrial (VIVEIROS DE CASTRO, *A questão social...*, p. 22-3 e 34).

79 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão social...*, p. 33.

80 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão...*, p. 37-8.

81 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão...*, p. 276.

mas ou “Juntas” com participação operária e patronal, deveria enfrentar questões relativas à fixação da jornada, à saúde no ambiente fabril e ao valor mínimo dos salários⁸².

Viveiros de Castro seguiu vendo, contudo, a relação de trabalho como essencialmente privada, posto que parcialmente regulável⁸³. Era, também, frontalmente contrário à “gestão industrial” pelo Estado⁸⁴, que a seu ver acabaria por engolfar a sociedade nos “tradicionalos defeitos das burocracias: rotina, lentidão, negligencia, falta de iniciativa, espirito de intriga e de nepotismo etc⁸⁵”. Alternava a defesa católica da caridade⁸⁶ com a rejeição a medidas estatais vistas como excessivamente intervencionistas. “Proibir” o trabalho de “menores de 16 ou de 18 annos” era, a seu ver, “augmentar levianamente a vagabundagem”, povoando “as sarjetas das ruas de numerosos discípulos do vício e do crime⁸⁷”.

Como vemos, mesmo em um autor particularmente desconfiado dos poderes estatais em expansão, a incipiente doutrina do Direito Administrativo brasileiro longe estava de rejeitar *in totum* o intervencionismo. Enquanto não esvaziasse de modo substancial a propriedade constitucionalmente protegida e os poderes domésticos murados pela inviolabilidade de domicílio, o poder de polícia em matéria de “Hygiene” podia legitimar práticas usuais, intensificadas ou até mesmo novas de intervenção, a todas dando uma roupagem respeitavelmente vetusta⁸⁸. Enquanto

82 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão...*, p. 71, 75-6, 92, 114-6, 121, 140ss, 182, 190 239-242 etc.

83 – cf. VIVEIROS DE CASTRO, *A questão...*, p. 40.

84 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão...*, p. 29.

85 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão...*, p. 32.

86 – Além de exaltar o exemplo das “mais distinctas senhoras” da Argentina no apoio aos pobres, o autor apelava à caridade dos “capitalistas catholicos” e estimulava uma “ação social catholica” para promover o ensino profissional e a educação de crianças carentes (VIVEIROS DE CASTRO, *A questão social...*, p. 279, 284 e 287)

87 – VIVEIROS DE CASTRO, *A questão...*, p. 284.

88 – Sobre as origens do conceito de polícia no direito luso-brasileiro – abordando também as primeiras tentativas liberais de suprimi-lo, domesticá-lo e relê-lo – cf. SEELAENDER, *Polizei...*, e SEELAENDER, A.C.L. A ‘polícia’ e as funções do Estado. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*. Curitiba, v. 49, p. 73-87, 2009. Quanto à relevância específica do higienismo como ponto de apoio para o processo de construção do Estado Social na França, cf. as observações de LEGENDRE, *op. cit.*, p. 234, e de ROSANVALLON, Pier-

não assumisse as decisões centrais sobre o contrato de trabalho, o Estado Interventor poderia definir algumas balizas e coibir as práticas que passavam a ser vistas como abusivas.

A despeito disso, não raro se supôs que as *ilhas de intervenção* da Primeira República seriam cabeças-de-ponte do despotismo estatal. Este foi um dos motivos pelos quais elas atraíram, para si, o olhar preocupado de alguns juristas.

Um deles foi Ruy Barbosa, que vivia em uma cidade em ebulição. Implementada sob Rodrigues Alves e sob o Prefeito Pereira Passos, a ampla reforma urbana do Rio veio a ser acompanhada, como vimos, de uma brusca radicalização e intensificação do sanitarismo republicano⁸⁹. A conselho de Oswaldo Cruz (1872-1917) surgiam novas leis e decretos visando reorganizar a “higiene pública” e combater a febre amarela, a varíola e as epidemias em geral⁹⁰.

Ruy não perdeu a oportunidade, explorando-a politicamente. Atacou a vacinação obrigatória, denunciando seu caráter autoritário e duplamente invasivo. A Constituição, alegava, não autorizava a autoridade pública nem a impor a inoculação aos corpos nem a invadir as casas para vacinar à força seus moradores.

Fruto e veículo da expansão do poder estatal no seio da sociedade, a vacinação compulsória era sintoma de um novo tipo de despotismo:

re. *L'État en France de 1789 à nos jours*. Paris : Seuil, 1990, p. 132-4. Sobre a correlação entre a vacinação antivariólica obrigatória e o intervencionismo em questões urbanas, cf. a lei francesa de 15 de fevereiro de 1902.

89 – O fato de Oswaldo Cruz ter adotado premissas científicas algo distintas do higienismo anterior não impediram que este seguisse tendo reflexos evidentes no urbanismo de Pereira Passos (cf. COELHO, *op. cit.*, p. 220, e VVAA. *Febre amarela*. Org. J. L. Benchimol. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, p. 44).

90 – Para uma visão mais abrangente do tema, cf., além das já citadas obras atinentes à Revolta da Vacina, BRITTO, N. *Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995; FERNANDES, *op. cit.*; PASSOS, F. Pereira, *op. cit.*; e FRAGA, C. *Vida e obra de Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

[...] só uma certeza existe: a de que o Estado comete uma violência, a de que o Estado exorbita de suas funções constitucionais [...] assumindo o papel de árbitro nesta lide (referente à vacina)⁹¹.

Imaginaí um Herbert Spencer [...] multado e recolhido à cadeia por negar o braço à punção vacinativa⁹².

Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme⁹³.

A despeito da inclinação positivista pelo culto à ciência e ao poder dos técnicos, a vacina obrigatória também veio a ser atacada por seguidores de Comte na capital. Para eles, assim como para as vozes jurídicas do borgismo gaúcho⁹⁴, era revoltante que os governos se lançassem a solucionar disputas científicas. Alegando que a vacinação antivariólica era controversa e que o cidadão teria pleno direito de recusá-la⁹⁵, não faltaram positivistas que atacassem o governo, ajudando a criar o clima propício para uma tentativa de golpe⁹⁶.

91 – BARBOSA, R. Revolta escolar dos militares. Situação do Exército. (1904). In: *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952, vol. XXXI, T. 1, p. 45.

92 – BARBOSA, R. *Revolta...*, p. 49.

93 – BARBOSA, R. *Revolta...*, p. 46. Em 1917 Ruy expressaria um juízo muito diverso, exaltando a “missão” de Oswaldo Cruz e o apresentando como um homem superior a seu tempo e a seu país (v. BRITTO, *op. cit.*, p.81).

94 – Na Primeira República, a vertente positivista representada pelo castilhismo-borgismo não apenas gerou um modelo constitucional gaúcho algo distante do federal – influenciou, também, a produção técnica e doutrinária, não faltando juristas que defendessem as crenças do situacionismo rio-grandense. Alertando para as “absurdas consequências da doutrina da intervenção” no campo da saúde, um deles, Joaquim Luís Osório (1891-1949), ressaltava que o Estado não podia nem “tornar-se cientista” nem “impor o dogma científico” (OSÓRIO, Joaquim L. *Constituição política do Estado do Rio Grande do Sul*: Comentário. Brasília: Unb, 1982, p. 243. Cf. também p. 246, 249 e 259).

95 – Mais do que a repulsa ao sujeitar do cidadão a ações estatais vistas como demasiado duras, parece ter pesado, aqui, a rejeição da interferência do Estado na ciência, campo no qual se via a liberdade como *conditio sine qua non* de todo “progresso” (sobre a oposição dos positivistas à vacinação compulsória, v. sobretudo TEIXEIRA MENDES, R. *Contra a vacinação obrigatória*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1904. Ainda sobre o mesmo tema, cf. FERNANDES, T. *Vacina...*, p. 61 e 69; RODRIGUES, L. B., *História...*, v. 2, p. 70-1 e SEVCENKO, *A Revolta...*, p. 15).

96 – Sobre o uso do levante popular de 1904 pelos interessados em promover uma sublevação militar, cf. – além do parcialíssimo relato de R. Barbosa – CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*, p. 96ss, 102ss e esp. p. 107ss; SEVCENKO, *A Revolta...*, p. 29ss; RODRIGUES, L. B. *História...*, v. 2, p. 71ss.

Implícita nas reduções do getulismo a um *tardocastilhismo*, a usual associação entre Estado Interventor e ideário positivista não poderia, como vemos, ser automática. Do mesmo modo, seria descabido esperar, de todos os juristas brasileiros leitores de Spencer⁹⁷, uma luta sem tréguas contra a expansão da atividade estatal. Muito antes de fazer sua angustiada aposta no Estado para resolver a “questão operária⁹⁸”, Viveiros de Castro já aceitava, em certa medida, um intervencionismo materialmente circunscrito. E mesmo não tendo recebido bem, de início, o novo rigor do higienismo e do sanitarismo republicanos⁹⁹, Pedro Lessa (1859-1921) acabaria vindo a negar, em favor deles, a existência de uma liberdade individual de adoecer ou de expor terceiros ao risco de contaminação e morte¹⁰⁰.

Não foi do bastião comteano do Sul que veio o administrativista mais favorável, na Primeira República, à intervenção estatal: o principal tratadista gaúcho do período, Alcides Cruz¹⁰¹ (1867-1916), era surpreendentemente raso nessa temática. Um discurso intervencionista consciente e articulado viria, isso sim, do paraense Aarão Reis (1853-1936), positivista capaz de superar até a velha antipatia de sua corrente pelas vacinas

97 – Embora não se possa considerar Ruy representativo da média dos advogados de seu tempo, o impressionante volume de citações de Spencer em suas obras não deixa de ser um indício de uma larga recepção, em nossa elite jurídica, do pensamento do autor britânico.

98 – Cf. *supra*, nota 75.

99 – Sobre a opinião de Lessa, v. RODRIGUES, L. B., *História...*, v. 2, p. 79.

100 – *apud* RODRIGUES, L. B., *História...*, v. 2, p. 79. Novos surtos de febre amarela talvez tenham, aqui, estimulado Lessa a proclamar um direito estatal de vacinar e de adentrar ou fechar casas, prédios e cortiços.

Explícita em LESSA, Pedro, *op. cit.*, p. 80, a forte influência de Spencer sobre o juriconsulto brasileiro tem sido registrada seguidas vezes entre nós. Para uma análise recente do pensamento jusfilosófico de Lessa, cf. LOPES, José Reinaldo de Lima. *Naturalismo jurídico no pensamento brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2014.

101 – Sobre tal jurista cf. FELONIUK, Wagner. O pensamento político de Alcides Cruz. In: VVAA. *Alcides Cruz*. Porto Alegre, ALRGS/IHG, 2017, p. 137-172.

de Oswaldo Cruz¹⁰². Falemos um pouco dele¹⁰³, mesmo que sua obra mais relevante, no campo do Direito Administrativo, apresente-se como um mero manual¹⁰⁴.

Mais conhecido por seu papel na construção de Belo Horizonte, esse engenheiro belenense foi militante abolicionista¹⁰⁵ e entusiástico difusor, no Brasil, das ideias de Comte e de Léon Duguit¹⁰⁶. Posto que antipatiszasse com a descentralização federalista da Primeira República e com alguns de seus próceres políticos¹⁰⁷, identificava-se em certa medida com o regime: exaltou a maioria de seus presidentes e destacou que, como “Majistrado Suprêmo da Nação” (*sic*), o Chefe do Executivo teria, na prática, quase sempre exercido “uma verdadeira ditadura pessoal [...] benéfica [...] para o país¹⁰⁸”.

Escrita por um engenheiro, a obra de Aarão Reis já indicava, por sua mera existência, o caráter gelatinoso de nosso Direito Administrativo e

102 – Atento aos êxitos de Oswaldo Cruz, Aarão não reproduzia muitas das anteriores críticas positivistas ao sanitarismo oficial. Mesmo os resmungos contra o controle governamental da profissão médica já comportavam, aqui, suavizadoras ponderações (cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 400ss).

103 – Sobre a vida do autor, cf. sobretudo SALGUEIRO, Heliana. *Engenheiro Aarão Reis*. Belo Horizonte: CEHC/Fundação J. Pinheiro, 1997.

104 – Cf., e.g., REIS, A., *op. cit.*, p. VII-VIII e 395. Posto que o livro fosse expressamente endereçado a alunos e profissionais de Engenharia, sua extensão e o número de juristas citados talvez indicassem o recôndito desejo de atingir um público mais amplo.

105 – Elogiando Rebouças e Patrocínio, o autor se vangloriava de haver apoiado a campanha abolicionista, traduzindo e publicando escritos de Condorcet contra a escravidão (cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 560).

106 – Aarão Reis atribuía ao “imortal Comte” um “gênio incomparável”. Influenciado por este e por Durkheim, o administrativista francês Léon Duguit era, por sua vez, a referência central de Reis à hora de analisar a refuncionalização do Estado (v. REIS, A., *op. cit.*, p. 48, 122, 134, 141, 148, 184, 208 etc.).

107 – Sem nomear Pinheiro Machado, o autor teceu duras críticas aos oligarcas que levaram Hermes da Fonseca à presidência; atacou ainda, “a ambição(...) incontida” de Nilo Peçanha, lamentando que suas “ciladas de arguta politicalha” houvessem envolvido “oficiais superiores das nossas *forças armadas*” em uma disputa eleitoral (REIS, A., *op. cit.*, p. 107).

Quanto à repulsa de Reis ao modelo federativo de 1891, cf. REIS, A., *op. cit.*, p.103-4.

108 – v. REIS, A., *op. cit.*, p. 106, 398 e 522. Sobre as aptidões desses governantes e a “verdadeira *ditadura republicana*” que o art. 48 da Constituição teria supostamente ensinado, cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 107.

o baixo grau de profissionalização que à época o caracterizava. Embora citasse vários teóricos franceses, norte-americanos e italianos desse ramo jurídico, o que tínhamos aqui, em última análise, era um polígrafo a pontificar sobre urbanismo e filosofia, educação e direito, higiene e economia¹⁰⁹.

Posto que fizesse gentis referências aos administrativistas pátrios, Aarão insinuava a obsolescência dos autores do Império e a insuficiência da literatura republicana para atender, em sua época, a “necessidade coletiva”. Esta última, nem mesmo Viveiros seria capaz de atender – apesar de seu “belo e sólido” tratado e de sua “excepcional operosidade”, faltava-lhe didatismo¹¹⁰. Sem dar nomes nem indicar exceções, Reis denunciava, na área, a “deficiência duma sólida base filosófica” e o equivocado apego a uma “metafísica remanescente¹¹¹”.

Identificando a sua profissão com a *condução de máquinas e de homens*¹¹², como o engenheiro lidava, ao falar de Direito Administrativo, com o crescente intervencionismo do Estado?

A seu ver, “tão alto” falava “a experiência a favor da liberdade econômica¹¹³”, que o agir estatal deveria pressupor, em princípio, o desejo de enfrentar uma *disfunção do mercado* danosa ao interesse coletivo. Assim, eram a “consciência elástica” e a “insaciável ganância” de alguns produtores que legitimavam a proteção dos “consumidores” contra artigos “nocivos” e a “burla indecorosa [...] de falsificações¹¹⁴”; ao Estado também cabia a “defesa dos mais fracos” na “concorrência econômica”, em

109 – Neste ramo em especial, cf. REIS, Aarão. Economia política, finanças e contabilidade. Rio de Janeiro, 1918. Sugere, aliás, Edmundo Coelho que engenheiros como Reis, Pereira Passos e Paulo de Frontin teriam figurado entre “nossos primeiros ‘economistas’ práticos”. Suas atividades nas ferrovias os teriam impulsionado a refletir sobre valores de tarifas, relações custo-benefício, condições de financiamento e problemas gerenciais (v. CAMPOS, E.C., *op. cit.*, p. 210).

110 – REIS, A., *op. cit.*, p. 119.

111 – REIS, A., *op. cit.*, p. 120.

112 – Cf. a frase transcrita no início do Livro II em REIS, A., *op. cit.*, s.n.

113 – REIS, A., *op. cit.*, p. 552.

114 – REIS, A., *op. cit.*, p. 552-3.

especial face à “concorrência desregrada¹¹⁵”. A “própria natureza especializada” de alguns “serviços imprescindíveis” demandaria, por sua vez, “interferência” pública –no Brasil, seria ingênuo confiar, por exemplo, a saúde pública, o correio e o telégrafo à “iniciativa particular¹¹⁶”.

Afastando-se, porém, das concepções ortodoxas que atribuía a Smith, Say e Bastiat¹¹⁷, Aarão Reis não era, a rigor, devoto do *laissez-faire*. Recriminava, inclusive, a “velha e decadente escola liberal” por ter supostamente tentado restringir a atividade policial à repressão de ilícitos, descurando de sua prevenção¹¹⁸. A seu ver, a “polícia administrativa” deveria zelar pela “normalidade da circulação das vias públicas”, proibir o “uso de armas” e a “queima de [...] balões”, impedir a “vagabundagem dos loucos”, coibir “exibições licenciosas”, proteger o “repouso público” contra altas “cantorias”, vedar “palavrões obscenos e imorais”, fiscalizar “igrejas, teatros, cinemas, bailes, [...] cosmoramas, botequins, circus, feiras, mercados, touradas, [...] romarias, enterros, casamentos, etc.¹¹⁹”. A “ação policial” se exerceria, ainda, em outros numerosos espaços da vida social, tais como a mineração, a saúde pública, a indústria, a pesca e a agropecuária¹²⁰.

No exame da situação concreta do país, não demandava apenas medidas corretivas: propugnava um enérgico fomentismo¹²¹. O Estado deveria empenhar-se não só na “educação popular” para fins militares e

115 – REIS, A., *op. cit.*, p. 552 e 553.

116 – REIS, A., *op. cit.*, p. 554, bem como p. 516. Sobre a possibilidade, em campos como a educação e a beneficência, da execução de serviços por particulares, cf., porém, REIS, A., *op. cit.*, p. 145.

117 – cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 555, 560 e 562.

118 – REIS, A., *op. cit.*, p. 387 e – frisando a necessidade de combinar “regulamentação”, vigilância e “coaçoão”— 389-390. Advirta-se, porém, que nessas passagens eram as atividades policiais de segurança pública que recebiam destaque.

119 – REIS, A., *op. cit.*, p. 390.

120 – cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 391.

121 – O autor criticava as autoridades imperiais por terem sido, nesse ponto, supostamente inertes (REIS, A., *op. cit.*, p. 559-560). A seu ver, onde quer que as “forças sociais” claudicassem no promover do “progresso da nação”, tinha o Estado o dever de impulsioná-lo, prestando, “sem vacilações”, um apoio “firme, enérgico, consciente e decisivo” (v. REIS, A., *op. cit.*, p. 147, bem como p. 513-4).

eugênicos, mas também em “impulsionar, dirigir e guiar a produção da riqueza”, inclusive regulando a sua “justa e equitativa distribuição¹²²”. Elogiava os “esforços patrióticos” para promover a imigração, a reforma urbana e o saneamento, frisando a importância do combate às epidemias para um país desejoso de atrair mão de obra estrangeira¹²³. E tão logo “nossos *estadistas*” encontrassem uma “solução prática”, caberia ao Estado enfrentar – por meio de leis, regulamentos e contratos – “o importantíssimo problema nacional do desenvolvimento [...] da *siderurgia*¹²⁴”.

Era aceitável, dentro desse quadro, que “certas operações industriais” e “determinadas classes da população” fossem favorecidas ou que se tomassem medidas para “assegurar a salubridade indispensável à ação fecunda do trabalho¹²⁵”. Novas tarefas de cunho social se impunham, tais como “amparar o proletariado”, a “velhice” e a “família de todos os assalariados¹²⁶”. “Imposta a todos, sem distinções”, a “higiene sanitária” não poderia mais ser objeto de resistência individual¹²⁷: ardoroso admirador de Pereira Passos e Oswaldo Cruz¹²⁸, cria que a defesa da saúde pública pressupunha o acatamento do saber técnico e uma intensa atuação administrativa de um “*órgão nacional, capaz de orientação política convergente*¹²⁹”. Não importando infrações ao texto constitucional, era legítima a imposição de isolamentos, vacinas e desinfecções, quando cientificamente lastreada¹³⁰. Como legítima era, igualmente, a fiscalização de alimentos, sendo absurdo invocar a liberdade de comércio para “envenenar os *indivíduos*, depauperando a própria *nação*¹³¹”.

122 – v. REIS, A., *op. cit.*, p. 553-4.

123 – cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 398-9 e 561-2.

124 – REIS, A., *op. cit.*, p. 136-7.

125 – REIS, A., *op. cit.*, p. 553.

126 – REIS, A., *op. cit.*, p. 554.

127 – *Idem, ibidem*. Para o autor, a “pretendida liberdade” de recusar vacinas e obstar o saneamento cederia necessariamente diante dos direitos de terceiros e das “restrições exigidas pela normalidade da *vida em comum*” (REIS, A., *op. cit.*, p. 397-8 e 405).

128 – cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 398 e 411.

129 – v. REIS, A., *op. cit.*, p. 398.

130 – REIS, A., *op. cit.*, p. 405.

131 – REIS, A., *op. cit.*, p. 405.

Haveria uma “tendência irresistível” para o Estado Interventor, já demonstrada “em todos os países civilizados”; presente já “antes da terrível conflagração europeia de 1914-1918”, mas com ela acentuada, a preocupação em “fomentar, enérgica e decisivamente, a produção” teria desembocado em um “progressivo desenvolvimento das funções do Estado”, com “crescente interferência econômica¹³²”. Essa pressão para o aumento da atividade pública era tanto mais justificada diante dos riscos de radicalização do “proletariado” e de “subversão da ordem pública estabelecida”: aqui estava “o mais possante dique” contra essa “torrente” e o “mais eficiente *aparelho* para canalizá-la¹³³”.

Mesmo temendo excessos de estatismo e crendo na necessidade social das “desigualdades humanas”, Reis sustentava, em princípio, a “legitimidade da interferência do Estado [...] na vida econômica da nação¹³⁴”. Compreensíveis à época, temores quanto ao acirramento da luta de classes levavam-no a clamar por mais assistência social¹³⁵. Descartava a imposição de um salário mínimo, mas acenava, de modo algo vago, com a “interferência do Estado no sentido de atenuar [...] os maléficos *efeitos*” de quedas remuneratórias¹³⁶. Diante das greves que se multiplicavam, não propunha repressão sistemática, mas uma conciliatória legislação preventiva. Além disso, quando ausente a “violência da força bruta”, o Estado passaria, nos casos concretos, a uma “*mediação conciliatória*¹³⁷”.

Como vimos, a miséria urbana e a “questão operária” já haviam levado Viveiros de Castro a abrandar seu anterior antiassistencialismo, apelando para a “caridade”. O ultralaicista Aarão Reis, porém, afastava esta última como desprezível carolice, exigindo que o amparo aos “desfavorecidos da fortuna” fosse compreendido não como aviltante “esmola”, mas como “um dos mais imperiosos *deveres coletivos*”. No seu entender, era função do Estado, canalizando um “bem entedido [...] *altruísmo*”, prestar

132 – REIS, A., *op. cit.*, p. 555.

133 – *Idem, ibidem*.

134 – v. REIS, A., *op. cit.*, p. 139, 141, 147 e 585-7.

135 – cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 586 etc.

136 – v. REIS, A., *op. cit.*, p. 588.

137 – *Idem, ibidem*.

assistência social¹³⁸. Muito embora os veículos desta (pensões, montepios, asilos, orfanatos e sanatórios) não trouxessem grandes novidades, já havia aqui, pelo menos, uma postura mais moderna: o miserável não era mais descrito como um corpo estranho pesando sobre os ombros da sociedade, mas sim como uma *parte integrante desta*, que faria jus a seu “carinhoso amparo”, por meio do Estado¹³⁹.

Como engenheiro e autor de projetos urbanísticos, Aarão Reis não tinha maiores dificuldades para entender a crescente demanda das metrópoles por serviços contínuos, tecnicamente organizados e prestados em massa. Expondo o direito administrativo vigente, tratava longamente das novas necessidades urbanas.

Pontuava que nenhum “agrupamento humano” podia prescindir de um “regular *suprimento d’água*” e de um sistema de esgotos que o desvencilhasse das “matérias fecais e urinas¹⁴⁰” – mesmo porque se impunha transportar “para fora da cidade” “toda essa massa de *imundícias*”, assim como providenciar, “com carrocinhas fechadas e de fácil asseio”, a “coleta diária” do lixo¹⁴¹. A eficiência deveria ser aumentada, também, em várias outras atividades da administração pública, tais como o calçamento das ruas, o “ajardinamento”, o controle dos matadouros e a fiscalização dos mercados – usando-se agora, inclusive, modernos laboratórios para aferir a qualidade dos alimentos¹⁴².

Em matéria de “saúde” e da “higiene”, não havia problema em restringir “pretendidas *liberdades individuais*” potencialmente danosas a terceiros ou à coletividade¹⁴³. O Estado, no entanto, teria de ir muito além

138 – REIS, A., *op. cit.*, p. 412. O tema da assistência social já interessava o engenheiro paraense, aliás, antes da Proclamação da República: em 1882 ele teria ajudado a criar a Associação dos Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro Central do Brasil (cf. SALGUEIRO, H.A., *op. cit.*, p. 91).

139 – *Idem, ibidem*.

140 – REIS, A., *op. cit.*, p. 406-7.

141 – REIS, A., *op. cit.*, p. 407. Sobre o papel, aqui, dos municípios, cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 135.

142 – v. REIS, A., *op. cit.*, p. 412. Cf. também p. 135.

143 – REIS, A., *op. cit.*, p. 411.

disso, acrescentando a essas restrições “*iniciativas*” concretas: “agindo, direta e decisivamente”, deveria “melhorar e garantir as múltiplas e variadíssimas *condições de higiene e salubridade*” que – registrava o autor – “de dia para dia” iam-se tornando “mais indispensáveis” para as aglomerações humanas¹⁴⁴.

Em uma época em que as atividades necessárias à vida social se acresciam e diversificavam, o Estado não podia ser inerte. A organização, o funcionamento e a incessante melhoria dos “inúmeros e variadíssimos *serviços públicos*” convertiam-se em missão irrenunciável, remoldando, de modo reflexo, o direito administrativo¹⁴⁵. Diante dessa refuncionalização do Estado, a ciência do Direito Administrativo acabava alterando seu eixo central: deixava “de se preocupar das *relações recíprocas* dum soberano e seus respectivos súditos, para estudar, cuidadosamente, o *melhor funcionamento* [...] dos múltiplos, variados e complicados **serviços públicos** imprescindíveis [...] à crescente **prosperidade da nação**”¹⁴⁶.

6. O modelo de Estado que se construiu a partir do novo sanitarismo e de outras “ilhas de intervenção¹⁴⁷” não teve, de todo modo, uma história tão linear como pareceria à primeira vista. Impõe-se, pois, abandonar o hábito intelectual de conceber *toda* legislação e *todo* pensamento jurídico do século XIX, em *toda* o Ocidente, como *meros reflexos* de um exacerbado “individualismo burguês” que se teria supostamente imposto, *por inteiro*, graças às condições econômicas da Revolução Industrial. É precipitado, além disso, ver o Estado Interventor como o triunfo inevitável, face a tal “individualismo burguês” e a suas alternativas coletivistas, de uma *terceira via* apta a nos aproximar – com ou sem reparos neoliberais – do *fim da história*. Meras opções ideológicas, o atual apreço pelo Estado

144 – *Idem, ibidem*.

145 – v. REIS, A., *op. cit.*, p. 121, 128, 134-5 e 148. Nas palavras do autor, “a tendência do Estado, nos tempos modernos”, era “para imiscuir-se [...] senão no *funcionamento*, pelo menos na *organização* de todos os serviços” destinados a satisfazer as necessidades coletivas na vida nacional (REIS, A., *op. cit.*, p. 146).

146 – REIS, A., *op. cit.*, p. 122. Grifo do texto.

147 – Sobre tais “ilhas de intervenção”, cf. SEELAENDER, A. C. L. *Pondo os pobres...*, p. 13-4., e a bibliografia ali indicada.

Interventor ou por quem tente desmontar suas facetas de *Welfare State* não autorizam ninguém a apagar, no afã de enunciar supostas leis históricas infalíveis, nem a diversidade dos períodos passados nem a complexidade das distintas experiências nacionais.

Mesmo tendo na segunda metade do século XIX e no início do século XX graus muito distintos de desenvolvimento industrial e de enraizamento social do liberalismo, os EUA e o Brasil demonstram igualmente, em seus percursos, que a história da intervenção estatal foi mais complexa e tumultuada do que suas toscas descrições lineares. Em ambos os países, o discurso político liberal pôde conviver, por décadas, com a relativa tolerância dos tribunais oitocentistas¹⁴⁸ diante de uma intervenção ainda assistemática, legitimada por argumentos de “common sense” ou por vestígios de velhos padrões de “poder de polícia”.

Mais do que uma “constante burguesa” do inteiro século XIX, a imposição de uma rígida ortodoxia liberal e a aversão genérica aos procedimentos intervencionistas parecem ter ganhado vulto, na Suprema Corte americana, por volta da virada do século – ou seja, quando os governantes, os legisladores e as primeiras *agencias* já estavam interferindo mais intensamente na economia, por mecanismos administrativos ou legais¹⁴⁹. *A escalada rumo à ortodoxia* deu-se, portanto, dentro de um novo cenário, no qual se combinavam o *choque face à “novidade” da rápida expansão estatal* e a *recepção de novos teóricos antiestatistas*, notadamente Spencer¹⁵⁰. Aqui parecem ter pesado, ainda, o *apego a uma visão*

148 – Impõe-se lembrar aqui, porém, que o sistema de contencioso administrativo do Império não tinha na Justiça, mas sim no Conselho de Estado o seu centro nevrálgico (sobre este órgão, cf., entre outros, LOPES, J.R. *O oráculo de Delfos*. São Paulo: Saraiva, 2010, e LYNCH, C. E. C. A ideia de um Conselho de Estado brasileiro. In: *Revista de informação legislativa*, v. 42, n. 168, p. 45-63, 2005).

149 – cf. WIEBE, R., *op. cit.*, p. 8-9, 52ss, 92-3, 107 etc.

150 – A influência do pensador britânico era demonstrada, indiretamente, até mesmo por aqueles que não o queriam ver seguido na Suprema Corte. Em 1905, quando esta invalidou um diploma estadual que limitava a dez horas a jornada de trabalho dos padeiros (*Lochner v. New York*), Oliver Holmes investiu contra a maioria destacando que “a 14a. Emenda” não convertia em norma constitucional a obra “Social Statics do Sr. Herbert Spencer” (cf. o voto divergente transcrito em UROFSKY, M.; FINKELMAN, P. (Org.), *op. cit.*, v. 2, p. 627).

específica da separação de poderes e novas preocupações do Judiciário com o esvaziamento de seu campo de decisão em assuntos sociais, políticos e econômicos.

O velho poder estatal de adotar normas e medidas de “polícia” tampouco havia sido suprimido no Brasil do século XIX. Ao contrário dos liberais lusitanos, que até o termo “polícia” tabuizavam, Cairu, José Bonifácio e Feijó podiam conviver tranquilamente com ele¹⁵¹. Impulsionadas desde o final do Antigo Regime e aceleradas após a Independência, as transformações do direito em prol da liberalização econômica não eliminaram os amplos poderes “policiais” das autoridades públicas em campos-chave como o da “Higiene”. Empregada tanto pela doutrina administrativista francesa quanto pelas obras americanas que ganhariam destaque após 1889, a própria expressão “poder de polícia” não encontraria dificuldade alguma para se alojar na jurisprudência.

Este espaço oitocentista de “poder de polícia” serviu para lastrear os primeiros avanços do higienismo republicano. E foram estes avanços que, ao se avultarem, começaram a estimular a adesão de setores do mundo jurídico a uma ortodoxia liberal mais militante. Não eram apenas a moda spenceriana e a nova jurisprudência dos EUA que estavam por trás do fenômeno: aqui se reagia ao próprio incômodo causado pelo intervencionismo, invasor não só do altar jurídico da propriedade, mas até de espaços antes tradicionalmente vistos como objeto do poder doméstico¹⁵².

ss Deixando numerosos vestígios nos principais jornais da época, a larga influência de Spencer nos EUA foi expressamente reconhecida por intelectuais como William James e o sociólogo Franklin Giddings. Em sua visita aos Estados Unidos (1882), o grande defensor dos *triumfantes na competição social* foi mimado pelas empresas ferroviárias e homenageado por grandes empresários. Obras como “The Man Versus the State” eram publicadas dos dois lados do Atlântico com apenas um ano de intervalo. Não faltaram nem mesmo crianças americanas batizadas como “Herbert Spencer”— uma delas ganharia o Prêmio Nobel em 1944; outra, enfrentando o poder econômico, viria a processar a Standard Oil no Missouri (cf. YODER, Joel. *Herbert Spencer and his American Audience*. Tese (Doutorado em História) – Loyola University. Chicago, 2015, p. 286-7, 389ss, 396, 399-400, 434-5, 439 e 440-1).

151 – cf. SEELAENDER, A.C.L., *Polizei...*, p. 75-6 e 110, n. 11.

152 – Imaginada eterna e indevidamente retrojetada, uma rígida e totalizante bipartição do mundo social entre as esferas do indivíduo e do Estado pode inviabilizar o estu-

Compondo uma constelação local de circunstâncias, a mortandade das epidemias, os êxitos de Oswaldo Cruz, o empenho político do governo e a reação das elites ao levante popular de 1904 vieram a aplinar rapidamente a aceitação do sanitarismo republicano e, por tabela, do intervencionismo que se expandia e modernizava. O antiestatismo passou a sofrer defecções. Não por acaso, como vimos, mesmo Ruy e Pedro Lessa passaram a exaltar o antigo vilão-mor da “ditadura sanitária¹⁵³”.

Desfeita a escalada da ortodoxia e alterado o contexto internacional pelo intervencionismo triunfante na Primeira Guerra, os novos livros de Direito Administrativo poderiam assimilar com menor dificuldade as “ilhas de intervenção” dessa república constitucionalmente liberal. Publicada poucos anos após o conflito, a obra de Aarão Reis já apresentaria a Administração como polo social de prestação de serviços¹⁵⁴. Cada vez mais ativo e presente na sociedade, o Estado Interventor não passava mais por excrescência; pelo contrário, o que existia agora era “o hábito adquirido” de presenciar “repetidas e quazi continuadas interferências¹⁵⁵”.

Cada vez mais aceita em áreas supostamente excepcionais, a intervenção estatal ia-se consolidando, a despeito do diploma constitucional vigente lhe ser, então, muito pouco favorável. Nos Anos 20, Francisco Campos já ousava apresentá-la como uma incontornável *realidade*, diante da qual só caberia à Lei Maior curvar-se.

do e a compreensão de longevos conceitos herdados do passado pré-liberal, alguns dos quais seguiram presentes no Brasil, em certa medida, até o século XX. A esfera doméstica tradicional nem sempre foi vista, por exemplo, como uma singela soma de indivíduos; seus dirigentes nem sempre foram concebidos, em suas relações com o Estado, apenas e tão-somente como proprietários (cf. aqui SEELAENDER, A.C.L., *A longa sombra da casa...*, bem como a bibliografia ali citada).

153 – Sobre o tema, cf. ainda RODRIGUES, L. B. *História...*, v. 2, p. 78-9, e BRITTO, N., *op. cit.*, p. 81.

154 – Muito embora o conceito de “serviço público”, inspirado em Duguit, fosse aqui mais amplo do que o ora corrente entre nós, o livro de Reis já mencionava, de modo claro, a rápida expansão das atividades estatais relativas à assistência social e ao fornecimento de água, energia, esgoto e transporte. Sobre os efeitos, em si, da Primeira Guerra, cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 529.

155 – cf. REIS, A., *op. cit.*, p. 554 – aqui reiterando trecho publicado em livro de 1918, no qual se referia ao papel do Estado em geral.

Posto que nesta consagrado com “incondicional e irrestrita latitude”, o direito de propriedade poderia agora ser relativizado; mesmo sem exceção constitucional específica, o direito dos locadores à livre contratação já teria de ceder terreno aos direitos sociais dos locatários¹⁵⁶. Inspirando, nos intérpretes, uma releitura atualizadora do texto de 1891, leis administrativas e civis mais recentes tornariam válidas, supostamente, medidas intervencionistas que com ele pareciam colidir¹⁵⁷.

A representatividade dessa passagem é contestável: nem dezenas de visitas de Gulliver o tornariam bom padrão de medida para Lilliput. À parte alguns oásis um tanto afastados, semelhantes combinações de audácia e sofisticação teórica¹⁵⁸ não costumam encontrar, na doutrina brasileira de Direito Administrativo, muitos locais de afloramento. Em todo caso, por revelarem – mesmo que no limite – o que já então podia ser arguido, as palavras de Campos são um indício importante: evidenciam, qual um ponto de chegada, uma inquestionável assimilação, em poucas décadas, do Estado Interventor por juspublicistas da Primeira República.

Texto apresentado em outubro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

156 – CAMPOS, *Pareceres...*, p. 49-50. Cf. ali, ainda, p. 47, 51 e 58.

157 – CAMPOS, *Pareceres...*, p. 49-50. Cf. ali, ainda, p. 47, 51 e 58.

158 – Perceba-se que, usualmente, o jurista vê na Constituição o parâmetro para interpretar a lei ordinária – e não o contrário, como Campos aqui propôs.

Nas primeiras décadas do século XX, por sinal, ainda estavam em fase de construção as principais teorias capazes de explicar transformações constitucionais legítimas que se dessem sem a alteração dos textos-base das próprias constituições. Em que medida a atitude de Campos refletia essas recentes formulações estrangeiras ou apenas hipertrofiava revolucionariamente o costume oitocentista de *interpretar a lei a partir de atos inferiores* (e.g., decretos, portarias e avisos ministeriais), isso não nos parece, por ora, fácil de dizer. De qualquer modo, cumpre desde já salientar que, para Campos, a legislação infraconstitucional parecia estar, nos Anos 20, menos distante da *nova realidade social e econômico* do que a Constituição de 1891 (sobre o que seria, a seu ver, tal *realidade*, cf. CAMPOS, *Pareceres...*, p. 47 e 54).

CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, HISTORIADOR DO DIREITO

CÂNDIDO MENDES AND THE LEGAL HISTORY

ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY¹

Resumo:

O ensaio explora a obra historiográfica de Cândido Mendes de Almeida, especialmente no contexto das anotações que justapôs aos Comentários sobre o Código Filipino. Constata que Cândido Mendes produziu obra historiográfica de valor, com indicações, bibliografia e chaves-interpretativas que são de algum modo relevantes nas narrativas da história do direito brasileiro.

Palavras-chave: Cândido Mendes de Almeida. Código Filipino. Comentários. História do Direito brasileiro.

Abstract:

The paper analyzes Cândido Mendes de Almeida's historiographical works, especially in the context of the remarks juxtaposed in his Commentaries on the Philippine Code. We ascertain that Cândido Mendes produced a valuable historiographical work, with indications, bibliography and interpretative keys that are somehow relevant to the Brazilian legal history.

Keywords: Cândido Mendes de Almeida; Philippine Code; commentaries; Brazilian legal history.

Introdução

Cândido Mendes de Almeida (1818-1881) legou-nos importante obra forense e historiográfica. Sua contribuição historiográfica corre risco de ser negligenciada pela historiografia jurídica contemporânea, o que se apresenta como um problema de pesquisa que se pretende enfrentar. Nesse sentido, o propósito do presente trabalho consiste em tentativa de resgate desse legado, como contribuição ao registro dos esforços historiográficos do século XIX.

Cândido Mendes nasceu na cidade do Brejo, no Maranhão. Trata-se de um dos mais importantes juristas brasileiros do século XIX, ao lado de Paulino José Soares (Visconde do Uruguai), Pimenta Bueno, Nabuco de Araújo, Paula Batista e Teixeira de Freitas, de quem foi contemporâneo, na academia, no foro e na política². Bacharelou-se em Olinda, em 1839.

1 – Livre-docente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Professor titular do Centro Universitário de Brasília - UniCeub. E-mail: asmgodoy@gmail.com.

2 – DUTRA, Pedro. *Literatura Jurídica no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1992, p. 49.

Foi promotor público em São Luís (1841-1842), onde também lecionou história e geografia³. No Rio de Janeiro, foi chefe de seção de Secretaria do Império. Advogou ativamente nos tribunais da Corte. Em 1871 foi eleito senador, e por D. Pedro II escolhido em lista tríplice⁴. Destacou-se por suas ideias ultramontanas e pela intransigente defesa que fez (ao lado de Zacarias de Góes e Vasconcelos) do Bispo de Olinda, D. Vital, e dos demais religiosos repreendidos pelo Imperador, no contexto da questão religiosa, nos anos finais do Império. Essa disputa o reputou injustamente como um “católico intransigente, intolerante e reacionário”, na impressão de José Carlos Moreira Alves, romanista, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal⁵.

Jurisconsulto renomado e historiador reconhecido, Cândido Mendes foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; designado em 1869, em 1878 foi elevado à categoria de sócio honorário⁶. Faleceu de uma congestão cerebral, no Rio de Janeiro, em 1881. Os jornais da época dão conta de que havia fortíssimo apreço por Cândido Mendes. No *Jornal do Comércio*, edição de 7 de março de 1881, lê-se nota da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, da qual Cândido Mendes havia sido presidente, a propósito de uma missa solene, em “sufrágio da alma do ex-presidente⁷”.

No dia seguinte, no mesmo jornal, há chamado para uma missa, em lembrança ao “finado senador de tão grata saudade à pátria e ao clero”;

3 – Dados biográficos colhidos em BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, v. 2, p. 35.

4 – As eleições para o Senado resultavam em listas tríplices que eram encaminhadas para escolha do Imperador. BRASIL. Constituição de 1824, art. 43 combinado com o art. 101, I. In: PIMENTA BUENO, José Antônio (Marquês de São Vicente). *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. São Paulo: Edição 34, 2002, p. 284 e ss.

5 – MOREIRA ALVES, José Carlos. *Estudo introdutório à edição fac-símile do Código Filipino comentado por Cândido Mendes de Almeida*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2012.

6 – MOREIRA ALVES, José Carlos. *Estudo introdutório à edição fac-símile do Código Filipino comentado por Cândido Mendes de Almeida*, op. cit.

7 – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 7 de março de 1831. Fonte: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8.06.20.

o vigário anunciante pedia aos católicos da paróquia que comparecessem ao ato “[...] de tanta caridade como de homenagem a tão distinto cidadão por seu saber e religião⁸”. O Liceu Literário Português noticiava o falecimento do “*distinto sócio honorário*”, a propósito de uma missa solene em memória do falecido senador⁹. De igual modo, a Sociedade Beneficente Maranhense também convocava para uma missa em homenagem a Cândido Mendes¹⁰.

A Princesa Isabel e o Conde D’Eu encaminharam carta a Fernando Mendes de Almeida, filho de Cândido Mendes, manifestando condolências. A carta foi redigida e enviada de Paris, datada de 24 de março de 1881. O casal imperial registrava que estavam habituados a apreciar os importantes serviços que o país devia ao ilustre falecido. Enfatizavam a admiração pelos notáveis trabalhos publicados pelo jurista, “[...] nas diversas ciências relacionadas com o conhecimento das cousas pátrias”, a par da “[...] infatigável dedicação à causa pública, que dele fazia um ornamento do Parlamento”¹¹. Era reconhecido pela dinastia reinante.

Cândido Mendes era reputado como servidor e trabalhador incansável. De acordo com Clóvis Beviláqua, jurista cearense ligado à Escola do Recife, Cândido Mendes

[...] foi um trabalhador extraordinário [...] todas as fontes do Direito ele perquiriu, algumas restaurou e muitas outras pôs ao alcance dos estudiosos [...] não foi um criador, nem um doutrinário; mas um investigador inteligente e infatigável, que influiu sobre o desenvolvimento

8 – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8 de março de 1831. Fonte: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8.06.20.

9 – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 30 de março de 1831. Fonte: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8.06.20.

10 – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 2 de abril de 1831. Fonte: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8.06.20.

11 – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1871. Fonte: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8.06.20.

da nossa jurisprudência, poupando penosos labores aos que a tinham de estudar e aplicar¹².

Cândido Mendes escreveu também *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro* (1866-1873), obra erudita e de profunda pesquisa das relações entre Estado e Igreja. Apresentou uma erudita história do direito eclesiástico. Do mesmo modo publicou valioso estudo sobre o Direito Mercantil (1874), redigindo um adendo à obra do Visconde de Cairu. Deixou ainda diversas obras de história, a exemplo das *Memórias para o extinto Estado do Maranhão* (1860-1874).

Há importante contribuição de Cândido Mendes na edição das *Ordenações Filipinas*, que organizou com notas, comentários, referências e reminiscências¹³. Cândido Mendes anotou pormenorizadamente as *Ordenações*, com farta menção à doutrina e à legislação complementar. Vasculhou repertórios, a extensa legislação esparsa, mapas cronológicos de leis, compêndios de história do direito romano, feudal e português, a par dos mais abalizados tratadistas e praxistas. Essa edição foi de consulta permanente para os juristas brasileiros do século XIX, considerada como um guia seguro de doutrina, legislação e jurisprudência.

Há no *Jornal do Comércio*, edição de 16 de abril de 1870, reclame dando conta da venda do conhecido livro¹⁴. Tratava-se da 14ª edição, cuja cópia fac-símile é utilizada no presente ensaio. Cândido Mendes anunciava-se como “advogado na Corte”. Noticiava que acrescentava ao texto normativo português leis sobre nosso Supremo Tribunal de Justiça, Tribunais de 2ª Instância, “Processo Civil moderno”, juízes, custas, testemunhas, contratos. O livro compunha-se de 1600 páginas, in 8º, em duas

12 – BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977, p. 51.

13 – ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal, de acordo com as edições de 1603 e 1821*. Brasília: Senado Federal, 2012, edição fac-símile. [Edição original: Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomathico, 1870.]

14 – *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1870. Fonte: hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 8.06.20.

colunas. Segundo o autor, o Código Filipino e o Auxiliar Jurídico que o acompanhava formavam uma pequena biblioteca portátil. Dispensava-se a compra de muitos livros de Direito, sobretudo de legislação. Cândido Mendes reunia ainda regimentos, estilos, arestos, aforismos, axiomas, brocardos. Um livro completo para um advogado da segunda metade do século XIX.

Paschoal José de Melo Freire, Vicente Cardoso da Costa, Villanova Portugal, Joaquim Pereira e Sousa, Luiz Furtado Galvão, Correia Telles, José de Toledo Arouche, Francisco Paula Baptista, Joaquim Ribas, Pereira Rebouças, Teixeira de Freitas, Joaquim Ramalho, Perdigão Malheiro, Câmara Leal, estão entre os doutrinadores que Cândido Mendes pesquisou, citou e contextualizou. Os cinco volumes das *Ordenações* foram meticulosamente anotados. Tem-se uma síntese panorâmica do direito brasileiro vigente no século XIX, exatamente como transposto da tradição portuguesa.

Já se criticou o esforço de Cândido Mendes como um trabalho que não continha a estruturação de um sistema¹⁵, ainda que tenha se reconhecido que o trabalho de Cândido de Almeida “encerra fragmentos, informações das mais valiosas, que, bem coordenadas, sistematizadas, completadas em muitos pontos, constituiria, sem dúvida, o mais profundo de quantos, em seu gênero, até então se publicaram [...]”¹⁶. O acesso às formulações historiográficas de Cândido Mendes é presentemente limitado pelo fato de que o autor não publicou obra específica de história do direito. Suas investigações estão contidas nos comentários que ajustou às *Ordenações* que esmiuçou. Assim, o legado historiográfico de Cândido Mendes é limitado ao acesso aos comentários feitos às *Ordenações*.

O presente ensaio ocupa-se da introdução histórica que Cândido Mendes antepôs às notas que lançou nas *Ordenações Filipinas*. A erudição e o conhecimento histórico que Cândido Mendes apresentou jus-

15 – Cf. CÂMARA, José Gomes B. *Subsídios para a História do Direito Pátrio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1973, Tomo I, p. 15.

16 – CÂMARA, José Gomes B., *loc. cit.*

tificam que seja identificado como o *Mommsen brasileiro*¹⁷, na opinião do jurista Lacerda de Almeida (1850-1943)¹⁸. De acordo com Lacerda, Cândido Mendes fora um historiador do direito da estatura de Gustavo Hugo, Theodor Mommsen, Jules Michelet e Foustel de Coulanges¹⁹.

A partir da referência e do estudo da introdução que Cândido Mendes antepôs ao Código Filipino sustenta-se no presente ensaio que o jurista e historiador maranhense é importantíssimo historiador de nosso direito, cujo trabalho é valioso na construção de nossa trajetória historiográfica.

O texto introdutório de Cândido Mendes às anotações ao Código Filipino

A memória jurídica portuguesa nos indica três grandes compilações gerais do direito. Refere-se às *Ordenações Afonsinas* (1446), às *Ordenações Manuelinas* (1521) e às *Ordenações Filipinas* (1603). Centradas nas aproximações entre as tradições dos direitos romano e canônico, a estrutura geral das *Ordenações* divide-se em cinco livros. O Livro I trata dos magistrados e oficiais (poderíamos identificar esse livro com uma descrição do Poder Judiciário). O Livro II cuida das relações

17 – Theodor Mommsen (1817-1903). Destacado jurista, historiador, romanista e filólogo, Theodor Mommsen deixou um grande legado, centrado nas relações que estabeleceu entre Direito e História. Mommsen exerceu grande influência sobre Savigny, pelo que deve ser ligado, desde o início, à escola histórica de jurisprudência. Em 1902 foi laureado com o Prêmio Nobel, como reconhecimento das qualidades literárias de sua produção romanística. Filho de um pastor protestante, Mommsen estudou em Kiel, obteve a cátedra de Direito Romano em Breslau (1854) e seguiu para a Universidade de Berlim (1861) onde foi reitor. Marcado pela paixão como se referia aos personagens da história de Roma sobre os quais dissertava (ao que parece, adorava César e desprezava Cícero), Mommsen também foi um apaixonado na política. Divergiu de Bismarck, por quem foi processado por calúnia, ainda que tenha sido posteriormente absolvido. Mommsen era um crítico da política social de Bismarck, bem como do antissemitismo que marcou sua época.

18 – MOREIRA ALVES, José Carlos. *Estudo introdutório à edição fac-símile do Código Filipino comentado por Cândido Mendes de Almeida*. Portugal. [Ordenações Filipinas]. Código Filipino, recopiladas por mandado d'el Rey D. Filipe I, por Cândido Mendes de Almeida. Ed. fac. sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

19 – MOREIRA ALVES, José Carlos. *Estudo introdutório à edição fac-símile do Código Filipino comentado por Cândido Mendes de Almeida*. Portugal. [Ordenações Filipinas]. Código Filipino, recopiladas por mandado d'el Rey D. Filipe I, por Cândido Mendes de Almeida. Ed. fac. sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

entre Igreja e Estado, do Fisco e dos privilégios da nobreza, especialmente fiscais. O Livro III trata dos processos civil e penal. O Livro IV ocupa-se de matéria de direito civil, nomeadamente, família, coisas, obrigações e sucessões. O Livro V, temível, consubstancia os delitos e as penas. É o livro de Direito Penal.

As anotações de Cândido Mendes às *Ordenações Filipinas* contam com excelência reconhecida pelos historiadores do direito em Portugal²⁰. Na versão que editou, Cândido Mendes justificou as razões de ter anotado e explicado historicamente esse importante texto. Afirmou que a Constituição então vigente (1824), dispunha expressamente que se organizaria, “quanto antes, um Código Civil e Criminal, fundados nas sólidas bases da Justiça e Equidade²¹”. À época que escreveu vigorava o Código Criminal de 1830, que criticou, julgando-o feito às pressas e cheio de deficiências²². No entanto, há no Código de 1830 a influência de Paschoal de Melo Freire²³, jurista que Cândido Mendes citava e respeitava. A par do Código Criminal de 1830, conheceu-se também um Código de Processo Criminal, de 1832, este, por sua vez, criticado pelo escritor e jurista José de Alencar, especialmente quanto à organização do tribunal do júri²⁴.

Quanto à aplicabilidade da legislação portuguesa no Brasil, Cândido Mendes ressaltou que uma lei de 20 de outubro de 1823 mandava vigorar no Brasil as ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgadas pelos reis de Portugal. A ex-colônia então independente adotou formalmente a legislação portuguesa, completando um longo processo de transposição do direito europeu para o contexto latino-americano. Manteve-se um modelo transposto desde o início da colonização²⁵.

20 – COSTA, Mário Júlio de Almeida. *História do Direito Português*. Coimbra: Almedina, 1996.

21 – Constituição de 1824, art. 179, XVIII.

22 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XIX.

23 – PIERANGELI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil – evolução histórica*. São Paulo: RT, 2004, p. 85 e ss.

24 – ALENCAR, José de. *Esboços jurídicos*. Rio de Janeiro: Garnier, 1883, p. 2.

25 – VALLADÃO, Haroldo. *História do Direito Especialmente do Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974, p. 71.

No frontispício dos cinco volumes das *Ordenações Filipinas* editadas por Cândido Mendes, verifica-se a extensão de seus propósitos:

Adicionada com diversas notas filológicas, históricas e exegéticas, em que se indicam as diferenças entre aquelas edições [1603, 1821] e a vicentina de 1747, a origem, desenvolvimento e extinção de cada instituição, sobretudo as disposições hoje em desuso e revogadas; acompanhando cada parágrafo sua fonte, conforme os trabalhos de Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo e dos Desembargadores Gabriel Pereira de Castro e João Pedro Ribeiro; e em aditamento a cada livro a respectiva legislação brasileira concernente às matérias codificadas em cada um, sendo de quotidiana consulta, além da bibliografia dos juriconsultos que têm escrito sobre as mesmas ordenações desde 1603 até o presente²⁶.

Para Cândido Mendes o Livro V das *Ordenações* fora substituído com alguma rapidez porquanto suas penalidades eram ásperas e anacrônicas. Possibilitava-se o arbítrio dos juizes. Praticava-se um processo inquisitorial vexatório e avesso aos princípios da Constituição de 1824²⁷. Registrou também que, ainda que não previsto no texto constitucional, contávamos com um Código Comercial, aprovado em 1850. Defendia que havia necessidade de um Código Civil, justamente porque “a nova sociedade educada nas doutrinas da Constituição reclamava [um Código Civil] com ansiosa solicitude, a despeito das dificuldades a vencer em obra de tanto vulto²⁸”.

Cândido Mendes, que conhecia o trabalho de Jeremy Bentham, como se verá mais à frente, era um entusiasta da codificação. Cândido Mendes estudou em Olinda, onde era grande a influência de Bentham²⁹ e entendia que a mera palavra *código* implicava uma ideia de adiantamento e de progresso dos povos³⁰. Acrescentava que a codificação significava “[...] a or-

26 – ALMEIDA, Cândido Mendes. Frontispício. In: ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*

27 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XIX.

28 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, cit. loc. cit.*

29 – VEIGA, Gláucio. *História das Ideias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: Universidade Federal do Pernambuco - Editora Universitária, 1981, p. 135 e ss.

30 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

dem que sucede à confusão, a civilização à barbaria³¹”. O código, percebia Cândido Mendes, significava também um modo de se fixar o conjunto de instituições e de ideias de uma determinada época. Entendia a demora pela redação, discussão e aprovação do novo Código Civil, porque “[...] a empreitada exige sabedoria, consciência, oportunidade e madureza³²”.

A codificação, enquanto sistema, é um debate do século XIX³³, o que sugere que Cândido Mendes estava a par das discussões jurídicas que se desdobravam no estrangeiro, especialmente na França e na Alemanha. Ao que consta, Cândido Mendes tinha noção da polêmica que se desdobrava entre os alemães, a propósito da codificação do direito civil.

Trata-se da polêmica entre Savigny e Thibaut, que opôs defensores de um direito de inspiração popular a defensores de um direito codificado. Anton Thibaut, professor na Universidade de Heidelberg, publicou, em 1814, um libelo defendendo a necessidade da codificação na Alemanha (*Über die Notwendigkeit eines allgemeinen bürgerlichen Rechts in Deutschland*), inclusive, como meio para a unificação. Imbuído de forte espírito iluminista, entusiasmado pela concepção de leis gerais, Thibaut invocava uma percepção científica do direito, que poderia ser alcançada, de modo matemático, por textos normativos de abrangência geral.

Seus detratores o identificaram com o pensamento francês. Thibaut pretendia superar particularismos localizados em favor da simplificação do ordenamento, que na Alemanha deteria validade geral³⁴. Thibaut pretendia enfrentar a confusão normativa e jurídico-institucional que reinava na Alemanha, em cujo espaço territorial conviviam inúmeros ordenamentos, ainda que pretensamente radicados em um direito romano recepcionado.

31 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

32 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

33 – ANDRADE, Fábio Siebeneichler de. *Da Codificação* – crônica de um conceito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

34 – Cf. BECCHI, Paolo. *Ideologie della Codificazione in Germania* – dalla recezione del código napoleônico alla polemica sulla codificazione. Genova: Compagnia dei Librai, 1999, p. 21.

Savigny respondeu com um opúsculo, insistindo na vocação de seu tempo para a legislação e para a jurisprudência (*Vom Beruf unsrer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*), concebendo o direito como realidade cultural com semelhanças estruturais com as línguas faladas, e submetido a leis que não podem ser alcançadas ou alteradas por legislação artificial. Reconhecendo que havia um movimento pela construção de um direito nacional unificado, Savigny creditava essa tendência a uma reação à dominação francesa, escrevendo que, passada a opressão, os alemães queriam ser dignos de sua época³⁵.

No Brasil a questão contava com feição constitucional, dado que o texto político de 1824 determinava a confecção de um Código Civil. Essa determinação somente foi efetivada em 1916, após um longo processo, que inclusive contou com debates sobre filologia e estilo, despontando então a figura de Rui Barbosa. De acordo com Orlando Gomes, a legislação civil filipina não era uma legislação progressista³⁶.

Cândido Mendes enfatizava que o Código Filipino precisava ser aplicado, dado a inexistência, entre outros, de um Código Civil. Deveria ser explicado e ajustado à realidade brasileira. Assim, também justificava a publicação do Código Filipino com as anotações, ilustrando com passagens da história romana. Lembrou que o Imperador Calígula determinou que as leis fossem colocadas nos pontos mais altos da cidade de Roma para que o povo não conhecesse a legislação que deveria seguir³⁷. Na ausência de um Código Civil propunha, então, um remédio provisório: uma edição das *Ordenações* isenta de erros. Afirmava seguir uma metodologia que apresentasse notas filológicas, históricas, exegéticas, comentários (extensos ou resumidos), indicação de autores (a exemplo de tomo e página onde explicaram os assuntos tratados)³⁸.

35 – SAVIGNY, Friedrich Karl von. *De la Vocación de Nuestro Siglo para la Legislación y la Ciencia del Derecho*. Buenos Aires: Arengreen, 1946, p. 37. Tradução do alemão para o espanhol de Adolfo G. Posada.

36 – GOMES, Orlando. *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil Brasileiro*. Salvador: Universidade da Bahia, 1958, p. 8.

37 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XX.

38 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, cit. loc. cit.*

Cândido Mendes não descuidava, porém, de leis então obsoletas ou em desuso. Acreditava que leis revogadas conservavam valor histórico e que serviam para a inteligência das então leis vigentes. Esse é o traço mais marcante de sua metodologia. Reconhecia a excelência de textos então em desuso e enfatizava a excelência das doutrinas que transmitiam, bem como a utilidade geral para o saber. Não se tratava de erudição ou ornato. Havia nas leis abandonadas uma utilidade que Cândido Mendes não desprezava³⁹.

Cândido Mendes e o histórico da legislação portuguesa e de seus códigos até a independência

O direito português que herdamos, prossegue Cândido Mendes, decorreria do amálgama da tradição romana com a legislação nacional construída pelos nativos e invasores. Essa também era a opinião de Isidoro Martins Júnior, que nos deixou uma das primeiras histórias do direito nacional. Martins Júnior, que também estudou em Recife, inclusive mencionava Cândido Mendes, a quem elogiava, identificando-o como “operoso e notável jurista brasileiro⁴⁰”. Para Cândido Mendes, o direito romano era o núcleo do direito português. Era um direito comum e ao mesmo tempo subsidiário. Essa é também a opinião de Marcelo Caetano, jurista português que historiou as origens do direito na Península Ibérica⁴¹.

Cândido Mendes apontava como ponto de partida para a construção do direito romano a *Lei das XII Tábuas*, que identificava como conquista do povo sobre o patriciado. Dessa percepção compartilhou mais tarde Sílvio Meira⁴². Cândido Mendes especulou sobre as origens dessa legislação, seguindo totalidade dos autores que vinculam a influência grega sobre a experiência normativa romana⁴³. Registrou a ida de três patrícios

39 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXI.

40 – MARTINS JÚNIOR, Isidoro. *História do Direito Nacional*. Brasília: Imprensa Nacional, 1979, p. 31.

41 – CAETANO, Marcelo. *História do Direito Português (1140-1495)*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985, p. 61 e ss.

42 – MEIRA, Sílvio A. B. *A Lei das XII Tábuas – Fonte do Direito Público e Privado*. Belém: CEJUP, 1989.

43 – BRENONE, Mario. *História do Direito Romano*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990,

romanos à Grécia, de onde trouxeram cópias das leis áticas. Acrescentou que Hermódoro, então desterrado em Éfeso, teria ido para Roma, com o objetivo de explicar a *Lei das XII Tábuas*. Em agradecimento, segundo Cândido Mendes, os romanos erigiram ao legislador grego uma estátua em Roma⁴⁴.

Quanto aos códigos em geral, Cândido Mendes enfatizava a importância da legislação mosaica, revelada no Monte Sinai. Identificou também textos codificados nas legislações de Licurgo e Sólon, entre os gregos e, entre os latinos, a *Lei das XII Tábuas*, bem como os códigos de Adriano, a exemplo do Edito Perpétuo, que entendeu como o *segundo código romano*. Esse último estaria ligado à obra do jurisconsulto Sálvio Juliano. A partir de então começaram a valer também como lei as decisões do Imperador (*Consitutionis Principum*), independente da aprovação do Senado ou do povo. Adriano também estendeu a cidadania romana a todos os habitantes do Império⁴⁵. Segundo Cândido Mendes tem-se o início de uma época de ouro na jurisprudência romana, quando pontificaram Gaio, Papiano, Ulpiano, Paulo e Modestino⁴⁶.

Em seguida Cândido Mendes explica a divisão do Império Romano em quatro partes, onde haveria dois césaes e dois augustos. É desse tempo o Código Gregoriano, cujo nome decorre do jurisconsulto que o organizou. Tratava-se de uma compilação das leis e constituições dos Imperadores romanos⁴⁷. A partir de então iniciou-se o predomínio do cristianismo, com os desdobramentos importantes, inclusive nas concepções de direito e de justiça. Em 429 promulgou-se o Código Teodosiano, que consistiu em nova compilação da legislação romana.

Segundo Cândido Mendes, à frente dessa legislação estava o jurisconsulto Antíoco. Essa movimentação foi prejudicada pelas discussões do Concílio de Trento e pelas desordens ocorridas com as here-

p. 64. Tradução de Isabel Teresa Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja.

44 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

45 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXII.

46 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

47 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

sias de Nestório. Foram naquele momento aditadas leis extravagantes, que Cândido Mendes seguiu a tradição e identificou como *Novelas*⁴⁸. O Concílio de Trento fora convocado pelo Papa Paulo III em 1545 e objetivou articular a ação da Igreja em face da Reforma Protestante. Nestório insistia que Cristo contava com duas naturezas distintas, humana e divina, afirmação que provocou discussões e cizânias na Igreja Católica. São aspectos explicados por Cândido Mendes, com riqueza de pormenor.

Cândido Mendes relatou também o contexto do Edito de Teodorico (500 d.C.). Explicou a construção do *Corpus Juris Civilis*, o Código de Justiniano, enfatizando o papel de Triboniano, nome central nesse monumento jurídico. Na continuidade, Cândido Mendes expôs a estrutura e as divisões do *Corpus Juris Civilis*: isto é, o *Codex*, o *Digesto* (ou *Pandectas*), as *Institutas* (baseadas no modelo de Gaio, e redigida por Triboniano, Teófilo e Doroteu), a par de leis posteriormente decretadas as *Novelas* ou *Autênticas*⁴⁹. Cândido Mendes citou Savigny, discorrendo sobre esse autor alemão, também recorrentemente lembrado por Tobias Barreto, que lecionou em Recife. Cândido Mendes lembrou, ainda que os códigos de Justiniano e de Teodosiano não tiveram força de lei na Península Ibérica.

A construção do direito português seguiu um caminho diverso, ainda que se tenha adaptado o direito romano. Para Cândido Mendes, não houve recepção direta, pura e simples. A Lusitânia (Portugal) foi invadida pelos alanos (bárbaros de origem germânica) e depois pelos suevos e visigodos. Ao que consta, prossegue Cândido Mendes, os antigos portugueses conheciam e aplicavam apenas o Edito Perpétuo. Havia ainda o reconhecimento de direitos concedidos a diversas cidades, que Cândido Mendes julgava atingir colônias romanas. Os generais de Justiniano não alcançaram a Península Ibérica. Em Portugal, desconhecia-se, até o advento do direito erudito, o *Corpus Juris Civilis*⁵⁰.

48 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXIII.

49 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit., loc. cit.*

50 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXVII.

Segundo Cândido Mendes, ao longo do domínio visigótico na Península Ibérica adotou-se um novo texto normativo, o *Fuero Jusgo*, expressão derivada do latim *Forum Judicum*, que consistia em 12 livros, divididos em 54 títulos e 584 artigos⁵¹. A presença muçulmana na Península Ibérica, segundo Cândido Mendes, não resultou na adoção do direito islamita. No século XIII em toda a Península Ibérica adotaram-se as prescrições da lei das *Siete Partidas*.

Cândido Mendes buscou na história de Portugal uma relação entre os povos invasores e o direito adotado e adaptado. Reconheceu que a presença do catolicismo é fundamental na história da Península Ibérica. Do ponto de vista jurídico há a proeminência do Direito Canônico na fixação das relações públicas e privadas⁵². As jurisdições civis e eclesiásticas dividiram institutos comuns, situação que foi explorada por Cândido Mendes, como central na formação do direito português, no momento em que Portugal se separava da Espanha.

De acordo com a narrativa de Cândido Mendes, com a independência do Condado Portucalense, e o surgimento do Portugal moderno verificou-se um conflito entre os juristas e o clero português. A disputa deu-se também em torno da recepção do *Corpus Juris Civilis*. Os soberanos portugueses prestigiaram conselheiros que vieram da França. Segundo Cândido Mendes, esses conselheiros eram juristas que foram para Portugal com o objetivo de fazer fortuna, explorando as oportunidades que então se abriam⁵³. Eram alunos das universidades de Paris ou de Bolonha, que aspiravam demolir a legislação arcaica de Portugal. Lutava-se intransigentemente contra o antigo direito feudal, canônico e consuetudinário, este último identificado na prática dos forais. Havia um entusiasmo para com uma nova e mais intensa recepção do direito romano. Lutava-se pela propagação do *Corpus Juris Civilis*. Nesse caminho de

51 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, cit. loc. cit.*

52 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXIX.

53 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXXI.

modernização via tradição romana fundou-se a Universidade de Lisboa, em 1289, que foi transferida para Coimbra, em 1308⁵⁴.

Cândido Mendes percebeu um movimento ascendente em favor das doutrinas do *Corpus Juris Civilis*. Jovens juristas portugueses foram estudar em Bolonha, e muitos foram discípulos de Bartolo de Sasoferrato⁵⁵. Entre eles, segundo Cândido Mendes, o Dr. João Fernandes de Araújo, conhecido como João das Regras, o Chanceler-Mor do Reino, que se ufanava de ter sido discípulo de Bartolo. Com a Revolução de Aviz, em 1385, Portugal separou-se dos Reinos de Leão e Castela, ganhando autonomia. Era o tempo dos juristas patriotas e revolucionários, na análise de Cândido Mendes⁵⁶.

Segue a narrativa de Cândido Mendes com o registro de que Afonso V determinou a compilação das leis de Portugal. O trabalho foi concluído em 1446, e foi denominado de *Ordenações Afonsinas*. Segundo Cândido Mendes, trabalharam nessa compilação João das Regras, Ruy Fernandes, Lopo Vasquez, Luiz Martins e Fernão Rodrigues.

Seguiu-se o padrão do *Corpus Juris Civilis*. Adotou-se o método expositivo das *Decretais do Papa Gregório IX*. No texto do Papa Gregório optou-se por uma divisão em cinco livros (*Iudex, Iudicium, Clerus, Connubia e Crimem*), divididos em títulos. O dominicano e canonista espanhol Raimundo de Peñafort sistematizou o modelo das Decretais. O Livro I tratava das fontes do direito e dos cargos eclesiásticos, o Livro

54 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXXI.

55 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XXXIII. Bartolo de Sasoferrato é reputado como o *grande jurista de todos os tempos*, de onde a expressão “*nemo bonuns iurista nisi bartolista*”. Estudou e lecionou em Perúgia e em Pisa. Sua opinião era a preferida em face das opiniões dos demais juristas. Uma lei espanhola de 1427 e uma lei portuguesa de 1433 dispôs que na hipótese de opiniões divergentes deveria prevalecer a opinião de Bartolo. Essa regra foi reproduzida nas *Ordenações Filipinas* de 1603. O *bartolismo* tornou-se uma corrente dominante em cátedras e tribunais. Centrou-se na compreensão de que os direitos nascem dos fatos, “*ex facto oritur ius*”. Foi contestado na Renascença, quando seus comentários foram considerados uma profanação da antiguidade, que deveria ser restaurada, pelo que o bartolismo passou a significar um aspecto decadente dos comentários ao legado romano.

56 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

II cuidava do processo canônico, o Livro III regulamentava o clero e os bens e benefícios eclesiásticos, o Livro IV tratava do matrimônio e o Livro V o direito penal canônico⁵⁷. Essa metodologia foi adotada pelas *Ordenações Afonsinas*, e seguidas pelas *Ordenações* supervenientes.

No entanto, informou Cândido Mendes, ainda que os portugueses já conhecessem a imprensa de Gutemberg (que é de 1450), as *Ordenações Afonsinas* somente foram impressas muito tempo depois de concluídas⁵⁸. Cândido Mendes sustentou que as *Ordenações Afonsinas* eram pouco conhecidas em Portugal e absolutamente desconhecidas no resto da Europa. Comprovou essa premissa citando Jeremy Bentham, para quem os códigos mais antigos da Europa foram compostos na Dinamarca (1683), na Suécia (1739) e na Prússia (1751). Bentham desconhecia a legislação codificada de Portugal, isto é, se plausível defendermos que as *Ordenações* poderiam ser consideradas como códigos, na acepção contemporânea da expressão.

Cândido Mendes acentuou que as *Ordenações Afonsinas* continham matéria administrativa, fiscal, civil, comercial, criminal, militar, florestal, municipal, bem como regulamentou as relações entre Estado e Igreja. Essa miríade de assuntos, dispostos de algum modo de forma ordenada, segundo Cândido Mendes, justificava que se considerasse as *Ordenações Afonsinas* como o primeiro código publicado na Europa. Restringiu-se o uso da legislação feudal e consuetudinária, prestigiando-se o direito romano, tido como um direito erudito. O direito canônico prevalecia onde se tratasse de pecado, o que era recorrente na seção criminal dessa legislação⁵⁹.

A partir do reinado de D. Manuel cogitou-se da reforma das *Ordenações*. O rei pretendia ampliar seu poder, com base no prestígio que desfrutava em virtude da descoberta da América e do caminho para

57 – SCHIOPPA, Antonio Pad *História do Direito na Europa* – da Idade Média à Idade Contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 79. Tradução de Marcos Marcionilo e Silvana Cobucci Leite.

58 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, XXXV.

59 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

as Índias. Na opinião de Cândido Mendes, D. Manuel liderou a destruição do modelo feudal em Portugal, centralizando o regime. Na redação de suas *Ordenações*, D. Manuel contou com os mais prestigiados juristas da época, entre eles, Ruy Botto e Cristóvão Esteves. As *Ordenações Manuelinas* seguiram o modelo, a disposição e o método das *Afonsinas*⁶⁰.

Na continuidade de seu esforço histórico da legislação portuguesa Cândido Mendes relatou a morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, no Norte da África, e a conseqüente vacância do trono português. Seguiu o domínio espanhol, denominado de *União Ibérica*, de 1580 a 1640, com as conseqüentes alterações no direito português e, por extensão, no direito brasileiro. Filipe II da Espanha criou o Tribunal da Relação no Porto, baixou um Regimento desse Tribunal, estabeleceu a Casa de Suplicação, uma Chancelaria, o Desembargo do Paço, reformou as leis de processo civil e criminal, determinou novos Estatutos para a Universidade de Coimbra⁶¹.

Segundo Cândido Mendes, havia motivos mais importantes para a reforma das *Ordenações*, que transcendiam a mera necessidade de renovação e de adaptação. O Concílio de Trento fora aceito e proclamado por D. Sebastião em Portugal, sem restrições. Como resultado, Portugal retomou as linhas conceituais de orientação normativa do direito canônico. Os juristas de Felipe II, que eram romanistas, insistiam que a aplicação das diretrizes do direito canônico deveria ser mitigada. No entanto, argumentou Cândido Mendes, Filipe II não queria simplesmente revogar a legislação. Temia reações em Portugal, bem como temia ter problemas com o Papa. Articulou, paulatinamente, a reformulação das *Ordenações* então vigentes⁶².

De acordo com Cândido Mendes, as *Ordenações Filipinas* foram redigidas e compiladas sob a orientação de Jorge de Cabêdo e de Gaspar de Louzada Machado. Filipe II não sobreviveu o tempo necessário para a

60 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações*, *loc. cit.*

61 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações*, *loc. cit.*

62 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações*, *op. cit.*, p. 37.

proclamar esse novo texto. Seu sucessor, Filipe III, o aprovou, em 1603. Quanto ao método e à exposição, seguiu-se os modelos anteriores.

Cândido Mendes esboçou a legislação portuguesa que seguiu às *Ordenações Filipinas*, especialmente quanto a sua recepção no Brasil. Explicou o tema das *temporalidades*, que eram torturas impostas aos padres a fim de coagi-los a obedecer a decisões de magistrados seculares, que eram contrárias ao direito canônico e às reformas do Concílio⁶³.

Com a Restauração, em 1640, Cândido Mendes identificou um abandono do modelo filipino, pelo menos quanto a seus aspectos conceituais centrais, e um retorno ao contexto do *Corpus Juris Civilis*. Um certo patriotismo empolgou medidas nacionalistas, verificando-se a ascensão de um direito romano menos cristianizado. As reformas de D. José, inclusive com os Novos Estatutos da Universidade de Coimbra, segundo Cândido Mendes, marcavam uma época de maior racionalidade. É o tempo do Marquês de Pombal⁶⁴.

Cândido Mendes também comentou as reformas de D. Maria I. Tratou de uma comissão que fora convocada para mais uma vez recompillar a legislação vigente, reunir e examinar a legislação dispersa e as leis extravagantes, rever as leis antiquadas e inúteis. Elencou os juristas mais importantes do período, a exemplo de Luiz Estanislau da Silva Lobo, João Teixeira de Carvalho e Marcelino Xavier de Fonseca Pinto⁶⁵. Porém, a moléstia da rainha e as guerras com a França, a par dos graves acontecimentos políticos ocorridos na Europa marcaram a vinda da família real portuguesa para o Brasil⁶⁶.

Entre os juristas desse tempo, Cândido Mendes mencionou Paschoal José de Melo Freire e seus esforços no sentido de se contar com um código criminal e um código de direito público⁶⁷. A elevação do Brasil a

63 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XLIV.

64 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XLVI.

65 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XLVII.

66 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XLVIII.

67 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

Reino Unido de Portugal, segundo Cândido Mendes, era o resultado do desejo de Portugal de contar com um assento no Congresso de Viena. A elevação do Brasil a Reino Unido legitimava a presença de D. João VI no Brasil. Justificava-se a presença de diplomatas portugueses no Congresso de Viena, que pretendia reconstruir a ordem europeia após as guerras napoleônicas, das quais Portugal fora um dos países mais sacrificados⁶⁸.

Cândido Mendes criticou D. João e a dinastia dos Bragança no Brasil. Observou que os Bragança nada produziram em termos de legislação. Observou que “nenhum monumento de legislação assinala a estada da dinastia bragantina. Nenhum código se fez, nem se projetou. Reinou em tudo o provisório, com a incerteza e a ideia de volta a Portugal⁶⁹”.

As investidas historiográficas de Cândido Mendes consistiam na recolha de material explicativo para os textos legais então em vigor. Isto é, à história do direito ainda não se reservava um nicho epistemológico autônomo. O registro histórico dos institutos então vigentes era fundamento justificativo do direito posto. Essa tendência é verificada nos textos que circulavam no século XIX, especialmente nos meios acadêmicos de Recife e de São Paulo. Concebia-se uma ciência do direito fundada na disposição da lei, “estribada no arbítrio⁷⁰”, insistindo-se na necessidade de uma sociedade política, cuja autoridade moral encarnava-se em pessoa jurídica ou moral, que deveria ser necessariamente histórica⁷¹.

A dispersão da legislação resultava em levantamento histórico de textos normativos que se reputavam ainda vigentes. Perdigão Malheiro, por exemplo, notabilizou-se nessa tarefa, a propósito de comentários que redigiu sobre a atuação dos representantes judiciais da Fazenda Pública⁷²

68 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, op. cit.*, p. XLIX.

69 – ALMEIDA, Cândido Mendes, *Ordenações, loc. cit.*

70 – ALBUQUERQUE, Pedro Autram da Matta. *Direito Natural e Privado*. Recife: Typographia M. F. Faria, 1840, p. 28.

71 – SOUZA, José Soriano. *Lições de Philosophia Elementar – racional e moral*. Recife: João Alfredo de Medeiros, Livreiro-Editor, 1871, p. 523 e ss.

72 – MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Manual do Procurador dos Feitos da Fazenda Nacional*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henriques Laemmert, 1873.

ou ainda sobre o delicado problema da normatividade da escravidão⁷³. No meio mais acadêmico essa empreitada é encontrada em texto básico para estudo do direito público, de autoria de José Soriano de Sousa, que lecionava na Faculdade do Recife⁷⁴.

A obsessão com o direito romano, e com as instituições romanas em geral, era recorrente. José de Alencar (conhecido romancista, autor de vários livros que se qualificam como romances-históricos), ao tratar em monografia sobre o instituto da propriedade observou que “foi entre as sete colinas, onde a Providência colocou o berço do povo rei, e quando surgia a primeira aurora da civilização, que devorou e consumiu o mundo antigo; foi na cidade eterna que nasceu a sociedade civil⁷⁵”. O socorro ao direito romano alcançava quase todos os campos do direito, a exemplo também do direito administrativo, com se lê em Veiga Cabral, em obra clássica, de 1850, no capítulo relativo à mineração⁷⁶.

O comum era o uso da história do direito como um pano de fundo justificativo para os arranjos jurídicos e institucionais então vigentes. Cândido Mendes segue essa linha, que é o paradigma de seu tempo. Porém, o faz de modo mais amplo e vertical, de algum modo prenunciando uma necessidade de desmembramento, no sentido de que a história do direito se qualificaria no contexto de um estatuto conceitual próprio e independente do ramo do direito cuja trajetória narrava.

Comentários finais e conclusões

Ainda que no contexto de textos de história do direito tidos como preparatórios para o estudo do direito positivo, Cândido Mendes sinteti-

73 – MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Petrópolis [RJ]: Vozes, 1976. [1ª edição, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional da Rua da Guarda Velha, 1866].

74 – SOUZA, José Soriano. *Princípios Gerais de Direito Constitucional*. Recife: Casa Editora Empresa da Província, 1893.

75 – ALENCAR, José Martiniano de. *A propriedade*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 5, edição fac-símile.

76 – CABRAL, P. G. T. Veiga. *Direito Administrativo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1859, p. 388 e ss.

zou a história da formação do direito português, bem como sua evolução e transposição para o Brasil. Erudito, dominava as fontes e a legislação, anotando com paciência e pormenor todos os excertos das *Ordenações*. Sua introdução histórica registra esforço historiográfico descritivo do direito brasileiro. Na medida em que nosso direito foi, na essência, um resultado da transposição de arranjos institucionais portugueses para o Brasil, Cândido Mendes buscou na estrutura histórica do direito português os fundamentos de nossa experiência jurídica.

Nesse sentido, apontou para o direito romano e para o direito canônico como os alicerces de nossa tradição. Explicitou que essas duas linhas eram no mais das vezes divergentes e conflitantes. A centralização do poder real e as alianças mantidas pelos soberanos indicavam os juristas que deteriam mais prestígio. Essa contradição não foi apontada por autores de seu tempo, que apenas reproduziam uma visão supostamente sistemática da tradição romana.

Vivíamos o desdobramento de um tempo no qual romanistas e canonistas disputaram a primazia de definir um direito erudito, ensinado nas universidades, comentado pelos letrados e aplicado pelos magistrados instruídos, em permanente movimento de distanciamento entre um direito vulgar e popular e um direito ilustrado e aristocrático.

A erudita introdução histórica de Cândido Mendes é uma variável relevante no cânon historiográfico nacional, que predominou até o fim do século XX quando a historiografia jurídica brasileira reformulou problemas, agendas e métodos. Nesse sentido, a afirmação contida no presente ensaio de que o jurista que anotou as *Ordenações Filipinas*, Cândido Mendes, revela-se como um importante autor da história do direito no Brasil.

Texto apresentado em junho de 2020. Aprovado para publicação em dezembro de 2020.

QUESTÕES DE LITÍGIO ENTRE O PIAUÍ E O CEARÁ: EMBATES PELA VILA DE AMARRAÇÃO NO LITORAL DO PIAUÍ (1880 – 1884)

LITIGATION ISSUES BETWEEN PIAUÍ AND CEARÁ: FIGHTING FOR THE AMARRAÇÃO VILLAGE ON THE COAST OF PIAUÍ (1880 – 1884)

MARCUS PIERRE DE CARVALHO BAPTISTA¹

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUSA NASCIMENTO²

ELISABETH MARY DE CARVALHO BAPTISTA³

Resumo:

Neste artigo discutiu-se sobre a situação litigiosa ocorrida entre a província do Piauí e a do Ceará no final do século XIX no espaço correspondente, na época, à Vila de Amarração localizada no litoral piauiense e a influência política local na questão. Esta situação provocou no Senado Imperial embates entre os senadores João Lustosa da Cunha Paranaguá, senador do Piauí, e Domingos José Nogueira Jaguaribe, senador do Ceará, acerca da importância do território para suas respectivas províncias. O mote da discussão para o Piauí se pautava na condição de Amarração enquanto saída para seus produtos através da construção de um porto marítimo, necessário para o progresso da economia piauiense justificando, portanto, a proposta de trocar Amarração, pertencente ao Ceará, pelo Vale do Crateús na Serra da Ibiapaba até então do Piauí. Utilizou-se enquanto fontes os periódicos A Imprensa e A Época, publicados entre os anos de 1880 e 1884 e que traziam transcrições dos discursos protagonizados pelos dois senadores, além das perspectivas dos Partidos Liberal e

Abstract

The article discusses both the litigious situation between the provinces of Piauí and Ceará at the end of the 19th century, related to what was then the village of Amarração on the coast of Piauí, as well as the local political influence on the issue. In the Imperial Senate, the litigation caused clashes between Senator João Lustosa da Cunha Paranaguá from Piauí, and Senator Domingos José Nogueira Jaguaribe from Ceará, for both of whom the territory in question was equally important for their provinces. For the former, the condition of Amarração as an outlet for products through the construction of a seaport was necessary for the progress of Piauí's economy, thus justifying his proposal to exchange Amarração, belonging to Ceará, for Vale do Crateús in the Serra da Ibiapaba, located then in Piauí. We used as sources the newspapers "A Imprensa" and "A Época" which published transcripts of the speeches given by both senators on the issue between the years 1880 and 1884. We also analyzed the perspectives on the proposed exchange held

1 – Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019). Professor substituto do Curso de Licenciatura Plena em História no Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão (CESC/UEMA). E-mail: marcus_pierre@hotmail.com.

2 – Pós-Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2014). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2009). Professor Associado II do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus “Ministro Petrônio Portela”, Teresina, PI. E-mail: franciscoufpi@gmail.com.

3 – Pós-Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2019). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Professora Adjunta III do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) –

Conservador, principais grupos políticos no momento no Piauí, sobre a permuta. Indicou-se que a situação de litígio provocou não apenas embates entre o Piauí e o Ceará, mas entre as próprias elites locais, considerando as divergências entre os dois partidos no tocante à situação posta. Além disso, a partir da análise realizada foi possível perceber outras questões sensíveis que envolveram o litígio e foram importantes para a concretização da permuta, como a Seca e, especialmente, os desejos das populações locais.

Palavras-chave: Amarração; Litígio; Província do Piauí; Província do Ceará; Litoral do Piauí.

by the Liberal and Conservative Parties, the main political groups in Piauí at the time. We point out that the litigation situation caused clashes between not only Piauí and Ceará but also between the local elites themselves, since both parties disagreed on the issue. In addition, our analysis shows that the litigation led to other sensitive issues equally important for the materialization of the exchange, such as the drought and, especially, the wishes of the local populations.

Keywords: Litigation; Province of Piauí; Province of Ceará; Coast of Piauí.

Introdução

No contexto da história da constituição do território que hoje corresponde ao litoral piauiense, especificadamente no trecho correspondente à barra do rio Igarauçu, também denominada barra de Amarração, registram-se momentos nos quais a definição destes espaços teve lugar no palco político da época, representando os interesses dos governos e da sociedade a partir de conotações principalmente econômicas.

O ano é 1880, a data que marca a lei que garante à província do Piauí a Vila⁴ de Amarração em troca de Príncipe Imperial e Independência⁵. No Senado, antes do projeto de lei ser aprovado e a troca efetivada, dois senhores de barba e terno digladiavam-se sobre a pauta, eram eles: João Lustosa da Cunha Paranaguá⁶, senador pela província do Piauí, e Domingos José Nogueira Jaguaribe⁷, senador pela província do Ceará.

Campus “Poeta Torquato Neto”, Teresina, PI. E-mail: baptistaeli@gmail.com.

4 – “Povoação de categoria superior à de aldeia ou arraial e inferior à de cidade” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 1473.).

5 – A explicação sobre as permutas de territórios realizadas entre o Piauí e o Ceará no final do século XIX consta neste artigo no segmento intitulado: Embates pela “restituição do pequeno território dessa nesga de terra, que se acha encravada no Piauí e de que o Ceará não precisa”.

6 – 2º Visconde e Marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912), foi deputado e senador com expressiva participação política no Piauí entre 1850 e 1889 (CASTRO, Francisco das Chagas. *Marquês de Paranaguá*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. [Série Perfis Parlamentares, 55]).

7 – Domingos José Nogueira Jaguaribe (1820-1890), político cearense, foi deputado provincial, deputado geral e senador pelo Ceará no período compreendido entre 1850

A discussão pautava-se, naquele momento, sobre a necessidade ou não de a província do Piauí reaver o território referente à Amarração em detrimento da província do Ceará. Amarração aqui é considerada uma saída para os produtos piauienses a partir da construção de um porto marítimo, necessária para o progresso do comércio e das indústrias piauienses⁸.

Paranaguá enfatiza, durante sua fala, que a troca sugerida não traria prejuízo para a província do Ceará que, muito provavelmente, só teria a ganhar, considerando que estaria abrindo mão de 37 quilômetros de faixa litorânea e ganhando uma extensão territorial de 200 quilômetros com o Vale do Crateús, além da criação de gado ali presente. Para facilitar a visualização geográfica do contexto do qual trata o senador Paranaguá apresenta-se a figura 1.

e 1889 (BRASIL. Senado Federal. *Senadores*. Secretaria Geral da Mesa e Coordenação de Arquivo. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1584>. Acesso em: 14.07.18.).

8 – O Piauí no final do século XIX e início do século XX adotou um projeto de desenvolvimento econômico cujos pilares baseavam-se na inserção da província no mercado externo a partir de três aspectos: melhoramento das vias fluviais, especialmente o rio Parnaíba, maior rio perene piauiense, para escoamento da produção extrativista e do gado bovino; construção da malha ferroviária com o mesmo intuito de facilitação do transporte dos produtos; construção do porto marítimo em Amarração, na barra do rio Igaracu, um dos canais da foz do rio Parnaíba que também seria o destino final do transporte ferroviário piauiense. É preciso indicar que embora o Piauí tivesse em sua porção oeste um trecho de litoral, notadamente na cidade de Parnaíba, este não era adequado para a construção de um porto por causa da presença de promontório rochoso na praia de Pedra do Sal; portanto, fazia-se necessário retomar Amarração para a implementação deste projeto econômico (QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 1998.; REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010, 291 p.; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. *Estudo morfo-sedimentar dos recifes de arenito da zona litorânea do estado do Piauí, Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010, 305 p.).



Figura 1 – Carta chorographica da província do Ceará com divisão eclesiastica e indicação da civil judiciária até hoje (1861), de Pedro Thérberge⁹

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira¹⁰, 2018.

A partir da figura 1 pode-se observar, então, a localização geográfica de Amarração na província do Ceará em 1861, bem como do Vale do Crateús ainda na província do Piauí; à esquerda do mapa, a linha amarela demarca o limite do Ceará com o Piauí. Considerando a forma como foi elaborada a representação cartográfica em seu tempo e o tamanho desta, para melhor se compreender a inserção de Amarração na província do

9 – Médico francês nascido em 1811 e falecido em 1864 vítima do Cólera na província do Ceará na qual desenvolveu estudos literários e científicos, entre eles o levantamento da Carta Corográfica da referida província em 1861 (TRAÇOS Biographicos do Dr. Pedro F. Thérberge. *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, tomo 3, p. 229-232, 1898).
10 – BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Carta chorographica da Província do Ceará com divisão eclesiastica e indicação da civil judiciária até hoje*. Ceará, 1861. 1 mapa. Sem escala. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/27310>. Acesso em: 28.07.18.

Ceará e do Vale do Crateús na província do Piauí fez-se recortes amplia-
dos deste mapa apresentados nas figuras 2 e 3.



Figura 2 – Amarração na Província do Ceará em 1861.
Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 2018.

A seta na figura 2 indica a localização de Amarração podendo-se
ver claramente na escrita do elaborador do mapa a palavra *Amarração*; à
direita observa-se Barra Grande e a barra do rio Timonha, pertencente ao Ceará, e à esquerda o delta do Parnaíba, no Piauí.

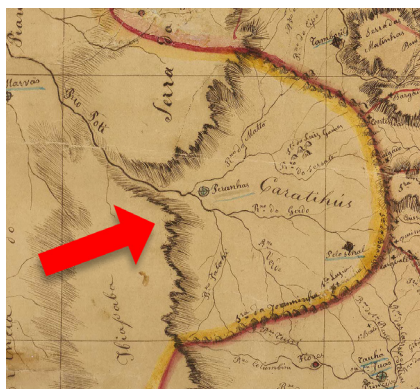


Figura 3 – Vale do Crateús na província do Piauí em 1861.
Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 2018.

A figura 3, por sua vez, trata da ampliação da porção do mapa que situa o Vale do Crateús (Caratihús) na província do Piauí, podendo-se observar à sua esquerda o rio Poty e a Serra da Ibiapaba. Na linha amarela e rosa, que demarca a divisa entre as duas províncias, também se verifica a indicação da Serra da Joaninha, na qual localiza-se a nascente do rio Poty, até então pertencente à província do Piauí.

O senador Paranaguá aponta também que o espaço compreendido entre o Igarapé e a Ilha Grande não tem capacidade de receber edificações em função do terreno arenoso e alagadiço, tornando a barra de Amarração uma necessidade para a província do Piauí desenvolver o comércio marítimo¹¹.

Assim, este artigo, de cunho bibliográfico e com estudo documental, tem como objetivo analisar o embate ocorrido entre os políticos do Piauí e do Ceará no final do século XIX em busca de consolidar o trecho costeiro em questão como território significativo para o desenvolvimento destas províncias, especialmente a piauiense.

Utilizou-se para tanto, especialmente, edições dos periódicos *A Imprensa* e *A Época*, órgãos oficiais dos Partidos Liberal e Conservador, respectivamente, no Piauí, publicados no início dos anos 1880 e que trazem as transcrições das discussões realizadas a nível do Senado Imperial sobre o litígio, bem como os interesses políticos de cada partido quanto à questão.

O registro do embate político protagonizado no Senado Imperial por João Lustosa da Cunha Paranaguá e Domingos José Nogueira Jaguaribe permite-nos inferir, então, sobre a importância que o litoral do Piauí assumia naquele fim de século para parte das elites piauienses, notadamente relacionadas com o Partido Liberal, ao qual Paranaguá era afiliado, e

11 – Nas edições a seguir encontram-se algumas transcrições dos discursos dos senadores piauiense e cearense utilizados para a elaboração deste artigo: *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 647, p. 3, 10 jul. 1880.; *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 650, p. 2-3, 7 ago. 1880.; *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 651, p. 2-4, 14 ago. 1880.; *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 652, p. 3, 21 ago. 1880.; *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 653, p. 2-3, 30 ago. 1880.

além disso, as críticas realizadas pelo Partido Conservador, que discordava da proposição da permuta a ser realizada, especialmente por questões econômicas, tendo em vista os territórios que faziam parte da negociação.

Propomo-nos, então, a produzir uma narrativa sobre esta situação litigiosa, com os devidos cuidados que a escrita da história requer, uma vez que esta trata-se de um quadro inacabado e que, mesmo com os pequenos fragmentos e vestígios encontrados do passado, jamais conseguiremos completar esse quadro na íntegra¹².

Ocupação do litoral piauiense: da conquista ao surgimento de Amarração

Os primeiros relatos do litoral piauiense datam do século XVI, a partir do naufrágio de uma embarcação portuguesa na qual se encontrava Nicolau de Resende. Odilon José Nunes¹³ afirma que, por volta do ano de 1571, Nicolau de Resende havia se perdido na região¹⁴ e relata a existência de comércio clandestino entre embarcações e os índios Tremembés, senhores do litoral na época.

De acordo com Odilon José Nunes¹⁵ “[...] os Tremembés aí estavam desde os primeiros contatos do europeu” e as relações estabelecidas com este último ocorriam em virtude da relevância do espaço geográfico

12 – Sobre essa questão, Michel de Certeau alerta para o cuidado ao trabalhar com os fatos históricos visto que estes não são verificáveis e sim apenas falsificáveis através do crivo crítico do pesquisador. A História seria então um quadro sempre em construção a partir de uma multiplicidade de pesquisadores considerados historiadores. (CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982).

13 – NUNES, Odilon José. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, v.1.

14 – De acordo com Paulo César da Costa Gomes, a região trata-se de uma “[...] realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive” (GOMES, 2000, p. 51). Neste trabalho, refere-se à delimitação geográfica dos locais, especificamente o litoral do Piauí (GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 49-76, 2. ed.).

15 – NUNES, Odilon José. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, p. 77, v. 1.

para a conquista e devassamento do território. Era um espaço estratégico para o comércio e para a conexão entre a capitania do Maranhão e o resto da América Portuguesa. Para isso era necessário o contato com os Tremembés. “Sem a paz com os Tremembés, senhores do litoral entre os fortins do Maranhão e Ceará, impossível seria estabelecer ligações normais com o Brasil, porque a comunicação marítima, em certas épocas do ano, era quase impraticável [...]”¹⁶.

Em decorrência disso, o transcorrer do século XVII levou a diferentes relações entre o conquistador e os Tremembés, ora estabelecendo relações amistosas, ora hostis, terminando, por fim, na necessidade da conquista do Parnaíba a partir de alegações de interesses e necessidades econômicas¹⁷.

Os anos que atravessaram o século XVI e XVII marcam os problemas que os portugueses tiveram para conquistar o território. No entanto, é preciso lembrar que a resistência dos Tremembés ao domínio português durou bastante e que por certo tempo os portugueses tiveram que aceitar a “Província dos Taramembes de Guerra¹⁸”, bem como estabelecer relações amistosas com tais indígenas, visto que não tinham a capacidade bélica para sua conquista. Sobre isso Jóina Freitas Borges¹⁹ diz o seguinte:

16 – NUNES, Odilon José. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, p. 68, v. 1.

17 – NUNES, Odilon José. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, v. 1.

18 – BORGES, Jóina Freitas. *Sob os areais: Arqueologia, História e Memória*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006, p. 114 e 115.

19 – A proposta da dissertação da Professora Jóina Freitas Borges em parte refere-se a uma desconstrução de uma historiografia piauiense que aponta o indígena sempre como o conquistado ou vítima da história, tendo como desfecho final de sua história seu extermínio. A autora aponta que os Tremembés não foram exterminados, encontraram táticas para sobreviver e resistir à dominação dos brancos e assim eles “[...] não entraram com as mãos nuas no mundo do branco. Apesar de normalmente se salientar que adotaram a igreja, os santos e o deus branco; que se sujeitaram às suas leis, à sua tecnologia, à sua língua, os fragmentos de seu mundo estavam em suas próprias mãos: vestígios da língua, o ritual do torém, o mocororó, modos de pescar, de comer, ou seja, de viver, carregados de tradições, sobreviveram à hecatombe promovida pela colonização [...]” (BORGES, Jóina Freitas. *Sob os areais: Arqueologia, História e Memória*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do

Contudo, não foi fácil pegá-los “dos pés pra cabeça”. Eles resistiram bastante. Os portugueses tiveram que aceitar a “Província dos Taramembes de Guerra” por um bom tempo. Vários conflitos ocorreram entre esses povos da costa e os portugueses, episódios sangrentos, como o acontecido em 1679, quando a tropa de Vidal Maciel Parente, tomando vingança a uns náufragos mortos pelos tremembés em suas praias, quase acabou com uma tribo inteira da barra do rio Parnaíba, sem respeitar mulheres, velhos ou crianças [...] Foram selados e quebrados acordos de paz. Mas até fins do século XVII os Tremembés ainda não haviam perdido sua autonomia, como fica claro na carta régia de 1687, que aconselha ao governador do Maranhão manter “[...] bom tratamento com os Índios Taramambezes [...]”: sem dúvidas, quando os portugueses não tinham condições de um enfrentamento total com os indígenas, o melhor era mantê-los em relações pacíficas²⁰.

Sendo assim, até fins do século XVII o espaço do que viria a ser o litoral do Piauí ainda não havia sido apossado pelos europeus. É com a chegada do século XVIII e o surgimento da Capitania de São José do Piauí que este espaço é definitivamente conquistado pelos invasores.

Na formação do espaço litorâneo piauiense, os estudos que tratam da constituição do território que hoje corresponde ao município de Luís

Piauí. Teresina, 2006, 333 p.). Ao contrário do que diz a historiografia indígena piauiense até o início dos anos 2000 nossos índios não foram exterminados, antes buscaram meios para resistir à dominação e sobreviver frente às sucessivas tentativas de dominação do invasor. Segundo Marcus Pierre de Carvalho Baptista, a historiografia indígena piauiense pode ser dividida em três momentos: o primeiro, dos anos 1950 a 1980, no qual o indígena é vinculado a uma cultura inferior à do branco, dando ênfase ao genocídio; os anos 1990 a 2000 correspondem ao segundo momento em que a cultura indígena recebe o mesmo valor da cultura do conquistador, contudo, os trabalhos realizados continuam a focar a questão do genocídio e etnocídio, como se a história destes se resumisse a isso; já a partir dos anos 2000, através do “reaparecimento” de grupos indígenas no Piauí e também de revisionismo historiográfico, outros aspectos sobre a história e a cultura destes começam a ser estudados, configurando o terceiro momento. O autor reforça ainda que as perspectivas não são excludentes, portanto, mesmo com o novo revisionismo historiográfico muitos autores ainda discutem a questão indígena no Piauí a partir de seu total extermínio (BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. Da “selva” ao sangue à vida: o discurso historiográfico indígena no Piauí. In: Simpósio Nacional de História, 29, 2017, Brasília. *Anais* [...]. Brasília: ANPUH, 2017, p. 1-17).

20 – BORGES, Jóina Freitas. *Sob os areais: Arqueologia, História e Memória*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006, p. 114 e 115.

Correia percorrem um caminho de conflitos. Se antes as disputas pelo espaço eram realizadas entre os Tremembés e os brancos, visando a posse da terra, ao longo do século XIX estas foram travadas entre as províncias do Piauí e do Ceará.

Importa indicar primeiramente que o surgimento de Parnaíba, fato relevante para a construção da história do norte piauiense, tanto no sentido político como nos sentidos econômico e geográfico, ocorreu no século XVIII, no ano de 1761. “Logo após a fundação da vila, já era o porto visitado anualmente por mais de dez embarcações que compravam carnes e couros de doze a treze mil bois que se carneavam em suas oficinas²¹”.

Segundo Odilon José Nunes²², Parnaíba logo adquiriu grande relevância econômica para a capitania do Piauí e, posteriormente, para a defesa do território de Portugal a despeito do conflito entre este último e a França no começo do século XIX.

Nesse contexto conturbado do início do século XIX “[...] data de 1820 o povoamento do território de Amarração, atual município de Luís Correia, quando pescadores ali se instalaram²³”. Com relação a estes pescadores, João Gabriel Baptista²⁴ utiliza-se do mapa de Henrique Antonio Galúcio (Galluzzi)²⁵ produzido em 1760 para registrar o pertencimento do território de Amarração ao Piauí, apresentando nas figuras 4 e 5 um recorte ampliado do trecho que corresponde à Amarração. Em sua análise, Amarração, além da ocupação feita pelos pescadores que transitavam no litoral, também foi ocupada pelos padres da Freguesia de Granja do

21 – NUNES, Odilon José. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, p. 154, v. 1.

22 – NUNES, Odilon José. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007, v.1.

23 – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Luís Correia – Piauí*. Rio de Janeiro, 1984, p. 2 (Coleção de Monografias Municipais. Nova Série, 58).

24 – BAPTISTA, João Gabriel. *Mapas Geohistóricos*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

25 – Aparecem várias grafias do nome Galluzzi em diferentes referências. Para este trabalho, adotou-se “Henrique Antonio Galúcio”.

Ceará. Segundo João Gabriel Baptista²⁶, o Ceará utilizou-se do pretexto de proteger os moradores dos portugueses para anexar este local a seu território.



Figura 4 – Mapa Geográfico da Capitania do Piauí – Galúcio, 1760²⁷.
Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira²⁸, 2018.

26 – BAPTISTA, João Gabriel. *Mapas Geohistóricos*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

27 – O mapa foi gerado a partir da solicitação do governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão visando a identificação dos núcleos de povoamento e dos espaços ocupados pelas ordens dos jesuítas e carmelitas em função da demarcação das fronteiras do Norte da América Portuguesa a partir do Tratado de Madri, por uma comissão de especialistas da qual fez parte Henrique Antonio Galúcio, engenheiro militar ajudante mantuano (Mântua, Itália). Publicou-se primeiramente, em 1759, o *Mapa Geral do Bispado do Pará* e, no ano seguinte, em 1760, o *Mapa Geográfico da Capitania do Piauí*, considerada a primeira carta geográfica do Piauí, com o registro de capelas, lugares, freguesias e vilas, bem como as diversas fazendas de gado existentes na época (*Sertão de dentro*: a formação do espaço piauiense em registros cartográficos. Teresina: Governo do Estado do Piauí, 2002. 30 p.; ASSIS, Nívia Paula Dias de; CINTRA, Jorge Pimentel. O mapa geográfico da Capitania do Piauí, de Antonio Galluzzi. In: *Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 3., 2016, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p. 63-72).

28 – BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes*. Piauí, 1761. 1 mapa. Sem escala. Disponível em: <http://>



Figura 5 – Localização da barra do Igarauçu e barra do Timonha²⁹ em 1761 na Capitania do Piauí.
Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 2018.

Na figura 5, apresenta-se uma ampliação do mapa de Henrique Antonio Galúcio indicando a partir da seta vermelha à esquerda a localização da entrada do rio Igarauçu, barra de Amarração; a seta vermelha à direita indica a entrada do rio Timonha. Por sua vez, a linha vermelha à direita demarca a divisa da Capitania do Piauí com a do Ceará.

Cabe ressaltar que, ainda no século XIX, existe um mapa sem autoria datado de 1826 que traz a localização das desembocaduras do rio Parnaíba, das barras da província do Piauí até a barra de Tutoia, no Maranhão, registrando também a presença de várias localidades, dentre elas a recém-criada Amarração, ainda pertencente à província do Piauí. A figura 6 traz o mapa em questão e a figura 7 um recorte ampliado para permitir melhor visualização de Amarração no referido produto cartográfico.

bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15672?locale-attribute=en<http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/27310>. Acesso em: 28.07.18.

29 – O espaço que no século XIX corresponde à Vila de Amarração encontra-se localizado no mapa de Galúcio de 1760 entre as barras do rio Igarauçu e do rio Timonha, destacado pelas setas. Observa-se no mapa também a linha vermelha do lado direito indicando a Serra da Ibiapaba como divisor entre a Capitania do Piauí e a Capitania de Pernambuco e Ceará (BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Carta geografica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes*. Piauí, 1761. 1 mapa. Sem escala. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/15672?locale-attribute=en><http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/27310>. Acesso em: 28.07.18).



Figura 6 – Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da província do Piauí até a barra da Tutoia, da província do Maranhão suas comunicações por garapés e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu – 1826.

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira³⁰, 2018.



Figura 7 – Identificação de Amarração³¹ em 1826 na província do Piauí.

Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira, 2018.

30 – BIBLIOTECA DIGITAL LUSO-BRASILEIRA. *Planta que mostra as fozes do rio Parnahiba e barras da província do Piauí até a barra da Tutoia, da província do Maranhão suas comunicações por garapés e as habitações colocadas nos lugares que o autor viu*. Piauí, 1826. 1 mapa. Sem escala. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/42603>. Acesso em: 28.07.18.

31 – A construção presente no mapa de 1826 refere-se, provavelmente, ao Reduto de

Observa-se na figura 7 a indicação da seta vermelha de Amarração e do braço do rio Igarauçu ainda pertencente à província do Piauí; a linha rosa demarca esta província. Ainda sobre o povoamento e a ocupação do território de Amarração, Lana Mary Veloso Pontes nos diz o seguinte:

O povoado de Amarração foi uma estratégia de ocupação territorial que partiu da Igreja, por meio da ação dos padres, em 1823, que ampliou sua freguesia com a realização de batizados e casamentos, passando a exercer influência direta sobre seus habitantes. Como desdobramentos políticos e econômicos, fundados na relação comercial do povoado com a cidade de Granja, a Assembléia Provincial do Ceará elevou o povoado à categoria de distrito (Lei n. 1.177, de 29 de agosto de 1865). Após nove anos, o distrito foi transformado em Vila (Lei n. 1.596, de 5 de agosto de 1874), sendo instalada somente em 23 de julho de 1879 pelo presidente da Câmara Municipal de Granja, de cujo território havia sido desmembrado. Contudo, em 1880, a província do Piauí reivindica a sua posse e seu território foi então anexado ao desta província, mediante a lei geral n. 3.012 de 22 de outubro de 1880, na ocasião de anexação das Vilas de Crateús e Independência ao Estado do Ceará³².

Assim, ao final do século XIX e início do século XX após a anexação definitiva de Amarração à província do Piauí, a vila teve autonomia política até 1931 quando por força do Decreto Estadual n. 1.279 é elevada a distrito do município de Parnaíba. Quatro anos depois, em homenagem a Luís de Moraes Correia³³, teve seu nome alterado para Luís Correia através da Lei Estadual n. 6 de 04 de setembro de 1935, voltando a ser

Amarração edificado em função da defesa do território alguns anos antes, na época da Independência, pelo Piauí e pelo Ceará, tendo um forte no mesmo lugar, visando a proteção da barra de mesmo nome. Nos anos que se seguiram, os redutos existentes no Piauí foram demolidos ou não resistiram à ação do tempo (COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. 2.).

32 – PONTES, Lana Mary Veloso de. *Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará*: a questão dos limites municipais. Fortaleza: IPECE, 2010, p. 38 e 39.

33 – Nasceu em 1881 em Amarração e faleceu em Fortaleza em 1934. Foi bacharel em Direito, magistrado, professor, jornalista, dramaturgo, político, tendo sido no Piauí chefe de polícia e promotor público em Parnaíba. No Ceará foi juiz federal e professor catedrático da Faculdade de Direito do Ceará. Foi membro da Academia Piauiense de Letras, tendo escrito sobre sociologia, filosofia, literatura e jurisprudência, publicando entre outros o livro *O Porto de Amarração* (GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Grande Dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997*. Teresina [s.n.], 1997).

autônoma politicamente quando foi elevada a município pelo Decreto-lei Estadual n.107 de 26 de julho de 1938³⁴.

Embates pela “restituição do pequeno território dessa nesga de terra, que se acha encravada no Piauí e de que o Ceará não precisa”

Data de 1880³⁵ a lei que transfere efetivamente a Vila de Amarração para o Piauí em troca de Príncipe Imperial e Independência cedidos ao Ceará. Nesse contexto, pensar em Amarração no final do período oitocentista implica em considerar as disputas litigiosas naquele espaço e de que forma elas estão vinculadas a uma ideia de progresso pelo governo provincial do Piauí³⁶.

Para além do projeto de lei que garantiu a troca dos territórios entre as províncias do Piauí e do Ceará, é interessante apontar as calorosas discussões geradas no Senado em função dessa necessidade posta pelo governo provincial do Piauí de desenvolvimento e progresso, de se modernizar³⁷.

34 – ANDRADE, Alberto José Bona; SANTANA, Antônio de Jesus Oliveira de. Um município em foco: Luís Correia. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 3, n. 1, p. 26-34, jan./abr. 1986.

35 – Decreto n. 3.012, de 22 de outubro de 1880. Altera a linha divisória das Províncias do Ceará o do Piauí. (BRASIL. Império. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1880*. Parte 1. Tomo XXVII / Parte II. Tomo XLIII. Rio de Janeiro: Nacional, 1881. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18669>. Acesso em: 02.07.17.; BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 3.012, de 22 de outubro de 1880*. Altera a linha divisória das Províncias do Ceará o do Piauí. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL3012-1880.htm. Acesso em: 02.07.17).

36 – Segundo Junia Motta Antonaccio Napoleão do Rego, três aspectos foram considerados essenciais no século XIX para o desenvolvimento e progresso da província do Piauí: o desenvolvimento da navegação a vapor pelo rio Parnaíba, a construção do Porto de Amarração e também da Estrada de Ferro Central do Piauí, esta última efetivada em 1922 (REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010, 291 p.).

37 – Compreendemos modernidade a partir da perspectiva de Marshall Berman que indica esta como uma experiência que o sujeito vivencia a partir do momento em que vive em um mundo permeado por constantes transformações, estas podendo ser positivas ou negativas. Trata-se de um espaço da inovação e da contradição, da mudança e das rupturas que ocorrem através do processo de modernização, isto é, novas descobertas nas ciências,

Em julho de 1880, três meses antes da publicação do Decreto n. 3.012, o periódico *A Imprensa*³⁸ publicou uma série de edições que traziam as transcrições dos embates protagonizados pelos representantes do Piauí e do Ceará no Senado³⁹; o cerne dos debates era justamente a relevância de Amarração para a província do Piauí.

Buscando fundamentar sua argumentação, bem como apontar os motivos pelos quais o senador cearense, conseqüentemente a província do Ceará, deveria aceitar a troca, o senador piauiense, João Lustosa da Cunha Paranaguá, inicia sua fala assinalando que o interesse na permuta dos territórios já existia por parte do Ceará desde 1827 quando os próprios deputados cearenses tinham considerado de “interesse público” o desmembramento para o Piauí da faixa territorial correspondente à Amarração. Na edição de *A Imprensa*⁴⁰ do dia 10 de julho de 1880 tem-se o seguinte:

[...] Consideramos muito a proposito e de utilidade publica e boa administração que da provincia do Ceará se desmembre para a do Piauihy

aumento demográfico, ampliação do tecido urbano, desenvolvimento dos sistemas de comunicação e de transporte. Todo e qualquer processo social que envolva a criação de um novo espaço marcado por estas transformações e que moldem uma experiência dicotômica no sujeito a partir da inserção deste moderno é o que caracteriza esta experiência da modernidade (BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.).

38 – Periódico vinculado ao Partido Liberal e órgão oficial de imprensa da província durante o período que este esteve no poder. Existiu até 1889, quando da proclamação da República renomeou-se para *Atualidade*, posteriormente fundindo-se com *Fiat Lux*, dando origem à *Democracia* (PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: Zodíaco, 1997, 3. ed.).

39 – Os debates ocorridos no Senado protagonizados pelo senador João Lustosa da Cunha Paranaguá e Domingos José Nogueira Jaguaribe datam de 18 de junho de 1880 por ocasião do discurso do primeiro em aparte pedido à fala do senador maranhense, Barão de Cotegipe. O periódico *A Imprensa* traz as transcrições em partes ao longo de várias edições durante os meses de julho e agosto de 1880. Francisco Augusto Pereira da Costa também registra essa disputa territorial no parlamento, dando ênfase, no entanto, à defesa calorosa de Jaguaribe e não comentando sobre Paranaguá. Também registra que em 12 de janeiro de 1881 o vice-presidente da província da época, Dr. Francisco de Sousa Martins, toma posse efetivamente do território da Amarração (COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974, v. 2.).

40 – As citações diretas transcritas das fontes originais mantêm a grafia utilizada na época, portanto, não foram submetidas à revisão ortográfica em vigor.

todo o território e litoral que ficar para oeste por uma linha divisória que se deve tirar da tromba da serra da Ibiapaba á barra do rio Timonha, incorporando-se ao termo e freguezia da Parnahyba: que do Piauhy se desmembre para o Ceará o sertão de Cratiús, que fica da cordilheira da Serra Grande para léste, incorporando-se ao termo e freguezia da villa de S. João do Principe, enquanto não se crear villa e freguezia na povoação de Piranhas, como convém⁴¹.

O trecho em destaque trata de uma transcrição feita por Paranaguá de um documento que traz justamente a conclusão à qual os deputados da província do Ceará haviam chegado há 50 anos e que se torna um dos argumentos utilizados pelo senador piauiense para justificar a troca sugerida naquele momento pelo Piauí ao Ceará.

A intenção, então, do senador piauiense, pautava-se na ideia de fragilizar a argumentação desenvolvida por Jaguaribe de que a província do Ceará nada tinha a ganhar com a permuta ou que não tinha interesse nesta ao apontar que, já em 1827, os políticos cearenses, consequentemente a província do Ceará, já consideravam interessante e de “interesse público” a efetivação dessa troca.

Embora o senador piauiense não especifique qual era exatamente o documento apresentado, limitando-se a explicar que tratava-se de uma resposta dada depois dos esclarecimentos solicitados a uma comissão de estatística, é interessante apontar também que para além de um interesse que já havia existido no que se refere à troca dos territórios, há também a afirmação por parte do senador piauiense de que já neste documento de 1827 os políticos cearenses reconheciam que a divisa natural entre a província do Piauí e do Ceará é a Serra Grande ⁴² e o rio Timonha, colocando

41 – *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 647, p. 3, 10 jul. 1880.

42 – Denominação dada a *cuesta* (tipo de Planalto Sedimentar dessimétrico, com suave mergulho e finas camadas), da Ibiapaba, “cujo *front* está voltado para as depressões sertanejas cearenses e o reverso para o Piauí. Apresenta-se mais uniforme ao norte, onde é denominada genericamente de ‘Serra da Ibiapaba’ e ao sul, a partir do *canyon* ou boqueirão do rio Poti, é conhecida por ‘Serra Grande’ (LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Relevo piauiense: uma proposta de classificação. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 12, n. 2, p. 55-84, p. 67 ago./dez. 1987).

em situação complicada a questão litigiosa entre as duas províncias. O senador piauiense, então, dá continuidade a sua argumentação:

[...] Nesse mesmo documento, como se vê, a deputação cearense pedia a desmembração do valle do Cratiús para a sua provincia, compreendendo o territorio que hoje fôrma a comarca do Principe Imperial, composta dos dous termos – Principe Imperial e Independencia.

Isto que foi pretendido em 1827, para terminar semelhante controversia, achou sua consagração na camara actual pelo accordo a que poderam chegar as deputações do Ceará e Piauhy. [...]

Eu e meus honrados amigos, representantes do Piauhy, reconhecemos a difficuldade de nossa posição, porque tambem assumimos uma grande responsabilidade perante nossa provincia abrindo mão de um territorio tão extenso e importante, como é a comarca do Principe Imperial, recebendo em compensação um pequeno territorio, ainda pouco povoado, como é a freguesia de Amarração⁴³.

Faz-se necessário destacar ainda que ao mesmo tempo que Amarração é percebida pelo representante piauiense no Senado Imperial enquanto necessária para garantir o desenvolvimento e progresso da província, o senador também entende os problemas decorrentes da eventual permuta dos territórios, os quais seriam a extensão territorial a ser acrescentada à província do Piauí, segundo o senador, de apenas 37 quilômetros, configurando a menor faixa litorânea de um estado brasileiro na contemporaneidade, apenas 66 quilômetros⁴⁴ de extensão linear, em troca do chamado Vale do Crateús que possuiria 200 quilômetros de extensão sobre 185 de largura, além de um número considerável de fazendas de gado que contribuiriam para a economia da província vizinha.

43 – *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 647, p. 3, 10 jul. 1880.

44 – A extensão linear do litoral piauiense corresponde a 66 quilômetros de acordo com pesquisadores como João Gabriel Baptista e Elisabeth Mary de Carvalho Baptista, com quatro municípios costeiros com as seguintes extensões de costa, no sentido Leste-Oeste: Cajueiro da Praia – 15 km, Luís Correia – 27 km, Parnaíba – 19 km, e Ilha Grande – 5 km (BAPTISTA, João Gabriel. *Geografia Física do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981, 366 p., 2. ed.; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. *Estudo morfossedimentar dos recifes de arenito da zona litorânea do estado do Piauí, Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010, 305 p.).

Dessa forma, já nas discussões para retomar Amarração, consequentemente, a possibilidade de um porto marítimo para escoamento dos produtos da província não era consenso de que a permuta teria o efeito desejado ou mesmo de que se tratava de algo consonante na província do Piauí. Além dos problemas apontados por Paranaguá, o periódico *A Época* em sua edição de 1 de fevereiro de 1884⁴⁵, quatro anos após a efetivação da permuta, dizia o seguinte:

[...] Vem de molde lembrar-se aqui a permuta ou troca leonina e vergonhosa da extensa, populosa e fértil comarca do Príncipe Imperial, com duas boas villas e um eleitorado que sobe a duzentos, por uma insignificante villa da Amarração, sem terreno habitavel, cujo termo novissimo, apenas conta uma pequena população adventicia, encravada entre o mar, a serra do Timonha pelo lado do Ceará, mangaes, pantanos, restingas e areias para todas as partes, com 11 leguas de extensão ao máximo, sem largura alguma, e um eleitorado dez vezes menor ao daquela comarca cedida!

Foi um negocio ou *arranjo* de todo ponto prejudicial e attentatorio dos direitos mais palpitantes, e caros interesses do Piauhy, que quasi de mãos beijadas e como que violentado, cedeu o famoso valle dos Crateús, a mais creadora, fertil, e – talvez – salubre zona de ambas as provincias⁴⁶.

De maneira similar ao senador, o periódico também aponta os problemas encontrados na troca efetivada a partir do Decreto n. 3.012 de 1880, dando a entender que o “desejo” ou “vontade” de retomar Amarração não era uma voz uníssona na sociedade piauiense e que existiam sim aqueles que criticavam ou que pelo menos consideraram problemática a forma como a recuperação do território fora realizada.

Além da pequena extensão territorial, se comparada com o Vale do Crateús, o periódico aponta o próprio relevo como problemático, dando a entender que ali não seria possível o desenvolvimento de edificações de maneira similar aos problemas relatados pelo senador piauiense ao se

45 – *A Época*, Teresina, ano 7, n. 290, p. 2, 1 fev. 1884.

46 – Periódico semanário do Partido Conservador substituído pelo *Fiat Lux* em 1889 a partir da proclamação da República (PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: Zodíaco, 1997, 3. ed.).

referir ao espaço que compreende da barra do rio Igarauçu à Ilha Grande⁴⁷, já no delta⁴⁸ do Parnaíba, que justifica as feições descritas.

Para além disso deve-se ter em mente que as críticas estabelecidas pelo periódico *A Época* focam também a questão eleitoral, ou seja, os eleitores perdidos com a troca realizada. Talvez a maior preocupação do periódico não fosse essencialmente a questão econômica, mas sim a política, tendo em vista os diversos episódios de disputas políticas nos anos que se seguem em Amarração entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, relatadas em outras edições do mesmo periódico⁴⁹.

Em contrapartida ao suposto prejuízo sofrido pelo Piauí, o senador piauiense, então, discorreu sobre as vantagens para a província do Ceará:

[...] E, pois, o Ceará não soffre o menor prejuizo com a cessão desse pequeno territorio, que, como bem demonstrou o nobre senador pelo Maranhão, a justo título não lhe pertence. O Ceará tem a posse, é verdade, mas o direito não está de seu lado, nem aquelle factio creou taes interesses que a conveniencia publica aconselhe a sua continuação por mais tempo.

Os habitantes do município do Príncipe Imperial e Independencia reclamaram, usando do direito de petição, a sua passagem para o Ceará, e não serei eu que me oponha a isso. Trata-se de uma comarca importante de minha provincia com a população de cerca de trinta mil almas, sete ou oito vezes maior do que aquella de que abre mão o Ceará,

47 – Pelas características apontadas no texto, refere-se à atual Ilha Grande de Santa Isabel, que abrange parte do município de Parnaíba incluindo a praia de Pedra do Sal e o município de Ilha Grande no extremo oeste insular, elevado a esta categoria através da *Lei Estadual n. 4.680/1994 de 26 de janeiro de 1994, desmembrado de Parnaíba, tendo sido instalado em 1 de janeiro de 1997 (Revista do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Teresina, ano 23, n. 5, jan. 1997).*

48 – Depósito aluvial em formato de leque ou que lembra a letra grega *delta* que se forma na foz de alguns rios ao desembocarem em um corpo maior como lagos, mares e oceanos, que surgem em função da incapacidade do meio receptor de remover a carga transportada pelo rio em sua totalidade (SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). *Terra: feições ilustradas*. Porto Alegre: UFRGS, 2008, 3. ed.).

49 – Os periódicos *A Imprensa* e *A Época*, por serem os órgãos oficiais do Partido Liberal e do Partido Conservador, respectivamente, na província do Piauí, relataram no decorrer dos anos 1880 as diversas disputas políticas e ideológicas vivenciadas pelos corregionários destes partidos nesta província..

porquanto a população da freguezia da Amarração não excede de três mil e quatrocentas e tantas almas⁵⁰.

Dessa forma, na perspectiva de Paranaguá, as transferências do território de Amarração para o Piauí e do Vale do Crateús para o Ceará indubitavelmente trariam benefícios para a província cearense, enquanto que Amarração para a província do Piauí só traria vantagens futuras, não justificando a oposição veemente realizada pelo senador cearense a este processo.

Para o senador piauiense, a troca sugerida corroborava com o sentimento dos habitantes locais do Crateús que, naquele momento, identificavam-se mais com o Ceará do que com o Piauí, talvez, por isso, justificando a petição realizada por estes para se tornarem parte da província do Ceará, além, provavelmente, da proximidade da capital cearense em detrimento da piauiense⁵¹. Da mesma maneira os habitantes de Amarração sentiam-se em relação à província do Piauí, desejando dela fazerem parte ao ponto de também terem realizado uma petição em forma de abaixo-assinado para fortalecer a permuta entre os territórios. Na edição de 30 de agosto de 1880 de *A Imprensa*, ainda sobre o debate realizado entre os dois senadores, o senador Paranaguá atesta o seguinte:

[...] E, pois, as mesmas razões que nos levam a concordar com a vontade dos povos do valle do Cratiús, devem persuadir o nobre senador pelo Ceará a concordar com o desejo dos povos da Amarração, compostos na sua grande maioria de naturaes do Piauhy, e ficam distantes da cidade da Parnahyba somente tres leguas, que se navegam a vapor. Esses povos pedem, como disse o illustre Sr. Dr. Fernando Moreira a sua annexação ao Piauhy, mostrando repugnar aos seus desejos e interesses o estado actual das cousas. Porventura nos oppomos ao desejo revelado pelos habitantes de Cratiús, que reclamam pertencer ao Ceará? Não; concordamos, porque aqui estamos para satisfazer a vontade discreta e legitima dos povos, em vez de contraial-a.

50 – *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 650, p. 3, 7 ago. 1880.

51 – A distância aproximada atualmente entre Crateús, antiga Príncipe Imperial, e Teresina é 304 km. Entre Teresina e Fortaleza 288 km. Com relação à Independência, a distância para Teresina é em torno de 328 km e, desta para Fortaleza, 301 km.

Pelo mesmo principio o nobre senador deveria attender as reiteradas manifestações dos habitantes da Amarração; isto não deveria repugnar-lhe de modo algum, como não lhe repugna que se attenda ao pedido feito pelos de Príncipe Imperial e Independencia.

Esses povos, as municipalidades incumbidas dos seus interesses peculiares representaram, assim como os da Amarração. As suas petições foram presentes á commissão respectiva da camara dos deputados em 1875. Na discussão, que então houve, essas petições offereceram thema para largo debate; e uma se acha transcripta nos *Annaes* da camara dos deputados, pag. 73, do mez de setembro de 1875. No discurso do Sr. Moraes Rego se acha a integra desse documento.

Temos alem disto a representação que ha poucos dias apresentei ao senado por parte da camara municipal. O nobre senador impugnou-a, dizendo que ella nada significava, porque o primeiro signatario pelo nome parecia-lhe ser de um pernambucano, o Sr. Mavignier; mas este senhor é piauihyense e hoje reside em Amarração, onde é bastante estimado, assim como são os Srs. Brandão, José Rodrigues e outros, que exercem legitima influencia alli, todos muito relacionados no Piauihy; porque aquella população é quasi toda vinda do Piauihy, deseja pertencer à sua antiga provincia, á qual se acham ligados por vinculos de família e interesses commerciaes, civis e politicos.

Portanto, o projecto não faz mais do que consagrar uma legitima aspiração dos povos daquella localidade, de accordo com as mais preponderantes necessidades publicas á bem da prosperidade e da boa administração, tanto da justiça como do fisco. Nós aqui estamos para prover em casos semelhantes, removendo os embaraços que se oppõem, ás aspirações legitimadas d'aquellas localidades, decidindo esta antiquíssima questão, que hoje chegou ao ponto de ser resolvida, visto que os representantes das duas provincias na outra camara concordam em deferir a vontade dos povos.

Só o nobre senador se mostra opposto: é singular!⁵²

Esta citação do discurso de Paranaguá aponta que tanto os habitantes de Amarração quanto os do Vale de Crateús expressavam vontade de que fosse concretizada a transferência dos territórios respectivamente para o

52 – *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 653, p. 2-3, 30 ago. 1880.

Piauí e Ceará, diante da relação que estes já desenvolviam com as províncias em termos econômicos, sociais, culturais e também políticos⁵³.

Na edição d' *A Época* de 09 de junho de 1883⁵⁴ há também referência a um abaixo-assinado feito pelos moradores de Amarração para que o território fosse anexado ao Piauí, devido justamente aos pontos já aferidos pelo senador piauiense, ou seja, os laços de proximidade com a província do Piauí em detrimento à do Ceará. Embora não tenhamos tido acesso aos documentos citados, nem outras fontes referentes a estes, não seria impossível supor que a produção destas petições feitas pelos moradores de Amarração e do Vale do Crateús tenham sido sugeridas pelos políticos locais ou mesmo feitas por estes tendo em vista seus interesses e os das próprias províncias.

Além disso, o senador piauiense não entendia a resistência imposta pelo colega cearense em ainda permanecer com uma posição contrária mesmo diante das “vantagens” apresentadas por Paranaguá no aspecto econômico, além das aspirações dos habitantes das duas localidades, que por si só já seriam justificativa para se colocar em debate e em prática a permuta. Deste modo, se ambos os senadores se colocavam enquanto defensores dos “interesses públicos” de suas respectivas províncias, tendo em vista como interesse último o da nação, por que, então, o senador Jaguaribe continuava a se opor ao projeto da troca?

Na edição de 10 de julho de 1880 d' *A Imprensa* temos a seguinte resposta do senador Jaguaribe quanto ao motivo que este se coloca contrário ao processo de anexação de Amarração ao Piauí e do Vale do Crateús ao Ceará após reafirmação por parte de Paranaguá da aceitação da

53 – Para aprofundamento em relação às questões de identidade produzidas em decorrência deste litígio no final do século XIX, ver a discussão realizada na seguinte referência: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Cearenses ou piauienses? reflexões sobre identidade na Vila de Amarração no litoral do Piauí no final do século XIX. In: PEIREIRA, Denise; CARNEIRO, Maristela (Org.). *O Brasil dimensionado pela história 2*. Ponta Grossa: Atena, 2020, p. 25-36.

54 – *A Época*, Teresina, ano 6, n. 260, p. 4, 9 jun. 1883.

“deputação”⁵⁵ cearense em 1827 em realizar a troca. O senador Jaguaribe então expressou: “[...] O certo é que não passou. Não houve sêcca nesse tempo, nem o Ceará tinha decahido como actualmente⁵⁶” (*Sic*).

Dessa maneira, a recusa do senador Jaguaribe pauta-se no problema enfrentado naquele momento pela província do Ceará, também pela província do Piauí, assim como por outras províncias vizinhas: a Seca de 1877 a 1880⁵⁷. Essa situação talvez tenha levado ao deslocamento de pessoas por toda a região atingida, os retirantes, em busca de melhores condições de vida, principalmente para localidades que supostamente teriam características hídricas e climáticas mais favoráveis, e assim fácil acesso à água como o litoral⁵⁸.

55 – “Reunião de pessoas encarregadas de missão especial” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, p. 436.).

56 – *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 647, p. 3, 10 jul.1880.

57 – Segundo Frederico de Castro Neves, a Seca de 1877 a 1880 atingiu diversas províncias do espaço que hoje corresponde à Região Nordeste do Brasil, com acentuadas emigrações das pessoas para diferentes localidades procurando sobreviver às intempéries do fenômeno natural. Tentando resolver o problema, muitas províncias criaram “comissões de socorro” que recebiam verbas e suprimentos dos governos provinciais para auxiliar os retirantes em sua condição de miséria (NEVES, Frederico de Castro. *A miséria na Literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará*. *Tempo* – Revista do Departamento de História da UFF, v. 22, p. 91-108, 2007.).

58 – Essa conjectura se faz possível a partir da edição de *A Época* de 13 de abril de 1878, na qual o periódico aponta a situação caótica em que se encontravam tanto a capital da província do Piauí, Teresina, comoarnaíba e Amaração, mesmo esta última no período ainda pertencendo ao Ceará (*A Época*, Teresina, ano 1, n. 2, p. 4, 13 abr. 1878). O Piauí, de modo geral, configurou-se enquanto um corredor de passagem nos períodos de Seca no final do século XIX, especialmente por parte dos cearenses, que buscavam espaços com melhores condições de sobrevivência. Nesse sentido, Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges indicam que no caso do Piauí os problemas causados pela Seca ampliavam-se significativamente em função da presença destes sujeitos flagelados pela condição adversa (DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1987, 2. ed.). No caso de Amaração, especificamente, era comum nestes períodos de estiagem a chegada de pessoas originadas de outras regiões com a finalidade de sobreviver no local ou a partir deste alcançar outras províncias. No caso da Seca de 1888-1889, os periódicos da época reportaram em Amaração problemas decorrentes da passagem destes indivíduos, como saques à Comissão de Socorros instalada na região, bem como esgotamento de recursos hídricos e morte do gado e plantação indicando, então, que apesar da condição geográfica da vila esta também sofria com o problema da Seca (BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de

Tendo isso em vista, quiçá, o senador cearense pode ter se oposto à troca em função do acesso pela Amarração ao rio Igaráçu, braço do rio Parnaíba, em sua foz no Oceano Atlântico com fluxo d'água perene durante todo o ano. Essa conjectura, no entanto, não é confirmada pela discussão realizada, visto que o senador cearense se limitou a dizer o já exposto, sem detalhar como Amarração poderia contornar a situação da Seca.

Por fim, o projeto foi aprovado, conforme dito anteriormente. A edição de 23 de outubro de 1880 do periódico *A Imprensa* apresenta um breve resumo sobre o projeto, transcrevendo do *Jornal do Commercio* o seguinte:

Passou na camara dos deputados sem discussão alguma e com o accordo das deputações do Ceará e Piauhy um projecto desannexando a comarca de Principe-Imperial da provincia do Piauhy, para ficar pertencendo ao Ceará, e a freguezia da Amarração, da provincia do Ceará, para ficar pertencendo ao Piauhy.

Este projecto consultava, na opinião de todos, os interesses das duas provincias.

No senado soffreu desabrida e violenta opposição do Sr. Jaguaribe, como é notório. Fôra do senado agitou-se a questão de um modo tambem odioso á deputação cearense, e até houve um desembargador, ex deputado, que fez um requerimento ao Imperador pedindo o exercicio da prerogativa do *vêto* para que o projecto não se convertesse em lei.

Este incidente não se commenta.

O projecto fôra emendado no senado, e a intelligencia das emendas nenhuma contestação soffrera nem do Sr. senador Jaguaribe, nem dos outros pretensos advogados dos direitos cearenses fora do parlamento.

Voltando à camara o projecto emendado, suscitarão duvidas sobre sua interpretação os Srs. deputados Rodrigues Junior e Veriato de Medeiros, dizendo que as emendas do senado importavão grande perda de territorio cearense em favor da provincia do Piauhy.

Isso jamais passará pela cabeça de ninguem; mas foi tal a celeuma, tal o escarcéo e a poeira levantada pelos deputados dissidentes, que

Carvalho. A Seca de 1888-1889 e seus efeitos sobre a Vila de Amarração: deslocamentos humanos e conflitos no litoral do Piauí. *Cordis*, n. 20, p. 260-291, jan./jun. 2018.).

os outros deputados do Ceará (6) e os do Piauí fizeram assignar pela grande maioria da camara uma declaração firmando e ratificando a verdadeira intelligencia da lei⁵⁹.

Assim, a aprovação do Decreto não ocorreu livre de conflitos e tensões, pelo contrário, suscitou debates e preocupações por parte de alguns políticos cearenses, tendo como exemplo máximo o caso do senador Jaguaribe, bem como dos políticos piauienses, conforme explicitado a partir do periódico *A Época*, órgão oficial do Partido Conservador na província do Piauí.

Conclusão

Dessa forma, pensar a questão de litígio no contexto do final do século XIX entre as províncias do Piauí e do Ceará e que envolveu a Vila de Amarração no litoral piauiense perpassa a compreensão de como esta foi influenciada pela conjuntura política local, considerando sua importância para o projeto de desenvolvimento do Piauí.

A anexação definitiva de Amarração, deste modo, defendida por parte das elites piauienses, destacava as possibilidades econômicas que decorreriam desta permuta proposta e, posteriormente, realizada entre as duas províncias e previstas pelo Decreto n. 3.012, de 22 de outubro de 1880.

Deve-se indicar ainda que a análise realizada permitiu perceber questões sensíveis que também fizeram parte do contexto de discussão sobre a importância do território de Amarração, bem como a necessidade de sua permuta, a exemplo da Seca. Portanto a relevância desta localidade para o Ceará, e os desejos das populações locais, tanto de Amarração como do Vale do Crateús, conforme ressaltados pelos senadores, influenciaram no teor do debate acerca da resolução da querela.

Por fim, importa constatar então que esta troca não ocorreu livre de conflitos, tanto por parte externa, tendo em vista o apresentado no decor-

59 – *A Imprensa*, Teresina, ano 16, n. 660, p. 2, 23 out. 1880.

rer desta narrativa por meio dos embates protagonizados por João Lustosa da Cunha Paranaguá e Domingos José Nogueira Jaguaribe no Senado Imperial, como também na própria província piauiense, haja vista que o desejo da permuta não era unânime, considerando as críticas feitas pelo Partido Conservador piauiense através do periódico *A Época*.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

“NOS BRAÇOS DA HORRÍVEL SITUAÇÃO”: A SECA DE 1932 E O GOVERNO PROVISÓRIO NO CEARÁ

“PLUNGED IN A DIRE SITUATION”: THE 1932 DROUGHT AND THE PROVISIONAL GOVERNMENT IN CEARÁ

PRISCILLA RÉGIS CUNHA DE QUEIROZ¹

Resumo:

Este artigo investiga como se deu o combate à seca de 1932 no Ceará, analisando historicamente seus elementos no processo de conformação do Governo Provisório varguista (1930-1934). À medida em que discutimos os desdobramentos dos primeiros sinais da estiagem, analisaremos as disputas no entorno do ajustamento da Interventoria pós-revolucionária no Ceará. Com a gravidade da seca, o Governo Provisório revigorou o compromisso com o combate à seca nos estados atingidos pela estiagem, mas, apesar do ímpeto de mudança estrutural, recorreu à velhas respostas para dar conta do histórico problema. Por meio de fontes diversas, sobretudo, jornais, documentação oficial produzida em nível local e nacional e relatos memorialísticos, analisamos como as principais instâncias encarregadas dos socorros públicos, a saber, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas e Ministério da Viação e Obras Públicas, passaram a se ocupar da crise social. Percebeu-se que ao longo do Governo Provisório (1930-1934) o debate em torno da seca foi gradualmente ampliado à medida que o próprio estado pós-revolucionário se adensava.

Palavras-chave: Governo Provisório; Seca; Ceará.

Abstract:

The article investigates how the fight against the 1932 drought in Ceará was handled, while historically analyzing its elements in the formation process of the Vargas Provisional Government (1930-1934). As we discuss the development of the first signs of drought, we analyze the disputes surrounding the adjustment of the post-revolutionary intervention in Ceará. With the worsening drought, the provisional government renewed its commitment to the affected states, but despite its impetus for structural change, it turned to old solutions to deal with this historical problem. We have used various sources, including mainly newspapers, official documentation produced at local and national level and works by memorialists, to analyze how the main institutions in charge of public aid, namely the Federal Inspectorate for Action Against Drought and the Ministry of Traffic and Public Works, started to deal with the social crisis. We point out that throughout the Provisional Government (1930-1934) the debate over drought gradually broadened, as the post-revolutionary state consolidated itself.

Keywords: Provisional Government; Drought; Ceará.

Desde o esgotamento decorrente da estiagem à violência das cheias, água e natureza são protagonistas na História do Nordeste. Sobre isso, em meio a sua exposição sobre as ações do Governo Provisório (1930-1934) nos Boletins da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS)²,

1 – Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta da Universidade Federal do Cariri. E-mail: priscilla.queiroz@ufca.edu.br

2 – Desde sua fundação em 1909, o objetivo da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas era o enfrentamento dos efeitos das estiagens, porém, diante da histórica inconstância dos repasses de verbas, as condições de trabalho da Inspetoria oscilavam, expandindo-se principalmente quando as crises hídricas se asseveravam, o que motivava julgamentos

em 1935, o Engenheiro Henrique Novaes rememorou suas incursões sertão adentro, afirmando que era preciso amainar o contraste violento que abatia a região colocada sempre “quase que entre a vida e a morte”³. Naquele ano, após os piores desdobramentos da seca de 1932, o engenheiro afirmava que ainda era preciso ajustar o descompasso entre a hostilidade das águas e a sua ausência. Segundo Novaes, enganavam-se “os que o imaginam um Saara, sem o benefício das precipitações hídricas. Aí chove, como noutras regiões do Brasil”⁴. Seu solo, de formação cristalina, abona por todos os recintos à construção de açudes; a presença de vales, baixios e várzeas favorecem o estabelecimento de caminho para as águas represadas: “[...] ‘Santuário’, ‘Baluarte’, o açude constitui, para o nordestino daquelas ribeiras sertanejas assoladas pelas secas, um espelho d’água e de vida no meio da ressecada natureza”⁵. Nessa paisagem, os feítios da estiagem e dos espelhos de esperança construídos em forma de barragens marcam a existência nordestina no tempo.

Ao longo da seca de 1932, ocorrida durante o Governo Provisório, convergiram interesses de construção de açudes, a irrigação, a piscicultura e a defesa de iniciativas em prol dos recursos naturais. A mobilização para empregar planos de modificação da lógica de socorros, e mesmo velhas respostas, contudo, mais uma vez só foi empregada quando os horrores da

negativos à sua atuação. Quando em 1932 os efeitos danosos da estiagem se ampliaram, o Governo Provisório investiu boa quantia nos estados afetados, e o Ceará foi um dos mais beneficiados. Fundada sob a nomenclatura de Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS através do Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909, firmado pelo então presidente Nilo Peçanha, foi a primeira instituição pública voltada ao combate à seca no Brasil. Em 1919, recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS. Em 1945, assumiu sua denominação atual: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. Entre os anos de 1909 até o final da década de 1950, a Instituição respondeu pela maioria das ações governamentais de engenharia no semiárido brasileiro. Ver: MORAES, Kleiton. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/INSPETORIA%20FEDERAL%20DE%20OBRAS%20CONTRA%20AS%20SECAS.pdf>. Acesso em: 17.01.21.

3 – IFOCS – Boletim da Inspetoria de Março, v. 3, n. 3, p. 91, 1935.

4 – IFOCS – Boletim da Inspetoria de Março v. 3, n. 3, p. 91, 1935.

5 – MOLLE, François. *Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento*. Recife: SUDENE, DPG, PRN, HME, 1994, p. 9.

seca bateram à porta. No contexto de crise, relatos de carestia, doenças e migração ganharam as páginas dos jornais.

As maiores secas registradas no Nordeste foram: a de 1723 a 1727, que atingiu a orla habitada do litoral, imolando sobretudo os mais pobres e escravos dos engenhos de açúcar; a de 1790 a 1793, e a de 1877 a 1879 que depois de anos de chuvas mais ou menos regulares, surpreendeu a região que viu seus esquemas de sustentação social desfeitos. Ainda durante a década de 1920, as chuvas escassas e mal distribuídas impactavam a economia da Região Norte do Brasil. O ano de 1929 tivera chuvas a contento, mas a partir de 1930 a crise recrudescceu, culminando no triste cenário de 1932. A calamidade estendeu-se, desde o Piauí e parte do Maranhão, até os vales do Vaza-Barris e Itapicuru, na Bahia. Em 1932, o novo ciclo de calamidades sociais consumou-se, resultando em abatimento econômico, migração, fome e desalento. No Ceará, a trajetória desse flagelo esteve presente já nos primeiros anos da década de 1930, em paralelo aos desdobramentos das ações do movimento tenentista e pela onda de mudanças decorrentes da Revolução de 1930.

Esse momento de seca é, portanto, marcado pela emergência de um novo regime político, de novas maneiras de fazer política e, sobretudo, por um ímpeto novo para o combate à seca que, esbarrando em velhas estruturas políticas, não logrou o êxito desejado. Contudo, o movimento entre o projeto de combate à seca e a execução real das ações resultou em algo novo que deve ser historicamente situado.

Entre as medidas para prevenir e atenuar os efeitos das secas periódicas, o governo constituído após a vitória dos revolucionários de outubro de 1930 priorizou a regularização do regime das águas nas zonas assoladas por meio de barragens. A utilização das águas far-se-ia por meio da ação pública e de prêmios e subvenções a empresas particulares, bem como a observação meteorológica, para conhecimento do clima e dos recursos naturais. As ações visavam permitir a ampliação do trabalho agrícola e industrial, desenvolvendo a riqueza local e o aumento da população do Nordeste, que seria finalmente inserido na empreitada nacional.

Quando pelos caminhos das estradas de ferro e de chão batido os retirantes passaram a ser percebidos em seu triste deslocamento em busca de socorros, o governo recém-estabelecido precisou apresentar soluções concretas de auxílio. Como indicou o engenheiro Piquet Carneiro, os chefes de família eram os primeiros a partir em direção aos canteiros de obras, procurando “recursos em trabalhos públicos”⁶. No entanto, a persistência da estiagem obrigou crianças, velhos e mulheres a abandonarem suas casas, tornando-os as principais vítimas das “retiradas”. A partir desse movimento migratório, famílias inteiras saídas de várias partes do sertão buscaram condições de vida no espaço pouco promissor das áreas de construção.

Em 1935, quando uma nova Constituição havia sido promulgada e os horrores da seca deram lugar a um inverno satisfatório, na tentativa de imprimir melhor entendimento acerca da ação do Governo Provisório, iniciativas de recapitulação das ações governistas foram acionadas. De acordo com o editorial no Boletim da Inspetoria, o engenheiro Henrique Novaes foi escolhido para tratar das várias facetas do Governo Provisório em torno da questão da seca. Segundo o artigo da IFOCS, Novaes conseguiu demonstrar que os esforços do Governo Provisório não possuíam somente preocupações de caráter econômico, mas de “civilização e expansão política, ao mesmo tempo”. Assim, o Nordeste viria a desempenhar importante função “na futura grandeza do Brasil”⁷.

Novaes não se furtou a oportunidade de concluir que o trabalho do Governo Provisório, em boa parte operacionalizada pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, não desapontou às expectativas nacionais. Na opinião do engenheiro, o Nordeste estava progredindo pelas mãos do novo governo. Novaes cruzou suas impressões sobre o combate à seca promovidos pelo Governo Provisório com suas memórias de outras experiências de campo no Nordeste:

6 – CARNEIRO, Piquet. *O Nordeste*. Memorial justificativo de providências complementares que se acham em execução pela inspetoria Federal de obras contra as secas. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio Rodrigues & c., 1935, p. 7.

7 – IFOCS – Boletim da Inspetoria de Março, v. 3, n. 3, p. 91, 1935.

Desde 1904 – quando o percorri em parte, pela primeira vez, no curso de uma das suas maiores estiagens – sofro uma verdadeira fascinação pelo Nordeste brasileiro! – Originalísimos – como tais não tendo paralelos noutras regiões do Brasil e alhures. [...] o que mais me feriu em 1904, foi presenciar morrer gente de fome dentro do Brasil; extasiei-me, depois, vendo o sertão nordestino ressuscitar no verde de suas caatingas exuberantes, na pujança de seus cercados fenomenalmente produtivos, nas alcatifas douradas de seu penhasco, nas formas carnudas e arredondadas de seus rebanhos numerosos e na alegria comunicativa de sua gente, logo esquecida⁸.

Estabelecendo alguma distância entre o combate à seca promovido no passado e no Governo Provisório, o engenheiro evidenciou a melhoria na região relacionando-a à ação revolucionária. Em seu balanço, Henrique Novaes informou visitas à açudes, campos agrícolas, canais de irrigação e estradas recém-construídas, elaborando um relatório que abordava, a partir de suas impressões, as bases sob as quais a ação do Governo Provisório assentou a política de socorros aos estados atingidos pela seca. Essas e outras percepções foram largamente propagadas pelos Boletins da Inspetoria de Secas. Sobrepondo novas e antigas imagens, Novaes entrelaçou passado, presente e futuro, revelando a extensão das intervenções no sertão nordestino motivadas pelo combate à seca.

A partir do relatório de Novaes, percebe-se que os frutos da ação do governo repousaram na opinião pública a partir da confiança ampla do chefe do governo e na capacidade administrativa do Ministro da Viação e Obras Públicas – o preclaro Dr. José Américo de Almeida, que se estabelece, já naquele momento imediato aos socorros de 1932, como personalidade que “pôs todo o seu grande prestígio na obtenção de recursos para a imensa obra do preparo do Nordeste para a vida e para o progresso”. Ao seu lado, o Inspetor de Secas, o engenheiro Luiz Augusto da Silva Vieira, é laureado por suas “altas qualidades de comando e de decisão⁹”. Apesar da contundente confirmação das ações do Governo Provisório em favor dos flagelados e do Sertão alardeados pela Inspetoria de Secas, as ações e

8 – IFOCS – Boletim da Inspetoria de Março, v. 3, n. 3, p. 91, 1935.

9 – IFOCS – Boletim da Inspetoria de Março, v. 3, n. 3, p. 95, 1935.

intervenções públicas ocorridas naquele momento de crise não se deram de forma tranquila.

Nova Política? A Interventoria de Fernandes Távora

O Governo Provisório foi marcado profundamente por disputas de projetos políticos variados. Como sinaliza Ângela de Castro Gomes, no livro *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos de 1930*, a marca dos primeiros anos do governo Vargas é a instabilidade, “corporificada nas lutas e nos choques ocorridos entre as numerosas e distintas forças sociais que então disputam um espaço político maior no cenário nacional¹⁰”. No Ceará, percebe-se que as pressões internas e os desdobramentos da crise climatérica foram relevantes para a viabilização das Interventorias e mesmo para a execução de medidas em prol do Governo Provisório.

Para o grupo que emerge vitorioso em 1930, saneamento moral e das contas públicas eram pontos importantes para consolidar um novo momento do Brasil e para o estado do Ceará. A fim de soterrar o passado para a consolidação do presente revolucionário, condutas muito específicas foram cobradas dos vencedores.

Em seu discurso de posse como chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas indicou que o movimento revolucionário, vitorioso em outubro de 1930, contou com o povo das diversas regiões do país para subjugar um “governo já em agonia”. Aos camaradas da Junta Governativa, indicou a convicção de substituir “o regime de ficção democrática” por outro “de realidade e confiança”. A mensagem recomendou que era preciso refletir sobre a “obra de reconstrução” que lhes cumpria realizar. A empresa aludida exigiria “reajustamento social e econômico de todos os rumos¹¹”.

10 – GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos de 1930*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980, p. 25.

11 – VARGAS, Getúlio. Discurso de Posse de Getúlio Vargas como Chefe do Governo Provisório, 3 de novembro de 1930. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/Getúlio-Vargas/discursos/1930/03.pdf/view>. Acesso em: 28.07.18.

Com a vitória das fileiras revolucionárias, as promessas de mudança e melhoria de vida deveriam ser executadas pelos novos chefes da nação.

No Ceará, segundo Simone de Souza, havia um candidato dos tenentes para assumir a governança do estado, o major João da Silva Leal. Porém, as operações militares decorrentes da tomada de poder exigiram a ação do militar na cidade de Sousa, na Paraíba. Sua ausência do estado no momento em que eclode a revolução possibilitou a indicação do líder civil Fernandes Távora para a chefia do governo estadual¹². Depois que Matos Peixoto abandonou seu posto no governo do Ceará, ante a aproximação do 23º Batalhão de Caçadores, os partidários da Aliança Liberal e de Getúlio Vargas presos por ordem de Peixoto são libertados. Entre eles está Fernandes Távora que, em praça pública, assume o papel central nas comemorações e ascende como novo chefe do Executivo, representante do Governo Revolucionário no Ceará¹³. A ação certa no momento de comoção, mas também, a aberta participação na campanha aliancista, a experiência política e, principalmente, suas conexões com figuras importantes do processo revolucionário foram decisivas para sua proclamação como interventor federal. À revelia das projeções anteriores, a soma desses elementos garantiu a confirmação do médico Manuel do Nascimento Fernandes Távora, irmão do herói revolucionário Juarez Távora, no dia 14 de novembro de 1930, dada pelo chefe do Governo Provisório Getúlio Vargas¹⁴.

12 – Cf. SOUZA, Simone de. *Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930-1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982.

13 – SOUZA, *Ibid.*, p. 5-6.

14 – O capital político de Fernandes Távora foi amalhado ao longo dos anos através de engajamento político dentro e fora das estruturas oficiais. Ele foi eleito deputado estadual no Ceará entre 1913 e 1914, depois de 1918 até julho de 1920. Logo depois, liderou a Reação Republicana, que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à Presidência da República em oposição à de Artur Bernardes. Foi também redator-chefe do jornal *A Tribuna*, entre 1920 a 1925. No final daquele ano, quando a Coluna Prestes invadiu o Piauí, ameaçando o Ceará, o jornal fechou e Fernandes Távora exilou-se na Europa. Fernandes Távora foi também o fundador do Partido Democrático do Ceará e da Aliança Liberal no Ceará. Cf. PECHMAN, Robert. Verbetes “Fernandes Távora”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-do-nascimento-fernandes-tavora>. Acesso em: 12.09.18.

Segundo Maria do Carmo Campello de Souza, o dismantelamento da estrutura republicana anteriormente baseada na política dos estados, anunciado pelos revolucionários, chegou a provocar certa modernização do estado. No entanto, não foram realizadas mudanças intensas na estrutura socioeconômica existente¹⁵. Essa “modernização conservadora” se deu de forma peculiar de região para região, pois novos grupos e velhos interesses foram cooptados e burocratizados no sistema político implementado.

Ao longo do Governo Provisório, o processo de modificação da paisagem política confundiu-se com a consolidação de nova burocracia estatal, marcando o momento político nacional e influenciando na maneira como o novo governo se firmou em cada um dos estados da Federação. A crescente centralização política rivalizou com as tentativas de manutenção dos poderes locais que marcaram a construção das novas representações em torno da unidade nacional. Nesse movimento, acompanhamos a elevação dos estados do Nordeste como região geopolítica associada a reconhecidas pautas, como as relacionadas à seca.

No Ceará, a institucionalização do poder no período pós-revolucionário ocorreu sobre uma estrutura política repleta de resquícios clientelistas. À medida que o interventor do Ceará exercia seu poder e implementava mudanças, descontentamentos e contradições se avolumavam, exigindo a repactuação dos ideais revolucionários. O modo como Fernandes Távora se posicionou dentro dessa dinâmica implicou diretamente na viabilidade de seu governo. A seca será o elemento crucial para que críticas ainda mais ácidas ao governo do interventor Fernandes Távora começassem a pulular, até mesmo nos periódicos que há tempos se dedicavam a apoiar o projeto revolucionário.

No jornal cearense *A Razão*, de 12 de novembro de 1930, o papel da imprensa enquanto fiscalizador das ações do governo é novamente esclarecido. Com a matéria “Piedade para os famintos” o jornal expõe

15 – SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 85.

uma carta anônima descrita como de “colaboração ao jornal”. Na missiva publicada no jornal, o redator do noticioso é convidado pelo interlocutor inominado a refletir sobre as dificuldades decorrentes da seca, mas também a se posicionar de maneira incisiva, pelo bem dos mais atingidos pela crise.

Sr. Redator, *A Razão*, como está traçado no seu programa, é um órgão, um paladino defensor da causa do povo. Eis o motivo, Sr. Redator, de mim, pobre diabo que sofre, amargamente, nas aduncas e poderosas garras da miséria, – vir, humildemente, pedir-lhe um favor, além do mais que já me tem prestado, por meio do seu jornal. Sr. Redator, dê guarita a estas linhas traçadas por uma pessoa velha e enferrujada¹⁶.

A dureza das linhas era direcionada à pessoa do interventor Fernandes Távora. Este, mesmo sendo parte da “gloriosa e bendita estirpe dos Távora” não tem seu nome laureado como o do irmão. Juarez Távora, líder tenentista e figura de relevo no processo de deposição do antigo regime, é delineado como aquele que terá o nome escrito, “com letras d’ouro, nas páginas da nossa história”, que figuraria ao lado do mártir João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, “o grande e renomado estadista que se sacrificou¹⁷”. No texto, Manuel Fernandes Távora deveria fazer o melhor dos governos. Para isso, cabia ao interventor, finalmente, abandonar a retórica de combatente da revolução e tratar da crise social que se aprofundava. Diz a carta:

Não poderei, vós, lançardes uma olhada de compaixão para os pobres miseráveis que se encontram a enfrentar esses terríveis fantasmas do desemprego, fome e miséria? [...] é possível que 60% da população do Ceará esteja sofrendo grande necessidade? Oh! Sim! Em cada semblante esboça-se um doloroso sorriso de amargura; em cada corpo uma assemelhada caveira se deixa ver. Fantasmas tristes, dignos de comiseração atravessam as praças e as ruas das cidades; as estradas poeirentas do sertão adusto e as pastagens secas das capoeiras queimadas pela canícula abrasadora de uma seca de 77!¹⁸.

16 – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN) – Jornal *A Razão*, 12 de novembro de 1930.

17 – HDBN – Jornal *A Razão*, 12 de novembro de 1930.

18 – *Ibid.*, 1930.

Para denunciar a possibilidade de aprofundamento da crise decorrente da seca, o texto publicado no jornal faz importante referência a um dos mais impactantes momentos de crise social ocorridos no Ceará: a seca de 1877. A carga dramática acessada no momento de explanação sobre o aprofundamento da seca no estado está expressa na escolha do evento rememorado pelo autor da carta, bem como segue presente até mesmo na assinatura que consta ao final do texto assinado por “Um faminto”. O autor imprime contornos específicos ao tema quando seleciona cuidadosamente uma série de referências e as expõe num panorama que aponta para a catástrofe. Nele, não há sequer uma ação do novo governo em prol do problema da seca evidenciada. A paralisia diante do histórico problema não combinava com o desejo de mudança e modernização projetado pelos novos governantes.

Enquanto transcorria o movimento revolucionário, o prolongamento da estiagem na zona jaguaribana, alardeada ainda sob o governo Matos Peixoto, desestabilizava os arranjos paternalistas que estruturavam as relações sociais daquele território. A calamidade, anteriormente tratada com desconfiança nos jornais e nos meios políticos locais e nacionais, foi parcamente rebatida pelo novo regime. Restou aos mais carentes arcar com os desdobramentos mais nefastos da realidade.

Diante da recorrência do flagelo, sociedade e representantes políticos já possuíam um vasto arsenal de exemplos nefastos, bem como de uma lista de demandas não atendidas. Assim, os relatos das tragédias e as exigências para contê-las estavam presentes na memória nacional, prontamente organizadas para a mobilização em mais um momento crítico. Restava saber se o novo governo estaria apto a responder à crise de uma maneira nova e mais efetiva. Até aquele momento, no entanto, as habilidades do interventor e da Interventoria haviam sido questionadas várias vezes. A fé nas respostas à seca era pouca. Afinal, como em 1877, horrores haviam acontecido sem jamais encerrar a questão. O socorro sempre chegava tarde demais.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr., desde a seca de 1877-1879, a partir da cobertura jornalística da calamidade, vultuoso repasse de verbas foi concedido para socorrer os atingidos, fazendo com que as “bancadas ‘nortistas’ no Parlamento descobrissem a poderosa arma que tinham nas mãos, para reclamar tratamento igual ao dado ao ‘Sul’”. Como indica o historiador, nesse movimento, o fenômeno climático se transmuta em problema nacional, passando a ser “o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte¹⁹”. A seca de 1932 também viria a ser pauta na imprensa nacional extremamente permeada pelos discursos políticos.

Seguindo a estratégia de publicar as correspondências que davam conta de temas importantes, o interventor do Ceará, Fernandes Távora, anuncia no jornal *A Razão*, de 1º de dezembro de 1930, sua ação diante da calamidade. Dirigindo-se ao Ministro da Viação e Obras Públicas, diz: “peço permissão relembrar vossa excelência extrema urgência a socorro flagelados então morrendo de fome na zona Jaguaribe. Atenciosas saudações²⁰”. Preferindo arriscar demonstração de pouca fluência política, o interventor expõe que aquele não era o primeiro pedido de auxílio encaminhado ao governo federal, ele estava “relembrando” a urgência da causa. Ao que parece, valia muito mais esclarecer ao público que, apesar da mudança de regime político, o caminho continuava sendo o mesmo: lembrar ao governo federal a triste sina sertaneja.

A falta de coordenação entre os agentes políticos fazia a questão da seca ser discutida, muitas vezes, de maneira enviesada. Agora, ao contrário dos episódios ocorridos ainda no governo Matos Peixoto, não havia mais poder legislativo e, por consequência, findara o intermédio dos representantes cearenses que, sempre envolvidos em seus próprios interesses e disputas, por vezes atrapalhavam. No entanto, apesar de mais curto, o caminho para resolução da demanda ainda parecia tortuoso.

19 – ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006, p. 70.

20 – HDBN – Jornal *A Razão*, 1º de dezembro de 1930.

Com a crescente centralização do poder nas mãos do executivo federal, a responsabilidade sobre a questão da seca, recai nos termos da relação Interventoria-Ministérios-Presidente. Ao chefe local restava sensibilizar a sociedade, uma vez que juntos poderiam instar o Ministério de Obras Públicas e Viação, mas, principalmente, o Presidente Getúlio Vargas, que detinha a palavra final sobre todas as questões nacionais.

Diante da persistência da estiagem, uma gama de reivindicações e denúncias passa a ser evidenciada. O jornal cearense *O Debate*, edição de 26 de fevereiro de 1931, traz a matéria “O fantasma negro da fome invade, sinistramente, os lares dos sentenciados. Socorro ‘Seu’ Távora!”. O longo título parecia remeter aos episódios mais alarmantes das secas anteriores, quando cortejos de famintos adentraram cidades, estabelecendo-se nas praças, próximos aos lares das famílias mais proeminentes do estado.

O povo tem fome de pão e de justiça. Quando a justiça falta, o povo chora angustiado e espera. Mas quando a fome bate à choupana do pobre e a mesa pequena do remediado, o estômago da criatura não pode esperar! [...] guarde estas palavras na memória, Dr. Távora: seja humanitário, ou humano, socorra a estes desgraçados. Eles não exigem a sua esmola. A esmola é humilhante. Eles querem trabalho. Tenha compaixão, pelo amor de Deus!²¹.

O impacto da falta de chuvas sob a já esmaecida rede de segurança que envolvia os mais pobres era mote para as mais diversas demandas aos poderes públicos. Durante esses períodos de seca, as muitas fragilidades ficavam à mostra, trazendo à tona os cortes de verba, os duros impostos, a delicada economia, as técnicas incipientes, os equipamentos públicos defasados, os projetos de modernização engavetados (estradas, porto, obras públicas em geral); enfim, aqueles momentos de estiagem faziam com que a sociedade cearense olhasse para si e deixasse ver nas páginas dos jornais nacionais suas dificuldades. A seca, entendida aqui como crise social, provocava debates de toda ordem.

Falando “em nome dos flagelados cearenses”, em telegrama enviado ao Gabinete da Presidência do Governo Provisório, em 1931, Fernandes

21 – HDBN – Jornal *O Debate*, 26 de fevereiro de 1931.

Távora agradece o crédito extraordinário aberto em benefício dos atingidos pela seca²². O interventor descreve a resposta governamental como um “gesto de altruísmo²³”. A solução, no entanto, é de contingência, ou seja, bem distante de ser o pontapé inicial para uma política pública que permitisse encerrar definitivamente as amarguras do estado do Ceará.

Ao longo do governo do primeiro interventor federal do Ceará, expectativas e ideias disseminadas pelos revolucionários não haviam sido correspondidas. Távora colecionou desafetos ao modificar a lógica burocrática da máquina pública e efetivar a reorganização administrativa do estado à revelia de interesses locais. Além disso, recebeu duras críticas ao ceder espaço para antigos políticos cearenses em um contexto de pretensa renovação. No que diz respeito à questão da seca e seus desdobramentos, o interventor não combateu o flagelo, recorrendo ao governo federal sem alcançar medidas definitivas. Nesse contexto, o apoio que tinha e o parentesco com o ilustre Juarez Távora não impediram que a Interventoria de Fernandes Távora definhasse. Para completar o difícil cenário do início do Governo Provisório no Ceará, Fernandes Távora envolveu-se numa disputa com a guarnição do Exército sediada em Fortaleza. Tudo isso ocorreu diante das tentativas de consolidação do Norte, enquanto grupo político de relevo no panorama nacional. Com a queda do civil Fernandes Távora, entra o militar Carneiro de Mendonça que irá encarar a difícil missão de acalmar os ânimos políticos e atravessar o agravamento da seca no estado.

No jogo que precedeu o repactuação das atuações dentro da paisagem política cearense pós-1930, os grupos locais se dividiram, fazendo com que Mendonça oscilasse entre os ideais do Clube 3 de Outubro e a aproximação com a Liga Eleitoral Católica do Ceará (LEC). Havia um bloco concentrando oligarquias tradicionais em torno da LEC, segmento que logo se converteu em partido político. Outro grupo formado pe-

22 – Arquivo Nacional (AN) – Fundo 35. Gabinete da Presidência da República. Telegrama interventor do Ceará Manuel Fernandes Távora. Protocolo de recebimento de 2 de agosto de 1931.

23 – *Ibid.*, 1931.

los antigos oligarcas ligados à família Acióli, cabeças do antigo Partido Republicano Conservador, foi organizado sob a nomenclatura Partido Republicano Nacionalista do Ceará. E, por fim, existia ainda os representantes locais do Clube 3 de Outubro, organização tenentista, reunidos no recém-fundado Partido Social Democrático (PSD) no Ceará, grupo encabeçado pelo ex-interventor Fernandes Távora, o major João Silva Leal e o influente jornalista Demócrito Rocha entre outros.

Quando tomou posse em agosto de 1931, Carneiro de Mendonça mostrou-se ciente da situação e das demandas do Ceará. Em seu discurso, ainda no Rio de Janeiro, procurou dar relevo ao seu programa de política e administração. Declarou que os cearenses podiam contar com sua grande vontade, esperando que, também ele, obtivesse a colaboração de seus futuros governados. Prosseguiu revelando o intuito de praticar uma “elevada política de moralidade” e resumiu seu plano numa simples sentença: “cogitarei, sobretudo, dar ao povo boa justiça, larga instrução e assistência, a mais eficiente possível, à pobreza do estado, às vítimas do flagelo das secas²⁴”.

Durante sua administração, Carneiro de Mendonça buscou ampliar sua boa fama de isento e o aceno ao proceder técnico. Em meio a crises que sacudiriam seu governo, o interventor se dedicou à reformulação do aparato de execução de projetos e obras de combate à seca. Para tal, criou novas instâncias de planejamento e controle como, por exemplo, a Comissão de Abastecimento Público e, com o desenrolar da crise climática, estreitou as relações entre Interventoria, Inspeção Federal de Obras Contra as Secas e Ministério da Viação e Obras Públicas.

“Nos braços da horrível situação”

Noticiando a calamidade no Vale do Jaguaribe, os jornais indicam que a fome, resultante das últimas crises climáticas, transformou a zona do baixo Jaguaribe num campo de necessidades.

24 – HDBN – Jornal *A Razão*, 27 de agosto de 1931.

Diariamente a romaria de famintos percorre a nossa cidade implorando socorro para mitigar os seus sofrimentos. Urge por parte do governo o início de serviços nas estradas e nos açudes, a fim de que o nosso povo encontre no trabalho, um meio de subsistência²⁵.

A retórica que relacionava a solução para as crises em períodos de seca com a disponibilização de postos de trabalho, mais uma vez, pauta largamente o debate. Durante o final do século XIX e início do XX, esse argumento deu base ao recrutamento de homens, mulheres e crianças, famílias inteiras, para o trabalho em obras de construção de açudes, estradas, entre outros. A medida foi engendrada como meio de controle social e também como caminho para viabilização das demandas por melhorias de infraestrutura e modernização do Ceará.

Ao longo dos últimos meses de 1931 a situação dos assolados pela seca no estado piorou bastante. Em telegrama endereçado a Getúlio Vargas, Carneiro de Mendonça explica as dificuldades enfrentadas pelos cearenses diante do agravamento da seca, que estaria levando seu governo “nos braços da horrível situação²⁶”. A população assolada pela fome já se colocava em marcha para a capital. Além disso, a região jaguaribana, diretamente atingida, já registrava mortes diante da falta absoluta de recursos.

Mendonça realiza o pedido de crédito evidenciando haver discutido o tema com o inspetor encarregado dos trabalhos da seca, Luiz Vieira, demonstrando, assim, que a Interventoria estava alinhada meticulosamente aos planos da Inspeção de Obras Contra as Secas. Além disso, aponta antecipadamente os rumos dos gastos, indicando o plano para abordar o problema: a construção dos canais de irrigação.

Durante seu mandato, Mendonça teve eventuais discordâncias com o Governo Provisório sobre o modo como os repasses eram feitos ao estado do Ceará. Em um episódio registrado em correspondências trocadas

25 – HDBN – Jornal *A Razão*, 26 de setembro de 1931.

26 – AN – Fundo 35. Gabinete civil da presidência da república. Lata 16. Estado do Ceará. Telegrama de Carneiro de Mendonça para Getúlio Vargas, em 30 de setembro 1931. Acesso em: 02.05.18.

entre Carneiro de Mendonça e o Gabinete Civil da Presidência no mês de dezembro de 1931, classificado como confidencial, o interventor, num arroubo de aborrecimento, envolve Juarez Távora, Delegado do Norte, e o próprio presidente numa troca desgastante de mensagens. Vargas indica seu descontentamento com o gesto do capitão em anotações feitas a mão no documento: “não pretende o chefe do governo com a soma de serviços que tem a atender, estar acompanhando o expediente das repartições públicas nem de seus ministérios”, sugerindo o conteúdo da resposta a ser redigida pelo gabinete, indica ter “grande apreço seus serviços e qualidades morais²⁷”.

A resposta a Mendonça, enviada pela Secretaria da Presidência, assume tom mais conciliador:

Ao capitão Carneiro de Mendonça

Fortaleza

Interventor Federal

De acordo informações transmitidas pelo gabinete governo e major Távora, posso afirmar que todos os vossos pedidos foram encaminhados aos ministérios respectivos aos quais cabiam providências, como é feito com o expediente de todos interventores. Esses assuntos nem sempre podem ser resolvidos imediatamente e alguns dos vossos pedidos foram feitos há dois ou três dias. Caso sejam apenas esses os motivos, não se justifica o vosso pedido de dispensa... pois trata-se de ocorrências comuns de administração, não podendo o chefe de governo, com a avultada soma de serviços que tem que atender, estar sempre acompanhando o expediente das repartições públicas nos diversos ministérios. Por ter grande apreço vossos serviços e qualidades morais, confesso-me surpreendido atitude assumistes.

Saudações²⁸.

O modo como Mendonça se posicionou neste primeiro momento, diante de, como indica a carta da secretaria da presidência, “ocorrências comuns de administração”, chama a atenção. O fato de ter recorrido ao

27 – AN – Fundo 35. Gabinete civil da presidência da república. Lata 16. Estado do Ceará. Acesso em: 02.05.18.

28 – AN – Fundo 35. Gabinete civil da presidência da república. Lata 16. Estado do Ceará. Acesso em: 02.05.18.

Delegado do Norte e, ainda assim, propor sua demissão ao chefe de governo diante da demora, aparentemente normal, das demandas feitas, indica o descompasso entre o interventor do Ceará e o centro do Governo Provisório. Apesar desse desacerto, as relações entre a Interventoria do Ceará e outras instâncias federais fluíram bem.

Além de Juarez Távora, o Ministro de Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, aparece como importante interlocutor de Carneiro de Mendonça. Apesar da demora na liberação da verba, o interventor faz questão de mencionar a aplicação de Américo frente à questão da seca: “Não obstante todo interesse parte V. exa. do ilustre Ministro José Américo, até presente momento não chegou aqui notícia trezentos contos cabem Ceará, por conta crédito mil contos socorrer estados nordestinos²⁹”. Em um contexto de restrição dos espaços políticos tradicionais, a estratégia política aplicada por Mendonça durante a crise era incluir diretamente o Ministro de Viação e Obras Públicas nas negociações das verbas, bem como permanecer atuante nas ações e elaboração de planos para o combate à seca previstas pelo governo federal.

Assim, no período em que ficou à frente da Interventoria do Ceará, Carneiro de Mendonça recorreu ao governo federal, em especial ao Ministro José Américo de Almeida, para custear as despesas a serem efetuadas durante o flagelo, uma vez que a situação financeira do estado não permitia. É certo que o sucesso para viabilizar os socorros aos flagelados, prover o estado das mudanças pleiteadas internamente e manter-se no cargo, dependia diretamente da capacidade do interventor de mobilizar o governo federal. Para lidar com a grande questão histórica que lhe caiu ao colo, a seca, e contornar os atritos com a Presidência, Mendonça estabeleceu canais de interlocução mais profícuos com o Ministro da Viação e Obras Públicas, o paraibano José Américo e com a Interventoria Federal de Obras contra as Secas na pessoa de seu inspetor-chefe, o engenheiro Luiz Vieira.

29 – AN – Fundo 35. Gabinete civil da presidência da república. Lata 16. Estado do Ceará. Telegrama de Carneiro de Mendonça para Getúlio Vargas, em 30 de setembro 1931. Acesso em: 02.05.18.

Diante do quadro de agravamento da calamidade no Ceará, Carneiro de Mendonça enviou novo e alarmante telegrama à Presidência da República.

Urgente ao sr. Presidente.

Lamento comunicar v. ex. situação zona jaguaribana assolada seca, vai-se agravando. Povo faminto ataca comercio ameaçando engenheiros inspetoria secas, reclamando trabalho. Tive ontem ciência mortes motivadas flagelo e conflito virtude situação. Sei demora remessa credito motivada dispositivos código contabilidade. Tomo liberdade solicitar vossa excelência ordens dispensa formalidades fim evitar maiores desgraças. Certo espírito humanitário vossa excelência não deixará desamparo infelizes patrícios cujos interesses vossa excelência designou-me para zelar, aguardo ordens. Saudações³⁰.

Chama atenção o relato sobre saques ao comércio local e à Inspetoria de Secas. Como indica Frederico de Castro Neves, houve, desde a seca de 1877, um processo de formação e organização periódica da multidão como sujeito político coletivo. Esses eventos demonstram uma forma de negociação política que possui características específicas e que não pode ser avaliada a partir dos padrões e códigos da política dita moderna. Nessas ações surgidas em períodos de seca, ocorridas no entorno dos locais das obras públicas ou nas áreas urbanas e comerciais, “a multidão escolhe as suas estratégias em função das opções disponíveis³¹”. Segundo Neves, ao longo do tempo, consolidou-se uma tradição dos movimentos de multidão em períodos de seca que se estendeu, segundo o historiador, até os anos 1950. Assim como se observa na fonte citada, a escolha de alvos específicos por parte da multidão deixa ver a existência de padrões e objetivos claros. A atuação do grupo de desvalidos contra o comércio local e engenheiros ligados às obras públicas eram atos coletivos organizados. Não se tratava de uma ação irracional: diante da situação de

30 – AN – Fundo 35. Gabinete civil da presidência da república. Lata 16. Estado do Ceará. Telegrama Carneiro de Mendonça, dia 5 de novembro 1931. Calamidade seca 1931. Acesso em: 02.05.18.

31 – NEVES, Frederico Castro. A seca e a cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1880-1900), p. 75. In: SOUZA, Simone; NEVES, Frederico Castro (Org.). *Seca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 14-15.

calamidade na qual estavam inseridos, estavam buscando alimentos e “reclamando trabalho”.

Misturados à estrutura de sentimentos que sustenta a percepção da seca, associada à resignação quanto à periodicidade das tragédias, se repetem as críticas ao poder público e os pedidos para construção de obras de socorros públicos pleiteadas dentro da confluência dos interesses públicos e privados. As obras são justificadas enquanto solução para a crise migratória e como via moralizadora dos sertanejos desvalidos, muitos em estado de mendicância. Porém, a edificação de açudes, estradas e até mesmo prédios e praças públicas, tinha em sua delimitação e escolha interesses que perpassavam o presente catastrófico e se projetavam num futuro mais duradouro.

As obras dos chamados “socorros”, mobilizadas ao longo das crises de estiagem, eram uma oportunidade para a transformação dos sertões do semiárido. As consequências mais profundas dessa confluência de socorros e modernização era descortinar o caminho para alavancar, finalmente, os territórios historicamente negligenciados pela política nacional e causticados pela fúria da natureza.

Ao longo do Relatório de Governo escrito por Carneiro de Mendonça ao final do seu mandato existem diversas fotografias de benfeitorias construídas durante seu governo. Boa parte realizada em tempo de seca, as obras de melhoria e modernização foram executadas sobretudo por causa das verbas angariadas nesse período. Destacadas juntamente com os dados de prestação de contas, as obras não são descritas como benesses dos tempos sombrios. No entanto, outros setores da sociedade não se eximiram em reconhecer a obviedade: “De fato, ninguém deseja seca para o Ceará, mas incontestavelmente a seca nos traz algum bem. Todo mundo sabe que aqui no Ceará, só se trabalha nestes tempos de grandes calamidades³²⁷”.

32 – HDBN – Jornal *O Debate*, 21 de maio de 1932.

Era perceptível que a seca trazia em seu bojo algumas vantagens para certos grupos: a atenção política e as verbas públicas eram ampliadas e a disponibilidade de mão de obra garantia perspectivas de um futuro diferente, talvez melhor e mais moderno. À medida que respondia às demandas por socorros aos flagelados, o Governo Provisório também atendia antigos anseios por novidades. Assim, as frentes de trabalho tinham a função de agrupar os flagelados que, mediante o trabalho nas obras, garantiam o acesso aos socorros providenciados pelo governo, mas também proporcionavam a edificação do futuro, revelando outras possibilidades e sensibilidades aos períodos de seca, sobretudo nas áreas mais urbanas.

As frentes de trabalhos para a construção de obras públicas ao longo da seca de 1932, como tantas outras constituídas em momentos de seca profunda, foram formadas por sujeitos que circularam entre cidades e estradas em busca de condições de vida e trabalho. No Ceará, a experiência do sertanejo na construção de pequenos açudes, abertura de estradas, escavação de poços, entre outras, se mostrou útil ao estado, sendo utilizada, mais uma vez, nas edificações realizadas pelo poder público. As frentes de trabalho funcionavam como ação de socorro aos atingidos pelas secas. Diante da profusão de flagelados, a primeira medida tomada era o alistamento dos muitos retirantes que ocupavam os arrabaldes de cidades e obras da IFOCS. A população nos abarracamentos das obras crescia com rapidez, ao mesmo tempo em que se ampliavam suas necessidades de consumo e sobrevivência. O enorme contingente e suas demandas exigiram que os responsáveis pela obra criassem postos de trabalho, condições de higiene e arranjos de controle dentro dos canteiros de obras. Segundo dados do Boletim da Inspeção, durante a seca de 1932, “[...] a afluência de famintos desnorteava”, pois não havia infraestrutura prévia e a recorrente improvisação achou seu limite quando uma “[...] avalanche humana se precipitava para os lugares onde se iniciava uma obra ou se supunha iniciar³³”.

33 – IFOCS – Boletim da Inspeção de Abril, v.1, n. 2, p. 92, 1934.

Em 1932, além dos trabalhos nas obras do governo, flagelados foram incorporados aos batalhões provisórios surgidos no Ceará durante a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. A formação dos batalhões de voluntários foi parte do conjunto de ações que visava combater a chegada da multidão de retirantes aos centros urbanos cearenses. Segundo Raimundo Hélio Lopes, a também chamada Guerra de 1932 tornou o cenário político e social nacional ainda mais instável, fazendo com que os governos federais e estaduais exigissem da sociedade em geral envolvimento em todos os momentos do conflito. Lopes afirma que em meio às querelas em torno do alistamento e das gratificações, diferentes perfis de sujeitos compuseram os Batalhões de Voluntários. Entre eles estavam alguns retirantes da seca que, negociando saídas para a situação de calamidade em que viviam, tornaram-se parte do esforço de guerra³⁴.

Em seu relatório, o interventor Carneiro de Mendonça argumenta que o estado dispunha apenas de um corpo de segurança pública com um batalhão de infantaria, cuja responsabilidade era a de assegurar a ordem cotidiana. Não podendo prescindir dele, foi preciso criar corpos provisórios, cujas despesas correriam por conta da verba consignada no Decreto Federal n. 21.607, de 11 de junho de 1932. Foram organizados três batalhões provisórios e um contingente que, em tempo oportuno, seguiria com destino ao sul do país³⁵.

A todo momento, a argumentação dos governos local e central era de que a formação dos contingentes e dos esforços para combater os revoltosos em São Paulo cumpria a função patriótica de defender a unidade nacional. Nas palavras do interventor, o Ceará estaria “corroborando as tradições heroicas dos seus filhos, se assegurou uma parcela de dedicação, na grande obra de integridade nacional, representada pela vitó-

34 – Cf. LOPES, Raimundo Hélio. *Os Batalhões Provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2009, p. 13.

35 – Relatório de administração. Administração Carneiro de Mendonça. 5 de abril de 1934, p. 34. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/Raridades/Relatorio_Carneiro_Mendonca.html. Acesso em: 07.07.18.

ria da causa legal, ou seja, a confraternização de todos os brasileiros³⁶”. Evidentemente, desta feita estaria também o governo do Ceará depositando seus filhos já sofridos pelos horrores da seca para a causa revolucionária outubrina. Sem a estiagem, dificilmente a Interventoria teria conseguido formar seus batalhões provisórios.

Em meio às demandas por serviços de socorro aos flagelados, e de ações para evitar a aglomeração de desamparados, a Interventoria tomou severas providências, concentrando os desvalidos em pontos diversos. Foram criadas, sob a fiscalização do Departamento das Secas, sete concentrações, depois reduzidas a cinco: Patú, em Senador Pompeu; Buriti, no município de Crato; Quixeramobim, no município de mesmo nome; Cariús, em São Mateus; Ipu, no município de mesmo nome; Campos do Urubu e Otavio Bonfim, na capital do estado, Fortaleza³⁷.

Os campos de concentração abrigaram homens, mulheres e crianças que se dirigiam a zonas urbanas e territórios menos atingidos pela seca por meio de longas caminhadas; alguns pereciam pelas estradas. Outras famílias vinham de trem, pelos vagões da Rede de Viação Cearense (R.V.C), que naquele período já contava com dois ramais que cortavam o estado: um ligava o sul do Ceará e o sertão central, o outro partia de Sobral, Região Norte do estado. Uma multidão se dirigiu à Fortaleza. A presença “indesejável” de centenas de sujeitos pobres e maltrapilhos desagradava e, apesar de não ser uma “invasão” inédita, assustava³⁸. Os campos já haviam sido erguidos durante a seca de 1915.

Entre antigas e novas respostas, durante a seca de 1932, o estado interveio de maneira sistemática. A tentativa de controlar e isolar a multidão por meio da criação de campos de concentração promovia o confinamento das famílias, que antes perambulavam em busca de socorros. Pensados

36 – *Ibid.*, 1934, p. 34.

37 – Relatório de administração. Administração Carneiro de Mendonça. 5 de abril de 1934, p. 630. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/Raridades/Relatorio_Carneiro_Mendonca.html. Acesso em: 07.07.18.

38 – Ver RIOS, Kênia Sousa. *Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2004.

para agrupar esses indivíduos, os campos contavam com o funcionamento de serviços de assistência, mas também com barreiras que impediam que os indesejados visitantes chegassem aos centros urbanos, sobretudo à capital.

No que diz respeito ao relacionamento entre as instâncias de governo para o combate à seca, em seu relatório de final de gestão, Mendonça dá destaque à atuação do Ministro José Américo frente à liberação de recursos para os socorros, “com as verbas enviadas pelo Ministério da Viação, o Departamento das Secas alimentou um número considerável de famintos, acima das previsões³⁹”. Os pedidos enviados pela Interventoria e o Gabinete da Presidência, depois encaminhados ao Ministério da Viação e Obras Públicas, solicitavam verbas e autorização para requisição de gêneros, em caso de emergência, para o abastecimento dos centros de serviços e campos de concentração de flagelados⁴⁰.

A concentração dos retirantes da seca nesses campos durou um ano, principiada em março de 1932 e encerrada entre março e abril de 1933, com o início das chuvas que banharam plantações, cabeceiras de rios e preencheram barragens no estado. Em maio de 1933, já não existiam concentrações no Ceará. No entanto, restou o aumento da pobreza urbana que já permeava o cotidiano, sobretudo em Fortaleza, ampliando a ocupação nos bairros Otávio Bonfim e Arraial Moura Brasil, impulsionando o processo de formação de favelas na cidade.

O desmantelamento da já frágil economia cearense ocorrido durante a seca de 1932 ocasionou ainda efeitos que se projetaram com severidade no ano de 1933. Visando a retomada da atividade agrícola, bem como o retorno dos retirantes aos seus municípios de origem, o governo distribuiu sementes e passagens.

39 – Relatório de administração. Administração Carneiro de Mendonça. 5 de abril de 1934, p. 64. Disponível em: http://www.ceara.pro.br/Raridades/Relatorio_Carneiro_Mendonca.html. Acesso em: 07.07.18.

40 – AN – Fundo 35. Gabinete civil da presidência da república. Lata 16. Estado do Ceará. Acesso em: 02.05.2018.

Apesar do difícil percurso que acompanhamos, o saldo do governo de Carneiro de Mendonça, nas palavras do presidente Getúlio Vargas, quando em visita aos estados assolados pela seca, era positivo. Para o presidente, “A profícua obra administrativa do Capitão Carneiro de Mendonça há de encontrar continuadores no seio da nova geração cearense [...] o Ceará, lendário nas suas glórias, resistente nas suas horas de infortúnio⁴¹.”

O apoio amealhado ao longo dos anos por Carneiro de Mendonça foi confirmado durante os rumores de sua saída do governo do Ceará. Telegramas enviados por apoiadores de diversas matrizes, provenientes de todas as partes do estado, solicitaram que Vargas não aceitasse a demissão de Mendonça. A defesa de sua gestão, apesar das frequentes cobranças públicas para que se mantivesse longe das oligarquias tradicionais, significou que Mendonça conseguiu relativa conciliação entre os grupos políticos locais. No transcurso do seu governo, observa-se a abertura de espaço político na nova Interventoria para setores das oligarquias desalojadas do poder após a Revolução de 1930. A historiadora Simone de Sousa chama a atenção para o caso da Secretaria de Justiça e Negócios do Interior, importante posto da máquina administrativa do estado, ocupada pelo magistrado Olívio Câmara, associado a grupos mais tradicionais do estado⁴².

Considerações finais

O combate à seca executado ao longo do Governo Provisório varguista (1930-1934) foi marcado pela movimentação política e social em torno do ajustamento do estado pós-revolução, pela participação da Região Nordeste no debate político em âmbito nacional e, de uma forma

41 – VARGAS, Getúlio. Discurso “Os problemas do Nordeste e a ação do governo provisório”, 8 de setembro de 1933, p. 381. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1933/05.pdf/view>. Acesso em: 21.12.19.

42 – SOUZA, Simone de. *Interventorias no Ceará: Política e Sociedade (1930 – 1935)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982.

mais ampla, pelas mobilizações em torno dos usos dos recursos naturais brasileiros e dos rumos nacionais.

Após a Revolução de outubro de 1930, o cenário de crescente centralização política marcou a construção das saídas para a seca em meio às tentativas de manutenção dos poderes locais, interessados em pautar os termos dos socorros. Nesse sentido, percebe-se que, além do amparo imediato aos flagelados, havia outros interesses, como as solicitações para suspensão da arrecadação de impostos e modernização de cidades. Demandas como essas, justificadas como parte dos esforços de superação dos efeitos da seca, exemplificam como, no Ceará, a institucionalização do poder no período pós-revolucionário ocorreu em diálogo com uma estrutura política permeada de resquícios clientelistas que influenciaram no modo como a crise climática foi tratada.

Com o fracasso da primeira experiência administrativa revolucionária no Ceará e com o processo de centralização do poder nas mãos do executivo federal em curso, a responsabilidade sobre a questão da seca dependeu ainda mais de uma boa relação entre Interventoria estadual, Ministérios e Presidência. Em um cenário de dismantelamento do Poder Legislativo e de reconfiguração do estado brasileiro, no Ceará, a figura do interventor surgiu como importante agente para agilizar soluções sobre o tema da seca e arrematar a definitiva integração do Ceará ao projeto revolucionário.

Quando assumiu o governo em agosto de 1931, Carneiro de Mendonça mostrou-se ciente de seu papel para organização da situação econômica e social do Ceará. Naquele ano, diante da persistência da estiagem, exigências e denúncias passaram a ser matéria cotidiana nos jornais cearenses. Neles, os desdobramentos da seca aparecem como catalizadores das mais diversas demandas aos poderes públicos.

A primeira – e já conhecida – resposta aplicada pelos vários níveis do Governo Provisório para o problema da seca foi utilizar a força de trabalho dos flagelados nas obras dos chamados “socorros”. Mobilizadas

ao longo das crises de estiagem, as temidas multidões de trabalhadores transmutaram-se mais uma vez em conveniência. Para dar conta das aglomerações, o governo recriou as frentes de trabalho nas obras públicas e também campos de concentração, soluções utilizadas em secas passadas com complexos desdobramentos.

Somente quando a crise social se torna dramática, as atitudes de combate às secas são efetivamente tomadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, sob o comando de José Américo de Almeida, em coordenação com o interventor do estado do Ceará, Capitão Carneiro de Mendonça e o Inspetor de Secas, engenheiro Luiz Vieira. Naquele momento, o estado brasileiro, em seus diversos níveis, almejou a estabilização da economia dos territórios afetados pela seca. Para isso, efetivou robusto investimento em novos e antigos projetos de reservatórios, implementou postos agrícolas e garantiu a construção sistemática de obras que continham elementos que propiciavam o investimento futuro em interligação de reservatórios e irrigação. Tais escolhas apontam para o comprometimento daquele governo com o desenvolvimento de planos de médio e longo prazos para o combate aos efeitos das secas.

Os esforços encabeçados pelo Ministério da Viação se destacaram diante das parcas realizações do regime deposto. E, em meio às narrativas sobre os socorros e o flagelo das estiagens, os agentes políticos ligados ao Governo Provisório ganharam evidência, inclusive à revelia do antigo panteão do combate às estiagens onde se destacavam engenheiros ligados à Inspetoria de Secas. Posto isso, as ações realizadas por várias esferas da União, impactaram diretamente no modo como foram sendo arquitetados os socorros para os flagelados da seca de 1932, e também na memória histórica criada sobre o tema.

Por fim, indicamos que durante o Governo Provisório (1930-1934), a questão da seca passou a compor os debates sobre os rumos da Região Nordeste e de seu povo, mas também esteve relacionada ao futuro da nação, aos usos dos recursos naturais nacionais e até mesmo ao ordenamento constitucional do Brasil. Posto isso, as discussões em torno da

seca foram gradualmente alargadas à medida que o próprio estado pós-revolucionário se fortalecia.

Nesse período, políticos e intelectuais de dentro e de fora dos estados atingidos pelas secas buscaram garantir formas cada vez mais abrangentes e contínuas de ação federal no Nordeste, incrementando, assim, a produção econômica nas áreas afetadas pela seca, para consolidar a participação dos estados nordestinos nos círculos de decisão da política brasileira. O entendimento geral era de que havia necessidade de investir em ações institucionais e dispositivos constitucionais para garantir o sucesso e a perenidade dos socorros.

Esse argumento materializou-se na campanha pela inclusão do combate à seca na Constituição de 1934. O envolvimento de políticos nordestinos e grupos civis organizados na constitucionalização do problema revelou a forma como a seca adentrou o circuito de debates nacionais do período. O amplo engajamento para a garantia do combate às secas, para além dos tempos de crise, deu resultado positivo e a medida foi promulgada em 1934.

Para os entusiastas da empreitada, a formalização da obrigação da União para com os estados atingidos periodicamente pelas estiagens tornaria perene os serviços para superação dos efeitos da falta de água, mas também poderia abrir caminho para tornar mais efetiva a parceria entre União e estados nordestinos em outras áreas. Afinal, os momentos de crise climática sempre propiciaram maior disponibilidade de verbas para a região atingida pela seca, o que impactou na modernização econômica, ampliação da infraestrutura e até mesmo embelezamento urbano desses estados.

O êxito em tornar constitucional o contínuo investimento da União na região assolada pela seca, no entanto, se esvaziou pouco tempo depois, assim como sucumbiu o esforço pela regulação dos recursos naturais expressos na promulgação dos Códigos florestais e das águas, também datados de 1934. Como indicou Tomaz Pompeu Sobrinho, em escritos

vinculados nos Boletins da IFOCS no ano de 1935, a aplicação da legislação florestal não estava sendo efetivada, e a materialização dos desdobramentos da constitucionalização do combate às secas ainda inspirava desconfiança. Para Sobrinho, engenheiro ligado aos quadros da Inspetoria de Secas no Ceará, medidas de preservação das matas locais, sobretudo em áreas regionais, poderiam amainar os efeitos da seca.

Ao longo desse período, ocorreu uma ampla discussão sobre o tema da seca e também um debate crescente acerca da pauta ambiental e de ações de regulação do uso dos recursos naturais brasileiros. Ambos os movimentos se entrelaçaram, quando da campanha em prol da inclusão do combate à seca na Carta Magna. Assim, os meandros da constitucionalização da questão da seca revelam pontos de contato entre as duas pautas.

Ao longo da década de 1930, instituições civis e governistas promoveram o debate sobre o uso dos recursos naturais nacionais. Parte desses esforços foram mediados pelos escritos de Alberto Torres e suas ideias foram operacionalizadas pela Sociedade Amigos de Alberto Torres, da qual faziam parte ilustres cearenses como o governista Juarez Távora. Em 1934, essa associação municiou de argumentos os deputados constituintes envolvidos na defesa da constitucionalização dos socorros públicos aos estados atingidos pelas secas. Dessa maneira, o processo de institucionalização do debate ambiental pelo Governo Provisório, ocorrido através da construção de códigos e legislação ambiental, se entrecruzou com o movimento de constitucionalização do combate à seca e com a ampliação do pensamento ambiental engendrado no início da década de 1930⁴³.

O atendimento perene aos estados atingidos periodicamente pelas estiagens afiançado em 1934, já negligenciada em 1935, teve o insucesso decretado oficialmente em 1937, quando a Carta Magna que garantia esforços conjuntos entre União e estados do semiárido foi substituída por

43 – Ver: QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha. *A seca de 1932 e o Governo Provisório no Ceará*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020, p. 239.

um novo texto que afirmava uma nova fase nacional, o Estado Novo. Antes mesmo desse duro golpe, agentes diretamente envolvidos na execução e no planejamento do futuro dos socorros já informavam a dificuldade em transformar a realidade, tal como previsto da Constituição de 1934. No registro de sua passagem pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, escrito em 1933, José Américo indicou com clareza que mesmo quando os problemas decorrentes da seca atingiram um grau severo em 1932, e grande volume de verbas foi liberado para a construção de muitas obras, o caráter emergencial dos socorros superou as aspirações de renovação alardeadas pelo Governo Provisório⁴⁴.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

44 – Cf. ALMEIDA, José Américo de. *O ministério da viação no governo provisório*. Rio de Janeiro: Oficina dos Correios e Telégrafo, 1933.

O TREM E A GUERRA: AS FERROVIAS BAIANAS E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

TRAINS AND THE WAR: THE RAILROADS IN BAHIA DURING WORLD WAR II

ALOÍSIOS SANTOS DA CUNHA¹

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar a trajetória das duas mais importantes ferrovias na Bahia, a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a Estrada de Ferro Nazaré, entre 1935 e 1948, buscando entender o papel da Segunda Guerra Mundial para o ocaso de ambas. O estudo dessas duas estradas de ferro demonstrou que ambas tiveram problemas estruturais, que vinham de muito tempo, agravados pela conflagração mundial, pois o conflito impediu a aquisição de materiais e equipamentos que não eram produzidos no Brasil além de dificultar a obtenção de créditos dos governos federal e estadual. Aos problemas antigos e aos novos gerados e agravados pela guerra somou-se o estabelecimento de políticas públicas, em meados dos anos 1940, voltadas para as estradas de rodagem e o automóvel, o que levou as companhias, dentre outras coisas, a terem déficits extremamente elevados que acabaram por comprometer sua já complicada viabilidade econômica o que redundou, anos mais tarde, na supressão de vários trechos da primeira e na erradicação total da segunda.

Palavras-chave: Ferrovias; Bahia; Segunda Guerra Mundial.

Abstract:

The article analyzes the trajectory of the two most important railroads in Bahia, namely the Viação Férrea Federal Leste Brasileiro and the Estrada de Ferro Nazaré, in the period between 1935 and 1948. We seek to understand the role World War II had for their decline. The study of both railroads shows that they had long-standing structural problems, which increased during the war, making it impossible to acquire materials and equipment from abroad, and, at the same time, difficult to obtain federal and state credits. To old problems, new ones emerged and became even worse due to not only the war but also the establishment of a public policy in the mid-40s focused on highways and cars. This led, among other things, to companies having extremely high deficits and thus compromising their economic feasibility, resulting, some years later, in the removal of many sections of the first railroad and the total abandonment of the second.

Keywords: Railroads; Bahia; World War II.

Entre 1939 e 1945 aconteceu o maior e mais abrangente conflito militar de todo o século XX, talvez, da história. A semente deixada pela guerra para acabar com todas as outras, a Primeira Grande Guerra (1914-1918), germinou em terreno repleto de ressentimento e de interesses econômicos, políticos e estratégicos. Com o surgimento do fascismo nos anos de 1920, as ações japonesas na China ainda na primeira metade da década de 1930 e o expansionismo alemão sob os nazistas, o mundo foi

1 – Licenciado em História (UFBA), especialista em História Social e Econômica (Faculdade Mosteiro de São Bento Salvador), mestre em História Social (UFBA), doutorando em História (UFBA), professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), campus Codó. E-mail: metalangobr@gmail.com.

sendo arrastado para uma conflagração de grande porte que, ao seu término, havia sido muito pior do que a anterior.

A Segunda Guerra Mundial afetou todo o planeta e em todos os sentidos: dos camponeses poloneses que viram os *panzers* da Wehrmacht passarem por cima de suas plantações aos moradores de remotas ilhas no Pacífico deslocados pelos japoneses, passando por mineiros australianos e seringueiros amazônicos, todo o planeta fora tocado, de alguma forma, pelo conflito iniciado em 1939.

O caso brasileiro é bastante conhecido e vem sendo cada vez mais estudado. O governo de Getúlio Vargas, notadamente a partir do Estado Novo (1937), aproximou-se dos países fascistas europeus, Itália e Alemanha, porém, sofrendo cada vez mais pressão dos Estados Unidos da América, acabou por romper relações com aqueles, terminando por declarar guerra às potências do Eixo, participando ativamente tanto do esforço de guerra na retaguarda, através da produção de matérias-primas necessárias à indústria bélica e da cessão de bases aéreas e navais para as forças armadas norte-americanas, quanto enviando a Força Expedicionária Brasileira aos campos de batalha da Europa.

O Brasil viu sua vida econômica perturbada e não poderia ser diferente, pois, devido à economia dependente, precisava dos centros industriais da Europa e dos EUA para, dentre outras coisas, suprir parte significativa de suas necessidades de produtos manufaturados e de combustíveis, bem como dependia das compras dos nossos produtos primários feitas por estes países. Neste período, começaram a ser atacados pelo governo os problemas ligados ao tripé siderurgia-petróleo-energia elétrica, porém ainda demoraria para que conseguíssemos certa autonomia². Um setor em específico era fortemente dependente do fornecimento de materiais

2 – LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano*. O tempo do nacional estatismo: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Segunda República (1930-1945). 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019, p. 238.

metálicos, combustíveis, lubrificantes derivados do petróleo e tecnologia europeia e dos Estados Unidos: o ferroviário.

Tendo essas questões no horizonte, busca-se com esse texto reconstruir um momento do passado das ferrovias na Bahia que continua a ter repercussões no presente, isto é, o agravamento da situação financeira e material, mas também, e contraditoriamente, o início da realização de importantes obras nas mais importantes companhias ferroviárias em terras baianas, a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (ao ser criada em 1935 possuía 2.427 km de linhas sob seu controle, mas esse número variou com o tempo por conta de estradas que foram desmembradas e/ou incorporadas a sua malha e dos prolongamentos e ramais construídos), empresa de propriedade do governo federal, e a Estrada de Ferro Nazaré (331 km de extensão, incluído a linha principal e os ramais), pertencente ao estado da Bahia.

Propositalmente, deixamos de fora duas outras ferrovias em território baiano: a Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista, de propriedade de capitalistas ingleses, por ser pequena (128 km), circunscrita a uma única região do estado e por ter se especializado no transporte de um produto, o cacau, e a Estrada de Ferro Bahia e Minas, no extremo sul, administrada pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e que possuía 578 km de extensão, mas somente 147 deles em território baiano, tendo importância mais significativa para Minas Gerais do que para a Bahia³.

É preciso entendermos como se deu o ocaso das ferrovias no Brasil e o histórico da Leste Brasileiro e da Nazaré são exemplares. Foi durante a Segunda Guerra Mundial que um sistema que poderia ter ajudado o país a se desenvolver economicamente, como o fora em outras paragens – só para lembrar, “[...] a economia industrial, nos seus primórdios, descobriu – graças em grande parte à pressão da busca de lucro da acumula-

3 – Estradas de ferro do Brasil em 1960. *Revista Ferroviária*, Rio de Janeiro: CBEL, 1960, (Suplemento), p. 79.; ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovias e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste Baiano (1870-1930)*. 1ª ed. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001, p. 87.

ção do capital – o que Marx chamou de ‘suprema realização’: a estrada de ferro⁴ – acentuou a decadência que já vinha aparecendo após cada curva de suas, *grosso modo*, mal construídas e administradas linhas férreas. Note-se que, para tentar entender os efeitos do conflito, optamos por retornar alguns anos, tomando por base 1935, ano da encampação da Leste Brasileiro pelo governo federal, após vinte e quatro anos sendo controlada pelo grupo francês *Chemin de Fer*, e o segundo ano da volta da administração direta do governo da Bahia na estrada de Nazaré, que ficara arrendada a diversas empresas pertencentes a capitalistas baianos entre 1920 e 1933⁵, e avançar até 1948, quando os efeitos do agravamento do desaparecimento ocorrido durante a guerra já era sentido com bastante força e dispomos de dados mais precisos, notadamente para a Leste⁶.

As duas estradas ou os embriões daquilo que lhes dariam formato no final no século XX, são filhas do século XIX. Não vamos historiar o processo de formação de ambas, mas é preciso dizer que elas, assim como as ferrovias surgidas no Brasil daquele momento, foram entendidas como a alternativa que resolveria os problemas de integração econômica, de indivíduos e do próprio controle do Estado sobre o território, contribuindo para o processo de soldagem das partes, as províncias, no todo, o Estado imperial brasileiro. Acreditava-se que o problema do Brasil era a falta de transportes no seu vasto território e se fossem implantadas ferrovias

4 – HOBSBAWN, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Tradução de Luciano Costa Neto. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 59.

5 – Originalmente o contrato de arrendamento foi assinado com Henrique Amado Soares Bahia que, em 1921, o transferiu para a empresa Bahia & Mutazzi, da qual era sócio. Em 1926, o contrato, que já havia sido revisto inúmeras vezes até este momento, foi transferido para a Companhia de Viação Sudoeste da Bahia, que administrou a ferrovia até a encampação por parte do governo do estado.

6 – O processo de encampação de ferrovias ganhou força durante o governo Vargas nos planos federal e estadual, mas no governo seguinte, o de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), como resultado do sucateamento da malha ferroviária no período da guerra, da manutenção e ampliação de problemas que há muito complicavam o funcionamento delas e da aceleração no movimento em prol das rodovias e do automóvel, importantes estradas passaram a ser administradas pelo governo federal como a *São Paulo Railway* (1946), *The Great Western of Brazil Railway Company* e *Leopoldina Railway* (ambas em 1950). Cf. SILVEIRA, Márcio Rogério. *Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2007, p. 36.

cortando todo o país, como num passe de mágica, essas questões seriam resolvidas. Buscavam-se os chamados melhoramentos materiais que “[...] incluíam portos, serviços urbanos, imigração estrangeira, estradas e, principalmente, ferrovias, o meio de transporte mais moderno da época”⁷. Por conta disso, ainda durante o Império, foram traçados planos que, mesmo não saindo do papel em suas linhas gerais, propuseram estratégias para os transportes que integrassem o território nacional e neles era dado grande destaque para as ferrovias⁸.

Representando o que havia de mais moderno, as estradas de ferro em algumas regiões do Brasil atravessaram o século XIX e entraram no XX carregando consigo, além da esperança de introduzirem o país no mundo moderno e do progresso como queriam nossas elites, um sem número de problemas como obras que demoravam muito para serem concluídas, quando eram, e que após abertas ao tráfego apresentavam péssima qualidade técnica, tornando-as inseguras, de difícil e cara manutenção, verificando-se a ocorrência de ingerências políticas na questão dos traçados que, muitas vezes, não respeitavam as lógicas econômica ou estratégica, mas os interesses de determinados indivíduos detentores de poder e prestígio.

Notadamente no Nordeste esse quadro se manifestou com muita força. As primeiras estradas da região, e a Nazaré junto com as primeiras linhas que mais tarde formariam a Leste Brasileiro são boas indicadoras deste tipo de situação, atenderam aos interesses da elite açucareira, ficando circunscritas, nos primeiros tempos de sua operação, à zona produtora de açúcar, colocando-a em contato com os portos⁹.

7 – LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 37.

8 – Esta temática é analisada por SOUSA NETO, Manoel Fernandes. *Planos para o Império: os planos de viação do Segundo Reinado (1869-1889)*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2012.

9 – TENÓRIO, Douglas Apratto. *Capitalismo e ferrovias no Brasil*. 2ª ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

O primeiro relatório da Leste Brasileiro registra, com propriedade, os problemas que eram dela, porém comuns a muitas outras ferrovias no Brasil:

Os vícios decorrentes dos processos de economia injustificável porque se autorizou a construção de linhas férreas desta Viação, bem como da grande maioria das estradas do nosso Paiz, em que foram sacrificados o traçado, quer em plano horizontal quanto ao perfil, a boa qualidade do lastro, e as perfeitas condições de esgotamento, obrigando a condições técnicas deploráveis, ora se refletem com graves prejuízos para as regiões que servem, concorrendo para uma conservação sempre imperfeita e de custo elevado¹⁰.

Note-se que o engenheiro que assina o relatório, o então superintendente da companhia, Lauro Farani Pedreira de Freitas, faz referência ao início da sua administração da empresa em 1935, mas volta à origem das ferrovias no Brasil para identificar os problemas vividos naquele momento e que necessitavam de solução urgente se se queria tornar a ferrovia competitiva num momento onde o automóvel já começava a despontar como meio transporte viável, barato e que vinha ganhando cada vez mais adeptos.

A referida problemática ganhou vulto na década de 1940, período de fundamental importância para que possamos entender o ocaso das ferrovias na Bahia – e, por extensão, em muitas outras áreas do Brasil – e a razão para o movimento em prol da construção de rodovias ter ganhado força avassaladora, palavra mais comumente utilizada a partir dos anos 20 para se referir ao automóvel como uma rápida consulta à imprensa do período demonstra, notadamente após a publicação da Lei Joppert, em 1945, e se tornado concorrente, ao invés de complementar ao transporte ferroviário. Os primeiros efeitos da Segunda Guerra Mundial começavam a aparecer, cada vez com mais força, e os impactos no setor ferroviário foram bastante significativos para o sistema como um todo e para as duas estradas em específico.

10 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1935*. Salvador: Cia. Editora e Graphica da Bahia, 1936, p. 41-42. Em todas as citações mantivemos a grafia original.

Como já dito, a Nazaré e a Leste entraram na segunda metade dos anos de 1930 sob administração direta do poder público. Um momento no qual, tanto no plano estadual quanto no federal, ocorria um forte processo de centralização e de concentração das empresas ferroviárias nas mãos dos governos, cujos efeitos do primeiro Plano Nacional de Viação (PNV), editado em 1934, começaram a ser sentidos. Um plano que, apesar do seu pioneirismo em criar a primeira política pública que entendia os transportes como um todo, formando uma rede através da criação de grandes troncos que interligariam as diversas regiões do país nos sentidos norte-sul e leste-oeste, e de frisar que em face das características continentais do Brasil, “[...] só a estrada de ferro poderá satisfazer, como solução definitiva, no estabelecimento desses grandes troncos¹¹”, não colocou expressamente em seu texto como isso se daria, ou seja, não houve a previsão de mecanismos legais e financeiros para sua execução, o que na prática indicava pouca preocupação com as ferrovias, já que deixava claro que o interesse por parte do governo era a “[...] busca pela rápida integração do território”, o que em face das condições do momento, era mais viável técnica e financeiramente que se desse pelo modal rodoviário¹². O PNV de 1934 deixou a porta aberta para a construção de estradas de rodagem no lugar de ferrovias, mesmo onde essas últimas eram mais indicadas, e começou a promover, oficialmente, a migração de recursos públicos do trem para o automóvel.

Na esfera federal, a primeira medida significativa no sentido da rodoviarização do país ocorreu em 1937 com a criação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), porém, medidas práticas já vinham sendo tomadas antes, notadamente no Nordeste com as ações da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), que tinha na abertura de estradas uma forma de dar ocupação aos atingidos pelas sucessivas estiagens e fez isso com bastante na grande seca ocorrida entre 1931 e 1933. No plano estadual, agia o estado desde 1917 ele próprio abrindo

11 – BRASIL. Conselho Nacional dos Transportes. *Planos de Viação* – evolução histórica (1808-1973). Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, 1973, p. 125.

12 – SILVEIRA, *op. cit.*, p. 33.

estradas ou sendo o fiador dos grandes proprietários do interior que construíam as suas.

Durante o governo Góis Calmon (1924-1928), a Lei Estadual n. 1.847, de 27 de agosto de 1925, criou o primeiro plano rodoviário do estado e estabeleceu diretrizes gerais para as construções e para o auxílio do estado a particulares, mas, como bem afirma Antonio Fernando Guerreiro de Freitas,

Na febre de construir estradas, tanto regiões mais ricas, como a cacaueira, quanto as mais pobres e distantes, como o oeste do Estado, mereciam consideração. Em 1935, o Diretor de Viação e Obras Públicas do Estado repetia o mesmo comentário de meados do século passado, quando se garantia que o maior problema do Estado era a falta de transportes¹³.

Apesar de tamanha problemática, o patrimônio ferroviário não poderia ser simplesmente abandonado e a muito custo obras e ações que eram demandadas há bastante tempo começaram a ser postas em prática. Sem dúvida a situação da Leste era mais complicada que a da Nazaré. A companhia devolvida ao governo federal se apresentava em sérias dificuldades financeiras e seus relatórios apontavam para problemas sistêmicos e que seriam necessárias grandes inversões de capital para melhorar a situação, sendo os traçados antieconômicos o principal problema na visão da empresa.

Publicados a partir de 1936, estes relatórios eram uma obrigação legal da agora empresa estatal junto ao Ministério de Viação e Obras Públicas. Eram editados anualmente para informar ao governo federal a situação e os trabalhos efetuados em cada ano. Refletem, portanto, a visão oficial da companhia e, mais especificamente, a do seu superintendente, o engenheiro Lauro Farani, figura que permaneceu à frente da Leste por quase todo o período que aqui estudamos¹⁴.

13 – FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia, análise e dados*, Salvador: SEI, v. 9, n. 4, p. 24-37, p. 33, 2000.

14 – Lauro Farani Pedreira de Freitas era natural da cidade de Alagoinhas, importante polo ferroviário baiano, mas fez carreira como engenheiro formado pela Escola Politéc-

Nos dez anos entre 1935 e 1945, buscou-se atacar muitos desses problemas que dificultavam e tornavam ineficientes os serviços da companhia ferroviária. Ao ser federalizada, a Leste Brasileiro passou a ser responsável por manter estradas de ferro que abrangiam os estados de Bahia, Sergipe e Minas Gerais que, carregando os problemas técnicos já referidos e tendo sérias dificuldades de manutenção, não conseguiam atender satisfatoriamente às regiões que serviam.

Os relatórios da empresa, bem como uma análise da imprensa do período¹⁵, indicam que as estações possuíam tamanho diminuto em face das necessidades, havendo ocasiões em que as mercadorias ficavam expostas ao tempo pela falta de espaço, a manutenção preventiva das máquinas era descuidada, o que gerava acidentes e atrasos nas viagens, as obras de ampliação e, mais importante, de ligação entre as linhas se arrastavam há décadas e, ao serem executados, os serviços de má qualidade faziam com que durassem pouco e requeressem manutenção mais constante que o normal, alimentando um terrível círculo de gastos desnecessários, dificuldades no fornecimento do principal combustível consumido pelos trens, a lenha ou carvão vegetal, começaram a surgir e muitas vezes paralisaram

nica da Bahia na capital. Ingressou no quadro funcional da *Chemin de Fer* em meados dos anos 1920. Com o movimento de 1930, se aproximou da Interventoria de Juracy Magalhães (1931-1937), sendo nomeado, por indicação deste, para ser o representante do governo federal na companhia. Com a encampação em 1935, processo do qual foi artífice e executor, foi alçado à condição de superintendente, mantendo-se no cargo mesmo após o rompimento de Juracy com Getúlio Vargas em 1937. Permaneceu no cargo até 1945, quando se desligou para se tornar deputado constituinte. Voltou para uma última gestão em 1948, afastando-se, depois desse ano, em definitivo da Leste Brasileiro. Morreu em acidente aéreo em setembro de 1951 quando divulgava sua candidatura ao governo estadual. Sobre as ações de Farani à frente da Leste Brasileiro, ver CUNHA, Aloisio Santos da. *O trem partiu!* 1ª ed. Curitiba: Prismas, 2016.

15 – Registre-se que as inúmeras queixas contra os serviços da empresa – e também da estrada de Nazaré – desaparecem dos jornais e dos relatórios de instituições como a Associação Comercial da Bahia entre 1937 e 1945. Jornais como *A Tarde*, da capital, e o *Correio do Bomfim*, de Senhor do Bonfim, norte da Bahia, que sempre eram muito críticos aos serviços prestados pela companhia silenciam completamente. São os efeitos do Estado Novo na imprensa que, como aponta Tania de Luca, em nome de garantir “[...] a paz, a ordem e a segurança pública”, justificava a censura prévia à imprensa e a circulação de qualquer informação considerada imprópria. LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia Regina de (Orgs.) *História da imprensa no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 171-172.

o tráfego e um sem número de outros problemas tornavam a operação da empresa extremamente problemática. Mesmo buscando alternativas para resolver estes e outros entraves, “[...] os poucos recursos de que dispuzemos jamais permitiriam maior eficiência”, era o que alegava o superintendente¹⁶. Faltavam, e faltariam, capitais para melhorar as condições da companhia ferroviária.

Iniciados os combates que geraram a guerra mundial em 1939, seus efeitos começaram a ser sentidos no país e foram ganhando bastante força com o avançar da década de 1940. Na Bahia e em muitas partes do Brasil, começam a ocorrer racionamento de combustíveis, eletricidade e até alimentos, o que, somando-se às dificuldades para a navegação de cabotagem, notadamente a partir de 1942 com os primeiros afundamentos por submarinos alemães de navios mercantes na costa brasileira e a consequente declaração de guerra ao Eixo, gerou inflação e carestia, o que afetava tanto empresas, notadamente as ferroviárias por uma série de fatores, quanto a população mais carente. Por exemplo, somente entre 1942 e 1944 o custo de vida em Salvador aumentou 72,8%¹⁷.

Para a Leste Brasileiro neste início de conflito e fazendo um balanço do primeiro quinquênio da encampação da empresa, há a indicação de que a situação da companhia havia melhorado, apesar de que “tudo que se fez ainda é parcela mínima das reais necessidades e exigências inadiáveis à manutenção segura e eficiente de um tráfego que se desenvolve por mais de 2.000 quilômetros¹⁸”. Entre abril e junho de 1939, o superintendente esteve afastado da empresa em razão de ter viajado à Europa para fiscalizar e receber equipamentos encomendados a companhias alemãs. Ao confeccionar o relatório, nos informa que “a grande conflagração europeia, porém, não nos permitiu levar a termo toda nossa incumbência, evitando que fossem concluídas e recebidas as oito últimas locomotivas

16 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, *op. cit.*, p. 39.

17 – CARVALHO, Luana. Sobreviver em tempo de guerra: Salvador (1939-1945). PE-DREIRA, Flávia Sá. *Nordeste do Brasil na II Guerra Mundial*. 1ª ed. São Paulo: LCTE Editora, 2019, p. 87-88.

18 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1939*. Salvador: Gráfica Comercial, 1940, p. 3.

Mountain, encomendadas à fábrica *L. Schwartzkopff*, em Berlim¹⁹. Mais à frente aponta que, pela mesma razão, a guerra, não foi possível receber as peças encomendadas à alemã *MAN* para a construção de três automotriz – tipo de ônibus que se desloca sobre trilhos e que era utilizado no transporte suburbano de Salvador – nas oficinas da Leste em Periperi, na capital. Somente os contratos com os ingleses da *The English Electric Co. Limited* para o fornecimento de três locomotivas diesel-elétricas, as primeiras máquinas com essa tecnologia a rodar no Brasil, diga-se, puderam ser honrados em razão das máquinas terem sido entregues no início do ano.

Em 1940 a prestação de contas se inicia com a indicação de que o nível dos serviços, principalmente os de manutenção, decaiu em relação ao ano anterior e a principal explicação é a conflagração europeia. Ao discutir o déficit apresentado pela empresa em 1940 aponta incisivamente para ela: “Sobressai o aumento da despesa com aquisição de combustível (3.666:905\$900), lubrificantes, matérias-primas para oficinas e depósitos, etc., principalmente depois de iniciada a guerra europeia²⁰”. De fato, com os tradicionais fornecedores europeus envolvidos na economia de guerra e os fretes cada vez mais caros por conta dos riscos de afundamentos, principalmente após Hitler deflagrar a Batalha do Atlântico, o afundamento de qualquer navio com bandeira de nação não alinhada à Alemanha, a aquisição de materiais se tornou mais cara e difícil.

No caso da Estrada de Ferro Nazaré este ano de 1940 é extremamente importante, pois marca a construção do seu último trecho, o prolongamento para São Roque do Paraguaçu, o que a colocava, finalmente, nas bordas da Baía de Todos os Santos. A partir deste momento já se poderia

19 – *Idem*, p. 6. *Mountain* é um tipo de locomotiva de projeto originalmente norte-americano, mas que teve ampla utilização mundo afora sendo também fabricada por empresas alemãs e belgas. Sua característica distintiva é ser tipo 4-8-2, ou seja, quatro rodas de apoio, seguidas por oito rodas de tração terminando em mais duas de apoio, o que a fazia adequada ao uso em ferrovias sinuosas e com rampas elevadas, características presentes em boa parte da malha da Leste.

20 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1940*. Salvador: Tipografia da Leste, 1941, p. 10.

sair de Jequié, o ponto terminal da ferrovia no sudoeste baiano, até o mar, cruzando importante região produtora de produtos agrícolas e minerais.

Com o tráfego mútuo realizado com a Companhia Bahiana de Navegação se chegava à capital de modo mais rápido. Também é de se destacar que este último trecho ganhava importância durante a guerra, pois facilitou o escoamento do manganês, mineral extraído na região da cidade de Santo Antonio de Jesus e que passou a ser exportado para os Estados Unidos como parte do esforço de guerra brasileiro para com os Aliados, vindo, depois da guerra, a ser uma das mais importantes cargas da ferrovia²¹. Contudo, é neste mesmo ano onde as receitas, depois de bastante tempo estabilizadas e em ascensão, diminuem, o que é explicado pelo superintendente da empresa naquele momento, Coelho Borges, como resultado da crise econômica vivida pela região atravessada pela estrada em decorrência da guerra em curso²².

As estradas de ferro foram concebidas e operacionalizadas mundo afora e também no caso brasileiro como partes do binômio ferrovia-porto. Como nos lembra Kátia Vinhático Pontes²³, essa relação complementar entre portos e estradas de ferro permite a construção de novos espaços geográficos, interligando áreas do interior ao litoral e reforçando aproximações econômicas, sociais, culturais etc. No caso baiano, este complexo se formara inicialmente com a estrada do São Francisco, colocando o vale do grande rio, na altura do porto fluvial de Juazeiro, em contato com Salvador em 1896, porém, os trilhos só chegariam ao cais do porto da Bahia no final de década de 1920. A antiga Estrada de Ferro Central da Bahia, apesar de através do porto fluvial de Cachoeira no rio Paraguaçu ligar importantes porções do estado à Salvador, somente com a Leste e também como efeito das dificuldades geradas pela Segunda Guerra, teve

21 – CARLETTO, Cássia Maria M. *A Estrada de Ferro Nazaré no contexto da política nacional de viação férrea*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador: 1979, p. 243-244.

22 – *Idem*, p. 169.

23 – PONTES, Kátia Vinhático. *O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaueteira no sul da Bahia (1920-1947)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2018, p. 59

sua ligação direta efetivada com o porto da capital com a junção das antigas estradas Centro-Oeste da Bahia e de Santo Amaro, no Recôncavo, à estação de Mapele, nos subúrbios da capital baiana, na década de 1940, do mesmo modo que a Nazaré, como já colocado, que concluiu o processo de formação do binômio em 1940 com a chegada dos trilhos a São Roque e o estabelecimento de tráfego mútuo com os navios da Bahiana até o porto da capital.

É importante fazer estas colocações, pois durante a guerra a relação porto-ferrovia se mostrou ainda mais fundamental para Salvador, cidade que dependia muito fortemente das zonas interioranas e de outros estados da federação para seu abastecimento cotidiano. No caso da capital baiana, além da ferrovia ter a função de fazer “[...] o transporte de matérias-primas para o mercado externo, ou seja, o deslocamento de mercadorias se fazia do interior para os portos²⁴”, era por ela que chegavam os alimentos necessários à manutenção da cidade. Como coloca Marcos Ribeiro, durante a guerra e com mais força a partir de 1942, “as dificuldades em se manter regularmente o transporte de cabotagem [...] comprometeram o abastecimento, fazendo surgir talões de racionamento, primeiramente do açúcar, a seguir de produtos como manteiga, carne e leite²⁵”. A quase totalidade da carne, da farinha de mandioca, da banha, do café etc., produtos que tiveram significativo aumento nos preços durante o período, passaram a chegar cada vez com maior frequência de trem, o que levou, por exemplo, o governo da Bahia, tentando minimizar o aumento no valor da carne verde e facilitar sua exportação como parte do esforço de guerra, a construir e colocar em operação em 1944 um grande matadouro na ponta da linha da estrada de Nazaré em São Roque, facilitando a aquisição de gado na grande zona criadora do sudoeste do estado²⁶.

24 – *Idem*, p. 199.

25 – RIBEIRO, Marcos A. P. *A Bahia e a Segunda Guerra Mundial: o front da retaguarda*. 1ª ed. Salvador: Quarteto Editora, 2018, p. 151-152.

26 – Assim periódico descreve a operação: “O gado para córte virá de Jequié, em vagões da E. F. Nazaré, e as rezes desembarcarão diretamente em um corredor empadrado e cercado, de 500 metros de comprimento, onde ferrões acionados por eletricidade tocam os bois, obrigando-os a continuar para adiante”. Frisa que a capacidade de abate é de noventa bois por hora que ainda terá outra conveniência, a da compra do gado de Feira de Santana

Voltando à Leste, em 1941 o superintendente traçou uma situação de melhoria para a empresa. Algumas obras de ampliação e remodelação das linhas prosseguiram e estações, depósitos, oficinas e pátios de manobra foram reformados em muitas partes do estado. Outro acontecimento importante, mas visto a esta altura como ruim para a empresa, foi a incorporação da Estrada de Ferro Petrolina a Teresina à malha da Leste Brasileiro, o que ampliou sua quilometragem de 2.015 km de trilhos para 2.224 km²⁷. Esta incorporação foi vista como negativa, pois essa estrada, assim como muitas outras da companhia, cruzava o semiárido numa região de baixa densidade populacional sem nenhuma produção em grande volume, o que não tornava as operações minimamente sustentáveis e trazia elevados custos de operação. Outro problema dessa via era que ainda não havia sido construída a ponte sobre o rio São Francisco entre Juazeiro-BA e Petrolina-PE, o que forçava o transbordo de mercadorias e passageiros ou os vagões cruzavam o rio a bordo de *ferryboats*, operação onerosa e arriscada.

A via permanente, queixa comum desde 1935, continuava a apresentar situação calamitosa, com grande número de trilhos e acessórios em estado imprestável ainda em uso. Neste aspecto Farani foi direto ao ponto, informando que “[...] o programa de substituição desse material sofreu grande colapso a partir de 1939, em virtude da falta de recursos e da guerra²⁸”. Somente os reparos que envolviam a substituição ou instalação de materiais de procedência nacional, como o empedramento das linhas para protegê-las do efeito erosivo das águas e a troca de dormentes continuaram sem muitos embaraços.

que, por viajar durante cinco dias, chega à capital magro e cansando, diminuído a qualidade da carne. *Revista das Estradas de Ferro*, ed. 441, p. 3.804, agosto de 1944. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18.05.20.

27 – Estes números são menores do que o apresentado anteriormente devido à estrada de ferro Bahia e Minas, parte da massa herdada da *Chemin de Fer*, ter sido desmembrada da Leste no final de 1935.

28 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1941*. Salvador: Tipografia da Leste, 1942, p. 22.

Ainda por conta da guerra, queixa comum nas duas ferrovias e a praticamente todas do Brasil neste momento, a dificuldade na obtenção de combustíveis foi agravada. Neste período, o *diesel* e a eletricidade eram exceções, com a maior parte das locomotivas em operação no país queimando carvão de origem vegetal. Nas ferrovias mais ao sul, utilizava-se o carvão mineral de Santa Catarina, mas mesmo este passou a ter problemas para ser deslocado até as companhias consumidoras por causa das dificuldades nos transportes geradas pela guerra. A Leste possuía um pequeno parque de locomotivas *diesel* em operação, o que não queria dizer muito, afinal, mesmo com a Bahia sendo pioneira na produção de petróleo no Brasil, com o poço do Lobato sendo o primeiro a jorrar óleo em 1939 e passando a produzi-lo em escala comercial a partir de 1941 com os poços de Candeias, não possuía capacidade de processar o óleo bruto, sendo preciso enviá-lo ao exterior²⁹. Todo o restante das máquinas, bem como a totalidade do parque de tração da Nazaré, era movido a lenha.

Há muito o abastecimento das locomotivas por este insumo vinha sendo problematizado. As caldeiras das máquinas foram consumindo a vegetação próxima das linhas e era necessário buscar lenha cada vez mais longe, o que acabava por gerar custos maiores. Havia, somente para os serviços do transporte da lenha para os diversos pontos das linhas da Leste, dezesseis trens de oito vagões cada, que se fossem liberados para o serviço de tração normal poderiam tornar as operações mais eficientes. Parte do problema seria sanado pelo programa de reaparelhamento, o mesmo que deveria ter recebido locomotivas tipo *Mountain* alemãs que, por serem mais modernas, consumiam menos combustível e gravavam mais força.

Outra solução que também se achava em marcha era a dieselização da frota. Se “[...] não tivesse sido interrompido o programa de rejuvenescimento das locomotivas em consequência da guerra³⁰”, apontava

29 – MATTOS, Wilson Roberto de; FRAGA FILHO, Walter; ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de e SANTANA, Charles d’Almeida. *Uma luz na noite do Brasil: 50 anos de história da refinaria Landulpho Alves*. 1ª ed. Salvador: Solisluna Design e Editora, 2000, p. 36 e 39.

30 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1941*,

Farani, a empresa poderia ter apresentado resultados econômicos melhores. Quanto a este quesito, o problema dos combustíveis fósseis e da lenha, outra empresa importante para os transportes na Bahia, por articular e formar um importante circuito fluvial-ferroviário, também teve sérios problemas, a Companhia de Navegação do São Francisco.

A estrada de Nazaré, neste sentido, saiu à frente da Leste Brasileiro, talvez por, diferentemente de sua irmã federal, não ter nenhuma locomotiva a *diesel* nem planos de dieselizar sua frota no curto prazo. Para isso, iniciou um programa de reflorestamento, pois “[...] o elevado preço do combustível, constituindo importante parcela da despesa ferroviária, ao lado da crescente dificuldade de sua obtenção, tornaram esse um dos principais problemas enfrentados pela administração da estrada³¹”. Esse serviço, instituído em 1942, veio em boa hora, pois o uso da madeira não se restringia ao combustível, sendo também utilizada para produzir dormentes, carros e vagões.

Problema comum às duas empresas e que fora severamente agravado por conta da guerra era a escassez do material rodante e a precariedade da via permanente. Na Leste, a passagem a seguir é bastante ilustrativa de um estado de coisas que permaneceria por muito tempo e que não estava restrito apenas a ela:

O estado de usura dos trilhos entre Cipó e Joazeiro e, na linha de Sergipe, entre Barracão e São Cristóvão, já produz em média 2,5 fraturas diárias e isso, por si só, representa um índice bastante acentuado do estado de insegurança das linhas. O programa de substituição dos trilhos fôra interrompido em 1939, com a declaração da guerra e sabemos o quão difícil é, no momento, sua aquisição. No entanto, não devemos silenciar a gravidade do caso, para que sob nós não venha, amanhã, recair a responsabilidade de um acidente lamentável³².

Sem que o conflito fosse encerrado – ou houvesse produção nacional de trilhos e materiais metálicos – o problema não teria solução. A questão

p. 39.

31 – CARLETTO, *op. cit.*, p. 171.

32 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1941*, p. 53.

é que mesmo após o término da guerra e da entrada em operação de plantas siderúrgicas no país, o estado das linhas da Leste e da Nazaré sempre era considerado ruim na maior parte dos trechos. Este talvez seja o ponto central deste texto: problemas que já existiam em ambas as ferrovias, de modo menos grave em alguns aspectos na Nazaré, foram acentuados no período da guerra mundial, avolumando-se de tal forma que, para os governos, foi mais vantajoso, assim pensaram, intensificar os investimentos no modal rodoviário do que nas ferrovias, apesar da enorme importância que elas tinham – ou deveriam ter – num país das dimensões do Brasil. Acrescente-se a isso a opção política pelas rodovias e pelo automóvel e teremos, no pós-guerra, um ambiente muito ruim para as companhias ferroviárias.

Os casos da Leste e da Nazaré não foram isolados, já que a maior parte da malha nacional se encontrava na mesma situação e foi, nas palavras de Comissão formada para estudar os problemas dos transportes no Brasil, um dos elementos responsáveis pelo “[...] desenvolvimento muito rápido dos transportes rodoviários, inclusive das rodovias e dos veículos, que teve lugar numa época em que os governos não tinham interesse real pelo desenvolvimento paralelo de uma rede ferroviária moderna³³”. É pertinente afirmar que o transporte rodoviário passou a ser visto como a única opção para os transportes no Brasil. Discutindo o problema, Dilma Andrade de Paula aponta que

A situação causada pela II Guerra Mundial contribuiu para acelerar a deterioração do parque ferroviário, devido à redução do fluxo de materiais ferroviários e de combustíveis para o Brasil num momento em que crescia a demanda por essa modalidade de transporte [...]. A escassez de financiamentos e de uma política voltada para a construção ferroviária acentuou a deterioração do parque ferroviário. Paralelamente fortaleceu-se a política de construções rodoviárias, amplamente divulgada como garantidora de retorno financeiro mais rápido e de infraestrutura mais barata³⁴.

33 – GEIPOT. *As estradas de ferro: análise da situação atual*. I Fase. New York: Coverdale & Colpitts Consulting Engineers, 1966, p. 217.

34 – PAULA, Dilma Andrade de. Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156,

Apesar de tamanha problemática, alguns serviços continuavam na Leste, como a readequação da estrada de Santo Amaro e as obras em direção a Minas Gerais, bem como da ferrovia de ligação entre a São Francisco e a Central da Bahia, a chamada linha da Grota, no trecho entre Itaíba e Barra de Mundo Novo, o que aumentou as linhas da empresa para 2.310 km, sem contar os 140 km de rodovias também sob sua responsabilidade. Foram atacados com mais veemência a partir do mesmo ano de 1943 a duplicação da linha tronco entre a Calçada, a estação terminal da capital, e Periperi nos subúrbios (14 km) e começaram os estudos para a eletrificação da linha de Salvador até Alagoinhas³⁵.

Também é deste período a construção do edifício sede da companhia no bairro do Comércio em Salvador, para concentrar e agilizar os processos administrativos, e açudes (fundamentais no semiárido tanto para manutenção dos serviços da companhia quanto para atender às populações sertanejas afetadas pelas secas), estações e oficinas foram construídos ou ampliados. Na estrada de Nazaré, apesar de existirem planos de ligá-la à Leste Brasileiro por uma linha de Santo Antonio de Jesus a Cruz das Almas e à Ilhéus-Conquista na altura da cidade de Ubaitaba³⁶, não houve nenhuma melhoria significativa nem construção além da já referida extensão da estrada até o porto de São Roque.

No ano de 1944, o décimo ano da encampação da Leste Brasileiro, fato referido efusivamente no relatório, muitas dificuldades foram elencadas: minguados recursos que a companhia recebeu do governo, a pobreza

p. 149, jul.-dez. 2010.

35 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1943*. Salvador: Tipografia da Leste, 1944, p. 8-9.

36 – A ligação da Leste com a Nazaré era aventada desde 1910 quando do processo que levou a concessão da malha federal na Bahia a *Chemin de Fer*. O Decreto n. 8.648, de 31 de março de 1911, determinava que o grupo francês fizesse a “[...] a aquisição pela companhia das estradas estaduais Centro Oeste e Nazareth”. BRASIL. *Legislação ferro-viaria federal do Brasil*: leis, decretos, regulamentos, instruções, avisos, portarias e outros actos, desde as primeiras iniciativas até 31 de dezembro de 1921. Edição comemorativa do primeiro centenario da Independencia do Brazil, publicada por ordem do Exmo. Snr. Dr. J. Pires do Rio, M. D. Ministro de Estado da Viação e Obras Publicas, Volume XII, 1911. Rio de Janeiro: 1922, p. 115. A primeira foi incorporada em 1913, mas a Nazaré jamais seria anexada, operacionalmente, à malha federal.

das regiões atravessadas por seus trilhos, a enormidade das reparações a serem feitas nas linhas e a necessidade de expansão e interligações que precisavam ser realizadas para dar à empresa um aspecto de rede. Outro fator a atravancar o desenvolvimento da Leste era

[...] a grande calamidade universal – a guerra – a absorver todos os recursos materiais que passaram a ser dados, ante o descontrole e especulação de preços jamais vistos; a dificultar na aquisição de utensílios básicos e indispensáveis à manutenção do tráfego; a convocar homens dos nossos setores principais do trabalho para a defesa nacional e, finalmente, a forçar o êxodo dos nossos melhores serventuários, por motivo de solicitações mais vantajosas e remuneradoras, com as quais não poderíamos competir, pela estreiteza de recursos que dispúnhamos³⁷.

Apontava, também, que obras de interligação das suas linhas com as da estrada de ferro *Great Western* em Alagoas, São Luís a Teresina no Piauí e, a mais urgente dentre todas, Central do Brasil em Minas Gerais, deveriam prosseguir em ritmo acelerado, os almoxarifados precisavam de maior disponibilidade de peças, as linhas careciam de remodelação, seja no traçado de algumas delas, seja na conservação pura e simples (estimava em 800 km os trilhos a serem trocados), o material de tração e transporte (locomotivas, vagões e carros) precisava ser mais abundante, os problemas de abastecimento de combustíveis deveriam ser sanados pela eletrificação de longos trechos e pela dieselização da frota, deveriam ser construídos desvios, triângulos de reversão e pátios de manobras e, tão grave quanto na visão do superintendente, o quadro funcional da empresa precisaria ser aumentado com a maior brevidade possível³⁸.

Terminado o conflito mundial e tendo o Brasil passado pelo fim da ditadura varguista com a eleição de Dutra e a feitura de uma nova

37 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1944*. Salvador: Tipografia da Leste, 1945, p. 4.

38 – Neste momento a empresa se fiava, na questão dos combustíveis, em projetos já em andamento na Bahia. A eletrificação seria possível com a construção da usina de Paulo Afonso no rio São Francisco – quando ocorreu alguns anos depois foi graças à Leste ter construído usina própria, a de Bananeira no rio Paraguaçu – e a mudança para o derivado de petróleo se daria após a inauguração da refinaria de Mataripe. As oficinas deveriam queimar o gás encontrado na baía da Aratu.

Constituição, esperava-se que o setor ferroviário tivesse mais atenção por parte dos governos, o que acabou não acontecendo. Nos anos posteriores o que se viu foi um recrudescimento das políticas em favor do automóvel e da sua cadeia produtiva, com um sem-número de rodovias sendo construídas paralelamente a ferrovias, o que “[...] contribuiu para acirrar a competição principalmente entre rodovias e ferrovias, em vez de estimular a integração intermodal de transportes³⁹”. O resultado é que os prejuízos das companhias ferroviárias só aumentavam. Vejamos o comportamento das receitas da Leste Brasileiro e da Nazaré dentro do período em estudo (1935-1948).⁴⁰

Ano	Receita (R)	Despesa (D)	Saldos		Diferença R/D (%)
			Devedor	Credor	
1935	15.754.685,50	14.255.083,60	-	1.449.601,90	+ 10,5
1936	18.204.144,80	15.330.543,10	-	2.873.601,70	+ 18,7
1937	19.956.883,90	18.828.719,70	-	1.128.164,20	+ 5,9
1938	18.935.837,00	18.854.633,40	-	81.203,60	+ 0,5
1939	18.134.801,20	19.513.519,00	1.378.617,80	-	- 7,0
1940	21.146.385,50	21.285.993,60	139.608,10	-	- 0,7
1941	20.417.582,10	25.235.834,50	4.818.252,40	-	- 19,1
1942	25.567.687,00	32.441.088,40	6.873.401,40	-	- 21,2
1943	35.531.835,40	35.591.888,90	2.060.053,50	-	- 5,8
1944	42.553.471,80	60.826.229,90	18.272.758,10	-	- 30,1
1945	40.048.535,80	68.189.370,60	28.140.834,80	-	- 41,3
1946	39.676.534,70	112.027.245,60	72.350.710,90	-	- 64,6
1947	35.150.854,60	121.301.231,30	86.150.376,70	-	- 71,0
1948	41.030.784,70	135.812.841,60	94.782.056,90	-	- 70,0

Tabela I – Movimento financeiro da Leste Brasileiro (Cruzeiros).

Fonte: BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório de exercício de 1948*. Salvador: Tipografia da Leste, 1949, anexo 15 com cálculos do autor.

No caso da Leste o que salta aos olhos é que logo no primeiro ano da guerra a empresa começou a apresentar déficits. Não que isso fosse novidade, afinal, durante todo o período da administração francesa, ela

39 – PAULA, *op. cit.*, p. 148.

40 – Por conta da mudança no padrão monetário brasileiro em 1942 com a instituição do Cruzeiro no lugar dos Réis, convertemos os valores anteriores a este ano para facilitar a leitura dos dados com Rs. 1.000 equivalendo a Cr\$ 1,00.

só teve saldo positivo em poucos exercícios financeiros. No primeiro ano de guerra, o impacto do conflito certamente não foi muito significativo. Devemos lembrar que a conflagração só se iniciou em setembro e parte dos materiais encomendados à Alemanha foram entregues normalmente. O que contribuiu para os déficits foram os investimentos, principalmente na reconstrução da estrada de Santo Amaro, a ligação Afligidos – Buranhém, ambas partes importantes da ligação de Salvador e da estrada do São Francisco com a Central da Bahia, e a piora generalizada no estado das linhas. Em 1940 o recebimento de verbas atenuou parte do problema, já que elas foram contabilizadas como receita.

A situação começou a realmente ficar complicada a partir do exercício de 1941, o que, mais uma vez, não é uma particularidade da Leste Brasileiro, mas uma situação compartilhada, *grosso modo*, pela quase totalidade das ferrovias no Brasil. Com o avançar do tempo esses saldos negativos só aumentaram, tornando-se extremamente graves a partir de 1944, onde a diferença entre a receita e a despesa atingiu 30% negativos, subindo continuamente até o final do período que analisamos. Os dados da tabela também nos chamam a atenção para o crescimento considerável nas receitas entre os anos de 1942 e 1943 (38,9%), contudo parte deste aumento é explicado pelas receitas da estrada de Santo Amaro que até 1942 eram contabilizadas à parte e passaram, a partir de 1943, a incorporar receita geral da Leste, como explicou o superintendente⁴¹.

Os dados apresentados para a Estrada de Ferro Nazaré vão no mesmo sentido, apesar de os efeitos realmente negativos começarem a ser sentidos um pouco mais tarde e a estrada ter condição financeira, no período anterior, um pouco melhor do que a sua irmã federal.

Ano	Receita (R)	Despesa (D)	Saldos		Diferença R/D (%)
			Devedor	Credor	
1935	4.430.444,35	3.644.570,70	-	785.873,65	17,8
1936	5.675.982,40	4.043.030,10	-	1.632.952,30	28,8

41 – BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório do exercício de 1943*, p. 3.

1937	6.724.663,90	4.605.870,50	-	2.118.793,40	31,5
1938	6.181.663,55	4.499.598,55	-	1.682.065,00	27,2
1939	5.459.057,50	4.206.922,90	-	1.252.134,60	23
1940	4.921.582,50	3.994.808,30	-	926.774,20	18,8
1941	6.785.907,20	4.854.028,90	-	1.931.878,30	28,5
1942	7.239.130,80	6.899.753,10	-	339.377,70	4,7
1943	8.062.600,00	7.928.578,00	-	134.022,00	1,7
1944	8.825.695,40	8.729.269,90	-	96.425,50	1,1
1945	10.820.996,80	11.785.490,80	964.524,00		-8,2
1946	10.770.465,90	12.149.631,20	1.379.165,30		-11,4
1947	6.924.141,00	12.876.494,20	5.952.353,20		-46,2
1948	7.222.898,50	15.689.184,10	8.466.285,60		-54

Tabela II – Movimento financeiro da Estrada de Ferro de Nazaré (Cruzeiros).

Fonte: CARLETTO, *op. cit.*, p. 178 e 233 com cálculos do autor.

Os dados certamente mais assustadores e indicadores da gravidade da situação em que se encontravam as duas estradas dizem respeito ao aumento percentual nas receitas e nas despesas de ambas. Enquanto a Leste Brasileiro, entre 1935 e 1948, apresentou um aumento de 160,4% nas suas receitas, seus déficits no mesmo período subiram absurdos 852,7%. Na Nazaré, os números são um pouco melhores, porém extremamente graves ainda assim: 153% para as receitas e 330,5% nas despesas. Se somarmos essa precária situação financeira aos efeitos da Lei Joppert, que privilegiou as rodovias e de fato começou a ampliar a malha de estradas de rodagem com boa trafegabilidade a partir do final da guerra, temos uma situação extremamente desfavorável para o sistema ferroviário baiano e, por extensão, brasileiro.

Outro aspecto que chama a atenção e reforça o paradoxo existente no período da Segunda Guerra é que, com a situação financeira deficitária, as dificuldades de manutenção e aparelhamento de um lado e, de outro, a melhoria em alguns serviços, como interligações e ampliação das linhas, os transportes de modo geral aumentaram nas duas ferrovias no período da conflagração como demonstrado pela tabela III.

Tipo	Nazaré	Leste
Passageiros (suburbanos e interior)	119,5	105
Mercadorias (cargas de todos os tipos)	68	40,3
Animais (de transporte e de corte)	451,6	38,8

Tabela III – Aumento percentual nos transportes entre 1939 e 1945.

Fontes: CARLETTO, *op. cit.*, BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório de exercício de 1939* e BRASIL. Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. *Relatório de exercício de 1948* com cálculos do autor.

O que explica em grande parte essa situação de aumento nos volumes transportados são as necessidades e demandas criadas pela guerra. Por um lado, o binômio ferrovia-porto opera, pois parte das cargas e dos animais eram destinados à exportação pelo porto de Salvador como parte do esforço de guerra e, por outro, a perturbação na navegação costeira, como já dito, diminuiu a oferta de produtos no mais importante mercado consumidor da Bahia, a capital, que para se abastecer vai usar os trens para trazer parte daquilo que precisava, notadamente gêneros alimentícios, de outros estados ou da zona interior do estado. A questão era que as receitas geradas por este aumento nos transportes não eram suficientes para manter a saúde financeira das empresas e a situação material de ambas seguia se agravando.

Os efeitos da acentuação dos problemas crônicos enfrentados pelas duas estradas durante a Segunda Guerra se mantiveram e aumentaram com o tempo, tornando a operação cada vez mais precária e o público mudava para as rodovias com cada vez mais força. Por exemplo, passagem de matéria sobre os déficits da Nazaré, publicada em periódico sobre transportes indica a que ponto o problema havia chegado quando aponta que parte do déficit mensal dessa ferrovia se devia a “concorrência de caminhões⁴²”. No caso da Nazaré, havia uma preocupação adicional com o rodoviarismo, pois o Instituto do Cacau da Bahia, instituição criada em

42 – *Revista das Estradas de Ferro*, ed. 479, p. 4.831, outubro de 1947. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18.05.20. Note-se que a redemocratização do país removeu a mordaza imposta pelo Estado Novo à imprensa. No plano local, os jornais voltaram a tecer severas críticas aos precários serviços das companhias ferroviárias, pedindo, ao mesmo tempo, tanto sua melhoria quanto a ampliação da rede rodoviária.

1931 pelo governo federal para tratar das questões ligadas à produção cacaueteira, através da Companhia de Viação Sul-Bahiano desenvolveu um extenso plano rodoviário na região limite da atendida pela ferrovia e essas estradas acabaram drenando parte de suas cargas⁴³.

Na Bahia, o primeiro automóvel trazido pelo industrial Henrique Lanat para essas terras em 1901 havia se transformado em 9.891 em 1950, vindo a triplicar na década seguinte⁴⁴. As estradas de rodagem de responsabilidade estadual e federal e que contavam com sistema regular de manutenção atingiram 30 mil quilômetros em 1960. Nessa mesma década se instalou no CIA – Centro Industrial de Aratu, a fabricante de motores alemã Magirus-Deutz e encarroçadoras de ônibus como a INCABASA – Indústria de Carrocerias da Bahia S/A e a Carrocerias Aratu.

Como poderia sobreviver a ferrovia num quadro desses, onde o processo de sucateamento se acelerou, os recursos eram insuficientes, problemas do passado persistiam e o rodoviarismo, uma opção tanto política quanto econômica, drenava para si cargas e passageiros em meio a um sistema desigual que claramente privilegiava o automóvel? A resposta é melancólica e simples: não sobreviveria.

A Leste, como muitas outras ferrovias pelo Brasil, viu sua estrutura começar a desaparecer a partir da década de 1960, com os ramais e as estradas menos rentáveis que a compunham entrando na nova política nacional de erradicação de trechos ferroviários antieconômicos⁴⁵. São deste período e da década seguinte a supressão dos ramais de Itaeté, Capela, Catuiçara, Santa Teresinha, Feira de Santana e da maior parte da ferrovia da Grota, além da totalidade da estrada de Petrolina a Teresina (Paulistana).

43 – CARLETTO, *op. cit.*, p. 174.

44 – BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. *Evolução da frota brasileira de automóveis*. Brasília: DNER, Serviço de Documentação, 1969, p. 12 e 18.

45 – ALVAREZ, Julian Rey. *Transporte ferroviário no Nordeste do Brasil*. Recife: SUDENE, Divisão de Documentação, 1962, p. 16.

Com a Nazaré a solução foi mais radical, pois apesar de ainda haver expectativa quanto a sua ligação com a Leste, havendo inclusive dotação orçamentária no início dos anos 60 para que fossem realizados os estudos necessários, a estrada foi encolhendo. Já em 1963, o trecho entre as cidades de Santa Inês e Jequié teve o tráfego suspenso e, no ano seguinte, da primeira cidade até Santo Antonio de Jesus. Restavam-lhe 64 km quilômetros entre Santo Antônio e São Roque, operados em condições precárias⁴⁶. Em 1968 a Rede Ferroviária Federal S/A concluiu a aquisição das ações da companhia junto ao governo do estado da Bahia e a particulares para, em 1971, suprimir totalmente o tráfego e determinar a erradicação da estrada.

A Segunda Grande Guerra não começou os problemas que culminaram nas desativações, mas os agravou de modo bastante significativo, ao mesmo tempo que o automóvel ganhava cada vez mais espaço por conta de sua versatilidade, acessibilidade e de execução de políticas públicas nos planos federal, estadual e municipal que se voltaram para ele e para as estradas de rodagem, com muitas delas sendo construídas paralelamente às vias férreas e lhes oferecendo pesada concorrência. Muito cedo, pois estamos falando dos anos 40 e 50 do século XX, a buzina do automóvel venceu o apito da locomotiva.

Texto apresentado em setembro de 2020. Aprovado para publicação em dezembro de 2021.

46 – CARLETTO, *op. cit.*, p. 227.

**A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA PROTAGONIZADA
POR CIENTISTAS E A LEGITIMAÇÃO DA CIÊNCIA
BRASILEIRA: A REVISTA *CIÊNCIA E CULTURA* (1949 –
1964) E A SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO
DA CIÊNCIA**

THE SCIENCE COMMUNICATION LED BY SCIENTISTS
AND THE JUSTIFICATION OF SCIENCE IN BRAZIL: THE
MAGAZINE *CIÊNCIA E CULTURA* (1949 – 1964) AND THE
BRAZILIAN SOCIETY FOR THE ADVANCEMENT OF
SCIENCE

GABRIEL AUGUSTO DOS SANTOS ROCHA DE FARIA¹

LUISA MEDEIROS MASSARANI²

ILDEU DE CASTRO MOREIRA³

Resumo:

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi fundada em 1948, como uma agremiação de cientistas e simpatizantes da causa da ciência e tendo entre seus objetivos apoiar e estimular o trabalho científico, facilitar a colaboração entre cientistas e aumentar a compreensão do público em relação à ciência. A revista *Ciência e Cultura*, fundada em 1949, surgiu como um meio para a realização destes objetivos, sendo uma publicação trimestral de artigos e notas originais. O presente estudo realizou uma análise quali-quantitativa do conteúdo das edições da *Ciência e Cultura* publicadas entre os anos de 1949 e 1964, a fim de compreender o significado da publicação para a divulgação científica no Brasil. Utilizamos o protocolo de monitoramento desenvolvido pela Rede Iberoamericana de Monitoramento e Capacitação em Jornalismo Científico como base para a formulação de uma ferramenta de análise. Como órgão da SBPC e principal meio de posicionamento da diretoria no período, a *Ciência e Cultura* apresentou uma divulgação científica voltada para o grande público e, ao mesmo tempo, procurou se comuni-

Abstract:

*The Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Brazilian Society for the Advancement of Science – SBPC) was founded in 1948 as an open forum for scientists and supporters of science who wanted to bolster and encourage scientific work and enhance the public understanding of science. The *Ciência e Cultura* magazine, founded in 1949, was a means towards the achievement of those aims. We carried out a quali-quantitative analysis of the *Ciência e Cultura* editions published between 1949 and 1964 in order to comprehend the magazine's importance for science communication in Brazil. We adapted the protocol made by the Ibero-American Network for Monitoring and Training in Science Journalism for the specifics of the object. Afterwards, we examined the data together with the qualitative analysis of the articles and editorials of *Ciência e Cultura*. The magazine was at the time a fundamental part of the SBPC and the main means of communication of the society's board of directors. It published scientific articles for two different target audiences, namely the public in general and*

1 – Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. E-mail: gabriel_rocha@id.uff.br.

2 – Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. E-mail: luisa.massarani7@gmail.com.

3 – Instituto de Física/UFRJ. E-mail: ildeucaastro@gmail.com.

car com a comunidade científica e leitores especializados. A publicação apresentou uma visão singular a respeito da construção de redes de apoio ao trabalho científico e das relações entre as diferentes instituições e cientistas ativos no período, bem como se inseriu nos debates centrais para o desenvolvimento da ciência na época, construindo a hegemonia da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência como porta-voz da comunidade científica

Palavras-chave: Divulgação científica; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Ciência e Cultura; Institucionalização da ciência; História da Divulgação Científica.

the scientific community or readers already interested in and knowledgeable about science. The publications presented a singular vision regarding the institutionalization of science and the cooperation between scientists and the institutions active at the time. Ciência e Cultura was also a way for the society to be involved in the main debates regarding the advancement of science, helping, thus, SBPC to establish their hegemony as a representative Society for the Brazilian scientific community.

Keywords: science communication; Brazilian Society for the Advancement of Science; Ciência e Cultura; institutionalization of science; history of science communication.

A sociedade brasileira para o progresso da ciência

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi um momento de definida expansão para a ciência. Ainda durante os anos da conflagração, a comunidade científica internacional recebeu recursos públicos e apoio estatal de forma crescente e sistemática para o desenvolvimento de pesquisas científicas⁴. O episódio que marcou o fim da guerra, o holocausto nuclear das cidades de Hiroshima e Nagasaki, também alçou a ciência e a tecnologia ao centro do debate público.

A construção da bomba atômica se deu a partir de um financiamento público inédito para a ciência, de uma profunda aliança entre a comunidade científica e o poder público. O resultado foi caracterizado como “uma horripilante combinação de triunfo científico com uma falha política e moral”⁵. Os membros da comunidade científica, nacional e internacional, enfatizaram a significância da bomba para o fim da Segunda Guerra Mundial e como abertura da Guerra Fria⁶, mas assumiram de imediato no

4 – HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

5 – RUSSELL, Bertrand. The Bomb and Civilization. *Forward*, 39, n. 33. 18 Ago. 1945: 1, 3 (B&R C45.14).

6 – ORESKES, Naomi. Science in the Origins of the Cold War. In: *Science and Technology in the Global Cold War*, edited by Oreskes Naomi and Krige John, 11-30. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 2014.

pós-guerra uma posição antiarmamentista, aderindo em peso às campanhas contrárias à proliferação de armas nucleares.

Por outro lado, a comunidade científica também procurou definir o ato como um mau-uso da ciência por parte do poder público e dos setores militares, que assume um caráter instrumental e neutro dentro desta perspectiva. Ainda nesse sentido, o bombardeio seria uma tradução do “grau de inadaptação das forças políticas ao uso de um instrumento que, até bem pouco tempo, lhes era totalmente estranho”⁷.

O que podemos observar, em suma, é um “fenômeno mundial mais amplo de interesse e valorização da ciência⁸”, que vem acompanhado de uma reivindicação da comunidade científica por autonomia, continuidade de investimentos públicos e uma posição de – ao menos, aparente – neutralidade⁹. Também como um efeito generalizado, ocorreu um aumento da institucionalização e profissionalização da ciência, do impacto da ciência na vida cotidiana do cidadão e da imagem de ciência como um instrumento de redenção e progresso para a sociedade¹⁰.

Especificamente em relação ao Brasil, o crescimento da oposição no pós-guerra levou ao fim da Era Vargas, um ponto de virada para a comunidade científica nacional. A nova constituição, promulgada em 1946, aparecia em resposta ao período autoritário vivido até então e era marcada pelo caráter liberal de seus enunciados¹¹. A reabertura demo-

7 – Ciência e Política. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 1, n. 4, p. 163, 1949.

8 – ESTEVES, Bernardo; MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Ciência para todos e a divulgação científica na imprensa brasileira entre 1948 e 1953. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 63-85, p. 66, jan./jun. 2006.

9 – HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos – o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

10 – MASSARANI, L. *A divulgação científica no Rio de Janeiro: algumas reflexões sobre a década de 20*. Dissertação (Mestrado) – ECO-UFRJ. Rio de Janeiro: IBICT-ECO/UFRJ, 1998.; MENDES, Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2006, 240 f.; MOREIRA, Ildeu. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Revista IBICT*, 1, p. 11-16, 2006.

11 – FÁVERO, Maria L. A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universi-*

crática brasileira coincidiu com um crescimento da comunidade e das instituições científicas, muito embora não marque necessariamente um período de simples cooperação e apoio na relação entre essa comunidade e o Estado. O que se percebeu foi uma busca pela comunidade científica, pelo reconhecimento do seu trabalho, pela criação de novas instituições de pesquisa e pela garantia de orçamento para a ciência¹².

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência surgiu neste cenário, criada em 1948 com o objetivo de defesa dos interesses dos cientistas. A SBPC foi fundada em um movimento de resistência ao desmonte da pesquisa científica no Instituto Butantan. O então governador de São Paulo, Ademar de Barros, tentou modificar o instituto para que apenas produzisse soros e vacinas, em detrimento da tradição de investigação científica que havia desenvolvido desde a sua fundação. Barros nomeou Eduardo Vaz para a diretoria do Instituto Butantan, que encerrou a seção de Endocrinologia e desmontou diversos laboratórios recém-criados¹³.

A reação da comunidade científica paulista foi se organizar em uma entidade em prol da defesa da ciência. Devido aos motivos de sua criação, a Sociedade nasceu já realizando a defesa de uma ciência financiada publicamente, porém autônoma do poder público na decisão de seus objetivos e enunciados. A SBPC tinha uma visão contrária a qualquer intervenção governamental na prática científica, afirmando que a crítica à ciência só pode e deve ser feita no interior da própria ciência¹⁴.

A própria criação da SBPC, como agremiação ampla de apoiadores da ciência nacional e liderada por nomes de destaque como José Reis, Maurício Rocha e Silva e Paulo Sawaya, pode ser interpretada como uma demonstração da força política que a comunidade científica havia alcançado¹⁵. O dia 8 de julho, data de fundação da entidade, foi tomado

tária de 1968. *Educar*, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, 2006.

12 – FERNANDES, Ana Maria. *A construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

13 – VALLE, José Ribeiro do. In: SBPC. *Cientistas do Brasil: depoimentos*, p. 243, 1998.

14 – Ciência e Política. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 1, n. 4, p. 163-165, 1949.

15 – VARGAS, Milton. *História da ciência e da tecnologia no Brasil*. São Paulo: Hu-

posteriormente pelo Congresso Nacional como data de referência para estabelecer o Dia Nacional da Ciência¹⁶ e Dia Nacional do Pesquisador¹⁷. Anísio Teixeira, quando presidente da Sociedade, ao comentar sobre seu crescimento exponencial, chega a caracterizá-la como uma “auto-organização dos nossos cientistas¹⁸”.

Já em seus anos de fundação, a Sociedade procurou agir em prol do desenvolvimento da ciência no país por meio da revista *Ciência e Cultura* e da organização das Reuniões Anuais, apoiando a criação e a manutenção de centros de pesquisa, atuando pela institucionalização da ciência e pela valorização da pesquisa científica e dos cientistas.

Nesse mesmo período surgem importantes instituições científicas e de apoio à pesquisa científica, como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fundado em 1949 e sobre o qual a *Ciência e Cultura* dedicou uma subseção exclusiva de seu noticiário no ano de 1950, expondo os pormenores de seu funcionamento. A publicação fez o mesmo com o Conselho Nacional de Pesquisas – atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – (CNPq), cobrindo a fundação do conselho¹⁹ e reservando um espaço para apresentar suas últimas ações relevantes para o progresso da ciência nacional.

O apoio às demais instituições e sociedades científicas representou inclusive um modo de diferenciação para a SBPC. Segundo texto publicado em *Ciência e Cultura*, mesmo sendo uma organização de cientistas em torno de demandas próprias:

Não é a SBPC uma sociedade de especialistas. Destas já existem várias, às quais a nova agremiação não fará concorrência, mas apoiará de todas as formas possíveis. É empresa em que os cientistas se irmanarão com os não cientistas, porém amantes da Ciência, buscando

manitas, FFCLH/USP, 2001.

16 – Lei n. 10221/2001.

17 – Lei n. 11.807/2008.

18 – Dez Anos Pelo Progresso da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 10, n. 4, p. 200, 1958.

19 – Conselho Nacional de Pesquisas. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 3, n. 1, p. 2, 1951.

o prestígio crescente desta última e o progresso do País através do próprio progresso da Ciência²⁰.

Parte fundamental do funcionamento da Sociedade, as Reuniões Anuais funcionaram para promover esta união entre cientistas e a aproximação destes com “amantes da ciência”, agregando reuniões de sociedades de especialistas em seu interior ao mesmo tempo que promoveram o contato destes especialistas com o grande público e com comunidades de cientistas estrangeiros²¹. Iniciadas em 1949, as Reuniões Anuais ocorrem de forma ininterrupta desde a sua criação e contam com um tema central, geralmente estabelecendo uma conexão entre questões locais importantes e a ciência da região e do país.

A SBPC tem, desde a sua fundação, o objetivo de realizar as reuniões em cidades de todo o país, especialmente em cidades que tivessem uma estrutura necessária, mas em uma região onde a ciência ainda não estivesse fortemente desenvolvida. Entre 1949 e 1964, as Reuniões Anuais realizadas espalharam-se por sete estados: São Paulo (6), Paraná (3), Minas Gerais (3), Rio Grande do Sul (1), Pernambuco (1), Rio de Janeiro (1) e Bahia (1). Embora seja possível observar um esforço de realização deste objetivo, os anos analisados foram marcados por uma clara predileção pelo eixo Sul-Sudeste para a realização das reuniões, em especial pelo estado de São Paulo, que é também a sede da Sociedade.

Com o passar dos anos, as Reuniões Anuais da SBPC se tornaram um evento central para a comunidade científica brasileira e podem ser apontadas tanto como uma das razões para o crescimento da Sociedade, como também exemplo para este crescimento, em razão do número de membros e da credibilidade e prestígios que as reuniões alcançam frente às autoridades governamentais.

20 – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 1, n. 1-2, p. 3, 1949.

21 – FERNANDES, Ana Maria. *A construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Ed. UnB, 2000.

A revista *Ciência e Cultura*

A ata de fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência prevê a “publicação de uma revista adequada aos fins da sociedade²²”. A revista que cumpriu este papel foi a *Ciência e Cultura*, oficialmente fundada em 1949 em uma edição dupla lançada no mês de abril. A *Ciência e Cultura* tem, entre as suas pretensões, visava “ser um pouco mais do que uma revista. É, na realidade, o órgão da SBPC e, como tal, o seu programa de ação identifica-se com o da Sociedade, como vem expresso nos estatutos²³”.

Embora tenha apresentado intervalos irregulares entre algumas de suas edições, a *Ciência e Cultura* tem sido publicada de forma ininterrupta até os dias atuais, além de ter sido a única publicação regular da Sociedade até a criação da revista *Ciência Hoje*, em 1982. A *Ciência e Cultura* foi, ao lado das Reuniões Anuais, o principal meio de posicionamento dos fundadores e dirigentes da SBPC durante a maior parte do século XX.

Através da *Ciência e Cultura*, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência conseguiu se inserir nos debates em voga à época, garantindo destaque na comunidade científica e os meios para a sua sobrevivência, além de construir a sua legitimidade para tratar de questões caras ao desenvolvimento da ciência. José Leite Lopes, defendendo a necessidade de os cientistas brasileiros contribuírem para o desenvolvimento social, afirmou nas páginas da *Ciência e Cultura* que

[...] esta Sociedade não discute apenas descobertas científicas.

Os homens de ciência do Brasil que a integram não são homens de marfim, não vivem em laboratórios de marfim²⁴.

22 – SBPC. *Ata de Fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 8 de jul. de 1948.

23 – Problemas de Todas as Ciências. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 1, n. 3, p. 73-75, 1949.

24 – Ciência empobrecida e tecnologia de segunda classe. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 13, n. 3, p. 122, 1961.

Por meio de editoriais, artigos e comentários de alguns dos cientistas de maior destaque no Brasil, a revista procurou apresentar os últimos resultados das pesquisas científicas, os resultados ou possibilidades da projeção deste conhecimento na sociedade, bem como o cotidiano das instituições científicas nacionais e internacionais. Em suas páginas, a *Ciência e Cultura* apresentou os valores e as ideias – muitas vezes heterogêneos – de ciência dos autores, da equipe de redação da *Ciência e Cultura* e da diretoria da SBPC.

Um aspecto importante da publicação que deve ser considerado é o fato dela não ter propósito lucrativo. A *Ciência e Cultura* foi produzida para a comunicação da Sociedade com os sócios da entidade e com as instituições científicas do país. Nessa perspectiva, a divulgação presente na revista é compreendida em um sentido amplo, englobando tanto a comunicação com o público leigo, quanto com a comunicação entre pares e com uma audiência instruída. A forte presença de uma comunicação entre cientistas acaba por tornar tênue a fronteira entre divulgação científica e disseminação científica na revista, a despeito das intenções.

A *Ciência e Cultura* pode então ser compreendida como um retrato dos valores de ciência que estavam sendo debatidos pela Sociedade para o Progresso da Ciência, da divulgação científica realizada pela Sociedade e dos objetivos pelos quais ela foi realizada. Além disso, ela guarda uma característica arquivística em relação à criação e o desenvolvimento de instituições, conferências e organizações científicas, assim como das pesquisas sendo realizadas e dos cientistas em atividade no âmbito nacional.

Metodologia

O estudo consistiu em uma análise quali-quantitativa dos artigos e editoriais da revista *Ciência e Cultura* durante seus 16 primeiros anos de publicação. Optamos por esse objeto devido ao seu destaque e sua duração: como revista da SBPC, *Ciência e Cultura* vem sendo publicada de 1949 até os dias atuais, sendo palco para os debates a respeito do espaço

da ciência no cenário nacional, contendo textos de alguns dos maiores nomes da ciência nacional no século XX.

A revista foi ainda, durante o período inicial de sua atuação, o principal meio de comunicação da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência e uma de suas mais básicas ferramentas de atuação, juntamente com as Reuniões Anuais. A revista foi utilizada a fim de cumprir os objetivos da Sociedade de organizar e conectar a comunidade científica, ao mesmo tempo que serviu como ponte para a sociedade civil. Sua análise tem, nesse sentido, uma grande importância para a percepção da imagem de ciência veiculada na divulgação científica que era feita por uma associação liderada por cientistas.

O recorte temporal escolhido, de 1949 a 1964, se deu por ser compreendido como representativo dos anos iniciais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Essa divisão, iniciada com a fundação da SBPC e terminando com o Golpe Civil-Militar de 1964, como uma primeira fase da Sociedade, pode ser observada em obras como *A construção da Ciência no Brasil e a SBPC*, o mais detalhado relato da história da SBPC, escrito por Ana Maria Fernandes, socióloga e vice-presidente da Sociedade entre os anos de 2001 e 2003, e como o livro *Ciência para o Brasil: 70 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, produzido pela própria SBPC em 2018.

A pesquisa foi feita em três momentos: primeiramente, realizamos a análise do contexto histórico de formação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, inserindo-a no processo de institucionalização da ciência existente no país no século XX. Procuramos nos basear na vertente da História da Institucionalização da Ciência, considerando a ciência como instituição atuante na sociedade e o processo de institucionalização como além apenas da criação de instituições, focando a criação de redes de sustentação da atividade de pesquisa²⁵.

25 – FIGUEIRÔA, Sílvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Em seguida, aplicamos uma versão adaptada do protocolo de monitoramento desenvolvido pela Rede Iberoamericana de Monitoramento e Capacitação em Jornalismo Científico²⁶ à 444 dos artigos e editoriais da revista *Ciência e Cultura* entre os anos de 1949 e 1964 e fizemos uma subsequente análise qualitativa de peças selecionadas durante o levantamento quantitativo.

Por fim, fizemos a projeção dos dados levantados de maneira qualitativa em relação ao que foi observado durante o exame pormenorizado dos artigos e editoriais. Os dados relativos à imagem e valores de ciência na revista, dos principais temas, áreas e enfoques encontrados na revista, do perfil de autores que foram publicados e da divulgação científica realizada foram discutidos à luz da análise qualitativa das publicações da *Ciência e Cultura* e do contexto histórico levantado.

O protocolo de monitoramento foi selecionado pela sua construção, que utiliza como base a metodologia de análise de conteúdo. Comumente aplicada em estudos de comunicação, a metodologia da análise de conteúdo se mostrou adequada à pesquisa desenvolvida devido ao seu caráter interdisciplinar, como uma investigação histórica da divulgação científica em uma mídia impressa. Além disso, o protocolo desenvolvido pela Rede tem sido amplamente adotado em estudos inseridos no campo disciplinar da Divulgação Científica realizados no Brasil na última década e o seu uso cria a possibilidade de gerar dados comparáveis em relação a outras pesquisas realizadas na área.

A ferramenta utilizada foi adaptada para o objeto de estudo e visou identificar seus principais autores, a visão (ou visões) de ciência e de cultura científica presentes na publicação, o perfil de seus leitores e as instituições científicas presentes na revista.

A ferramenta manteve sete dimensões de análise: características gerais, que têm o objetivo de identificar as unidades de análise quando re-

26 – MASSARANI, Luisa (Org.). *Monitoramento e capacitação em jornalismo científico: a experiência de uma rede ibero-americana*. Rio de Janeiro: Museu da Vida / Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ; Ciespal, 2012.

tiradas do contexto da revista; relevância, em relação ao destaque que o artigo recebeu dentro da própria revista; tema, categoria em que foi feito registro da área de conhecimento abordada na unidade de análise; narrativa, relativo ao enquadramento que o artigo recebeu; tratamento, que analisa a imagem de ciência veiculada e recursos utilizados pelo artigos; autores; e localização.

A respeito da quarta dimensão, utilizamos o conceito de enquadramento (ou *frame*) como o enfoque da unidade de análise, buscando identificar os pontos centrais da narrativa ou das argumentações desta. A lista final de enquadramentos, modificada do protocolo de monitoramento, contém 14 possíveis enquadramentos, detalhados a seguir.

Nova pesquisa	Foco em novas pesquisas divulgadas, anúncio de novas descobertas ou aplicação de novos conhecimentos científicos, novos remédios ou tratamentos, resultados de pesquisas clínicas.
Novo desenvolvimento tecnológico	Foco em novos desenvolvimentos experimentais, procedimentos técnicos ou novas tecnologias, tanto aquelas estreitamente ligadas à sua utilização no campo da pesquisa científica em si, quanto em diferentes mercados (ex.: novos dispositivos para celulares, um novo tipo de combustível etc.).
Antecedentes / <i>background</i> científicos	Antecedentes científicos gerais da questão (por exemplo, a descrição de pesquisas anteriores, recapitulação dos resultados e conclusões já conhecidas).
Impacto da C&T	Apresenta situações em que os resultados da ciência ou de pesquisas têm impacto direto sobre a sociedade (positivo ou negativo), como acidentes em usinas nucleares, falta de energia, biossegurança, melhorias nas condições de vida e de recuperação ambiental, questões controversas e riscos nas aplicações da C & T.
Ética / Moralidade	Foco na ética ou moralidade da pesquisa, anúncio de um relatório especial sobre ética, destaque para perspectivas religiosas ou de valores, ênfase em bioética, discussão sobre impedir o progresso científico, debate sobre a natureza da vida humana.
Política Estratégia / Políticas Públicas / Regulação	Foco nas estratégias políticas, nas ações ou deliberações políticas de personalidades políticas, nas administrações presidenciais, de membros do Congresso, de outros órgãos do governo federal ou estadual, agências do governo, e pressão de grupos de interesse.

Mercado / Promessa Econômica / Patentes / Direitos de Propriedade	Foco nos preços de ações, no crescimento em uma determinada indústria ou empresa que tenha a ver com a investigação científica ou seu produto, na reação dos investidores, no desenvolvimento de produtos para o mercado, nas implicações para a economia nacional, na competitividade global.
Controvérsia científica	Foco nas controvérsias científicas relacionadas à ciência e tecnologia.
Incertezas científicas	Foco nas incertezas científicas sobre questões de ciência e tecnologia.
História da Ciência / História do pensamento científico	Artigo voltado para o desenvolvimento de um campo de estudos, de um certo acontecimento no meio científico ou de uma teoria / corrente de pensamento.
Biografia científica	Artigos voltados para a narrativa da vida e ou da obra de um cientista.
Dimensão cultural da ciência	Artigos voltados para a dimensão cultural da ciência: sua parte estética, linguística ou artística. Também inclui aquelas notícias que destacam a diversidade cultural, tradições, costumes entre etnias, países ou povos.
Organização da ciência	Artigos voltados para o estabelecimento, desenvolvimento e consolidação da atividade científica. Artigos referentes à rede de sustentação das atividades científicas.
Ensino da ciência	Artigos voltados para questões referentes ao ensino formal da ciência (nível básico, médio e superior).

Quadro 1: Enquadramentos do protocolo utilizado neste estudo, realizado com base na Rede Iberoamericana de Monitoramento e Capacitação em Jornalismo Científico.
Fonte: Os autores (2020).

Discussão de resultados

Dentro do recorte temporal de 1949 a 1964 foram analisados 444 artigos, divididos entre 194 artigos da seção *Principal* da revista, 94 artigos da seção *Homens e Instituições*, 75 artigos da seção *Comentários*, 43 artigos da seção *Ensino* e 38 artigos classificados como *Outros*²⁷. Foram excluídas as seções da revista que apresentavam foco na comunicação de resultados específicos intrapares, como a publicação de artigos científicos

27 – A ocorrência de uma categoria *Outros* se deu como resultado da escolha de analisar a última revista publicada no recorte, a de número 4 do volume 16. Esse número não apresentava nenhuma das seções publicadas nas outras revistas, sendo uma edição especial dedicada ao ensino da ciência.

e questões técnicas, resultando na supressão das seções *Nova Pesquisa*, *Notas Técnicas* e *Notas Originais*.

Dentre as principais áreas de conhecimento representadas na *Ciência e Cultura*, a área de Ciência como um todo, relativa a matérias que tratam da ciência em geral, sem enfoque específico em uma área determinada, apresentou a maior quantidade de ocorrências, com 146 artigos (32,9% do total). Em seguida, apareceram as áreas de Ciências Exatas e da Terra, com 108 artigos (24,3% do total) e Ciências Biológicas, com 88 artigos (19,8%). As Ciências da Saúde e Medicina e Ciências Sociais e Humanidades aparecem, respectivamente, com 45 (10,1%) e 28 artigos (6,3%). As demais áreas estavam presentes na publicação, mas em proporções menos representativas, apresentando em torno de 10 artigos (2%) cada uma.

A área de Ciência como um todo se mostrou presente em artigos que discutem o papel que os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento da ciência deveriam assumir de forma a garantir a sua compreensão e o bem-estar social. A grande presença desta área de conhecimento, em mais de um terço dos artigos analisados, parece ser um resultado direto do objetivo enunciado na revista, de difusão dos conhecimentos científicos e “dos dados relativos à projeção desses conhecimentos na sociedade²⁸”.

A presença da área de Ciências Exatas e da Terra, com quase 25% das unidades codificadas, está relacionada com o momento de fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da revista *Ciência e Cultura*, inseridas no contexto do pós-II Guerra Mundial e do desenvolvimento da energia nuclear. A *Ciência e Cultura* procurou trazer destaque para as pesquisas internacionais no campo e para o seu desenvolvimento no Brasil, além de ter contado com a colaboração de pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas como Guido Beck, José Leite Lopes e Jayme Tiomno.

28 – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 1, n. 1-2, p. 3, 1949.

A revista também apresentou um grande número de artigos de Ciências Biológicas, quase 20% do total analisado. As Ciências Biológicas tiveram grande destaque no cenário nacional durante a primeira metade do século XX, com o desenvolvimento do Instituto Oswaldo Cruz, do Instituto Biológico de São Paulo e de pesquisas biológicas realizadas na FFCL da Universidade de São Paulo. Ademais, os principais membros fundadores e integrantes da Diretoria da SBPC são desta área: das 20 pessoas que foram da diretoria da SBPC entre 1948 e 1964, 15 eram da área de Ciências Biológicas, dois eram químicos, dois das áreas de Ciências Humanas e Sociais e um era físico.

A respeito dos enquadramentos levantados, a metodologia permitia a codificação de cada artigo em até três enquadramentos diferentes. Dos 444 artigos analisados, 92 apresentaram dois enquadramentos e sete apresentaram três enquadramentos, totalizando 550 enquadramentos contabilizados.

A *Ciência e Cultura* apresentou um grande foco em questões organizacionais da ciência, em relação ao que já estava sendo realizado no interior das instituições, aos planos em desenvolvimento e bolsas a serem concedidas, além de reservar espaços de comentário para alguns dos principais pesquisadores ativos no Brasil – e mesmo internacionalmente – na época. Nesta perspectiva, o enquadramento *Organização da Ciência*, criado para acomodar artigos referentes ao estabelecimento, desenvolvimento e consolidação das atividades científicas, foi o mais explorado na revista, com 166 ocorrências (30,2% do total). Os artigos classificados dentro deste *frame* tratam da criação ou do funcionamento de instituições, congressos e comitês científicos, garantia de recursos para a ciência e questões referentes ao desenvolvimento da pesquisa.

O enquadramento *Ensino da Ciência* aparece em segundo lugar, apresentando 81 ocorrências (14,8%), seguido por três enquadramentos com aplicações similares: *Biografia científica*, em 65 artigos (11,8%), *Antecedentes / background científico* em 58 artigos (10,6%) e *Nova Pesquisa* em 55 (10%).

É interessante perceber que o enquadramento de *Biografia científica* apresentou um espaço definido na revista: dos 65 artigos classificados neste enquadramento, 64 pertencem à seção de *Homens e Instituições*. É possível, assim, observar uma preocupação na revista em demonstrar quem eram os praticantes daquela ciência que estava sendo realizada no país e no mundo, em lhes fornecer um prestígio, porém sempre um prestígio relativo a sua dedicação à pesquisa científica e consequentes realizações alcançadas, procurando afastar dos cientistas retratados as tradicionais alcunhas de “gênios” dotados de inteligência fora do comum.

Os enquadramentos *Impacto da C & T e Política Estratégia / Política Pública / Regulamentação* aparecem aplicados em 30 artigos (5,5%) e 26 (4,7%), respectivamente. Logo após ficaram os números dos enquadramentos *Novo desenvolvimento tecnológico*, com 18 ocorrências (3,3%), *História da ciência / História do pensamento científico*, com 16 (2,9%) e *Mercado/Promessa Econômica / Patentes / Direitos de propriedade*, com 14 (2,6%). *Dimensão cultural da ciência*, *Controvérsia científica* e *Ética / Moralidade* aparecem em proporções menos representativas, tendo cada enquadramento menos de dez ocorrências.

O protocolo demonstrou na revista uma ideia de ciência neutra ou positiva, com raras abordagens de possíveis danos ou riscos da ciência. Os resultados foram: 158 artigos (35,6% do total) apresentaram benefícios concretos da ciência, 121 (27,3%) demonstraram promessas da ciência e 98 (cerca de 22%) apresentaram benefícios concretos e promessas da ciência conjuntamente.

Em comparação, a menção de danos concretos da ciência está presente em 29 (6,5%) do total de artigos analisados e de riscos em potencial em 39 (8,8%), com 20 (4,5%) destes contendo tanto danos concretos, quanto riscos em potencial. É importante ressaltar, ainda, que os artigos que contêm riscos em potencial ou danos concretos da ciência, também apresentam, majoritariamente, benefícios concretos ou promessas da ciência.

Em relação a artigos que contêm riscos em potencial, 30 (77% deles) apresentam benefícios e 24 (61,5%) apresentam promessas da ciência. Dentre os artigos que apresentam danos concretos, 21 (72,5% deste total) apresentam benefícios da ciência e 17 (58,6%) apresentam promessas. Apenas três artigos, dentre os 444 analisados, apresentaram danos concretos e riscos em potencial da ciência sem mencionar benefícios concretos ou promessas²⁹.

No tratamento dado aos artigos, ou seja, os possíveis recursos utilizados para facilitar a compreensão de um artigo, a contextualização da pesquisa, evento ou instituição científica retratada é predominante, estando presente em 374 artigos (84,2% do total). A explicação de algum conceito ou termo científico utilizado se mostrou presente em 162 artigos (36,4%) e a presença de controvérsias nos artigos, sendo elas científicas ou não, foi observada em 108 unidades (24,3%).

Sobre a autoria, 100 artigos não apresentavam o nome dos autores. Dentre os 344 artigos restantes, por conta da presença de mais de um autor em alguns artigos, foram identificadas 370 entradas de nomes dos autores, sendo 171 entradas repetidas. A análise identificou, então, 199 autores e autoras que contribuíram com a revista *Ciência e Cultura* no período referido em relação ao conjunto de artigos analisados, 52 destes colaborando com mais de um artigo.

Dos autores com maior reincidência na revista, Paulo Sawaya, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, tem a maior quantidade de artigos assinados, com 39 artigos em 16 anos. Em seguida aparecem Erasmo Garcia Mendes, também da FFCL da Universidade de São Paulo, com 16 artigos publicados, Maurício Rocha e Silva, docente da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, com 12 artigos e José Leite Lopes, pesquisador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, com 10 artigos.

29 – Nenhum artigo analisado apresentou apenas danos concretos ou apenas riscos em potencial da ciência sem apresentar, conjuntamente, benefícios ou promessas da ciência.

O divulgador científico e pesquisador do Instituto Biológico, José Reis, escreveu 7 artigos para a revista no período, mesmo número de Gastão Rosenfeld, do Instituto Butantan, e José Goldemberg da FFCL da USP. José Ribeiro do Valle e Moacyr Freitas Amorim, docentes da Escola Paulista de Medicina, assinaram 6 artigos na *Ciência e Cultura* e Leopoldo Nachbin, membro fundador do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, publicou 5 artigos na revista.

Dentro do período analisado, podemos perceber uma mudança no modo como a autoria dos editoriais era tratada. José Reis esteve à frente da revista entre os anos de 1949 e 1954, período em que os editoriais não eram, via de regra, assinados, sendo creditados à equipe editorial. Muitos destes editoriais, que foram classificados como tendo autoria indeterminada, possivelmente foram escritos por José Reis, o que significaria um número bem maior de artigos de sua autoria do que os que estão explicitamente assinados por ele. Já entre os anos de 1955 e 1959, a *Ciência e Cultura* não tinha indicação do corpo editorial, mas Paulo Sawaya assina todos os 14 editoriais publicados na revista, o que aponta para a sua atuação como editor na revista³⁰. Em certa medida, o fato de os editoriais passarem a ser assinados pelo editor da revista também fornece uma explicação para a grande discrepância entre o número de artigos creditados a Sawaya e aos demais cientistas. De 1960 em diante a equipe editorial permanece assinando os editoriais, sendo eles creditados a Erasmo Garcia Mendes, Maurício Rocha e Silva e, posteriormente, Gastão Rosenfeld.

Em relação ao gêneros dos autores que publicaram na *Ciência e Cultura*, em 105 entradas não foi possível identificar essa informação, sendo 100 destes os artigos em que o autor não foi declarado e cinco entradas que são assinadas, mas em que maiores informações sobre os autores não foram encontradas.

30 – Em consulta ao Centro de Memória da SBPC Amélia Império Hamburger, conseguimos concluir que Paulo Sawaya foi o editor da revista no período, possivelmente contando com o auxílio de Erasmo G. Mendes.

Os autores dos quais foi possível conseguir essa informação foram, então, 365, dos quais 343 (94%) são do gênero masculino e 22 (6%) são do gênero feminino. Eliminando a reincidência de autores da revista, a *Ciência e Cultura* apresentou 178 autores homens (89,5%) e 21 autoras mulheres (10,5%), sendo Maria Ignês da Rocha e Silva, da Universidade de São Paulo, a única cientista mulher que aparece mais de uma vez como autora na revista no período analisado.

Embora o número de autoras na *Ciência e Cultura* não seja particularmente impactante, parecendo refletir a comunidade científica majoritariamente masculina existente na época, é importante denotar que, em discurso à X Reunião Anual, Rocha e Silva, afirma que a participação feminina nas reuniões na SBPC já havia superado a Associação Britânica para o Progresso da Ciência. Isso se deu, afirma Rocha e Silva, pela retirada do papel de “relator de teses” dos congressos científicos, ação iniciada pela Sociedade e que teria levado a um aumento considerável na frequência de pessoas que, anteriormente, nunca haviam apresentado trabalhos em congressos científicos, afirmando que “entre esses, o elemento feminino passou a ter uma grande participação³¹”.

A respeito dos dados geográficos levantados, embora não seja uma surpresa, é ainda assim notável, a primazia do Sudeste, em especial de São Paulo, frente às demais localidades. Tal fato parece ser explicado não só pelo local de fundação da Sociedade e da *Ciência e Cultura*, mas especialmente pelos estreitos laços entre a SBPC e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo que escreveram para a revista. Mesmo em comparação aos demais institutos do estado, a FFCL da Universidade de São Paulo tem definida hegemonia na revista, com 121 artigos de autores pertencentes à instituição publicados na revista, 25,4% de todas as entradas de instituições contabilizadas.

Em seguida aparece o Instituto Biológico de São Paulo, representado em 23 artigos de autores provenientes da instituição, seguido pelo Centro

31 – Dez Anos Pelo Progresso da Ciência. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 10, n. 4, p. 200, 1958.

Brasileiro de Pesquisas Físicas e a Escola Paulista de Medicina, com 19 e 18 entradas respectivamente. O Instituto Oswaldo Cruz apareceu em 16 entradas, o Instituto Butantan em 13 e a Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, em 12 entradas. O total de entradas de instituições foi de 476, sendo estas compostas por 182 instituições que aparecem apenas uma vez na revista e 26 instituições reincidentes, responsáveis por 294 das entradas codificadas.

Quanto à entrada de nacionalidade dos autores publicados na *Ciência e Cultura*, foram encontrados 22 países diferentes em 370 entradas. Os cientistas brasileiros, como esperado, são maioria absoluta na revista, com 297 entradas. Em relação aos demais países, identificamos 73 autores estrangeiros provenientes da: África do Sul (1), Alemanha (24), Argentina (3), Áustria (4), Bélgica (2), Escócia (1), Estados Unidos (7), França (4), Hungria (3), Índia (1), Inglaterra (10), Islândia (1), Itália (3), Japão (1), Polônia (1), Portugal (1), Suécia (1), Turquia (2), Ucrânia (2) e Uruguai (1).

Ainda em relação às localizações geográficas presentes na revista, foram também codificadas as entradas relativas à localização em que as pesquisas ou eventos científicos foram realizados e à localização dos pesquisadores ou instituições envolvidas no estudo. Nestas duas categorias de análise, as entradas foram inicialmente classificadas em relação ao país de origem e, posteriormente, as referentes ao Brasil foram classificadas em relação ao estado.

Dentro desta chave nacional de classificação, os artigos poderiam ainda ser classificados como tendo origem no “Brasil”, sendo referentes a todo o território nacional, no caso das pesquisas e eventos científicos. Já quando referente à classificação da localização das instituições científicas e pesquisadores envolvidos no estudo, a classificação “Brasil” representa instituições de caráter nacional ou vinculadas ao Governo Federal.

Dessa última, foram localizadas 595 entradas, identificando 54 localizações diferentes. Na primeira classificação, os artigos referentes

ao Brasil representam a maioria absoluta das entradas, com 374 ocorrências (61,3%). Na sequência apareceram os Estados Unidos com 61 entradas (10%), a Inglaterra com 28 entradas (4,6%), a França com 18 (3%), Alemanha com 16 entradas (2,6%) e a Suíça, a União Soviética e a Argentina, com 9 entradas cada (1,5%).

Já relativo às instituições no cenário nacional, as três primeiras entradas representam quase a totalidade de ocorrências, com uma soma de 92%, sendo São Paulo a primeira, com 200 entradas (53,5% do total), seguida pelo Rio de Janeiro com 71 (19%), e o Brasil, referente à instituições de caráter nacional com 73 entradas (19,5%). Minas Gerais aparece com oito entradas (2,1%) e Brasília e Bahia com cinco ocorrências cada (1,5%).

No tocante aos países em que as pesquisas científicas ou eventos científicos foram realizados, o Brasil apresenta 347 ocorrências (70,7% do total), seguido pelos Estados Unidos, com 37 (7,5%). A França aparece como o local de pesquisas ou eventos científicos 13 vezes (2,6%) nos artigos analisados, a Inglaterra aparece dez vezes (2%). A Alemanha foi classificada em nove entradas (1,8%), a América do Sul como um todo e a Itália em oito entradas (1,6%), Suíça apresenta sete ocorrências (1,4%) e Argentina, Uruguai e Suécia apresentam cinco entradas (1%).

Na classificação nacional, dentro destas 347 entradas apontadas, o estado de São Paulo teve o maior número de pesquisas ou eventos científicos referenciados na *Ciência e Cultura*, ocupando novamente a liderança com 140 entradas (40,3%), seguido por artigos relativos a todo o território nacional, com o Brasil tendo 100 entradas (28,8%) e o Rio de Janeiro com 46 entradas (13,3%). Minas Gerais aparece 13 vezes (3,7%) nos artigos analisados, o Paraná, nove vezes (2,6%), Bahia e Pernambuco estão presentes sete vezes (2%) e Brasília apresenta cinco entradas (1,4%).

Um olhar à *Ciência e Cultura*: Temas e Assuntos Tratados na Publicação

Sendo a *Ciência e Cultura* o principal meio de posicionamento da diretoria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência dentro do recorte histórico da pesquisa, realizamos uma análise qualitativa de seus artigos e editoriais. Procuramos, desse modo, identificar os principais debates trazidos à tona na revista, as posições defendidas pelos cientistas de destaque que publicaram na revista e as imagens, valores e discursos de ciência que estão representados nessas peças.

A imagem de ciência e o conceito de “progresso” na *Ciência e Cultura*

Podemos discernir uma ideia de ciência como “instrumento” no interior da publicação, no sentido da *Ciência e Cultura* apresentar o processo de produção das pesquisas científicas como inerentemente neutro. Dentro desta concepção, o desenvolvimento científico resultaria diretamente no aumento da prosperidade econômica e social da nação, porém, possíveis danos ou riscos da ciência estariam associados a “maus usos” e intromissões políticas. A visão de ciência como impulsionadora do progresso e bem-estar humano, a partir do seu próprio desenvolvimento, se mostrou fortemente presente dentre os artigos classificados como contendo promessas da ciência, cerca de 27% do total analisado.

Ademais, as ocorrências de menções a danos concretos ou riscos em potencial da ciência, foram não somente raras – em respectivamente 6,5% e 8,8% dos artigos – como estas estavam geralmente acompanhadas de uma imagem positiva da ciência, com a representação de benefícios e promessas, como contraponto.

Esta perspectiva do trabalho científico está intimamente conectada ao pensamento da elite intelectual latino-americana no período. Entre os anos 1930 e 1950, podemos perceber o surgimento na região de uma mentalidade que enxerga a ciência como parte dos projetos econômicos

desenvolvimentistas e como um fator para o desenvolvimento sócio-político³².

Esse viés esteve presente na revista em diversos artigos, como “Reflexos sobre a evolução da pesquisa científica no Brasil³³”, no qual Carlos Chagas Filho discorre sobre o processo de institucionalização da ciência e o progresso realizado no país e “A Pesquisa na Universidade³⁴”. Nesse, o mesmo autor utiliza o tema para escrever sobre a conexão entre o desenvolvimento científico e o progresso e bem-estar da humanidade e sobre a moralidade da ciência.

No artigo intitulado “Em defesa da ciência³⁵”, Walter Oswaldo Cruz produz um discurso que defende o desenvolvimento das redes de sustentação da pesquisa científica como único meio possível para uma sociedade alcançar um progresso social de forma estável e contínua. “Em seu bojo”, afirma Cruz, “talvez contenha a Ciência, as promessas de todas as religiões e de todas as utopias³⁶”.

Publicado em 1953, o artigo “A Pesquisa nas Universidades” de Carlos Chagas Filho procura demonstrar a importância das universidades no país para o desenvolvimento da ciência. Nesta peça, o autor defende esta mesma posição observada, afirmando que “a ciência e a felicidade humana andam juntas na evolução social³⁷”. Mais do que isso, Chagas Filho exemplifica perfeitamente qual seria essa visão “instrumental” da ciência no interior da *Ciência e Cultura*: “É que a ciência não é humana

32 – SALDAÑA, Juan Jose. Ciência e identidade cultural: história da ciência na América Latina. In: FIGUEIRÔA, S. (Org.). *Um olhar sobre o passado*. História das Ciências na América Latina. São Paulo: Editora da Unicamp: Imprensa Oficial, 2000.

33 – Reflexões sobre a evolução da pesquisa científica no Brasil. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 4, n. 3-4, p. 80, 1952.

34 – A Pesquisa na Universidade. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 5, n. 2, p. 75, 1953.

35 – Em Defesa da Ciência. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 2, n. 2, p. 121, 1950.

36 – Em Defesa da Ciência. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 2, n. 2, p. 125, 1950.

37 – A Pesquisa na Universidade. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 5, n. 2, p. 77, 1953.

nem desumana, não é moral nem amoral, é apenas um instrumento criado pelo poder do homem e posto ao seu serviço³⁸”.

A SBPC e o impulso à ciência

Como órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a *Ciência e Cultura* apresenta um panorama do desenvolvimento da SBPC e o significado disso para a comunidade científica brasileira. Os artigos referentes à própria Sociedade, neste sentido, procuraram defender e expor a estruturação da pesquisa científica.

No editorial “SBPC e Progresso da Ciência”, por exemplo, o papel das Reuniões Anuais na organização da comunidade científica a nível nacional é debatido largamente. Além disso, o editorial expõe como as Reuniões Anuais foram atrativas para o público não especializado, “pessoas apenas curiosas nos assuntos que se vão debater³⁹”, contribuindo para o crescimento do reconhecimento da ciência pelo público, bem como para o respeito e amparo à ciência fornecido pelo poder público.

No balanço da primeira década de atuação da Sociedade, intitulado “Dez Anos pelo Progresso da Ciência”, o então vice-presidente Maurício Rocha e Silva define que a *Ciência e Cultura* “representa hoje, o melhor arquivo do que foi feito em ciência no Brasil nos 10 últimos anos⁴⁰”, tendo sido usada pelo Centro de Cooperação Científica da UNESCO, em Montevidéu, quando este organizou um cadastro da ciência na América Latina.

Ainda ao debater a primeira década de existência da SBPC, Rocha e Silva faz um relato das reuniões realizadas até então, do crescimento do número de sócios da SBPC e de participantes, bem como do prestígio

38 – A Pesquisa na Universidade. *Ciência e cultura*, São Paulo: SBPC, v. 5, n. 2, p. 81, 1953.

39 – SBPC e Progresso da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 4, n. 3-4, p. 68, 1952.

40 – Dez Anos Pelo Progresso da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 10, n. 4, p. 197, 1958.

alcançado frente ao poder público e representado pela presença de governadores nas sessões de algumas das reuniões.

O histórico das relações da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência com o poder público tem seu tom definido já na sua criação. Neste mesmo relato, feito na X Reunião Anual, Rocha e Silva caracteriza a inserção de interesses políticos no Instituto Butantan como uma verdadeira praga: “A política se tinha introduzido na sua organização e a estava minando como a broca do café ou a lagarta rosada do algodoeiro⁴¹”.

A posição defendida pela SBPC, desde os seus primeiros momentos, era a de independência da ciência e do fazer científico em relação ao poder Estatal. Essa questão fica evidenciada em muitos dos artigos e editoriais presentes na revista, como o assinado por Gastão Rosenfeld, “A SBPC e as Manifestações Políticas”. O texto de Rosenfeld, escrito logo após à renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República e a subsequente crise que se instaurou no país, o autor comentou a solicitação de “numerosos sócios de São Paulo de fazer uma declaração da Sociedade⁴²” no sentido de informar o público e as autoridades sobre o desejo de respeito à Constituição por parte da SBPC.

A Sociedade chega a redigir um manifesto a respeito dos acontecimentos, mas, ao enviar uma primeira versão para os membros de São Paulo, a Diretoria desiste de publicá-lo por receber manifestações contrárias “não pela opinião nela expressada, mas sim quanto ao fato da SBPC tomar atitudes políticas⁴³”.

A tomada de uma posição pela SBPC em um assunto político, sem relação direta com a ciência, foi vista como uma ameaça à independência política e às credenciais morais da Sociedade perante o público e o governo. Os Estatutos da entidade definiram em seu artigo primeiro que

41 – Dez Anos Pelo Progresso da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 10, n. 4, p. 200, 1958.

42 – A SBPC e as Manifestações Políticas. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 13, n. 3, p. 119.

43 – A SBPC e as Manifestações Políticas. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 13, n. 3, p. 119.

a SBPC não terá atividades políticas ou religiosas, e havia a preocupação por parte dos membros e da Diretoria de que uma intervenção neste sentido poderia abrir “um precedente que enfraqueceria a sua posição de entidade exclusivamente dedicada a progredir a Ciência e defender a Pesquisa Científica e os Pesquisadores⁴⁴”.

Outra questão central na relação entre ciência e política na revista é o tratamento dado à polêmica em torno do Lisenkismo – ou Lysenkoismo –, a campanha do presidente da Academia de Ciências Agrícolas da URSS, Trofim Lysenko, a favor de posições lamarckistas em detrimento das aplicações genéticas na agricultura e de posições evolucionistas. Lysenko aparece no editorial “Ciência e Política” como um exemplo negativo do fazer científico, pela procura de respaldo a questões científicas a partir do poder político⁴⁵. Além disso, Maurício Rocha e Silva⁴⁶ e Erasmo G. Mendes⁴⁷ também tecem críticas ferrenhas ao cientista soviético na *Ciência e Cultura*.

Por outro lado, em relação às questões caras à comunidade científica, o que podemos observar no interior da *Ciência e Cultura* é um esforço de estruturação e apresentação minuciosa. O artigo “Memorial”, exemplo dessa postura, expõe uma proposta de política nacional de desenvolvimento científico assinada em Assembleia Geral da Sociedade e enviada ao Presidente da República, tratando especialmente da polêmica entre os investimentos em ciência aplicada ou ciência de base.

A SBPC liderou as vozes da comunidade científica neste e em outros debates centrais para o desenvolvimento da ciência no país, como a questão universitária e as fundações públicas de amparo à pesquisa. Presidente de Honra da Sociedade, José Baeta Vianna afirma na revista que

44 – A SBPC e as Manifestações Políticas. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 13, n. 3, p. 119.

45 – Ciência e Política. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 1, n. 4, p. 163-165, 1949.

46 – The Science of Biology Today (1948). *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 1, n. 4, p. 226, 1949.

47 – Evolução, Câncer e Lei Biogenética. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 11, n. 2, p. 79-81, 1959.

Coerente com as responsabilidades a que se impôs, a SBPC não poderá omitir-se, silenciando antes quaisquer obstáculos que se oponham ao progresso da ciência e à difusão da cultura entre nós ou alhures⁴⁸.

As universidades brasileiras: ensino, pesquisa e apoio financeiro

A questão universitária tem destaque especial na *Ciência e Cultura*. A publicação traz à tona as questões organizacionais e crises pelas quais as faculdades passam, como o fez Paulo Sawaya em “A Estrutura das Universidades”, ao discorrer sobre as crises pelas quais passou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP desde o momento de sua criação⁴⁹. Chagas Filho também traz uma defesa da pesquisa no interior das universidades como ponto essencial para o progresso da ciência no Brasil e das próprias instituições, afirmando que “admitir uma universidade sem pesquisa é cortar na raiz a sua própria razão de ser⁵⁰”.

A SBPC manteve uma relação de alta proximidade com a FFCL da USP, que têm local de destaque na publicação. A *Ciência e Cultura*, porém, procurou também trazer o olhar de seus leitores para a estrutura e funcionamento de diversas outras instituições de ensino superior, como a Universidade do Brasil, a Universidade de Minas Gerais e, em especial, a Universidade de Brasília no momento de sua criação.

A publicação procurou também expor dificuldades e necessidades para o desenvolvimento das universidades e para garantir as condições de trabalho para os seus corpos docentes. A demanda pela implementação do tempo integral para os catedráticos das universidades, a conquista de bolsas de estudo no Brasil e no exterior para os jovens cientistas e em formação e o projeto, criação e estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, recebem destaque na revista em todo o período analisado.

48 – A realidade brasileira e a SBPC. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 14, n. 1, p. 5.

49 – A Estrutura das Universidades. São Paulo: SBPC, v. 10, n. 1, p. 1, 1958.

50 – A Pesquisa na Universidade. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 5, n. 2, p. 77, 1953.

A pesquisa desinteressada e a ciência aplicada

Outro dos temas em voga no período analisado e que a Sociedade procurou tomar a liderança como representativa da comunidade científica foi o debate em torno da ciência pura ou ciência aplicada. Já um ponto de atrito comum entre a comunidade científica brasileira e o poder estatal, a polêmica se acirra com a criação da Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), em 1958, e o corte orçamentário e a consequente precarização dos demais órgãos governamentais de financiamento às pesquisas científicas, o CNPq e a CAPES.

O governo federal e o dirigente da COSUPI, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, defendiam o argumento de que a pesquisa científica no Brasil estava extremamente defasada em relação ao que já era realizado no campo internacional. O país deveria, neste sentido, focar os seus investimentos no desenvolvimento de institutos tecnológicos e na pesquisa aplicada, utilizando os conhecimentos produzidos no exterior para avançar na tecnologia nacional.

A SBPC procurou rebater este argumento repetidamente nos debates organizados nas Reuniões Anuais e na *Ciência e Cultura*. O ponto central defendido na publicação é o da impossibilidade prática de divisão da ciência em campos binários. “Não há e nunca haverá oposição entre ciência e tecnologia⁵¹”, afirmou Sawaya na revista. O progresso da ciência é base e fundamento para o desenvolvimento da tecnologia e a ausência de recursos para as instituições de pesquisa apenas agravaria o atraso científico na região.

Além de Paulo Sawaya, outros cientistas de destaque abordam o tema por este viés, como os físicos José Goldemberg e Guido Beck. Beck, à época pesquisador visitante do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, escreve para a publicação a convite de Goldemberg e chega a afirmar que limitar a América Latina aos conhecimentos tecnológicos já definidos “é

51 – Ciência e Tecnologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 11, n. 1, p. 1, 1959.

equivalente a querer perpetuar o atraso atual dos Estados deste continente⁵²”.

O referido discurso de abertura da XII Reunião Anual, promulgado por Maurício Rocha e Silva e publicado na *Ciência e Cultura* sob o título de “Ciência e Tecnologia”, também trata longamente do assunto. Rocha e Silva criticou especialmente a ausência de quaisquer discussões abertas à comunidade científica a respeito do modo de alocação de recursos. Defendendo a visão de uma ciência “una e indivisível⁵³”, este artigo contém outra das estratégias da Sociedade: a mudança de nomenclatura de “ciência pura”, que passava a ideia de uma investigação científica feita apenas em prol do desenvolvimento da própria ciência, para a de “ciência base”, utilizada aqui pela primeira vez na publicação. A pesquisa desinteressada é colocada como primeiro passo, indispensável ao desenvolvimento de uma investigação aplicada a problemas práticos.

A *Ciência e Cultura* procurou ainda, dentro deste debate, demonstrar ambas as posições, chegando a publicar na íntegra a resposta do presidente da COSUPI às questões colocadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O conceito de Divulgação Científica na *Ciência e Cultura*

Alguns dos artigos presentes na *Ciência e Cultura* procuraram fazer a defesa e promoção da divulgação da ciência, em especial – mas não exclusivamente – da divulgação feita pelos próprios cientistas. A análise destes artigos ajudou a esclarecer como a divulgação científica era compreendida dentro da publicação e para a SBPC naquele momento, seus objetivos e público-alvo que pretenderam atingir.

Primeiramente, podemos observar a forte presença da ideia de uma ciência estritamente positiva e geradora do progresso social nos artigos

52 – 50 Anos de Relatividade. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 11, n. 4, p. 207, 1959.

53 – Ciência e Tecnologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 12, n. 3-4, p. 133, 1960.

que mencionam a divulgação da ciência. A prática da divulgação, nessa perspectiva, procurou demonstrar os benefícios da ciência, de forma a melhorar as atitudes do público e garantir recursos estatais para a investigação científica. Walter Oswaldo Cruz, ainda “Em defesa da ciência”, afirma que

[...] ou nos mantemos em nossas torres de marfim, a Ciência minguando ao lado, ou saímos em campo aberto, para mostrar ao público, mediante uma honesta propaganda, a verdadeira pujança da Ciência, como mantenedora do conforto e da real segurança social⁵⁴.

O primeiro artigo que tem como foco principal a divulgação científica é de autoria de James Gerald Crowther, correspondente científico do *The Manchester Guardian* e um dos fundadores do jornalismo científico, intitulado “Vulgarização da Ciência”. Crowther defende que a prática da divulgação precisa ser sistematizada e profissionalizada por parte dos cientistas, “se desejarmos entrar na era de uma civilização científica, amparada pela aprovação, compreensão e participação do povo⁵⁵.”

Um dos pioneiros da divulgação científica no Brasil, primeiro brasileiro vencedor do Prêmio Kalinga para a Popularização da Ciência (1975) e homenageado pelo CNPq desde 1978 com o Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica, José Reis apresenta dois artigos no período analisado com este tema.

Primeiramente, em 1954, Reis argumenta a respeito da importância – inclusive histórica – da divulgação para a manutenção do progresso da ciência, afirmando serem os cientistas e as instituições dependentes do apoio público. Ainda que esteja tratando das atitudes públicas em relação à ciência, José Reis demonstra outro objetivo em seu texto:

O que interessa mostrar ao público são os métodos de trabalho dos cientistas, a atitude destes em face dos problemas, os princípios que eles descobrem, a maneira pela qual esses princípios se articulam com o sistema geral do conhecimento e, é lógico, as consequências de toda

54 – Em Defesa da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 2, n. 2, p. 124, 1950.

55 – Vulgarização da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 2, n. 3, p. 213, 1950.

ordem que deles decorrem. Pode-se assim espalhar e ensinar o hábito de pensar cientificamente⁵⁶.

Em razão disso, o autor também defende a necessidade de uma boa formação, um contínuo esforço educativo e senso crítico por parte dos praticantes da divulgação científica. Esta necessidade, para José Reis, se dá devido à existência de riscos na divulgação científica, e mesmo de uma “má divulgação”, se feita de forma irresponsável e sensacionalista, pode contribuir para “afastar da ciência a compreensão e o apoio de que ela necessita⁵⁷”.

O autor apresenta, também nesse artigo, o público-alvo que poderia ser atingido pela divulgação feita na publicação: as pessoas já interessadas e com conhecimentos prévios em ciência. “Esse vasto público, inclinado a ler tudo o que se publica com nome ou vistos de ciência”, afirma Reis, “é precisamente a grande massa sobre a qual a boa divulgação pode agir⁵⁸”, se aproveitando de sua curiosidade natural para apresentar as questões científicas.

Em 1964, José Reis tratou na *Ciência e Cultura* do papel da divulgação científica no ensino da ciência. Define uma função dupla da prática dentro da educação científica: a função de ensinar propriamente dita e a função de fomentar o ensino. “Esta última”, afirmou Reis,

[...] desdobra-se em várias outras, como o despertar o interesse público pela ciência e assim, forçar, mediante as pressões pelas quais normalmente se exerce a vontade popular nas democracias, a elevação do nível didático das escolas; despertar vocações e orientá-las; criar entre os jovens o espírito associativo em torno da ciência; estimular o amadorismo científico, onde ele tenha cabimento, amadorismo esse que pode constituir apreciável reserva da força de trabalho científico de uma nação⁵⁹.

56 – Divulgação da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 6, n. 2, p. 58, 1954.

57 – Divulgação da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 6, n. 2, p. 60, 1954.

58 – Divulgação da Ciência. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 6, n. 2, p. 58, 1954.

59 – A Divulgação Científica e o Ensino. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, v. 16, n. 4, p. 352, 1964.

A divulgação científica defendida por José Reis na *Ciência e Cultura* têm então, como audiência pretendida, um público já engajado em questões de ciência, ou até mesmo amador. A publicação procurou, além disso, aumentar a compreensão do público a respeito das instituições científicas, dos atores e dos processos de investigação a fim de melhorar a atitude do público e dos órgãos estatais em relação à ciência. Por fim, a prática visava estimular possíveis vocações à carreira de pesquisador científico e capacitar esse público a aplicar o espírito crítico e investigativo em seu dia a dia.

Considerações finais

Nesse estudo, analisamos a divulgação realizada na revista *Ciência e Cultura*, como publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A extensão do objeto foi um desafio para a realização desta investigação, o que gerou algumas de suas limitações. A necessidade de delimitação do objeto fez com que o presente estudo analisasse somente os 16 volumes iniciais da *Ciência e Cultura*, divididos em 60 números da revista, a partir do recorte temporal de 1949 a 1964. Dentro do recorte temporal, o material foi ainda selecionado de acordo com as seções de publicação.

A respeito dos dados quantitativos levantados na revista, podemos perceber uma imagem de ciência positiva, devido à forte presença de artigos analisados contendo benefícios concretos da ciência, promessas da ciência ou ambos. Os artigos que continham promessas da ciência apresentaram ainda, de sobremaneira, a visão do progresso da ciência como promotor do desenvolvimento humano e socioeconômico.

O perfil de autores que publicaram na *Ciência e Cultura* se mostrou, majoritariamente masculino, com 89,5% dos autores identificados sendo homens. Os autores de maior reincidência na revista foram os membros da equipe editorial e da diretoria da SBPC, como Paulo Sawaya, José Reis, Erasmo Garcia Mendes e Gastão Rosenfeld. A respeito da presença feminina na revista, 22 artigos foram escritos por mulheres no período

analisado, totalizando 10,5% do total identificado. A atividade de Gallia Solodovnikov, Eva Maria A. Kelen e Olga B. Henriques no corpo editorial também deve ser considerada a respeito da questão de gênero no interior da Sociedade.

Algumas das características particulares da SBPC também puderam ser observadas na publicação, como a forte presença da Sociedade em São Paulo, devido ao seu local de fundação e os laços com os institutos de pesquisa do estado. Outra questão que aparece nesse sentido são as áreas de pesquisa que recebem destaque na revista: as áreas das Ciências Exatas e da Terra e das Ciências Biológicas recebem um grande número de entradas devido ao período analisado ter sido de grande interesse nas pesquisas em energia atômica, e em função da composição da Diretoria e Conselho da SBPC que desde o momento de sua criação tiveram predominância de biólogos.

A área de Ciência como um todo, que teve o maior número de artigos na publicação, com 146 entradas, apresentou também uma grande sobreposição com o principal enquadramento encontrado na revista, o de *Organização da ciência*, que estava presente em 166 artigos. Foram encontrados 108 artigos que continham esta área de conhecimento e este enquadramento concomitantemente.

Durante a análise qualitativa, foi possível perceber que estes artigos procuravam focar o que estava sendo realizado no interior das instituições, nos planos em desenvolvimento, projetos e bolsas a serem concedidas para alguns dos principais pesquisadores ativos no Brasil – e mesmo internacionalmente – na época. A *Ciência e Cultura* apresentou um panorama das atividades de planejamento, estabelecimento e desenvolvimento de pesquisas científicas no país, bem como das relações entre diferentes instituições científicas e entre os cientistas ativos no período.

A revista procurou, na sua condição de publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, se inserir e amplificar os principais debates relacionados ao desenvolvimento da ciência no país, como

a organização das universidades e da carreira de cientista, a liberdade de pesquisa e o financiamento público da ciência, atuando como porta-voz da comunidade científica.

Em assuntos controversos dentro da própria composição da SBPC ou na interação dela com a sociedade externa, a publicação demonstra os diferentes pontos de vista, desde que defendidos por cientistas ou especialistas no assunto. Isso parece ter se manifestado devido à compreensão da Sociedade de que a crítica à pesquisa científica, seja por seus objetivos ou resultados, só poderia ser feita pelos próprios cientistas, assim como a política científica deveria ser pautada pela própria comunidade. Já as posições defendidas pelos integrantes da diretoria da SBPC e do quadro editorial da revista se mostraram largamente unificadas dentro dessas questões.

Dentro dessa perspectiva, a divulgação científica presente na revista contém um caráter instrumental, contendo objetivos distintos relacionados ao público que objetivou atingir: o público leigo ou amador, e o especializado. A *Ciência e Cultura* utilizou a divulgação científica para justificar a necessidade do trabalho científico realizado no país, com a pretensão de despertar no grande público e nos representantes do governo um sentimento maior de solidariedade e compreensão pela ciência, pleiteando uma melhora na atitude da sociedade em relação à ciência e o financiamento público e privado das atividades científicas.

Simultaneamente, quando direcionada ao público especializado, a revista procurou expor os maiores desafios para o progresso da ciência no contexto brasileiro, bem como expressou os valores que julgava adequados para possibilitar o seu desenvolvimento. A divulgação na revista funcionou como forma de organização da comunidade científica em torno de demandas e perspectivas específicas, bem como cumpriu seu objetivo de robustecimento da organização científica nacional ao abrir espaço para uma maior articulação entre os próprios cientistas.

Do momento de sua fundação, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência desenvolveu uma miríade de atividades em prol de seus objetivos, como as Reuniões Anuais, os debates organizados pela entidade e as atividades desenvolvidas juntamente de instituições de pesquisa e de fomento à ciência. Nessa sequência, a divulgação científica realizada na *Ciência e Cultura*, como forma de posicionamento da diretoria da Sociedade e de comunicação com o público em geral, com o público especializado e com as instituições científicas, representou um ponto essencial para que, ainda em seus momentos iniciais, a SBPC pudesse reivindicar a posição de uma legítima representante da comunidade científica brasileira.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em fevereiro de 2021.

OS *ETHÉS* DA MÃE DAS GÊMEAS FARIDA E CAROLINDA EM *TERRA SONÂMBULA*, DE MIA COUTO

THE *ETHES* OF THE MOTHER OF THE TWINS FARIDA AND CAROLINDA IN MIA COUTO'S *SLEEPWALKING LAND*

SHIRLEY MARIA DE JESUS¹
MÍRIAN SOUSA ALVES²

Resumo:

Este artigo, a partir da noção de *ethos*, revisitada por Maingueneau, principalmente, na sua obra *Ethos discursivo*, pretende verificar como se constrói os *ethé* “pré-discursivo”, “discursivo mostrado” e “discursivo dito” da matriarca das gêmeas Farida e Carolinda, no romance *Terra sonâmbula*, de Mia Couto. A partir desse referencial teórico, realizamos, ao mesmo tempo, uma análise qualitativa, linguístico-discursiva e interdisciplinar dos *ethé* presentes no discurso dessa mãe. Trata-se, portanto, de uma pesquisa metodológica teórica, que se alicerça nas interfaces entre a Linguística, mais especificamente a Análise do Discurso, o *ethos* no discurso literário e a História. Como resultado, temos que a representação dos *ethé* (“pré-discursivo”, “discursivo mostrado” e “discursivo dito”) e a “identificação” da personagem do romance contribuem para a construção dos processos de negociação de sentidos e para a percepção dos “imaginários sociodiscursivos” individuais, coletivos e, ao mesmo tempo, de Moçambique.

Palavras-chave: *Ethos*; *Terra sonâmbula*; Maingueneau; Mia Couto.

Abstract:

Based on the notion of *ethos* revisited by Maingueneau, mainly in his work *Discursive Ethos*, the article describes the construction of the “pre-discursive”, the “enunciative” and the “shown-discursive” *ethé* of a character presented as the mother of the twins Farida and Carolinda in Mia Couto's *Sleepwalking Land*. From this theoretical framework, we conducted a qualitative, linguistic-discourse and interdisciplinary analysis of the *ethé* in the discourse of the mother. Our methodological and theoretical research is based on the interface between linguistics – more specifically discourse analysis – and *ethos* in literary discourse and history. We conclude that the *ethos* representation and the character “identification” contribute to the meaning negotiation processes and to the perception of individual, collective and Mozambique's “socio-discursive imageries”.

Keywords: *ethos*; *Sleepwalking Land*; Maingueneau; Mia Couto.

Considerações iniciais

Noções advindas da Retórica vêm sendo muito exploradas no campo da Análise do Discurso (AD). As noções de *ethos* e de *pathos*, especialmente, são incorporadas às diversas versões da AD, principalmente, por

1 – Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG). CEFET-MG. E-mail: linguaportuguesa.shirleymaria@gmail.com.

2 – Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG). CEFET-MG. E-mail: miriansousalves@gmail.com.

Amossy³, Charaudeau⁴, e Maingueneau^{5,6,7,8,9,10}, que celebrou mais de 10 anos da publicação do seu livro *Ethos discursivo*¹¹ e, por isso, este artigo trata das subcategorias de *ethos* abordadas por Maingueneau na referida obra e como podemos utilizá-las para analisar o discurso literário de uma das personagens mulheres no romance *Terra Sonâmbula*¹², identificada na narrativa como mãe das gêmeas Farida e Carolinda.

Quanto ao *ethos*, além de a noção clássica ter sido resgatada, também o foi a discussão clássica sobre o entendimento dessa noção e, por isso, são comuns, hoje, as expressões “ethos construído” e “pré-construído”, segundo Charaudeau¹³; “ethos discursivo” e “ethos prévio”, conforme

3 – AMOSSY, Ruth. Introdução – Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28; p. 119-144.

4 – CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do discurso político. Da ideologia aos “imaginários sociodiscursivos”. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011, p. 113-166; p. 187-208.

5 – MAINGUENEAU, Dominique. O *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. Tradução de Cecília P. de Sousa-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011, p. 95-103.

6 – MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Trad. Sírio Possenti. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a, p. 55-73.

7 – MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.

8 – MAINGUENEAU, Dominique. O *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006, p. 266-290.

9 – MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *A imagem de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 69-92.

10 – MAINGUENEAU, Dominique. O *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. 2. ed. Tradução de Marina Appenzeler. Revisão da Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 137-154.

11 – MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.

12 – COUTO, Mía. *Terra sonâmbula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

13 – CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do discurso político. Da ideologia aos “imaginários sociodiscursivos”. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011, p. 113-166; p. 187-208.

Amossy¹⁴; “ethos pré-discursivo”, “discursivo mostrado” e “discursivo dito”, consoante Maingueneau¹⁵. Assim sendo, contemplando mais detalhadamente os estudos de Maingueneau, pretendemos demonstrar como esse analista do discurso busca adaptar o conceito de *ethos* retórico às suas teorias, relacionando-o, inclusive, a outros conceitos. Na sequência, apresentamos a análise dos *ethé* da personagem selecionada em *Terra Sonâmbula*, a fim de demonstrar como essa categoria – *ethos* – pode ser, inclusive, utilizada na análise do discurso literário.

O *ethos* na concepção de Maingueneau

Maingueneau¹⁶, para tratar da noção de *ethos*, traz à tona elementos que, segundo ele, devem fazer parte de sua composição, tais como: cena enunciativa, fiador, corporalidade, incorporação e tom. Esses conceitos serão tratados de forma sucinta para nos dedicarmos a essa noção e suas subcategorias, a saber: “ethos pré-discursivo”, “discursivo mostrado” e “discursivo dito”.

De acordo com Maingueneau¹⁷, o *ethos* foi explorado na França, nos anos 1980, por alguns estudiosos, sendo um deles, Ducrot que “[...] integra ao *ethos* uma conceituação enunciativa [...]” e, na sequência, pelo próprio pesquisador que se propõe a trabalhar de forma a integrar ao conceito de *ethos* dimensões do discurso, designando entre elas um lugar determinante para a enunciação e para o locutor. Maingueneau é considerado, também, um dos primeiros a apontar a vocação interdisciplinar da categoria de *ethos*.

14 – AMOSSY, Ruth. Introdução – Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. O *ethos* na interseção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28; p. 119-144.

15 – MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.

16 – MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Trad. Sírio Possenti. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a, p. 55-73.

17 – MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Trad. Sírio Possenti. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a, p. 55-73.

Para o estudioso, o *ethos* constrói-se por meio do discurso que demanda a interação entre locutor e destinatário. Essa interação permite ao primeiro provocar determinados efeitos em seu destinatário, possibilitando a esse descortinar o *ethos* daquele. Na concepção de Maingueneau, nessa situação de comunicação, o *ethos* articula o verbal e o não verbal a partir de determinada conjuntura sócio-histórica que abrange um *habitus* - “[...] princípios geradores e organizadores de práticas e de representações [...]”¹⁸ sociais os quais os faz passar por corretos ou, pelo menos, adequados à situação de comunicação. Assim sendo, o *ethos* dos sujeitos (locutor e destinatário) vincula-se ao processo de comunicação. E ao interpretar seu papel durante a enunciação o locutor torna-se fiador¹⁹, concepção encarnada do *ethos*, de seu discurso, pois incorpora, em seu *ethos*, propriedades, tais como representações sociais aceitas, validadas pelos destinatários, proporcionando uma identidade que, supostamente, deve fazer surgir com sua enunciação. Em suas palavras,

[...] a questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um locutor que orienta o discurso, de forma a sugerir através dele certa identidade²⁰.

O conceito de *ethos*, portanto, está ligado à construção da identidade, porque todo discurso, ao ser elaborado, o faz com base nas representações sociais que orientam locutor e destinatário. E como o *ethos* constrói-se na interlocução parece-nos pertinente nos apropriarmos da nomenclatura de Hall²¹, identificação, pois, assim como o *ethos*, ela, a todo momento, está sob a influência de diversos fatores, cambiando, adequando-se, reestruturando-se a partir da situação de comunicação, do tempo, dos imaginá-

18 – (BOURDIEU, 1980, citado por MAINGUENEAU, 2001, p. 147)

19 – MAINGUENEAU, Dominique. O *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006, p. 271.

20 – MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Trad. Sírio Possenti. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a, p. 59-60.

21 – HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

rios, do contexto social e histórico, da memória, da cultura, entre outros fatores.

O pesquisador²², ao tentar integrar as dimensões do discurso ao conceito de *ethos*, explicita que esse pode assumir um caráter pré-discursivo. O que implica que o destinatário vai construindo previamente representações sociodiscursivas do locutor a partir do que se sabe ou se acredita saber sobre esse locutor, assim como das representações que circulam na sociedade. Ainda de acordo com Maingueneau²³, mesmo que o destinatário desconheça quaisquer informações sobre o locutor, pelo fato de um texto pertencer, por exemplo, a determinado gênero de discurso ou a um posicionamento ideológico, isso já pode levá-lo a atribuir àquele um determinado *ethos*. Dessa maneira, mesmo sendo o *ethos* “pré-discursivo” construído, primordialmente, pelo destinatário, podemos notar que tanto ele quanto o locutor podem desmenti-lo, corroborá-lo, retificá-lo, entre outras possibilidades.

Aplicando a noção de *ethos* “pré-discursivo” ao nosso *corpus*, *Terra sonâmbula*, notamos que sua inscrição no gênero literário e no gênero romance, bem como o conhecimento de informações biográficas sobre o autor podem condicionar nossa leitura e induzir nossas expectativas na construção dos *ethé* “pré-discursivos” das personagens e, inclusive, do autor.

Por outro lado, Maingueneau²⁴, ao se debruçar sobre o “*ethos* discursivo” (dito e mostrado), afirma que esse *ethos* é de responsabilidade do locutor, constituindo-se na sua materialidade, no presente discursivo e, ao mesmo tempo, na atualização do *ethos* “pré-discursivo” durante a enunciação. O *ethos* “discursivo mostrado”, segundo o pesquisador, deve

22 – MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Trad. Sírio Possenti. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a, p. 60.

23 – MAINGUENEAU, Dominique. O *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006, p. 269.

24 – MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Trad. Sírio Possenti. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a, p. 63.

ser percebido sem ser necessariamente mostrado. Ele é construído extradiscursivamente nas escolhas efetuadas pelo locutor e por meio das inferências realizadas pelo destinatário na própria enunciação – o que nos mostra que nele deve haver correspondência entre o discurso que o texto (falado ou escrito) traz e a interpretação realizada pelo destinatário. O analista do discurso caracteriza, ainda, o *ethos* “dito” como o próprio discurso do locutor, ou seja, relacionado ao enunciado, ao conteúdo, ao significado e que oferece ao destinatário informações de ordem social (*logos*) ou psicológica (*pathos*) sobre si mesmo e que contribuem para a construção de seu *ethos*.

Esse pesquisador propõe, portanto, um *ethos* discursivo, já que se constrói no e pelo discurso, ligado ao plano da expressão, cujo tom – expresso por uma voz que atesta o que é dito – e cuja corporalidade se mesclam. Maingueneau²⁵ declara que ao optar pelo termo *tom*, opta por uma “[...] concepção ‘encarnada’ do *ethos* [...]. Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também as características, o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao fiador pelas representações coletivas estereotípicas”. Ainda segundo o analista do discurso, ele prefere o termo *tom* por remeter tanto à escrita quanto à fala. Já a concepção do conceito de corporalidade permite-nos compreender a escrita como um corpo que ocupa um espaço que é construído e reconstruído pelo locutor para ocupar determinado espaço social, permitindo-lhe conferir a si e ao seu destinatário uma posição institucional (credibilidade diante do lugar que o locutor ocupa no momento da enunciação e que marca sua relação com um saber e, portanto, legitima seu discurso), uma vez que o lugar de onde fala também significa – característica reafirmada, inclusive, por Amossy²⁶. E é esse lugar ou posição que vai delineando também o *ethos* coletivo da sociedade da qual a personagem mulher (a mãe das gêmeas

25 – MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 18.

26 – AMOSSY, Ruth. Introdução – Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28; p. 119-144.

Farida e Carolinda), na obra selecionada para este estudo, faz parte ou diz fazer, já que trabalhamos com obra de estatuto ficcional, mas que também traz em si aspectos do real e do imaginário moçambicano.

Dessa maneira, o “[...] *ethos* implica, com efeito, uma disciplina do corpo apreendido por intermédio de um comportamento social²⁷”. Em outras palavras, o locutor não se deixa notar apenas como um estatuto; ele se articula como uma voz que se associa à representação de um corpo enunciante (fiador) em uma determinada *cena de enunciação*, com determinado tom, em determinado tempo, espaço, situação de comunicação e gênero discursivo. O *ethos*, portanto, depende dessas categorias e, por isso, pode assumir *identificações* diferentes a cada enunciação.

Diante do exposto, Maingueneau afirma-nos que, durante a enunciação, locutor e destinatário reivindicam uma *face*, uma imagem, constituída a partir de determinados atributos sociais compartilhados por todos em uma mesma comunidade. A *face*, enquanto *persona*, busca identificar-se com esse discurso investido de valores socialmente definidos. O enunciatador, como ser empírico, no espaço em que se situa ao ocupar determinado lugar ou posição, pode delinear, portanto, um *ethos* – que se apresenta como uma de suas *faces* que se constrói na/pela representação das várias imagens que o *ethos* carrega e acumula em si nos mais variados gêneros discursivos, inclusive, o literário. E essas imagens, por sua vez, constroem sua identificação pela enunciação de maneira encarnada – discurso enquanto um corpo, consoante Maingueneau²⁸.

E é a partir dessas considerações que confirmamos que Maingueneau²⁹ considera o *ethos* uma noção sociodiscursiva, já que se constrói no e pelo discurso interligado a uma dada conjuntura sócio-histórica. Em outros termos, Maingueneau mostra-nos que um locutor, como um corpo

27 – MAINGUENEAU, Dominique. O *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. Tradução de Cecília P. de Sousa-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011, p. 98.

28 – MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b.

29 – MAINGUENEAU, Dominique. O *ethos*. In: MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

de uma comunidade, para se comunicar com as pessoas que a habitam, deve construir seu discurso a partir dos valores e dos imaginários que permeiam essa sociedade; deve parecer ser um de seus membros, conhecedor de seus costumes.

Diante dessas considerações, Maingueneau demonstra-nos que o *ethos*, na Análise do Discurso, não deve ser entendido somente como uma categoria que se vale das provas retóricas *ethos*, *pathos* e *logos* para persuadir o auditório, conforme recomendava Aristóteles³⁰. Desse modo, para Maingueneau³¹,

Em uma perspectiva do discurso, não podemos nos contentar, como na retórica tradicional, em fazer do *ethos* um meio de persuasão: ele é parte integrante da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência. O discurso não resulta da associação contingente de um “fundo” e de uma “forma”; não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e do modo de legitimação de sua cena de fala.

De acordo com o pesquisador, o conceito de *ethos*, constituinte das cenas de enunciação, assume, na Análise do Discurso, caráter analítico-descriptivo, distanciando-o, portanto, do caráter estratégico e normativo, enquanto arte de persuasão, difundido pela teoria das provas retóricas de Aristóteles. Ainda segundo o analista do discurso, o fato de o destinatário ter papel ativo na construção do *ethos* do locutor demonstra que o *ethos* é efeito do discurso, levando-se em consideração que há vários elementos ocasionais no processo de comunicação – características psíquicas e físicas reveladas pelo locutor e do tom, na qualidade de dimensão vocal desvelada pelo discurso – em relação aos quais é difícil dizer se fazem ou não parte do discurso, mas que influenciam na construção do *ethos*, tanto pelo locutor quanto pelo destinatário. Dessa maneira, a perspectiva que o estudioso adota ultrapassa o domínio da argumentação e mostra-nos que

30 – ARISTÓTELES. [384-322 a.C.]. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

31 – MAINGUENEAU, Dominique. Problemas de *ethos*. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (Orgs.). Trad. Sírio Possenti. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a, p. 69-70.

o *ethos* não se manifesta somente como um papel e um estatuto; ele se deixa apreender também como uma voz e um corpo.

Na sequência, veremos como podemos nos valer das subcategorias de *ethos* de Maingueneau (“*ethos* pré-discursivo”, “discursivo mostrado” e “discursivo dito”) para analisar os *ethé* de uma personagem ficcional no discurso literário.

Os *ethé* da mãe das gêmeas Farida e Carolinda, no romance *Terra sonâmbula*, de Mia Couto

Nossa personagem a ser analisada é mãe das gêmeas Farida e Carolinda. No Quarto caderno de *Kindzu* (A filha do céu), descobrimos que Farida é “filha do céu”, por sua condição de gêmea. Na vila em que habitam, isso implica futuras tragédias para os habitantes e, para evitá-las, uma criança deveria ser escolhida para a vida; e outra, para a morte. Caso contrário, as chuvas jamais voltariam a cair na comunidade, levando à inexistência das plantações, à falta de água para o gado e assim por diante. Segundo Chevalier e Gheerbrant³²,

Os gêmeos simbolizam, por outro lado, o estado de ambivalência do universo mítico. Aos olhos dos primitivos, aparecem sempre carregados de uma força poderosa, seja perigosa e protetora, seja apenas perigosa ou apenas protetora... Temidos e venerados, os gêmeos se apresentam sempre carregados de um valor intenso.

Ou, ainda, consoante Leite³³,

Grande parte das histórias relatadas em *Terra sonâmbula* fundamentam-se em crenças dos *Tsonga* do sul de Moçambique e na sua mundividência. [...] E passo a citar Henri Junod: “Esta potência que causa o relâmpago e a morte está ligada também de maneira muito especial ao nascimento dos gêmeos, de modo que a mãe deles é chamada Tilo, o Céu, e crianças, Baana bá Tilo, Filhos do céu”. (1974, p. 396) O

32 – CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos, mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, p. 465.

33 – LEITE, Ana Mafalda. *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2013, p. 51.

nascimento de gêmeos é considerado uma desgraça, e implicava antigamente a morte de um, e a execução de ritos de purificação para a mãe e para a criança que sobrevivia, sempre marginalizada pela comunidade. (Conforme o original)

Esse ritual, obviamente, remete-nos a um dos imaginários sociodiscursivos dessa vila. Há que se notar, ainda, que a simbologia dos gêmeos, ou melhor, que esse *ethos* “pré-discursivo³⁴” mostra-nos o porquê de as mulheres locais, responsáveis por determinados rituais, realizarem cerimônias para evitar a seca: uma das gêmeas, no caso, Carolinda, deve ser submetida à fome, até sua morte, para ser enterrada no “[...] bosque sagrado onde dormem as crianças falecidas [...]”³⁵. Nesse ritual, estabelece-se, ainda, que a mãe não pranteie a suposta morte da filha – que, na verdade, é levada embora por um casal. Após a cerimônia, mãe e filha (Farida) são banidas para longe da vila, por serem impuras – o que implica que o “*ethos* mostrado” e esse estereótipo³⁶ de ambas, no caso, negativo, revelam que os estereótipos também produzem discriminações dentro do grupo social, ou seja, identificações sociais negativas. Esse primeiro episódio revela-nos que o *ethos* local vale-se de tradições rigorosas para o estabelecimento de certo equilíbrio de seu meio ambiente, e que os rituais são traços desse *ethos* que sinalizam a importância da mulher em sua sociedade, já que somente elas podem executá-los. A mulher, portanto, tem ligação, ou melhor, identificação com a natureza dentro de sua sociedade, assim como, com as tradições locais. E isso reafirma-nos um dos imaginários sociodiscursivos da nação moçambicana, sobretudo, da sociedade rural.

Como dito, a mãe das gêmeas, tal qual a mãe de Kindzu (outra personagem do romance aqui em análise), é apresentada, na narrativa, por sua posição ou *status* - mãe. O que nos permite inferir que atribuir um

34 – MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b, p. 11-29.

35 – COUTO, Mía. *Terra sonâmbula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 85.

36 – Conforme termo de Amossy. AMOSSY, Ruth. Introdução – Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-28; p. 119-144.

nome próprio pode funcionar como espécie de artifício que faz prevalecer a identidade sobre a diferença e que a falta de nomeação pretende, nesse caso, demonstrar que, mesmo durante os períodos de guerras (no caso de Moçambique, guerra de independência de Portugal e guerra civil), matriarcas e idosos tendem a manter seu *status*, sua identidade como aqueles que transmitem e mantêm as tradições, conforme notamos na narrativa de Couto. Esse *status* é mantido desde que eles possam desempenhar suas funções de acordo com o *ethos* local. Como vimos, embora ela, enquanto mãe de filhos gêmeos, seja excluída do convívio da comunidade, deve continuar executando os rituais sempre que necessário.

A progenitora das gêmeas deixa entrever, na narrativa, que não observa, completamente, as tradições de sua comunidade. Ela nega-se a cumprir parte da tradição, poupando a vida da filha Carolinda, deixando-nos notar que seu *pathos* entra em conflito com o *ethos* coletivo, dando vazão a um *logos* que parece questionar uma tradição tão severa, em um tempo em que os bandos armados já efetuam tantas mortes. Isso sinaliza para a rasura do *ethos* coletivo em tempos de guerra e para o fato de que determinados estereótipos não estão imunes a mudanças.

Em relação a essa mãe, não temos seu *ethos* “discursivo” durante o suposto período de luto pela morte de Carolinda, mas temos seu *ethos* “pré-discursivo” fundado no *ethos* coletivo. Se a mãe é também responsável por transmitir os conhecimentos culturais e ancestrais, conforme se nota na narrativa, seu *ethos* “pré-discursivo” mostra-nos, portanto, que ela deve ensinar a Farida que a morte de Carolinda foi um gesto de bondade para “aliviar a maldição” de acordo o ritual (*chimussi*) praticado por milênios. Assim, temos mais um elemento da visão de mundo dessa comunidade. Entretanto, quando essa mãe é convocada para nova cerimônia, sendo enterrada no lodo, local onde supostamente também estava enterrada Carolinda, e solicita: “[...] me deixem, tenho frio³⁷”, percebe-se que ela não deveria questionar o ritual, por se tratar de um “dever”, um costume tradicional, instituído pela sociedade local, logo, um *ethos* cole-

37 – COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 88.

tivo. Mas se ela já havia rompido com parte da tradição, não lhe parecia certo permanecer ali, coberta pelo lodo e sem se manifestar. É o “*ethos* dito” da mãe, portanto, que rompe mais uma vez o cumprimento da tradição e “autoriza” Farida a interceder por sua progenitora: – “Parem, ela está sofrer” [...]”³⁸. Na perspectiva de Moreira, esta cena pode ser compreendida, ainda, da seguinte maneira:

[...] o ritual de sacrifício das mulheres [...] é inserido numa narrativa em que crenças e costumes tradicionais são utilizados para fins individuais, contrariando seu objetivo de atenderem a benefícios coletivos. O significado original da tradição, nesse caso, implica na manutenção de um determinado lugar de poder: o de evocá-la. [...] Para a mulher, a quem cabe purgar os pecados da comunidade, o ritual impõe-se como um constrangimento, como um peso de uma tradição à qual ela deve submeter-se, em amarga resignação. A encenação do ritual se apresenta como denúncia do choque entre dois mundos: um coletivo, comunitário, no qual os costumes convergiam para uma verdade do grupo: outro individual, segregador e orientador por interesses particularizadores, marcados pela ambição, pela traição, pela indiferença, pela maldade.

A partir das considerações de Moreira³⁹, podemos inferir que temos o choque entre dois mundos (tradicional e moderno), entre dois tempos (passado e presente), entre dois *ethé* (individual e coletivo), e um *status* que garante poder àquelas que podem promover os rituais e, em nome da crença, selecionar, quem vive e quem morre. Isso nos remete à uma crítica acerca da manutenção de crenças, valores e tradições que, na modernidade, passam a ser questionados, convocando-se outras leis e a revisão de certos *estereótipos*. O *ethos* das mulheres que conduzem a cerimônia revela, ainda, que a própria mulher pode excluir seu próprio gênero, rompendo com um “*ethos de identificação*” (conforme termo de CHARAUDEAU⁴⁰). Logo, essa mulher responsável por unir e transmitir

38 – COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 88.

39 – MOREIRA, Terezinha Taborda. *O vão da voz: a metamorfose do narrador na ficção*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Edições Horta Grande Ltda., 2005.

40 – CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do discurso político. Da ideologia aos “imaginários sociodiscursivos”. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011.

valores aos filhos, por meio de seu *status*, pode, inclusive, romper com o elo que identifica ou deveria identificar a própria mulher dentro da sociedade. Essa situação demonstra o poder e o valor dessa mulher em sua coletividade.

Como vimos, o *ethos* “dito” da mãe permite ou autoriza o *ethos* “dito” da filha. Farida reconhece que o ritual – *chimussi* – é uma forma de sofrimento, logo, mais uma forma de punir mãe e filha que já vivem reclusas – excluídas pelas próprias mulheres de sua vila natal. Esse acontecimento nos permite notar que não há que se falar em um *ethos* estático para o grupo de mulheres de dada sociedade, pois, como vimos, a própria tradição pode influenciar na ruptura desse *ethos*. Logo, determinadas tradições, a não aceitação dos costumes mais austeros e o momento vivenciado pelo grupo (guerra) são fatores condicionantes do *ethos* da mulher moçambicana e, portanto, do *ethos* da coletividade, firmando-o em aspectos positivos e agregadores ou negativos e segregadores.

Dessa maneira, é no confronto dessa mãe e filha com as demais mulheres que a identidade narrada de Farida e de sua mãe revelam sua fragilidade. As ideologias que permeiam as relações sociais na comunidade da gêmea Farida procuram, portanto, manipular essas identidades frágeis. Diante disso, inferimos que essa reconfiguração do *pathos* e do *logos* é um recurso de manipulação do *ethos* dessas personagens. Em outras palavras, essa mãe, ao romper com algo em que já não acreditava ou que não comungava mais como um valor cultural a ser seguido e também a ser transmitido para sua filha Farida, mostra-nos que o *ethos* individual não está imune a uma fragmentação na cadeia de eventos culturais que sustentam ou sustentavam esse povoado. O *ethos*, na qualidade de estrutura cultural, propõe que se abra mão do individual em prol do coletivo. Entretanto, a mãe de Farida anuncia a variedade na unidade quando não cumpre ou não concorda com o que a comunidade prega. E assim também parece acontecer com Farida. O que confirma, como vimos, que dentro de uma comunidade, o próprio *ethos* partilhado pode ser alterado também em função do *pathos*, do *logos* e das circunstâncias.

Como os habitantes locais não questionam a lealdade e a integridade da mãe das gêmeas quanto a cumprir todas as etapas da tradição (abrir mão da filha, não se lamentar, isolar-se da comunidade), supõe-se que ela está investida, por seu *status* e por seus papéis, de um *ethos* de honestidade, uma vez que dá o exemplo de se manter fiel ao *ethos* coletivo, seguindo a linha de pensamento e de ação de sua comunidade, ou seja, reafirmando o estereótipo. Ao se permitir dizer que deseja que a deixem em paz, manifestando-se contra o constrangimento que lhe é imputado, ela, na verdade, constrói um *ethos* de prenúncio da modernidade, o qual revela que os novos tempos exigem novos olhares e novas maneiras de lidar com as situações. Assim sendo, se ela rompe, parcialmente, com o “*ethos de identificação coletivo*” (classificação de CHARAUDEAU⁴¹), que faz com que as mães da comunidade se identifiquem umas com as outras ao agirem da mesma maneira em situação semelhante em prol da comunidade, ela sinaliza a abertura de novos posicionamentos e a possibilidade de um novo imaginário sociodiscursivo.

As atitudes dessa mãe demonstram-nos que, se a guerra desloca fisicamente as pessoas para fugirem dela, esse deslocamento atua no sentido de modificar, inclusive, o modo de pensar das pessoas e de reagir a determinadas situações diferentemente do que se espera. Como dito, o *ethos* da mãe de Farida não reflete, necessariamente, sua identificação real ou pressuposta pelo grupo no qual se insere, apesar de o *ethos* dessa coletividade procurar manter-se inalterado em relação ao cumprimento dos rituais mais severos nesse período de turbulências que afeta a todos, assim como sua cultura, sua percepção de mundo. Logo, a atitude da mãe das gêmeas (manter viva a filha) implica, de certo modo, que não é porque os membros de sua sociedade não adotam entre si um comportamento mais igualitário, que ela não possa fazê-lo. Isso remete-nos, novamente, à percepção de que o *ethos* é mutável e procura adaptar-se às novas condições (físicas, psicológicas, históricas, sociais...) do lugar e das pessoas desse lugar. Desse modo, o *pathos* e o *logos* também sofrem interferências ex-

41 – CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do discurso político. Da ideologia aos “imaginários sociodiscursivos”. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011.

ternas que refletem internamente nessas pessoas, o que notamos com a mãe das gêmeas e com Farida.

Assim sendo, o *ethos* da mãe das gêmeas parece aludir a um possível enfraquecimento da força da tradição que está sucumbindo junto com os habitantes desse local. E esse enfraquecimento parece aludir também à necessidade da reestruturação da *identificação* desse povo. O momento histórico, marcado pela transformação, sujeita o *ethos* cultural às mudanças. A obra de Couto em análise sinaliza que grupos tradicionais, vistos como hegemônicos, têm suas identidades transformadas, o que leva à uma reflexão sobre a problemática da formação da subjetividade colocando em questão o *ethos* coletivo.

Podemos notar, ainda, que, mesmo que essa mãe apresente um “*ethos* de humanidade” (conforme termo de CHARAUDEAU⁴²) ao permitir que sua filha Carolinda não seja vitimada pela tradição local, o mesmo não se dá em relação aos demais membros de sua comunidade, já que ela permite, com seu ato, que vários problemas se instalem na vila: - “A terra caiu em desordem, sopraram ventos que arderam no sol, secaram fontes e lagos. As nuvens, medrosas, fugiram. A fome e a morte instalaram residência⁴³”. A mãe de Farida mostra-se voltada para o que lhe restou como família, ao negar-se a seguir, cegamente, os preceitos da coletividade. E, com esse gesto, ela mostra o efeito patêmico de suas ações. Tudo isso nos leva a acreditar que o *ethos* pode ser construído a partir das imagens que representam discursos culturais e, também, a partir daqueles que estigmatizam pessoas (gêmeos, albinos) e comportamentos que vão de encontro ao que é permitido pelo grupo. Entretanto, nota-se também que as circunstâncias fazem o próprio indivíduo questionar a si próprio e, por conseguinte, sua cultura, seus *ethé* e sua identificação.

Os *ethé* dessa mãe, portanto, põem em xeque sua participação no grupo e, ao mesmo tempo, levam os interlocutores a questionarem o fe-

42 – CHARAUDEAU, Patrick. O *ethos*, uma estratégia do discurso político. Da ideologia aos “imaginários sociodiscursivos”. In: CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 2. ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2011.

43 – COUTO, Mia. *Terra sonâmbula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 87.

chamento em si desse *ethos* coletivo e até que ponto ele deve ser respeitado e acatado em prol de uma total identificação do individual com seus semelhantes e até que ponto a abertura para o novo pode ser benéfica ou não. Assim, o gesto de poupar a filha parece assinalar a chegada de um tempo no qual as tradições mais austeras parecem não fazer mais sentido em função dos novos tempos, das novas perspectivas, dos novos horizontes a serem desenhados a partir das guerras (colonial e civil) que vão assolar Moçambique e que exigirão novo olhar sobre os modos de viver, de habitar e de se relacionar entre os membros de uma mesma comunidade e entre os outros (locais ou estrangeiros).

Há que se notar, ainda, que se o preço a se pagar pelo ato transgressor é alto para os habitantes da vila, o é também para a mãe de Farida e de Carolinda, já que ela também sofre com as calamidades que se abatem sobre a comunidade. Não devemos pensar que suas atitudes tendem a apontar a desvalorização da história de seu povo. Ao contrário disso, reafirmamos que seu *ethos* mostrado pretende demonstrar que a história e a memória, assim como o próprio *ethos* coletivo, não são estanques, pois se abrem para novos tempos, mesmo que, forçadamente, mas sem desprezar ou se desfazer completamente dos costumes locais que fazem parte dessa comunidade. Logo, não há uma cisão total dessa mãe com sua natureza, com suas tradições e seus costumes, e sim um retorno a si mesma, um autoconhecimento suscitado pelo outro, pelas novas situações (colonização, guerras, fome, seca, mortes, entre outros) que lhe permitem novos olhares, outras escolhas em virtude dos acontecimentos e, portanto, outra identificação, outros *ethé*.

Considerações finais

Os caminhos percorridos para que este artigo fosse realizado nos levam a inferir a importância do *ethos* para a Análise do Discurso, inclusive, na apreciação crítica do discurso literário – especificamente, na reconstituição dos *ethé* da personagem selecionada para este estudo e a percepção dela sobre os imaginários sociodiscursivos de sua região e que refletem alguns dos imaginários sociodiscursivos de Moçambique. Nesta

análise, ao focar as provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*), lançamos nosso olhar, principalmente, sobre um desses componentes, o *ethos*, a partir dos estudos de Maingueneau, a fim de compreender como ele, o *ethos*, pode ser trabalhado também no discurso literário, gênero textual que mobiliza subjetividades e, como vimos na narrativa de Couto, carrega representações dos *ethé* de Moçambique. Daí a necessidade de entender o discurso literário, pelo viés da AD, como um discurso que nos permite estudar suas especificidades discursivas, buscando contribuir para a compreensão dessa noção discursiva – o *ethos* – como ferramenta para a análise do discurso literário.

Por fim, resta-nos dizer que, na literatura coutiana, é possível notar que história e ficção fundem-se, inclusive, a partir do diálogo com expressões que pertencem à oralidade, que a aproxima da tradição de contar histórias, de rituais, de relatos e de mitos que se misturam para construir processos de negociação de sentidos e, portanto, de construções dos *ethé* (“pré-discursivo”, “discursivo mostrado” e “discursivo dito”) e de identificações para as personagens do romance.

Texto apresentado em setembro de 2020. Aprovado para publicação em dezembro de 2021.

II – COMUNICAÇÕES NOTIFICATIONS

A REPRESENTAÇÃO DO RIO DE JANEIRO COMO TRAÇO DE IDENTIDADE DO CINEMA NOVO: *TODAS AS MULHERES DO MUNDO* (DOMINGOS DE OLIVEIRA, 1967)

THE REPRESENTATION OF RIO DE JANEIRO AS AN IDENTITY TRAIT OF THE BRAZILIAN NEW CINEMA: DOMINGOS DE OLIVEIRA'S ALL WOMEN IN THE WORLD, 1967

CARLOS EDUARDO PINTO DE PINTO ¹

Resumo:

O Cinema Novo brasileiro, antes de ser um “movimento”, poderia ser definido como uma “movimentação”: no início da década de 1960, paulatinamente, surgiu uma filmografia que se identificava, e era identificada pela crítica, como “nova”. A representação urbana, com destaque para o Rio, era um de seus traços identitários, nesse momento ainda voltando as atenções para as favelas, situação que muda ao longo do decênio. Todas as mulheres do mundo, aguardado pelo público como um experimento cinemanovista, quebrou essa expectativa ao ser considerado pela crítica como um filme moderno, mas sem o “DNA” do Cinema Novo. A representação do Rio parece ter desempenhado papel central nessa desclassificação, já que, pela lógica da recepção, os traços hedonistas conferidos à cidade impediam a obra de ser cinemanovista.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Cinema Novo brasileiro; representação urbana.

Abstract:

Before being a “movement”, the so-called Brazilian New Cinema could be defined as a “process in motion”: in the early 1960s, a filmography was gradually created which called itself and was identified by critics as “new”. The urban representation, focused mainly on Rio, was one of its identity traits at a time when attention was still directed to the favelas (slums). The situation, though, changed over the decade. All the Women in the World, a film eagerly awaited by the public as a New Cinema experiment, did not fulfill this expectation and, though considered by critics as a modern film, did not carry the DNA of the New Cinema. The representation of Rio in the film seems to have played a central role for its downgrading, since, according to the logic of the reception, the hedonistic features characterizing the city prevented it from being classified as a Brazilian New Cinema experiment.

Keywords: Rio de Janeiro; Brazilian New Cinema; urban representation.

1 – Professor Adjunto de História do Brasil República do Departamento de História do IFCH/UERJ e membro do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UERJ). E-mail: dudachacon@gmail.com.

Introdução

O Cinema Novo foi um movimento cinematográfico de vanguarda brasileiro, surgido no início dos anos 1960, consolidando-se ao longo da década como umas das manifestações culturais mais respeitadas pela crítica local e estrangeira, vindo a tornar-se objeto de estudos acadêmicos com os mais diversos enfoques². Aqui, mobilizo leituras que permitam, a um tempo, dar conta de sua trajetória e da relação com a representação audiovisual do Rio de Janeiro, destacando o papel da cidade como um de seus traços identitários³. Para tanto, proponho uma análise temática e estética de *Todas as mulheres do mundo* (Domingos Oliveira, 1967).

A escolha do filme se justifica por ser uma obra que alimentou expectativas em torno de seu lançamento, aguardado como a estreia de um “quase” cinemanovista, dadas as vinculações profissionais de Domingos de Oliveira com o grupo. Contudo, a despeito de seu caráter moderno e “carioquíssimo” – duas características valorizadas pelo Cinema Novo, conforme apresentarei adiante –, o filme não foi aceito como parte do movimento. Compreender por que a modernidade e a *carioquice* de *Todas as mulheres* não foram suficientes para garantir a consolidação de seu diretor no grupo permite definir com mais precisão o que se esperava da representação do Rio como elemento de identificação.

Vale notar que, apesar de convencionalmente me referir ao Cinema Novo como um *movimento*, considero que ele seria mais bem classificado como uma *movimentação*. Afinal, “antes de existirem filmes, o Cinema Novo já acontecia nas páginas dos jornais e revistas⁴”. Corrobora essa leitura a ausência de um manifesto de lançamento de suas ideias⁵, em

2 – DESBOIS, Laurent. *A odisseia do cinema brasileiro: da Atlântida a Cidade de Deus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

3 – PINTO, Carlos Eduardo Pinto de. *Imaginar a cidade real: o Cinema Novo e a representação da modernidade urbana carioca (1955-1970)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói[RJ], 2013.

4 – GERBER, Raquel. *O cinema brasileiro e o processo político e cultural* (de 1950 a 1958). Rio de Janeiro: Embrafilme, 1982. p. 4

5 – Paulo C. Saraceni se refere a um projeto intitulado “Manifesto bola bola”, que não chegou a ir para o papel, mas que serviu de lume na busca por um cinema que não

contraste com fenômenos semelhantes. Por certo, o *slogan* “Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” funcionava como proposição, ao fazer referência a diversos tipos de independências – estéticas e ideológicas –, mas não tinha a força de um manifesto. Isso não significa, contudo, que não houvesse critérios – o diálogo com o modernismo (no sentido da experimentação de linguagem) aliado à pedagogia política voltada à conscientização serviam de lume⁶, mas a “classificação” de um filme ou diretor como pertencentes ao Cinema Novo não se dava *a priori*.

Alguns críticos – como Alex Viany, Paulo Emílio Sales Gomes, Jean-Claude Bernardet e Ely Azeredo (este, por pouco tempo) – começaram a perceber e incentivar uma renovação no modo de se fazer cinema no Brasil. Em paralelo, futuros cineastas, como Glauber Rocha, Gustavo Dahl, David Neves, Cacá Diegues e Walter Lima Jr., que também atuavam como críticos, começavam a filmar, sobretudo curtas-metragens. Mesmo diretores que não escreviam críticas sistematicamente não se furtavam a lançar vereditos e a tecer comentários através de entrevistas e debates, como Paulo César Saraceni, Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman, Eduardo Coutinho e Ruy Guerra – além do já reconhecido Nelson P. dos Santos⁷. Aos poucos, surgia uma filmografia que se identificava (e/ou era identificada) como “nova”. Mesmo a expressão “Cinema Novo” – uma alusão a outros movimentos semelhantes, como a *Nouvelle Vague* na França – é resultado da recepção, atribuída por Glauber Rocha ao crítico Ely Azeredo⁸.

Logo, o processo de consolidação do movimento foi gradual, conseguido através das trocas efetuadas entre seus líderes e seus detratores, numa dinâmica reelaboração constante das ideias. Entre as lideranças,

fosse subordinado a nenhuma outra arte ou instituição: “Era baseado naquela história do garotinho que pediu uma bola para o pai, mas que não queria uma bola de ping-pong, não queria bola de futebol, queria uma bola bola”. In: VIANY, Alex. *O Processo do Cinema Novo*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999, p. 335

6 – XAVIER, Ismail. *Sertão Mar*: Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

7 – SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos, o sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

8 – ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p. 51.

Glauber Rocha é uma das mais destacadas, com uma capacidade gregária ímpar. Não à toa, é atribuída a Nelson P. dos Santos uma assertiva, em que brinca: “Cinema Novo é quando o Glauber se encontra no Rio”⁹. Por outro lado, Glauber era uma das figuras mais polêmicas, o que fez com que destruísse laços e certezas com a mesma facilidade com que os construía. Embora a sua atuação seja fundamental, deve-se lembrar que o papel dos críticos coadunados com o movimento também não foi pequeno. Mais ainda, os críticos-cineastas que, ocupando papel duplo, podiam pensar o Cinema Novo a partir de pontos de vista internos e externos, “costurando” observações mais pessoais com uma visão de conjunto. Do outro lado, Ely Azeredo, considerado o “padrinho” do movimento, logo passaria a exigir dos cineastas maior compromisso com a comunicabilidade, criticando seu excesso de experimentação.

Essas reelaborações procuravam também responder às conjunturas históricas, sendo afetadas pela efervescência democrática do início da década¹⁰ – conforme indica a vinculação de alguns diretores com o CPC da UNE¹¹ –, pelo golpe civil-militar de 1964 e a institucionalização da censura. No plano artístico, o surgimento da contracultura no pós-1968, em especial o Tropicalismo e o Cinema Marginal, com propostas de experimentações estéticas mais radicais, também provocaram reações, gerando mudanças de rumo¹². Com essas interlocuções no horizonte, Fernão Ramos¹³ organizou o Cinema Novo em torno de três trindades filmicas, responsáveis por caracterizar fases. Na primeira (1960-1964), marcada

9 – GOMES, João Carlos Teixeira. *Glauber Rocha: esse vulcão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 143.

10 – GOMES, Paulo Emilio Sales. *Pequeno cinema antigo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

11 – O Centro Popular de Cultura (CPC) propunha fazer a ponte entre artistas engajados e o povo, encarando a arte como um instrumento revolucionário. Cf. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000; SIMONARD, Pedro. *A geração do Cinema Novo: para uma antropologia do cinema*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006; ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

12 – Cf. XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001; XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

13 – RAMOS, Fernão. Os novos rumos do cinema brasileiro (1955-1970). In: RAMOS, Fernão (Org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987.

por *Deus e o diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1964), *Vidas secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1963) e *Os fuzis* (Ruy Guerra, 1964), os cineastas estiveram empenhados em “conscientizar” o público, localizando seus respectivos filmes em cenários sertanejos. Seria no Sertão – e nas favelas, vale acrescentar – que se encontraria a essência da nacionalidade.

Já *O desafio* (Paulo César Saraceni, 1965) inaugura a segunda trindade, acompanhado de *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967) e *O bravo guerreiro* (Gustavo Dahl, 1968). Após o Golpe de 1964, o drama principal seria o do intelectual decepcionado com a revolução socialista que não ocorrera e incrédulo de sua capacidade de lutar contra a ditadura. Os jovens de classe média (como os próprios diretores) passaram para o centro das narrativas, inseridos no universo urbano, numa fase que se estenderia até 1968. Jean-Claude Bernardet deu grande ênfase a essa característica do grupo, defendendo que, mesmo quando o cenário filmado era o Sertão ou as favelas cariocas, o olhar da classe média prevalecia em seus filmes¹⁴.

A terceira e última fase estaria localizada após 1968 – ano da assinatura do AI-5 – seguindo até 1980, englobando produções de “fortes tons alegóricos com a preocupação de representar o Brasil e sua história¹⁵”. Aqui, a trindade é formada por *Pindorama* (Arnaldo Jabor), *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (Glauber Rocha) e *Os herdeiros* (Cacá Diegues), todos de 1969.

Ainda que o esforço de organização de Fernão Ramos seja louvável, acredito que a trajetória do Cinema Novo tenha sido mais complexa do que o recurso às fases possa deixar transparecer. Nesse sentido, Helena Salem aponta para filmes que pressupunham tendências diversas, embora realizados no mesmo contexto: *Porto das Caixas* (Paulo C. Saraceni, 1961), mais intimista, *Barravento* (Glauber Rocha, 1962), mais “barroco” (no sentido de uma experimentação estética radical) e *Os cafajestes*

14 – BERNARDET, Jean-Claude. *Brasil em tempo de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

15 – RAMOS, Fernão, *op. cit.*, p. 348.

(Ruy Guerra, 1962)¹⁶, mais urbano (representando a classe média sem ser em oposição explícita aos pobres). Esse último foi considerado o primeiro filme com algum sucesso comercial atrelado à denominação Cinema Novo¹⁷ e, ao mesmo tempo, problematizado como tal, justo por representar a cidade sem fazer alusões explícitas à exclusão social¹⁸.

A recepção a *Os cafajestes* traz para o centro do debate um ponto crucial das reflexões que construo ao longo desse texto: que paisagens definiriam o Cinema Novo? A busca de uma relação entre o movimento e um *locus* – assim como se associa a *Nouvelle Vague* a Paris ou o *Neorealismo* a Roma – aponta para uma dicotomia entre o Sertão e o Rio. Por certo, na memória do movimento, o Sertão (o Nordeste, em geral) é bastante significativo. Apesar disso, o Cinema Novo nunca foi classificado como “sertanejo” ou nordestino (apesar de a naturalidade de alguns diretores autorizar tal associação). Ao contrário, é comum afirmar que os cinemanovistas *foram* ao Nordeste, saindo do Rio para filmar a alteridade. Um indício dessa constatação é a frase já citada de Nelson P. dos Santos, “Cinema Novo é quando o Glauber se encontra no Rio¹⁹”. Contudo, mais do que ser o lugar de acolhida dos cineastas (muitos oriundos de outros estados), o Rio também foi filmado por eles, embora não se interessassem por qualquer imagem da cidade.

Vale notar que, no limiar dos anos 1960, o Rio – até então, capital da República²⁰ – já apresentava um repertório considerável de registros audiovisuais, sendo protagonista de cinejornais, documentários e ficções desde o início das atividades cinematográficas no país, no fim do século XIX²¹. Contudo, se os eventos políticos e festivos *na cidade* ocuparam o

16 – SALEM, Helena. *Leon Hirszman: o navegador de estrelas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

17 – FIGUEIRÔA, Alexandre. *Cinema Novo: A onda do jovem cinema e sua recepção na França*. Campinas[SP]: Papyrus, 2004.

18 – RAMOS, Fernão, *op. cit.*

19 – GOMES, João Carlos Teixeira, *op. cit.*, p.143.

20 – Com a inauguração de Brasília, em abril de 1960, o Rio perdeu o posto de capital, sendo transformado numa cidade-estado, o Estado da Guanabara. Cf. MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

21 – Cf. RODRIGUES, Antonio. *O Rio no cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,

centro desses registros, a paisagem carioca só ganharia relevo na década de 1920, por meio da captação de “novas imagens, que podemos aproximar de uma certa visão turística em formação [...]”²². Numa temporalidade mais próxima do Cinema Novo, o Rio apresentava interesse para as chanchadas²³, o cinema hollywoodiano²⁴ e o cinema independente²⁵ – marco do surgimento do cinema moderno no país²⁶. Para os dois primeiros, a cidade interessava, sobretudo, por seus cartões-postais, associados à ideia de hedonismo e a traços culturais que, desde o Estado Novo, tinham sido alçados ao patamar de “cultura nacional”, como o samba e o Carnaval. Para os independentes, a complexidade urbana contava mais, incluindo-se aí a exclusão social, representada, sobretudo, pelas favelas. Mesmo o samba e o Carnaval poderiam ser tematizados, mas enfatizando-se suas conexões com a cultura popular, distanciando-se do humor e do *glamour* explorados pelas chanchadas e por Hollywood. Por esses motivos, os independentes surgiam como os principais interlocutores do Cinema Novo, enquanto os outros dois eram rechaçados²⁷.

Rio, 40 graus era o mais destacado entre os filmes independentes e a campanha por sua liberação²⁸, apontada por muitos cinemanovistas como

2008; KUSHINIR, Beatriz; VIEIRA, João Luiz (Orgs.). *Rio, 450 anos de cinema*. Rio de Janeiro: Em Tempo; FAPERJ, 2016.

22 – HEFFNER, Hernani. Paisagem carioca no cinema brasileiro. In: MARTINS, Carlos (Org.). *A paisagem carioca*. Rio de Janeiro: RioArte, 2000, p. 133

23 – AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um pandeiro*: a chanchada de Getúlio a JK. São Paulo: Cinemateca; Companhia das Letras, 1989.

24 – FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *O Rio de Janeiro que Hollywood inventou*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; AMANCIO, Tunico. *O Brasil dos gringos*: imagens no cinema. Niterói[RJ]: Intertexto, 2000.

25 – MELO, Luís Alberto Rocha. Cinema independente no Brasil: anos 1940-50. In: CONGRESO AsAECA - ASOCIACIÓN ARGENTINA DE ESTUDIOS DE CINE Y AUDIOVISUAL, 4., 2014, Rosario. *Anais [...]*. Buenos Aires: ASAECA, 2014, p. 1035-1043. Disponível em: http://www.asaeca.org/aactas/rocha_melo.pdf. Acesso em: 19.09.20.

26 – XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno, op. cit.*

27 – Já na década de 1970, os cinemanovistas lançariam um olhar mais benevolentes sobre as chanchadas, que passariam a ser vistas como manifestações genuinamente populares, dignas de reverência. Inclusive alguns traços de crítica política passariam a ser percebidos e valorizados.

28 – PINTO, Carlos Eduardo Pinto de. *Rio, 40 graus*: a disputa pela imagem da capital do Brasil nos anos dourados. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 120-131, 2015.

o primeiro momento em que foram sensibilizados pelo valor social do cinema²⁹. Além dele, havia o que Glauber Rocha chamou de “realismo carioca”, caracterizado pela busca de “um *cinema realista*, brasileiro, e, por meio ambiente, *carioca*³⁰”, com destaque para *Moleque Tião* (José Carlo Burle, 1943) e *Amei um bicheiro* (Jorge Ileli e Paulo Wanderlei, 1952).

Essa preferência pelos independentes está associada a um debate que também datava da década de 1950, envolvendo a oposição entre filmes rurais e urbanos como meio para se construir uma cinematografia brasileira³¹. A disputa realizou-se em textos publicados em periódicos e nos anais dos primeiros Congressos Cinematográficos ocorridos no país³². À parte as minúcias dessa querela, se pode afirmar que os defensores do cinema rural acreditavam que era *no interior do país que se encontrava a essência da nacionalidade*, enquanto aqueles que apostavam no cinema urbano – em menor número e intensidade – associavam *urbanidade e cosmopolitismo*³³. Estes pensavam que exibir a face moderna do país, conectada com valores internacionais, só traria benefícios; para aqueles, era justamente esse aspecto que parecia mais ameaçador, já que a modernização das cidades poderia significar o aniquilamento da essência nacional.

Contudo, *Rio, 40 graus* e os outros independentes, mesmo sendo filmes urbanos, se relacionavam com a *realidade* – associada, naquele contexto, com a representação das favelas, subúrbios e seus habitantes. Tratava-se de uma forma de ler a urbanidade com ênfase na resistência física e moral dos pobres. Por conseguinte, o restante da urbe (justamente a sua face mais conhecida, a dos cartões-postais) era representado como espaço de cosmopolitismo e ameaça à pureza popular. Aqui, se reforça a

29 – VIANY, Alex, *op. cit.*

30 – Cf. ROCHA, Glauber, *op. cit.*, p. 102. ênfases no original.

31 – O surgimento da produção independente, bem como a inauguração da Cia. Cinematográfica Vera Cruz em São Paulo – com a proposta de realizar um cinema brasileiro “sério”, diferente das chanchadas –, incentivou um debate crítico sobre que caminhos o cinema deveria trilhar no país.

32 – CATANI, Afrânio Mendes. A aventura industrial e o cinema paulista. In: RAMOS, Fernão (Org.), *op. cit.*

33 – BERNARDET, Jean-Claude; GALVÃO, Maria Rita, *op. cit. O nacional e o popular na cultura brasileira* – Cinema. São Paulo: Editora Brasiliense/ Embrafilme, 1983.

importância do Rio no cinema moderno, já que pela lógica da capitalidade era possível lidar com esses dois aspectos simultaneamente, associando ambos a leituras díspares do país. Na cidade, se encontrava o Brasil moderno e cosmopolita, mas também o Brasil profundo, localizado nas favelas. Estas, por sua vez, se aproximavam, simbolicamente, do Sertão.

Não à toa, no início dos anos 1960 a maioria dos filmes do Cinema Novo representariam o Sertão ou as favelas cariocas, com algumas exceções, como *Os cafajestes*, conforme aponte. Contudo, a partir de meados da década, uma parte ainda pouco expressiva da crítica passou a defender a possibilidade de um cinema urbano carregado de “brasilidade”, ainda que dando destaque aos dramas psicológicos e ao *loci* associados à modernidade. O cinemanovista Gustavo Dahl, por exemplo, postulou que, mesmo fora das discussões sociológicas, um filme realizado no Brasil poderia ser considerado essencialmente brasileiro. Com essa proposição, criticava a exclusão do cinema que refletia “a realidade da metrópole e a psicologia do cimento e do aço³⁴”.

Encorajado por defesas como essa, o interesse pela “complexidade urbana³⁵” ganharia relevo. O Sertão nordestino e as favelas cariocas foram paulatinamente deixados de lado em prol de filmes em que o restante da cidade, principalmente a Zona Sul, vinculada pelos cineastas à classe média e à alienação política, se tornou lugar de representação e problematização. Como em todas as etapas do movimento, essa guinada mereceu considerações teóricas e pragmáticas, realizadas por meio da recepção a filmes como *O desafio* (Paulo César Saraceni, 1965), *Garota de Ipanema* (Leon Hirszman, 1967), *El justiceiro* (Nelson Pereira dos Santos, 1967), *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967) e aquele que é o foco do interesse desse texto – *Todas as mulheres do mundo* (Domingos de Oliveira, 1967).

A seguir, analiso sequências que permitem identificar a representação do Rio de Janeiro nesta película, comparando com a realizada por filmes considerados indubitavelmente cinemanovistas. Posteriormente,

34 – BERNARDET, Jean-Claude; GALVÃO, Maria Rita, *op. cit.*, p. 223.

35 – *Ibidem*.

abordo aspectos da recepção, tanto a contemporânea a sua estreia, quanto a deflagrada por seu relançamento em DVD, no início do século XXI. Procuo avaliar textos produzidos por críticos e por membros do Cinema Novo, pondo em tensão suas opiniões, de modo a testar a hipótese de que o modo como o Rio foi apresentado pela diegese e narrativa de *Todas as mulheres* tem papel preponderante na sua rejeição pelo Cinema Novo.

Todas as mulheres do mundo... no Rio

A diegese³⁶ de *Todas as mulheres do mundo* acompanha o romance de Maria Alice (Leila Diniz) e Paulo (Paulo José), por meio do relato deste ao amigo Edu (Flávio Migliaccio), acompanhado por *flashbacks* que constituem a maior parte do que é visto. Maria Alice é apresentada como uma mulher jovem e independente, sexual e financeiramente. Ao se apaixonar por Paulo, ela passa a viver com ele, abandonando o noivo, Leopoldo (Ivan Albuquerque). Em dado momento, Paulo aproveita uma viagem da mulher para traí-la, gerando desentendimentos que ameaçam a estabilidade do casal. Ao fim (do filme e da conversa), Paulo revela ao amigo que se reconciliaram e se casaram na igreja, tendo dois filhos. É a festa do primeiro aniversário de um deles, o Paulinho, que encerra a história.

O Rio de Janeiro está presente em quase todas as filmagens externas, abrigando e conferindo sentidos ao desenvolvimento dramático da história, bem como inspirando o ritmo da narrativa. Logo após a sequência de abertura, Paulo conta a Edu como se apaixonara por Maria Alice numa festa de Natal em seu apartamento, em que ela havia comparecido com seu noivo. Sempre por meio de *flashbacks*, é possível acompanhar o primeiro reencontro “casual” entre Maria Alice e Paulo, que sondara com amigos em comum o local onde ela trabalhava para poder forjar o “esbarrão”. Seguindo a moça pela Cinelândia e atravessando o sinal de pedestres em frente ao Cine Odeon, ele faz a primeira abordagem.

36 – A história apresentada pelo filme, o universo construído pela narrativa.

A narrativa é cortada para uma sequência em que os dois caminham sob o *pilotis* do Palácio Capanema (MEC). Paulo pergunta se Maria Alice trabalha na Cidade – forma como alguns moradores do Rio se referem ao Centro – e, diante da afirmativa, diz que ela “não tem cara”. Na continuação, ela conta que é secretária de manhã e professora à tarde. Afirma que tem dois empregos porque gosta de ganhar seu “dinheirinho”, mas que não adianta nada, pois “gasta tudo”. A câmera os enquadra no início pela lateral, mas logo fica de frente para o casal, se deslocando para trás (*travelling off*). Ao fundo, o Palácio Capanema e seu *pilotis* permanecem visíveis.

É preciso demarcar que o enfoque dado ao Palácio como cenário urbano reforça a ideia de modernidade. O Palácio é o primeiro exemplar de arquitetura modernista da América Latina, conjugando uma série de elementos basais desse estilo. Em relação ao *pilotis*, vale sublinhar que cria “uma nova área livre no térreo que se integra com a rua e os espaços do entorno³⁷”, se abrindo para a noção de público e diluindo o que seria, *a priori*, privado – portanto, atravessar o *pilotis* corresponde a estar simultaneamente *fora e dentro* do prédio.

Dando continuidade à sequência, Paulo pergunta se eles nunca teriam se visto antes. Diante da incerteza de Maria Alice, fala que ela o faz se lembrar do Carnaval. Ela ri e diz: “É capaz! O ano passado eu saí no Salgueiro”. O Carnaval, tema bastante abordado pelo Cinema Novo, surge descolado de sua dimensão comunitária, aspecto que mais interessava aos cinemanovistas. Embora o filme não forneça elementos suficientes para uma afirmação categórica, Maria Alice não parece pertencer a uma rede de cooperação que crie e organize o desfile do Salgueiro: ela apenas desfila.

Atrás deles, um ambulante oferece algumas marionetes. Paulo compra uma, dando de presente a Maria Alice, enquanto pergunta onde ela estudou e se, porventura, conhece a “Martinha Maconha”. Em seguida,

37 – WEINBERG, Juliana Duarte. A cidade transparente. In: NAZARIO, Luiz (Org.). *A cidade imaginária*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 77.

a convida para ver o “homem que alimenta os pombos”. Depois de certa hesitação, ela se deixa levar de volta à Cinelândia, onde travam uma conversa sobre amor e romance. Nesta parte da sequência, os atores estão enquadrados em um plano aberto, distantes da câmera, sem nenhum ícone urbano visível³⁸. Apenas se vê o meio da rua atrás deles, com movimento intenso de carros e os pombos, que durante todo o tempo voam entre a câmera e o casal. Alguns homens, percebendo se tratar de uma gravação, aproximam-se, curiosos, fazendo em semicírculo em torno dos atores.

Nesse trecho do filme os personagens não apenas estão no Centro do Rio, como falam dele. Ao dizer que Maria Alice “não tem cara” de Centro e afirmar, em seguida, que ela “lembra Carnaval”, Paulo reforça a ideia de que o Centro está associado a valores opostos aos da festa, em que se dá a suspensão do tempo “burocrático”, permitindo a liberação dos sentidos e a inversão das lógicas sociais. Por certo, não se refere ao espaço físico, mas ao uso mais comum que se faz dele. Afinal, o Centro do Rio também aglutinava, na década de 1960, inúmeros eventos tradicionais do Carnaval, desde os bailes do Municipal até os desfiles das Escolas de Samba e de alguns blocos. Nesses dias, contudo, era outra função a mobilizada para o espaço, quando a festa – significativamente – obrigava a anulação as funções mais comezinhas: escritórios, bancos e igrejas deveriam ficar fechados até a Quarta-feira de Cinzas. Assim, não ter “cara” de Centro significa, para Paulo, que Maria Alice não parece exercer uma função burocrática, que, por sua natureza, seria incapaz de dar prazer a quem a executa.

Outra oposição que se pode fazer à “cara” do Centro, e que está subtendida na fala de Paulo, é a que se refere à Zona Sul carioca. Embora muitas pessoas trabalhem nessa região, não é esse o uso que o imaginário social mobiliza, atribuindo-lhe função residencial, principalmente das classes média e alta, de lazer – esta, subtendida na fala do personagem. Afinal, a próxima sequência apresenta as relações de Maria Alice com as

38 – Na região em que em que a sequência foi filmada, poderiam ter sido enfocados, por exemplo, o Teatro Municipal e a Biblioteca Nacional.

praias da Zona Sul³⁹. Algumas cenas filmadas em Copacabana mostram majoritariamente o mar, quase sem evidências de elementos construídos. A mesma personagem que se mostra “séria” e “comportada” no Centro, demonstra estar totalmente descontraída e à vontade nas areias.

Até aqui, fica claro que as primeiras sequências servem à proposta de apresentar a personagem Maria Alice. Para a temática perseguida nessa apresentação, um ponto a destacar é o esforço da narrativa em estabelecer aproximações da personagem com alguns trechos da cidade. Ela é apresentada por meio dos lugares, não somente porque os frequenta, mas por funcionarem como dispositivos a partir dos quais sua personalidade se esclarece, embora nunca completamente. É também pelas ambiguidades que a narrativa consegue demarcar o caráter escorregadio de Maria Alice: apesar de ter “cara” de Carnaval e Zona Sul, ela circula com desenvoltura pelo Centro, assumindo plenamente os papéis que essa circularidade exige.

Como a reforçar tal leitura, a continuação do filme exhibe cenas no interior da Biblioteca Nacional, em que Maria Alice folheia um livro sobre educação. Aqui, embora seja possível localizar a sequência no Centro, o que a narrativa agencia é mais um aspecto de Maria Alice: o de professora dedicada, entusiasta das novas teorias educacionais. Paulo se aproxima da mesa em que Maria Alice está acomodada e lê em voz alta um trecho que se refere à educação libertária, em que as crianças teriam o direito de escolha, sem currículo obrigatório nem horários fixos para as aulas: uma “liberdade sem medo”.

É também nesta sequência que Paulo consegue “roubar” o primeiro beijo de Maria Alice, ao som de uma música extradiegética⁴⁰ bastante emotiva. Em seguida, cenas em que eles giram em “câmera lenta” em

39 – Cf. PINTO, Carlos Eduardo Pinto de. Para além do hedonismo – a representação das praias cariocas no cinema moderno brasileiro (1955-1970). In: MAUAD, Ana Maria (Org.). *Fotograficamente, Rio: a cidade e seus temas*. Niterói[RJ]: PPGHistória/LABHOI-UFF/FAPERJ, 2016.

40 – Sons extradiegéticos compõem a narrativa, mas não podem ser ouvidos pelas personagens, estando fora, portanto, da diegese.

uma roda-gigante, antes de serem mostrados dentro de um carro, se beijando. Alternam-se pontos de vista de dentro e de fora do veículo, sendo possível observar que o casal se entusiasma com as carícias. A câmera, conduzida na mão, oscila um pouco. Um plano geral mostra o carro isolado num areal, com palmeiras em volta. Outro *take* mostra Paulo e Maria Alice se recompondo. Ele a convida para tomar um café e ela recusa, dizendo: “Vamos lá para casa”. Ela liga o carro, que é em seguida mostrado em plano geral na frente de alguns prédios em construção. Essa sequência completa a apresentação de Maria Alice como uma mulher livre e sexualmente ativa: estando acompanhada de um homem, é ela quem dirige o carro e toma a iniciativa que leva à relação sexual.

No dia seguinte, Paulo está dormindo na cama de Maria Alice quando ela informa que precisa trabalhar, dizendo que ele pode permanecer lá. Ele, no entanto, decide espioná-la. Em seguida, surpreendentemente é mostrado um plano geral de uma favela, invadido pela esquerda por Paulo, ficando visível uma casa em construção ao fundo, alguns varais com roupas penduradas, o chão irregular de terra e cercas de madeira. Maria Alice caminha em direção ao fundo do campo até alcançar uma escola, construída em estilo modernista. Paulo compreende que ela trabalha no local.

Esta sequência cria um contraste com a forma como as favelas vinham sendo representadas pelo Cinema Novo, conforme exposto no início desse texto. Até meados da década de 1960, elas serviam para demarcar o abismo que separava as classes abastadas dos enclaves da pobreza urbana. Portanto, ao exibir uma jovem de classe média absolutamente à vontade em um cenário representativo da exclusão social e sem acreditar em qualquer contraste entre subdesenvolvimento e modernidade, o filme estabelece uma relação menos “culpada” com as mazelas sociais do Brasil. Não se trataria mais de tentar mudar pela revolução, nem de apontar para as oposições entre modernidade e favela, mas de acreditar que uma e outra poderiam se interpenetrar sem agressão.

Aqui também se completa a apresentação do perfil de Maria Alice, com mais um dado surpreendente sobre seu comportamento: secretária no Centro, mulher libertária na Zona Sul, professora na favela. A cidade, confundindo-se com ela, é mobilizada para dar conta de algumas de suas facetas, nunca apreendidas em sua totalidade. Na direção contrária, a personagem também ajuda a definir o perfil urbano, evidenciando-se que o percurso é de mão dupla e ambas se atravessam. Maria Alice tem a “cara” de alguns lugares do Rio, mas também “dá cara” a esses e outros lugares, reinventando-os.

Apesar de apresentar elementos que poderiam ser mobilizados como discurso engajado, como a representação de uma favela, o filme não os toma como elementos de uma retórica militante. Todavia, isso não significa que seja despolitizado: apenas assume a política num sentido ampliado. Nada de conscientização, denúncia, autorreflexão intelectual ou réplicas a propostas governamentais. A aproximação de *Todas as mulheres* do universo urbano se dá pela micropolítica dos movimentos instituintes, que podem – ou não – se consolidar na macropolítica dos aspectos instituídos da vida pública⁴¹. As experiências cotidianas e íntimas atreladas à questão do feminino, situações micropolíticas vivenciadas por Maria Alice, *poderiam* desaguar no Feminismo, por exemplo, que já estaria no plano da macropolítica, mas a narrativa não chega a tematizar esse aspecto, permanecendo na apresentação do cotidiano da personagem.

Como lidar com *Todas as mulheres do mundo*

Conforme anunciado, a recepção a *Todas as mulheres* não considerou o filme como uma obra cinemanovista, o que determinou também o afastamento de Domingos de Oliveira do círculo de diretores associados ao movimento. Vale informar que a estreia desse carioca nascido em 1936 num *set* de filmagem se deu em parceria com Joaquim Pedro de Andrade, fazendo a assistência de direção de dois curtas (*O poeta do Castelo*, de 1959 e *Couro de Gato*, de 1960). Mais tarde, ao ser questionado sobre

41 – DELEUZE Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, micropolítica e segmentaridade. Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 3, 1996.

esse início, Domingos responderia: “Comecei com eles. Não creio que tenha sido parte do Cinema Novo, mas comecei com eles”⁴². Mais adiante, complementar: “[...] Sempre fui meio discriminado, acho. Eles formavam um grupo de pessoas individualmente brilhantes, muito ambiciosas e unidas por um mesmo ideal político. Eu nunca fui muito ligado à política. [...]”⁴³.

Porém, mais que apenas ter “começado” com eles, Domingos era tido como um cinemanovista até a estreia de seu primeiro filme. São indícios disso algumas entrevistas realizadas por Alex Viany, reunidas no livro *O processo do Cinema Novo*⁴⁴, e o curta documentário realizado por Joaquim P. de Andrade ao longo de 1966 (ano de produção de *Todas as mulheres*), sintomaticamente intitulado *Cinema Novo*. Nesta obra, Domingos foi apresentado como um dos diretores que formavam o movimento.

Fato é que a sua inclusão não se completou com sua estreia. Apesar de conter inovações formais, aproximando-se da *Nouvelle Vague* – como fariam, de forma reticente, alguns cinemanovistas⁴⁵ –, o filme apresentava um desprezo flagrante pela política institucional, o que era impraticável no âmbito do Cinema Novo. Mesmo sendo produzido num momento de acirramento das lutas contra a ditadura de 1964, não há qualquer referência a protestos ou passeatas, ao temor ou à violência. Trata-se de uma diferença flagrante em relação a filmes como *O desafio* e *Terra em transe*, com reflexões densas sobre questões políticas. Mesmo *El justicero* e *Garota de Ipanema*, realizados numa chave mais descontraída, próxima do estilo de Domingos, tangenciavam este universo.

Todas as mulheres do mundo, ao contrário, é um filme solar, arejado, cheio de brisa, areia quente e perfume de maresia, considerado um dos retratos mais bem-acabados da juventude de classe média que habitava e frequentava a Zona Sul do Rio nos anos 1960. Foi o grande vencedor do

42 – VIANY, Alex, *op. cit.*, p. 374.

43 – *Idem*, p. 375.

44 – VIANY, Alex, *op. cit.*

45 – FIGUEIRÔA, Alexandre, *op. cit.*

Festival de Brasília (na época, Semana do Cinema Brasileiro), concorrendo com, entre outros, *A grande cidade* (Cacá Diegues, 1966), *O padre e a moça* (Joaquim P. de Andrade, 1966), *Opinião pública* (Arnaldo Jabor, 1967) e *A derrota* (Mário Fiorani, 1966). Além de melhor filme, levou também os prêmios de melhor diretor, ator (Paulo José), produtor (Luiz Carlos Pires), argumento e diálogo (Domingos) e uma menção honrosa a Leila Diniz. Ainda, foi o mais contemplado pelo Prêmio INC (Instituto Nacional de Cinema): melhor roteiro, ator, atriz e montagem. Quanto à Censura, foi proibido para menores de 18 anos, mais por questões morais do que políticas⁴⁶.

Entre os críticos, a recepção também foi positiva, enfatizando-se suas conexões com o Rio. Para *O Globo*, o filme era “um brilhante ensaio sobre o amor, a mulher e a vida de certa classe média [...] dentro de um tipo de comportamento que é nitidamente brasileiro e carioca⁴⁷”. Em *Artes 2*, Ismail Xavier o definiria como “uma comédia dinâmica, de ritmo fluente” que contava, entre seus trunfos, com “a presença da Cidade Maravilhosa⁴⁸”.

O clima que Domingos imprimiu a seu primeiro filme, intimamente associado à “carioquice” de seus personagens, foi a característica da obra que mais resistiu ao tempo. Por exemplo, na ocasião do lançamento do DVD, no início dos anos 2000, Rodrigo Fonseca afirma que o lugar de *Todas as mulheres* na cinematografia nacional é “o de ser a grande crônica feita para as telas sobre o Rio ensolarado, belo, bonito e gostoso de viver⁴⁹”. De uma perspectiva mais ampla, percebe-se que esse traço virou uma espécie de marca registrada do trabalho de Domingos de Oliveira:

Mais do que simples cenário onde transcorre a ação, o espaço urbano, para Domingos Oliveira [...], representa o lugar privilegiado da expe-

46 – *Filmografia brasileira*. Disponível em: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acesso em: 25.10.19.

47 – R. P. Todas as mulheres do mundo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 mar. 1967.

48 – XAVIER, Ismail. Todas as mulheres do mundo. *Artes 2* (10): 1, ago/set 1967. [recorte disponível no Arquivo José Inácio de Mello Souza, Cinemateca Brasileira/SP].

4949 – XAVIER, Ismail. Todas as mulheres do mundo. *Artes 2* (10): 1, ago/set 1967. [recorte disponível no Arquivo José Inácio de Mello Souza, Cinemateca Brasileira/SP].

riência sensível, em que os afetos dos personagens ora se aproximam, ora se distanciam entre si: zona de dúvida e de perplexidade, frente às profundas transformações políticas, culturais e econômicas [...] que levaram à crise das instituições tradicionais, como a família e o casamento, que mediavam os relacionamentos emotivos; mas também local de procura, de descobertas e esperança [...]”⁵⁰.

Quanto à recepção do filme pelos cinemanovistas, foi marcada pelo silêncio. Uma observação contemporânea a seu lançamento, que percebe alguma proximidade, partiu de Paulo José, o ator que interpreta um dos protagonistas. Segundo ele, o filme se enquadrava “perfeitamente dentro da mentalidade do Cinema Novo”, por ter a liberdade e a improvisação como “sua característica maior”⁵¹. Em contrapartida, Ismail Xavier valorizava a modernidade do filme e sua competência como a “melhor comédia feita até hoje”, mas vaticinava: “Não julgamos que a fita de Domingos de Oliveira possa, em termos culturais, abrir novos caminhos para a cinematografia nacional. [...] Pelo que ele fez, já demonstrou a sua real capacidade e o seu grande talento. Esperamos, contudo, que no futuro tenha algo mais significativo a dizer [...]”. Embora não afirme diretamente, Ismail parece excluir o filme do conjunto do Cinema Novo, já que, diferente dos cinemanovistas, seu diretor não tinha “algo mais significativo” a dizer.

Contudo, talvez seja outra crítica positiva a que deixa mais claro, também de forma indireta, o não pertencimento do filme ao Cinema Novo. Ely Azeredo, o crítico que batizara o movimento, mas que vinha há algum tempo fazendo uma campanha contra a linguagem experimental

FONSECA, Rodrigo. Grande dicionário amoroso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 mai. 2002.

50 – ALMEIDA, Paulo Ricardo. Encontros e desencontros: comédias de situações e construção do espaço urbano no cinema brasileiro recente. In: CAETANO, Daniel (Org.). *Cinema brasileiro 1995-2005: revisão de uma década*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005, p. 89s.

51 – JOSÉ, Paulo. O Cinema Novo pretende a reinvenção de uma linguagem: depoimento. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 mai. 1967. Entrevista concedida a Marco Aurélio Barcelos.

desenvolvida pelos cinemanovistas, ficou absolutamente rendido a *Todas as mulheres*:

Godard, Bergman, Richard Lester – todas as referências do mundo, até as mais legítimas, são insuficientes para explicar a inteligência, o encanto, a poesia do primeiro filme de Domingos de Oliveira [que] utiliza a mais fecunda opção do cinema: a transfusão sanguínea nas experiências mais comuns à espécie. A euforia do autor é nervosa demais – humana demais – para ser só “otimismo”. A obsessão com a vulnerabilidade dos seres, o efêmero dos valores estabelecidos pela moral ou pela antimoral, há muito nítida (outro ponto em que vejo contatos entre o Rui Guerra [sic] de *Os cafajestes* e o Domingos de Oliveira estreatente)⁵².

A referência a Ruy Guerra é bastante oportuna. Afinal, o diretor moçambicano, que chegou ao Brasil no momento em que se formava o Cinema Novo e que participou como um dos agentes desse surgimento, também teve o seu filme de estreia, *Os cafajestes* (1962), rejeitado (parcialmente) pelos pares. E isso, apesar de ter sido o primeiro a ser denominado pelos críticos como cinemanovista. Não à toa, Ely Azeredo percebe relações entre os filmes, já que ambos se aproximam da classe média, um estrato populacional que ainda era muito problemático para o Cinema Novo. Contudo, o filme foi “salvo” por contrabalançar o hedonismo da classe média carioca com alguns traços de exclusão social e angústia existencial.

É interessante que tenha sido Ruy Guerra o convidado de *O Estado de São Paulo* para escrever sobre *Todas as mulheres* por ocasião do lançamento do filme em DVD, em 2002. Esse material apresenta reflexões muito ricas sobre a recepção do filme pelo Cinema Novo, que ajudam a entender o mecanismo de aceitação e repulsa posto em funcionamento quando se fazia necessário “julgar” uma obra do ponto de vista de sua pertinência ao movimento. Mais do que uma crítica, poderia dizer que Ruy Guerra produziu um memorial, em que acaba por se referir também a sua trajetória.

52 – AZEREDO, Ely. Inteligência, encanto, poesia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1967.

O cineasta começa o texto rememorando seu deslumbramento diante de “um filme brasileiro ‘moderno’, ousado, inteligente – e divertidíssimo”, que ele considera um dos melhores. No entanto, segundo sua perspectiva, ele e outros cinemanovistas não poderiam chegar a tal constatação na época de seu lançamento, pelo fato de a estreia ter se dado quando o Cinema Novo se encontrava “em sua fase mais hidrófoba”. O movimento “podia não controlar a produção do cinema no Brasil, mas dava as cartas ideológicas”:

Os filmes tinham de ser sérios, “participantes”, induzir à conscientização do povo e contribuir para a revolução brasileira. Não por acaso, a maioria se passava no Nordeste ou nas regiões mais pobres das grandes cidades, envolvendo camponeses ou favelados. Domingos Oliveira fez o contrário: ousou criar uma comédia, com personagens de classe média, alienados (a política está conspicuamente ausente da história), carioquíssima e, pior ainda, passada quase toda em Copacabana, Ipanema e Arpoador, os símbolos nacionais da boa vida. Domingos Oliveira só pode fazer isto porque, embora amigo de todo o pessoal do Cinema Novo, não era por eles tido como “um deles”. Seu tremendo sucesso não podia ser levado a “sério” (e, além do mais, falava de uma realidade de que todos nos sentíamos excessivamente próximos)⁵³.

O diretor não deixou de remarcar a “carioquice” do filme, o que conecta seu texto com a recepção contemporânea ao lançamento. Assim, pode-se dizer que as relações sociais cariocas mobilizadas pela obra foram plenamente identificadas pela recepção, sendo mantidas pela memória. Concordo com Ruy Guerra ao defender que foi justamente essa a dimensão que levou à repulsa dos cinemanovistas, já que “Copacabana, Ipanema e Arpoador [eram os] os símbolos nacionais da boa vida⁵⁴”.

Há sete anos sem ser capital, a cidade ainda detinha capitalidade⁵⁵, o que equivale a dizer que seguia funcionando como sinédoque do Brasil. Esta operação funcionava em dois sentidos – por um lado, ainda era a

53 – GUERRA, Ruy. Leila em troca de todas as mulheres do mundo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 maio 2002.

54 – *Idem*.

55 – MOTTA, Marly, *op. cit.*

“Cidade Maravilhosa”, o que remetia ao hedonismo possibilitado pela prodigalidade da natureza e à liberdade de costumes; por outro, permanecia sendo laboratório da modernidade, embora negasse a parcelas significativas de sua população o acesso às benesses da modernização. Portanto, constituía-se como um microcosmo que reverberava os contrastes sociais do país, com características que permitiam uma representação politizada e problematizada da realidade brasileira. Ao fim, o que a análise estética e a recepção de *Todas as mulheres do mundo* permite apreender é que o Rio poderia ser um traço identitário do Cinema Novo apenas se esta faceta “séria” (sobretudo, as favelas) fosse a mais destacada, recusando-se o epíteto “Cidade Maravilhosa” – justamente a regra que o filme ousou quebrar.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em fevereiro de 2021.

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO E A HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA

JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO AND THE LUSO-BRAZILIAN HISTORY

ARNO WEHLING¹

Resumo:

Ensaio sobre a obra historiográfica de Joaquim Veríssimo Serrão, com destaque para a história luso-brasileira. São analisadas suas contribuições para a compreensão do significado econômico, político e estratégico da fundação do Rio de Janeiro e para a situação do Brasil na União Ibérica. Nestas obras são valorizadas a ideia de um “outro Portugal” e a “tese atlântica”, segundo a qual o Brasil deixou de ser apenas extensão de Portugal para se tornar um eixo atlântico, em plena expansão geográfica e econômica.

Palavras-chave: Joaquim Veríssimo Serrão; Historiografia colonial; Brasil filipino; Rio de Janeiro colonial; “outro Portugal”.

Abstract:

The paper is an essay on the historiographical work of Joaquim Veríssimo Serrão focused on Luso-Brazilian history. We analyze his contributions to understanding not only the economic, political and strategic relevance of the foundation of Rio de Janeiro, but also the situation Brazil was in in the Iberian Union. In his works, he highlighted the idea of “another Portugal” and the “Atlantic thesis”, according to which Brazil was no longer just an extension of Portugal but part of an Atlantic axis in full geographical and economic expansion.

Keywords: Joaquim Veríssimo Serrão; colonial historiography; Philippine Brazil; colonial Rio de Janeiro; “another Portugal”.

Joaquim Veríssimo Serrão sentia-se ligado ao Brasil pela convicção de que o país fora a grande obra de Portugal e pela ideia de que precocemente delineou-se aqui um universo luso-brasileiro de referências, distinto do metropolitano. Essa atitude inspiraria diferentes trabalhos de valor direta ou indiretamente ligados à formação brasileira, levando ao reconhecimento de duas instituições que muito prezava, em 1967 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e em 1979 da Academia Brasileira de Letras, onde ocupava como sócio correspondente a cadeira número 7.

A atuação de Joaquim Veríssimo Serrão no panorama científico e cultural do mundo lusófono foi particularmente intensa, ao longo de cerca de sessenta anos de produção intelectual.

1 – Presidente de Honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras. Da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa. Email: wehling@globo.com. (Comunicação apresentada em podcast no site da ABL, em agosto de 2020, por ocasião do falecimento do Prof Dr Joaquim Veríssimo Serrão, ex-presidente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente português do IHGB desde 1967).

Essencialmente um professor e pesquisador na área de história, fez sua carreira na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde cumpriu todas as etapas acadêmicas, tornando-se professor catedrático. Em nenhum momento deixou de aliar suas funções docentes às de pesquisador, como atesta sua produção, de ritmo acelerado, ao longo da vida profissional. Ainda exerceu funções públicas, como diretor do Centro Cultural Português de Paris e ocupou a reitoria da Universidade, entre outras atividades de gestão.

Cedo reconhecido, ingressou em diferentes academias. Em Portugal, na Academia das Ciências de Lisboa, a mais antiga da lusofonia, na Academia Portuguesa da História e na Academia das Marinha. No Brasil, fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. No mundo ibero-americano, de todas as academias de história de língua castelhana. Ainda no âmbito dos reconhecimentos, foram diversas premiações e agradecimentos em diferentes países.

Fora da Universidade, sua atuação mais importante deu-se à frente da Academia Portuguesa da História, da qual foi presidente por mais de trinta anos. Nela realizou não apenas um trabalho científico importante, por meio das atividades de discussão e divulgação de questões relativas ao processo histórico português, como uma ativa diplomacia cultural, fixando o objetivo de melhor projetar seu país, sobretudo pela valorização da língua e da cultura, sublinhando sua especificidade no contexto internacional.

Obra de tal amplitude sempre envolverá dificuldades de classificação. Deixemos que ele próprio o faça. Para Joaquim Veríssimo Serrão, seus trabalhos referiam-se à história portuguesa dos séculos XV a XVII, às relações culturais com universidades da Espanha e da França, sobretudo à época do Renascimento, a “figuras e correntes da historiografia” portuguesa e à história do Brasil nos séculos XVI e XVII.

No caso da história portuguesa dos séculos XV a XVII, período sempre considerado o mais brilhante da história de Portugal pelo significado

mundial que teve a expansão europeia pelo Atlântico e pelo Índico, seus trabalhos deram importantes contribuições. A obra inicial, de juventude, foi o *Ensaio histórico sobre o significado e valor da tomada de Santarém aos mouros*. O gosto pela pesquisa documental afastou-o depois do gênero ensaístico, embora sempre se mostrasse preocupado com perspectivas interpretativas mais amplas, que superassem a mera erudição.

Nessa linha seguiram-se publicações sobre a infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, vasto painel sobre as relações luso-hispano-francesas no século XVI, sobre o reinado do prior do Crato, em torno à viabilidade de uma alternativa nacional à pressão de Felipe II para assumir o trono português e a propósito do mesmo assunto, o estudo das formas jurídicas de sucessão ao trono no país. À época em que se concentrava na questão sucessória portuguesa de 1580, produziu outro estudo importante sobre o “itinerário” do rei D. Sebastião (1963-1964), ao qual se seguiria trinta anos depois outro “itinerário”, o de D. João II (1993). Os “itinerários” de monarcas da primeira modernidade, portugueses ou não, são importantes testemunhos de um momento em que a monarquia, cônica de suas limitações ante poderes concorrentes, procurava na itinerância reforçar laços, ampliar fidelidades e neutralizar dissidências.

O balanço da presença portuguesa em toda essa época realizou em *Portugal en el mundo, siglos XII-XV. Un itinerario de dimensión universal*, no âmbito das comemorações e questionamentos a propósito da chegada de Colombo ao Novo Mundo.

Na vertente do que ele próprio denominou relações culturais com o restante da Europa, incluem-se trabalhos sobre estudos de portugueses em Toulouse e Montpellier, sobre o humanista Antônio de Gouveia, introdutor da perspectiva cujaciana do direito em Portugal e a obra *Figuras e caminhos do Renascimento português*.

No âmbito da história da historiografia, a uma obra de síntese, em 1962, *Breve história da historiografia portuguesa*, seguiram-se três volumes sobre o tema, cujo subtítulo – doutrina e crítica – definia o escopo:

não ser, como diz, mero catálogo, mas análise dos traços intelectuais básicos das obras, suas eventuais filiações e sua avaliação para o conjunto da trajetória historiográfica portuguesa.

Sobre a história brasileira são duas contribuições. *O Rio de Janeiro no século XVI* foi publicado por ocasião das comemorações do quarto centenário de fundação da cidade, em dois volumes. O primeiro estuda a evolução da região fluminense desde a primeira presença europeia até 1600, tendo como tema central a ocupação portuguesa. O segundo reúne documentos de arquivos portugueses, alguns inéditos, sobre o processo colonizador. Assinala duas conclusões importantes: a dimensão atlântica do Rio de Janeiro, como vetor de relações que envolviam Portugal e ilhas, a costa africana e o rio da Prata; e o caráter militar e defensivo da cidade, não apenas mais uma fundação de povoadores, porém o local onde se decidia a “sobrevivência de Portugal na terra do Brasil”. Do livro foi feita uma segunda edição, inalterada, em 2008, que teve a honra de prefaciar.

A segunda contribuição foi *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640* publicada pela Coleção Brasileira e da qual seu diretor, Américo Jacobina Lacombe ressaltou, além do fato de tornar conhecidos novos documentos dos arquivos portugueses e espanhóis, que sublinhava “o apego dos portugueses do Brasil à pátria distante e à consciência de um destino comum, tese importante para uma concepção luso-brasileira de nossa história”.

Com efeito, nesta obra o historiador chamava a atenção para o fato de o “outro Portugal” percebido no século XVI por Fernão Cardim começar a assumir nova identidade, luso-brasileira, desenhada pelos esforços na defesa do território contra franceses, ingleses e holandeses e pela penetração territorial. Isso explicava, ainda para Serrão, a diferença de atitude dos portugueses na metrópole, fortemente anti-espanhola e no Brasil, onde “não sentiam obrigação de se opor aos novos governantes... muitos deles eram mesmo partidários de uma forma de unidade política que salvara a Coroa e garantira a manutenção de seus interesses pessoais”.

Voltando à tese “atlântica” do livro anterior, o autor destaca que o Brasil entre 1580 e 1640 deixou de ser “marca” portuguesa e regional para se tornar outro, de concepção “atlântica”. Vê, portanto contra a ideia de decadência do período filipino – tese cara, por razões ideológicas, à historiografia nacionalista portuguesa – uma fase de expansão geográfica e econômica, fazendo eco às perspectivas de Jaime Cortesão e Frédéric Mauro. Sua defesa da tese “atlântica” e a inserção do Brasil filipino neste processo também é reflexo das pesquisas de Pierre e Huguette Chauu sobre *Sevilha e o Atlântico*, a monumental contribuição que recheou de dados empíricos o conhecimento sobre o fluxo comercial entre a Espanha e a América e cuja contraparte portuguesa coube a Mauro.

Além desse *main stream*, é justo recordar outros trabalhos do autor, de natureza variada e às vezes circunstancial, mas nos quais empenhou talento e paixão. Refiro-me ao estudo de história das ideias políticas que é *Herculano e a consciência do liberalismo português*, de 1977, quando a corrente não estava em voga nem em Portugal nem no restante do mundo; a *O Marquês de Pombal, o homem, o diplomata, o estadista*, no âmbito do bicentenário da morte de Pombal; à História da Universidade Técnica de Lisboa; à avaliação do papel do último rei português, D. Manuel II; e ao livro sobre Marcelo Caetano, a cuja amizade e memória foi absolutamente fiel, entre outros trabalhos que poderiam ser lembrados, inclusive sua colaboração no *Dicionário da História de Portugal* de Joel Serrão.

Merece naturalmente destaque nessa apreciação a *História de Portugal*, cujo primeiro volume apareceu em 1978, iniciando-se no ano de 1080 e cujo décimo segundo volume, de 1989 parecia concluir a obra, encerrando-a em 1926, início da ascensão do salazarismo. O autor, entretanto, reviu este objetivo, o que explica no prefácio do volume subsequente. Escrevendo mais seis volumes, tornou a obra quase uma história contemporânea: o sétimo volume, por exemplo, cobria o período de 1807 a 1832, enquanto os onze restantes completaram o estudo dos séculos XIX e XX.

Se o foco se alterou, inclusive beneficiado pela abundância de fontes para a contemporaneidade, a estrutura da obra continuou a mesma: ao estudo da história política, diplomática e militar, seguiam-se a administração e a sociedade, o mundo colonial, a organização econômica e financeira e a tríade religião, assistência e cultura.

Apesar da extensão, uma obra necessariamente de síntese, que cumpriu o papel de representar o estado da arte dos diferentes momentos históricos. Tinha ademais um *leit motiv*: o de evidenciar a construção, afirmação e defesa da identidade portuguesa, ou aquilo que em outro livro, de 1992, chamou “a essência e o destino de Portugal”.

Muito provavelmente foi a última grande história do país escrita por um só historiador. Numa época em que já apareciam as obras coletivas – no Brasil com a *História geral da civilização brasileira*, dirigida por Sergio Buarque de Holanda, na Espanha com a *História econômica y social de España y América*, de Jaime Vicens Vives – fez a opção tradicional do historicismo e elaborou solitariamente o grande painel. Não por acaso tinha em Pedro Calmon, por sua vez autor da última grande *História do Brasil* de um só autor, publicada em 1959 com sete volumes, inspiração. Inspiração, e não modelo, porque sua concepção de história, apesar de várias aproximações – a mais evidente das quais o engajamento patriótico, numa estratégia de memória social da qual cada vez mais se afastariam os historiadores – tinha mais afinidade com o recorte da história universitária praticada pelos egressos dos cursos de história do que com o enfoque do historiador baiano, formado nos quadros do bacharelismo jurídico anterior à criação das faculdades de filosofia.

Foi um grande intelectual português. Historiador da política e da cultura, sem esquecer os aspectos econômicos e sociais. Polêmico e polemista, tinha os méritos e os defeitos dessa persona, o que não lhe tira, antes acentua, a humanidade.

Seus valores o levaram a identificar-se com o lusitanismo, em primeiro lugar e com o universo luso-brasileiro e ibero-americano. Ao mes-

mo tempo foi um cultor do regionalismo: o envolvimento com Santarém persegue-o ao longo da vida, desde a obra inaugural até seu retiro na cidade natal. Assim como de seu antecessor na Academia Brasileira de Letras, Vitorino Nemésio, falou-se em açoridade, de Joaquim Veríssimo Serrão dever-se-ia falar em santarenidade.

Referências bibliográficas

MAURO, Frédéric., *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe. Siècle*
Paris, SEVPEN, 1960.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no Século XVI*, Lisboa, Comissão das Comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, 1965. 2ª edição Rio de Janeiro, A. Jakobsen, 2008 (prefácio de Arno Wehling).

___ *Do Brasil filipino ao Brasil de 1640*, São Paulo, CEN, 1968.

STELLA, Roseli Santaella. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Felipes 1580-1640* durante a, São Paulo, Unibero, 2000.

WEHLING, Arno. O Estado no Brasil filipino: uma perspectiva de história institucional, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 426, jan-mar 2005, p. 9-55.

___ Pedro Calmon e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 420, jul-set 2003, p. 87-91.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José, *Formação do Brasil colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 5ª. ed., 2012.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

III – DOCUMENTOS DOCUMENTS

A CAPITANIA DE MATO GROSSO E A FRONTEIRA OESTE DO BRASIL: ESTUDO DE UM MANUSCRITO SETECENTISTA

THE CAPTAINCY OF MATO GROSSO AND THE WESTERN BORDER OF BRAZIL: STUDY OF AN EIGHTEENTH- CENTURY MANUSCRIPT

PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN¹
MARIANE SOARES TORRES²

Resumo:

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada no âmbito da Filologia e da Linguística Histórica, em interface com a História. Primeiramente, por meio do estudo da trajetória dos textos que compõem o corpus do trabalho, manuscritos e impressos, sua forma de transmissão e escrita. Depois, pelo confronto dos testemunhos de sua tradição, verificando as modificações que sofreram ao longo do tempo, materiais e linguísticas. Por fim, pela verificação de como a compreensão de sua trajetória textual pode contribuir para quem lê a obra depois de três séculos de sua versão original e como a historiografia tem usado os seus testemunhos para fixar uma história sobre os acontecimentos relacionados. Apresentam-se, neste texto em específico, resultados parciais do estudo, tendo como recorte um manuscrito relacionado à conquista territorial do Centro-Oeste brasileiro e criação da Capitania do Mato Grosso. Após contextualização do momento histórico, apresentam-se a transcrição do documento, com base em metodologia filológica, e a descrição do estado de língua do texto. O estudo corrobora as intenções expansionistas da Coroa portuguesa e também o fato de que o século XVIII é uma época com importantes transformações linguísticas. Este tipo de pesquisa é uma das várias necessárias para a caracterização do português setecentista, ainda com muitos aspectos a serem estudados.

Palavras-chave: Filologia; Linguística Histórica; História do Mato Grosso; História do Português; Antônio Rolim de Moura.

Abstract:

The paper presents the result of a research carried out within the scope of philology and historical linguistics, in interface with history. Firstly, we examine the trajectory of the texts that make up the corpus of the research, and how they were written and transmitted. We then compare the testimonies of their tradition, assessing the material and linguistic changes they have undergone over time. Finally, we confirm that understanding their textual trajectory may help the reader to understand the texts better three centuries after their original versions, and show how historiography has used testimonies to establish an idea about related events. We present in the paper the partial results of a study in which we analyzed a manuscript cutting related to the territorial conquest of the Brazilian Midwest and the creation of the Captaincy of Mato Grosso. After contextualizing the historical moment, we present the transcript of the document, using a philological methodology and describing the language status of the text. The study corroborates the expansionist intentions of the Portuguese Crown as well as the fact that the 18th century was a time of major linguistic changes. This is just one of several researches that still must be carried out to characterize and reveal many aspects of the Portuguese language in the 18th century.

Keywords: Philology; Historical Linguistics; History of Mato Grosso; History of the Portuguese language; Antônio Rolim de Moura.

1 – Universidade de São Paulo / CAPES. E-mail: phablo@usp.br.

2 – Universidade de São Paulo. E-mail: mariane.torres@usp.br.

Introdução

Depois da descoberta de minas de ouro e de pedras preciosas no rio Cuiabá e em seus afluentes, no século XVIII, a Coroa portuguesa mostrou interesse em reorganizar a administração da porção Centro-Oeste do território do Brasil. A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi oficializada em 1727, com a chegada de Rodrigo César de Menezes ao local, que objetivava instalar o aparato administrativo e fiscal naquelas terras que, até então, pertenciam à jurisdição da Capitania de São Paulo. Depois do reconhecimento do Reino e do desenvolvimento do ambiente urbano, em 1748 a Capitania do Mato Grosso é fundada e o território é separado de São Paulo³.

As “práticas metropolitanas de conquista e interiorização da administração portuguesa⁴” evidenciavam a meta de efetivar as conquistas territoriais na América e deter o avanço das missões jesuíticas espanholas na margem direita do rio Guaporé. Destaca-se ainda a importância dupla da Capitania de Mato Grosso, na qualidade de Capitania de fronteira e de mineração.

De acordo com Araújo⁵, a estratégia utilizada pela Coroa portuguesa para ocupação e defesa do território foi, dentre outras, a fundação de vilas. Como exemplo, há a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade. Antonio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão-geral da Capitania do Mato Grosso, recebeu ordens de Portugal para que criasse uma vila próximo da margem direita do rio Guaporé que servisse para conservar a fronteira em favor de Portugal.

Por se ter entendido que Mato Grosso é a chave e o do sertão do Brasil pela parte do Peru, e quanto é importante por esta causa que naquele

3 – JESUS, Nauk Maria. A Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: um breve panorama (1727-1800). *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 163-175, 2008.

4 – *Idem.*, p. 167.

5 – ARAÚJO, Renata. Nem eles tal vila pediam, nem queriam: a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a estruturação da Capitania das Minas do Cuiabá e Mato Grosso. In: LEMES, F. L.; SOUSA, A. P. D.; JESUS, N. M.; REINATO, E. J. (Eds.). *Para além das Gerais*: Dinâmica dos povos e instituições na América Portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso (p. 21-66). Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015.

distrito se faça população numerosa, e haja forças bastantes a conservar os confinantes em respeito, ordenei se fundasse naquela paragem uma vila, [...] vizinho ao rio Guaporé [...] ficando os limites das duas monarquias pelo rio Guaporé⁶.

Apesar de a Vila do Cuiabá ser o centro econômico da região, é Vila Bela que se torna a primeira capital da Capitania do Mato Grosso. Cuiabá apenas reivindica sua capitalidade em um momento político-histórico diferente no Brasil, o de sua independência (1835). O documento a ser estudado neste artigo se insere no contexto histórico de início do governo de Antonio Rolim de Moura e fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade. O manuscrito nada mais é do que um ofício⁷ do secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real endereçado ao governador, reforçando a ordem de “fazer desse governo uma barreira dos limites de Portugal e de Castela⁸”.

Trata-se de importante contexto de produção e circulação documental cujo alcance extrapola os limites da antiga capitania de São Paulo, dando espaço para novos olhares sobre a recém-criada capitania de Mato Grosso. Dessa forma, interdisciplinarmente, por meio da interface entre História, Filologia e Linguística Histórica, cria-se um espaço de diálogo entre trabalhos referentes ao papel da escrita no Brasil durante o século XVIII, em diferentes regiões e perspectivas. Tendo em vista as pesquisas realizadas no âmbito do PHPB – Projeto para a História do Português Brasileiro, a pesquisa representa importante ampliação de *corpora* para estudos linguísticos, possibilitando o aprofundamento de pesquisas sobre práticas de escritas da administração colonial.

6 – MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 24-5.

7 – OFÍCIO (minuta) do secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real ao governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso Antonio Rolim de Moura Tavares sobre a conveniência de fazer desse governo uma barreira dos limites de Portugal e de Castela. AHU_ACL_CU_010, cx.6, doc. 375. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=010_MT&Pesq=doc.%201706&pagfis=3018. Acesso em: 22.09.20.

8 – AHU, Matto Grosso (1720-1832), cx. 6, doc. 375.

1. O manuscrito

O documento em questão é um manuscrito pertencente ao conjunto reunido pela equipe do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, localizado no Arquivo Histórico Ultramarino. Possui como título de descrição “Matto Grosso (1720-1832)”, e seu armazenamento na caixa n. 6, número 375. Datado de 1751 e escrito em Lisboa, em sua ementa no projeto encontra-se a seguinte informação: “OFÍCIO (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real] ao [governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares sobre a conveniência de fazer desse governo uma barreira dos limites de Portugal e de Castela⁹”. De acordo com Belloto¹⁰, ofício se caracteriza como

documento não-diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades, entre os órgãos públicos e entre estes e os particulares, em caráter oficial. Entidades privadas não expedem ofícios e sim cartas. É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional. Embora não seja um documento diplomático, o ofício tem sua redação mais ou menos padronizada.

O documento ocupa uma das faces do bifólio, considerado aqui como “resultado da dobragem de uma folha em dois fólhos solidários (par conjugado)¹¹”. A mancha do texto encontra-se à direita do suporte, como era costume em manuscritos administrativos coloniais, deixando o espaço à esquerda para o registro de seu itinerário de circulação, geralmente respostas e decisões relacionadas à matéria tratada. Seguem a transcrição do documento e, na sequência, a sua imagem.

9 – AHU_ACL_CU_010, cx. 6, doc. 375.

10 – BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 76.

11 – Dicionário de Termos Linguísticos. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=468>. Acesso em: 20.10.20.

2. Transcrição e imagem do ofício

Para o governador do Mato Grosso D.
Antonio Rolim de Moura

Como atégorá Se não tem recebido carta
De Vossa Senhoria depoiz deter chegado aeste Go-
verno, esperamos *que esta f* pella Frota
que há devir este anno do Rio de Janeiro
de Vossa Senhoria Conta do Estado delle, eda
utilidade que a Real Fazenda pode ter
no Cazo de haver Minas, etambem Se
Se tem descoberto alguãs¹².

Huã das conveniencias, mais
essenciaes *que* esta Coroa pode ter no Es-
tabelecimento desse governo he em faser
se delle hua barreira ou raya dos li-
mites de Sua Magestade; e da Coroa de Caste-
La por essa parte da America, e por
esta circunstancia confia Sua Magestade da
prudencia e actividade de Vossa Senhoria *que* Se con-
cerve huaboainteligencia entre os vassallos
de huã eoutra Coroa evitando-se quei-
xas, edesordens, para oque Tera Vossa Senhoria grande
vigillancia comas guardas damesma fron-
teira
Remeto a Vossa Senhoria a Ley de 3 de
dezembro do anno passado *etc* eo Regimento

<Deve ir nesta Carta a Ley de 3
de Dezembro e Regimento de 4
de [Março]>

<de 4 destemes para quietendo Vossas Senhorias ja Minas
neste novo Governo estabeleca este
novo Methodo de Cobrança dos Quintos
§ Como no Cuyaba E Continua
toda amais carta>

<Aqui se ha de [ilegível] a carta
que Se estende ao Governador
dos Goyases da parte [ilegível]
de principio o § acima
=Remeto a Vossa Excelencia *etc*>

12 – Na altura dessa linha, à esquerda, há uma marca redonda de carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino.

Pa
o Governador do Estado de S.
Antônio Pêlo de Moura



Deviu mta feita a ley de S.
o P. e o J. mto de 17 de Junho

Como atégora se vai com Eucido carta
de S. P. de pnia de tor chegada a esse go
verno, esperamos q' ~~este~~ pelle trata
q' ta' devir este anno do Rei de Span.
de' N. S. Conto do Estado de lly, e da
utilid. que a Real Fazenda pod' ter
na Caza de Lavour Minas, e tambem de
seu descuberto alguma.

Fica' das convençoes, mais
essenciaes q' esta Cerra, pod' ter no es
tabelecimento de seu governo se em favor
se de lly Eua barreira ou Caza dos li-
mites de el P. Mag^o, e dalora a delante
La por esta parte da America, e por
esta circumt. confia' el Mag^o da
prudencia e cautiv^o de lly, q' de con-
cerve Eua boa intellig^{cia} entre os Vassallos
de lly, contra lly, e em tando se quer
dar, e de ordens, q' o que lly de lly, e q' de
vigilancia com as guardas da mesma lly
Cerra.

Remeto al P. e o J. de 23 de
de 17 de Junho passado ~~de lly~~ de lly

de lly e mto q' querendo lly ja lly
na lly novo governo e sabido este
novo Methodo de lly e lly
S' Como no lly aba Continua
toda a mais Carta

~~Arquivado em lly
questo lly e lly
por lly e lly
de lly e lly
Remeto al P. e o J. de 23 de~~

Figura 1: imagem do manuscrito.

3. A origem do documento

A comunicação sobre a chegada e a posse de um novo governador era atividade habitual na administração colonial, muitas vezes, relatada em detalhes e por diferentes vias antes mesmo de se concretizar, contextualizando todas as etapas transcorridas a partir da divulgação da carta patente. No caso do capitão e governador general Rodrigo César de Menezes (1721-1728), por exemplo, em cujo governo se iniciou a implementação de uma “política metropolitana de ocupação territorial, elaborada pelo Conselho Ultramarino (...) direcionada à região dos descobrimentos auríferos cuiabanos¹³”, encontra-se correspondência dele e de outras autoridades locais informando sobre o processo de viagem e tomada de posse do cargo¹⁴. Da mesma forma, ocorreu com outros governadores setecentistas: Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1710-1713), Braz Baltazar da Silveira (1713-1717), Pedro de Almeida Portugal (1717-1721).

No caso de Rolim de Moura, a ausência de informações sobre a sua chegada originou a escrita do ofício em questão: “Como atégorá Se não tem recebido carta | deVossaSenhoria depoiz deter chegado aeste Governo, esperamos que esta f pella Frota | que há devir este anno do Rio de Janeiro | dé VossaSenhoria Conta do Estado dele”. Tratava-se de uma questão bastante delicada para a Coroa, já que Portugal vinha de conflitos com a Espanha por causa de disputas territoriais. Fato que acabou determinando a vinda, nas primeiras décadas do século XVIII ao Brasil, de padres matemáticos e cartógrafos para suprir a necessidade de ampliação do conhecimento geográfico na América Portuguesa e do reconhecimento de posses luso-brasileiras na época, principalmente por meio da coleta de documentação que comprovasse os caminhos percorridos.

13 – FERNANDES, Luis Henrique Menezes. Rodrigo César de Menezes e o papel da metrópole na incorporação das minas de Cuiabá à América Portuguesa (1721-1728). *Ideias*, v. 2, n. 1, p. 175-195, p. 4, 2011.

14 – Para mais informações, ver: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo – Correspondência e papéis avulsos de Rodrigo Cesar de Menezes – 1721-1728*. Vol. XXXII. São Paulo: Archivo do Estado de S. Paulo / Typographia da Industrial de São Paulo, 1901.

As *Notícias práticas das viagens para as minas de Goiás e do Cuiabá* são um importante exemplo desse contexto. Organizadas pelo padre Diogo Soares, representam, de acordo com Presotti¹⁵, “as primeiras narrativas manuscritas sobre a conquista colonial da parte central da América do Sul na era setecentista, coletadas no calor dos tempos da conquista”. O códice CXVI 1-15 da Biblioteca Pública de Évora conserva oito manuscritos do século XVIII sob esse título. No mesmo códice, as oito notícias aparecem duas vezes, por grafia e punhos diferentes. Era um tempo em que a escrita tinha duplo papel no contexto administrativo, no controle de poder, ao mesmo tempo servia para noticiar e documentar o ocorrido, como testemunho e instrumento de comprovação.

Pode-se afirmar que Rolim de Moura tinha noção da importância do registro e da sua circulação. Além disso, chegou a utilizar encomiasticamente a escrita para se autopromover, a exemplo do que se observa em sua *Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751*, em que se narram a preparação e a partida para Paraty saindo de São Paulo em primeiro de abril de 1750, bem como as dificuldades encontradas pelo caminho e as vilas em que faz paradas até chegar a seu destino.

A continuidade do ofício demonstra, além da preocupação com a falta de notícias, o interesse em verificar se houve novas descobertas, corroborando a necessidade de proteção do território, resultado da política de ocupação em curso: “no Cazo de haver Minas, etambem Se | Se tem descuberto alguãs. | Huã das conveniencias, mais | essenciaes *que* esta Coroa pode ter no Es | tabehecimento desse governo he em faser | se delle hua barreira ou raya dos li- | mites deSua Magestade”.

A história de circulação do documento deixou marcas de seu itinerário, que podem ser identificadas pelos registros de outros punhos no suporte. Trata-se de 3 momentos em que, por meio de espécie de despachos,

15 – PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul, sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso, século XVIII (1718-1752)*. Tese – Universidade Federal de Brasília. Brasília, DF: 2008, p. 135.

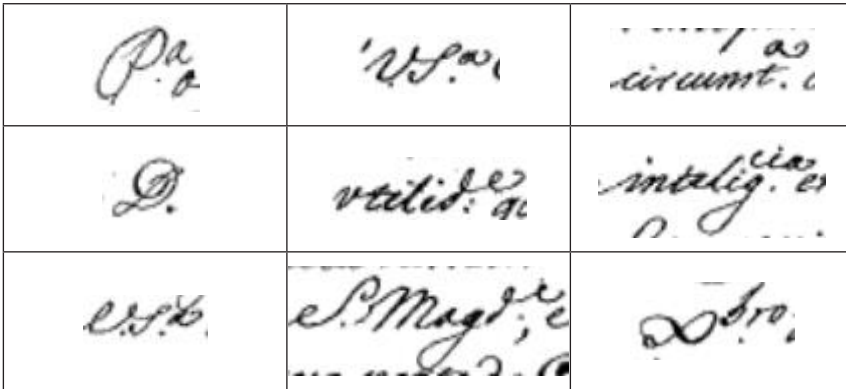
indicam-se ações a serem encaminhadas: a primeira denota a decisão, pelo menos a princípio, de aplicar na Capitania de Goiás as mesmas instruções relacionadas ao território contidas no ofício analisado. A segunda estende a questão também à situação dos quintos; ainda haveria uma terceira, mas por alguma razão se encontra riscada.

	<p>Deve ir nesta Carta a Ley de 3 de Dezembro e Regimento de 4 de [Março]</p>
	<p>de 4 destemes para quietendo Vossas Senhorias ja Minas neste novo Governo estabeleca este novo Methodo de Cobrança dos Quintos § Como no Cuyaba E Continua toda amais carta</p>
	<p>Aqui se ha de [ilegível] a carta que se estende ao Governador dos Goyases da parte [ilegível] de principio e § acima = Remeto a Vossa Excelencia etc ></p>

Quadro 1: Detalhe dos punhos encontrados no manuscrito.

4. A escrita do ofício

De traçado rápido, regular, inclinado para a direita e bastante legível, a escrita do documento reflete a habilidade do escriba. Observa-se o uso de abreviaturas, caracterizadas por apócope, síncope de alguns elementos, por elementos sobrepostos e sinais especiais: *p.a.*, *D.*, *Ianr.o*, *V.S.a.*, *vtilid.e*, *S.Mag.de*, *activid.e*, *q.*, *gr.de*, *circunst.a*, *intelig.a.*, *xbro*.



Quadro 2: Exemplos de abreviaturas.

Sobre o tipo de escrita, as suas características a aproximam da que ficou conhecida como *humanística*, principalmente por se tratar de documento em língua portuguesa do século XVIII. Embora, acerca disso, Fachin e Costa afirmem que

Resultado da humanística, praticada desde os fins do século XV, a escrita do XVIII, porém, não possui uma classificação que resuma as características caligráficas encontradas em documentos coloniais e imperiais. Ainda há muito que se ler e editar para formar-se um *corpus* considerável que possa embasar estudos paleográficos com fins classificatórios¹⁶.

O fato de ainda não haver uma classificação para os diferentes tipos de escrita utilizados no XVIII reforça a importância de sistematização de características gráficas do ofício, como forma de ampliar também os *corpora* a esse respeito e compor material para futuros manuais de paleografia, com fins classificatórios.

Embora de traçado rápido e com ausência de fronteiras em alguns contextos, há poucas ligaduras, junção entre letras que, além de dificultar a leitura, causa a deturpação do formato dos elementos. A partir de

16 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis; COSTA, Renata Ferreira. A escrita no século XVIII. In: MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida; FACHIN, Phablo Roberto Marchis (Orgs.). *Por Rumos da Agulha: documentos do ouro do Século XVIII*. São Carlos[SP]: Editora Cubo, 2015, p. 17-36, p. 19.

uma breve análise do estado de língua do manuscrito se podem entender alguns aspectos do uso que se fazia do português no contexto gráfico, na administração colonial. Predomina ao longo do texto a ausência de fronteira entre algumas palavras, principalmente em contexto de grupos clíticos, composto por artigo, conjunção e preposição. Embora com domínio linguístico significativo, por se tratar de alguém que lidava com a escrita em suas funções, parece haver nesses casos uma influência da relação fonológica entre os termos, isto é, um elemento sem acento próprio, o clítico, e a palavra portadora de acento registradas graficamente pelo apagamento da fronteira, representando a relação de dependência. Seguem alguns exemplos: *ogovernador*, *doMato*, *deMoura*, *pellafrota*, *devir*, *aReal*, *eactividade*, *edesordem*, *eoregimento*, *aesse*, *etambém*. Em outros casos, o mesmo fenômeno se observa entre monossílabos átonos, como em *senão* e *oque*.

<i>o governador</i> <i>Antônio Rebelo</i>	<i>a Real</i>	<i>o Joanno,</i>
<i>do Mato</i>	<i>etambem</i>	<i>del. S. B.</i>
<i>de Moura</i>	<i>contra</i>	<i>Eua boa</i>
<i>atégora</i>	<i>edesordem</i>	<i>eactividade</i>
<i>de ter</i>	<i>da mesma</i>	<i>del. S. B.</i>

Quadro 3: Exemplos de ausência de fronteiras.

4.1. Aspectos linguísticos em destaque

Embora não muito extenso e apesar do nível de regularidade observada, há alguns aspectos linguísticos presentes no ofício que chamam a atenção, por estarem relacionados a fenômenos em transformação no português no contexto de produção do documento, entre eles o uso variante de <o> e <u>, <ç> e <ss>, <c> e <s>, <z> e <s> e o emprego das consoantes geminadas <ll> e <nn>.

O uso desses elementos pode estar relacionado tanto a procedimentos estritamente do campo gráfico, próprio de hábitos de escrita dos escribas do *corpus*, quanto à influência de fatores da oralidade. No caso relacionado ao vocalismo português, de acordo com Teyssier¹⁷, “um dos pontos mais importantes, mas também dos mais obscuros, da história do português”, relacionados à redução ou alçamento de vogais, na vertente europeia, ou a continuação das características fonológicas quinhentistas, na brasileira. Carvalho¹⁸ afirma que “o cerramento *o* > *u*, *e* > *i* estava pois submetido na linguagem quinhentista às mesmas condições em que o fenômeno hoje mesmo se observa, não ainda estabilizado, no português do Brasil”. Para Marquilhas¹⁹:

quando encontramos em textos portugueses do século XVIII testemunhos de uma elevação entre as vogais anteriores [e] > [i], ou entre as vogais recuadas [o] > [u], ocorrida em posição pretônica medial, podemos muito bem estar a olhar para formas que têm atrás de si muitos séculos de existência.

Trata-se de um tema complexo. De acordo com Castro²⁰, “estamos, pois, diante de um problema que merece mais estudo”. Tamanha comple-

17 – TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Trad. Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 47.

18 – CARVALHO, J. H. Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas *e* e *o* em sílaba átona. In: *Estudos Linguísticos*. Coimbra: Atlântica, v. 2, p. 75-103, p. 95, 1969.

19 – MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1991, p. 35.

20 – CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 195.

xidade reflete a falta de consenso entre ortógrafos setecentistas. Feijó²¹ apresenta dificuldade causada em relação a isso:

Mas esta, que no principio me pareceo a parte mais fácil de toda a Orthografia, veyo a sahir a mais difficultosa, porque examinando bem a impreza, a que me levava o desejo da utilidade publica, vi que era preciso ponderar etymologias, observar analogias, e seguir derivaçoens; e que nada disto bastava para o acerto; porque muitas vezes achava o uso contra mim; e que o abuso tinha prevalecido pela auctoridade dos livros. Entre na duvida da conjugação de muitos verbos; e se me queria valer dos Vocabularios Portuguezes, estes me causavaá mayor confusão; porque não achando nelles mais que os infinitos, ainda este são tão vários, que não He fácil aceitar qual seja o próprio. Huns trazem *Allumiar* com *i*; outros *Allumear* com *e*; nos Auctores achei *AllumÊa* como traz Vieyra; e a *AllumÑa* como diz Bluteau. Estes escrevem *Fugar*, aquelles *Fogar*. Huns pronunciaá *Gumil*, outros *Gomil*: outros *Fuge tu*, outros *Foge tu*: Huns *Cuspe*, outros *CÔspe*. Huns *Urdir*, outros *Ordin*: Huns *Crear*, outros *Criar*. E destes, e outros vocábulos innumeraveis.

No officio, há apenas uma ocorrência desse caso, em “descuberto”. Com exceção de “governo”, “governador” e “Coroa”, não há outros termos em que o mesmo uso poderia ser evidenciado, o que poderia também evidenciar um caso arbitrário, lapso do escriba. Mesmo assim trata-se de fator que deve ser levado em consideração no contexto do estado de língua do documento, uma vez que, de acordo com Fachin²², “O aparecimento desse tema nas obras dos dois ortógrafos e a sua preocupação com a disparidade que poderia resultar da falta de precisão ao representar os fonemas relacionados são exemplos da presença desse fenômeno no século XVIII”.

21 – FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthografia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734, p. 144.

22 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 327, 430 f.

Outro tipo de oscilação com destaque no ofício diz respeito ao registro de sibilantes. Oscilações nesse contexto podem ser resquícios do processo de simplificação do sistema iniciado no século XVI: “a principal mudança de natureza fonológica que marca o português do séc. XVI²³”. Trata-se do processo, iniciado na oralidade, em que as sibilantes sofreram um processo de redução de dois pares existentes de fonemas, predorsodontais, /s/, /z/, representadas na escrita por meio de <c>, <ç> e <z> e áptico-alveolares, /ś/, /ź/, representadas por <s>, <ss>, a um único par, /s/ e /z/.

De acordo com Fachin²⁴, “em obras do século XVIII e posteriores, encontram-se com facilidade afirmações que evidenciam diferenças contextuais e de realização desses grafemas”. Importantes ortógrafos setecentistas manifestaram preocupação a esse respeito: Feijó (1734), Caetano de Lima (1736) e Monte Carmelo (1767), por exemplo.

He regra geral, que todos os superlativos, que no Latim acabaõ em Simus, e no Portuguez em Simo, se escrevem com dous ss v. G. Amantissimus, Charissimus, Dectissimus, Piissimus &c. Amantissimo, Amabilissimo, Charissimo, Fidelissimo &c. Outra regra geral he, que todas as linguagens dos verbos, que nos tempos do Optativo, ou Conjunctivo, ou Infinito acabaõ em Se, Ses, Semos, Seis, e Sem, se escrevem com s dobrado: v. G. Amasse eu, Amasses tu, Amasse elle, Amassemos nãs, Amasseis vós, Amassem elles. E assim são Ensinasse, Lêsse, Ouvisse, Levasse, Usasse. &c. Mas a regra mais certa para todas as palavras he, que todas as vezes, que o S entre duas vogaes ferir a vogal seguinte com todo o som de S, se escreverá dobrado²⁵.

a grande dificuldade consiste em saber quando devemos usar de C, ou de dous SS, e ainda de hum só S, visto terem estas letras muitas vezes a mesma força. Nesta materia nos parece, que devemos recorrer às régras seguintes, considerando as palavras, ou como derivadas do

23 – *Idem*, p. 188.

24 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 352, 430 f.

25 – FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthografia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a Lingua Portuguesa*. Lisboa Occidental: Oficina de Miguel Rodrigues, 1734, p. 95-6.

Latim, ou como Portuguezas de natureza Mais adiante (1736, p.76) o autor declara que “a mesma regra se terá para saber se deve usar de S singelo, ou de C,. Escreva-se Consul, e não Conçul; Satisfazer, e não Çatisfazer; Verso, e não Verço, porque vem do Latim Consul, Satisfacio, e Versus²⁶”.

Os Nomes Patrios, e outros semelhantes, terminados em *ense*, tem S, como v. g. Conimbricense, Lisbonense, Amanuense, Cisterciense, &c. Os Nomes ordinaes tem S, como Vigãsim, Trigãsim, Os Nomes superlativos, terminados em *issima*, *issimo*, assim se escrevem, como v. g. Amabilissima, Doutissimo. Finalmente os Preteritos conjuntivos dos Verbos devem escrevãse com Ss, como v. g. Admitisse, Dissesse, Mandasse²⁷.

O gramático José Joaquim Nunes²⁸, tendo em vista a língua portuguesa ao longo da sua história, faz referência à confusão no modo de escrever os nomes no contexto de sibilantes ao desaparecimento da distinção entre os pares mencionados. Trata-se, na realidade, de dificuldade gráfica que alcança os nossos dias. No ofício, as ocorrências encontradas são: “groço” (lat.tar. *grossus*, *a*, *um*²⁹), “depoiz” (orig. contrv.; etim. em que é tido como comp. da prep. lat. *de* no sentido de ‘de’ + adv. lat. post no sentido de ‘atrás’), “concerve” (lat. *conservo*, *as*, *āvi*, *ātum*, *āre*), “cazo” (lat. *cāsus*, *us*) e “fazer” (lat. *faciō*, *is*, *fēci*, *fāctum*, *facēre*).

No período em que o ofício foi produzido, o processo de simplificação das sibilantes já poderia estar concretizado, as oscilações, nesse sentido, estariam relacionadas mais ao campo gráfico do que ao da oralidade, afastados também de uma justificativa etimológica. Os casos encontrados demonstram resquícios das transformações que o português sofreu e como escribas no século XVIII lidavam com dificuldades em selecionar elementos gráficos em maior número que os sons que até então

26 – LIMA, Luís Caetano de. *Orthographia da Lingua Portugueza*. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1736, p. 75.

27 – MONTE CARMELO, Luís de. *Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras para que em todas as provincias*. Lisboa: Off. Antonio Rodrigues Galhardo, 1767, p. 400.

28 – NUNES, Joaquim Nunes. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. 4. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1951.

29 – Verificação etimológica com base no dicionário eletrônico Houaiss.

representavam. As soluções observadas pelo registro e sua representação funcionam como pistas de uma prática de escrita administrativa em vias de consolidar-se.

Quanto ao uso de consoantes geminadas, não é rara a presença desse tipo de elemento em documentos do século XVIII. De acordo com Fachin³⁰, “trata-se de fenômeno de tradição latina retomado posteriormente devido ao que se denominou período etimológico, ou pseudo-etimológico da ortografia portuguesa”. No ofício, são estas as ocorrências encontradas: “vigilancia” (*lat. Vigilantia, ae*), “anno” (*lat. annus, i*), “pella” (*contr. da prep. per + art. def. la - lat. illa no sentido de ‘aquela’*) e “delle” (*de + lat. ille no sentido de ‘aquele’*).

Além desses casos, há outros que também podem compor o quadro de particularidades do estado de língua em questão, como o uso de <y> em contexto de ditongo ou referentes a aspectos sintáticos, como o trecho “senaõ tem recebido”, no qual o pronome apassivador se encontra antes do “não” e, além disso, ligado à palavra negativa, construção que não é comum na gramática do português atual. O verbo “ter” no futuro antes do pronome de tratamento, como em “tera Vossa Senhora grande vigillancia” também se modificou, tornando-se uma forma não muito comum ao longo do tempo.

5. O ofício e o relato de viagem do Conde de Azambuja

A Relação da Viagem, que fez O Conde da Azambuja Da cidade de S. Paulo Para a Villa do Cuyabá No anno de 1751 é uma fonte histórica importante referente às monções cuiabanas. Trata-se de um relato sobre como ocorreu a viagem do rio Tietê, em São Paulo, até a Vila do Cuiabá, entre os anos de 1750 e 1751, tendo como autor intelectual Antonio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão general da Capitania do Mato

30 – FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Práticas de escrita setecentista em manuscritos da administração colonial em circulação pública no Brasil*. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, p. 375, 430 f.

Grosso. O relato compôs uma das fontes de criação de mapas da Região Centro-Oeste.

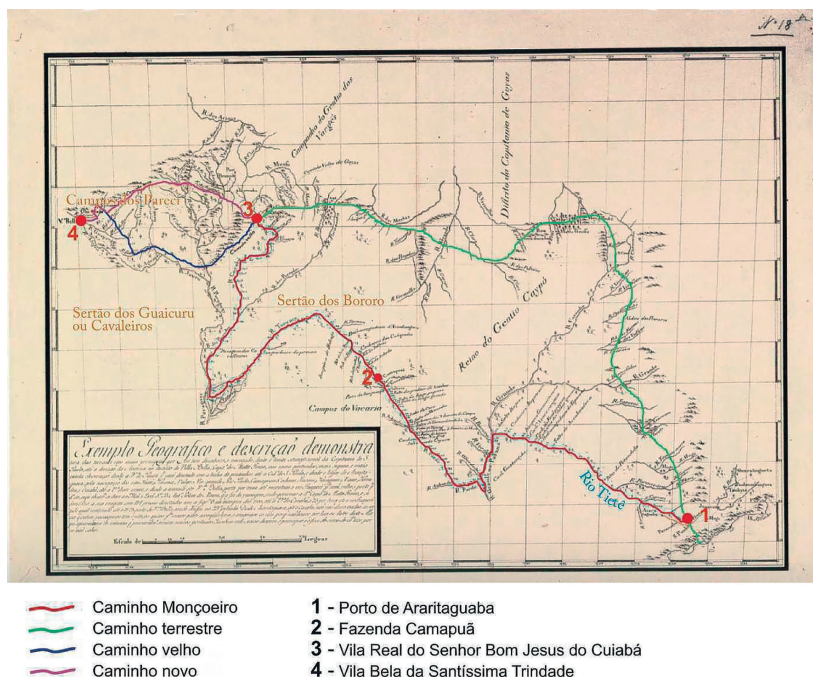


Figura 2: mapa produzido em 1754 com o relato de viagem de Rolim de Moura. Fonte: CANOVA, 2011³¹.

No mapa de 1754, podemos visualizar uma representação desse caminho. O mapa foi confeccionado tendo como referência – além do conhecimento cartográfico acumulado ao longo dos anos – a descrição da viagem que o governador da capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, fez às minas do Cuiabá e Mato Grosso para tomar posse no cargo³². As instruções dadas pela rainha D. Mariana Vitória a Antonio Rolim de Moura antes de tomar posse de seu cargo também constituem

31 – CANOVA, Loiva. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)*. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, 2011, p. 266.

32 – OLIVEIRA, Tiago Kramer. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *Revista de Índias*, v. LXXV, n. 265, p. 681-709, 2015, p. 683.

fonte que confirma a importância de reforçar a posse da região. Uma das instruções é justamente que se aumente e fortaleça a povoação daquele território, e que se funde uma vila (Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé). Além disso, completa:

Por falta de conhecimento bastante dos sertões, não tenho determinado até agora os limites do governo de Mato Grosso mais que pela banda do Rio Grande. A respeito das outras partes, portanto, [...] procurareis todas as informações que vos for possível alcançar, e me as fareis presentes enviando juntamente mapas do terreno, para que se resolva por onde devem ficar os confins assim do governo [...]³³.

Dessa forma, é possível entender que o relato de viagem foi um documento muito importante não apenas do ponto de vista geográfico, social e histórico, mas também do ponto de vista político, no que diz respeito à conquista territorial. Um objetivo político dessa importância seria motivo da produção de muitos documentos para atestar sua relevância.

O ofício seria, então, mais um dos vários documentos que mostram a importância desse objetivo da Coroa; ele confirma e cobra do governador tanto comunicação quanto ações nesse sentido. Mostra o zelo excessivo da Coroa no que diz respeito a território no período do século XVIII, época importantíssima de definição de fronteiras que, em sua maioria, continuam estabelecidas até hoje, revelando o empenho que a metrópole teve em aumentar a colônia de maneira absoluta.

Considerações finais

No contexto de estudos historiográficos, os textos atribuídos a Antonio Rolim de Moura são considerados importantes fontes de pesquisa para a História do Brasil, haja vista o número de edições e estudos existentes sobre ele. O ofício apresentado neste trabalho, produzido no âmbito do seu governo, além de servir como documento histórico-linguístico, contribui para a compreensão de elementos ainda não verificados em outros textos seus, a exemplo do relato de sua viagem de São Paulo a

33 – MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Rios Guaporé e Paraguai: primeiras fronteiras definitivas do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985, p. 27.

Cuiabá, um documento que revela as condições em que as monções cuiabanas eram realizadas, também relacionado diretamente com os esforços e interesses da administração portuguesa no Brasil no século XVIII e com a administração da Capitania de São Paulo, bem como a Geografia do Brasil no sentido metrópole/interior.

Trata-se de um importante testemunho histórico, já editado tantas vezes e fixado historiograficamente, mas que nunca foi questionado quanto à sua história de transmissão e à sua fidedignidade. Ainda há muito que fazer sobre isso, incluindo um estudo mais pormenorizado sobre autoria, datação e implicações de diferentes naturezas para quem o lê no percurso de sua transmissão. Não tendo sido uma preocupação dos historiadores e editores ao longo dos séculos, passou a ser o foco de pesquisas mais recentes. Nesse sentido, o ofício atribuído a Rolim de Moura representa mais uma peça nesse quebra-cabeça de fontes, para reforçar os esforços interdisciplinares entre Filologia, História e Linguística Histórica.

Os aspectos de escrita e de língua apresentados, embora não numerosos, por causa da extensão do documento, contribuem para estudos paleográficos com fins classificatórios ainda em curso, principalmente por ainda não haver um manual que dê conta das particularidades da produção gráfica realizada no Brasil. Com exceção da obra de Acioli³⁴, *A escrita no Brasil Colônia*, nenhum outro material avançou significativamente nessa questão. Do ponto de vista linguístico, os estudos diacrônicos têm voltado seu olhar para a configuração que o português europeu e o do Brasil assumiram a partir do século XVIII, buscando compreender como se diferenciaram e foram se consolidando com características mais próximas das apresentadas atualmente. Nesse sentido, tanto a ampliação de *corpora* editados fidedignidade quanto o levantamento de dados linguísticos contextualizados contribuem significativamente a esse respeito, possibilitando identificar e sistematizar a multiplicidade gráfica desenvolvida ao longo do tempo.

34 – ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de manuscritos*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massanga, 2003.

Texto apresentado em outubro de 2020. Aprovado para publicação em dezembro de 2020.

DIZEM VILHENA E TORRÃO EM 1810: REQUERIMENTO DE ABERTURA DE UMA CASA DE EDUCAÇÃO SOTEROPOLITANA

A REQUEST BY VILHENA AND TORRÃO IN 1810 TO OPEN A
HOUSE OF EDUCATION IN SALVADOR

LUCIANE CRISTINA SCARATO¹

Resumo:

O artigo propõe a transcrição e a análise de um requerimento para a abertura de um colégio particular em Salvador, Bahia, em 1810. O objetivo principal é demonstrar a importância da análise de fontes primárias impressas para o estudo da história da educação no Brasil colonial pelo grande potencial que contém. O presente requerimento está inserido no contexto das reformas pombalinas, da mudança da família real para a América portuguesa e das Invasões Napoleônicas, três pontos de inflexão-chaves na história do Império luso-brasileiro. Desse modo, o documento oferece uma série de pistas para compreender como esses eventos influenciaram e modificaram o panorama cultural e educacional no Brasil. Vários são os temas abordados a partir de sua análise e que apontam caminhos para pesquisas futuras, a saber: história da alimentação; o ensino como forma de hierarquização social; o reformismo ilustrado; o papel do controle dos corpos na construção da identidade nacional. Além disso, o presente requerimento revela uma faceta até então inédita de um dos personagens mais conhecidos da história brasileira: Luís dos Santos Vilhena.

Palavras-chave: ensino; educação; Salvador; Luís Vilhena; fontes primárias; 1808.

Abstract:

The paper aims to transcribe and analyse a request to open a private school in Salvador, Bahia, in 1810. Our main goal is to highlight the importance of primary written sources as a way of studying the history of education in colonial Brazil. The request is analysed in the context of three key turning points in the history of the Portuguese-Brazilian Empire, namely the Pombaline reforms, the Napoleonic wars, and the move of the Portuguese royal family to Brazil. Against this background, the document offers an array of elements to understand better how these events shaped the cultural and educational landscape in Portuguese America. Several issues addressed in the document leave room for future researches, such as the enlightened reformism, the role of discipline and body regulation in shaping national identity, food history and education as a form of social hierarchy. Additionally, it offers a glimpse into the life of Luís dos Santos Vilhena, one of the most renowned characters in the history of Brazil.

Keywords: history of education; schooling; Salvador; Luís Vilhena; primary sources; 1808.

Introdução

Transcrição de um requerimento para a abertura de uma casa de educação para meninos em Salvador, Bahia, enviado por volta de 1810. O documento está sob a guarda do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e possui a seguinte notação: BR AN, RIO – Desembargo do Paço, caixa

¹ – Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: lcsarato@cantab.net

144, pacote 1. A grafia, a gramática e a pontuação originais foram mantidas na transcrição.

Transcrição

[ilegível] p.^a informar o Governador e Capp.^m General da Capitania da Bahia com a [ilegível]

Mesa, 7 de maio de 1810

Dizem Luiz dos Santos de Vilhena Jubilado na Cadeira de Grego da Cidade da Bahia, e o Pe. Thomé Joaquim Torrão assistentes na mesma Cidade, que conhecendo a necessidade de se instituir ali huma caza regular de educação, e persuadidos de terem as precisas circumstancias para dela cuidarem e a deregirem bem, se propoem a estabelecer a referida caza da maneira constante do plano, que tem a honra de fazer presente a V. A. R.. Se elle for digno da approvaçãõ de V.A. R. esperaõ os Supp.^{es} que com ella lhe faça tambem a Graça de lhes conceder o Privilégio de trazerem os alumnos pendente ao peito huma medalha de prata com a Senhora da Conceição, por hum cordão azul claro, e o de tomarem para o mesmo Estabelecimento a caza ou cazas que lhes forem necessarias, com preferencia a outro qualquer alugador, pagando a mesma renda, do mesmo modo que se pratica nas appozentadorias; por todo o expôsto os Supp.^{es}

P. a V. A. R. haja por bem conceder-lhes as Graças que humildemente supplicãõ

E. R. M.

Como Procurador Francisco Xavier Ribeiro

A necessidade absoluta que se conhesse n'esta Cidade d'huma caza d'Educaçãõ para os homês de bem e as utilidades, que d'estas cazas provem ao Estado nos obrigaõ a propôr o seguinte plano para hum Collegio em que haverãõ de se ensinar as seguintes Letras: Lêr Escrever e Contar; Cathecismo; Gramáticas Portugueza, Latina, Franceza e Ingleza; e Geografia, assim também como a Politica e Civilidade Christaãs junctas com a San~ Moral, como baze fundamental dos bons costumes dos homens constituidos em sociedade.

1.

O Collegio será aberto de baixo do Patrocinio da Virgem Santissima Senhora Nossa com o título Augusto da Conceição e por isso mesmo tomará o nome da sua Padroeira.

2.

Cada um Porcionista, sendo da Cidade pagará mensalmente ao Collegio a pensão de 20\$000 r.^e e sendo de fora 24\$000 r.^e, cujas quantias seraõ sempre pagas adiantadas, de tres em tres mezes.

3.

Sendo de concideração as despezas, que se devem fazer diariamente, não se deverá abrir nunca com menos de 20 collegiaes.

4.

Logo que o Porcionista for acceto deverá dali em diante tractar aos outros Alumnos como seus Irmãos não deixando por isso de se respeitarem mutuamente segundo as suas qualidades.

5.

Nenhum Porcionista deverá exceder á idade de 11 annos para melhor poderem ser educados.

6.

Cada hum Porcionista deverá levar cama e roupa para seu uzo, assim como tambem bacia, candieiro, Livros, papel [ilegível] os de fora seraõ lavados e engomados á custas do Collegio.

7.

Nenhum Collegial poderá sahir, sem licença do Regente, e esta será dada só para hirem vizitar seus parentes, mandando-os elles buscar, ou para paccarem, que seraõ sempre acompanhados d'huma pessoa de respeito, e probidade, porem nunca em dia de semana.

8.

Comeraõ sempre em commum, e teraõ almoço, jantar, merenda e cêa, cujas comidas seraõ, o almoço ás 8 horas da manhã , e constará de chá, ou café com leite, e torradas: o jantar ao meio dia, e será de sôpa vacca, a sóz, prato de guizado, ou assado interpoladamente, e sobremesa: a merenda será frugal, e ás 5 horas, e a cêa às 9 horas, e será ordinariamente de peixe havendo-o cápaz, quando não de carne.

9.

Haverá hum Clerigo para dizer Missa, e para o serviço do Collegio, cozinheiro, e os mais criados, ou servos necessarios para o serviço geral, e particular dos Alumnos.

10.

Os Collegiaes, deveraõ levantar-se desde o 1º de Setembro athé ao ultimo de Março, ás 6 horas da manhã; e do 1º de Abril athé o ultimo de Agosto ás 7 horas, de maneira ordinária que meia hora depois estejaõ promptos para rezarem a Ladainha de Nossa Senhora.

11.

Desde o 1º de Setembro, athé ao ultimo de Março, teraõ Aula de Geografia das 7 horas athé as 8 da manhã, cuja Aula nos mezes desde o 1º de Abril até no ultimo d'Agosto, será das 11 horas ao meio dia. A's 8 e meia, seraõ as Liçoens de ler, escrever, contar Gramáticas Portugueza, e Latina athé ás 11 horas; e d'esta até as 2 da tarde haverá descanço, excepto referidos, e pelas razoens ditas. Das duas as 4, haveráõ as mesmas Aulas, e das 4 athé as 5 Gramática Franceza, nas segundas, quartas e sextas feiras, e Gramática Ingleza ás terças, quintas, e sábados. Das 5 às 6 horas, e meia, descanço, e d'esta às 9, silencio para estudarem. O Mestre de primeiras letras preferirá a todas as leituras o cathecismo para o tomarem de cór pelo uzo, e continuaçaõ.

12.

Nos Domingos, e dias Santos haverá Missa as 7 horas, e meia da manhã, e das 9 as 10 se lerá sempre hum bocado de Historia da Relligiaõ, universal, e do Paiz.

13.

Todo o tempo, que sobejar d'estes exercicios literarios será occupado em divertim.^{os} honestos, e decentes para formar a agillidade taõ necessaria a todo homem, principalmente na sua infância, afim de que possaõ ao depois seguir hum genero de vida, que seja ,naõ só útil, a elles, mas tambem ao Estado.

Alem de tudo que se aponta neste Plano, protestaõ os Erectores fazer tudo aquillo, que lhes for possível, para chamar mais alguns Mestres habeis; como por exemplo de Dança Florete [ilegível] a fim de que os Porcionistas sahiaõ instruídos, e polidos, e seus Paes e Parentes, naõ reputem por mal empregado, naõ só o dinheiro, que com elles gastarem, mas athé o tempo ainda mais precioso.

Comentário crítico

A importância da documentação escrita para a história do Brasil colonial deve ser debatida, porém não descartada. Afinal, é através de registros escritos que muitas das informações sobre o período sobreviveram até a atualidade. Entretanto, o documento em si, isolado, pouco acrescenta à história. É necessária a presença de mãos humanas para dar-lhes sentido – este, igualmente humano e, por isso, subjetivo, porém dentro do rigor que a disciplina exige. O presente comentário crítico, portanto, propõe ser não uma definição, mas um guia para a compreensão de uma parte da história do Brasil que, muitas vezes, tem o seu espaço negado nos departamentos de história: a história do ensino e da educação.

Antes de mais nada, a leitura desse documento considera, pelo menos, três pontos de inflexão marcantes na história do Império luso-brasileiro, a saber: as reformas pombalinas, as Invasões Napoleônicas e a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Em seguida, mais do que os aspectos formais do documento, o pensamento pedagógico oitocentista em relação à educação não apenas da mente, mas também dos corpos, ocupará o centro da análise.

Sebastião José de Carvalho e Mello, ou Marquês de Pombal como tornou-se conhecido a partir de 1769, foi o ministro todo-poderoso do rei José I entre 1750 e 1777. As reformas econômicas e políticas implementadas por Pombal foram largamente estudadas e analisá-las todas está fora do escopo desse comentário crítico. As reformas educacionais, por outro lado, servem mais aos propósitos da análise em tela e podem ser divididas em duas partes. A primeira parte das reformas (1759-1772) alterou a estrutura do sistema educacional e dos métodos de ensino dos estudos secundários – latim, grego, hebraico e retórica. A lei de 1759, a qual obrigava o fechamento de todas as escolas secundárias coordenadas pelos jesuítas nos domínios portugueses, certamente contribuiu para transformar, sobretudo, a estrutura das aulas de latim e grego². Em relação à América

2 – ANDRADE, António Alberto Banha de. *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*: contribuição para a História da Pedagogia em Portugal. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981, p. 79-80, v. 2; DISNEY, A. R. *A History*

portuguesa, a Coroa estipulou, inicialmente, que três professores de latim deveriam ir de Lisboa para a colônia – dois para Pernambuco e um para o Grão-Pará³. Entretanto, a educação na América portuguesa provavelmente permaneceu nas mãos de professores particulares não licenciados que continuaram a utilizar os métodos e livros jesuítas pelo menos até a segunda parte das reformas educacionais⁴.

A segunda parte das reformas ocorreu entre 1772 e 1777, durante os anos finais do Marquês de Pombal no governo de D. José I. A historiografia reconhece que a lei de 1772 foi a primeira tentativa oficial de organizar um currículo comum para as escolas em Portugal e seus domínios ultramarinos⁵. Em 1771, a Real Mesa Censória tornou-se responsável pela padronização da educação no Império Português, substituindo, assim, o papel da Diretoria Geral dos Estudos⁶. No mesmo ano, Pombal introduziu o imposto do subsídio literário para custear o pagamento de professores régios em todo o Império⁷. Em Portugal e nas Ilhas, o imposto era calculado com base na produção de vinho, bebidas e vinagre; no Brasil, era baseado na produção de cachaça e carne⁸. No Reino, o fato de que a popu-

of Portugal and the Portuguese Empire: from beginnings to 1807, v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 306; MAXWELL, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 88.

3 – ANDRADE, *op. cit.*, p. 788-89.

4 – *Ibid.*, p. 801.

5 – SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. In: *A História da Educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*, ed. António Nóvoa and Julio Ruiz Berrio. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação; Sociedad Española de Historia de la Educación, 1993, p. 101; MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel. *Nova História de Portugal*. v. 7. Lisboa: Presença, 1987, p. 518; BOTO, Carlota. Iluminismo e Educação em Portugal: o legado do século XVIII ao XIX. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, ed. Maria Stephanou and Maria Helena Camara Bastos. Petrópolis[RJ]: Editora Vozes, 2011, p. 171; ADÃO, Aurea. *Estado Absoluto e o Ensino das Primeiras Letras: as Escolas Régias (1772-1994)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1997, p. 5-48.

6 – DISNEY, *op. cit.*, p. 307; MAXWELL, *op. cit.*, p. 92.

7 – DISNEY, *op. cit.*, p. 307; MAXWELL, *op. cit.*, p. 97; MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João Del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, p. 72-73.

8 – SILVA, Diana de Cássia. *Ser Mestre de Primeiras Letras no Termo de Mariana: desafios de uma profissão em construção (1772-1835)*. In: HAMDAN, Marcus Vinícius e

lação economicamente ativa passou a custear o ensino público encorajou os súditos a reivindicar um maior número de aulas régias⁹. Na América portuguesa não teria sido muito diferente uma vez que, em Minas Gerais, por exemplo, alguns colonos protestaram contra o pagamento do subsídio literário porque as aulas régias eram muito distantes das suas fazendas e povoados, o que impedia o acesso de seus filhos ao serviço pelo qual pagavam em vão¹⁰.

Apesar das determinações, os primeiros professores régios somente começaram a chegar no Brasil a partir de 1765¹¹. Em princípios dos anos 1770, havia cerca de quinze professores de educação primária na colônia: dois no Rio de Janeiro, dois na Bahia, quatro em Pernambuco, um em São Paulo, um no Maranhão e um no Pará, e quatro em Minas Gerais¹². Em 1773, a Coroa designou cento e sessenta professores para o Brasil¹³. Em comparação, autoridades angolanas reclamaram da escassez de professores régios em 1766, alegando, além disso, que apenas três candidatos haviam aplicado para as vagas¹⁴. Duas escolas públicas abriram nos anos 1779 e em 1784 a administração angolana solicitou mais dois ou três mestres de ler, escrever e contar¹⁵. Alguns mercadores em Angola enviavam seus filhos ao Brasil para estudar¹⁶. Em todo caso, a historiografia

FONSECA, Rosana Areal de Carvalho. *Entre O Seminário e o Grupo Escolar: a história da educação em Mariana/MG (XVIII-XX)*, ed. Juliana Cesario. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, p. 34; MORAIS, *op. cit.*, p. 73.

9 – NÓVOA, António. Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). *Análise Psicológica* 3, n. IV (1987), p. 419; MORAIS, *op. cit.*, p. 78-80.

10 – MORAIS, *op. cit.*, p. 98-99.

11 – MORAIS, *op. cit.*, p. 56, 69.

12 – ANTUNES, Álvaro de Araújo. A civilização das letras: considerações sobre as dimensões da cultura escolar em Mariana (1750-1822). In: *Termo de Mariana: História e Documentação*, ed. Helena Miranda Mollo and Marco Antonio Silveira. Ouro Preto: Editora UFOP, 2011, p. 105.

13 – *Ibid.*

14 – MORAIS, *op. cit.*, p. 69.

15 – FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge University Press, 2012, p. 142.

16 – FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Transforming Atlantic Slaving: trade, warfare and territorial control in Angola, 1650-1800*. Tese de Doutorado – University of California,

demonstra que a maioria dos professores tinha experiência no ofício antes das reformas, especialmente no caso de professores de latim os quais, frequentemente, ensinavam também a língua portuguesa¹⁷.

No que diz respeito ao ensino público, a mudança da Corte portuguesa para o Brasil também foi fundamental. Apesar dos planos de realocação da família real portuguesa existirem desde o século dezessete (quando o Padre Antônio Vieira já vislumbrava tal mudança), o projeto só ganhou força a partir de finais do século dezoito com o ministro Rodrigo de Souza Coutinho¹⁸. A transferência da família real para a América portuguesa foi posta em prática em novembro de 1807, apressada pela primeira onda de invasões francesas (as outras correram em 1809-1810 e 1810-1811)¹⁹. As invasões francesas em Portugal fazem parte de um contexto mais amplo conhecido como a “Era das Revoluções”, a qual inclui a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas²⁰. Em 1806, Napoleão impôs o “Bloqueio Continental”, que determinava o fechamento de todos os portos para os navios britânicos²¹. Portugal resistiu ao bloqueio, mas

2003, p. 137.

17 – NÓVOA, *op. cit.*, p. 105; MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime: um contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994, p. 196.

18 – VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808: O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 118; VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a Crise do Antigo Regime Português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 102; SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York; London: Routledge, 2001, p. 15-37; RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centers and Peripheries in the Luso-Brazilian World, 1500-1808. In: *Negotiated Empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*, ed. Christine Daniels and Michael V. Kennedy. New York; London: Routledge, 2002, p. 106.

19 – SCHULTZ, *op. cit.*, p. 1; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 217.

20 – PAQUETTE, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: the Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013; SCOTT, H. M. *The Birth of a Great Power System, 1740-1815*. 1st ed, ed. Harlow. New York: Pearson Longman, 2006.

21 – SCOTT, *op. cit.*, p. 334.

diante da ameaça iminente de invasão, viu-se incapaz de manter a suposta neutralidade e o plano de transferência da Corte foi posto em ação²².

A mudança da família real para o Brasil iniciou um período de mudanças rápidas na colônia e introduziu novas ideias pedagógicas, criando uma demanda inédita por professores estrangeiros e escolas privadas²³. O Brasil tornou-se o centro do Império Português e, como tal, precisava modernizar-se para estar “à altura” da Europa²⁴. Além disso, o equilíbrio de poder entre Brasil, Portugal e as demais colônias portuguesas mudou²⁵. O fim do século dezessete é considerado por historiadores como o começo de uma nova fase na América portuguesa, marcado pela ascensão das elites, porém o período entre 1808 e 1821 foi mais intenso²⁶. Segundo o historiador Gabriel Paquette, a integração imperial de princípios do século dezenove só foi possível graças à educação (indivíduos de diferentes partes do Império luso-brasileiro foram reunidos, por exemplo, na Universidade de Coimbra) e à rotação de cargos administrativos (“letrados portugueses e brasileiros continuamente cruzavam o mundo a serviço do estado português”²⁷).

22 – *Ibid.*, p. 335.

23 – SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A educação da mulher e das crianças no Brasil Colônia. In: *Histórias e memórias da Educação no Brasil*, ed. Maria Stephanou and Maria Helena Camara Bastos. Petrópolis[RJ]: Editora Vozes, 2011, p. 142; KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio De Janeiro, 1808-1850*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1987, p. xxi.

24 – FREYRE, Gilberto. *The Mansions and the Shanties (Sobrados e Mucambos): the making of modern Brazil*. New York: Knopf, 1963, p. 203; RUSSELL-WOOD. In: *Negotiated Empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*.

25 – LESSER, Jeffrey. *Immigration, Ethnicity, and National Identity in Brazil, 1808 to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013, p. 8; MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência, 1808 a 1821*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 225.

26 – MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a Barca do Estado em Mares Revoltos: 1808 e a Transmigração da Família Real Portuguesa. In: *O Brasil Colonial 1720-1821*, ed. João Fragoso and Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 718; JÚNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 9. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969, p. 9-10; BURNS, E. Bradford. The Intellectuals as Agents of Change and the Independence of Brazil, 1724-1822. In: *From Colony to Nation: essays on the Independence of Brazil*, ed. A. J. R. Russell-Wood. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1975, p. 211.

27 – PAQUETTE, *op. cit.*, p. 22-23.

A presença do monarca em terras americanas mudou o *status* da colônia irreversivelmente, pois redefiniu as bases da legitimação política uma vez que a família real levou, além da realeza, todo um aparato burocrático para o Rio de Janeiro²⁸. Convém não subestimar a importância do “elitismo burocrático” no Brasil colonial porque ele oferece uma explicação plausível para a colaboração entre os grupos de mandatários locais e os oficiais da administração portuguesa²⁹. A chegada da família real fez com que as elites políticas e econômicas locais precisassem, mais do que nunca, trabalhar conjuntamente com os funcionários da administração portuguesa para estabelecer um novo Império com sede nos trópicos³⁰. A presença da Corte no Brasil fomentou, assim, a construção de uma nova capital e o surgimento de novos interesses comerciais³¹. A tensão existente entre ação individual e limitações estruturais observada no período refletia as estruturas de poder que mobilizavam alguns indivíduos ao mesmo tempo que imobilizavam outros³². Destarte, a reorganização da Corte no Brasil expôs tensões e competições não apenas entre o sistema burocrático em Portugal e no Brasil, mas também entre as diferentes par-

28 – MALERBA, *op. cit.*, p. 45; DIAS, Maria Odila da Silva. The Establishment of the Royal Court in Brazil. In: *From Colony to Nation: essays on the Independence of Brazil*, ed. A. J. R. Russell-Wood. London: The Johns Hopkins University Press, 1975, p. 92; SCHULTZ, *op. cit.*, p. 4; NARO, Nancy Priscilla. Colonial Aspirations: Connecting Three Points of the Portuguese Black Atlantic. In: *Cultures of the Lusophone Black Atlantic*, ed. Nancy Priscilla Naro, Roger Sansi-Roca, and Dave Treece. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 130; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil*, ed. Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 12; RUSSELL-WOOD, A. J. R. The Portuguese Atlantic, 1415-1808. In: *Atlantic History: a critical appraisal*, ed. Jack P. Greene and Philip D. Morgan. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 102; WILCKEN, Patrick. A Colony of a Colony: the Portuguese Royal Court in Brazil. *Common Knowledge* 11, n. 2 (Issue 2, Spring 2005): p. 250; 55; DISNEY, A. R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire: From Beginnings to 1807*. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 298, v. 2.

29 – A autora usa o termo “metropolização” da colônia. DIAS, *op. cit.*, p. 97; 106.

30 – *Ibid.*, p. 106; DEBRET, Jean Baptiste *et al.* *Rio de Janeiro, Cidade Mestiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 60-61; *Ibid.*

31 – DIAS, *op. cit.*, p. 104

32 – GREENBLATT, Stephen. A Mobility Studies Manifesto. In: *Cultural Mobility: a manifesto*, ed. Stephen Greenblatt. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 251.

tes do Império ultramarino português e entre os diversos grupos sociais da colônia.

Burocratas de outras partes do Império Português, como Angola e Moçambique, também migraram para o Rio de Janeiro e historiadores estimam que a população aumentou de 43.000 para 79.000 entre 1799 e 1821³³. Com o fim das Guerras Napoleônicas, um número significativo de tropas portuguesas também se realocou no Brasil³⁴. Além disso, indivíduos de outras partes da capitania do Rio de Janeiro e da capitania de Minas Gerais, por exemplo, mudaram-se para a cidade, onde mais serviços e produtos passaram a ser requisitados³⁵. O novo governo implementou várias medidas econômicas para garantir a formação de um mercado interno mais robusto: revogou a proibição do estabelecimento de manufaturas (1808) e criou um banco nacional em 1809 (Banco do Brasil)³⁶. O banco gradualmente substituiu empréstimos interpessoais por empréstimos intermediados por uma instituição financeira ligada ao Estado. É importante salientar que, nesse momento, a abertura dos portos brasileiros para todas as nações amigas beneficiou especialmente a Inglaterra³⁷. Além disso, a abertura dos portos aumentou o contato com pessoas e culturas estrangeiras, o que reforça a ideia de mobilidade geográfica e intelectual, juntamente com a forma com que essas movimentações afetaram as pessoas que os encontraram e deles se apropriaram³⁸. Conforme observa o historiador Jeffrey Lesser, com a mudança da Corte para o Brasil, in-

33 – ALENCASTRO, *op. cit.*, p. 13.

34 – *Ibid.*, p. 12.

35 – *Ibid.*, p. 13; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001, p. 286.

36 – CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da Invasão Francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 97-98; FAORO, *op. cit.*, p. 292.

37 – SCHULTZ, *op. cit.*, p. 83; MANCHESTER, Alan K. *British Preeminence in Brazil: its rise and decline: a study in European expansion*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1933, p. 71; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mouzinho da Silveira and the Political Culture of Portuguese Liberalism, 1820–1832. *History of European Ideas* 41, n. 2, p. 186.

38 – GREENBLATT. Cultural Mobility: An Introduction. In: *Cultural Mobility: a manifesto*, p. 19-20.

divíduos não portugueses foram recebidos como residentes e potenciais futuros brasileiros³⁹.

Os cenários político e econômico certamente se modificaram bastante, mas quais foram os impactos dos eventos de 1808 para a cultura, particularmente para a educação e as instituições de ensino? O número de institutos educacionais multiplicou-se, sobretudo em Salvador e no Rio de Janeiro. O período testemunhou a abertura das academias naval e militar (1810), faculdades de medicina (1809, 1813) e cursos de economia, agricultura e química⁴⁰. A Real Biblioteca do Rio de Janeiro estabeleceu-se em 1810, no Rio de Janeiro, e a Biblioteca Pública de Salvador, em 1811⁴¹. A Real Biblioteca realizou duas viagens (1810 e 1811) antes de abrir para o público em 1814⁴². Seguiu-se a instalação da imprensa no Rio de Janeiro (1808), Bahia (1811), Pernambuco (1815), Pará (1820), Maranhão (1821) e Minas Gerais (1821)⁴³.

A abertura dos portos em 1808, aumentou também a demanda por professores de línguas estrangeiras. Conseqüentemente, o número de requisições para a abertura de escolas que ofereciam aulas de línguas estrangeiras modernas, como francês e inglês, aumentou⁴⁴. O contraste entre o francês – a língua da erudição, mas também de Napoleão – e o inglês – a língua do comércio e daqueles que ajudaram a família real a escapar das invasões napoleônicas – não pode passar despercebido. Com o estabelecimento da Corte portuguesa em terras americanas, o elo com a Inglaterra deixou de ser apenas econômico (Portugal havia concedido tarifas especiais para a Inglaterra em troca de apoio material para escapar

39 – LESSER, *op. cit.*, p. 9.

40 – SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 233; 258; CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 99; BURNS, *op. cit.*, p. 223.

41 – BURNS, *op. cit.*, p. 221.

42 – Depois da independência, o novo governo se recusou a devolver a biblioteca para Portugal, pagando, por isso, uma multa. SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 35; 247.

43 – MORAES, Rubens Borba de. *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 144, 162, 116, 168, 170; SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 249.

44 – FREYRE, Gilberto. *Inglêses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 260-261; MALERBA, *op. cit.*, p. 65.

da primeira Invasão Napoleônica), pois a influência intelectual britânica estendeu-se à esfera cultural. Assim, as elites coloniais se voltaram também para o inglês – e seus impérios em crescente expansão nos Estados Unidos e no Sul da Ásia – para a sua modernização política, econômica e cultural⁴⁵.

O plano de estudos analisado aqui, apesar de sucinto, é claro e detalhado, escrito dentro dos padrões europeus esperados para o país escolhido para ser a residência da Corte portuguesa. O presente plano de estudos também revela a similaridade de valores e metodologias de ensino em ambos os lados do Império. Por exemplo, o plano estipula um limite de idade até onze anos para frequentar a escola. Uma possível explicação para tal exigência pode ser que, em Portugal, a idade da razão começava aos sete anos e, a partir dos dez anos de idade, os meninos eram considerados jovens homens⁴⁶.

Com relação ao conteúdo, o estatuto e plano de estudos elaborado por Luiz dos Santos Vilhena e pelo padre Thomé Joaquim Torrão para a abertura de uma “casa regular de educação” incluía, além das aulas de ler, escrever e contar, gramáticas portuguesa, latina, francesa e inglesa, geografia, política, civilidade e história da religião, universal e “do país”. Essas disciplinas eram consideradas as bases das boas maneiras e da sociabilidade. A presença de línguas estrangeiras, além das clássicas e do idioma nacional, sugere que o aprendizado de línguas era sabidamente um meio de acessar saberes científicos e literários não disponibilizados em português. Ao incluir francês e inglês em seu plano de estudos, Vilhena e Torrão reconheciam a importância desse tipo de conhecimento para in-

45 – PAQUETTE, Gabriel. Views from the South: Images of Britain and Its Empire in Portuguese and Spanish Political Economic Discourse, ca. 1740-1810. In: *The Political Economy of Empire in the Early Modern World*, ed. Sophus A. Reinert and Pernille Røge. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013, p. 78.

46 – FREYRE, Gilberto. *The Masters and the Slaves (Casa-Grande & Senzala)*: a study in the development of Brazilian civilization. New York: Alfred A. Knopf, 1946, p. 404; FERREIRA, António Gomes. A Educação no Portugal Barroco: séculos XVI a XVIII. In: *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, ed. Maria Stephanou and Maria Helena Camara Bastos. Petrópolis[RJ]: Editora Vozes, 2011, p. 70.

serir os seus alunos no eixo Brasil-Portugal-Europa, facilitando, assim, trocas culturais, políticas e econômicas entre os dois lados do Atlântico.

Outras matérias, tais como dança florete e exercícios físicos, seriam ofertadas, tendo por objetivo o aproveitamento máximo de dinheiro e, sobretudo, do tempo investido por pais e alunos na escola. Observa-se, portanto, uma concepção mais abrangente de ensino que ganhou força a partir dos séculos dezoito e dezenove, que compreende o corpo do indivíduo, não apenas o intelecto, como parte essencial da sua formação e nobre inserção na sociedade. Assim, os alunos saíram do novo colégio em Salvador polidos e civilizados. Desde o Antigo Regime, retórica, boas maneiras e aparência influenciavam consideravelmente o *status* e a importância atribuídos ao indivíduo⁴⁷. A partir do século dezoito, as escolas também se tornaram palco para as *performances* dos alunos, onde qualquer atitude e olhares eram avaliados em termos de fala e comportamento adequados⁴⁸. Em linhas gerais, pode-se afirmar que as escolas do período em tela aplicavam a “sociedade de corte” cunhada pelo sociólogo Norbert Elias às escolas⁴⁹.

Estaria esse novo olhar sobre a educação do indivíduo relacionado também às reformas educacionais iniciadas pelo Marquês de Pombal? Pombal buscou inspiração para as suas reformas no Iluminismo, mormente nos Iluminismos católicos italiano e austríaco, os quais rejeitavam as ideias revolucionárias do Iluminismo francês. Ao mesmo tempo, o Iluminismo católico valorizava o racionalismo, a secularização e o método, especialmente em história e literatura⁵⁰. A historiografia normalmente classifica o Iluminismo praticado em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil, como moderado, ou a “versão colonial do reformismo ilustra-

47 – ELIAS, Norbert. *The Court Society*. Rev. ed. Dublin: University College Dublin Press, 2006, p. 60, v. 2.

48 – VIGARELLO, Georges. *The Upward Training of the Body from the Age of Chivalry to Courtly Civility*. In: *Fragments for a History of the Human Body*, ed. Michel Feher, Ramona Naddaff, and Nadia Tazi. New York: Urzone, 1989, p. 187.

49 – ELIAS, *op. cit.*, p. 69.

50 – MAGNINO, Leo. Influência do Iluminismo na Cultura Portuguesa. *Bracara Augusta: Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga* XXVIII, n. 65-66 (77-78) (1974): p. 288.

do”, já que enfatizava o empirismo e a ciência, mas advogava a favor do absolutismo, da escravidão e buscava reconciliar interesses seculares e religiosos⁵¹. Em outras palavras, Sebastião José de Carvalho e Mello se inspirou no Iluminismo católico enquanto almejava retirar o Império Português do seu alegado atraso, mas conciliando religião e garantindo a manutenção da ordem colonial.

Quanto custaria às famílias matricular os seus filhos em uma escola particular tão especial? O dinheiro investido não seria pouco. O salário anual médio de um mestre-pedreiro em Salvador durante o mesmo período girava em torno de cento e sessenta mil reis⁵². Ou seja, um pedreiro ganhava por mês pouco mais da metade do valor mensal do colégio, reforçando o fato de que seria uma instituição voltada para os filhos das elites soteropolitanas. É interessante observar que os pensionistas residentes em Salvador pagariam menos do que alunos de fora. Para equilibrar os gastos, Vilhena e Torrão calcularam um mínimo de vinte alunos matriculados. Uma vez aceitos na escola, os pensionistas deveriam tratar-se como irmãos. Entretanto, de acordo com a qualidade, ou seja, o grupo social ao qual pertenciam. Tal afirmação não pode passar despercebida, pois ela reflete o quanto a educação no Brasil continuava dividida de acordo com as origens sociais e, provavelmente, étnicas dos alunos apesar de aumentar o convívio entre alunos de origens diferentes. No Império Português, a qualidade do indivíduo era atrelada à pureza de sangue, a qual fora crida como uma maneira de manter os nascidos na colônia e, sobretudo, os escravizados africanos afastados dos quadros político-administrativos da colônia⁵³. Apesar do Marquês de Pombal ter buscado abrandar os impedimentos de sangue, racistas desde a sua criação, eles nunca deixaram totalmente de existir, fundindo-se, ademais, a questões econômicas, como o plano de estudos aqui analisado permite entrever⁵⁴.

51 – DISNEY, *op. cit.*, p. 305; BOTO, *op. cit.*, p. 166; PAQUETTE, *op. cit.*, p. 77; MOTA, Carlos Guilherme da. Mentalidade Ilustrada na Colonização Portuguesa: Luís Dos Santos Vilhena. *Revista de História da USP* 35, n. 72 (1967).

52 – MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 548, 551.

53 – RUSSELL-WOOD, *op. cit.*, p. 99.

54 – *Ibid.*, p. 101; RUSSELL-WOOD. Centers and Peripheries in the Luso-Brazilian

Outro traço importante que emerge da leitura desse requerimento é a preocupação com uma rotina escolar organizada e detalhada. O estabelecimento de uma rotina disciplinada visava à educação através do controle do corpo. A disciplina transformaria o corpo em um mecanismo a ser construído, controlado e treinado⁵⁵. Conforme o plano, pode-se deduzir que a escola era uma combinação de técnicas e repetições – horário para acordar, rezar, ler, comer, arrumar-se e exercitar-se – para moldar a conduta dos pensionistas de um modo bastante preciso⁵⁶. Regulamentações como essas tinham por objetivo, portanto, criar corpos dóceis e mentes obedientes que jamais confrontariam a religião ou a autoridade⁵⁷. Uma vez na escola, os meninos adentravam um novo mundo onde o tempo era controlado e havia uma disciplina a ser seguida e internalizada⁵⁸.

A rotina da casa de educação em Salvador seria a seguinte: entre setembro e março (primavera e verão) os internos deveriam acordar às seis da manhã. Esse horário mudava entre abril e agosto (outono e inverno), quando os alunos poderiam se levantar às sete da manhã. Após se levanta-

World, 1500-1808. In: *Negotiated Empires: centers and peripheries in the Americas, 1500-1820*, p. 111; MATTOS, Hebe. “Pretos” and “Pardos” between the Cross and the Sword: racial Categories in seventeenth century Brazil. *European Review of Latin American and Caribbean Studies (ERLACS)*, n. 80 (2006): p. 49, 52; BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002, p. 271-275; BETHENCOURT, Francisco. *Racisms: from the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton: Princeton University Press, 2013, p. 1-2; 368; BOXER, C. R. *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825: a succinct survey*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1963, p. 82-84.

55 – FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979, p. 135-138.

56 – DUSSEL, Inés. School Uniforms and the Discipline of Appearances: Towards a History of the Regulation of Bodies in Modern Educational Systems. In: *Cultural History and Education: critical essays on knowledge and Schooling*, ed. Thomas S. Popkewitz, Barry M. Franklin, and Miguel A. Pereyra. New York, London: Routledge Falmer, 2001, p. 212.

57 – SWARTZ, Marc J.; TURNER, Victor W. e TUDEN, Arthur, *Political Anthropology*. Chicago: Aldine Pub. Co., 1966, p. 1; ASAD, Talal. *Genealogies of Religion: discipline and reasons of power in Christianity and Islam*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1993, p. 125; FOUCAULT, *op. cit.*, p. 138; DUSSEL, *op. cit.*, p. 209, 223.

58 – THOMPSON, E. P. *Customs in Common*. Pontypool, Wales: Merlin Press, 2010, p. 388, 395.

rem, o estatuto estabelecia que os internos teriam meia hora para arrumar-se antes de fazer as primeiras orações do dia. A primeira lição começaria ou às oito ou às onze horas da manhã, dependendo do semestre, e seria de geografia. Em seguida, viriam as aulas de escrever, ler e contar, línguas portuguesa e latina. Às duas da tarde, os internos teriam lições de francês às segundas, quartas e sextas. À mesma hora, terças, quintas e sábados, aprenderiam inglês. Haveria um intervalo entre as cinco e seis horas da tarde, quando os alunos eram obrigados a ficar em silêncio e estudar até às nove horas da noite. Aos domingos, os pensionistas deveriam ir à missa e, depois, estudar história – religiosa, universal e do país. O fato de que havia uma parte da história separada para o país é digno de nota. Seria uma evidência de que o Brasil já era entendido como um país à parte de Portugal? Ou seria o país entendido como o Império luso-brasileiro? Seria uma prova de que a identidade nacional brasileira estava em vias de formação⁵⁹?

O século dezenove testemunhou o (re)nascimento da história como essencial para a educação de servidores e administradores públicos⁶⁰. Paralelamente, a formação de novos súditos, dignos da sede de uma monarquia europeia, ganhou força a partir de 1808. Dentro desse cenário, a inclusão da história como disciplina obrigatória e, mais ainda, da história “do país” é sintomática das mudanças pelas quais passava a cultura luso-brasileira. Contudo, se a história do país era a história nacional, por que estava relegada aos domingos, dias teoricamente livres? É preciso lembrar que a história nacional estava ainda em seus estágios iniciais não apenas no Brasil, mas também na Europa. O historicismo legitimava a ideia de civilização europeia nas colônias durante o século dezenove.

Ao mesmo tempo, recomendava que as colônias esperassem até adquirir consciência histórica⁶¹. Dessa forma, a tensão entre as transforma-

59 – SCHWARTZ, Stuart. The Formation of a Colonial Identity in Brazil. In: *Colonial Identity in the Atlantic World, 1500-1800*, ed. Nicholas P. Canny and A. R. Pagden. Princeton; Guildford: Princeton University Press, 1987, p. 20.

60 – GREENBLATT. Cultural Mobility: An Introduction. In: *Cultural Mobility: a manifesto*, p. 20.

61 – CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe*. Princeton, N.J.; Oxford:

ções culturais e educacionais no Brasil, representadas, nesse caso, com a alocação das aulas de história aos domingos, juntamente com religião, refletiria, também, as tensões inerentes ao sistema colonial. Dito de outra forma: a história nacional era importante, mas ainda não muito.

As escolas regulavam o tempo dos alunos não apenas durante o ano acadêmico, mas também durante as férias e descansos, determinando quando, como e com quem. Aos internos não era permitido sair da escola sem a supervisão de uma pessoa “de respeito e probidade” – escolha feita pela escola – e nunca durante a semana. A higiene é outro fator que salta aos olhos no plano⁶². Esperava-se que os alunos levassem a própria roupa de cama e roupas de uso. Provavelmente essa regra tinha como objetivo garantir a limpeza, outra forma de controle e disciplina dos corpos⁶³. A saúde do corpo passava a ser, assim, responsabilidade das escolas. Nesse contexto, a dieta também aparece como foco no estatuto da escola de Vilhena e Torrão. Os alimentos mencionados são: chá, café, leite, torradas e manteiga no café da manhã (chamado no plano de almoço); sopa, carne, arroz, guisado e sobremesa para o almoço (jantar do meio-dia); peixe ou carne e queijo para o jantar (ceia) das vinte e uma horas, depois de uma merenda frugal às dezessete horas.

O cardápio escolar apresentado pelos requerentes não é simples, tampouco luxuoso, embora, provavelmente, menos frugal do que o da maioria da população baiana. Apesar de, em alguns lugares como as Minas setecentistas a carne de vaca ser considerada uma comida de doença, ou seja, necessária para convalescentes pertencentes a todos os grupos sociais, em Salvador oitocentista a carne era, aparentemente, um alimento mais comum, assim como o peixe⁶⁴. É necessário salientar que, para além

Princeton University Press, 2000, p. 7-8.

62 – ADÃO, *op. cit.*, p. 253-254.

63 – VIGARELLO, Georges. *Concepts of Cleanliness: changing attitudes in France since the Middle Ages*. Cambridge; Paris: Cambridge University Press; Editions de la Maison des sciences de l'homme, 1988; VIGARELLO, Georges. *The Upward Training of the Body from the Age of Chivalry to Courtly Civility*. In: *Fragments for a History of the Human Body*, p. 152; 176-177.

64 – FURTADO, Junia Ferreira. Milho, Feijão, Angu e Canjica; Couve não? Ou O Que Comiam (Ou Não) os Escravos da Mineração. In: *História & Alimentação*: Brasil séculos

da necessidade de nutrir os corpos para mantê-los funcionais e aptos ao aprendizado e à prática de atividades físicas, as refeições propiciavam aos alunos um momento ideal para convivência e exercício das normas de civilidade⁶⁵.

O documento em tela oferece um outro ponto de interesse para a questão de disciplina e controle do corpo dos estudantes com objetivos educacionais e civilizacionais: o uniforme. Vilhena e Torrão buscavam distinguir os alunos da sua instituição por meio de um cordão de fita azul claro com uma medalha de prata de Nossa Senhora da Conceição. A escolha de um marcador religioso revela uma concepção de sociedade segundo a qual a religião seguia tendo um papel proeminente na educação, apesar de toda a modernização e suposta secularização ilustrada. Um pedido como esse sugere que o instituto buscava diferenciar os seus alunos das demais escolas, além de transformá-los num símbolo de prestígio e virtude⁶⁶. Uniformes, cores e símbolos eram simbólicos e serviam para identificar os estudantes como membros de uma comunidade específica, ampliando, assim, o espectro de hierarquia já tão presente na sociedade luso-brasileira⁶⁷. Ademais, tais símbolos possibilitavam que os alunos fossem reconhecidos como pertencentes a determinado grupo social detentor de certo nível de instrução⁶⁸.

Finalmente, merecem destaque os futuros professores – e reitores – do colégio Nossa Senhora da Augusta Conceição. Primeiramente, Luiz dos Santos de Vilhena, português de nascimento, era professor régio apo-

XVI-XXI, ed. Leila Mezan Algranti e Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo. Belém: Pakatatu, 2020, p. 455-458; SILVA, João Luiz Máximo da. Dimensão atlântica e "gosto" local. A comida de rua no Brasil do século XIX. In: *História & Alimentação: Brasil séculos XVI-XXI*, ed. Leila Mezan Algranti e Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo. Belém: Pakatatu, 2020, p. 661-63.

65 – DUSSEL. In: *Cultural History and Education: critical essays on knowledge and schooling*, p. 218; ADÃO, *op. cit.*, p. 254-255. E. P Thompson faz referência a isso como “a influência socializante do processo escolar” (tradução livre). THOMPSON, *op. cit.*, p. 387.

66 – Dussel. In: *Cultural History and Education: critical essays on knowledge and schooling*, p. 213-216; 222.

67 – *Ibid.*, p. 213-216.

68 – *Ibid.*

sentado de língua grega, sendo, portanto, já familiarizado com as reformas pombalinas do ensino. Vilhena é considerado um dos primeiros historiadores brasileiros, fato que ajuda a explicar não só a presença da história na grade curricular da instituição de ensino proposta por ele, mas também as contradições da colonização latentes no requerimento⁶⁹. Apesar de algumas ideias avançadas que visavam à modernização da colônia, Vilhena permanecia com uma mentalidade colonizadora favorável à escravidão.

Thomé Joaquim Torrão era padre, o que demonstra a continuidade da presença religiosa no ensino luso-brasileiro mesmo após as reformas. De modo geral, antes das reformas, o sistema educacional português era monopolizado pelos jesuítas, sobretudo no ultramar⁷⁰. Mesmo com as reformas, existe uma diferença entre secularização da educação e substituição total de professores clérigos por civis, já que a existência de um não elimina a do outro⁷¹. Agentes religiosos continuaram a exercer funções de ensino, quer como professores régios ou particulares, muitas vezes, utilizando materiais religiosos – o plano de Vilhena e Torrão menciona o catecismo para praticar a leitura⁷².

O documento aqui analisado é uma janela para observar as mudanças ocorridas no sistema de ensino brasileiro após a chegada da família real na América portuguesa. Requerimentos para a abertura de instituições de ensino particulares seguiam o padrão europeu de “anatomia política” que buscava disciplinar os corpos⁷³. A elaboração de grades de horários, hoje tão naturalizadas e banais – visava impor a todos o mesmo ritmo, regular a repetição e dividir o tempo em atividades que deveriam ser pronta-

69 – MOTA, Carlos Guilherme da, *op. cit.*.

70 – DISNEY. *A History of Portugal and the Portuguese Empire: from beginnings to 1807*, p. 276.

71 – NÓVOA, António. *Le Temps des Professeurs: analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XXe Siècle)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p. 225, v. 1.

72 – *Ibid.*, p. 175; CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 467; SILVA. *In: Histórias e Memórias da Educação do Brasil*, p. 132.

73 – FOUCAULT, *op. cit.*, p. 138.

mente executadas em nome da civilidade e da civilização⁷⁴. A reunião de indivíduos organizados sob um mesmo espaço e executando as mesmas atividades facilitava a sua supervisão simultânea⁷⁵. Um documento curto como esse aponta caminhos para pesquisas sobre como o espaço escolar tornou-se uma espécie de “máquina de aprendizado” e uma nova forma de supervisionar, hierarquizar, punir ou recompensar os indivíduos de uma forma diferente do Antigo Regime, mas que visava à formação de súditos civilizados dentro do padrão europeu sociabilidade e instrução⁷⁶.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

74 – *Ibid.*, p. 149-150; 154.

75 – *Ibid.*, p. 147.

76 – *Ibid.*

VI – RESENHAS REVIEW ESSAYS

MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*.
Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora da
Universidade de São Paulo, 2018.

UM OLHAR SOBRE A MATERIALIDADE E OS SIGNIFICADOS DOS TEXTOS

GABRIEL DE ABREU MACHADO GASPAR¹

Ao folhear as páginas de uma gazeta setecentista, o leitor deparava-se com anúncios de vendas e subscrições de livros dos mais variados assuntos. Não raro, tais avisos continham informações relativas aos aspectos físicos das obras anunciadas, algo incomum para nós, leitores contemporâneos. Os livreiros e editores dos tempos modernos destacavam informações sobre o papel, a notação tipográfica e encadernação pois estavam conscientes da importância atribuídas pelos leitores e potenciais compradores a esses elementos. Contudo, em sentido inverso ao dos agentes da cultura impressa, os linguistas, historiadores e críticos textuais constantemente ignoraram tais aspectos e encerravam suas análises em torno do “texto”. Em oposição à esta tendência se inserem as reflexões de Donald Francis McKenzie. Nascido na Nova Zelândia em 1931, onde começou sua carreira acadêmica, tornou-se Professor de Bibliografia e Crítica Textual na Universidade de Oxford. Ao longo de sua vida, se dedicou à história do livro e desenvolveu estudos relevantes sobre a Cambridge University Press nos séculos XVII e XVIII, o comércio livreiro em Londres, a Stationers’ Company, a obra do dramaturgo inglês William Congreve (1670-1729), dentre outros temas.

1 – Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: machado.gal8@gmail.com .

Em *Bibliografia e Sociologia dos Textos*, obra publicada originalmente em 1986, McKenzie apresenta os principais aspectos da renovação proposta por ele para os estudos bibliográficos e para a crítica textual. A obra encontra-se dividida em duas partes. A primeira, “Bibliografia e Sociologia dos Textos”, reúne as três conferências proferidas por McKenzie na inauguração das Panizzi Lectures, na British Library, em 1985. A segunda, “A sociologia de um texto: cultura oral, alfabetização e impressão na Nova Zelândia”, é fruto de outra conferência realizada na The Bibliographical Society em fevereiro de 1983. Como bem ressaltou Roger Chartier no prefácio à edição espanhola, esta organização permite ao um duplo movimento. De um lado, as conferências de 1985 estão repletas de exemplos clássicos da literatura inglesa da Época Moderna, como Shakespeare, Locke e Congreve, estudados sob a nova ótica proposta pelo autor. De outro, a conferência de 1983, ao analisar o Tratado de Waitangi de 1840, desnuda as implicações políticas e sociais da sociologia dos textos defendida por McKenzie.

Na primeira conferência, intitulada “O Livro como uma Forma Expressiva”, McKenzie dialoga com as posturas tradicionais da bibliografia presente em autores como Walter Greg e Fredson Bowers, que buscavam uma “bibliografia pura” que desconsiderava os aspectos simbólicos e os significados dos signos impressos. Em contraposição, o que importa para McKenzie é justamente esse significado simbólico e suas relações com a função e forma dos textos. Em suas palavras, “bibliografia é a disciplina que estuda textos enquanto formas registradas e os processos de sua transmissão, incluindo sua produção e recepção”². O autor ressalta ainda que compreende todas as formas de textos e não apenas livros e signos impressos ou escritos em papel. Além disso, por considerar os processos históricos e sociais da transmissão desses textos, seria também apropriado para McKenzie caracterizar sua noção de bibliografia como uma sociologia dos textos. Por isso, sua “sociologia dos textos” se choca com uma “visão ortodoxa da bibliografia”, como foi qualificada pelo au-

2 – MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 25.

tor aquela que excluía aspectos linguísticos e históricos em busca de um status científico.

No caso dos livros impressos, especialmente, McKenzie argumenta que informações importantes podem ser apreendidas a partir dos “signos tipográficos” e das decisões editoriais tomadas no momento da impressão. Assim, “a forma material dos livros, os elementos não-verbais da notação tipográfica dentro deles e a própria disposição do espaço têm uma função expressiva na transmissão do significado”³. A partir disso, a bibliografia concebida por McKenzie oferece importante contributo à história do livro e da leitura. Afinal, tais campos precisam considerar as “leituras errôneas”, isto é, a reescrita dos textos pelos leitores e pelos impressores através das mudanças tipográficas e materiais empreendidas em uma determinada obra. Por tudo isso, essa definição de bibliografia que incorpora a história permite a localização dos autores e de seus leitores no tempo.

Em “O Frasco Quebrado: Textos Fora dos Livros”, título da segunda conferência, amplia o conceito de texto e questiona o caráter hermético dos livros. Afastando-se das concepções de texto enquanto algo determinado e estável, McKenzie afirma que “a integridade do texto do autor, sua transparência e a unidade formal do livro que o incorpora sugerida na imagem do frasco de Milton têm sido consistentemente destruídas”⁴. A partir dessa concepção, o autor diverge da crítica textual, frequentemente preocupada com a criação de um “texto mestre” ou cópia ideal do texto do autor. Esta busca acaba por desconsiderar aspectos próprios da história do livro e da leitura, que já demonstrou que versões diferentes de um mesmo texto são criadas por outros agentes, como editores, leitores e até novos escritores. Dessa forma, para McKenzie, considerar os textos “fora dos livros” trata-se de “quebrar” o frasco, isto é, o livro em sua concepção unitária e tradicional enquanto objeto da bibliografia e da crítica textual.

3 – MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 30.

4 – MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 54.

Na última das Panizzi Lectures, intitulada “A Dialética da Bibliografia Atual”, McKenzie retoma a divisão entre as concepções de texto expostas anteriormente: em uma, o texto é sancionado pelo autor e definido historicamente, e na outra, o texto é incompleto, aberto e alterado constantemente pelos leitores. A partir dessas concepções, especialmente a primeira, histórica, o autor aprofunda suas reflexões acerca da relação entre a forma e o significado em livros impressos a partir de exemplos de John Locke e James Joyce. Este último, demonstra McKenzie, mostrou-se preocupado para que a primeira edição de seu *Ulisses* trouxesse um significado textual na forma do livro. Joyce se ocupou da interação do texto com a página e com as marcações e limites que deram forma ao livro, inclusive o número de páginas da obra. Por tudo isso, o autor argumenta que tal significado é perdido nas sucessivas edições que não trazem a mesma preocupação devido às mudanças no formato da obra. Assim, retorna à concepção de texto aberto e flexível uma vez que nenhum texto permite um significado definitivo. Nas palavras de McKenzie, “A unidade ostensiva de qualquer texto ‘contido’ (...) é uma ilusão”⁵. Por isso, na bibliografia proposta pelo autor, essa contradição ou dicotomia se dissolve.

A partir dessa concepção de texto, McKenzie delinea as principais características de sua bibliografia ou sociologia de textos, que abarca todos os tipos de textos e possui uma função interpretativa significativa que ultrapassa uma análise estritamente verbal. Ao contrário, considera importantes os modos pelos quais os textos são transmitidos. Além disso, parte do pressuposto de que novos textos são construídos a partir de novas formas, incluindo a formação de coleções e arquivos. Trata-se, então, de uma “sociologia dos textos” pois os considera enquanto produtos sociais, envolvidos em dinâmicas de consumo e produção. Por fim, McKenzie destaca os desafios para os bibliófilos e profissionais da disciplina e a importância dessa definição de texto. Em suas palavras, “o que precisamos é nada menos do que um novo conceito de texto na história”⁶.

5 – MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 83.

6 – MCKENZIE, Donald F. *Bibliografia e Sociologia dos Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 103.

A conferência “A Sociologia de um Texto: cultura oral, alfabetização e impressão na Nova Zelândia” compõe a segunda parte da obra e apresenta, em certa medida, a aplicação sobre um objeto de alguns pressupostos elencados nos textos anteriores. McKenzie estuda a Nova Zelândia, país de seu nascimento, entre as décadas de 1840 e 1860, período em que ali se processou a passagem do oral ao escrito e da chegada a impressão. Para o autor, tal transformação é semelhante àquela pela qual a Europa passou após a invenção dos tipos móveis por Gutenberg no século XV, bem como descreveu Elizabeth Eisenstein, citada na obra⁷. A ênfase de sua reflexão recai sobre o Tratado de Waitangi, celebrado entre a Coroa inglesa, representante da cultura escrita europeia, e os chefes da tribo maori, membros de uma cultura indígena completamente oral. Segundo os termos do Tratado, os chefes cediam os direitos e poderes de soberania sobre seus territórios aos britânicos. A partir da assinatura desse pacto, McKenzie empreende uma série de considerações relevantes acerca do impacto da alfabetização entre os maoris, a influência e introdução da impressão, das traduções e diferentes versões impressas do Tratado de Waitangi.

Finalmente, as reflexões de McKenzie presentes neste livro foram fundamentais para renovações no âmbito da bibliografia, da crítica textual e da história do livro e da leitura. A insistência em uma nova concepção de texto e na ideia de que os aspectos materiais contribuem para o significado dos livros permite que os estudiosos ultrapassem o texto verbal e passem a considerar outras características. Por tudo isso, a obra, que já havia sido traduzida para o francês, inglês e espanhol, chega com certo atraso à língua portuguesa. São inúmeras suas possíveis contribuições para a historiografia brasileira que tem se dedicado ao estudo da história do livro e da leitura no Brasil. As interpretações clássicas sobre o pensamento social brasileiro e suas obras podem ser revistas à luz de suas reflexões. Os estudos sobre o letramento e as diferentes leituras de

7 – Cf. EISENSTEIN, Elizabeth L. *The Printing Press as an Agent of Change: Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe*. 2 v. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. EISENSTEIN, Elizabeth L. *The Printing Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

um texto podem ser ampliados a partir da análise material de suas diferentes edições. Além disso, ao destacar o papel significativo na reescrita dos *printers of mind*, expressão que utilizou em outra ocasião, a nova bibliografia proposta por McKenzie destaca a importância das trajetórias de livreiros, tipógrafos, compositores e revisores envolvidos na impressão dos livros⁸. Em virtude dessas contribuições, o livro se torna leitura fundamental para os interessados nesses e outros assuntos. Afinal, o que o autor traz à tona, fundamental, é a sensibilidade de “escutar com os olhos”, na arguta percepção de Roger Chartier lembrando um verso do espanhol Francisco de Quevedo⁹.

Texto apresentado em novembro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

8 – MCKENZIE, Donald. *Making Meaning: "Printers of the Mind" and Other Essays*. Amherst: University of Massachusetts Press, 2002

9 – CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 24, nº. 69, p. 7-30, mai.-ago. 2010.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *Juca Paranhos: o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

O DESAFIO RIO BRANCO: O BARÃO POR UMA NOVA PERSPECTIVA BIOGRÁFICA¹

ELISABETH SANTOS DE CARVALHO²

A narrativa predominante sobre a história de vida de José Maria da Silva Paranhos Junior, o barão do Rio Branco, apresenta a trajetória do filho de um estadista do Império, estudioso, que abdicou da vida pessoal em função dos interesses nacionais, e que foi enaltecido pelas vitórias dos litígios do território nacional. Feito narrado como um milagre e que, afinal, garantiu o posto mais alto na carreira diplomática. O enredo procura valorizar os esforços do personagem, ressaltando a figura do intelectual dedicado às pesquisas em arquivos europeus e, posteriormente, ao trabalho em seu gabinete no Itamaraty.

Da extensa bibliografia sobre Rio Branco destacam-se, primeiramente, dois projetos biográficos. Em 1945, ano das comemorações do centenário de seu nascimento, foi lançado o livro de Álvaro Lins, *Rio-Branco: (o barão do Rio Branco) 1845-1912*³. Obra encomendada pelo Ministério das Relações Exteriores, foi pioneira na ampla utilização dos arquivos históricos da instituição. Passados alguns anos, em 1959, Luiz Viana Filho, biógrafo de grande projeção entre a crítica literária de seu tempo, lançou *A vida do barão do Rio Branco*⁴. Consolidadas como suas

1 – Menção ao termo “desafio biográfico” presente na obra DOSSE, François. *O Desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2015.

2 – Doutoranda em História Política pela UERJ. Email:scarvalho.eliza@gmail.com.

3 – LINS, Álvaro. *Rio-Branco: (o barão do Rio Branco) 1845-1912*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1945. 2 v.

4 – VIANA FILHO, Luís. *A vida do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

principais biografias, correspondem a um contexto similar de produção biográfica⁵.

Em um novo contexto, tendo desfrutado de amplo debate sobre a escrita biográfica e as relações com a produção historiográfica, Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos⁶ publicou, em 2018, *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*⁷, obra que reúne mais de dez anos de pesquisa do diplomata e historiador. Como revela no prefácio, o projeto biográfico não estava nos seus planos, mas os desdobramentos de publicações anteriores acabaram por aproximá-lo, cada vez mais, do personagem. Ainda que o barão não fosse seu principal objeto de estudo, alguns de seus trabalhos tangenciam temáticas relacionadas a Rio Branco. De forma sucinta, ainda no prefácio, analisa a bibliografia sobre o barão, destacando as biografias anteriormente mencionadas como as obras de maior fôlego sobre o chanceler.

Em *Juca Paranhos* o olhar de Luís Cláudio Villafañe está centrado na trajetória pessoal e na obra política do barão, preocupado em superar uma escrita laudatória e linear, onde nuances e complexidades do indivíduo são eclipsadas. Para tanto, o estudo de Pierre Bourdieu *A ilusão biográfica*⁸ é uma das referências do autor. Bourdieu critica a ideia de se construir um relato de vida, tentando forjar uma dinâmica de *início-meio-fim*, para uma realidade que é descontinuada, aleatória. Defende que o único vínculo entre os fatos selecionados é o sujeito, que, aliás, de constante, tem apenas o nome próprio que lhe é atribuído. Como Villafañe imprime no título do livro, nem o nome próprio é constante na trajetória

5 – Sobre o contexto de produções biográficas no Brasil dos anos 20 até a década de 1950 e sobre a concepção de “biografia moderna”, ver GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço. Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

6 – Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos é diplomata de carreira e historiador. Embaixador do Brasil na Nicarágua. Atualmente é pesquisador associado ao Observatório das Nacionalidades (Fortaleza), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 2012 e da Academia de Geografia e História de Nicarágua desde 2017.

7 – SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *Juca Paranhos: o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

8 – BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 183-192.

do seu personagem, afinal, José Maria da Silva Paranhos Junior, o Juca Paranhos, ganhou glória e posteridade como o barão do Rio Branco, chegando a ser reconhecido apenas como o Barão.

Organizado em três partes, o livro inicia pela configuração da família Paranhos, passando pelos anos de formação e eventos da trajetória do jovem Juca, que se moldava à sombra do pai, o visconde do Rio Branco, e segue até o conturbado episódio do seu ingresso no corpo diplomático em 1876. A segunda parte, dedicada aos vinte e seis anos que esteve na Europa, acompanha o início da sua carreira, com as incertezas e inquietações de um monarquista no pós 1889, e com o pragmatismo e a artimação que foram necessários para lidar com o novo cenário e garantir o posto, que era fundamental para a manutenção da família. Por fim, os casos de arbitragem internacional como momento de redenção.

A última parte do livro corresponde ao período que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores, partindo dos desafios de retornar ao Brasil e lidar com uma política interna diferente da que conhecera, dando continuidade às questões de fronteiras que acabam por cruzar alguns capítulos. O autor chama a atenção para interpretações políticas nem sempre precisas, e para a elaboração da agenda da política externa em seu tempo, demonstrando as relações com processos políticos e com a potência da narrativa articulada em seus textos, até que, nos damos conta de ter acompanhado a construção do personagem por uma nova perspectiva. O breve apontamento sobre a organização do livro, pretende sinalizar que, além das curiosidades e histórias contadas pelo autor, a biografia de Rio Branco permite analisar diferentes aspectos de uma época.

Ainda que o percurso temporal demarque as três partes do livro, nota-se que não são construídas meramente como uma sucessão de fatos. Ao longo dos trinta capítulos, as nuances ganham destaque, assim como novas reflexões sobre aspectos consolidados da personalidade e da trajetória do barão. O herói nacional, reverenciado por muitos biógrafos, permanece no seu texto, mas ponderações e críticas ganharam espaço com Villafañe. A suposta autonomia irrestrita de Rio Branco é posta à prova,

assim como é questionada a existência de uma “aliança não escrita”⁹ entre o Brasil e os Estados Unidos, naquele período. Deve-se observar como o autor, trabalhando predominantemente com as mesmas fontes e a partir da releitura de obras que compõem a bibliografia sobre o tema, busca desconstruir alguns mitos criados em torno do barão e traz certa provocação à produção acadêmica, muitas vezes alinhada a esses discursos.

Nesse sentido, contra a ideia de que Rio Branco esteve isolado na Europa desde sua nomeação para o consulado em Liverpool, o autor articula um vasto conjunto documental para demonstrar que o barão utilizava seu capital intelectual contra o regime instituído no 15 de novembro, e que ele empenhou “esforço sistemático para se aproximar de autoridades republicanas¹⁰”. Para sobreviver no momento de alteração do regime político foi necessário saber os limites da sua exposição e posicionamento. Através de uma delicada articulação conseguiu se manter durante os anos do início da república sem estabelecer desagrados em nenhum dos lados, transitou discretamente entre diferentes grupos, ora entre os amigos monarquistas de longa data, ora entre os republicanos da situação. Como demonstra Villafañe, as manobras de Rio Branco ficaram registradas pela sua correspondência com diferentes personalidades e pelos artigos que publicava protegido por pseudônimos.

Da mesma forma, contesta a versão consagrada sobre a sua nomeação para a defesa do caso de Palmas. A designação seria fruto do dito “esforço sistemático”, longe de ter sido recebido com surpresa por Juca Paranhos. Naquele momento, a novidade era apenas para a população que pouco conhecia o barão do Rio Branco, o contexto da jovem república estava impregnado de amigos do tempo saquarema e novos amigos com os quais vinha estabelecendo laços no novo regime.

O laudo favorável ao Brasil, na disputa com a Argentina, lançou seu nome para além das redes reveladas por sua correspondência e dos cír-

9 – Referência ao termo “unwritten alliance” difundido a partir da publicação do ensaio BURNS, E. Bradford. *The unwritten alliance: Rio-Branco and Brazilian-American relations*. New York: Columbia University Press, 1966.

10 – SANTOS, *op. cit.*, p. 477.

culos de brasileiros residentes em solo europeu. A partir desses eventos o nome de Rio Branco teve notável projeção na imprensa brasileira, tornando-se conhecido e reconhecido, pelo grande público como o defensor do território nacional.

A intensa troca epistolar analisada pelo autor permite ainda outras reflexões. A crença de que a política externa deve se manter independente da política interna é um aspecto marcante do discurso de Rio Branco, mas que não corresponde à atuação registrada na sua correspondência. Participando desses círculos, o barão sempre esteve envolvido com membros de governo e, quando esteve à frente do Ministério, dependia de intensa articulação política para sua condução. A forma como o autor aborda e explica o cenário da aprovação dos tratados de definição de fronteiras ilustra muito bem a questão.

Ao analisar cartas, discursos e artigos que Rio Branco enviava constantemente aos jornais, Villafañe chama atenção para o caráter dessas fontes como “escritas de si”, onde o próprio barão define aspectos da narrativa construída sobre o personagem. Além de tirar da passividade as designações para a defesa das questões de Palmas e do Amapá, o autor observa o teor das cartas do período da nomeação para o Ministério, e o tom ditado por Rio Branco, de que ele, depois de muito hesitar, aceitaria o cargo em sacrifício próprio. Versão repetida por muitos de seus contemporâneos e articulada à imagem do mito político, inclusive na escrita biográfica.

O aspecto heroico da figura de Rio Branco, aparece de maneira mais transversal no livro de Villafañe. O reconhecimento do seu legado não é transposto em reverência incondicional. Em publicação anterior *O evangelho do barão: Rio Branco e a identidade brasileira*, de 2012¹¹, Villafañe intitulou seu último capítulo de “Os milagres do Barão”. Ao tratar dos “milagres”, o autor articula a atuação de Paranhos antes e ao longo do Ministério, suas vitórias, a repercussão e, por fim, a construção

11 – SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O evangelho do barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

da ideia eternizada do patrono do Itamaraty e a representação como um dos “santos do nacionalismo”. A referência a uma sacralização de Rio Branco está presente também na capa do seu livro *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*, publicado dois anos antes¹². Nela é reproduzida uma imagem do vitral da National Cathedral de Washington, também conhecida como a Catedral das Américas, onde o barão aparece ao lado de Simón Bolívar e San Martín.¹³

Para o autor, a longevidade do mito político de Rio Branco reside na grandiosidade de sua obra articulada à construção de imagem e narrativa que lançaram as bases para sua permanência. Refutando o caráter mítico da adoração popular, que acaba reproduzida em muitos textos biográficos, discorre sobre excessos e elementos que contribuíram para longevidade do mito político.

Assim contesta que a política externa, ainda hoje, seja formulada em seus moldes. Rio Branco e seu legado, são sim reivindicados pelo valor histórico e transformador do seu projeto para o Itamaraty. Sua importância para a história da instituição ainda é insuperável, mas as circunstâncias do concerto internacional diferem do seu contexto, são outras demandas que hoje movimentam o corpo diplomático. Deste modo, foca a visão pragmática, desbancando o heroísmo alardeado que acompanhou desde pequenas notas nas cadernetas do barão até pistas na sua correspondência e registros de banco, para expor em números como, muitas vezes, sua posição era ponderada por necessidades financeiras.

Apresenta mais do que o “definidor das fronteiras”, mas um articulador de narrativas, fruto de um processo intelectual e político. Villafañe delinea um Rio Branco criador de narrativas, que, para além de seus escritos, estão associadas aos círculos e instituições de produção intelectual, onde suas ideias desfrutavam de grande espaço e prestígio. Narrativas,

12 – SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

13 – *Ibidem.*, p. 17-18.

relacionadas com as suas permanências, que foram incorporadas pela diplomacia e pouco questionadas no meio acadêmico.

Diante da variedade de episódios, temas e histórias que compõem a biografia de Rio Branco, destacamos alguns aspectos que estão no centro das análises e debates desenvolvidos no livro. As relações entre imprensa e poder, ao lado da alteração do eixo diplomático, ou da imagem do Brasil que Rio Branco buscou promover na sua gestão, estão entre os temas que merecem a atenção do leitor. A atuação do barão na imprensa, e, de modo mais amplo, sua relação com a imprensa, perpassa todas as três partes do livro. Com destaque para o alinhamento do *Jornal do Commercio*, tendo a proximidade entre Rio Branco e José Carlos Rodrigues como peça-chave, e a crítica feroz do *Correio da Manhã*, com a figura de Edmundo Bittencourt.

Nas linhas de Villafañe uma escrita fluida, sem os excessos das notas de rodapé, se dirige a um público maior. Ficamos atentos à forma como apresenta dados, conta histórias e constrói a sua história. A partir dos seus textos podemos observar um pouco do percurso intelectual do autor, e ao olharmos especificamente a composição das capas dos seus livros fica evidente que podemos esbarrar com diferentes “barões do Rio Branco”. Depende do olhar, da escala utilizada, do foco ajustado. Passamos pela imagem sacralizada no vitral, por uma caricatura de revista até uma pintura a óleo do perfil, quase fotográfico, de Rio Branco.

As interpretações são diversas, até aquelas que se pretendem mais próximas à realidade são representações desse real, e por mais exaustivas que se apresentem não esgotam as possibilidades, porque, afinal, falar em biografias, é falar em “histórias inacabadas¹⁴”.

Texto apresentado em dezembro de 2020. Aprovado para publicação em janeiro de 2021.

14 – Em referência à colocação de Paul Ricoeur de que escrever uma vida seja uma história inacabada, ver RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas[SP]: Editora da Unicamp, 2007, p. 657.

BENFEITORES DA REVISTA DO IHGB

Adriana Pereira Campos	Fernando Itanga
Alex Varela	Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Alexandre Hubner	Francisco Rogério Madeira Pinto
Alexandre Mansur Barata	Fábio Lemos
Alexandre Raicevich de Medeiros	Gefferson Ramos Rodrigues
Ana Paula Sampaio Caldeira	Gisele Cristina Cipriani de Almeida
André Ricardo Heraclio do Rego	Giulia Seixas Calumby Lisboa
Andréa Camila	Guilherme Neves
Angela Fonseca Souza Assis	Guilherme Ribeiro
Angela Maria Roberti Martins	Gunter Axt
Anita Correia Lima de Almeida	Gustavo Pereira
Antonio Celso Alves Pereira	Gustavo Silveira Siqueira
Antônio Carlos Jucá	Gustavo Sousa
Arno Wehling	Hanna Sonkajärvi
Associação Nacional de História Seção Regional do Rio de Janeiro	Heloisa Maria Murgel Starling
Beatriz de Moraes Vieira	Hendrik Kraay
Bruno Santos Sobrinho	Hilda Leonor Cuevas de Azevedo-Soares
Caio Affonso Leone	Humberto Fernandes Machado
Camila Belarmino	Irene Scofano Gonçalves Figueiredo
Carla Hauer	Isadora Maleval
Carlos Fernando Pinto Machado e Silva	Israel Aquino
Carlos Kessel	Jaime Antunes da Silva
Celso Queiroz	Jali Meirinho
Christian Edward Cyril Lynch	Jean Marcel Carvalho França
Cleyson de Moraes Mello	Jose Murilo de Carvalho
Cláudia Beatriz Heynemann	José Alberto da Costa Maia
Daniel Mello	José Damião Rodrigues
Eneida Vinhaes Bello Dultra	João Araujo
Ermio Patrão	João Batista Novais Faria Filho
Evanildo Cardoso	João Eduardo de Alves Pereira
Fabio Peixoto	João Marcos Copertino
Fellipe Dennilson Ribeiro Feijó	Juliana de S Duarte
Fernanda Kieling Pedrazzi	Juliana Timbó Martins

Jéssica Uhlig
Júlia Ribeiro Junqueira
Kátia Sausen da Motta
Laura Junqueira de Mello Reis
Lauro Figueiredo
Leonardo dos Reis Gandia
Leonardo Paschoal Guimarães
Lucas Cabral da Silva
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Luciano Raposo Figueiredo
Luciene Carris
Luiz Carlos Ramiro Junior
Luiza Silva
Marcello Otávio Neri de Campos Basile
Marcia Motta
Maria de Nazareth Correa Accioli Lobato
Maria do Rosário Alves Moreira da
Conceição
Maria Leticia Corrêa
Maria Teresa Bandeira de Mello
Mariana Carvalho
Marina Monteiro Machado
Maíra M. S. Villares Vianna
Miriam Collares
Monica Duarte Dantas
Nathália Tomagnini Carvalho
Natália Cabral dos Santos Esteves
Neusa Fernandes
Orlando de Barros
Patricia Boueri
Paulo Fernando de Albuquerque Mara-
nhão
Paulo Henrique Fontes Cadena
Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro

Paulo Knauss
Paulo Roberto de Almeida
Paulo Roberto Menezes
Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho
Phillipe Rocha Silva
Rafael Cupello Peixoto
Rafael de Castro Baker Botelho
Raquel Glezer
Renata Vale
Ricardo Sontag
Roberto Guedes Ferreira
Rodrigo Elias Caetano Gomes
Rogério de Souza Farias
Rosemary Saraiva da Silva
Sheila Moura Hue
Silvana Mota Barbosa
Tania Bessone C. Ferreira
Tatyana de Amaral Maia
Teresa Maria Malatian
Thalles Augusto de Carvalho Siciliano
Thiago Groh de Mello Cesar
Thiago Magalhães
Thiago Reis
Túlio Manoel Leles de Siqueira
Valdei Araujo
Victor Oliveira
Wanderson Oliveira
William Martins
Wilma Peres Costa
Anônimo

Agradecemos aos seguintes colaboradores pareceristas
ao longo do ano de 2020:

Alan Wruck Garcia Rangel	UERJ
Alcebiades Costa Filho	UEPI/UEMA
Alexandre Mansur Barata	UFJF
Ana Carolina Soares	UFG
Arno Wehling	Unirio/ABL
Carolinck de Marco G. M. Roma	FAA/Valença
Debora Raquel Alves Barreiros	UERJ
Francisco Gleison da C. Monteiro	UFPI
Gustavo Pinto de Souza	DESU/INES
Gustavo Siqueira	UERJ
Jacqueline Hermann	UFRJ
João Olinto Trindade Junior	Faculdade São Camilo
Leandro Antonio Almeida	UFRB
Leda Agnes S. de melo	UERJ
Leonardo S. Sasada Sato	UERJ
Leticia Pumar	UFRRJ
Ludmila Maia	USP
Maria Fernanda Bicalho	UFF
Maria Isabel Siqueira	UNIRIO
Marcos Guimarães Sanches	UNIRIO
Marcos José Dinis Silva	UECE

Monica Duarte Dantas	IEB/USP
Rabib Antonio	Centro Superior de Ensino de Valenca
Regina Helena Martins de Faria	UFM
Renata Ferreira C. Bonifácio	UFS
Ricardo Sontag	UFMG
Robério Santos Souza	UFBA
Rodrigo Cardoso Soares de Araújo	IF-SUDMG
Rogéria de Almeida Dutra	UFJF
Tarcísio Rodrigues Botelho	UFMG
Tania Maria Bessobe T. da C. Ferreira	UERJ
Temistócles Cezar	UFRGS
Tyrone Apollo Pontes Cândido	UECE
Walter Guandalini Junior	URPR
Weder Ferreira da Silva	IF-SUDMG
Wlamir Silva	UFSJ
Yuri M. Pereira Costa	UEMA

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma publicação de caráter científico, voltada para a difusão do conhecimento histórico, assim como de outras disciplinas e áreas afins, no âmbito dos estudos brasileiros.
2. Os órgãos de gestão da Revista são o Conselho Editorial, o Conselho Consultivo e a Comissão de Redação.
3. É de responsabilidade do Conselho Consultivo a elaboração de pareceres sobre as contribuições submetidas para fins de publicação.
4. A publicação de toda e qualquer colaboração dependerá da observância das Normas Editoriais e da avaliação do Conselho Editorial, da Comissão da Revista e/ou assessores ad hoc, que podem, em concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Toda identificação de autoria do trabalho será removida do arquivo, garantido desta forma o critério sigiloso da revista, quando submetido para avaliação por pares, conforme instruções disponíveis em Assegurando a Avaliação Cega por Pares.
5. Os conceitos emitidos nos trabalhos editados são de inteira responsabilidade dos autores.
6. Os textos serão publicados mediante cessão, pelos autores, de direito de publicação concedido à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, **por meio eletrônico, através do e-mail abaixo indicado.**
7. A Revista privilegia os seguintes tipos de contribuições:
 - 7.1 **Artigos:** textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas concernentes a temas de interesse para a R.IHGB. (até dez mil palavras).
 - 7.2 **Comunicações:** intervenções realizadas por sócios ou convidados nas sessões do IHGB (até quatro mil palavras).
 - 7.3 **Notas de Pesquisa:** relatos preliminares e resultados parciais de investigações em curso (até cinco mil palavras).
 - 7.4 **Documentos:** transcrição de fontes históricas, de preferência inéditas, preferencialmente com comentários (até dez mil palavras).
 - 7.5 **Resenhas** críticas ou balanços bibliográficos, (até duas mil palavras, sem necessidade de resumo e/ou abstract).
8. O autor do artigo terá 15 dias para enviar o termo de autorização de publicação, contados a partir da data em que o *R.IHGB* comunica sua aprovação.

NORMAS EDITORIAIS

- As contribuições deverão ser inéditas e de trabalhos originais do autor, não podendo ter sido publicadas integralmente ou em parte, tanto impressa ou eletronicamente, ou já submetidas a outras revistas. Os textos podem ser escritos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.
- Exceto os trabalhos dirigidos à seção Resenhas ou Balanços Bibliográficos, os autores deverão, obrigatoriamente, apresentar títulos e resumos nos idiomas português e inglês, independentemente do idioma do texto original, e caso este não esteja em português ou inglês, acrescentar resumo na língua original, não podendo ultrapassar 250 (duzentos e cinquenta) palavras, seguidas das palavras-chave, mínimo 3 (três) e máximo de 6 (seis), representativas do conteúdo do trabalho, também em português e

inglês, e no idioma original, quando for o caso.

- Documentos enviados para publicação devem estar transcritos e assinalados o código ou indicação arquivística equivalente de onde foram copiados, acompanhados de uma introdução explicativa.
- A Revista reserva-se a oportunidade de publicação de acordo com o seu cronograma ou interesse, notificando ao autor a sua aprovação ou a negativa para a publicação. Não serão devolvidos originais.

APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

- Página de rosto: todo artigo deverá ter uma página de rosto com o título, nome completo do autor e instituição de origem a que pertence. O rodapé da página deverá mencionar o endereço completo e o e-mail do autor, a quem se encaminhará a correspondência. Somente nesta página constará a identificação do autor, para fins de sigilo.
- Os textos deverão ser apresentados em formato A4, margens 2,5cm, entrelinha de 1,5cm, fonte Times New Roman corpo 12, e numeração consecutiva. Deverá ser utilizado o editor de texto Microsoft Word ou compatível. Caso haja imagens, tabelas ou gráficos, deve haver a identificação no texto os locais das figuras ou outras formas de ilustração. As imagens deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato jpg e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5 cm..
- As traduções, de preferência inéditas, deverão estar acompanhadas de autorização do autor e do respectivo original do texto.
- As notas deverão ser colocadas em rodapé. Não deverá haver bibliografia no final do texto.
- Normas para as notas de rodapé:
- Livro: SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p ou pp.nnp.
- Capítulo ou parte de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. *Título do livro* (em itálico): subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. nn-nn.
- Artigo em periódico: SOBRENOME, nome. Título do artigo. *Título do periódico* (em itálico), Cidade: Editora, v. nn, n.nn, p. nn-nn, ano.
- Trabalho acadêmico: SOBRENOME, Nome. *Título (em itálico)*: subtítulo. Tese (Doutorado em...) - Instituição. Cidade, ano, mmmn.
- Texto obtido na internet: SOBRENOME, Nome. Título. Data (se houver). Disponível em: www..... Acesso em: dd.mm.aa.

Somente serão aceitos os trabalhos encaminhados de acordo com as normas acima definidas.

Endereço para correspondência: Revista do IHGB/IHGB E-mail: revista@ihgb.org.br

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AUTHOR GUIDELINES

1. The Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro is a scientific publication, focusing on the diffusion of historical knowledge, as well as other subjects, foremost when related to Brazilian Studies.
2. The management organs of the Revista are the Editorial Board, the Advisory Board and the Editorial Committee.
3. The Advisory Board is responsible for the evaluation of the contributions submitted for publication.
4. The publication of each and every collaboration will depend on the compliance to editorial rules and on the evaluation of the Editorial Board, the Editorial Committee and/or advisors ad hoc. The articles are submitted to blind peer-review process and, in order to ensure its quality, authors must delete from their manuscripts all information that might disclose the text's authorship.
5. The concepts expressed in what is published are entirely the authors' responsibility.
6. The texts will be published through the authors' grant of publication copyright to the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, **through the e-mail indicated below**.
7. The Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publish the following kinds of contributions:
 - 7.1 **Articles** include analytical texts or essays which are the result of studies and researches concerning themes that are of interest to the R.IHGB (up to ten thousand words).
 - 7.2 **Notifications** are destined to the publication of brief interventions, made by members or guests in the sessions of the IHGB (up to four thousand words).
 - 7.3 **Research Notes** focuses on preliminary reports and partial results of ongoing investigations (up to five thousand words).
 - 7.4 **Documents** refer to preferably unpublished sources and should come with comments (up to ten thousand words).
 - 7.5 **Bibliography** includes any review essay (up to two thousand words, without summary and abstract).
8. The article's author will have a fortnight to send the authorization term back since the date R.IHGB communicates its approval.

EDITORIAL RULES

- Any submission must be the original work of the author that has not been published previously, as a whole or in part, either in print or electronically, or is soon to be so published. It may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian.
- Except works addressed to the section on bibliography, authors must mandatorily present titles and abstracts in Portuguese and English, independently of the language of the original text. If it is not in Portuguese or English, it will be necessary to add the abstract in the original language as well. The abstract cannot have more than 250 (two hundred and fifty) words, followed by the minimum of 3 (three) and the maximum 6 (six) keywords, in English and Portuguese.
- Documents sent to publication have to be transcribed and bring the archival indication from where they were copied, accompanied by an introduction.
- The R. IHGB limits the opportunity of publication according to its schedule and interest, notifying the approval or disapproval of the publication to the author. The original texts will not be returned.

TEXTS PRESENTATION

- Front page: all articles should come with an unnumbered front page, which should state its title, the author's / authors' whole name(s) and institution(s) to which he / she / they belong. A footnote should mention the complete address and e-mail of the author / authors, to whom any mail will be sent. The author's / authors' identification should not appear anywhere else;
- Texts should be presented in format A4, margins 2,5cm, space between lines 1,5cm, font Times New Roman size 12, and consecutive numbering of pages. The Microsoft Word text editor or a compatible one should be used. If there are tables, graphs, images or any other pictures, they should be presented in the proper place into which they fit. Pictures and images have to be scanned in 300 dpi in format jpg and approximately dimensioned to 5 x 5 cm;
- Translations, preferably unpublished, should have the author's authorization and the respective original text.
- Notes must come at the end of the page. No bibliography should appear at the end.
- Norms for presenting footnotes:
- Books: LAST NAME, First Name. Title of the book in italics: subtitle. Translation. Edition. City: Publisher, year, p. or pp.
- Chapters: LAST NAME, First Name. Title of the chapter. In: LAST NAME, First Name (ed.). Title of the book in italics: subtitle. Edition. City: Publisher, year, p. nn-nn.
- Article: LAST NAME, First Name. Title of the article. Title of the journal in italics. City: Publisher. Vol., n., p. x-y, year.
- Thesis: LAST NAME, First Name. Title of the thesis in italics: subtitle. Thesis (PhD in) Institution. City, year, p. nn-nn.
- Internet: LAST NAME, First Name. Title. Available at: www....., consulted dd.mm.yy.
- **Originals may only be submitted to the e-mail below.**

Only the texts presented accordingly to the rules defined above will be accepted.

Contact Adress : Revista do IHGB/IHGB E-mail: revista@ihgb.org.br

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Informações básicas

Circulando regularmente desde 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* é uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental. Destina-se a divulgar a produção do corpo social do Instituto, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral. Possui periodicidade quadrimestral, sendo o último número de cada ano reservado ao registro da vida acadêmica do IHGB e demais atividades institucionais. A coleção completa da Revista encontra-se disponível para consulta on line, no endereço: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>
A abreviatura de seu título é *R. IHGB*, que deve ser usada em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

Fontes de indexação

- Historical Abstract: American, History and Life
- Ulrich's International Periodicals Directory
- Handbook of Latin American Studies (HLAS)
- Sumários Correntes Brasileiros
- Classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos/Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - QUALIS/Capes - conceito B1.

Patrocinadores

A publicação recebe apoio do seguinte órgão:

- Ministério da Cultura

Endereço

e-mail: revista@ihgb.org.br

Some basic information

The *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* is published regularly since 1839. It is one of the oldest western world specialized publications. It aims at publishing the productions of the members of the Institute, as well as the contributions of historians, geographers, anthropologists, sociologists, architects, ethnologists, archaeologists, museologists and documentalists in general. It is published every for four, but the last publication of each year is dedicated to the registry of the Institute's academic life and other institutional activities. The magazine's complete collection is available for online consultation, at the site: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

The abbreviation of its title is *R. IHGB*. It has to be used in bibliographies, footnotes and bibliographic references and subtitles.

Index sources

- Historical Abstract: American, History and Life
- Ulrich's International Periodicals Directory
- Handbook of Latin American Studies (HLAS)
- Brazilian Current Briefs
- Classification of the vehicles used by Brazilian post-graduate programs for the divulgation of the intellectual production of teachers and students – QUALIS/Capes – grade B1.

Sponsors

The publication receives support from the following entity:

Ministério da Cultura

Address

e-mail: revista@ihgb.org.br



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é responsável pela escolha e a apresentação das ideias contidas nessa *Revista* e pelas opiniões contidas aqui, as quais não são necessariamente aquelas da UNESCO que não se compromete com as mesmas.